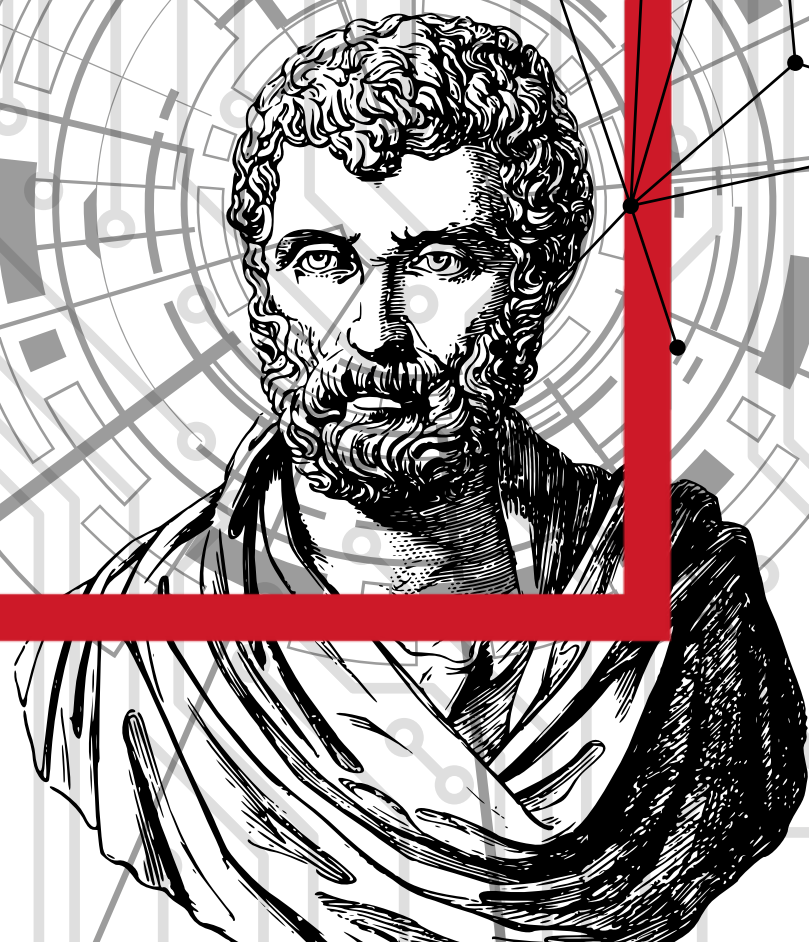


revista **hydra**

**HISTÓRIA
DIGITAL
&
TECNOLOGIA**

**MODIFICANDO A SOCIEDADE
E A NARRATIVA HISTÓRICA**



v. 7 n. 14 (2023)

EXPEDIENTE

A **Revista Hydra** é uma publicação acadêmica semestral, Capes B2, com avaliação duplo-cego, produzida por iniciativa das pessoas estudantes do Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Aceitamos artigos livres e dossiê (graduandos e pós-graduandos como coautoria), entrevistas, resenhas e notas de pesquisa (graduandos e pós-graduandos).

Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Secretaria de Pós-Graduação

A/C: Conselho Editorial da Revista Hydra

Estrada do Caminho Velho, 333 - Bairro dos Pimentas

Guarulhos/SP - CEP: 07252-312

E-mail: revistahydra@gmail.com

Instagram: @revistahydra

Facebook: Revista Hydra

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da EFLCH/UNIFESP

Revista Hydra (recurso eletrônico) / Universidade Federal de São Paulo.

Programa de Pós-Graduação em História. Vol. 7, n. 14 (2023) Dados eletrônicos. – São Paulo: Ed. Unifesp, 2023.

Semestral a partir de março de 2016. Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/hydra/index>

ISSN: 2447-942X

1. História. I. Universidade Federal de São Paulo. Programa de Pós- Graduação em História



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

Reitora: RAIANE PATRÍCIA SEVERINO ASSUMPTÃO

Vice-Reitora: LIA RITA AZEREDO BITTENCOURT

ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Bruno Konder Comparato

Vice-Diretora: Sandra Regina Leite de Campos

PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Coordenador: André Roberto de Arruda Machado

Vice-Coordenador: José Carlos Vilardaga

CONSELHO EDITORIAL

Editores-chefes:

Augusto Antônio de Assis

Tairini Ayhu Cruz Aparicio de Almeida

Conselho Científico:

Natália Maria Gaspar

Samara Akemi Saraiva

Conselheiros Editoriais:

Agenor Manoel da Silva Filho

Bruno de Carvalho Artico

Carlos Augusto Correia Rocha

Daniele de Souza Somensari

Erika Cristina Damião

Giulia Cristiano

José Alberto dos Santos Junior

João Guilherme Carini da Silva Fonseca

Juliana Azevedo

Lucas Arantes Lorga

Victória Siqueira Pereira

CONSELHO PERMANENTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

Alexandre Pianelli Godoy

Ana Lúcia Lana Nemi

André Roberto de Arruda Machado

Andréa Slemian

Antônio Simplício de Almeida Neto

Bruno Guilherme Feitler

Clifford Andrew Welch

Denilson Botelho de Deus

Edilene Teresinha Toledo

Fabiano Fernandes

Fábio Franzini

Fernando Atique



Gilberto da Silva Francisco
 Glaydson José da Silva
 Jaime Rodrigues
 Janes Jorge
 José Carlos Vilaradaga
 Luigi Biondi
 Luis Antonio Coelho Ferla
 Luís Filipe Silvério Lima
 Maria Luiza Ferreira de Oliveira
 Maria Rita de Almeida Toledo
 Mariana Martins Villaça
 Odair da Cruz Paiva
 Patrícia Teixeira Santos
 Rafael Ruiz Gonzalez
 Samira Adel Osman
 Wilma Peres Costa

CONSELHO CONSULTIVO

Adalberto Almeida Junior (UFRN)
 Adriana Maria Paulo da Silva (UFPE)
 Alessandra Rodrigues (UNIFEI)
 Alessandro Batistella (UPF)
 Alexandre Pitta (UFBA)
 Amanda Sousa Galvício (UFPB)
 Ana Júlia Pacheco (UFRGS)
 Ana Maria Jacó Vilela (UERJ)
 Ana Maria Mauad De Sousa Andrade Essus (UFF)
 Ane Luíse Silva Mecnas Santos (UFRN)
 Andre Luiz Tavares Pereira (UNIFESP)
 Andreza de Oliveira Andrade (UERN)
 Ary Albuquerque Cavancanti Junior (UFMT)
 Aryana Lima Costa (UERN)
 Augusto Antônio de Assis (Unifesp)
 Breno Gontijo Andrade (UFMG)
 Bruna Carolina Marino Rodrigues (UEL)
 Bruno Corrêa de Sá e Benevides (Fiocruz)
 Caio Marcondes Ribeiro Barbosa (USP)
 Cláudia Pereira Ferraz (PUCSP)
 Claudia Santos Mayer (UFSC)
 Cristiano Nicolini (UFG)
 Daniela Fagundes Portela (USP)
 Daniela Linkevicius de Andrade (UNB)
 Débora El Jaick Andrade (UFF)
 Denis Renan Correa (UFRB)
 Denise Frigo (UFSM)
 Derley Menezes Alves (IFS)
 Diana Mendes Machado da Silva (UNIFESP)
 Diego Leonardo Santana Silva (UFS)
 Dilton Cândido Santos Maynard (UFRJ)

Elaine Dias (UNIFESP)
 Elton Oliveira Souza de Medeiros (UFPR)
 Emmily Keturyn Moreira da Paschoa (UFRN)
 Ernesto Carlos Bodê (Câmara dos Deputados)
 Fabio Lucas da Cruz (IFPR)
 Fernanda Cavassana de Carvalho (UFPR)
 Francisco Lima Baca (UNAM/México)
 Francisco Isaac Dantas de Oliveira (PUCSP)
 Gesner Las Casas Brito Filho (UNEMAT)
 Gills Vilar-Lopes (UNIFA)
 Giovana Eloá Mantovani Mulza (UEM)
 Gisele Grinevicius Garbe (UNIFESP)
 Guilherme Paulo Castagnoli Pereira das Neves (UFF)
 Gustavo Orsolon de Souza (UERJ)
 Helena Miranda Mollo (UFOP)
 Henrique José Domiciano Amorim (UNIFESP)
 Hindenburgo Francisco Pires (UERJ)
 Ian Kisil Marino (Unicamp)
 Icles Rodrigues (UFSC)
 Igor Lapsky da Costa Francisco (UPE)
 Isabela de Albuquerque Rosado do Nascimento (UPE)
 Joana D'arc Fernandes Ferraz (UFF)
 João Augusto Neves (UNICAMP)
 João Carlos Escosteguy Filho (IFRJ)
 Jorge Luzio Matos Silva (UNILAB)
 José Damião Trindade Rocha (UFT)
 Juan Pablo Martín (UFPE)
 Júlio César Virgínio da Costa (UFMG)
 Karl Schurster Verissimo de Sousa Leão (UPE)
 Leonardo Henrique Luiz (UFRR)
 Lilianny Alves Samarão (PUCSP)
 Linaia de Vargas Palacio (UFRGS)
 Liza Aparecida Brasília (UFT)
 Lucas Almeida de Melo (UFRJ)
 Luciênio de Macêdo Teixeira (UFCG)
 Lucileide Costa Cardoso (UFBA)
 Luis Antonio Coelho Ferla (UNIFESP)
 Luiz Alberto Alves Couceiro (UFMA)
 Luiz Alexandre Pinheiro Kosteczka (UFPR)
 Luiz Filipe da Silva Correia (USP)
 Luiz Filipe Silvério Lima (UNIFESP)
 Makchwell Coimbra Narcizo (UNEMAT)
 Marcelo Sevaybricker Moreira (UFLA)
 Maria Aparecida Leopoldino (UEM)
 Maria Cristina Gonçalves Guardado (UA/ Portugal)
 Maria Rita Toledo (UNIFESP)
 Maria Telvira da Conceição (URCA)
 Marina Mesquita Camisasca (PUCMG)
 Natália Maria Gaspar (UNIFESP)

Olavo Pereira Soares (UNIFAL)
 Pablo Emanuel Romero Almada (USP)
 Patrícia da Silva Azevedo (UFRN)
 Paula Costa Nunes de Carvalho (USP)
 Paulo Eduardo Bodziak Junior (UFRN)
 Pedro Afonso Cristovão dos Santos (UNILA)
 Rafael Afonso Gonçalves (UNICENTRO)
 Rafael Bosch Batista (USP)
 Renata Marcílio Cândido (UNIFESP)
 Renato de Ulhôa Canto Reis (UFJF)
 Renilson Rosa Ribeiro (USP)
 Regina Gualtieri (UNIFESP)
 Rodolfo Nogueira da Cruz (Barão de Mauá)
 Ronaldo Fabiano dos Santos Gaspar (UEL)
 Samara Akemi Saraiva (UNIFESP)
 Sandro José Celeste (UFSC)
 Sauloéber Tarsio de Souza (UFU)
 Simone da Silva Costa (UFRN)
 Tainá Reis de Souza (UFSCAR)
 Tairini Ayhu Cruz Aparicio de Almeida (UNIFESP)
 Tais Pagoto Bélo (USP)
 Talison Mendes Picheli (UNICAMP)
 Victor Borges Sobreira (USP)
 Vitor Andrade Barcellos (UFRJ)
 Wilian Carlos Cipriano Barom (UFPR)

COLABORARAM COM ESTE NÚMERO

Alícia de Brito Meneghetti Cunha
 Ana Luiza Jesus da Costa
 André Elias Barreto da Silva
 Arhão Henrique Ramos da Silva
 Arthur Ferreira Reis
 Bruno dos Santo Bengochea
 Claudia Cristina da Silva Fontineles
 Cyntia Simioni França
 Danilo Mendonça
 Filipe Carvalho Teixeira da Silva
 Gabriel Henrique de Souza
 George Leonardo Seabra Coelho
 Lara Lemes Luz
 Luiza Ferreira de Oliveira Santos
 Maria Aparecida Pires
 Maria Fernanda Pinheiro Oliveira
 Matheus Cavalcanti Rodrigues
 Matheus Henrique Cassanta Chaves
 Matheus Mazurkiewicz Sekikawa
 Rafael Meira de Oliveira
 Raquel Silveira Martins
 Roberto Junio Martinasso Ribeiro
 Rodrigo Gouvêa Rodrigues
 Ronald Cavalcante Castelo Branco



Thaís Mendes Moura Carneiro

Thales Ferraz Silva

Victória Siqueira Pereira

Viviane Cristine Pereira Nunes

Ygor Pires Monteiro

Capa: Wemerson dos Santos Romualdo

EDITORIAL

O impacto das transformações tecnológicas dos últimos anos, cada vez mais intensas, tem sido sentido sistematicamente nas Ciências Humanas e Sociais. O fazer historiográfico, nesse ínterim, é adaptado e modificado, seja nos modos de produção, preservação ou divulgação, enfim, ele reage de distintas maneiras às novas circunstâncias da sociedade. O presente e décimo quarto número da Revista Hydra, cujo dossiê é intitulado "História Digital e Tecnologia: Modificando a Sociedade e a Narrativa Histórica", objetiva, assim, oferecer um espaço de reflexão e crítica sobre esse complexo processo.

Para tanto, a edição que segue conta com nove excelentes contribuições no dossiê temático, abordando várias facetas e desdobramentos da problemática central. Em acréscimo, nove artigos livres, três notas de pesquisa e uma resenha completam o número, arrolando relevantes reflexões a respeito das mais diversas searas do conhecimento histórico.

Ademais, o Conselho Editorial da Revista Hydra dedica este número à memória da Professora Maria Rita de Almeida Toledo (1968-2024). Além de sua relevante contribuição historiográfica e atuação como professora na graduação e pós-graduação em História da Universidade Federal de São Paulo, com destaque para a fundação do Centro de Memória e Pesquisa Histórica (CMPH), Maíta, como era conhecida por todos, será lembrada por sua seriedade, solicitude e sensibilidade. Para mais, a professora colaborou sistematicamente com a Revista Hydra, fazendo parte do Conselho Consultivo Permanente e atuando, inclusive, na presente edição. Sua trajetória e legado serão sentidos profundamente por amigos, colegas e alunos. Obrigado.

Por fim, agradece-se à contribuição de todos os responsáveis por viabilizar a edição, seja na qualidade de autor, assessor ou editor, bem como ao apoio institucional do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São Paulo.

Desse modo, espera-se que o presente número possa atuar como um profícuo e estimulante espaço de reflexões. Sem mais, resta apenas um sincero convite à apreciação do material, acompanhado de bons votos!

Guarulhos, 27 de junho de 2024

Augusto Antônio de Assis & Tairini Ayhu Cruz Aparicio de Almeida

Editores-chefes da Revista Hydra

APRESENTAÇÃO

HISTÓRIA DIGITAL E TECNOLOGIA: MODIFICANDO A SOCIEDADE E A NARRATIVA HISTÓRICA

Durante o ano de 2024, o colapso climático ocorrido no Rio Grande do Sul motivou uma iniciativa de professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) na criação de um "repositório de memórias" das enchentes que reúne diversos documentos, fotografias, reportagens e mídias digitais por meio da plataforma Wikimedia¹. Em 2021, diante da pandemia global Covid-19, o projeto #MEMÓRIASCOVID19² coletou fotos, vídeos, testemunhos escritos e orais em um site hospedado pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). No fatídico 11 de setembro de 2001, dois aviões sequestrados por membros da Al-Qaeda foram lançados contra as Torres Gêmeas em Nova York, desse ataque surgiu o *September 11th Digital Archive*³, um imenso banco de dados que preserva centenas de fotos, vídeos, áudios e textos produzidos durante esse evento. Todas essas iniciativas de guardar fontes e utilizar tecnologias digitais em prol da preservação da memória, assim como o manuseio de fontes nascidas digitais, são exemplos claros da urgência e relevância desta 14ª edição da Revista Hydra, que apresenta o dossiê temático intitulado "História Digital e Tecnologia: Modificando a Sociedade e a Narrativa Histórica".

Mais do que apenas utilizar tecnologias digitais para examinar problemas antigos, a História Digital nos desafia a refletir como os suportes digitais trouxeram novos desafios à disciplina histórica. Essa reflexão é tema central no trabalho da historiadora Anita Lucchesi⁴, precursora nos estudos brasileiros sobre História Digital e as implicações do digital na historiografia.

¹ Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:2024_Rio_Grande_do_Sul_floods.

² Disponível em: <https://memoriascovid19.unicamp.br/>.

³ Disponível em: <https://911digitalarchive.org/>.

⁴ LUCCHESI, Anita. *História, internet e novas mídias*. Preocupações e questionamentos para historiadores do século XXI. Recife: EDUPE, 2022.

Lucchesi evidencia a importância de reconhecermos os efeitos que essa tecnologia encaminhou para a sociedade, como as mudanças nas percepções de tempo e espaço, nas dinâmicas de interação social e nas novas maneiras de documentar as ações humanas. Ao reconhecer tais efeitos, é possível examinar os vieses e discursos que os suportes digitais computam em seus sistemas. Logo, a História Digital e as tecnologias que compõem a sociedade atual são questionadas, colocadas sob uma lente de aumento – tal qual o arquétipo de historiador –, de maneira a transpassar a nuvem gráfica que o digital naturalizou como objetivo e imparcial.

É nesse contexto que o dossiê apresenta ricas discussões que questionam a neutralidade do digital e as transformações que ele tem ocasionado no meio social. No artigo de Rafael Meira de Oliveira, acompanhamos como tem sido feito o uso do alimento como oferenda no *butsudan* entre budistas (2016-2019) no YouTube, atribuindo especial atenção a ressignificação do Budismo japonês no Brasil. Ampliando o debate sobre a presença do digital nas diversas esferas sociais, George Leonardo Seabra Coelho, Maria Aparecida Pires Ribeiro, Arthur Ferreira Reis e Rodrigo Gouvêa Rodrigues tratam sobre as implicações das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) em relação ao ofício da pessoa historiadora, delineando as transições das TDIC até o florescimento da internet, destacando como essas mudanças intensificaram o debate sobre cibercultura e a Sociedade em Rede.

Ainda com a preocupação da profissão historiadora em relação ao ciberespaço, Viviane Cristine Pereira Nunes lança mão das potencialidades que o ciberespaço tem a oferecer para o profissional da área que vai além da atuação, apresentando-se também como um espaço político crucial para a proteção da história como ciência e para a manutenção da autoridade dos(as) historiadores(as); para isso ela aponta diversas discussões sobre a História Pública Digital que está preocupada com as nuances da autoridade

do historiador num ambiente digital. Bruno dos Santos Bengochea, dentro dessa discussão, vai evidenciar como o uso de um *software* de análise de conteúdo, como é o caso do IRAMUTEQ, proporciona uma investigação potencial e multi colaborativa nos estudos históricos.

O que se percebe, até a última menção dos artigos que compõem o dossiê temático, é justamente o forte interesse no que tange a autoridade do historiador frente aos avanços das tecnologias. Os artigos têm mostrado não apenas preocupações com a ausência de historiadores nos espaços virtuais, mas também os novos desafios que colocaram em xeque narrativas, metodologias e perguntas à historiografia. Parte dessa discussão é apontada por Gabriel Henrique de Souza e Cyntia Simioni França que colheram diversos depoimentos de trabalhadores rurais na cidade de Araruna, Paraná, e os disponibilizaram em uma plataforma digital visando difundir essas vozes que são frequentemente silenciadas. Esse trabalho se considera um trabalho de História Pública, campo que caminha lado a lado da História Digital, já que os suportes digitais permitem maior difusão do que os meios analógicos convencionais. A potencialidade de propagação que o ciberespaço carrega favorece a profusão de outras vozes pouco ouvidas, como é o caso relatado por Ygor Pires Monteiro sobre o documentário “Memória Sufocada”, que, além de uma produção audiovisual, é também um site que armazena e retrata diversos testemunhos da Comissão da Verdade referentes à ditadura civil-militar no Brasil. A preocupação do autor é pensar a construção de memórias e narrativas a partir da plataforma citada, notadamente as influências da internet sobre as disputas de passado no país.

Como se sabe, as potencialidades do virtual/digital dentro da Ciências Humanas e Sociais são também negativas, como é debatido por Thales Ferraz Silva através do programa “Alienígenas do Passado”, transmitido pelo canal *History Channel*, o qual difunde perspectivas generalistas e preconceituosas sobre as sociedades africanas, contribuindo para uma difusão degradante

desses povos na medida que o programa acaba por ensinar uma espécie de História Pública. Por essa razão, o autor busca contribuir para os debates dentro do campo da História Pública a partir desses outros formatos não ideais de divulgação do conhecimento histórico. Ainda na seara das diversas audiências que a história pode permear nos espaços digitais, Raquel Silveira Martins investiga o impacto do Covid-19 sobre revistas acadêmicas A1, que passaram a ocupar os espaços das mídias sociais, considerando postagens, comentários e links como fontes históricas em sua argumentação. No encerramento do dossiê temático, observa-se uma conexão entre política e os usos/abusos das mídias digitais que Ronald Cavalcante Castelo Branco e Claudia Cristina da Silva Fontineles vão lançar mão a partir de uma análise que pensa a cobertura midiática feita por entidades como a Revista Fórum, Brasil247, R7.com e PortalG1 em relação à PEC 55/2016 (teto de gastos) e a PLC 37/2017 (reforma trabalhista), discutidas durante o governo Temer.

A presente edição da Revista Hydra é enriquecida também pela seção de Artigos livres que congregam diversos temas de relevância e densidade. Dentre eles, está o artigo de Arhão Henrique Ramos da Silva analisando de que forma o geógrafo Pausânias, século II d.C., representou o domínio romano sobre a Grécia a partir de uma captura de suas memórias. Avançando no tempo, Matheus Mazurkiewicz Sekikawa compara o poema Judite do século XI à homilia do abade Ælfric de Eynsham (c.950-c.1010), observando suas diferenças e o caráter político que possuem. Através de outro tempo, espaço, fonte e artífice, Roberto Junio Martinasso Ribeiro investiga cinco obras do holandês Frans Post resguardadas no Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand; para o autor é importante observar o olhar lançado por Post sobre a paisagem sul-americana.

Ampliando ainda mais o escopo temático da seção de Artigos Livres, Luiza Ferreira de Oliveira Santos e Ana Luiza Jesus da Costa indagam como os projetos educacionais ajudaram na construção da Província de São Paulo

entre 1835 e 1846, evidenciando de que maneira as iniciativas influenciadas pelos ideais iluministas buscavam promover a civilização e a formação do povo no contexto do Império Brasileiro. Sob outra perspectiva, Thaís Mendes Moura Carneiro aborda os estudos de raça e gênero no século XIX a partir da escritora peruana Clorinda Matto de Turner, cujas obras foram analisadas à luz dos referenciais teóricos da História Intelectual e da História Social das Mulheres. Lara Lemes Luz, por sua vez, também analisa questões de gênero, mas no cenário brasileiro através das redes sociais, buscando compreender qual a influência que tais mídias exercem sobre os corpos femininos.

Retomando os debates dentro da História Pública presentes nas duas seções apresentadas até o momento, Matheus Henrique Cassanta Chaves faz uma revisão bibliográfica sobre o Rap no Brasil articulando a proposta da História Pública de difusão e democratização do passado. Filipe Carvalho Teixeira da Silva sinaliza, por outro lado, as pontes existentes entre historiadores públicos e professores de história na construção de uma educação antirracista. No encerramento da seção de Artigos livres, André Elias Barreto da Silva apresenta as relações possíveis entre o bolsonarismo e o fascismo, buscando problematizar, referenciar e situar essa discussão.

Erigindo maravilhosamente a seção Notas de Pesquisa, encontra-se uma profusão de temas instigantes e fundamentais. O trabalho de Maria Fernanda Pinheiro Oliveira exemplifica o perfil da seção ao investigar como o saber médico do século XIX associava ordem social e saúde pública. Sua pesquisa foca no discurso médico sobre frenologia no Brasil entre 1840 e 1860, ressaltando a influência desse conhecimento na legislação criminal. Matheus Cavalcanti Rodrigues, por outra via, analisa Capistrano de Abreu a partir de padrões disciplinares do campo geográfico e histórico. Tratando sobre construções do passado, Alícia de Brito Meneghetti Cunha encerra a seção de Notas de Pesquisa, ao apresentar o empreendimento de uma história

regional do Rio Grande do Norte a partir da revista do IHGRN, especialmente pelas comemorações do Centenário da Independência em 1922.

Na seção de Resenhas, Danilo Mendonça analisa a obra "Burning the Books: A History of Deliberate Destruction of Knowledge", de Richard Ovenden, que aborda a prática histórica de destruição intencional de livros e outros tipos de conhecimento.

Produzir conhecimento histórico na era digital e acompanhar as produções das ciências humanas e sociais é o perfil do 14º número da Revista Hydra. Com profunda gratidão, a equipe editorial agradece as valiosas contribuições das pessoas autoras e convida os(as) leitores(as) a mergulharem nos trabalhos excepcionais aqui reunidos. Uma leitura transformadora para todas as pessoas!

Guarulhos, 17 de setembro de 2024

Victória Siqueira Pereira

Conselheira Editorial da Revista Hydra

OS USOS DO ALIMENTO ENQUANTO OFERENDA NO BUTSUDAN ENTRE PRATICANTES NO BRASIL: MUDANÇAS E RESSIGIFICAÇÕES DAS PRÁTICAS BUDISTAS JAPONESAS APRESENTADAS NO YOUTUBE (2016-2019)

Rafael Meira de Oliveira¹

Resumo: Esse artigo tem o objetivo de apresentar uma síntese do que foi minha pesquisa na graduação, trazendo a discussão proposta e as considerações finais do trabalho: analisar, a partir de fontes audiovisuais, como tem sido utilizado o alimento como oferenda no *butsudan* (oratório doméstico de caráter budista) entre adeptos budistas, de 2016 a 2019. Sobre o conteúdo audiovisual, será analisada a estética e os aspectos que dizem respeito à construção da mensagem apresentada. Espera-se, como resultados, sugerir que houve diversas modificações no que se considerou comida/oferenda aos ancestrais ao longo do tempo, indicando o processo de mudanças e ressignificações do Budismo japonês no Brasil.

Palavras-chave: Budismo; Internet; Oferenda.

THE USES OF FOOD AS AN OFFERING IN BUTSUDAN AMONG PRACTITIONERS IN BRAZIL: CHANGES AND RE-SIGNIFICATIONS OF JAPANESE BUDDHIST PRACTICES PRESENTED ON YOUTUBE (2016-2019)

Abstract: This article aims to present a summary of my undergraduate research, bringing the proposed discussion and the final considerations of the work: to analyze, from audiovisual sources, how food has been used as an offering in the *butsudan* (Buddhist domestic oratory) among Buddhist adepts, from 2016 to 2019. The audiovisual content will be analyzed in terms of aesthetics and aspects related to the construction of the message presented. The results are expected to suggest that there have been several changes in what is considered food/offering to ancestors over time, indicating the process of change and resignification of Japanese Buddhism in Brazil.

Keywords: Buddhism; Internet; Offering.

¹ Mestrando em História Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Contato: rafaehmeira122@gmail.com.

Considerações iniciais

A primeira forma de budismo a se consolidar no Brasil é de origem japonesa. Tal consolidação se deu na segunda metade do século XX e trouxe consigo templos e outros elementos religiosos.² A religião tornou-se visível institucionalmente aos não descendentes de japoneses, embora a prática de muitos templos não fosse nada adaptada e envolvente para visitantes leigos e os limitassem ao que Usarski³ chamará de budismo de conversão. Outros templos, por sua vez, assumiram uma postura mais aberta e flexível.

São diversos os ritos dessas comunidades religiosas japonesas, dentre eles os de caráter mortuário, como o *Obon Matsuri* (お盆踊り, Festival dos Finados), período marcado por uma liturgia dedicada aos espíritos dos ancestrais.⁴ Dentre os elementos que compõe esses ritos, temos o *butsudán*, que pode ser definido como:

[...]um armário de madeira com aberturas que encerram e resguardam um gohonzon (ícone religioso), uma escultura ou pintura de um Buda (ou Bodhisattva), ou um 'script' (mandala em rolo). As portas estão abertas para exibir o ícone durante as solenidades religiosas e são fechadas antes do anoitecer.⁵

É um oratório budista de culto aos ancestrais, cuja prática foi realizada, no Brasil, sobretudo por japoneses e seus descendentes, mas também presente em grupos budistas mais recentes e menos marcados pela presença de *nikkeis* (japoneses e seus descendentes fora do Japão), como a instituição Brasil Sôka Gakkai Internacional (BSGI). A BSGI é uma instituição que tem como Buda o monge japonês Nichiren, que viveu no século XIII. Este monge acreditava que todos podiam atingir o estado de buda em vida e para isso

² ANDRÉ, R. G; LUIZ, L. H. O retorno dos ancestrais: Bom Odori e ritos mortuários no Templo Budista Honpa Honganji em Londrina. *Antíteses*, v.11, n.22, Londrina, jul/dez, 2018, p. 890-915.

³ USARSKI, F. O momento da pesquisa sobre o budismo no Brasil: tendências e questões abertas. *Debates do NER*, v.7, n.9, Porto Alegre, jan/jun, 2006, p.129-141.

⁴ ANDRÉ, R. G; LUIZ, L. H. O retorno dos ancestrais: Bom Odori e ritos mortuários no Templo Budista Honpa Honganji em Londrina. *Antíteses*, v.11, n.22, Londrina, jul/dez, 2018, p. 890-915.

⁵ SILVA, A. B; SOARES, A. L. R. Os Oratórios domésticos: lugares de memória para os imigrantes japoneses em Santa Maria/RS. *PATRIMÔNIO E MEMÓRIA* (UNESP), v. 13, 2017, p. 179-200.

seria necessário seguir uma espécie de pergaminho escrito por ele chamado *gohonzon*, que guiaria até o estado de iluminação.

A Sôka Gakkai foi fundada no Japão por Tsunesaburô Makiguchi (1971-1944) nos anos 1930, com o objetivo de reformar o sistema de ensino do Japão com novos valores. Makiguchi se uniu a *Nichiren Shôshû* (Seita Ortodoxa do budismo Nichiren), um ramo do budismo de Nichiren. Esta seita defendia o Sutra de Lótus como a escritura correta para o ensinamento budista e que a garantia à salvação e todo tipo de benefício, espiritual e material, seria mediante a recitação *Nam-myôhō-rence-Kiô* (Reverência à Gloriosa Lei Mística do Lótus); as demais escolas budistas, por não serem embasadas no Sutra de Lótus, eram encaradas como profanadoras⁶. O Sutra de Lótus é parte documentada dos ensinamentos budistas que inicialmente foram transmitidos oralmente. É considerado pelo budismo de Nichiren o compilado que contém toda essência dos ensinamentos budistas.⁷ O Sutra de Lótus é encarado como ensinamento correto não só pela Brasil Sôka Gakkai, mas por outros grupos budistas como a Nichiren Shôshû, Nichiren Shu, Honmon Butsuryu Shu, escola Tendai.

Em 1943, Makiguchi e Josêi Tôda (1900-58), segundo presidente da organização, foram presos por não apoiarem a fusão da Nichiren Shôshû com as demais ramificações Nichiren e por recusarem participar do Xintoísmo. Após período enclausurado e a morte de seu companheiro Makiguchi, Tôda reorganizou o grupo e o chamou Sôka Gakkai (Sociedade para a Criação de Valores)⁸. Mas foi somente com a presidência de Daisaku Ikeda que a BSGI expandiu suas fronteiras e buscou globalizar o grupo e seus ensinamentos.

⁶ PEREIRA, R. A. A associação Brasil Sôka Gakkai Internacional: do Japão para o mundo, dos imigrantes para os brasileiros. In: USARSKI, F. *O Budismo no Brasil*. São Paulo: Editora Lorosae, 2002, p.253-286.

⁷ DUTRA, P. B. M; CHÊNE, S. G. B; BAENA, T. C. A. Religião e Tecnointerações: apropriação da tecnologia na prática do budismo de Nichiren Daishonin da Soka Gakkai durante a pandemia de Covid-19 em Santarém – PA. *Revista Iniciacom*, v.10, n.3, São Paulo, 2021.

⁸ PEREIRA, R. A. A associação Brasil Sôka Gakkai Internacional: do Japão para o mundo, dos imigrantes para os brasileiros. In: USARSKI, F. *O Budismo no Brasil*. São Paulo: Editora Lorosae, 2002, p.253-286.

Vale sugerir aqui a ideia de “budismos” presentes no Brasil. A *Theravada* ou Escola dos Anciões, predominantemente no Sudeste Asiático, é caracterizada pela vida monástica, cumprimento de regras e prática da meditação, os grupos representantes dessa filosofia são a Sociedade Budista do Brasil; Centro de Estudos Budistas Nalanda e a Casa do *Dharma*. A corrente *Mahayana* ou Grande Veículo, predominante na China, Japão, Coréia e Vietnã, são fortemente marcadas pela imigração japonesa no Brasil a partir de 1908, e tem como representantes o Zen budismo, Terra Pura e a Escola de Nichiren; as doutrinas *Vajrayana*, Veículo do Raio ou do Diamante, sendo seus representantes no Brasil a escola *Shingon*. Por fim, algumas doutrinas não reconhecidas pelas correntes tradicionais, como a *Reiyukai*, *Risshokoseikai* e *Sôka Gakkai*, são marcadas por serem movimentos “pseudomorfoses japonesas do budismo”.⁹ Segundo Pereira (2002), a BSGI é um budismo “[...]totalmente leigo, pragmático e particularmente atuante na sociedade, através de sua estrutura institucional altamente articulada”.¹⁰

Um praticante iniciado na comunidade da BSGI recebe um *gohonzon*, uma espécie de pergaminho consagrado e recita diariamente o *Nam-myoho-renge-Kyo* ou “Reverência a Gloriosa Lei Mística do Sutra de Lótus”, sendo prática central nessa ramificação budista, pois é encarada como uma verdade revelada na escritura e a “[...]revelação deveria ser percebida com o espírito e concretizada na vida de todo aquele que adora Buda e seus ensinamentos. [...]”.¹¹ De modo geral, as atividades presentes dentro da BSGI podem ser divididas entre práticas individuais, como a prática diária no *butsudan*, e práticas altruístas, como o proselitismo religioso e núcleos de

⁹ GONÇALVES, R. M. As flores do dharma desabrocham sob o Cruzeiro do Sul: aspectos dos vários “budismos” no Brasil. *Revista USP*, n.67, São Paulo, 2005, p.198-207.

¹⁰ PEREIRA, R. A. A associação Brasil Sôka Gakkai Internacional: do Japão para o mundo, dos imigrantes para os brasileiros. In: USARSKI, F. *O Budismo no Brasil*. São Paulo: Editora Lorosae, 2002, p.253-286.

¹¹ PEREIRA, R. A. A associação Brasil Sôka Gakkai Internacional: do Japão para o mundo, dos imigrantes para os brasileiros. In: USARSKI, F. *O Budismo no Brasil*. São Paulo: Editora Lorosae, 2002, p.253-286

estudo¹², os vídeos aqui analisados retratam essas duas categorias de práticas, sobretudo a de caráter individual. Encarados enquanto fonte primária audiovisual e digital, os vídeos serão tratados integralmente, porém, a intenção deste trabalho é enfatizar as ressignificações a respeito do alimento no *butsudan*. Ou seja, realizar um estudo sobre a prática e menção budista nos documentos analisados e compreender como as estratégias institucionais da BSGI são refletidas na prática do budismo pelos adeptos.

A alimentação é parte de um conjunto de práticas, a princípio instituídas pelo Buda histórico, preservadas ou ressignificadas pelas comunidades budistas. Por exemplo, o código normativo monástico da Escola *Dharmagupta* que pretende organizar melhor o tempo e espaço mental para a prática da meditação, dirige uma série de condutas ao praticante. Estão previstos códigos de como os monges e monjas dessa comunidade que pedem esmolas de alimentos devem visitar seus bem feitores; modos de se sentar e a maneira de se alimentar; como se usar o pote de alimento ou higienizá-lo; pensar a alimentação como nutrição do corpo, ao contrário de pensar nos prazeres e sabores de uma comida; até o ato de descarte das sobras alimentares é normatizado. Historicamente enterravam em lugares apropriados ou jogavam os restos em águas não acessíveis a qualquer ser vivo. O descarte ocorria porque os praticantes não deveriam se forçar a comer em excesso, e não podiam alimentar os animais com a comida, devido aos riscos de contaminação.¹³

Sobre a doutrina da BSGI, em 2014, foi publicado um texto em seu site que abordava o tema da alimentação. A publicação discute a necessidade de repensar a relação com os alimentos, considerando o aumento populacional e a má distribuição de recursos. Aborda a globalização

¹² SEIKYOPOST. Glossário. Editora Brasil Seikyo. Disponível em: <http://www.seikyopost.com.br/budismo/glossario#p-gongyo>. Acesso em: 10 jun. 2022.

¹³ FURLAN, C; TSAI, P. G. P. O código normativo budista e o ato de esmolar alimentos. *PÁGINAS DE FILOSOFIA (SÃO BERNARDO DO CAMPO)*, v. 10, 2021, p. 77-91.

alimentar, o desperdício, a diversidade culinária e a preocupação com a saúde e o impacto ambiental. Por mais que o tema central desta publicação não seja a oferta alimentar, a BSGI aponta para uma ideia do que se considerar alimento. Destaca o movimento *Slow-Food* e a ideia de se tornar “eco-gourmet”, priorizando alimentos bons, limpos e justos em toda sua cadeia produtiva. Uma escolha que considere não apenas o sabor, mas também o respeito ao meio ambiente e à justiça social.¹⁴ Outra menção à alimentação é encontrada em outra publicação, também de 2014, no site da BSGI. A proposta do texto foi demonstrar a relação de dois chefs de cozinha com a filosofia humanista do budismo de Nichiren. É interessante mencionar a mesma direção normativa presente nesta publicação; é reforçada a ideia de conhecer os produtos e como são produzidos, assim, contribuir de uma forma sustentável ao coletivo.¹⁵ Aqui estão publicações da instituição sobre como considerar a alimentação que pode guiar a prática de oferecer alimentos no *butsudan*. Através dos documentos analisados, poderemos sugerir como essas estratégias se relacionam com a prática dos seguidores.

Serão utilizados três vídeos publicados na plataforma Youtube: o primeiro vídeo chama-se *Butsudan*, compartilhado no canal *Cesinha Chaves* em 2017, no momento analisado contava com mais de 7.000 visualizações e 6 comentários; o segundo vídeo é intitulado *ORATÓRIO BUDISTA | Nosso Apê 32B*, compartilhado em 2019 no canal *Nosso Apê 32B*, com mais de 9.900 visualizações e 91 comentários; por último, o terceiro vídeo analisado chama-se *Oratório e concessão de gohonzon*, publicado no canal *A Fabí por aí...* em 2016, com mais de 25.600 visualizações e 210 comentários. Esses documentos

¹⁴ BSGI, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA SGI. *Mais do que simples comida...!* Repensar o alimento que nos chega à mesa é também proteger o planeta. 2014a. Disponível em: <https://www.bsgi.org.br/noticia/mais-do-que-simples-comida-20141016/>. Acesso em: 25 mai 2024.

¹⁵ BSGI, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA SGI. *Dois chefs e o alimento que vem do amor*. Membros da SGI, renomados chefs contam como produzem suas criações gastronômicas. 2014b. Disponível em: <https://www.bsgi.org.br/noticia/dois-chefs-e-o-alimento-que-vem-do-amor-20141016/>. Acessado em 25 maio 2024.

foram escolhidos de acordo com a temática dos vídeos: um adepto budista que fala sobre seu *butsudan*.

Mundo Virtual e Youtube

Para lidar com os vídeos publicados no *Youtube*, é necessário compreender a dinâmica de seu espaço, uma vez que “[...] a rede mundial de computadores tornou-se uma ferramenta de comunicação poderosa [...] com a popularização em escala mundial, criou-se um novo espaço de sociabilidade: o ciberespaço”.¹⁶ Segundo Almeida, um dos fenômenos da *Internet* seriam os *sites* de compartilhamento de imagens e compartilhamento de vídeos, onde:

Os sites de compartilhamento, em sua grande maioria, são gratuitos e permitem que seus usuários coloquem imagens ou vídeos na Internet para que sejam assistidos por um grupo restrito de pessoas (mediante a utilização de uma senha), ou em caráter público, sem nenhuma restrição.¹⁷

O *Youtube* é um *site* de compartilhamento que permite aos usuários ou instituições cadastradas publicar e até mesmo editarem conteúdos audiovisuais em suas contas pessoais ou institucionais. O vídeo pode ser acessado por usuários que são cadastrados ou não na plataforma, a diferença é que o cadastrado pode interagir com o conteúdo postado, ou seja, aqueles que criaram um perfil no *site* podem deixar comentários por meio de um campo disponibilizado logo abaixo do vídeo. Nos comentários, os usuários se comunicam a respeito do vídeo publicado, deixando críticas e/ou perguntas sobre o conteúdo, que podem ser respondidas tanto pelo autor do conteúdo audiovisual quanto por outros usuários que acessarem o mesmo espaço.

¹⁶ ALMEIDA, F. C. O Historiador e as Fontes Digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. *Aedos: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS (Online)*, v. 3, 2011, p. 9-30.

¹⁷ ALMEIDA, F. C. O Historiador e as Fontes Digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. *Aedos: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS (Online)*, v. 3, 2011, p. 9-30.

Cezarinho (2018) realizou uma revisão historiográfica apresentando historiadores que se debruçaram sobre o tema da fonte digital. Araújo Sá é apontado como um dos primeiros autores a trazer questões sobre as fontes da *Internet* para o campo da História. Nesse estudo pioneiro, defende que a carência de pesquisa se dava pelo descaso de muitos pesquisadores e pela dificuldade que se enfrentava para conservar tal fonte digital. O autor ainda trazia para a discussão a validade de um *site* e como avaliar isso numa pesquisa:

Como avaliar os sites? Em qual confiar? Portanto, além da busca de páginas confiáveis na internet, encontrar a autoria era fundamental. A saída sugerida pelo autor estava na utilização de sites oficiais, os quais traziam maiores segurança e credibilidade para o trabalho do(a) historiador(a).¹⁸

Atualmente, com os avanços tecnológicos, há certa facilidade em conservar fontes digitais por meio de diversos dispositivos de armazenamento existentes, como o caso do *Drive*, onde é possível baixar o texto e guardar em um armazenamento pessoal e *backup*. A partir dos problemas enfrentados por Sá, Cezarinho busca ampliar o horizonte do que se pode considerar fonte digital, indo além dos ditos *sites* oficiais e dando crédito também aos documentos criados de forma conjunta e sem uma autoria definida.¹⁹

Anita Lucchesi é indicada como fundamental para o campo da historiografia digital, a autora aponta outros motivos para a adequação dos historiadores frente aos documentos digitais, como o interesse que o público, não especializado em História, demonstra em textos históricos produzidos sem nenhum rigor acadêmico. Isso já bastaria para mostrar a importância de o historiador criar um olhar atento às informações que circulam nos meios digitais. Segundo Cezarinho, Lucchesi apresenta a ideia de Historiografia Digital:

¹⁸ CEZARINHO, F. A. História e fontes da internet: uma reflexão metodológica. *Temporalidades* – Revista de História, v. 10, n. 26, jan./abril. 2018.

¹⁹ CEZARINHO, F. A. História e fontes da internet: uma reflexão metodológica. *Temporalidades* – Revista de História, v. 10, n. 26, jan./abril. 2018.

[...] que não deve ser vista como capacidade de elevação de uma história serial, uma calculadora de arquivos e documentos, mas como uma rede capaz de trazer novos problemas aos historiadores e historiadoras do tempo presente [...].²⁰

Ou seja, a autora discute as possibilidades de organizar um campo próprio chamado Historiografia Digital, dada a complexidade dos documentos digitais. Outra autora, ainda parte da discussão feita por Cezarinho sobre as fontes digitais, é Alexandra Silva de Oliveira, que se preocupa com a questão da manipulação de dados, autenticidade de informação, plágios e dá instruções sobre organização de documentos, alertando para a importância de armazenamento do material alvo da pesquisa.²¹ Um acervo digital das fontes utilizadas é importante no cenário volátil que é o mundo virtual, pois os documentos podem a qualquer momento ser editados, privados de acesso ou até mesmo deletados da rede. Um exemplo dessas mudanças abruptas dentro da rede virtual é encontrado na pesquisa que também analisou o uso do alimento enquanto oferenda por meio de vídeos no *Youtube*²², o praticante budista e criador de vídeos Evandro Legramonte, no momento deste trabalho, privou seu vídeo a respeito do *butsudan*, os limites do acesso à informação não permitiram neste caso desvendar o motivo desse apagamento e o vídeo que anteriormente foi analisado, neste momento não pode ser acessado novamente.

Um autor importante para o estudo do tipo de fonte primária digital é Almeida (2011), que aponta uma resistência na historiografia para a incorporação de novas categorias documentais, fenômeno já mencionado por Sá e Cezarinho. A explicação, segundo o autor, para a desconfiança no

²⁰ CEZARINHO, F. A. História e fontes da internet: uma reflexão metodológica. *Temporalidades* – Revista de História, v. 10, n. 26, jan./abril. 2018.

²¹ CEZARINHO, F. A. História e fontes da internet: uma reflexão metodológica. *Temporalidades* – Revista de História, v. 10, n. 26, jan./abril. 2018.

²² OLIVEIRA, R. M. Das frutas frescas à gelatina em pó: o sentido da comida como oferenda no *bustudan*, retratado por criadores de conteúdo na plataforma *Youtube* (2016-2018). In: BUENO, A. *Estudos em História Asiática e Orientalismo no Brasil*. 1 ed. v. 1, Rio de Janeiro: Sobre Ontens/UERJ, 2020, p. 3-219.

uso dessas fontes seria uma herança da escola Metódica, do final do século XIX, que privilegiava documentos escritos e oficiais; também, a falta de discussão teórico-metodológica a respeito do tema digital.²³ Considerando este cenário, o autor se propõe a contribuir com a pesquisa, construindo o conceito de fonte digital, que é:

[...] aquele documento – de conteúdo tão variável quanto os registros da atividade humana possam permitir – codificado em sistema de dígitos binários, implicando na necessidade de uma máquina para intermediar o acesso às informações. Tal máquina é, na maioria das vezes, um computador.²⁴

O autor cria categorias e subcategorias do que se pode considerar fonte digital. A primeira categoria é das “fontes não-primárias digitais”, que são documentos não-primários produzidos fora da *Internet*, mas que existem na rede por serem digitalizados, como, por exemplo, livros e trabalhos acadêmicos. A segunda categoria diz respeito às fontes primárias digitais, que se dividem em duas subcategorias, os “documentos primários digitais exclusivos”, ou seja, documentos primários que foram produzidos dentro do ambiente virtual; a outra subcategoria corresponde aos “documentos primários digitalizados”, sendo documentos primários que foram produzidos em outros meios, mas que foram digitalizados no mundo virtual.²⁵ Dentro desta divisão conceitual de fonte digital, o *Youtube* se enquadraria mais especificamente na subcategoria de digitais exclusivos, ou seja, documentos que existem apenas virtualmente, sendo publicados e arquivados apenas por meio de dispositivos eletrônicos, como computadores ou *smartphones*.

²³ ALMEIDA, F. C. O Historiador e as Fontes Digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. *Aedos: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS (Online)*, v. 3, 2011, p. 9-30.

²⁴ ALMEIDA, F. C. O Historiador e as Fontes Digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. *Aedos: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS (Online)*, v. 3, 2011, p. 9-30.

²⁵ ALMEIDA, F. C. O Historiador e as Fontes Digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. *Aedos: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS (Online)*, v. 3, 2011, p. 9-30.

O mundo virtual e suas diversas redes sociais necessitam de novas metodologias para seu tratamento enquanto fonte no campo da História, pois são novas formas de interação social. A resistência por parte da tradição historiográfica em lidar com as novas possíveis fontes não foi diferente no caso da plataforma *Youtube*, mas alguns autores já dão pistas de possíveis formas de análise, afirmando que o historiador pode lançar olhares sobre o mundo virtual.

Napolitano (2008) sugere formas de abordar fontes audiovisuais e, embora seu texto tenha inclinações com pesquisas que trabalham mais com cinema, televisão e música, suas orientações metodológicas cabem relativamente ao *Youtube*, pois essa plataforma engloba em seu conteúdo todos os itens anteriores, não obstante apresente inovações. Ao analisar uma fonte audiovisual, aqui sobretudo o vídeo, é necessário “[...] perceber as fontes audiovisuais e musicais em suas estruturas internas de linguagem e seus mecanismos de representação da realidade, a partir de seus códigos internos [...]”.²⁶ Percebe-se que Napolitano busca responder o que foi apresentado no documento e quais recursos foram utilizados para essa apresentação.

André (2018) apresenta reflexões semelhantes e sugere a atenção aos elementos próprios do audiovisual:

[...] como a disposição dos objetos na cena, as Inter linguagens, a sonoridade, entre outros pontos. Não se trata apenas de questões técnicas, mas de linguagens fundamentais para a construção dessa categoria heurística [...].²⁷

Ou seja, a forma como o produtor de conteúdo a cria: posicionamento de câmera, escolha do cenário, recursos sonoros, comportamento do autor etc. Também, não menos importante, é interessante verificar o alcance de visualizações do vídeo, sua data de publicação, se a produção é individual

²⁶ NAPOLITANO, M. Fontes audiovisuais: a história depois do papel. In: PINSKY, C. B. *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 235-291.

²⁷ ANDRÉ, R. G. O dharma na impermanência da web: difusão e transformações do zen-budismo na internet (2015-2017). *Horizonte*, v.16, n.51, Belo Horizonte, set/dez. 2018, p.1240-1269.

ou institucional, se há um padrão de público e comentários. Analisar desta forma é tentar compreender a mensagem do documento e suas estratégias de comunicação, para Certeau (2014) estratégia é também uma tentativa de convencer alguém²⁸, portanto, o vídeo pode retratar em que medida a BSGI, por meio dos seus devotos, busca convencer novos possíveis adeptos. Essa visão da fonte audiovisual foi aqui abraçada por essa pesquisa, portanto busca-se compreender o que foi dito sobre o uso do alimento enquanto oferta no *butsudan*, como também de que forma o produtor de conteúdo escolheu compartilhar essa prática.

Análise das fontes

Como contribuição teórica, serão utilizados os conceitos propostos por Michel de Certeau (2014). O autor apresenta conceitos relevantes para a relação entre instituição e seguidores, introduzindo a noção de estratégia e tática. Estratégia sendo a manipulação “[...]das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado.” As estratégias são produtos, preceitos que impõem a ordem de determinada instituição. Tática é definida como:

Ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha.²⁹

As táticas são respostas que surgem a partir desses produtos impostos, ou seja, os usos que os consumidores fazem a partir do contato com o produto. Michel de Certeau aponta que entre o consumidor e esses produtos “[...]existe o distanciamento mais ou menos grande do uso que faz deles”³⁰, indicando

²⁸ CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 22 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

²⁹ CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 22 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

³⁰ CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 22 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

aqui as diversas ressignificações que podem ser empreendidas em qualquer campo que haja relações de forças. Portanto, mediante os vídeos sobre o *butsudan*, serão analisados de que forma os princípios budistas (estratégias) são compreendidos pelos adeptos e como esses os ressignificam em suas oferendas no oratório doméstico (táticas).

O mundo virtual e suas diversas redes sociais necessitam de novas metodologias para o tratamento enquanto fonte em história, pois são novas formas de interação social. Anita Natividade Carneiro e Bruno Grigoletti Laitano (2018) sugerem uma metodologia própria para lidar com o *Youtube*. Segundo os autores, o Brasil é a segunda nação no mundo quando se fala em acesso ao *Youtube* e 95% da população que acessa as redes sociais assistem ao menos um vídeo por mês³¹. São dados expressivos e demonstram a relevância de se encarar a plataforma enquanto fonte primária historiográfica, uma vez que o *Youtube* se mostra tão presente no cotidiano e cada vez mais se insere nas práticas sociais.

O primeiro momento seria o de selecionar o vídeo que será analisado. O historiador escolhe seu documento de acordo com os critérios estabelecidos pela pesquisa e objetivos a serem alcançados. Aqui, por exemplo foi critério de escolha vídeos onde seus produtores se considerassem adeptos da comunidade BSGI e o objetivo é identificar reelaborações que produzem e dizem sobre suas religiosidades. Para realizar esse filtro, além dos critérios próprios da pesquisa, o historiador pode utilizar o filtro disponível na própria plataforma. Algumas características podem ser filtradas usando a ferramenta do *Youtube*, como a data em que o conteúdo foi publicado (última hora, hoje, esta semana, este mês ou este ano); o tipo de vídeo, ou seja, pela categoria do conteúdo (filme, programa, entre outros); pela

³¹ LAITANO, B. G; CARNEIRO, A. N. Youtube como fonte histórica: uma proposta de metodologia. In: Alana Basso; Cassiano Floriano Fraga; Cleverton Luis Freitas de Oliveira; Debora Inês Salvi; Diogo Quirim; Gabriel Ribeiro da Silva; Guilherme da Silva Cardoso; Israel Aquino; Lívia Amarante Gallo/ Said Solomón; Taiane Lopes. (Org). *Comunicações do 3 Encontro Discente de História da UFRGS*. 1ed.Porto Alegre: Editora FI, v. , 2019, p.239-247.

duração do conteúdo (curto ou longo); pela qualidade de exibição e suas características (se possui legenda, opção 3D); também, classificar por relevância, visualizações e avaliações. Ou seja, uma variedade de características que podem ser utilizadas a favor do pesquisador.

Por fim, após a escolha do documento o historiador partirá para a análise, que foi dividida em dois momentos: análise do canal e análise do vídeo. Compete à análise do canal identificar qual alcance deste (inscrições, visualizações e número total de vídeos); os comentários que o público compartilha, assim como a comunidade criada entre quem produz e quem assiste); como o dono do canal o descreve; biografia do produtor (quem é o sujeito por trás do vídeo); se há uma rede de comunicação entre vários canais; como o produtor organizou seus vídeos (categorias ou playlists) outras redes sociais associadas ao canal; se há um vídeo destacado pelo produtor.

Cabe a análise do vídeo identificar quais comentários foram publicados a respeito da produção audiovisual; qual a estética do vídeo (edição, cenário, música, dentre outros aspectos); o discurso do produtor e quais as referências para a construção de sua narrativa; duração, data de publicação e descrição do vídeo; quais recomendações aparecem na página de dado vídeo; por fim, se há monetização do vídeo³².

***Butsudan*, o vídeo educativo de Cesinha Chaves**

O primeiro vídeo analisado chama-se *Butsudan* e foi compartilhado em 2017. Quando foi consultado contava com mais de 7.000 visualizações e 6 comentários. O canal em que o vídeo foi publicado é privado e tem o nome *Cesinha Chaves*, leva o nome do próprio produtor audiovisual. O vídeo é uma animação feita a partir de um compilado de textos e imagens organizados

³² LAITANO, B. G; CARNEIRO, A. N. Youtube como fonte histórica: uma proposta de metodologia. In: Alana Basso; Cassiano Floriano Fraga; Cleverton Luis Freitas de Oliveira; Debora Inês Salvi; Diogo Quirim; Gabriel Ribeiro da Silva; Guilherme da Silva Cardoso; Israel Aquino; Lívia Amarante Gallo/ Said Solomón; Taiane Lopes. (Org). *Comunicações do 3 Encontro Discente de História da UFRGS*. 1ed.Porto Alegre: Editora FI, v. , 2019, p.239-247.

por Sandro Ribeiro, dono do site *As Mais Belas Histórias Budistas* e é narrado por Andressa Koetz. Cesinha Chaves produziu e editou o conteúdo de Sandro Ribeiro e a narração de Andressa Koetz, descrevendo este vídeo como os *apetrechos e acessórios do Butsudan os seus significados*.³³

Cesinha Chaves, nascido no Rio de Janeiro, não é apenas um anônimo que se considera budista ou um adepto que resolveu publicar sua vida privada, esse autor é um *videomaker*, produziu eventos e trabalhou para emissoras televisivas. O seu não anonimato mereceu artigo na revista VICE, que afirmou seu pioneirismo em produção de conteúdo a respeito do esporte skate no Brasil “numa época em que o acesso à informação audiovisual sobre o skate era escasso no Brasil [...]”.³⁴ Atualmente, Cesinha Chaves publica no meio digital seu acervo, conteúdo dos anos 1980 e 1990 relacionado ao skate, principalmente no canal do Youtube chamado *Chave Mestra Vídeos*. É uma mistura de material novo e velho, registros inéditos não publicados. Cesinha se considera:

[...] um documentarista, um cara que vai lá e mostra o que acontece. Então juntei essas matérias que fazia pra tevê e outras num formato pra chegar ao público, a fim de que as pessoas possam entender como era o skate no século 20.³⁵

Portanto, Cesinha Chaves busca reunir para o meio digital o conteúdo que produziu e participou nos anos 1980 e 1990. Embora sua especialidade seja o universo cultural do skate, também compartilhou vídeos no seu canal a respeito do budismo. O canal de Cesinha Chaves tem uma lista de 47 vídeos com o tema budismo, sendo somente um produzido por ele, chamado *Bustsudan*, e os demais compartilhados de outros canais do Youtube. Os

³³ CHAVES, C. *Butsudan*. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=svSKXsZtWE>. Acesso em: 10 jun. 2022

³⁴ RIBEIRO, E. *O cara que recupera a história audiovisual do skate do século 20*. Editora VICE. Disponível em: <https://www.vice.com/pt/article/xyqp8q/chave-mestra-videos-skate-do-seculo-20>. Acesso em: 10 jun. 2022.

³⁵ RIBEIRO, E. *O cara que recupera a história audiovisual do skate do século 20*. Editora VICE. Disponível em: <https://www.vice.com/pt/article/xyqp8q/chave-mestra-videos-skate-do-seculo-20>. Acesso em: 10 jun. 2022.

temas que aparecem nesta lista de vídeos são: introdução ao budismo, recitações de sutras para prática budista, introdução ao movimento Sôka Gakkai Internacional e a explicação de alguns conceitos dentro do budismo.

A sua relação com o budismo aparece em seu *blog* pessoal, uma espécie de diário. Porém, ao passo que o diário registra o privado e reside no privado, o *blog* registra o privado e publica, ou seja, torna o conteúdo pessoal em público. Cesinha Chaves diz que foi mediante indicação de um amigo e participação de grupo de estudos, e a princípio ele tinha uma posição de dúvida com o que era dito, mas que sua visão mudou. Segundo Cesinha Chaves, o budismo dialoga com a prática do skate, pois ambos requerem o poder da mente. “Tudo é poder da mente e pode ser trabalhado”, e esse poder mental atua no skate quando é necessário por exemplo aprender a superar os obstáculos ou desenvolver a habilidade de antecipação de causa e efeito, onde a causa é o movimento e o efeito é a superação³⁶.

O vídeo, com duração de 7 min e 45 segundos, começa com uma música de tom suave, imagens ilustrativas e narrativa. É separado por tópicos e em cada um desses é descrito, por meio das imagens em textos e figuras, também pela narração, itens que compõe o oratório budista *bustudan*. O conteúdo do vídeo é apresentado em texto com fonte amarela e um fundo de tela que gradualmente passa de um azul escuro para um azul mais claro, conforme se aproxima do centro da tela. Mas seria muito importante para maior entendimento o acesso ao próprio vídeo, que se encontra no Youtube até o momento desta pesquisa.

O primeiro item apresentado é o *gohonzon*, sendo que, de acordo com o vídeo, *honzon* significa “objeto de máximo respeito” e *go* “digno de honra”. Neste item os caracteres “Nam-Myoho-Renge-Kyo-Nichiren” aparecem. A recitação desta frase é central no budismo de Nichiren Daishonin, escola

³⁶ CHAVES, C. *Brucks Skate Surf Arte*. 2013. Disponível em: <https://cesinhachaves.blogspot.com/search?q=budismo>. Acesso em: 10 jun. 2022

budista que este vídeo faz referência. A ideia de *gohonzon* aparece como parte do *butsudan* de diversos praticantes e completa estruturalmente esse oratório, embora assuma diferentes formas, de acordo com o olhar particular seletivo de cada adepto. O vídeo segue com a descrição do *butsudan*, ou “casa do Buda” se traduzido do japonês, sendo o espaço que reserva o texto de Nichiren, assim como os demais itens sagrados. Sobre esse espaço é afirmado no vídeo que “na medida que avançamos na prática, surge naturalmente o sentimento de dignificar o local onde está”.³⁷ Ou seja, com o aprofundamento da prática religiosa o adepto sacraliza o espaço, que ganha sentido na medida que a intimidade do praticante aumenta com seu oratório.

O próximo item apresentado pelo vídeo seria a oferta de folhas verdes ao Buda. Ao contrário das flores que murcham facilmente, os galhos verdes representariam as “virtudes de eternidade e pureza” por serem mais resistentes. O vídeo afirma que no Japão comumente é ofertada a planta aromática *shikimi*, mas qualquer planta verde pode ser utilizada no oratório. Segue com menção as velas como parte da composição do *butsudan*, sendo “indispensáveis para iluminar a escuridão” e representam a “natureza de Buda, a Sabedoria, a Essência Iluminada do Buda”. O incenso presente no oratório dignifica o que é ofertado neste espaço, pois purificaria a área em que se encontra o *gohonzon*. A água aparece como item a parte a ser ofertado no *butsudan*. Segundo o vídeo, “oferecer água a convidados importantes parece ter sido um costume amplamente praticado na Índia daqueles dias”, ou seja, um alimento que recepcionava visitas e que tem valor estimado, por isso sua relevância em presenciar o altar budista. No vídeo é prescrito que a água deve ser oferecida ainda fria e fresca todas as manhãs no *gohonzon* e retirada antes da oração da noite.³⁸ Aqui, temos condições

³⁷ CHAVES, C. *Butsudan*. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=svSKXsZsTWE>. Acesso em: 10 jun. 2022

³⁸ CHAVES, C. *Butsudan*. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=svSKXsZsTWE>. Acesso em: 10 jun. 2022

de uma água bebível, pois ser fresca é condição da sua oferta. Portanto temos um dos itens que além de oferenda pode ser considerado comida.

Chegamos no elemento central desta pesquisa: a comida enquanto oferenda. O vídeo sugere as frutas sendo uma “tradicional oferenda ao Gohonzon” mas que “enquanto existir sinceridade, qualquer comida considerada boa pode ser oferecida”.³⁹ Possibilitar a escolha da comida baseado no que é bom para o próprio praticante é metaforicamente um prato cheio, pois abre um leque de possibilidades do que pode ser considerado comível, determinando o que será ofertado. Assim, temos o uso de comidas, por exemplo o suco em pó, que não são repertório de uma tradição budista, mas que a partir dos seus praticantes, encontram seu espaço dentro do sagrado. Esse princípio, embora bem delimitado é pouco restritivo e sugere a facilidade de a BSGI ter um público tão diverso de adeptos. Outro aspecto da prática que enfatiza essa posição da oferenda enquanto alimento é que após retirada do *butsudan*, “a fruta deve ser retirada” e “consumida enquanto está fresca”.⁴⁰ Novamente, assim como a água presente no altar, a condição de fresca sinaliza sua face comível por ser tratar de uma condição de consumo humano.

Um item pertinente e que se encontra em outras práticas budistas é o sino. O vídeo afirma que “tocar o sino durante o Gongyo serve para louvar o Buda e alegrar o espírito”.⁴¹ O sino marca o início do ritual e sinaliza seu encerramento diário. Seu caráter musical também é considerado, pois oferecer música ao Buda é, segundo o vídeo, prática frequentemente mencionada nas escrituras budistas. O vídeo também discute a respeito da

³⁹ CHAVES, C. *Butsudan*. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=svSKXsZsTWE>. Acesso em: 10 jun. 2022

⁴⁰ CHAVES, C. *Butsudan*. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=svSKXsZsTWE>. Acesso em: 10 jun. 2022.

⁴¹ CHAVES, C. *Butsudan*. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=svSKXsZsTWE>. Acesso em: 10 jun. 2022.

liturgia ou apresentação religiosa em torno do gongyo, definido pela BSGI como:

[...]uma cerimônia budista diária praticada diante do Gohonzon [...]é composto essencialmente de três elementos: 1) A recitação de trechos do capítulo "Meios Apropriados" (Hoben) e "A Extensão da Vida" (Juryo), do Sutra do Lótus, a razão do advento do buda shakymuni; 2) Recitação do Nam-myoho-renge-kyo; 3) Orações Silenciosas.⁴²

Para a recitação do *Nam-myoho-renge-kyo*, o adepto segura em suas mãos o *juzu* que, segundo o vídeo, "deve ser usado colocando-se a extremidade com três borlas no dedo médio na mão direita, e da outra com duas borlas, no dedo médio da mão esquerda," No vídeo, são apresentadas algumas considerações gerais sobre o budismo de Nichiren Daishonin, sendo a fé, prática e estudo a forma "correta" da prática. Fé é "acreditar fervorosamente no Gohonzon"; prática é recitar o sutra e ensinar ao próximo; estudo é a compreensão do ensinamento budista e a fé é, além de estimulante da prática e estudo, "imprescindível para atingir o estado de Buda".⁴³ Neste momento o vídeo indica quais estratégias a instituição definiu e apresentou para seus seguidores, assim, ditaram qual é o caminho considerado correto para se atingir a iluminação e delimitaram quais as regras presentes no seu espaço de poder.

ORATÓRIO BUDISTA | Nosso Apê 32B o casal Gabriela e Luciano e seu cantinho de fé

O próximo vídeo analisado chama-se *ORATÓRIO BUDISTA | Nosso Apê 32B*, publicado em 2019 no canal *Nosso Apê 32B*. No momento da pesquisa este conteúdo audiovisual atingia mais de 9.900 visualizações e 91 comentários em sua publicação. Esse canal do *Youtube* pertence aos criadores de conteúdo Luciano e Gabriela, que após comprarem um

⁴² CHAVES, C. *Butsudan*. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=svSKXsZsTWE>. Acesso em: 10 jun. 2022.

⁴³ CHAVES, C. *Butsudan*. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=svSKXsZsTWE>. Acesso em: 10 jun. 2022.

apartamento, iniciaram um projeto que objetivava compartilhar dicas de reforma, decoração e receitas. Portanto, o vídeo a respeito do *bustudan* está relacionado a dicas de reforma e decoração. O vídeo, com 7:08 minutos de duração, é dedicado totalmente ao oratório budista. Em contraste com o vídeo anterior analisado, que enfatizou sobretudo os itens que compõe o *butsudan* e seu sentido dentro da prática budista, aqui a ênfase está no objeto em si e como compõe o grupo de objetos da casa. Gabriela, durante o vídeo, apresenta seu *bustudan*, o processo de instalação do mesmo na residência e há indicações do local (Oratórios Fuji, localizado no bairro Liberdade, em São Paulo) que adquiriu este objeto e preço, sendo R\$420,00. Antes dos pormenores do vídeo analisado, é necessário compreender os produtores de conteúdo que o produziram.

O canal é privado, ou seja, o que é compartilhado corresponde a vida privada de Luciano e Gabriela, que formam um casal. Os vídeos são divididos em lista de reprodução, com títulos que sugerem seu próprio conteúdo: GRAVIDEZ; Datas Românticas; MESA POSTA; ROTINA; CASAMENTO; GABI RESPONDE; RESENHA; ESPECIAL; SOBRE NÓS. VISITANDO LOJAS; PROMOÇÕES. NOSSO APÊ RESPONDE; RECEBENDO A MESA POSTA; RECEITAS COM AMOR; TOUR; DICAS; COMPRINHAS PARA O APÊ; VLOG; DIÁRIO DE REFORMA; DIÁRIO DE DECORAÇÃO, onde se encontra o vídeo analisado. No espaço das redes sociais que o canal possui, *Facebook*, *Instagram* ou no próprio *Youtube*, não há uma descrição extensa sobre a vida dos dois, assim, os vídeos publicados seriam um caminho para entender quem são esses criadores de conteúdo digital.

Gabriela demonstra seu vínculo com o budismo em um vídeo chamado *ESPECIAL 2MIL INSCRITOS PERGUNTAS + SORTEIO | Nosso Apê 32B*, onde afirma que “[...]eu sou budista desde pequena, budismo de Nichiren Daishonin e Luciano não segue nenhuma religião, por mais que a família dele seja

evangélica[...]"⁴⁴. Neste caso, Gabriela teve contato muito cedo com a religião e continuou sua prática na vida adulta, Luciano a acompanhou, mesmo sendo de tradição neopentecostal. Ainda neste vídeo respondendo a perguntas dos seus seguidores, Gabriela e Luciano são questionados a respeito de suas formações e profissões. Gabriela afirma que é formada em Publicidade e Propaganda e trabalha em uma gráfica pertencente a sua família. Luciano trabalha na produção, mas não fica evidente qual vínculo empregatício ou empresa, instituição trabalha. A formação de Gabriela sugere sua familiaridade com a produção audiovisual e diferentemente de Luciano, ela é muito mais comunicativa e ativa em produzir conteúdo.

O vídeo inicia com as boas-vindas dadas por Gabriela, seguindo de uma introdução animada com efeitos sonoros e cores suaves, rosa, verde e branco, destacando o nome do canal *Nosso Apê 32B*, prosseguindo com o título *ORATÓRIO BUDISTA*. É pertinente destacar o contato visual que a autora mantém com seu público, criando intimidade e maior imersão no conteúdo audiovisual. A intenção do vídeo é mostrar "[...]o cantinho mais especial aqui do apartamento que é o nosso cantinho de oração, onde a gente instalou nosso oratório." Em seguida, Gabriela afirma que "[...]quando nós somos budistas nós temos um oratório que tem o *gohonzon* consagrado que é um pergaminho né escrito em japonês[...]"⁴⁵. Neste momento, a autora apresenta o que seria, segundo sua perspectiva, os pilares do praticante budista: ser budista é ter um oratório, portanto, o *butsudan* é central na atividade religiosa; o oratório deve ser consagrado, assim, existe um protocolo institucional que prepara essa escritura e eleva à condição do sagrado (esse processo de sacralização do objeto é exemplificado no próximo documento analisado aqui); a escritura deve ser em japonês, herança de um budismo étnico, como

⁴⁴ BONINI, G. *ESPECIAL 2MIL INSCRITOS PERGUNTAS + SORTEIO* | *Nosso Apê 32B*. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dBF63jivGNk&t=2s>. Acesso em: 10 jun. 2022.

⁴⁵ BONINI, G. *ORATÓRIO BUDISTA* | *Nosso Apê 32B*. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kNo-vO7anGo>. Acesso em: 10 jun. 2022

também estratégia institucional da BSGI em manter seu lugar de poder, o texto em japonês transmite a aproximação do culto a um budismo japonês, o que passa certa credibilidade aos praticantes, embora não necessariamente compreendam ou falem o idioma presente no manuscrito.

O oratório foi escolhido de acordo com a organização da sala em que será instalado, pois, segundo a autora do vídeo, ele combina com a parede e com o sofá ali presentes. Todo o processo de instalação do *butsudan* é registrado e constantemente são sugeridas dicas de como executar tal processo. Instalação finalizada, o vídeo segue com a apresentação dos itens que dispõe o oratório, sendo velas, frutas, água e o “verde” indicando alguma vegetação, que pode ser natural ou de plástico, sino e incenso. Neste momento do vídeo, a autora afirma que “todos esses são oferecimentos que a gente faz no momento da nossa oração, cada um tem seu significado né[...]⁴⁶ mas não reserva um momento do vídeo para explicá-los, direcionando seus expectadores para o campo de comentários onde poderão tirar dúvidas. Após demonstrar a disposição dos itens, a autora aponta para o espaço entre as portas, onde será guardado o *gohonzon* ou pergaminho. Gabriela finaliza o vídeo afirmando que:

[...] esse cantinho é o mais especial para mim aqui nesse apartamento, porque é o cantinho da nossa fé né, eu acho que se a gente tem uma oportunidade né, eu aqui você na sua casa de ter um cantinho de oração eu acho que é muito importante porque é com a nossa fé que a gente consegue passar por todas as dificuldades, conquistar as nossas coisas[...].⁴⁷

Assim, se direcionando ao seu público usando a palavra você, a autora se aproxima e dialoga com quem a assiste. Nesse trecho do vídeo mencionado acima, é reafirmado a importância do lugar sagrado, espaço onde os adeptos mediante suas orações e ofertas, praticam sua fé. A autora

⁴⁶ BONINI, G. ORATÓRIO BUDISTA | Nosso Apê 32B. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kNo-vO7anGo>. Acesso em: 10 jun. 2022

⁴⁷ BONINI, G. ORATÓRIO BUDISTA | Nosso Apê 32B. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kNo-vO7anGo>. Acesso em: 10 jun. 2022

ainda comenta sobre a relação entre o *butsudan* e a vida privada, segundo Gabriela, é comum “[...] colocar o nosso oratório, instalar ele num lugar que fique visível[...]⁴⁸, assim, temos uma resignificação da presença do *butsudan* nos lares desses adeptos.

Os obstáculos que o budismo sofreu no Brasil nos primeiros anos de imigração japonesa, como as exigências do governo e das companhias japonesas de imigração que proibiram os *nikkeis* em realizar proselitismo religioso fora do Japão e os discursos racistas e militaristas antinipônicos, sobretudo nos anos de desdobramento da Segunda Guerra Mundial⁴⁹, não são significativamente presentes nas novas práticas budistas, dado esse distanciamento entre ser adepto e ser descendente de japonês no Brasil. Portanto, a “[...]esfera íntima, particular, pouco mencionada pelos imigrantes em convívio com os brasileiros”⁵⁰, é compartilhada publicamente no *Youtube*, sem perder seu aspecto particular, indicando que nesse espaço virtual algo pode ser público e íntimo sem ser contraditório, uma vez que os próprios seguidores do canal são considerados íntimos do produtor de conteúdo.

No campo dos comentários abaixo do vídeo publicado, as discussões se direcionam à elogios ou falas de pertencimento, pois, ao que tudo indica, alguns seguidores do canal *Nosso Apê 32B* são simpatizantes ou até mesmo seguem vertentes budistas. Um comentário que se destaca, devido ao foco desta pesquisa, é de uma internauta chamada Daiana Calado, que, em 2019, questionou “Gabi, pq as frutas?”, o canal se posicionou e comentou:

Oi, minha linda, a fruta é um oferecimento de agradecimento pela fartura em casa e prosperidade. Depois que ela é trocada pode ser consumida normalmente e não tem nenhum misticismo em relação a isso (tipo depois ela fica abençoada) [...] ⁵¹

⁴⁸ BONINI, G. ORATÓRIO BUDISTA | *Nosso Apê 32B*. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kNo-vO7anGo>. Acesso em: 10 jun. 2022

⁴⁹ ANDRÉ, R. G; LUIZ, L. H. O retorno dos ancestrais: Bom Odori e ritos mortuários no Templo Budista Honpa Honganji em Londrina. *Antíteses*, v.11, n.22, Londrina, jul/dez, 2018, p. 890-915.

⁵⁰ SILVA, A. B; SOARES, A. L. R. Os Oratórios domésticos: lugares de memória para os imigrantes japoneses em Santa Maria/RS. *PATRIMÔNIO E MEMÓRIA (UNESP)*, v. 13, 2017, p. 179-200.

⁵¹ BONINI, G. ORATÓRIO BUDISTA | *Nosso Apê 32B*. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kNo-vO7anGo>. Acesso em: 10 jun. 2022.

Essa dúvida presente neste comentário demonstra o interesse do público em se aprofundar nos detalhes da prática budista, e consultam não só as instituições, como também influenciadores digitais que por meio das mídias legitimaram espaços de poder, orientando internautas em assuntos diversos, como o religioso no caso.

O comentário responde também à questão central deste trabalho, e pode ser reformulado de outra forma: por que as frutas são oferendas aqui? A autora afirma que a fruta é oferenda, mas não se tem uma ideia da extensão do que pode ser considerado oferenda no *butsudan*, sua resposta é bem direcionada e conseqüentemente se limita a questão posta pela internauta. Mas, a partir desse diálogo para além do conteúdo audiovisual, sugere-se a ressignificação da praticante budista. A fruta, encarada no vídeo enquanto comida e oferenda, é um agradecimento pela fartura e prosperidade vivida por Gabriela, não há menção da oferta do alimento para algum familiar falecido ou até mesmo alguma entidade sagrada, o *butsudan* aqui é sim o espaço de manifestação do sagrado, mas seu atributo é a fé, ou seja, o oratório manifesta a fé da praticante, fenômeno que ampara suas dificuldades cotidianas e possibilita conquistas materiais e espirituais.

Fabíola Souza e seu vídeo *Oratório e concessão de gohonzon*

O vídeo analisado foi produzido por Fabíola Souza e publicado em 2016 no canal *A Fabí por aí...* Com o título *Oratório e concessão de gohonzon*, Fabíola é praticante budista da BSGI e responde algumas dúvidas de seus seguidores a respeito da iniciação no budismo. Ainda no vídeo, é registrada uma cerimônia de iniciação de um novo adepto na BSGI, que recebe seu *gohonzon*. Por fim, no vídeo a autora apresenta seu *butsudan* e os objetos dispostos no oratório. Das fontes aqui investigadas, esse vídeo é o que possui maior alcance na plataforma, sendo mais de 25.600 visualizações e 210

comentários, portanto, Fabíola Souza é a produtora de conteúdo que possui maior engajamento no Youtube.

O canal de Fabíola Souza, chamado *A Fabí por aí...*, é um canal pessoal e multitemático, e seus vídeos são separados em tópicos que a autora criou. As listas são separadas pelos temas: *Por aí* que compartilha vídeos de viagens feitas pela autora, desde passeios cotidianos à viagens mais distantes; na lista *Mexa-se*, Fabíola compartilha com seu público atividades de yoga e meditação; a lista *beleza e moda* é composta de vídeos que sugerem ao público cuidados pessoais ligados à estética; na lista *Plantas de receitas*, a autora compartilha receitas culinárias e dicas de cuidado com plantas; na lista chamada *Casa e sustentabilidade*, a autora apresenta mudanças realizadas em sua casa, bem como sugestões de economia e sustentabilidade; por fim, o grupo de vídeos chamado *Autoconhecimento e Filosofia Cotidiana*, lida com temas sobre empatia, budismo, casamento, resenhas de livros, respostas aos seguidores.

Fabíola explora diversos temas, que se dialogam à medida que participam do seu cotidiano. Seu canal, assim como o blog de Cesinha Chaves ou o canal *Apê 32B*, é um espaço de registro da vida da autora, ou também interpretado como a representação de vida escolhida pela autora, pois, assim como os vídeos anteriormente analisados, o que é compartilhado no Youtube parte de escolhas. A autora é personagem do mundo virtual, uma vez que o conteúdo audiovisual publicado sofre um preparo, como a escolha de um tema, organização do cenário e edição após a gravação do vídeo, que inclui novas informações ou apaga trechos do que foi registrado. Esse preparo e produção do vídeo é recorrente em muitos canais no Youtube, canais esses que são encarados por muitos produtores como um ofício.

Fabíola Souza compartilhou em 2018 um vídeo chamado *Quem sou eu??*, mediante esse vídeo compreende-se quem é a autora do canal ou o qual imagem que ela constrói para seu público. Fabíola nasceu em 1985, em

uma família de não descendentes de japoneses, em São Paulo. Formada em Educação Física, a autora leciona exercícios de pilates, paralelamente ao seu trabalho de produtora audiovisual. Conheceu o budismo por meio de um amigo e iniciou sua prática e estudos. A autora afirma que criou o canal com o objetivo de registrar suas viagens de turismo, mas a partir de uma demanda de seus seguidores compartilhou uma série de vídeos a respeito do budismo.⁵²

No início do vídeo a respeito do seu *butsudan*, Fabíola comenta sobre a iniciação na BSGI, onde o novo adepto deve assinar um “Termo de Conversão”, se cadastrar e receber um “código de membro”, esse código dá acesso à área restrita no site da BSGI, endereçado <http://www.bsgi.org.br>. Ter esse cadastro com a instituição garante que o praticante acesse a *extranet*, uma extensão exclusiva do site somente para adeptos, como questões administrativas, reservas de salas, empréstimos de *gohonzon*, materiais de notícias e estudo como os impressos produzidos pela BSGI e conteúdo multimídia audiovisuais.⁵³ Seguindo o vídeo, Fabíola registra uma concessão de um novo adepto, nessa cerimônia é entregue o *gohonzon* ao recém praticante. Vale notar os sujeitos que participam da cerimônia: predominantemente não descendentes de japoneses. Pereira (2002) afirma que:

Desde o começo dos anos 60, o proselitismo da Gakkai no Brasil teve uma característica combativa, direcionando simultaneamente a várias frentes: o imigrante, seus descendentes e seus vizinhos não descendentes. O resultado desse esforço multidirecional é que, hoje, 90% de seus 104.358 membros não são descendentes de japoneses.⁵⁴

A habilidade no uso de meios de comunicação é utilizada não só pela BSGI, que veiculam notícias em diversas redes sociais, mas também por seus

⁵² SOUZA, F. *Quem sou eu??*. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=Or6387jIloY&list=PLgl6L8zSuY_V5mcMcBaXzDKZXOIPULPyn&index=49. Acesso em: 10 jun. 2022.

⁵³ SOUZA, F. M. *Oratório e Concessão de Gohonzon*. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=53DjwqOv08c>. Acesso em: 10 jun. 2022.

⁵⁴ PEREIRA, R. A. A associação Brasil Sôka Gakkai Internacional: do Japão para o mundo, dos imigrantes para os brasileiros. In: USARSKI, F. *O Budismo no Brasil*. São Paulo: Editora Lorosae, 2002, p.253-286

adeptos, sendo algum deles frequentadores do mundo virtual. Após o registro da cerimônia, Fabíola apresenta aos seu público os elementos que compõe o *butsudan* e seus significados, onde “os ramos verdes simbolizam a eternidade da vida[...]”, “os incensos são tradicionalmente oferendas ao Buda”, “a vela simboliza a sabedoria do Buda”, “a água simboliza pureza e a energia fundamental da vida”, “as frutas significam prosperidade para todas as pessoas” e por fim o sino pontuaria o início e fim das orações.⁵⁵

A comida utilizada pela autora são frutas, indicando a recorrência desse alimento entre os praticantes da BSGI. São elevadas à condição do sagrado pois carregam, para a autora, o símbolo da prosperidade, também mencionado no canal *Nosso Apê 32B*. As frutas, também apontadas no canal *Cesinha chaves* como ofertas tradicionais, simbolicamente concedem ao adepto a condição de próspero e sua oferta simboliza a conquista. O alimento aqui não foi escolhido por meio do repertório de gostos dos praticantes e sim pelo simbolismo que carrega consigo. Porém, há desvios dessa presença das frutas no oratório, como o praticante Evandro Legramonte e sua oferta de suco em pó, bem como afirma Cesinha Chaves “enquanto existir sinceridade, qualquer comida considerada boa pode ser oferecida”,⁵⁶ ou seja, o critério da oferta está relacionado intimamente também com a escolha pessoal do adepto, uma vez que depende do seu gosto alimentar.

No espaço de comentários do vídeo predominam adeptos e iniciantes na prática budista. São questionamentos recorrentes: onde os novos praticantes podem encontrar a instituição mais próxima de sua residência; como organizar os itens no oratório *butsudan*; como receber o *gohonzon*, também elogios aos vídeos compartilhados por Fabíola Souza em seu canal.

⁵⁵ SOUZA, F. M. *Oratório e Concessão de Gohonzon*. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=53DjwqOv08c>. Acesso em: 10 jun. 2022.

⁵⁶ CHAVES, C. *Butsudan*. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=svSKXsZsTWE>. Acesso em: 10 jun. 2022

Considerações finais

Buscou-se neste trabalho compreender o que pode ser considerado comida e oferenda por adeptos do budismo no Brasil, sobretudo participantes da instituição Brasil Sôka Gakkai Internacional (BSGI). Como fonte primária foram utilizados vídeos publicados na plataforma digital *Youtube*, um *site* de compartilhamento de conteúdo audiovisual. O recorte temporal do trabalho foi de 2016 a 2019, período de publicação no *site*, e os vídeos foram selecionados considerando que seus produtores são praticantes budistas e apresentam o oratório *butsudan*.

Encarando a comida enquanto alimento culturalizado e sacralizado, por meio dos conceitos de estratégia e tática de Michel de Certeau (2014), foi observado como esses adeptos taticamente apresentam seus oratórios e quais elementos são evidenciados por eles, o que consideram importante dentro da prática e de que forma expuseram aos seus públicos no *Youtube*. Como também, quais estratégias utilizadas pela BSGI foram percebidas. Considerando as limitações do trabalho, foi percebido que os adeptos nos vídeos aqui analisados são predominantemente não descendentes de japoneses. A prática no oratório budista sofreu mudanças estratégicas pela BSGI, com princípios e valores globalizantes, que a distanciou do culto aos ancestrais, tão central no budismo étnico, abrindo um leque de novos praticantes cada vez mais distintos.

A BSGI não buscou “sincretismos” ou “abrasileiramentos” com as religiões brasileiras⁵⁷, o que caracteriza a postura de outras escolas do budismo japonês no Brasil; estrategicamente, enfatizou discursivamente valores como a “[...] felicidade plena de cada indivíduo”, repudiar “[...] qualquer tipo de discriminação” ou “[...] um modo de vida que supera obsessões com as diferenças e tem como objetivo promover a paz e a

⁵⁷PEREIRA, R. A. A associação Brasil Sôka Gakkai Internacional: do Japão para o mundo, dos imigrantes para os brasileiros. In: USARSKI, F. *O Budismo no Brasil*. São Paulo: Editora Lorosae, 2002, p.253-286.

felicidade para a sociedade como um todo"⁵⁸, assim, se adaptou bem às demandas da sociedade neoliberal (individualismo, salvação individual), bem como a articulação com uma moral universal e aparentemente laica (paz mundial).

Também, o oratório foi taticamente deslocado por seus adeptos de uma posição de pouca visibilidade social para um espaço de destaque doméstico, sendo tema de vídeos publicados no *Youtube*, essa transformação no espaço reservado ao *butsudan* está relacionado com o perfil dos novos praticantes e a dinâmica do mundo virtual que possibilita a exposição do privado à uma comunidade de interesses mútuos. Outro elemento que compõe o oratório doméstico e, a partir da análise dos vídeos, podemos sugerir mudanças táticas por seus praticantes foram os alimentos ofertados enquanto manifestações do sagrado. Embora as frutas sejam recorrentes e apresentadas como ofertas tradicionais, carregadas pela ideia de prosperidade, há um espaço para outros alimentos no altar.

A comida enquanto oferenda e o próprio *butsudan* assumiram vários perfis, seguindo cada interesse particular dos sujeitos que aparecem nos vídeos analisados. Dentre as variações, é possível destacar usos devocionais, decorativos, de agradecimento pessoal e coletivo, espiritual e material, pela reafirmação dos propósitos da BSGI e referência aos seus fundadores presentes na liturgia. Assim, a reação tática às estratégias da instituição BSGI são bem apresentadas nos vídeos.

A instituição, por meio de suas publicações oficiais em *site* por exemplo, sugere o consumo de produtos de procedência conhecida e ecologicamente sustentáveis, o que reflete bem na ideia da fruta como algo "natural". Mas, para além disso, pratos recheados de intenções, como o amor investido pelos chefs mencionados pela BSGI, ou a oferta de suco em pó pelo

⁵⁸ BSGI, ASSOCIAÇÃO BRASIL SGI. BSGI – *Brasil Soka Gakkai Internacional*. Disponível em: <http://www.bsgi.org.br>. Acesso em: 26/03/2022.

praticante analisado em outra pesquisa já mencionada, são exemplos de ofertas possíveis encontradas. Portanto, o praticante pôde expressar-se através do significado que atribui ao alimento, cumprindo a exigência da BSGI de oferecer algo comestível no *butsudán*. Assim, observamos nas batalhas do dia a dia as disputas entre estratégias e táticas e suas ressignificações.

Referencial Bibliográfico

Fontes primárias

CHAVES, C. *Butsudán*. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=svSKXsZsTWE>. Acesso em: 10 jun. 2022

BONINI, G. *ORATÓRIO BUDISTA | Nosso Apê 32B*. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kNo-vO7anGo>. Acesso em: 10 jun. 2022

SOUZA, F. M. *Oratório e Concessão de Gohonzon*. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=53DjwqOv08c>. Acesso em: 10 jun. 2022.

Bibliografia

ALMEIDA, F. C. O Historiador e as Fontes Digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. *Aedos: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS (Online)*, v. 3, 2011, p. 9-30.

ANDRÉ, R. G; LUIZ, L. H. O retorno dos ancestrais: Bom Odori e ritos mortuários no Templo Budista Honpa Honganji em Londrina. *Antíteses*, v.11, n.22, Londrina, jul/dez, 2018, p. 890-915.

ANDRÉ, R. G. O dharma na impermanência da web: difusão e transformações do zen-budismo na internet (2015-2017). *Horizonte*, v.16, n.51, Belo Horizonte, set/dez. 2018, p.1240-1269.

BONINI, G. *ESPECIAL 2MIL INSCRITOS PERGUNTAS + SORTEIO | Nosso Apê 32B*. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dBF63jivGNk&t=2s>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BSGI, ASSOCIAÇÃO BRASIL SGI. BSGI – *Brasil Soka Gakkai Internacional*. Disponível em: <http://www.bsgi.org.br>. Acesso em: 26/03/2022.

BSGI, ASSOCIAÇÃO BRASIL SGI. *Mais do que simples comida...! Repensar o alimento que nos chega à mesa é também proteger o planeta*. 2014a.

Disponível em: <https://www.bsgi.org.br/noticia/mais-do-que-simples-comida-20141016/>. Acesso em: 25 maio 2024.

BSGI, ASSOCIAÇÃO BRASIL SGI. *Dois chefs e o alimento que vem do amor*. Membros da SGI, renomados chefs contam como produzem suas criações gastronômicas. 2014b. Disponível em: <https://www.bsgi.org.br/noticia/dois-chefs-e-o-alimento-que-vem-do-amor-20141016/>. Acessado em 25 maio 2024.

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 22 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

DUTRA, P. B. M; CHÊNE, S. G. B; BAENA, T. C. A. Religião e Tecnointerações: apropriação da tecnologia na prática do budismo de Nichiren Daishonin da Soka Gakkai durante a pandemia de Covid-19 em Santarém – PA. *Revista Iniciacom*, v.10, n.3, São Paulo, 2021.

FURLAN, C; TSAI, P. G. P. O código normativo budista e o ato de esmolar alimentos. *PÁGINAS DE FILOSOFIA*, v. 10, São Bernardo do Campo, 2021, p. 77-91.

GIARD, L; Cozinhar. In: CERTEAU, M; MAYOL, P. *A invenção do cotidiano: 2, morar, cozinhar*. Petrópolis: Artes de Fazer, 1996.

GONÇALVES, R. M. As flores do dharma desabrocham sob o Cruzeiro do Sul: aspectos dos vários “budismos” no Brasil. *Revista USP*, n.67, São Paulo, 2005, p.198-207.

CEZARINHO, F. A. História e fontes da internet: uma reflexão metodológica. *Temporalidades – Revista de História*, v. 10, n. 26, jan./abril. 2018.

CHAVES, C. *Brucks Skate Surf Arte*. 2013. Disponível em: <https://cesinhachaves.blogspot.com/search?q=budismo>. Acesso em: 10 jun. 2022

ELIADE, M. *O sagrado e o Profano*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LAITANO, B. G; CARNEIRO, A. N. Youtube como fonte histórica: uma proposta de metodologia. In: BASSO Alana; FRAGA, Cassiano Floriano; OLIVEIRA, Cleverton Luis Freitas de; SALVI, Debora Inês; QUIRIM, Diogo; SILVA, Gabriel Ribeiro da; CARDOSO, Guilherme da Silva; AQUINO, Israel; GALLO, Livia Amarante; SOLOMÓN, Said; LOPES, Taiane (Orgs). *Comunicações do 3 Encontro Discente de História da UFRGS*. 1ed.Porto Alegre: Editora FI, v. , 2019, p.239-247.

NAPOLITANO, M. Fontes audiovisuais: a história depois do papel. In: PINSKY, C. B. *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 235-291.

OLIVEIRA, R. M. Das frutas frescas à gelatina em pó: o sentido da comida como oferta no bustudan, retratado por criadores de conteúdo na plataforma Youtube (2016-2018). In: BUENO, A. *Estudos em História Asiática e Orientalismo no Brasil*. 1 ed. v. 1, Rio de Janeiro: Sobre Ontens/UERJ, 2020, p. 3-219.

PEREIRA, R. A. A associação Brasil Sôka Gakkai Internacional: do Japão para o mundo, dos imigrantes para os brasileiros. In: USARSKI, F. *O Budismo no Brasil*. São Paulo: Editora Lorosae, 2002, p.253-286.

RIBEIRO, E. *O cara que recupera a história audiovisual do skate do século 20*. Editora VICE. Disponível em: <https://www.vice.com/pt/article/xyqp8q/chave-mestra-videos-skate-do-seculo-20>. Acesso em: 10 jun. 2022

SEIKYOPOST. *Glossário*. Editora Brasil Seikyo. Disponível em: <http://www.seikyopost.com.br/budismo/glossario#p-gongyo>. Acesso em: 10 jun. 2022.

SILVA, A. B; SOARES, A. L. R. Os Oratórios domésticos: lugares de memória para os imigrantes japoneses em Santa Maria/RS. *PATRIMÔNIO E MEMÓRIA (UNESP)*, v. 13, 2017, São Paulo, p. 179-200.

SOUZA, F. *Quem sou eu??*. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=Or6387jll0Y&list=PLgl6L8zSuY_V5mcMcBaXzDKZXOIPULPyn&index=49. Acesso em: 10 jun. 2022.

USARSKI, F. O momento da pesquisa sobre o budismo no Brasil: tendências e questões abertas. *Debates do NER*, v.7, n.9, Porto Alegre, jan/jun, 2006, p.129-141.

CONVERGÊNCIA DIGITAL E HISTÓRIA: TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E MÉTODOS HISTORIOGRÁFICOS CONTEMPORÂNEOS

George Leonardo Seabra Coelho¹

Maria Aparecida Pires Ribeiro²

Arthur Ferreira Reis³

Rodrigo Gouvêa Rodrigues⁴

Resumo: Este artigo examina o impacto das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) na sociedade, com foco na História Digital. O objetivo é entender como as TDIC remodelaram as relações sociais e culturais e influenciaram a prática historiográfica. Para isso, utilizamos uma abordagem histórica para entender a evolução das TDIC desde o surgimento do computador até a proliferação da internet, destacando a convergência de mídias tradicionais em plataformas digitais. Nesse trajeto, discutimos o desenvolvimento da cibercultura e da Sociedade em Rede, abordando tanto as oportunidades quanto os desafios impostos às práticas historiográficas contemporâneas. Compreendemos que as TDIC transformaram significativamente o campo da História e das metodologias de ensino ao oferecer novos meios de acessar, analisar e disseminar informações e conhecimento. Destaca-se entre essas transformações a necessidade de os historiadores adotarem um olhar crítico sobre as ferramentas digitais, enfatizando a importância da interação humana na pesquisa histórica. Por fim, acreditamos que, embora as TDIC possam oferecer novos caminhos para a pesquisa histórica, é fundamental manter métodos críticos e reflexivos na abordagem das fontes digitais.

Palavras-chave: Cultura digital; humanidades digitais; Internet.

¹ Doutor em História. Professor na Universidade Federal do Tocantins (UFT). Contato: george.coelho@hotmail.com.

² Mestre em História das Populações Amazônicas pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Contato: maria.pires@uft.edu.br.

³ Doutor em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Contato: arthurfr23@gmail.com.

⁴ Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Contato: rodrigogouvearodrigues@gmail.com.

DIGITAL CONVERGENCE AND HISTORY: SOCIAL TRANSFORMATIONS AND CONTEMPORARY HISTORIOGRAPHICAL METHODS

Abstract: This article examines the impact of Digital Information and Communication Technologies (DICTs) on society, with a focus on Digital History. The aim is to understand how DICTs have reshaped social and cultural relations and influenced historiographical practice. To this end, we use a historical approach to understand the evolution of DICTs from the emergence of the computer to the proliferation of the internet, highlighting the convergence of traditional media on digital platforms. Along the way, we discuss the development of cyberculture and the Networked Society, addressing both the opportunities and challenges imposed on contemporary historiographical practices. We understand that DICTs have significantly transformed the field of history and teaching methodologies, offering new ways of accessing, analyzing and disseminating information and knowledge. These transformations include the need for historians to take a critical look at digital tools, emphasizing the importance of human interaction in historical research. Finally, we believe that although DICTs can offer new paths for historical research, it is essential to maintain critical and reflective methods when approaching digital sources.

Keywords: Digital culture; digital humanities; Internet.

Introdução

Ao longo do século XX, ocorreu o desenvolvimento e a difusão das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC⁵), o que desencadeou mudanças significativas nas relações socioculturais. Com esse desenvolvimento tecnológico, diversas mídias analógicas – o rádio, a televisão, o cinema, o telefone, *fax*, correio, entre outros – se convergiram em suportes únicos, como o *Personal Computer* (PC) – *tablet* ou *notebook* – e os celulares (*smartphones*). A facilidade que esses *gadgets* oferecem ao permitir que diversas mídias e meios de comunicação sejam acessados com

⁵ De acordo com Kenski (2003), as TDIC estão em todo lugar e já fazem parte de nossas vidas. Isso leva a uma reflexão sobre as mudanças estruturais, consideradas como desafio social “as alterações sociais decorrentes da banalização do uso e do acesso das tecnologias eletrônicas de comunicação e informação atingem todas as instituições e todos os espaços sociais” (KENSKI, 2003, p. 27).

apenas um clique trouxe também a preocupação com as formas pelas quais os sujeitos acessam os conteúdos por intermédio da *internet*.

Atentos a essa alteração no modo de conviver e se socializar, este artigo busca analisar essa temática situando-se no campo da História Digital. Temos como ponto de partida as reflexões de Anita Lucchesi (2014), para quem ao pensar as tecnologias digitais, o historiador necessita realizar uma profunda reflexão sobre a cultura. Isso porque, de acordo com a autora, o “conjunto de conhecimentos que se organizam em torno dessas tecnologias não se limita ao universo dos dispositivos eletrônicos”, mas “influenciam hábitos, comportamentos, padrões de consumo e relacionamento, modelos de trabalho e, a ver, o modo como escrevemos a história” (LUCCHESI, 2014, p. 46).

No que tange à escrita da História por intermédio das tecnologias digitais, Pedro Teles da Silveira (2021, p. 289) reconhece a fragilidade dos sistemas de armazenamento de dados oferecidos pela *internet*, os quais lançam dúvidas sobre os “projetos de preservação do nosso presente digital”. Essas dúvidas são justificadas pela “instabilidade das redes, a obsolescência dos formatos, a multiplicação dos endereços da informação”, assim como as relações entre lembrar e esquecer proporcionadas pela comunicação on-line e as ferramentas digitais, as quais tornam-se as principais articuladoras “do passado no debate social e político presente” (SILVEIRA, 2021, p. 290).

Atualizando a preocupação de Lucchesi e Silveira, Arthur Ferreira Reis (2023) ressalta que a popularização das Humanidades Digitais e/ou História Digital no Brasil se intensificou durante a pandemia da Covid-19 (2020-2022). No contexto pandêmico, diversos pesquisadores se viram obrigados a utilizar mais intensamente seus computadores, explorar outras funcionalidades da “*internet* e descobrir as possibilidades de pesquisa através de arquivos e bibliotecas digitais, redes sociais e *softwares*” (REIS, 2023, p. 32).

Com base nesses apontamentos iniciais, neste artigo abordaremos alguns aspectos históricos das TDIC e vamos refletir como o historiador pode realizar seu ofício em diálogo com a Cultura Digital. Para que possamos compreender melhor esse cenário, faremos uma breve retrospectiva histórica sobre a criação do Computador e da *internet* na primeira seção. Em seguida, apresentamos os impactos das tecnologias na sociedade segundo a visão de três pensadores: Pierre Lévy, Manuel Castells e Andrew Feenberg.

Esse exercício será fundamental para entendermos como se dá o processo de interação entre as tecnologias digitais e a sociedade e, acima de tudo, propor um caminho propositivo para que o historiador compreenda os efeitos das tecnologias digitais na publicitação das fontes e no trato metodológico com elas. Nesse sentido, esse artigo pretende contribuir com a discussão sobre as Humanidades Digitais, principalmente no que tange suas interfaces com a pesquisa em história.

Breve história do computador

Após a calculadora mecânica de Pascal, construída entre 1642 e 1644, diversos outros mecanismos de calcular foram inventados (VILLAÇA; STEINBACH, 2014; GUGIK, 2009). Contudo, somente no século XIX é que surgiram máquinas de calcular baseadas nas engenharias industriais, as quais constituíram a base⁶ para o surgimento dos atuais computadores modernos (FONSECA FILHO, 2007).

Nos idos da segunda década do século XIX, Charles Babbage foi o pioneiro na invenção de máquinas complexas que calculavam. Em 1822, o inventor tornou pública sua primeira grande invenção: a Máquina de

⁶ Contemporâneo a Babbage, o matemático inglês George Boole desenvolveu um sistema que é a base teórica dos computadores modernos; o sistema binário. Na época, o sistema ficou conhecido como Álgebra Booleana, nome inspirado em seu inventor (VILLAÇA; STEINBACH, 2014).

Diferenças. Já com financiamento do governo inglês, construiu - pouco mais de dez anos depois - seu novo protótipo, a Máquina Analítica. Os novos inventos - entre eles a Máquina Diferencial II - aproveitaram os conceitos do tear programável de Joseph Marie Jacquard, aplicando-o no uso dos cartões perfurados (VILLAÇA; STEINBACH, 2014).

Assim como na Inglaterra, os Estados Unidos da América (EUA) também presenciaram diversos inventos com o objetivo de acelerar os cálculos. Devido à grande demora para contabilizar os dados do censo norte-americano, graças ao aumento exponencial da população, o governo - em 1890 - ofereceu um prêmio para quem conseguisse desenvolver o melhor sistema para tabular o censo. O grande vencedor foi Hermann Hollerith com sua máquina de cartões perfurados, chamada de Mesa de Hollerith⁷. Após o censo, a máquina foi ajustada para uso comercial, o que levou o inventor a fundar sua própria empresa em 1896. Em 1911, sua empresa fundiu-se com outras companhias e tornou-se - em 1924 - a *International Business Machines*, a IBM (VILLAÇA; STEINBACH, 2014).

Várias máquinas de calcular foram inventadas nas três primeiras décadas do século XX, mas com a eclosão da Segunda Guerra Mundial (1937-1945) houve um maior investimento governamental na computação, uma vez que as modernas máquinas de calcular se mostraram úteis durante a guerra. Os projetos de maiores destaques desenvolvidos nesse período foram o computador *Colossus*⁸, criado por Alan Turing em 1943, e o *Mark I*⁹,

⁷ Essa invenção aproveitava o conceito dos cartões perfurados utilizados no Tear programável do francês Jacquard.

⁸ Segundo Fonseca Filho (2007), o Colossus não ficou conhecido na época, pois foi criado pelo governo britânico, especialmente em função da guerra com o objetivo de decodificar códigos secretos. Ela não era uma máquina de uso geral, pois tinha uma função bem específica, sua existência somente chegou ao público no ano de 1970.

⁹ O Mark I operava com números decimais e a entrada de dados era feita por fita perfurada. Esse computador foi importantíssimo para os EUA na Segunda Guerra Mundial, pois forneceu cálculos vitais para a marinha americana (VILLAÇA; STEINBACH, 2014).

criado em 1944 pela Universidade de Harvard em parceria com a IBM¹⁰ (GUGIK, 2009).

Outra máquina que, segundo Gugik (2009), foi a precursora da computação moderna e que não utilizava componentes analógicos como base para seu funcionamento, foi o *Electronic Numerical Integrator and Computer* (ENIAC). Para Fonseca Filho (2007, p. 104), o ENIAC – lançado em 1946 – “foi o primeiro computador de uso geral que realmente funcionou como tal”.

Após esse primeiro boom inventivo, uma nova geração de computadores despontou com a substituição das válvulas eletrônicas por transistores, em que a referida substituição fez com que diminuíssem consideravelmente o tamanho das máquinas. Dessa nova geração de computadores mais modernos e menores, temos o *IBM 7030*, lançado em 1961. O tamanho do *IBM 7030* era bem reduzido se compararmos ao ENIAC, e seu desempenho era muito maior. Outra máquina – ainda menor – foi o *PDP-8*, lançado em 1963. Esse computador, além de seu tamanho mais reduzido, tinha um valor financeiro menor em relação ao *IBM 7030* (GUGIK, 2009).

Com a popularização dos computadores e sua utilização em vários setores da economia (BRIGGS; BURKE, 2004), houve um esforço em construir máquinas menores, mais baratas e eficientes (GUGIK, 2009). Dentre essas novas máquinas, encontramos o *Altair 8800*, lançado em 1975, que era tão pequeno que cabia em uma mesa, além de muito veloz para os patamares da época. Apesar dessas qualidades, não era um computador fácil de ser utilizado por pessoas comuns, pois não tinha monitor como os demais até

¹⁰ Antes destes dois computadores desenvolvidos durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) podemos citar o computador Zuse Z1 patentado pelo cientista alemão Konrad Ernst Otto Zuse em 1936. A máquina resumia-se em um dispositivo de cálculo automático formado por uma unidade de controle, uma memória e uma unidade aritmética, conceitos que ainda não haviam sido pensados naquele momento.

então. De forma revolucionária e que mudaria a história da computação foi o *Apple I*¹¹ desenvolvido por Steve Jobs e Steve Wazniak 1976 (GUGIK, 2009).

Não podemos falar em computadores sem mencionar a criação de *softwares* que, de acordo com Briggs e Burke (2004, p. 288), tiveram “uma história menor e mais complexa”¹². Os autores nos lembram que após a invenção dos microprocessadores, a quantidade de fornecedores de programas se multiplicou. Nesse processo de desenvolvimento tecnológico, duas empresas se destacaram na produção de *software*¹³; a *Apple*¹⁴ e a *Microsoft*¹⁵, as quais dominam o mercado de informática até os dias atuais (BRIGGS; BURKE, 2004).

Para finalizar essa breve exposição da História do Computador, podemos dialogar com Briggs e Burke (2004). Para eles, a história da computação não é linear, em outras palavras:

A história da evolução do computador não pode ser contada simplesmente capítulo a capítulo, passo a passo ou mesmo página a

¹¹ Podemos aprofundar ampliar a concepção de Gugik (2009) ao entender que o *Apple I* foi apenas um protótipo e que a mudança social provada pelos Computadores Pessoais somente pode ser analisada com o lançamento do *Apple II* em 1977, uma vez que esse equipamento fora vendido para o público em geral.

¹² Ainda sobre a história particular da criação de *softwares*, não podemos deixar de comentar a elaboração do que se convencionou chamar de “*software livre*”. Trata-se de um movimento que busca criar *softwares* que permitem ao usuário executar, acessar e modificar seu código fonte, além de redistribuir cópias com ou sem modificações. O projeto, inicialmente, foi liderado pela *Free Software Foundation* e o projeto GNU. Cf: <https://www.gnu.org/>

¹³ Termo criado por John Wilder Tukey, que se refere a uma sequência de instruções escritas para serem interpretadas por um computador para executar tarefas específicas (LEONHARDT, 2000).

¹⁴ A *Apple* foi fundada por Steve Jobs em 1976, empresa que produzia computadores e *softwares*. Seu primeiro produto foi o computador pessoal já citado, o *Apple I*. Na década seguinte, a *Apple* se tornou uma companhia pública avaliada em 1,2 bilhões de dólares. Essa empresa foi a inventora de vários equipamentos de informática como, por exemplo, o *Personal Computer (PC)*, *Personal Digital Assistant (PDA)* e *Tablet*, além de aplicativos de tratamentos de imagens. A *Apple* também popularizou uma gama enorme de inovações tecnológicas que mais tarde foi absorvida por outros computadores e sistemas operacionais (PEREIRA et al., 2006).

¹⁵ Essa empresa iniciou suas atividades vendendo sistemas operacionais para a IBM em 1980 e, em 1984, 40% dos computadores pessoais no mundo rodavam com programas da Microsoft. Ela entrou no mercado de ações públicas em 1986, seu criador Bill Gates se tornou um dos homens mais ricos do mundo (BRIGGS; BURKE, 2004).

página, sem que se faça uma enorme simplificação [...] ela apresentou aspectos diversos – projeto, memória, linguagem, circuito lógico, programas – e novos e diferentes dispositivos, como modem (modulador e demodulador), necessários à transmissão de dados por linha telefônicas, e o *mouse*, um dispositivo de entrada para controlar uma seta na tela do computador. Pessoas e lugares diversos desempenharam seus papéis nessa história em períodos distintos do tempo. Foi uma história de evolução e não de revolução, palavra usada por Noyce (BRIGGS; BURKE, 2004, p. 288).

Entendemos que o longo processo de invenção do computador deve ser entendido como peça fundamental no estágio de desenvolvimento tecnológico atual. Apesar de as primeiras ideias serem concebidas no século XIX, seu desenvolvimento se deu de forma acelerada e com maior investimento por parte do Estado com o advento da Segunda Guerra Mundial e, posteriormente, com a Guerra Fria. A partir desses momentos, os computadores e toda a tecnologia derivada deles tornaram-se úteis em todas as áreas da sociedade, inclusive no âmbito da guerra e da comunicação. Atualmente, eles também são usados no entretenimento, no comércio, na publicização da ciência, mas também para usos prejudiciais, como na disseminação de discursos de ódio, dos neo-fascismos e de *Fake News*, muitas vezes se aproveitando da polaridade política e social.

Todavia, de forma alguma podemos conceber esse cenário problemático como um determinismo tecnológico. Distanciando-se desse caminho, Richard Brabrook (2009) propõe uma interpretação que alinha as potencialidades das TDIC com o pensamento humanitário progressista. Para o autor, é necessário fazer um estudo das histórias das novas tecnologias de vários tempos históricos. Segundo Braddock, o futuro e os usos das tecnologias de hoje possui muitas semelhanças com o passado porque as tecnologias do passado já foram futuros imaginários em outros tempos, mas hoje as vemos como algo naturalizado, comum e até ultrapassado, ignorando a novidade que foram em suas épocas.

Assim, ao expor sua visão progressista, Braddock compreende que as máquinas são importantes e fazem parte do nosso dia a dia. Contudo, elas

não podem e não devem desunir e nem serem colocadas acima dos humanos, ou pior, impedir que elaborem futuros imaginados e sejam capazes de concretizá-los em prol da humanidade (BRABOOK, 2009).

A internet como meio de comunicação e persuasão

Antes da *internet*, outras mídias eram responsáveis pela comunicação: correios, telefone, rádio, cinema e televisão, por exemplo. Para Brandão (2015), a *internet* possibilitou a união de todas aquelas mídias e meios de comunicação e, assim, hoje é possível ter acesso a todas elas na palma da mão¹⁶. De todo modo, tal condição ofereceu alternativas para que os portadores dessas tecnologias pudessem produzir e receber diferentes tipos de conteúdos (CHAMPANGNATTE; CAVALCANTI, 2015).

Para entendermos o processo de desenvolvimento da *internet*, Castells (2021) apresenta um caminho. Segundo ele, a criação e o desenvolvimento da *internet* foi fruto de uma fusão entre estratégia militar, cooperação científica e iniciativa tecnológica. A *internet* teve sua origem na Agência de Projetos de Pesquisas Avançada (ARPA) criada em 1958 pelo governo norte-americano. Essa agência tinha como objetivos desenvolver mecanismos de defesa nacional e, para isso, mobilizou recursos de pesquisa, principalmente do mundo universitário, com a finalidade de alcançar superioridade tecnológica em relação à então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Para construir essa rede interativa de computadores, o *Information Processing Techniques Office* (IPTO) usou a tecnologia mais inovadora da época, a comutação por pacote¹⁷. Com essa tecnologia, foi possível criar

¹⁶ Todavia, vale sublinhar que, assim como o cinema não substituiu o teatro, a TV não ocupou o lugar do rádio, a web não substitui e nem irá substituir todas essas mídias que a antecederam, pois elas coexistem e se complementam (LÉVY, 2010).

¹⁷ O cientista Joseph C. R. Licklider desenvolveu o conceito de *packet switch*. Nesse conceito, as informações militares seriam divididas em várias partes e armazenadas em

um sistema de comunicação capaz de resistir a um ataque nuclear e também uma rede de computadores que interligava cientistas e universidades por todo o país (CASTELLS, 2021). Assim, foi criada em 1969 a primeira rede de computadores chamada de *Arpanet* que, segundo Corrêa (2013), foi o embrião da *internet* como a concebemos hoje. Quando a *Arpanet* começou a funcionar em 1º de setembro de 1969, ela tinha quatro nós localizados na Universidade da Califórnia, em Los Angeles, no *Stanford Research Institute*, na Universidade da Califórnia, em Santa Bárbara, e na Universidade de Utah (CASTELLS, 2021).

De acordo com Carvalho (2006), só um pequeno grupo de universidades norte-americanas tinha contratos com a *Arpanet*, pois para ter acesso a essa rede, as instituições precisavam desenvolver pesquisas alinhadas com os interesses da ARPA. Diante disso, no início de 1979, seis universidades americanas resolveram se organizar para criar uma rede acadêmica que atendesse seus interesses. O grupo solicitou apoio da *National Science Foundation* (NSF) para a criação da *Computer Science Research Network* (CSNET), em funcionamento em 1982 e, ao contrário da *Arpanet* que possuía um número de usuários bastante restrito, a CSNET teve muitas instituições colaboradoras. Outra rede ainda mais acessível que a CSNET foi a *Because It's Time Network* (BITNET). A BITNET¹⁸ era uma rede de fácil operação, além disso, não tinha restrição de acesso desde que não fosse usada para fins comerciais (CARVALHO, 2006).

diferentes computadores (com várias cópias) em diferentes lugares pelos EUA. Dessa forma, se um Quartel General fosse destruído, a informação ainda estaria salva - essa era a estrutura da *Arpanet*. É importante salientar que além dos EUA, outros países, como o Japão e países na Europa, também estavam desenvolvendo esse conceito de troca de dados em rede.

¹⁸ No fim dos anos 1990, a BITNET já conectava mais de mil universidades e centros de pesquisas em cinquenta países, inclusive o Brasil.

Segundo Castells (2003), em 1983 houve uma divisão na rede *Arpanet*¹⁹, criando, assim, duas redes com finalidades distintas: uma foi a *MILNET*, utilizada para fins militares; e a outra foi a *ARPA-INTERNET*, usada pelos centros de pesquisa científicas. No início do ano de 1990 existiam quatro grandes redes de pesquisas nos EUA: a *NFSNET* criada pela NSF; a *ESNET* criada pelo Departamento de Energia; a *NASA Science internet* (NSI) financiada pela NASA; e a *Defense Data Network* (DDN) financiada pela ARPA. Essas quatro redes usavam o protocolo *Transmission Control Protocol/Internet Protocol* (TCP/IP). Como estavam interligadas entre si, passaram a formar o núcleo central da *internet* (CARVALHO, 2006). Um protocolo responsável pelo acesso mundial à *internet* é a *World Wide Web* (WWW), criado em 1991 pelo engenheiro Tim Berners- Lee (BRIGGS; BURKE, 2004).

Ao analisarmos a História da *internet*, nota-se que ela foi criada com a contribuição de centros de pesquisas universitários, instituições de pesquisas e estratégia militar. Castells (2001) chama a atenção para o fato de que, embora a *internet* tenha começado a ser idealizada no início da década de 1960, para a maioria das pessoas ela só surgiu em 1995, período em que começou a ser utilizada para fins comerciais. A partir do momento que a *internet* incorporou fins comerciais, ela cresceu de forma exponencial²⁰. Se compararmos a *internet* com outras mídias, como o rádio e a televisão, por exemplo, ela foi a que atingiu um maior número de usuários em um menor período de tempo. Enquanto o rádio levou 38 anos para atingir 50 milhões de usuários, e a TV 13 anos para atingir os mesmos 50 milhões, a *internet*

¹⁹ Em 1990, a *Arpanet* foi desativada.

²⁰ Para compreender o crescimento exponencial das tecnologias da informação, Lévy faz uma comparação entre esse fenômeno e o Dilúvio bíblico. Para o pensador, o crescimento da cibercultura é como esse Dilúvio, no entanto, com uma diferença. Enquanto o Dilúvio bíblico um dia cessa e a terra fica seca novamente, o Dilúvio informacional é contínuo e, uma vez iniciado, não tem fim.

conseguiu alcançar esse número de usuários em apenas 5 anos (COSTA BISNETO, 2003).

Lévy (2010) se considera um otimista em relação ao uso da internet, no entanto, ele aponta que mesmo sendo otimista, ele tem plena consciência de que a *internet* não irá resolver todos os problemas sociais e culturais do planeta. Ele refuta várias críticas a respeito do seu uso, como a de enxergá-la como algo exclusivamente capitalista que aumenta cada vez mais o abismo entre ricos e pobres. Para contestar essa afirmação, ele cita o exemplo do telefone que, embora gerava, em sua época, uma fortuna para as companhias de telecomunicações e que apenas um quarto da população mundial tivesse acesso, não deixou de ser funcional para um grande número de pessoas (LÉVY, 2010). Ele ainda aponta que a cibercultura, assim como os outros meios de comunicação, traz consigo uma dualidade - benefícios e malefícios - e que nós não precisamos ser contra e/ou a favor, e sim estarmos abertos para conhecer as inovações tecnológicas²¹.

Apesar da dualidade interpretativa entre visões negativas e visões positivas, a *internet*, *softwares* e os computadores possibilitaram que as antigas mídias se fundissem em um único aparelho. Essas convergências entre as mídias proporcionou a intermedialidade²² e a portabilidade²³, ou seja, a capacidade de conectar-se, comunicar-se, editar textos e imagens. Nessa nova "cultura-mundo", as mídias digitais se tornam instrumentos

²¹ Outras abordagens contrastantes sobre o futuro da *internet* foram apontadas por Briggs e Burke (2004). Alguns estudiosos de comunicação argumentam que a *internet* era uma poluidora do espírito humano e entendiam que com ela haveria uma concentração maior de poder. Por outro lado, outros estudiosos consideravam que a *internet* libertaria e daria poder aos indivíduos, bem como oferecia informação, entretenimento e educação (BRIGGS; BURKE, 2004).

²² Todas as tecnologias são convergentes.

²³ Para Coelho, Silva e Silva (2022), a ideia de portabilidade aqui é a possibilidade que os modernos aparelhos eletrônicos oferecem, entre elas: assistir a um vídeo ou produzir conteúdo audiovisual; ler um e-book ou escrever um texto e publicá-los na Internet; e, ainda, assistir a uma aula, uma conferência ou, mesmo, o próprio usuário ministrar uma aula.

primordiais da relação com o mundo, configurando-se como formas de cultura que “consolidam novas percepções marcadas por interdependências e interconexões” (FANTIN; RIVOLTELLA, 2018, p. 120).

Isso posto, ao “propiciar outras formas de interação, socialização e transmissão simbólica, a cultura digital ²⁴ participa de nossa prática sociocultural na produção e socialização de conhecimentos e na construção de significados de nossa inteligibilidade do mundo” (FANTIN; RIVOLTELLA, 2012, p. 120). Segundo Fantin e Rivoltella (2012), a cultura digital é definida como aquela em que a mídia pessoal é a protagonista.

Entendemos que essa portabilidade é um dos elementos que possibilitaram a disseminação de informações por meio da cultura digital. Jenkins (2013, p. 30) entende que a cultura da convergência pode ser compreendida “como um processo tecnológico que une múltiplas funções dentro dos mesmos aparelhos”. O autor considera que a convergência deve ser representada pela transformação cultural, uma vez que os consumidores são incentivados a procurar novas informações e a fazer conexões por diferentes mídias.

E com base nesse caminho interpretativo é que entendemos que o historiador, que além de ter como papel o estudo e a produção de conhecimentos relativos aos acontecimentos da humanidade - no passado, no presente e para o futuro - deve desenvolver um olhar historiográfico fundamental para permitir que o ser humano possa compreender sua própria realidade. Tais acontecimentos, que perpassam períodos de mudanças dos processos históricos em determinados e distintos períodos e lugares, são o que possibilitam análises históricas, principalmente na última

²⁴ Uma definição complementar do termo Cultura Digital pode ser vista no livro encomendado pelo Ministério da Cultura Brasileiro em 2009, intitulado *Cultura digital* E organizado por Rodrigo Savazoni e Sérgio Cohn. Essa obra dividida em nove capítulos aborda questões que vão desde a ideia da Cultura Digital enquanto conceito até suas relações com as artes, economia, política comunicação e memória.

década do século XX e as duas primeiras do século XXI, se assim podemos chamar, da era digital/*internet*/comunicação.

E aqui está a questão que orienta a investigação apresentada neste estudo: como o historiador pode compreender esse processo e como ele pode orientar sua prática investigativa? Na próxima seção apresentaremos três interpretações capazes de entender a relação humana com a tecnologia digital e, assim, apresentarmos um caminho para responder nossa indagação e problematizar como o historiador poderá se colocar nesse debate.

Pierre Lévy, Manuel Castells e Andrew Feenberg: caminhos e interpretações sobre pensar História na Era Digital

Pierre Lévy é um clássico quando se trata sobre as relações entre as tecnologias digitais e a sociedade. Mesmo considerando que com o advento da tecnologia da informação o conhecimento se torna obsoleto de forma rápida, passadas mais de duas décadas da publicação do livro *Cibercultura* (1999), a obra se mostra atual e importantíssima para a compreensão de vários assuntos, entre eles: o debate referente à compreensão histórica das TDIC no tempo presente.

O próprio Lévy entende o ciberespaço²⁵ como um lugar virtual, espaço pelo qual pessoas do mundo inteiro se conectam e criam uma nova cultura em um lugar real, mas não físico:

O ciberespaço [...] é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial de computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim

²⁵ Segundo Pierre Lévy (2010), o termo “ciberespaço” foi criado pelo escritor William Gibson em seu livro de ficção científica *Neuromancer* (1984). Neste romance, Gibson (1984) define o ciberespaço como um espaço não físico, composto por inúmeras redes de computadores, onde circulam as mais variadas informações. Na obra do escritor norte-americano, o ciberespaço se caracterizou pelo universo das redes digitais, descritos como “campo de batalha entre as multinacionais, palco de conflitos mundiais, nova fronteira econômica e cultural” (LÉVY, 2010, p. 94).

como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo (LÉVY, 2010, p. 17, grifo nosso).

A partir desses apontamentos, compreendemos o ciberespaço como um lugar não físico que está diretamente vinculado à tecnologia, isto é, um lugar que ao mesmo tempo que é visível, também é invisível. O ciberespaço é perceptível através das telas de computadores e *smartphones*, do mesmo modo que todas as informações contidas ali podem ser invisíveis, imateriais - em outras palavras, não palpáveis. Um lugar onde a comunicação e a informação superam a barreira do tempo e do espaço. São os nossos acessos ao ciberespaço que provocam mudanças, e das trocas de experiências é que surgem novas mentalidades.

No ciberespaço, todos produzem e recebem conteúdo, pois a comunicação passa a ser de coletivo para coletivo, e a cibercultura emerge de toda essa interação, em outros termos, a "cibercultura" é o "conjunto de técnicas (materiais e intelectuais) de práticas, de atitudes, de modos de pensamentos e de valores que se desenvolvem juntamente como o crescimento do ciberespaço" (LÉVY, 2010, p. 17). O autor ainda aponta que

estamos vivendo a abertura de um novo espaço de comunicação, e cabe apenas a nós explorar as potencialidades mais positivas desse novo espaço nos planos econômico, político, cultural e humano. [...] Que tentemos compreendê-la [...] [e] reconhecer as mudanças qualitativas na ecologia dos signos, o ambiente inédito que resulta da extensão das novas redes de comunicação para a vida social e cultural. Apenas dessa forma seremos capazes de desenvolver essas novas tecnologias dentro de uma perspectiva humanista (LÉVY, 2010, p. 11-12).

A cibercultura surge como um território sem fronteiras, aparentemente sem controle e sem hierarquias, onde há um fluxo enorme de informações sem um ponto fixo, sem linearidade. Diante desse fato, Lévy faz o seguinte questionamento: "A cibercultura não é sinônimo de caos e de confusão?" (LÉVY, 2010, p. 251).

Em resposta, ele afirma que, apesar de não haver alguém responsável por todo o conteúdo disponível na rede, os *sites* são criados e mantidos por

peças e instituições que prezam por manter a credibilidade diante dos usuários digitais. Lévy (2010) cita exemplos como: o conteúdo hospedado em um *site* universitário que tem sua veracidade garantida pela universidade; ou as informações contidas no *site* de uma empresa são garantidas por ela que coloca em jogo sua reputação na *web*; ou, ainda, as informações governamentais controladas pelos Estados. O autor cita também as comunidades virtuais, fóruns eletrônicos ou *newsgroups* que são frequentemente moderados por pessoas responsáveis que filtram as contribuições de acordo com a qualidade ou pertinência.

Não podemos ser anacrônicos e cobrar desse pensador situações que ocorrem cerca de 30 anos após a escrita de sua obra como, por exemplo, os que se espalham em *sites* e *blogs* que se colocam como portadores de um discurso legítimo. E entendemos que é nesse ponto que o historiador do tempo presente pode se posicionar, principalmente no que tange ao trato dessas informações a partir da análise desses discursos, uma vez que se percebe o quão rápido e com grandes proporções as informações (dentre elas as *Fake News*, por exemplo) são propagadas. Se a cibercultura mudou a configuração da sociedade que possibilitou o surgimento de novas formas de se relacionar, comunicar, trabalhar e ensinar, perguntamos: por que não produzir conhecimento histórico?

A vista dos apontamentos de Lévy (2010), entende-se que há uma relação intrínseca entre tecnologias digitais e o saber, visto que as TDIC promovem novas formas de acesso ao conhecimento - ou pelo menos assim deveria acontecer. Pode-se afirmar que o ciberespaço, na terceira década do século XXI, é um lugar onde são reproduzidos quase tudo que fazemos no mundo real: compras, transações financeiras, arte, relações sociais, comunicação, trabalho, assim como pesquisa no campo da História. Dentro dessa nova configuração em que se encontra a sociedade, defendemos

que se faz necessário refletir sobre as mudanças no campo da pesquisa em História.

Assim, entendemos que é nessa nova cultura criada em um lugar real, mas não físico, que somente existe graças a interconexão mundial de computadores que o historiador dedicado ao estudo dessas nuances pode “navegar”. O universo oceânico de informações promovidas pela *internet* – leia-se ciberespaço – é perceptível através das telas de computadores e *smartphones*, e é nessa nova conjuntura que ocorrem trocas de experiências e o surgimento de novas mentalidades históricas. Assim, a percepção do historiador deve compreender e interpretar novas práticas investigativas, de construção de pensamentos e valores contidos nas trocas de informações, preservação/digitalização ou não de determinadas fontes/registros dos seres humanos ao longo do tempo²⁶.

Assim como Lévy, Castells (2021) escreveu sobre o impacto da *internet* na sociedade na década de 1990. Para ele, no final do segundo milênio ocorreu uma revolução tecnológica intermediada pelas tecnologias da informação que mudou a base material da sociedade em ritmo acelerado. O autor afirma que se desenvolveu uma nova forma de relação entre economia, Estado e sociedade. Ao destacar a relevância da revolução das tecnologias, Castells (2021) compara sua importância histórica com a revolução industrial, de modo que as tecnologias da informação são para a revolução atual o que a eletricidade foi para a revolução industrial no século XIX.

26 Ligados a esse preocupação, tem se fortalecido um movimento de preservação de arquivos de forma digitalizada e métodos críticos de análises de fontes com o auxílio de ferramentas digitais, além do estudo cada vez mais aprofundado sobre materiais publicados na internet e outros conteúdos digitais, como jogos de computadores (REIS, 2023) (WRIGHT, 2022) (RIBEIRO, 2020).

O atual momento é entendido pelo autor como Sociedade em Rede²⁷, onde a espinha dorsal é a tecnologia da informação. O conceito de rede é bastante antigo, tendo existido em outros tempos e espaços. O novo é que agora a rede é articulada por redes tecnológicas, principalmente a *internet*, isto é, com o suporte das tecnologias digitais, as redes antigas se tornam capazes de realizar tarefas grandes e complexas sem perder suas características de flexibilidade e agilidade. O termo Sociedade em Rede, cunhado por Castells (2003), é

uma estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias de comunicação e informação fundamentadas na microeletrônica e em redes digitais de computadores que geram, processam e distribuem informação a partir de conhecimentos acumulados nos nós dessas redes (CASTELLS, 2003, p. 20).

As tecnologias digitais, sobretudo a *internet*, trouxeram novas possibilidades de comunicação e interação ainda não vistas na história da humanidade. Castells (2021) ressalta que a Sociedade em Rede, fruto da difusão da *internet*, é global e de alta penetrabilidade em toda a estrutura social, porém, alguns grupos sociais são mais adaptados para viver nessa sociedade em detrimento de outros, ou seja, ela vai atingir em diferentes graus e formas de acordo com a cultura ou com o país²⁸.

Ao mesmo tempo, Castells (2021, p. 8, grifo do autor) considera que a "*internet* é um meio de comunicação que permite, pela primeira vez, a

²⁷ As redes históricas – existentes antes das tecnologias da informação – eram formadas por pequenos grupos de pessoas, exemplo: rede de amigos, rede de familiares, redes de pequenos comércios e as vantagens dessas redes. A sociedade em redes digitais são flexíveis e adaptáveis. Além disso, são horizontais sem hierarquia e burocracias; contudo, as redes antigas não eram capazes de realizar tarefas muito grande e complexas, para isso havia um outro tipo de estrutura social, como por exemplo, o Estado, a Igreja ou o Exército (CASTELLS, 2003).

²⁸ É importante salientar que Castells (2006) afirma que a Sociedade em Rede se difunde por todo o mundo, no entanto, não inclui todas as pessoas, pois grande delas não têm acesso às TDIC (CASTELLS, 2021). Diante disso, Castells (2006) afirma que essa nova sociedade traz um fenômeno novo que é deixar a maioria das pessoas em condição de irrelevância estrutural. E, para superar essa condição, o autor propõe uma solução para integrar essa população excluída que seriam as políticas públicas internacionais para integrarem a população na Sociedade em Rede.

comunicação de muitos com muitos, num momento escolhido, em escala global". Em resumo, Castells (2021, p. 15) pontua que:

A história da criação e do desenvolvimento da internet é a história de uma aventura humana extraordinária. Ela põe em relevo a capacidade que têm as pessoas de transcender metas institucionais, superar barreiras burocráticas e subverter valores estabelecidos no processo de inaugurar um mundo novo.

É notório que a *internet* nos permite fazer inúmeras tarefas que antes da evolução tecnológica não era possível, como a não necessidade de ir até um banco para pagar uma conta ou fazer uma transferência financeira. Da mesma forma, graças à internet podemos exercer a nossa profissão há milhares de quilômetros do nosso local de trabalho, assim como o historiador pode desenvolver sua pesquisa acessando diversos tipos de fontes históricas por meio do computador.

Ademais, por grande parte da estrutura social atual estar baseada em redes operadas pelas TDIC, muitas informações e conhecimentos acumulados por diversos pesquisadores estão na *internet*. Com base nessa premissa, o historiador do tempo presente, ou mesmo de outros tempos históricos e/ou sociedades que não se enquadram na temporalidade quadripartite, compartilha de acesso a fontes e estudos graças à rede.

Ainda falando sobre os impactos dessa nova sociedade na pesquisa em história, podemos aproximar as considerações de Castells às de Lévy (2010). Para o pensador francês, os conhecimentos adquiridos pelo historiador, no início da sua vida profissional, estarão obsoletos no final da sua carreira. Lévy (2010) menciona também que a nova natureza da ciência e da tecnologia não para de produzir conhecimento e novos saberes, por isso, os sujeitos devem ser capazes de continuarem sempre aprendendo (CASTELLS, 2003; LÉVY, 2010).

Ainda falando acerca dos impactos das tecnologias na sociedade, outro estudioso das tecnologias que faz reflexões importantes sobre o tema é o filósofo norte-americano Andrew Feenberg. Esse pensador apontou -

também na década de 1990 - que uma das principais mudanças que ocorreram na sociedade após o surgimento das tecnologias digitais, em especial a *internet*, foi que as pessoas se tornaram mais ativas frente às novas mídias (FEENBERG, 2017). Diferente de outras mídias onde as pessoas eram receptoras passivas das informações veiculadas, o autor entende que “o sujeito *online* é constantemente solicitado para interagir” (FEENBERG, 2017, p. 141, grifo do autor). Assim, as novas relações sociais que se desenvolveram entre as pessoas e a mídia com o invento da *internet* é definida pelos pensadores como não-hierárquica (CASTELLS, 2003; LÉVY, 2010).

Apesar desse entusiasmo, Feenberg (2017) é cauteloso ao falar sobre as mudanças que as tecnologias proporcionaram na sociedade. Ele assevera que, tanto a visão utópica como a visão distópica da *internet* são um tanto exageradas. Ele ainda afirma que em sociedades de base tecnológica (como a ocidental contemporânea), os problemas e os questionamentos nos ensinam a refletir sobre o que tomamos como certo e líquido. Para tanto, o pensador aponta três formas distorcidas de pensar a Filosofia da Tecnologia: *instrumentalismo*²⁹, *substancialismo*³⁰ e *determinismo*³¹. Contudo, aponta uma quarta visão sobre as tecnologias: a Filosofia Crítica da Tecnologia (FEENBERG, 2006).

²⁹ Na perspectiva instrumentalista, a tecnologia é posta como neutra e controlada pelo homem. Nessa visão, a tecnologia é considerada apenas um instrumento ou ferramenta utilizada para satisfazer as necessidades do homem (FEENBERG, 2006).

³⁰ Ao recorrer sobre a teoria substantiva, Feenberg (2006, p. 60) entende que quando “você escolhe usar uma tecnologia, você não está apenas assumindo um modo de vida mais eficiente, mas escolhendo um estilo de vida diferente”. Ele compreende que na teoria substancialista, as tecnologias exercem controle sobre os seres humanos e, assim, a própria tecnologia é quem delinea seu progresso.

³¹ Já na perspectiva determinista, a tecnologia não é controlada pelo homem, mas ao contrário, é ela quem exerce controle sobre os seres humanos e vai moldando a sociedade conforme as exigências de eficiência e progresso. Para os deterministas, a tecnologia usa os avanços do mundo natural para preencher necessidades básicas como alimentação e abrigo, e para expandir características da natureza humana como, por exemplo, o automóvel estende nossos pés, enquanto o computador estende nossa inteligência (FEENBERG, 2006).

Essa filosofia reconhece as consequências nefastas do desenvolvimento tecnológico, ao mesmo tempo que vê as benesses que a tecnologia trouxe (FEENBERG, 2017). Feenberg trata a tecnologia com cautela, pois a tecnologia digital não é a solução para tudo, bem como não é a fonte de todos os problemas. Tal perspectiva reconhece que a tecnologia é controlável e, ao mesmo tempo, portadora de valores.

Com base nessa perspectiva, o pensador abre a questão da democracia na tecnologia, uma vez que Feenberg (2017) defende que os valores da democracia precisam se estender para as tecnologias digitais. No entanto, a ideia de democracia na tecnologia não é necessariamente a escolha de um artefato tecnológico em detrimento de outro, mas sim quando as pessoas se mobilizam para fazer seus desejos conhecidos como, por exemplo, uma oposição a uma usina nuclear ou impactos ambientais e, no contexto da terceira década do século XXI, a luta contra a extrema-direita e o neofascismo.

Para finalizar esse tópico a respeito da Filosofia da Tecnologia de Feenberg, frisamos que as teorias apresentadas servem para nortear uma reflexão mais profunda acerca das possibilidades do historiador nesse cenário. Ao inserir tecnologias digitais na pesquisa em História, é primordial pensar as formas como essas tecnologias são entendidas por quem as utilizam. É preciso atentar para que a tecnologia não seja aplicada como neutra ou como um fim em si, mas ela deve ser aplicada como uma possibilidade de melhorar o processo de acesso às fontes, tabulação dos dados e/ou restauração digital de artefatos históricos. Destarte, é de suma importância frisar que o processo de problematização e investigação histórica cabe ao historiador e não a supostas Inteligências Artificiais (IA).

Por fim, ressaltamos que Lévy, Castels e Feenberg fazem apontamentos bastante relevantes sobre a sociedade contemporânea fortemente marcada pelo uso das tecnologias digitais. Os conceitos de

cibercultura, sociedade em rede e democracia na tecnologia podem e devem permear o historiador dedicado às Humanidades Digitais e/ou à História Digital. Pois se o historiador se vê como um cidadão do mundo, ele deve pautar-se em reflexões ancoradas na Filosofia Crítica da Tecnologia para estabelecer problematizações sobre as novas formas de pesquisar novos temas proporcionados pelo uso das tecnologias.

Considerações finais

Como visto, o desenvolvimento das TDIC se deu na segunda metade do século XX, mas com a popularização da *internet*, foi possível perceber algumas mudanças significativas nas relações sociais, econômicas e culturais. Esse crescimento vertiginoso das TDIC acarretou em transformações expressivas e rápidas em todos os âmbitos da sociedade (MORAES, 2018). Atualmente estamos vivendo em uma nova configuração social, na qual as TDIC tornaram-se parte ativa do cotidiano de um grande número de pessoas que estão, a cada dia, mais imersas nesse mundo tecnológico. As pesquisas históricas que utilizam tecnologias digitais já ocorrem no mundo afora desde meados dos anos 2000, entre elas podemos citar as experiências da História Quantitativa e História Serial ocorridas nas décadas de 1950 e 1960. Vale lembrar, ainda, que Jacques Le Goff (1994) em seu famoso texto *Documento/Monumento* já tratava do uso dos computadores na operação historiográfica.

Em contraposição a esse processo, entendemos que o impacto das tecnologias digitais na pesquisa em História no contexto brasileiro vem acontecendo em ritmo mais lento. Apesar de estarem presentes nas obras *Domínios da História* (1997) de *Novos Domínios da História* (2012) – ambas de autoria de Ciro Flamarion Santana Cardoso e Ronaldo Vainfas –, tal temática somente ganhou destaque de forma mais acentuada após a pandemia da Covid-19 (2020-2022). Vale lembrar que entre 2023 e 2024 diversos periódicos

de alto impacto – conforme a Capes – abriram chamadas específicas para receber artigos que abordam as Humanidades Digitais e/ou História Digital, tal fato reforça a amplificação desse campo de estudos no cenário brasileiro.

A ampliação do campo de estudos da História Digital e/ou Humanidades Digitais também pode ser percebida pela organização de congressos, entre eles, o Congresso Internacional em Humanidades Digitais que está em sua terceira edição e organizado pela Associação Brasileira de Humanidades Digitais (ABHD). Tal associação também é responsável pela criação de um periódico dedicado a esses estudos intitulado *Revista Brasileira de Humanidades Digitais* (RBHD). Outro importante evento acadêmico que podemos citar é o Congresso Internacional de Humanidades Digitais, Cultura e Ensino e o Simpósio Nacional de Mídias, Tecnologias e História, ambos os eventos – em segunda e terceira edição consecutivamente – são organizados pelo Grupo de Pesquisa em Mídias, Tecnologias e História (MITECHIS). Além desses eventos acadêmicos, o Grupo de Pesquisa MITECHIS também gerencia a revista *Convergências: estudos em Humanidades Digitais* (CONEHD). Ademais, laboratórios espalhados pelas universidades brasileiras têm reforçado a ampliação desse campo no Brasil, dentre eles, destacamos o Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura da Universidade Federal do Espírito Santo, o Laboratório de Humanidades Digitais da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e o Laboratório em Rede de Humanidades Digitais do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia da PUC-RIO.

Também demonstrando a ampliação desse campo de estudos podemos indicar importantes obras de autores brasileiros publicadas nos últimos 5 anos, entre elas: *Digital History e Storiografia Digitale: Estudo Comparado sobre a Escrita da História no Tempo Presente* (2001-2011) de Anita Lucchesi (2022), *Lembrança do Presente. Ensaio sobre a condição*

histórica na Era da Internet de Mateus Henrique de Faria Pereira (2022), *História Digital. A Historiografia diante dos recursos e demandas de um novo tempo* organizada por José D'Assunção Barros (2022), *Caminhos da história digital no Brasil* de Thiago Lima Nicodemo (2022), *Ensaio sobre usos e apropriações da cultura digital na pesquisa e ensino de história* organizado por George Leonardo Seabra Coelho (2023) e *Ensino e pesquisa em história: competências digitais e usos tecnológicos* organizado por Luiz Gustavo Martins da Silva (2023). Obras que buscam um aprofundamento das discussões históricas com aspectos teóricos e metodológicos da própria História Digital.

Atualmente vivemos cercados por tecnologias que se apresentam de diversas formas e possuem diferentes e inúmeras funcionalidades. Usamos essas tecnologias em várias áreas e na pesquisa em história não poderia ser diferente. Até que ponto as tecnologias digitais provocam alterações na pesquisa em História? Será que a pesquisa em História conseguiria utilizar todas as potencialidades que as TDIC oferecem? Para nós, não basta usar a internet e o computador na pesquisa em História, é preciso saber utilizar de forma crítica, metodológica e didática a tecnologia escolhida.

Entendemos que não são os recursos tecnológicos que definem a pesquisa histórica bem fundamentada, mas as intervenções humanas subsidiadas pelo método e pela teoria, em outras palavras, a operação historiográfica realizada por seres humanos deve ser primordial na História enquanto conhecimentos científicos. Todavia, ao passo que a sociedade se transforma, algumas formas de se “fazer” e/ou visões de mundo sobre a forma de se fazer a pesquisa histórica permanecem estáticas e/ou engessadas. Sabemos que a ciência histórica - diferente de outros campos sociais - transforma-se em um ritmo mais lento, mas se transforma, vale lembrar as diversas “viradas” na História, entre elas, “Virada Linguística”, “Virada Cultural”, “Virada Subjetiva”. Tais processos são fundamentais no

campo da ciência histórica, caso contrário, ainda estaríamos compartilhando as concepções do positivismo e do historicismo do século XIX e não discutindo Humanidades Digitais aqui.

E, pensando nessa necessidade de problematização, propomos caminhos para compreender a interação entre o fazer historiográfico e as tecnologias digitais. Ao propor o uso de tecnologias na pesquisa e/ou pesquisar historicamente as tecnologias digitais, o nosso objetivo não é substituir a método histórico por parafernálias e *softwares* caros e complexos, mas sim apropriar ferramentas com variadas possibilidades de usos no fazer historiográfico, assim como trazer a temática das humanidades digitais para a seara do historiador³².

Antes, os historiadores recorriam aos arquivos físicos para “encontrar” suas fontes históricas, hoje em dia, muitos historiadores recorrem ao *google*, *blogs*, *podcasts*, *wikis*, redes sociais, arquivos digitais e/ou videogames para “produzir” suas fontes. Não obstante, é preciso ressaltar que o historiador não pode deixar de desempenhar seu protagonismo na problematização dos vestígios humanos deixados no tempo e no espaço cada vez mais virtual. Isso porque com as tecnologias digitais, a *internet* se torna um espaço rico de caminhos, recortes, de práticas culturais e representações que podem oferecer ao pesquisador diversas possibilidades investigativas.

Além dessas possibilidades, há ainda um conjunto de tecnologias que, embora não tenham sido desenvolvidas para a pesquisa em História, podem ser utilizadas pelo historiador, desde que seu uso seja bem planejado com

32 Novas pesquisas e explorações metodológicas têm mostrado o potencial das Humanidades Digitais para a pesquisa histórica. Além da possibilidade de tornar mais acessível as pesquisas e fontes através de arquivos digitais (um exemplo é o site www.jornaisdaindependencia.com.br), existe um grupo de pesquisadores preocupados em refletir sobre as facilidades e os problemas da utilização de ferramentas digitais nas pesquisas. Sobre esse tema, recomendamos: o livro *Digital History: A Guide to Gathering, Preserving, and Presenting the Past on the Web* escrito por Roy Rosenzweig e Daniel J. Cohen em 2006 e a obra *Clio wired: the future of the past in the digital age* escrito por Roy Rosenzweig em 2011.

boas práticas de pesquisa e ética. Alguns *softwares* como o Iramuteq ou o Voyant-Tools têm sido utilizados por pesquisadores para realizar análises históricas, trazendo interessantes conclusões que, de outra forma, não seriam percebidas sem o auxílio desses programas (BOLLA, 2014; RODRIGUES, 2020; BACELLAR, 2022). Assim, as tecnologias digitais permitem a multiplicação dos espaços de pesquisa e diferentes modos de interação coletiva e/ou individual.

Faz-se necessário pontuar que, embora as TDIC apresentem um mundo novo cheio de possibilidades, nem tudo são maravilhas. Junto com essas possibilidades, vêm os problemas gerados pelo uso das TDIC, como *softwares* caros que prometem muito e entregam pouco, plágio de trabalhos acadêmicos, compra e venda de pesquisas.

Como foi possível perceber, apresentamos um breve resumo da história do desenvolvimento da *internet*, consideramos importante pontuar esses aspectos históricos para a compreensão do desenvolvimento tecnológico, bem como o desenvolvimento do próprio homem a partir do uso de elementos tecnológicos e, ainda, para problematizar os usos e apropriações das TDIC e suas aproximações com a pesquisa em História. Em linhas gerais, esses apontamentos são fundamentais para entender o papel que as TDIC exercem na vida das pessoas, e, principalmente, entender seu papel na pesquisa em História.

Referências

BACELLAR, A. L. S. *O Espelho da Justiça e o teatro da jurisprudência*. 2022. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pós-Graduação em Direito Processual, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022.

BARBROOK, R. *Futuros imaginários*. São Paulo: Peirópolis, 2009. 448 p.

BARROS, J. D. org. *História Digital*. A Historiografia diante dos recursos e demandas de um novo tempo. Petrópolis: Vozes, 2022.

BOLLA, P. *The Architecture of Concepts*. Nova Iorque: Fordham University Press, 2014.

BRANDÃO, E. R. *Rotinas de usos de computadores, smartphones e/ou tablets para acessar formatos de conteúdos relacionados à TV sob o ponto de vista do designer centrado no usuário*. 2015. 256 p. Tese de Doutorado – Departamento de Artes e Design, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/25596/25596_1.PDF. Acesso em: 10 jul. 2022.

BRIGGS, A. BURKE, P. *Uma História Social da Mídia*. Trad. Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2004.

CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R.. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, C. F. S; VAINFAS, R.. *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CARVALHO, M. S. R. M. de. *A trajetória da Internet no Brasil: do surgimento das redes de computadores à instituição dos mecanismos de governança*. 2006. 239 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Sistemas e Computação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://www.cos.ufrj.br/uploadfile/1430748034.pdf> Acesso em: 10 abr. 2022

CASTELLS, M. *Sociedade em Rede*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

CASTELLS, M. *A Galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2003.

CHAMPANGNATTE, D. M. de O.; CALVACANTI, M. A. de P. *Cibercultura – perspectivas conceituais, abordagens alternativas de comunicação e movimentos sociais*. *Revista de Estudos de Comunicação*, Curitiba, v. 16, n. 41, p. 312-326, 2015. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/324625769_Cibercultura - _perspectivas conceituais abordagens alternativas de comunicacao e m ovimentos sociais](https://www.researchgate.net/publication/324625769_Cibercultura_-_perspectivas_conceituais_abordagens_alternativas_de_comunicacao_e_movimentos_sociais) Acesso em: 10 jul. 2022.

COELHO, G. L. S.; SILVA, L. G. M. da; SILVA, T. M. F. da. *Tecnologias digitais, formação e ensino: uma análise dos PPCS de licenciatura em História no Estado de Minas Gerais*. *CLIO: Revista Pesquisa Histórica*, v. 40, n. 1, p. 51-73, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaclio/article/view/251073> Acesso em: 10 jan. 2024.

COELHO, G. L. S (Org.). *Ensaio sobre usos e apropriações da cultura digital na pesquisa e ensino de história*. Rio de Janeiro: e-Publicar, 2023.

CORRÊA, F. S. *Um estudo qualitativo sobre as representações utilizadas por professores e alunos para significar o uso da internet*. 2013. 171 p. Dissertação (Mestrado em Processos Culturais e Subjetivação) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP, 2013. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-08102013-162610/publico/Fabiano_Correa_Mestrado.pdf Acesso em: 05 abr. 2022.

COSTA BISNETO, P. L. O. *A História da Internet*. 2003. Disponível em: <http://www.pedroom.com.br/portal/vitae/download/cientificos/03%20A%20Historia%20da%20Internet.pdf> Acesso em: 10 abr. 2022.

FANTIM, M.; RIVOLTELLA, P. C. Cultura digital e formação de professores: Uso da mídia, práticas culturais e desafios educativos. In: FANTIM, Monica; RIVOLTELLA, Pier Cesare. *Cultura Digital e Escola: Pesquisa e formação de professores*. Campinas: Papirus, 2012. E-book, cap. 4, p. 117-181. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/acaomidiatica/article/view/33450> Acesso em: 10 jul. 2022.

FEENBERG, A. *Entre a Razão e a Experiência: Ensaio sobre a tecnologia e modernidade*. Trad. Eduardo Beira com Cristiano Cruz e Ricardo Neder. 2017.

FONSECA FILHO, C. *História da Computação: O Caminho do Pensamento e da Tecnologia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007. Disponível em: https://www.academia.edu/7969231/Hist%C3%B3ria_da_Computa%C3%A7%C3%A3o_o_caminho_do_pensamento_e_da_tecnologia Acesso: 10 abr. 2022.

GUGIK, G. *A História dos Computadores e da Computação*. 2009. Disponível em: www.tecmundo.com.br/1697-A-Historia-dos-computadores-e-da-computacao.htm Acesso em: 1 abr. 2022.

JENKINS, H. *Cultura da convergência*. São Paulo: ALEPH, 2006.

KENSKI, V. M. *Tecnologias e ensino presencial e a distância*. Campinas: Papirus. 2003.

LE GOFF, J. Documento/Monumento. In: *História e Memória*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1994.

LEONHARDT, D.. John Tukey, 85, Statistician; Coined the Word 'Software'. *The New York Times*, Nova Iorque, 28 de julho de 2000. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2000/07/28/us/john-tukey-85-statistician-coined-the-word-software.html>. Acesso em: 28 jan. 2024.

LÉVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 2010.

LUCCHESI, A. Por um debate sobre História e Historiografia Digital. *Boletim Historiar*, n. 2, p. 45-57, 2014. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/historiar/article/view/2127>. Acesso em: 21 maio 2023.

LUCCHESI, A. *Digital History e Storiografia Digitale: Estudo Comparado sobre a Escrita da História no Tempo Presente (2001-2011)*. Recife: EDUPE, 2022.

MORAES, D. M. de M. *Ensinar e aprender História nas redes sociais online: possibilidades e desafios para o espaço escolar*. 2018. 167 p. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/431686> Acesso em: 20 fev. 2022.

NICODEMO, T. L. *Caminhos da história digital no Brasil*. Vitória, ES: Editora Milfontes, 2022.

PEREIRA, A. M. et al. A História da Apple Computer. *Revista Pretexto*, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 11-24, 2006. Disponível em: <http://revista.fumec.br/index.php/pretexto/article/view/421> Acesso em: 1 maio 2022.

PEREIRA, M. H. de F. *Lembrança do Presente. Ensaios sobre a condição histórica na Era da Internet*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

REIS, A. F. As humanidades digitais no Brasil e no mundo: o estado da arte. *Convergências: Estudos em Humanidades Digitais*, v. 1, n. 1, p. 32-48, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ifg.edu.br/index.php/cehd/article/view/47>. Acesso em: 21 maio 2023

RIBEIRO, F. A. S. et al. Explorando os potenciais da História Digital: a experiência do Centro de Documentação e Imagem da Universidade Federal Rural do Rio De Janeiro -Campus de Nova Iguaçu. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), v.33, n.69, p.152–172, 2020.

RODRIGUES, A. Humanidades Digitais e Diáspora Africana: questões éticas e metodológicas na elaboração de uma base de dados sobre a população escravizada de Mariana (Século XVIII). *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), v. 33, n. 69, p. 64 – 87, 2020.

ROSENZWEIG, R. *Clio wired: the future of the past in the digital age*. New York: Columbia University Press, 2011.

ROSENZWEIG, Roy; COHEN, Daniel J. *Digital History: A Guide to Gathering, Preserving, and Presenting the Past on the Web*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2006.

SILVA, L. G. M. (Org.) *Ensino e pesquisa em história: competências digitais e usos tecnológicos*. Rio de Janeiro: E-Publicar, 2023.

SILVEIRA, P. T. da. Lembrar e esquecer na internet: memória, mídias digitais e atemporalidade do perdão na esfera pública contemporânea. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 37, n. 73, p. 287-321, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/qJ39yWqGZBNd6YvffnSLGTj/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 21 maio 2023

VILLAÇA, M. V. M.; STEINBACH, R. Brevíssima História do Computador e suas Tecnologias – Parte I – Do osso de Lebombo ao computador eletromecânico. *Revista Ilha Digital*, Florianópolis, v. 5, p.3-24, 2014. Disponível em: <http://ilhadigital.florianopolis.ifsc.edu.br/index.php/ilhadigital/article/view/72/59>. Acesso em: 21 mar. 2022.

WRIGHT, E. *Rockstar Games and American History*. Berlim: De Gruyter, 2022.

QUAL O LUGAR DO CIBERESPAÇO PARA O HISTORIADOR DO SÉCULO XXI?

Viviane Cristine Pereira Nunes¹

Resumo: A pandemia de COVID-19 catalisou um processo que já estava em curso: a ocupação do ciberespaço com finalidades profissionais pelos historiadores. No entanto, as discussões acerca do tópico focam no uso deste espaço como ferramenta de ensino aprendizagem ou como ambiente de divulgação. Embora também possua essas funcionalidades, o ciberespaço pode ser um novo espaço laboral para os profissionais da História, motivando-os a passar por um processo de “reconfiguração”. Neste espaço, a História Pública é uma prática importante para a defesa da legitimidade e da importância da história para o grande público, construindo através do debate e da autoridade compartilhada o conhecimento histórico. Surge, daí, a história pública digital e, com ela, novas questões epistemológicas acerca do ato de fazer história. Diante disso, o objetivo deste artigo é realizar uma revisão bibliográfica acerca das tensões que o uso do ciberespaço apresenta à historiografia e à produção do conhecimento histórico, bem como refletir sobre o papel social do historiador do século XXI.

Palavras-chave: Ciberespaço; História Digital; História Pública Digital.

WHAT IS THE PLACE OF CYBERSPACE FOR THE 21ST CENTURY HISTORIAN?

Abstract: The COVID-19 pandemic catalyzed a process already underway: the occupation of cyberspace for professional purposes by historians. However, discussions on this topic often focus on using this space as a teaching and learning tool or as a dissemination environment. Although it also serves these functions, cyberspace can be a new workspace for history professionals, encouraging them to undergo a process of "reconfiguration." In this space, Public History is an important practice for defending the legitimacy and importance of history to the general public, building historical knowledge through debate and shared authority. From this emerges digital public history, along with new epistemological questions about the act of doing history. Therefore, the objective of this article is to conduct a literature review on the tensions that the use of cyberspace presents to historiography and the production of historical knowledge, as well as to reflect on the social role of the 21st-century historian.

¹ Mestranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Contato: cristineviviane13@gmail.com.

Keywords: Cyberspace; Digital History; Digital Public History.

Introdução à espacialidade digital

A ciência histórica possui o tempo como uma de suas categorias fundamentais. Fundamental para a construção de sentido nos estudos históricos, o tempo está inserido em um processo dinâmico, que o transforma e instiga a nós, historiadores, a transformarmo-nos na mesma medida. Essa transformação muda a maneira como nós enxergamos e nos relacionamos com o tempo e, para os profissionais da história, afeta a maneira através da qual se produz conhecimento, considerando que a experiência dos sujeitos com o tempo é diversa e não pode ser compreendida isoladamente, se fazendo necessário um processo de historicização. Sobre o tema, o historiador Manoel Luiz Salgado Guimarães afirma que:

A Historiografia como investigação sistemática acerca das condições de emergência dos diferentes discursos sobre o passado, pressupõe, como condição primeira, reconhecer a historicidade do próprio ato de escrita da História, reconhecendo-o como inscrito num tempo e lugar. (GUIMARÃES, 2017, p.27)

Nesse sentido, a perspectiva temporal do objeto de análise do historiador não pode ser desconsiderada, bem como precisa ser investigada a partir de uma abordagem que englobe os sentidos atribuídos pelos sujeitos a ela. Atualmente, lidamos com uma demanda de temporalização do tempo (PEREIRA; ARAÚJO, 2018, p. 34) em que passado, presente e futuro estão fortemente articulados, requerendo que nós, historiadores, exercitemos constantemente a habilidade de relacionar o que sabemos do passado com o que queremos do futuro.

No entanto, o tempo não é a única categoria conceitual passível de transformações no ofício do historiador. As discussões espaciais, bem como a emergência de novos espaços, também estão em meio a um processo de transformação e dinamicidade consideravelmente impactado pelo advento e popularização da *internet*, que, aos poucos, passou a fazer parte do

cotidiano dos historiadores em suas atividades laborais através da introdução do uso das tecnologias da comunicação e informação, as TIC'S.

Softwares acadêmicos, *sites* para consulta, acervos digitais e redes sociais - acadêmicas ou não, tornaram-se comuns ao historiador nas duas primeiras décadas do século XXI, graças à chamada Era Digital. Esse processo de "digitalização" foi potencializado pela Pandemia de COVID-19 vivenciada no ano de 2020, um momento "(...) no qual o digital se torna quase o único meio de comunicação e existência" (LUCCHESI, 2020, p.162).

No entanto, embora o universo digital pareça uma novidade, o ciberespaço surge no período posterior à Segunda Guerra Mundial, quando as tecnologias dos meios de comunicação avançaram de maneira veloz e a *internet* surgiu como uma nova ferramenta de integração mundial. Assim, a partir das ações virtuais dos sujeitos, nasce um novo espaço, definido pelo filósofo Pierre Lévy como

um novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial de computadores. O termo especifica não somente a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. (LÉVY, 2010, p.17)

No Brasil, a compreensão dos historiadores acerca do ciberespaço se dá a partir de duas possibilidades, conforme afirma Lucchesi (2014) em sua dissertação:

1º significa que, por um lado, o local de trabalho do pesquisador é modificado, renovado e organizado de modo diferente, recebendo novos itens, talvez assumindo outras paisagens, transformando seu som ambiente, temperatura etc. (...) O 2º sentido desse novo espaço de trabalho, por sua vez, diz respeito à incorporação do ciberespaço (ver glossário) e toda sua complexidade no leque de possibilidades de "campo", de "lugar" de pesquisa. Ou seja, os recortes espaciais de nossas pesquisas, por assim dizer, podem ganhar uma nova dimensão. (LUCCHESI, 2014, p. 47-48)

Embora a autora, há dez anos, já indique o ciberespaço enquanto um potencial lugar ou campo de pesquisa, os entraves e desconhecimentos acerca do que de fato o constitui ainda persistem. Não são raras as narrativas que restringem este espaço virtual a uma ferramenta de ensino e

aprendizagem histórica ou, ainda, às redes sociais e seus usos com finalidade didática. Essa visão é refutada por Fortes e Alvim (2020) quando pontuam que

A atuação nesse ambiente digital que permeia crescentemente a produção e circulação do conhecimento histórico desafia os pesquisadores a irem além de uma compreensão instrumental e consumista das novas tecnologias. (FORTES; ALVIM, 2020, p.209)

Em consonância com o disposto por Lucchesi (2014) e Fortes e Alvim (2020), Carvalho (2016), ao refletir sobre a pertinência do uso e dos estudos acerca das redes sociais pelos historiadores, afirma que “As redes sociais, portanto, significam tanto fonte como objeto de estudo do historiador.” (CARVALHO, 2016, p.44).

Para além do que foi apontado por este autor, compreendendo que esse espaço provoca no historiador a necessidade de adequação na produção do conhecimento histórico, transformando-o, é possível afirmar, também, que as redes sociais assumem o papel de um novo espaço de atuação para os profissionais da história, o que nos desafia a reconfigurar não somente as nossas ações, mas também a repensar a nossa identidade enquanto profissionais.

Além disso, há também a percepção do ciberespaço enquanto um meio de divulgação científica para os pares e para o grande público, visão que ainda desconsidera o potencial do ciberespaço enquanto um lugar de produção de conhecimento histórico inovador, que ancora na colaboração com o público uma flexibilização no modo de fazer história, preservando o método, mas utilizando novas ferramentas em um novo espaço. De acordo com Malerba (2017), a ampliação do público faz com que este seja visto “não como exclusivamente “audiências”, consumidores de história, mas, em alguma medida (...) público gerador de história” (MALERBA, 2017, p.141).

Assim, entende-se que o historiador não é o único responsável pela construção do conhecimento histórico. O processo implica considerar uma história feita também pelo público e com o público (MAUAD apud SANTHIAGO, 2016, p. 90-91). Essa colaboração com o público é definida por

Henry Jenkins (2009) como Cultura Participativa, um termo que abarca a influência ativa do público não somente no consumo do produto final, mas também na criação e na circulação de novos conteúdos (JENKINS in BURGESS; GREEN, 2009, p.28). Há, no pensamento de Jenkins, uma aproximação também com o que Pierre Lévy (2005) define como Cibercultura, um “conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, atitudes, pensamentos e valores que definem o ciberespaço” e formam redes de relações sociais entre seus usuários (LEVY in COELHO, 2012, p. 49).

Assim, o historiador não performa no ciberespaço um papel de mero comunicador, mas assume a postura de facilitador do processo de construção do conhecimento, reelaborando instrumentos, ressignificando conceitos e ampliando o alcance das suas produções com o auxílio do seu público. Silveira (2020), ao analisar a conjuntura análoga à atuação do historiador no ciberespaço, afirma que

Trata-se de um contexto desafiador, [...] que exige a reinvenção de historiadoras e historiadores, a batalha por novos espaços de atuação e, ao cabo, a elaboração de uma nova justificativa para o conhecimento histórico, assim como para o ensino superior, no país. (SILVEIRA, 2020, p. 4)

Considerando esse cenário de inserção laboral do historiador no espaço digital, Aguiar (2012) aponta que a produção de conhecimento acerca desta temática tende a resultar em reelaborações epistemológicas derivadas da influência da cultura digital na concepção conceitual de termos caros à ciência histórica, como fonte, tempo e espaço.

Nesse sentido, é possível afirmar que a produção de conhecimento histórico se transforma conforme o espaço em que ocorre. Em consonância com os postulados de Aguiar (2012), Silveira (2018) também aponta que os usos e aplicações da internet no *métier* historiográfico exercem impactos sobre uma série de conceitos caros à historiografia, como vestígio, fontes históricas, narrativa e tempo.

No entanto, é válido pontuar que essa transformação não afeta o método de produção desse conhecimento, definido por Lucchesi (2014) como a base da História, mas as técnicas e os “instrumentos” utilizados na construção das narrativas provenientes da trajetória humana no tempo. Assim, de acordo com Lucchesi (2014):

Nem as tecnologias, nem a história digital opera uma ruptura radical com estas bases, antes acrescentando nova mobília e ferramentas à oficina da história, mas os fundamentos da disciplina continuam os mesmos (LUCCHESI, 2014, p.52)

Neste ínterim, o historiador contemporâneo se vê tão atravessado pelo espaço digital que, tal como os *softwares*, percebe que é chegada a hora de “instalar” uma atualização. Essa nova relação do historiador com as urgências do tempo em que vive é discutida por Pereira e Araújo (2018) através da ideia de atualismo, um regime de historicidade em que o sujeito se vê constantemente desatualizado, sempre em meio a necessidade de uma nova versão de si. Para os autores, a historicidade atualista tem o futuro como algo garantido como repetição em expansão linear do presente. O futuro não está por vir, ele, atualista, é apenas o presente 2.0 (PEREIRA; ARAÚJO, 2021, p.3). Aqui, compreendemos que a percepção atualista de tempo também afeta a própria existência do historiador, que se vê em meio a uma demanda de atualização provocada pelos constantes *updates* do tempo presente.

Essa necessidade de reconfiguração histórica desafia o historiador e suas relações com o espaço digital e o espaço público. A história digital é definida por Monina (2013) como um complexo universo de produções e trocas sociais que tem por objeto principal o conhecimento histórico, transferido de outros ambientes e/ou diretamente gerado e experimentado em ambientação digital. Ela surge como uma área da ciência histórica responsável por refletir sobre essa nova baliza historiográfica. Para Noiret (2015) e Weller (2013), o grande trunfo da história digital e das humanidades digitais reside na possibilidade de transformar a disciplina, ressignificar tradições que parecem perder o sentido e renovar a nossa ciência. Além

disso, os autores incentivam os historiadores a usarem o digital para além da função de “muletas”. e instrumento de ensino e aprendizagem. O digital precisa ser visto como um espaço que suscite a problematização nas nossas reflexões sobre o ofício do historiador, possibilitando, inclusive, a reelaboração da nossa identidade profissional.

Embora exista um certo estranhamento em relação ao tema e a exploração desse novo espaço no cotidiano profissional e nas pesquisas acadêmicas, todos nós estamos conectados, e já não é mais possível imaginar outra forma de fazer história sem o uso das facilidades proporcionadas pelo ciberespaço. Na opinião de Anacleto Pons (2013), por exemplo,

Seria possível supor que tanto a reflexão sobre as ferramentas digitais quanto seu próprio uso têm sido escassos dentro da corporação dos historiadores. Essa suspeita, entretanto, é apenas parcialmente correta. Após os primeiros tempos de receio e assombro, muitas das aplicações surgidas, as mais simples e, não por isso, menos significativas, foram incorporadas à prática cotidiana. Nós as interiorizamos como recursos habituais, como se houvésssemos desfrutado delas desde sempre, como se fossem naturais e não houvesse modificado em absoluto nossa maneira de exercer a profissão. (PONS apud SILVEIRA, 2013, p.34)

Outro nome engajado no estudo das transformações vivenciadas pelo historiador no século XXI é o de Meg Foster (2014), que enxerga o momento atual de interação entre o público e a história como inédito. A historiadora também assegura que não há como retroceder, sobretudo pelo caráter colaborativo que o processo de construção do conhecimento no ciberespaço assume:

A Internet e a História Pública estão poderosamente conectadas em nosso *user generated world*. Uma vez que já se fez tal progresso com a Web 2.0 para se ter acesso ao passado, é impossível não ver a Internet como parte significativa do futuro da História Pública (FOSTER apud CARVALHO, 2016, p.40)

O estranhamento dos historiadores com esse novo espaço, no entanto, não pode ser compreendido de maneira unifocal, tendo em vista que a perspectiva que possuem foi construída durante a graduação que cursaram. Assim, compreendendo que o graduado em história carrega consigo as

experiências, vivências e atravessamentos que fizeram parte do seu percurso formativo, é preciso analisar também a influência que a universidade, enquanto instituição responsável pela sua formação inicial, exerceu na percepção que ele apresenta em relação ao uso do ciberespaço com finalidades profissionais.

O papel da universidade no fortalecimento da História Pública Digital

De acordo com Silveira (2020), faz-se importante a realização de uma discussão acerca da inserção social do conhecimento histórico, pensando a atuação do historiador também do ponto de vista da temática do trabalho e das relações trabalhistas. Essa pauta, segundo o autor, é uma lacuna no que diz respeito ao trabalho do historiador na contemporaneidade, que reflete um déficit na formação universitária desse profissional, visto que, para essa tarefa, “nossos cursos de graduação e pós-graduação pouco os têm preparado” (SILVEIRA, 2020, p.4).

Para Pedro Telles da Silveira,

Torna-se necessário repensar a atuação de historiadoras e historiadores sob o prisma do trabalho, de modo a conceber novas identidades profissionais enquanto historiadoras e historiadores que atuarão em espaços que não o universitário ou escolar. Essa necessidade é tanto maior quanto, devido às mudanças nas condições de acesso a postos universitários e à deterioração das condições de trabalho na educação básica, mais e mais historiadoras e historiadores escolherão vias alternativas para sua atuação. (SILVEIRA, 2020, p. 5)

Essa atuação nas vias alternativas definidas pelo autor também é analisada por Schmidt (2018), que aponta um movimento dos historiadores, seja por preferência ou necessidade financeira, rumo a uma atuação que fuja da dualidade professor/pesquisador, o que reforça a importância da reflexão sobre esses temas e possibilidades já durante a formação inicial desses profissionais.

Moran, Maseto e Behrens (2000) sinalizam que as mudanças vivenciadas pela virtualização da sociedade têm desafiado as universidades a oferecer

uma formação que acompanhe as demandas deste momento histórico. Para os autores, é necessário desconstruir a visão de que o fim da graduação oferece ao historiador uma formação completa, tendo em vista que essa perspectiva vem gerando uma crise significativa nos meios acadêmicos.

A crise vivenciada pelos historiadores graduados é também discutida por Silveira (2020), que aponta que

para além da ausência de perspectivas de futuro, encontra-se também o que pode ser uma figura mais próxima e imediata da disjunção subjetiva que é resultante, apesar do contexto atual, da falta de conflito que caracteriza a sociedade neoliberal. (SILVEIRA, 2020, p. 16)

Nesse sentido, Silveira relaciona a individualização do trabalho do historiador contemporâneo como uma consequência da distância que se criou de um *ethos* boêmio, um aspecto importante da vivência universitária em que o não-conformismo era incentivado e encontrava respaldo em um grupo de pessoas submetidas a mesma realidade. O distanciamento dessa boemia, potencializado pelo contexto da pandemia de COVID-19, ocasionou um cenário de prostração diante dos mecanismos de exploração do sistema neoliberal ao qual estamos submetidos, gerando uma sensação de isolamento e tornando-se também uma das razões para o aumento dos casos de depressão e crise profissional entre os historiadores (SILVEIRA, 2020, p.16).

É sintomático, no entanto, que vinte anos após as colocações de Moran, Maseto e Behrens (2000) ainda tenhamos falas como a de Silveira (2020), que indicam a permanência da necessidade das universidades oferecerem uma formação adequada aos seus estudantes.

Em relação a essa mesma temática, o historiador Bruno Leal Pastor de Carvalho expõe uma opinião que se coaduna com o que foi dito por Silveira (2020) e Schmidt (2018). O autor sinaliza que, devido às novas possibilidades oferecidas pelas tecnologias, a atuação do historiador está passando por uma transformação significativa, indicando que a universidade possui um papel central nesse processo. Para Carvalho,

É fundamental que os cursos de história, por exemplo, ofereçam disciplinas, eletivas ou obrigatórias, voltadas para divulgação científica, história digital ou história pública. Essas disciplinas são hoje essenciais para se pensar, dentro do curso de história, a elaboração de projetos, princípios de administração, noções de design gráfico (principalmente o chamado o design thinking), mídias sociais, programação, internet e comunicação social de uma forma geral. (CARVALHO, 2014, p.184)

Deste modo, se considerarmos que a história é um produto que emerge de uma prática e de um lugar institucional e social, refletindo as características do tempo e do espaço em que é produzida (CERTEAU, 1982), podemos afirmar também que o historiador construído na universidade é produto dessas relações entre tempo e espaço.

Essa necessidade de reflexão acerca deste espaço se ancora na visão de que a universidade pode ser analisada enquanto um espaço de poder e práticas sociais onde dominações simbólicas acontecem (BOURDIEU, 2008). Nesse sentido, é importante que, para além de voltar o nosso olhar ao ciberespaço e às nuances vivenciadas pela história digital, sejamos capazes de voltarmos-nos também ao espaço de formação dos historiadores. Refletir sobre de que maneira as relações de poder ali presentes interferem no fazer historiográfico e instrumentalizam os novos historiadores a construir a história com aquilo que é próprio de seu tempo é condição *sine qua non* para que possamos compreender esse cenário.

Esse olhar para a universidade se baseia na noção de que este espaço é dotado de uma dinâmica de micropoder, que repercute no âmbito macro da sociedade (FOUCAULT, 1979). Pensar a partir dessa perspectiva implica

captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações [...] captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam [...] Em outras palavras, captar o poder na extremidade cada vez menos jurídica de seu exercício (FOUCAULT, 1979, p.182).

Nesse sentido, ao refletir sobre as conexões entre universidade, relações de poder e ciberespaço, Carvalho (2014) afirma que é evidente que há enormes desafios dentro do campo da história pública digital e que essas

novas tecnologias possuem um lado intimidador. O surgimento de novas formas de fazer história mexe com relações de poder que há muito tempo estão estabelecidas nos espaços profissionais, inclusive na história.

Funções da História e compromissos do historiador no tempo presente

Em seu livro *Apologia da história ou o ofício do historiador*, Marc Bloch (2001) constrói reflexões próprias da ocupação do historiador, pensando em sua posição enquanto sujeito e também sobre a função que a história tem para a sociedade, motivado por uma pergunta feita pelo seu filho. O autor defende em sua obra que a história possui uma função fundamental de orientar as ações dos sujeitos no tempo presente e que o historiador, por sua vez, possui um compromisso intrínseco com as demandas do tempo em que está inserido. Ou seja, instiga que os historiadores não enxerguem a história apenas como um antiquário, ligada necessariamente ao passado, mas como uma ciência responsável por, através dele, orientar os homens do presente em sua experiência temporal. Além disso, convoca o historiador em seu compromisso de pensar a história, o que passa por acompanhar as transformações e singularidades do tempo em que está inserido.

Essa atribuição do historiador, alinhada às demandas do tempo presente, foi transformada, estando agora diretamente ligada ao combate às narrativas descompromissadas e destituídas de uso do método histórico veiculadas no espaço público. Conforme apontam Varella e Bonaldo (2021), o discurso histórico passou a conviver com novos registros, que até então não encontravam lugar no espaço público, no mundo pós-digital. Teorias da conspiração, discursos de ódio, *fake news* e negacionismos agora são realidades cotidianas, que desafiam a autoridade do historiador e levam-no a “competir com narrativas não credenciadas por fontes confiáveis” (VARELLA; BONALDO, 2021, p.2).

Esse cenário evidencia a necessidade da manutenção de uma autoridade científica do historiador, que “depende cada vez mais da capacidade de alcance frente ao público e do domínio das novas mídias e linguagens digitais” (CARVALHO, 2018, p. 173). No entanto, a ideia de autoridade aqui pensada não está alicerçada nos mesmos elementos cunhados no processo de institucionalização da História, mas em uma autoridade compartilhada com o público que não somente consome, mas também participa da construção desse conhecimento histórico.

Nesse ínterim, não surpreende que a preocupação com a História Pública tenha se mostrado como um caminho para a resolução do problema da relevância do conhecimento histórico (SILVEIRA, 2020).

Especialmente no contexto pandêmico, Espinosa *et al.* (2021) apresenta em seu artigo *História, historiadores e a pandemia de COVID-19* a percepção de nove historiadores e historiadoras sobre os efeitos da pandemia em seus ofícios. Lá, é possível constatar que os historiadores acadêmicos reconhecem a importância de ocupar o ciberespaço e alcançar um público mais amplo, sobretudo para corrigir as distorções da mídia em relação ao passado. No entanto, existem desafios que se apresentam para a efetivação dessa nova atuação, como a desigualdade e a sobrecarga laboral, potencializadas pela desigualdade de gênero, a grande importância que a academia confere às formas de divulgação mais canônicas, como os *papers* e as publicações em periódicos indexados, para a avaliação da produtividade dos pesquisadores e as condições de possibilidade dessa forma de atuação, considerando o aspecto geracional (ESPINOSA *et al.*, 2021).

Os autores do artigo demonstram também uma esperança clara de que a nova geração de historiadores ocupe esse espaço de maneira mais efetiva, considerando que esse grupo já nasce na condição de nativos digitais. No entanto, ao se debruçar sobre a experiência de graduandos e pós-

graduandos no projeto de edição de verbetes da Wikipédia lusófona, Varella e Bonaldo (2021) constataam que, embora nativos,

(...) muitos tiveram dificuldade em editar em ambiente digital. Era de se esperar que a geração Z, nascida e criada nas novas tecnologias computacionais, tivesse familiaridade e facilidade com a atuação em ambiente virtual; porém, as limitações de conhecimento foram amplas e algumas vezes tão profundas que levaram os interessados a desistirem de participar do projeto. (VARELLA; BONALDO, 2021, p.17)

Nesse sentido, é possível perceber que a dificuldade de ocupação do ciberespaço de maneira efetiva varia, mas não depende necessariamente do aspecto geracional para acontecer. Até mesmo os historiadores mais jovens, ainda inseridos na formação inicial, encontram obstáculos para fazê-lo de maneira eficiente, o que denuncia a necessidade de modificações no que diz respeito aos currículos das licenciaturas e bacharelados de História, para acompanharem de maneira profícua as demandas do pós-digital.

Assim como o campo de estudos da História Digital, a História Pública é uma área da ciência histórica institucionalizada há mais de 40 anos, mas que vive hoje um momento que mistura otimismo e inovação. A discussão sobre o que exatamente denota o termo é intensa e está longe de alcançar um consenso, no entanto, é possível afirmar que “a História Pública, não importa qual a vertente, sempre buscou aproximar o grande público dos processos de construção da história.” (CARVALHO, 2016, p.19). Além disso, é importante pontuar que esse historiador público deve, de acordo com Serge Noiret:

Poder fazer mediação com as formas públicas de conhecimento do passado que a rede oferece, contribuindo na primeira pessoa à narrativa do passado em meios virtuais. Construir uma história pública digital que seja capaz de fazer frente e de mediar de modo crítico a manifestação incessante das memórias privadas – e das memórias coletivas embalsamadas – é certamente um papel profissional destinado ao trabalho do “public historian”. (NOIRET, 2015, p. 40)

Por isso, é possível afirmar que a história digital, enquanto prática que não se restringe aos muros das universidades e aos espaços compartilhados pelos pares, é um tipo de história pública que envolve o trabalho e a mediação dos historiadores públicos digitais e dos historiadores especialistas

em comunicação multimídia (NOIRET, 2015). Assim, essa simbiose entre espaço digital e divulgação científica para o grande público acaba por tornar a história, ao mesmo tempo, em que digital, também pública (CARVALHO; LUCCHESI, 2016).

Dessa maneira, embora o mundo digital proporcione um espaço democrático, em que há uma circulação de saberes e discursos diversos, “exemplos recentes demonstram como a proliferação de usos do passado pode ser uma ameaça ao conhecimento certo e verdadeiro, senão mesmo à vida e à democracia” (VARELLA; BONALDO, 2021, p.4).

Diante disso, é importante que esse protagonismo na elaboração de narrativas e na ocupação desse espaço seja dos historiadores. Desde meados dos anos 1990, Prost (1996) já alertava que delegar essa função aos jornalistas e/ou outros profissionais seria tão perigoso quanto renunciar à formação dos professores dos liceus e colégios. O crescimento exponencial dos negacionismos e das fake News parecem ter confirmado o seu diagnóstico.

A advertência de Prost (1996) encontra consonância direta com o afirmado por Yerushalmi (2007), que postula a importância do historiador e de sua atuação no processo de combate aos assassinos de memória, afirmando que:

Somente o historiador, com sua rigorosa paixão pelos fatos, pelas provas e pelos testemunhos, pode realmente montar a defesa contra os agentes do olvido, contra os que reduzem documentos a farrapos, contra os assassinos da memória e os revisores das enciclopédias, contra os conspiradores do silêncio. (YERUSHALMI apud ROSSI, 2007)

Assim, o que se percebe nesse cenário, consoante as reflexões de Pedro Telles da Silveira sobre o livro *Digital History: A Guide to Gathering, Preserving and Presenting the Past on the Web*, escrito por Roy Rosenzweig e Daniel J. Cohen é que:

(...) [há] um momento crítico que assombra os profissionais de história, pois “nas últimas duas décadas, as novas mídias e as novas tecnologias desafiaram os historiadores a repensar as maneiras pelas quais eles pesquisam, escrevem, apresentam e ensinam a respeito do passado”. Esses desafios incluem o reconhecimento de um espaço

público muito mais diversificado no qual o conhecimento histórico circula, aliado à potencial diminuição da autoridade dos historiadores e historiadoras frente à maior popularidade dos historiadores amadores. (COHEN; ROSENZWEIG apud SILVEIRA, 2018, p.31)

Diante desse momento crítico, a defesa de Silveira é a de que:

A presença dos historiadores nas redes sociais na Internet é ainda mais desejável porque esses espaços são frequentemente inundados por conteúdos de história de má qualidade, incompletos, imprecisos, errôneos e até mesmo mal-intencionados. Ocupar estes espaços com editores comprometidos com a circulação e a recepção responsável do saber histórico é fundamental para combater a entropia que ameaça boa parte da Internet. (...) (SILVEIRA, 2016, p.41)

Sobre a atuação dos historiadores amadores apontados por Telles da Silveira, o historiador Marcelo Té (2018), em seu artigo “Desequilíbrio de histórias parte I: um problema do campo das humanidades”, suscita o debate em torno dos compromissos da história diante das novas formas de produção e circulação do conhecimento histórico, incentivando a apropriação desse espaço pelo profissional especializado para tal. O artigo também versa sobre a importância da profissão do historiador para evitar um desequilíbrio de histórias, o que podemos perceber através da ascensão de figuras como Laurentino Gomes, Leandro Narloch e a empresa audiovisual Brasil Paralelo, que ocupam uma parcela significativa do mercado através da veiculação de narrativas revisionistas e descompromissadas com a metodologia da pesquisa histórica e, ainda assim, alcançam um grande público.

Esses discursos, constantemente elaborados com finalidades políticas, tiveram um impacto significativo na opinião pública no que se refere à importância do ensino de história e, conseqüentemente, da profissão de historiador, o que contribuiu para a aprovação de um modelo de ensino médio que enxerga as humanidades como opcionais na formação do estudante do ensino básico no Brasil. Além dos impactos no ensino básico, as consequências dos discursos que buscam a todo custo deslegitimar o saber histórico produzido na academia se dão através da propagação de publicações falsas, boatos, da judicialização do saber histórico e dos cortes

no orçamento das universidades e agências de fomento à pesquisa (SILVEIRA, 2020).

É necessário, portanto, diante da pluralidade de vozes, discursos e perspectivas disponíveis no ciberespaço, que os historiadores ocupem esses espaços, sob o risco de assistirem ao desenvolvimento de um eclipse de sua autoridade sobre seu próprio campo de conhecimento (CARVALHO, 2018, p. 171). Para além da atuação nestes espaços, é ímpar que exista também uma transformação no que diz respeito à forma como essa presença se dará, assumindo o que Carvalho (2016) define como uma atitude de presença:

Refiro-me aqui à capacidade de ocupar estrategicamente uma rede social, tornando-se seu protagonista, ponto de referência e irradiador de informações e debates, sujeito-autor capaz de propor temas e de gerar o engajamento de outros usuários. (CARVALHO, 2016, p.45)

Para além da necessidade de saber como ocupar esse espaço de maneira profícua, apropriamo-nos aqui de duas das proposições que Malerba (2014) apresenta no encerramento do seu artigo "*Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History*" para refletir sobre a urgência de repensarmos nosso papel diante das demandas provocadas pelo aumento da difusão massiva do que ele chama de história popular. Assim, de acordo com Jurandir Malerba:

5. é imperiosa a necessidade de os historiadores acadêmicos entrarem nesse debate, inclusive por cuidado para com o ensino e as práticas didáticas; 6. é imperiosa a necessidade de os historiadores acadêmicos assumirem a importância da dimensão pública de sua atividade, ultrapassando os muros da academia para cada vez mais tomar parte, como especialistas, nos debates de interesse público. (MALERBA, 2014, p.43)

Portanto, diante dos desafios inerentes à profissão do historiador no século XXI, ocupar o ciberespaço de maneira comprometida e científica é, antes de tudo, lutar pelo reconhecimento da importância da História na formação cidadã, pela sobrevivência da profissão de historiador no mundo contemporâneo e pela preservação do rigor científico no combate aos

revisionismos distorcidos e dissimulados - o primeiro passo para a construção das narrativas negacionistas tão comuns no contexto pós-digital.

Considerações finais

O conceito de lugar, caro aos nossos colegas da geografia, possui múltiplos significados. Um deles, de acordo com Yi Fu Tuan (1983), define o termo como uma mistura singular de vistas, sons e cheiros, uma harmonia ímpar de ritmos naturais e artificiais, ou seja, denota uma relação de pertencimento e significados atribuídos pelo sujeito ao espaço. Diante disso, ao refletir sobre a história digital e o ciberespaço, por muitas vezes me perguntei, com o perdão da aparente redundância, qual seria o lugar do ciberespaço na historiografia e na formação do historiador do século XXI?

Longe de uma conclusão assertiva, hipotetizo que, contraditoriamente, o ciberespaço se encontra hoje em um não-lugar, tendo em vista a permanência de uma visão desconfiada em relação aos seus usos e potencialidades, bem como aos usos e metamorfoses da história neste novo ambiente. Esse “limbo espacial” é reforçado pelo distanciamento dos cursos de graduação, em maioria, das discussões acerca do tema, o que acarreta uma formação que não acompanha as demandas do tempo presente e, conseqüentemente, não instrumentalizam adequadamente os historiadores para que ocupem esse espaço de maneira assertiva e eficaz.

Assim, este artigo dista da ambição de encontrar conclusões objetivas, mas busca contribuir para a historiografia e para as discussões relativas ao historiador da contemporaneidade, sua formação, identidade e trajetória profissional em novos espaços laborais, historicizando seus posicionamentos e instrumentos para que se torne possível, aos poucos, aprofundar o debate e ensaiar a elaboração de respostas para questões tão incertas.

Portanto, considerando que a história é um produto que emerge de uma prática e de um lugar institucional e social, refletindo as características

do tempo e do espaço em que é produzida, é possível afirmar que os estudos em relação ao ciberespaço não podem desconsiderar os aspectos espacializantes do uso das redes sociais, considerando que essas comunidades imaginadas são lugares praticados que carregam consigo a atuação dos sujeitos e os valores que eles lhe atribuem.

Esses valores são produzidos e reproduzidos através das ferramentas particulares desse espaço, que carregam consigo uma potencialidade discursiva que não pode ser desconsiderada nas análises futuras, sobretudo pela carga de influência que obtiveram do espaço de formação dos sujeitos que a produzem, a universidade.

Assim, a reflexão sobre o lugar do ciberespaço e sua influência na produção do historiador do século XXI só é possível via uma reflexão que considere a importância da relação entre espaço e sujeito em sua complexidade.

Referências

AGUIAR, Leandro Coelho de. *Cultura digital e fazer histórico: estudos dos usos e apropriações das tecnologias digitais de informação e comunicação no ofício do historiador*. Mar. 2012. 140f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<https://ridi.ibict.br/handle/123456789/769>>. Acesso em: 18 jan. 2024.

BLOCH, Marc. A história, os homens e o tempo. In: *Apologia da História ou O ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001. 159 p.

BOURDIEU, Pierre. Espaço Social e espaço simbólico. In: *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 9ª edição, Campinas: Papirus, 2008, 222 p.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. Faça aqui o seu login: os historiadores, os computadores e as redes sociais online. *Revista História Hoje*, v. 3, n.5 2014, p.165-188. Disponível em: <<https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/126>>. Acesso em: 21 jan. 2024.

_____. História Pública e redes sociais na internet: elementos iniciais para um debate contemporâneo. *Revista Transversos*. Dossiê: História Pública: escritas

contemporâneas de História, Vol. 07, n.º 07, Rio de Janeiro, 2016, p. 35-53. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/transversos/article/view/25602>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, 345 p.

DE FARIA PEREIRA, M. H.; LOPES DE ARAUJO, V. Atualismo: Pandemia e historicidades no interminável 2020. *Estudos Ibero-Americanos*, [S. l.], v. 47, n. 1, p. e39802, 2021. DOI: 10.15448/1980-864X.2021.1.39802. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/iberoamericana/article/view/39802>. Acesso em: 19 maio. 2024.

DOSSE, François. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. São Paulo, EDUSC, 2003, 394 p.

ESPINOSA, M., MONZOTE, R. F., GARCÍA, M., GOMES, A. C. V., NEELAKANTAN, V., ODUNTAN, O., ... & TURIN, R. História, historiadores e a pandemia de covid-19. *Topoi* (Rio de Janeiro), 22, 588-621, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/topoi/a/G4rxgkq9wzTkMCm6s9KnmrN/?format=pdf>>. Acesso em: 19 mai. 2024.

FORTES, A.; ALVIM, L. G. M. Evidências, códigos e classificações: o ofício do historiador e o mundo digital. *Esboços: histórias em contextos globais*, v. 27, n. 45, p. 207-227, 19 jun. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2020.e68270>> Acesso em: 18 mai. 2024.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, 295 p.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Usos da história: refletindo sobre identidade e sentido. *História em revista*, v. 6, Pelotas, 2017 p. 21-36. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/article/view/12004>>. Acesso em 22 dez. 2023.

JENKINS, H. O que aconteceu antes do YouTube?. In: BURGESS, J.; GREEN, J. *YouTube e a Revolução Digital: como o maior fenômeno da cultura participativa transformou a mídia e a sociedade*. São Paulo: Aleph, 2009. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2205278/mod_resource/content/1/Burgess%20et%20al.%20-%202009%20-%20YouTube%20e%20a%20Revolu%C3%A7%C3%A3o%20Digital%20Como%20o%20maior%20fen%C3%B4meno%20da%20cultura%20participativa%20transfor>

mou%20a%20m%C3%ADdia%20e%20a%20socieda.pdf>. Acesso em 29 mar. 2024.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 2010, 264 p.

LUCCHESI, Anita Conversas na antessala da academia: o presente, a oralidade e a história pública digital. *História Oral*, vol. 17, n.º 1, 2014, p. 39-69. Disponível em: <<https://orbi.lu.uni.lu/bitstream/10993/31136/1/Lucchesi%20-%202014%20-%20Conversas%20na%20antessala%20da%20academia%20o%20presente%2C%20a%20.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2024.

LUCCHESI, Anita; SILVEIRA, Pedro Telles da; NICODEMO, Thiago Lima. Nunca fomos tão úteis. *Esboços*, v. 27, n. 45, Florianópolis, 2020, p. 161-169. Disponível em:<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2020.e73831>> Acesso em: 17 jan. 2024.

MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography* 7.15 (2014): 27-50. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/692/466>>. Acesso em: 17 mai. 2024.

MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. *Revista Brasileira de História* 37 (2017): 135-154. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbh/a/LHTGChGvyDBCdzDk33k4WgM/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 21 mai. 2024.

MONINA, Giancarlo. Storia digitale: il dibattito storiografico in Italia. *Memoria e Ricerca*, n.43, 2013, p.185-202.

MORAN, José; MASETTO, Marcos; BEHRENS, Marilda. *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. São Paulo: Papirus, 2000. 173 p.

NOIRET, Serge. História pública digital. *Liinc em Revista*, v. 11, n. 1, Rio de Janeiro, 2015, p. 28-51. Disponível em: <<https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3634>>. Acesso em: 17 jan. 2024.

PEREIRA, Mateus; ARAUJO, Valdei. *Atualismo 1.0 - Como a ideia de atualização mudou o século XXI*. 1. ed. Ouro Preto: SBTHH, 2018.

PONS, Anacleto. *El desorden digital*. Guía para historiadores y humanistas. Madrid: Siglo XXI España, 2013, edição Kobo, 320 p.

PROST, Antoine. Os fatos e a crítica histórica. In: *Doze Lições sobre a História*. São Paulo: Autêntica, 1996, 288 p.

ROSSI, Paolo. *O Passado, a Memória, o Esquecimento*: seis ensaios da história das ideias. São Paulo: EDUNESP, 2010, 240 p.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas Palavras, muitos significados: alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: MAUAD, Ana Maria, ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). *História pública no Brasil – sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 23-36.

SCHMIDT, Benito Bisso. Qual a relação entre a história pública e a profissionalização do historiador? In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (orgs.). *Que história pública queremos?* São Paulo: Letra & Voz, 2018, 360 p.

SILVEIRA, Pedro. O historiador com CNPJ: depressão, mercado de trabalho e história pública. *Tempo e Argumento*, v. 12, n. 30, Florianópolis, 2020, p.1-28. Disponível em: <<https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312302020e0204>>. Acesso em: 23 dez. 2023.

_____. *História, técnica e novas mídias*: reflexões sobre a história na era digital. Dez. 2018. 372 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/189249>>. Acesso em 16 jan. 2024.

TÉO, Marcelo Róbson. Desequilíbrio de histórias parte I: um problema do campo das humanidades (?). *Tempo e Argumento*, n. 10, v. 23, Florianópolis, 2018, p. 358-380. Disponível em: <<https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310232018358/8073>>. Acesso em: 18 jan. 2024.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar*: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983, 248 p.

VARELLA, Flávia Florentino; BONALDO, Rodrigo Bragio. Todos Podem Ser Divulgadores?. *Estudos Ibero-Americanos*, V. 47, P. E38806, 2021. Disponível em:<<https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/iberoamericana/article/view/38806/27038>>. Acesso em: 18 mai. 2024.

WELLER, Toni (ed.). *History in the digital age*. Londres: Routledge, 2013, 224 p.

**NOVAS POSSIBILIDADES PARA HISTORIOGRAFIA A PARTIR DA
MULTICOLABORAÇÃO PROPORCIONADA PELO FACEBOOK E O USO DO
IRAMUTEQ PARA EXPLORAÇÃO DOS DADOS: AS MEMÓRIAS DO “CARNAVAL
DA COLOMBO” NA CIDADE DE RIO GRANDE - RS**

Bruno dos Santos Bengochea¹

Resumo: O texto a seguir é parte de uma das discussões apresentadas na dissertação de mestrado "Fatos e Coisas de Antanho: Facebook, memória fotográficas, história digital". Defendida no ano de 2022 dentro do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. Busca apresentar ao leitor uma experiência de pesquisa em fontes produzidas no formato digital. Entre muitas possibilidades que o universo digital possibilitou aos historiadores do tempo presente, estão as publicações do Facebook: a rede social digital com mais usuários do planeta. Nas publicações os usuários têm a possibilidade de se expressar por imagens, vídeos ou textos. Além disso, com a possibilidade atribuição de comentários às publicações tornam-se um grande fórum com ricas informações, inclusive históricas. A partir da busca sobre o tema do "Carnaval da Colombo" na cidade de Rio Grande – RS em um grupo do Facebook, se busca explorar as possibilidades do universo digital o qual todos estamos imersos.

Palavras-chave: História Digital; Rede Social; Memória Fotográfica.

**NEW POSSIBILITIES FOR HISTORIOGRAPHY FROM THE
MULTICOLABORATION PROVIDED BY FACEBOOK AND THE USE OF
IRAMUTEQ FOR DATA EXPLORATION: MEMORIES OF THE “CARNAVAL DA
COLOMBO” IN THE CITY OF RIO GRANDE – RS**

Abstract: The following text is part of one of the discussions presented in the master's dissertation "Fatos e Coisas de Antanho: Facebook, photographic memory, digital history". Defended in 2022, at the Postgraduate Program in History of the Federal University of Pelotas. Seeks to present a research experience in sources produced in the digital format. Among the many possibilities that the digital universe has made possible for historians of the present time are publications on Facebook, the digital social network with the most users on the planet. In publications, users have the possibility of expressing

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). ORCID: 0009-0002-7609-9169. Contato: brunobengo@gmail.com.

themselves through images, videos or texts. Furthermore, with the possibility of being commented on, it can become a great forum with rich information, including historical information. From the search on the theme of "Carnaval da Colombo" in the city of Rio Grande – RS in a Facebook group, we seek to explore the possibilities of the digital universe in which we are all immersed.

Keywords: Digital History; Social Media; Photographic Memory.

O século XXI é impensável sem a presença dos computadores na vida das pessoas. Da confecção dessas palavras em um editor de texto ao leitor de pdf que está sendo utilizado para lê-lo, eles atuam, mediam, facilitam e dificultam processos dos mais diversos setores da sociedade. A sua existência e grande difusão por conta da popularização da internet transformou não apenas os mercados, mas também criou novas experiências culturais através do digital.

Grande parte da população está envolvida pela prática digital. E a História, o que tem a ver com isso? No mínimo, tudo. Ao compor um grupo de ciências que se intitulam "humanidades" é inevitável a aproximação com conceitos de internet e de computação, seja como ferramenta para pesquisa, seja na reflexão sobre seus efeitos culturais na produção, mediação, valorização ou desvalorização dos processos históricos.

Vale lembrar que o uso dos computadores pelos historiadores não é, em si, uma novidade. Entre o final da década de 1960 e a década de 1970 profissionais do campo já aventuravam na capacidade de processamento que as operações binárias proporcionavam. A passagem do historiador francês Emmanuel Le Roy Ladurie, que "o historiador de amanhã será programador, ou não será historiador" data o epicentro dessas experiências, o ano de 1968. É claro que o contexto de Le Roy Ladurie era outro e a operação nos computadores pressupunha, sim, conhecimentos lógicos de programação para que as máquinas se tornassem úteis aos historiadores.

Meio século depois dessas primeiras experiências a condição do historiador com os computadores é totalmente diferente. Primeiro que o desenvolvimento da computação permitiu que leigos (entendendo “leigos” como as pessoas de fora da área da informática) conseguissem operar computadores de forma bastante fácil e intuitiva, sem necessidade de conhecimentos em programação; segundo que ao longo da década de 1990 até o presente houve uma verdadeira revolução proporcionada pela internet. A soma dessas condições opera no tempo presente e sem perceber nos encontramos imersos no universo digital.

Da hora de acordar até a de dormir - e ainda ao longo do dormir - algoritmos trabalham para proporcionar o mundo que vivemos. Dessa leitura, alguma palavra ou citação foi e será pesquisada através de um navegador que utilizará a tecnologia da internet para mostrar resultados de outros espaços na web (sites) que também se apropriaram ou então criaram as palavras ou citações consultadas.

O sociólogo Pierre Levy chamou isso de “cibercultura” no final do século XX. A definição desse conceito ajuda entender todas essas operações mediadas pelos aparelhos que acessam internet². E se na cibercultura os seres humanos estão condicionados à tecnologia da internet, isso também é histórico, é uma experiência humana, é – como versou Marc Bloch – carne humana a ser farejada pelos historiadores.

² Quando o texto de Levy foi escrito a internet era acessada apenas através de computadores e se tinha mais clara a ideia de “entrar na internet”, visto que era necessário ir até o computador, conectá-lo na internet, para então utilizar. O tempo presente fortaleceu ainda mais o conceito de cibercultura visto que estamos o tempo inteiro ligados na internet e ninguém mais entra e sai da internet, ela está sempre presente. Essa presença constante foi potencializada pela presença dos *smartphones*. O marco é o ano de 2007 quando o primeiro iPhone foi lançado e rapidamente popularizado. Entre as novidades estavam a possibilidade de o aparelho acessar a internet e a versatilidade de aplicações que podiam ser instaladas no aparelho de bolso se aproveitando dessa tecnologia para seu funcionamento, popularizando milhares de aplicativos que mediam através da internet diversas experiências humanas.

A grande variedade de conteúdos produzidos no ambiente da internet demanda uma proporcional variedade de metodologias a serem utilizadas tanto para captura das informações quanto para sua organização, ordenação e extração de informações. Na internet as temáticas também são diversas e podemos afirmar que a História possui bastante espaço. Seja em sites específicos sobre temas históricos ou sobre a disciplina do ensino básico, seja no grande volume canais e vídeos de cunho histórico no Youtube, além dos muitos podcasts existentes nas plataformas de streaming de áudio. Ademais, nas redes sociais muitas páginas, grupos e hashtags se propõem à temática do passado. Aparentemente, as pessoas gostam de História, não do Historiador, como advertiu Jacques Le Goff em uma entrevista em 1980 ao falar sobre as formas de entretenimento da época que se utilizavam temáticas históricas e obtinham grandes sucessos.

No entanto é válido entender que mesmo ainda inovadora a possibilidade da História Digital para pesquisa, ela já vem sendo desenvolvida, principalmente no século XXI. O texto do sociólogo Manuel Castells, *A Galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade* (CASTELLS, 2001) foi uma das primeiras obras que trouxe questões sobre o universo digital enquanto um legítimo espaço público. Essa mudança de perspectiva sobre o digital introduziu muitas noções e relações que nos anos seguintes foram praticadas pelos pesquisadores da internet.

Alguns anos mais tarde, a iniciativa inovadora dos historiadores Daniel J. Cohen e Roy Rosenzweig chamada *Digital History: A Guide to Gathering, Preserving, and Presenting the Past on the Web* ofereceu um livro a partir de um site. A inovação não foi apenas do acesso através de um navegador da web, com hiperlinks para navegação aos capítulos ou o formato de leitura em páginas de internet, mas também nas discussões sobre o fazer História a partir da condição digital, reflexões sobre a coleta de fontes através da web, a preservação das informações contidas no espaço virtual.

Outro texto importante é o de Serge Noiret chamado “História Pública Digital” (NOIRET, 2015) em que o autor cunha o termo “virada digital” ao abordar a condição digital que os profissionais da História estão imersos no tempo presente, seus desafios e possibilidades para fazer e compartilhar as pesquisas da área da História.

No Brasil o historiador Dilton Maynard foi um dos precursores das pesquisas que procuram pensar a cultura digital através da Historiografia. Em entrevista à revista Espacialidades (2018, p. 88), ele vai responder como iniciou o seu investimento em pesquisa do tempo presente, e consequentemente na potencialidade da internet:

Como atuei certo tempo como professor de Sociologia em instituições privadas (antes de ir para a UFS), reflexões sobre os usos da internet passaram a ser cada vez mais frequentes nas minhas aulas. Juntar a História era comum, necessário mesmo, para que aqueles fenômenos fossem estudados. Depois, quando fiz o meu concurso para professor de História Contemporânea da UFS, apresentei o projeto “Intolerância.com: Internet (1996-2008)”, numa abordagem típica do Tempo Presente. Lembro que ouvi de um dos integrantes da banca – numa arguição que ajudou muito a melhorar a proposta inicial – o seguinte comentário: “Professor, isto aí que o senhor propõe é estudar meia dúzia de gatos pingados”. E eu respondi: “No começo dos anos 1920, Adolf Hitler era um dos primeiros integrantes de um então inexpressivo Partido Nazista. Veja no que deu”.

Também é destaque a dissertação de mestrado de Anita Lucchesi (2014). Ela vai trazer ao debate da Historiografia brasileira os movimentos da Digital History e a Storiografia Digitale, respectivamente dos Estados Unidos (EUA) e da Itália. Essas experiências São precursoras quando se pensa na virada digital (NOIRET, 2015). Nomes como Serge Noiret, Dario Ragazzini, Daniel J. Cohen e Roy Rosenzweig São apresentados ao leitor brasileiro e consequentemente as suas discussões sobre responsabilidade, usabilidade, legibilidade na web.

Esse trabalho da historiadora aborda a urgência com as questões relacionadas à História Digital, sobre a ocorrência de mudanças no tipo de material disponível para os historiadores no mundo digital (LUCCHESI, 2014, p.18). Sobre essa urgência, Bruno Laitano (2020, p.173) pontua a

desatualização da formação do historiador com relação às competências informacionais, "razão pela qual nos julgamos culpados pelo próprio sentimento de obsolescência que acomete a disciplina histórica".

A desatualização dos cursos de História com relação às competências digitais é uma realidade ainda distante de ser vencida. Além de demandar estruturas de salas de aula com computadores e acesso à internet para os estudantes, faz-se necessário, também, capacitação do corpo docente atual e contratação de novos professores com a formação adequada para introduzir aos estudantes mecânicas fundamentais de computadores e internet.

É válido lembrar que o estudante de graduação do século XXI, em geral, possui mais habilidade com computadores e internet do que o próprio professor. Essa inversão da lógica da detenção do conhecimento - tradicionalmente o mais antigo tem maior conhecimento do que o mais novo - é uma das marcas da atualidade e também é uma oportunidade para que sejam estimulados mais diálogos do que monólogos durante as aulas. Professores e alunos têm muito a ganhar trocando experiências e técnicas entre a disciplina História e o mundo digital.

Quando ainda era uma proposta, a pesquisa de mestrado - que é base para o presente artigo - em nenhum momento fala sobre História Digital. A proposta inicial era problematizar os discursos presentes nas fotografias de um acervo público da cidade de Rio Grande - RS. O advento da pandemia de Covid 19 inviabilizou o acesso às fontes e colocou não apenas essa, mas todas as pesquisas que buscavam nos acervos a "carne humana" para recalcular rotas, seja de fontes, seja de metodologias. Podemos dizer que a pandemia foi uma espécie de enzima para o crescimento da História Digital, principalmente no Brasil. Que já possuía, há alguns anos, algumas pesquisas de destaque. Mas teve na pandemia um momento de crescimento de pessoas conhecendo e produzindo a partir do que ela pode oferecer.

A História Digital não apenas interferiu na maioria das pesquisas com relação às fontes e metodologia para trabalhá-las como também proporcionou estudos e questionamentos sobre o papel da cultura digital na experiência dos seres humanos. Além disso, a internet tornou-se um grande espaço de compartilhamento de narrativas sobre os fatos históricos. Narrativas contadas por protagonistas e coadjuvantes que ali encontraram um espaço e se sentem confortáveis para compartilhar informações.

A cultura do compartilhamento não é uma prática unicamente da internet, mas foi ela quem potencializou sua força de transformação no mundo como se apresenta. Desde possibilidades fluidas uso de serviços, à construção coletiva de algo, a internet teve um efeito revolucionário nessa cultura, tornando-a um princípio importante para o consumo e criação. Essa revolução carece ainda de uma legislação que consiga agir diante grande volume e diferentes formatos que os compartilhamentos acontecem. A regulamentação é – talvez – a grande ação a ser resolvida para que o compartilhamento tenha bases fortes com relação à segurança e privacidade de quem participa da cultura.

Para a presente pesquisa em si, esse fator foi de grande importância. Em um grupo do Facebook chamado Fatos e Coisas de Antanho do Rio Grande³ muitas histórias e memórias são compartilhadas diariamente. Informações que possuem poucos registros em jornais da época, mas que sempre estiveram nas lembranças das pessoas. Uma delas é o “Carnaval da Colombo”.

Uma das grandezas dessa pesquisa foi possibilitar que uma história sobre o Carnaval da Colombo fosse possível. Esse evento é um - entre muitos outros – que possui bastante presença na memória coletiva dos rio-grandinos. Ele é parte importante da experiência de carnaval na cidade de Rio Grande – RS.

³ O Fatos e Coisas de Antanho do Rio Grande no Facebook é um grupo público que se dedica à ideia de multi colaboração através da publicação de conteúdos sobre experiências na cidade de Rio Grande – RS. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/fatosecoisasdeantanho>. Acesso em 29 jan. 2024.

Mas está condicionado ao desaparecimento e esquecimento pois é um evento que não existe mais e possui poucos registros. Ainda que muito vivo na memória dos adultos e idosos. As crianças e adolescentes do presente não presenciaram o evento.

O grupo Fatos e Coisas de Antanho do Rio Grande é o espaço no Facebook que possui mais discussões sobre a História da cidade de Rio Grande – RS. Ele é o que possui mais usuários e uma maior média diária de compartilhamentos e interações através dos comentários. Acabou se tornando o espaço de maior destaque quando se pensa em construção coletiva de História sobre Rio Grande, com fotografias, documentos, textos e comentários sobre os mais diversos assuntos que tangenciam a cidade.

Entendendo publicações como fontes, procuro nelas as experiências humanas de outros tempos. Para isso, foi necessário apreender o que são elas, em qual contexto elas são possíveis e de que forma o compartilhamento das experiências está condicionado quando mediado por publicações, os limites e as possibilidades. No momento seguinte, extraio os conteúdos textuais dos comentários das publicações, a colaboração em múltiplos níveis, e utilizo o software francês Iramuteq para processar e gerar tendências sobre os subtemas que acompanham o tema maior: o Carnaval de Colombo. Com isso, dois aspectos sobre História Digital são explorados: 1) a transformação da publicação em fonte; 2) o auxílio de software na metodologia de organização e processamento das fontes.

Sobre o primeiro, ao trabalhar como fonte uma publicação, faz-se necessário compreender desde a camada da intenção que fez ela surgir, até os seus desdobramentos, que são os comentários que ela fez produzir. Essa camada participativa é lugar de importantes informações sobre o conteúdo das publicações. A produção do relato está diretamente associada ao formato. Se fosse, por exemplo, uma entrevista, certamente não seriam as

mesmas palavras, construções de memórias, relações com o cotidiano da época, ainda que a subtema estivesse presente.

Sobre o segundo, o auxílio do software no processo metodológico, inicialmente é preciso ter a certeza que a escolha da ferramenta está diretamente relacionada com os resultados que serão obtidos. E que essa escolha é parte fundamental da metodologia, visto que, por exemplo, o pesquisador precisa ter acesso ao software (que pode ser pago, por exemplo, e não se tem condições para pagar a licença. O software também pode ter uma limitação do sistema operacional do computador do pesquisador). E tão importante quanto: o pesquisador precisa saber utilizar o software. Os resultados obtidos estão diretamente relacionados ao uso que foi dado pelo operador. Se o pesquisador utilizar apenas uma parte, ou não compreender o funcionamento do software, a pesquisa também tem seu comprometimento visto que não se sabe ao certo o motivo dos resultados.

Dito isso, um breve entendimento geográfico e histórico sobre a cidade e a prática que será trabalhada: a cidade do Rio Grande dá nome ao estado do Rio Grande do Sul, é a cidade mais antiga, fundada no período que o Brasil era uma colônia de Portugal por José da Silva Paes em 1737. Sua fundação se deu em um contexto estratégico de proteção de território português, em uma área de fronteira sul da América do Sul do então império espanhol. Ao longo dos séculos a cidade se desenvolveu por conta da sua posição geográfica litorânea, de acesso ao oceano atlântico. O porto fluvial foi concebido e através dele toda uma rede de comércio mundial passou ter Rio Grande como destino também.

Ao longo de quase 3 séculos pessoas de diferentes lugares do estado, do Brasil e do mundo, fizeram de Rio Grande o seu local de vivência e contribuíram com os costumes e culturas. A cidade acompanhou a revolução industrial do século XIX e meados do XX e tornou-se o local da primeira indústria têxtil do estado. Esse período acompanhou um crescimento urbano

que desencadeou a criação de um bairro chamado Cidade Nova, o primeiro bairro operário da cidade. Nesse bairro uma das principais ruas se chama Cristóvão Colombo e nela aconteceu um carnaval de rua ao longo de décadas do século XX conhecida no presente como Carnaval da Colombo.

A prática do carnaval do Brasil é bastante conhecida e massivamente associada à cidade do Rio de Janeiro, que possui no desfile das escolas de samba a maior festa popular do mundo. No entanto a maioria das cidades brasileiras possuem carnaval, principalmente as que têm na sua história migrações de diferentes lugares como Rio Grande. Outro ponto é que o Carnaval da Colombo foi parte de um circuito maior de desfile carnavalesco. Circuito este que abrangia ruas mais centrais da cidade e tinha na passagem pela Cristóvão Colombo a parte mais periférica, e conseqüentemente, mais distante de uma elite econômica da cidade. Um carnaval mais simples e popular, da classe trabalhadora, aquela não registrada nos documentos oficiais como os jornais. Daí a riqueza e necessidade de garimpar registros dessas experiências: colocar os trabalhadores como sujeitos históricos que nunca deixaram de ser.

Tornar uma publicação no Facebook fonte pressupõe pensar o que ela permite ou limita existir. Ela está condicionada às regras éticas e de privacidade do Facebook, além de seguir um formato padronizado pelo site. O Facebook disponibiliza um espaço para que os usuários compartilhem conteúdo, seja ele texto, fotos, vídeos, links, entre outros. Para publicar, basta clicar no botão correspondente. O clique registra o conteúdo no site, tornando-o visível aos demais usuários que seguem o autor da publicação. Nos grupos do Facebook, a publicação é exibida para todos os usuários que marcaram para receber atualização do grupo.

Essa condição de lugar para se expressar em um espaço digital difere da praça pública, por exemplo. A ausência do corpo físico torna essa diferença evidente. A distância entre o emissor e o receptor da mensagem

cria um novo modelo de comunicação. O emissor da praça pública tem a certeza de que pode ser aplaudido ou criticado se o conteúdo não agradar. As publicações nas redes sociais digitais seguem essa mesma lógica. É preciso considerar esse contexto ao analisar qualquer publicação.

O formato digital para o aplauso e linchamento chama-se, respectivamente, curtida e cancelamento. Os dois extremos da adjetivação em uma rede social costumam ser alcançados de forma bastante frequente. Nas redes sociais, as reações ganham um dimensionamento imediato e volumoso, jamais experimentado pelos seres humanos. Isso pode ser um perigo para a pesquisa, pois nem sempre o conteúdo mais curtido e compartilhado é verídico ou relevante para estudos. Os conteúdos cancelados também costumam apresentar o efeito manada, onde muitos usuários que estão cancelando não sabem o motivo e, muitas vezes, desconsideram totalmente uma informação.

Com isso, fomos às publicações do Facebook, especificamente do grupo "Fatos e Coisas de Antanho do Rio Grande", com o objetivo de buscar informações sobre o "Carnaval da Colombo". O grupo "Fatos e Coisas de Antanho" foi fundado em 2014 pelo usuário Ronaldo Morgado, que é o atual administrador. Em entrevista em 2020, Ronaldo contou que o objetivo era reunir historiadores e pessoas que tinham algum conhecimento sobre histórias ou lendas urbanas de Rio Grande e criar um espaço onde se pudesse consumir curiosidades históricas sobre a cidade. Sentia-se a necessidade de um espaço assim. Em janeiro de 2024, o grupo possuía mais de 48 mil usuários, sendo o mais atuante no que diz respeito ao compartilhamento coletivo de informações e histórias sobre a cidade de Rio Grande na internet.

Por ser um local público no Facebook e permitir que qualquer usuário compartilhe informações, por vezes ocorre de serem postados conteúdos que não são sobre a cidade de Rio Grande, como propagandas. O administrador informou que realiza um trabalho diário e quase ininterrupto, acompanhando

sempre as postagens para que não percam o sentido inicial. É importante pontuar que existem regras no grupo, as quais estão em uma publicação em destaque. As informações buscam orientar os usuários a não postarem conteúdos que se distanciem do foco principal, que é a cidade de Rio Grande. No entanto, ao longo da análise, foram verificadas postagens que questionavam, por exemplo, a valorização de personagens e práticas das pessoas negras na cidade. E mesmo se enquadrando nas regras, percebeu-se que essas postagens simplesmente sumiram.

Quanto a essas situações, quando elas acontecem, é comum a publicação de uma resposta dada pela administração, em formato de texto ou vídeo, publicadas e marcadas como destaque no grupo. É feita uma justificativa da exclusão das postagens ou comentários específicos, quase sempre argumentando sobre o potencial em gerar polêmica e promover debates políticos, este último proibido pelas regras. Sob quais parâmetros uma publicação (uma fonte) do grupo é produzida? Existe uma prática problemática nessas situações que excluem a diversidade de narrativas sobre a cidade. Logo, concluímos que o que chega até a pesquisa são as publicações que conseguiram passar pelo filtro da administração, assim como fontes de jornais, por exemplo, que passam pela editoração. Apesar de um ambiente de multi colaboração, uma premissa de construção coletiva, há, sim, um filtro sobre o que avança ou não.

Além dos parâmetros de como a publicação consegue ser produzida, ao longo do desenvolvimento da pesquisa, foram pensados os diferentes formatos de informações que uma publicação carrega consigo. Desde a imagem ou vídeo utilizado, além da forma como foi apresentado através do texto escrito, foi notado que a publicação de uma boa imagem, sem muitas informações, muitas vezes acaba gerando poucos comentários. Uma publicação, às vezes apenas com um texto breve, que traga um comentário ou pergunta que instigue as pessoas, tende a gerar um grande debate. Diante

disso, este trabalho priorizou a análise textual, dando menor ênfase à análise de imagens. As memórias fotográficas suscitadas pelas publicações também foram consideradas.

A propósito, é importante comentar também que o conteúdo imagético jamais deve ser descartado. Ele é fonte de muitas informações, tanto sobre o período que é retratado quanto sobre a ação de reproduzir (na maioria das vezes, digitalizar) a fotografia ou o vídeo original para compartilhar no grupo. Ainda que o período antigo seja a finalidade da digitalização, a ação do presente nos informa sobre as condições em que a publicação acontece.

É preciso pontuar que publicar no grupo pressupõe um usuário com acesso à internet, conhecimento sobre o funcionamento dela, da rede social e do grupo. Além disso, informa também sobre o acesso a câmeras digitais, smartphones ou scanners⁴. Fala bastante sobre a inserção tecnológica, o letramento digital e o acesso a bens de consumo no século XIX.

Um ponto importante para esse tipo de fonte é que o conteúdo imagético é produzido, muitas vezes, de forma amadora pelo amplo acesso aos aparelhos de imagem. Com isso, é bastante comum encontrar, por vezes, imagens reproduzidas sem um enquadramento que acompanhe a original ou com a imagem original apresentando alguma intervenção, como dobras, rasgos, desenhos, recortes ou adesivos, por exemplo. Ou ainda, com algum efeito do momento da reprodução, como o reflexo do flash que possa ter sido utilizado, como na imagem abaixo.

⁴ Certamente, com o barateamento dos smartphones, embutidos com câmeras que possuem uma qualidade mínima para digitalizar uma fotografia analógica ou um documento impresso, os aparelhos de scanners estão quase obsoletos. No entanto, é necessário colocá-los como participantes desse processo, pois antes das pessoas terem acesso tão fácil às câmeras dos smartphones, um grande movimento de digitalização de fotografias analógicas ocorreu e permitiu, inclusive, o nascimento da prática de compartilhamento de histórias na internet.



Figura 01: Reprodução de uma imagem analógica sobre o Carnaval da Colombo (volta da década de 1950⁵).

Esse não compromisso estético, ou a falta da condição profissionalizante, que permite e estimula o compartilhamento sem algumas amarras colocadas aos profissionais, apresenta duas questões: 1) Uma certa liberdade de conteúdos e informações, que muitas vezes adiciona pautas que nunca seriam trabalhadas se não fosse alguém de fora de uma bolha acadêmica ou profissional; 2) Ao mesmo tempo, questões éticas fundamentais correm um grande risco de serem violadas, como o direito à privacidade, que se torna frágil diante da internet. Adiciono, também, o volume de informações falsas e a forte capacidade de produção e disseminação delas quando cuidados básicos, mas pouco estimulados aos usuários, por quem promove a internet, são ignorados, como a verificação da veracidade antes de compartilhar a informação.

Por conta da falta de tempo hábil para se dedicar à pesquisa, ao aprendizado e à utilização de uma automação, a captura das publicações

5

Disponível

em:

<https://www.facebook.com/groups/fatosecoisasdeantanho/permalink/2346394795591602>.

Acesso em 27 jan. 2024.

foi realizada de forma manual. Abaixo, elencam-se os passos de forma algorítmica, seguidos na página do grupo do Facebook, com a intenção de que, mais adiante, possa ser implementada uma automação que agilize a operação:

1. Acessei a área de pesquisa do grupo;
2. Digitei "Colombo";
3. Cliquei em "Pesquisar".

Já com os resultados obtidos com a primeira busca, utilizei o comando de "localizar" no navegador e digitei "Carnaval". Com isso, para todos os resultados marcados:

1. Abri a postagem em uma nova aba do navegador;
2. Copiei a imagem para um diretório do meu computador;
3. Copiei a descrição e todos os comentários para um arquivo de texto no meu computador.

A pesquisa foi realizada no dia 15 de janeiro de 2021⁶. Foram localizadas 61 ocorrências em 27 postagens e 404 comentários. A imagem abaixo ajuda a visualizar como a pesquisa descrita foi feita no ambiente do grupo no Facebook:

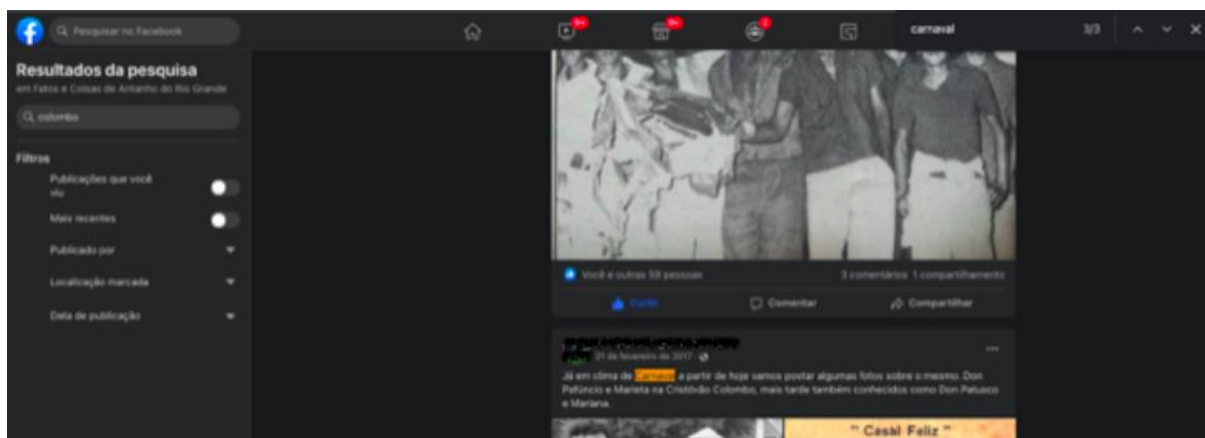


Figura 02: Demonstração da pesquisa na página do Facebook

⁶ Os resultados dessa análise São um retrato do conhecimento sobre o tema na data. Como o grupo se mantém ativo e com postagens diárias, é comum que algum tópico mais recente sobre o tema no Fatos e Coisas de Antanho do Rio Grande não apareça nos resultados aqui apresentados.

Com o conteúdo dos comentários armazenados, foi o momento de utilizar o Iramuteq, o software que vai proporcionar uma análise dos conteúdos textuais capturados através do processamento das palavras e frases presentes. Idealizado em 2008 no LERASS (Laboratório de Estudos e Pesquisas Aplicadas em Ciências Sociais) da Universidade de Toulouse, ele se propõe a análises multidimensionais de textos e é disponibilizado no seu site oficial para o download e utilização. A versão utilizada (0.7 alpha 2) possui tradução para o português e além de diversos tutoriais na internet que auxiliam e ensinam sobre as análises possíveis.

O Iramuteq foi desenvolvido utilizando a linguagem de programação Python, fazendo integrações com a linguagem de programação R, especificamente a parte estatística, se utilizando do potencial de alguns algoritmos que ela oferece. Além disso, o software utiliza o conceito de software livre, que é um grande incentivo ao seu uso visto que a maioria dos softwares para análise textual são pagos. Por último, mas não menos importante, o Iramuteq consegue ser executado nos principais sistemas operacionais dos computadores pessoais (Windows, Linux e MacOS), algo que delimita o uso outros softwares do mesmo nicho.

Entre a instalação do software e os resultados se fez necessária a configuração. Abaixo compartilho a configuração utilizada com a finalidade de indicar ao leitor a forma como foi planejada a disposição dos dados para o software. A versão utilizada do Iramuteq possui entradas por tabelas ou arquivos de texto. Para essa análise utilizamos a entrada de texto visto que a captura dos dados foram comentários da rede social. Muitas vezes a possibilidade dos dados de entrada que o software oferece orchestra quais dados precisam ser produzidos. A título de exemplo, caso se optasse uma análise das imagens, seria necessário textualiza-las. Ou seja, descrevê-las com o máximo de informações possíveis para que se tenha um arquivo de texto que possa ser processado pelo Iramuteq.

O Iramuteq chama de corpus textual. Ele permite 1 ou mais corpus textual como entrada. Para esse caso utilizei apenas 1 corpus textual que foi o conjunto de todos os comentários capturados sobre o Carnaval da Colombo. Após o primeiro passo de definir o tipo da entrada e como ela será, foi o momento de fazer o tratamento pré inclusão na entrada do software. O manual do Iramuteq indica que algumas tratativas sejam realizadas:

- revisão para que erros de digitação não sejam tratados como palavras diferentes;
- revisão da pontuação e retirada de parágrafos;
- revisão de uniformidade de siglas;
- revisão de verbos que utilizem pronomes. O manual do Iramuteq recomenda que eles devem estar na forma de próclise, pois o dicionário não prevê as flexões verbo-pronominais: exemplo: no lugar de “tornei-me”, a escrita deve ser: “me tornei”;
- revisão de números, mantendo sua forma em algarismo;
- revisão de caracteres não autorizados no corpo do texto: aspas (“”), apóstrofo (’), cifrão (\$), hífen (-), percentagem (%) e asterisco (*);

Essa etapa de harmonização pode ser considerada como das mais importantes, visto que são os dados brutos utilizados para gerar os resultados. Qualquer informação errada ou mal organizada nos dados brutos pode levar a interpretações equivocadas dos resultados. É fundamental o conhecimento dos dados e da plataforma que produziu os dados. Um bom exemplo nessa pesquisa é a palavra “Caramuru”, que neste contexto, refere-se a uma rua do bairro Cidade Nova chamada Caramuru, que fez parte do trajeto carnavalesco estudado, e não o personagem português que veio para o Brasil no início do século XVII. No caso das redes sociais um cuidado a mais é a retirada dos emojis, bastante utilizados dentro desses ambientes.

Outra pequena configuração que o Iramuteq exige é a marcação do início do parágrafo. Ela é feita com uma linha acima do parágrafo com 4

asteriscos (****). Essa linha pode ficar apenas com os asteriscos ou ao lado o usuário identificar categorias pré definidas, sinalizadas ao lado com um asterisco simples (*nome_da_categoria). Para nosso objetivo isso não foi necessário visto que o objetivo era capturar relações e tendências que o grupo de comentários nos apresentava. Deixamos com a configuração padrão, apenas com os asteriscos iniciais.

Com o software instalado e configurado, foi o momento de utilizá-lo com os dados capturados e gerar visualizações integradas entre eles. As visualizações são fruto de métodos linguísticos como Método de Reinert e também a análise de similitude entre as palavras nas frases, proporcionando a visualização de relacionamentos entre os temas no conjunto de comentários além da descoberta de assuntos relacionados ao tema principal.

Antes delas, ao executar o processamento uma primeira análise é feita, chamada de análise estatística, de modo que é possível ter uma visualização mais organizada sobre o grupo de palavras que será trabalhada. Essa etapa é muito boa também para uma última análise do corpo textual, pois fica mais fácil verificar possíveis palavras repetidas que estão com grafia diferente por conta de erro de digitação, por exemplo, e podem interferir no resultado final das análises. Inclusive o uso vai moldando a eficiência prática, foi notado que é melhor fazer a higienização apenas depois da análise estatística pois o formato tabular fica mais fácil de identificar erros do que em uma leitura flutuante.

A próxima análise feita é o Método de Reinert, também conhecido como Classificação Hierárquica Descendente (CHD). Essa análise é tida como a principal do Iramuteq pois ele é o único software gratuito que possui esse tipo de análise até a escrita deste texto. O método consiste em classificar os segmentos de texto a partir dos seus vocábulos, atribuindo um peso para cada um deles com relação ao segmento de texto. Com isso se tem uma relação de proximidade dos vocábulos (palavras) com os segmentos de texto

(determinados grupos de palavras), criando conjunto de palavras que possuem mais relações entre os segmentos⁷.

Disso foi obtido um primeiro resultado, o dendrograma com as palavras classificadas. Essa organização já aponta para alguns subtemas dentro do grande tema do Carnaval da Colombo. Além da organização das classes em cores, existe a árvore de relacionamento delas. É possível observar que existe um volume de palavras relacionadas entre da classe 6 (em rosa) que está em uma divisão única, separada das demais, que são filhas do mesmo nó mais acima. Isso indica um certo destaque para a classe 6 dentro dos dados de entrada, indica um assunto mais definido. Trabalhando o nó da direita, visualizamos que a classe 5 (em azul) também se destaca das demais à direita mesmo que com a mesma raiz.

⁷ A fundamentação teórica do algoritmo de Reinert é inspirada nas propostas de Benzécri (1992), para análise léxica. Ela consiste em analisar leis de distribuição de vocábulos em um corpus textual qualquer. Não se trata de uma análise sintática, mas sim uma verificação dos termos presentes nos textos, da forma como eles se organizam e os elementos constitutivos deles. Isso é o que Reinert (1990) chama de análise dos “mundos lexicais” (CERVI, 2018, s/p).

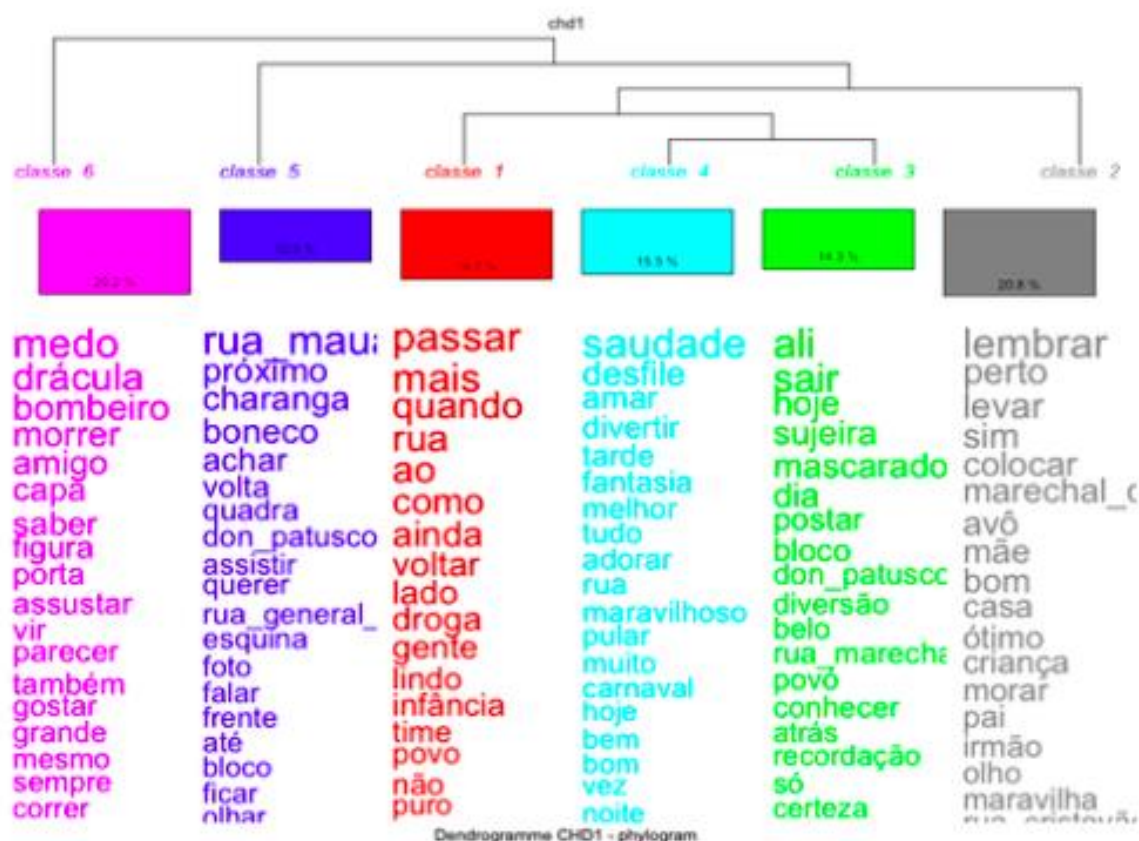


Figura 03: Dendrograma gerado a partir da Classificação Hierárquica Descendente (CHD)

Na classe 6 temos um conjunto que agrupa as palavras medo, o susto, drácula, capa, bombeiro. Investigando sobre essas passagens nos comentários verificamos que o software fez uma relação bastante fiel sobre um fato bastante conhecido: existiu no Carnaval da Colombo um personagem muito lembrado: o drácula. Muitos depoimentos de usuários que eram crianças na época rememoraram o medo que sentiam desse personagem, a forma como ele performava no carnaval assustando as crianças. A pessoa que de vida ao personagem foi um homem que sua profissão era bombeiro na cidade.

Já na classe 5, que relacionou a rua mauá, boneco, quadra, dom patusco, bloco e outras, traz consigo uma informação bastante presente nos comentários: os blocos e especificamente o bloco “dom patusco e mariana”. Na busca se entendeu que o bloco nasceu de pessoas que moravam na rua Visconde de Mauá e de lá partia para fazer o seu desfile. Tinha como

mascotes um casal chamado Dom Patusco e Mariana. bloco não existe mais, mas foi rememorado nas publicações que versam sobre o Carnaval da Colombo.

A crescente mercantilização do carnaval, que faz com que a participação esteja condiciona à aquisição de camisetas dos blocos, por exemplo, têm dado um sentido diferente da prática. O dinheiro aluga trios elétricos que aos poucos vão substituindo a execução dos cantos carnavalescos para tornar o desfile uma verdadeira discoteca. A músicas também não tem relação com a prática. Buscar as antigas manifestações populares, como os blocos, é uma maneira de não esquecer como o carnaval já foi visto que o movimento atual tende apagar as formas mais antigas de aproveitar a festa.



Figura 04: Mascotes do bloco Dom Patusco e Mariana⁸

Outra visualização muito interessante é a da Análise de Similitude. Ela faz uma amostra dos dados que permite observá-los em um formato que

⁸ Imagem compartilhada do grupo Fatos e Coisas de Antanho. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo/?fbid=4467457596658242&set=gm.2829980533899690>>. Acesso em 4 de set. de 2024.

remete a um sistema circulatório, em que as palavras mais centrais dentro do corpo textual aparecem maiores como se fosse um coração bombeando sangue para as zonas mais periféricas, representado pelas palavras utilizadas de forma mais isoladas nas construções.

A mecânica de formação dessa visualização é uma combinação da frequência das palavras e da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) colocados em um plano cartesiano. De modo que a distribuição das palavras pelos quadrantes respeite a sua similaridade de distância com as outras dentro do conjunto do texto (o corpus textual).

Essa visualização permite indicar os grandes temas das publicações que versavam sobre o Carnaval da Colombo. Seriam eles: "Carnaval", "muito bom", "rua Cristóvão Colombo" e "lembrar". A partir dessas palavras, algumas especificidades sobre o grupo do texto analisado. Resultados bastante esperados quando é sabido que os dados utilizados foram capturados de espaço de rememoração histórica e ocorreu um filtro para apenas dados sobre o Carnaval da Colombo.

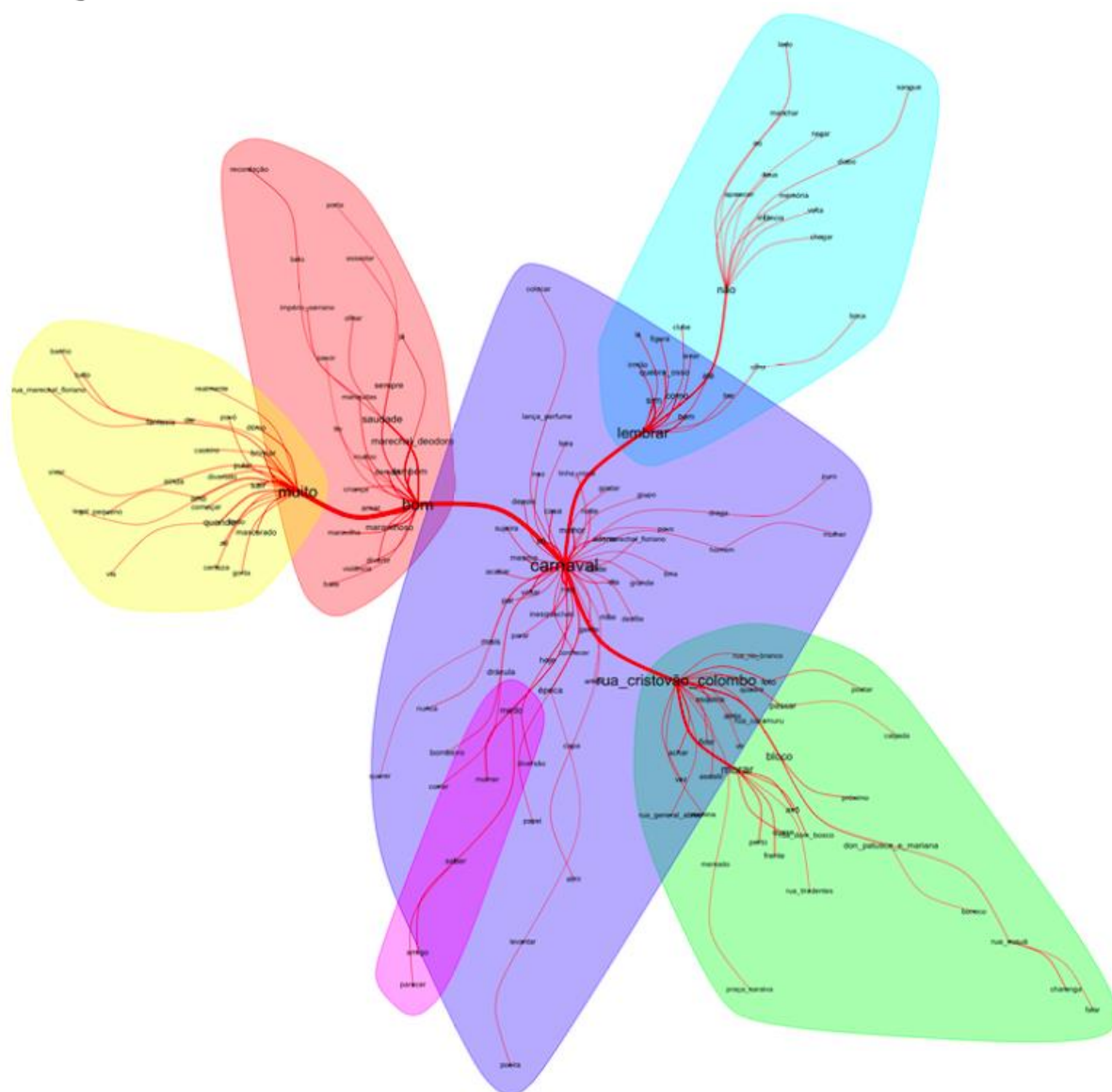


Figura 05: Gráfico de Análise de Similitude

A partir dos resultados obtidos já é possível avaliar alguns pontos:

- 1) Há muito o que a História se apropriar sobre as ferramentas computacionais: a variedade de produção humana no universo digital vai fazer com que muitas outras pesquisas ainda sejam desenvolvidas e trabalhos que se utilizem de softwares tendem a se proliferar;
- 2) O Iramuteq é apenas um exemplo: como versado anteriormente a opção teve seus motivos com relação ao que pode entregar na análise textual e o acesso nos sistemas operacionais. No entanto, reforço que o

mesmo conteúdo analisado por outro software ou algoritmo vai proporcionar outros resultados e novas perspectivas que o Iramuteq utilizado não entregou;

3) O corpo textual utilizado, como visto, possui seus bônus de construção coletiva, espaço mais livre para contribuição, mas também o ônus de ter uma plataforma (Facebook), um processo de editoração (administração do grupo) por trás do conteúdo que é capturado para análise;

Ainda assim, os resultados são muito válidos pois além das descobertas proporcionadas pela rápida organização dos termos e suas respectivas ligações, há a descoberta da frequência de alguns termos que podem indicar novas pesquisas (inclusive dentro do mesmo software) para procurar sua rede de ligações.

Desse pequeno exemplo foi descoberto personagens comuns da cidade como o bombeiro que se vestia de drácula para animar e ficar na memória coletiva do grupo que compartilhou informações. Também mostrou os blocos, e especificamente o “dom patusco e mariana”, que poderiam ser tema de uma próxima pesquisa sobre o carnaval na cidade de Rio Grande.

Esse breve texto buscou ser mais um tijolo na construção de uma História Digital no Brasil. Se utilizando da condição de imersos em um ambiente digital que a sociedade se apresenta e pensando os seus efeitos para os humanos do presente, a História pode e deve se apropriar dela e aproveitar o máximo que ela tem a oferecer para o desenvolvimento de novas Histórias, novos personagens e novas narrativas sobre o passado. A partir da transformação da publicação em fonte e o auxílio de software para o processamento e visualização dos dados, foi explorado uma pequena parte de um grande universo possível ao relacionar a História com computadores e internet.

Existem muitas possibilidades a serem exploradas e melhor desenvolvidas pelos historiadores junto às tecnologias computacionais e de internet. Esse texto refletiu apenas alguns conceitos, utilizou breves metodologias e fez uma pequena exploração em uma temática que se

mostrou bastante próspera para pesquisas que se utilizem de fontes digitais. Como uma pesquisa nunca acaba, é de grande importância popularizá-la para que outras iniciativas a partir dessa pesquisa possam acontecer, novos dados possam ser adicionados e novas e diferentes interpretações sobre esse processo histórico existam, valorizando ainda mais as pessoas comuns que protagonizaram tanto o fato quanto a construção de fontes sobre o mesmo.

Referências

BENGOCHEA, B.S. *Fatos e Coisas de Antanho do Rio Grande: Facebook, Memória fotográfica e História Digital*. Pelotas, 2022. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós - Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

BLOCH, Marc. *Apologia de História ou o Ofício do Historiador*. São Paulo: Zahar Editor Ltda, 1997.

CASTELLS, Manuel. *A Galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Tradução: Maria Luiza X. De A. Borges. Editora Zahar: Rio de Janeiro: 2001.

ESPACIALIDADES, E. E. R. Entrevista: Dilton Cândido Santos Maynard: *Revista Espacialidades*, v. 14, n. 1, p. 88–95, 2 set. 2018.

LAITANO, Bruno Grigoletti. (Con)figurações do historiador em um tempo marcado pela disrupção tecnológica. *Esboços*, Florianópolis, v. 27, n. 45, p. 170-186, maio/ago. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2020.e67217>>.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1997

LUCCHESI, A. *Digital history e Storiografia digitale: estudo comparado sobre a escrita da história no tempo presente (2001-2011)*. Mestrado—Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

MAYNARD, D.C.S. Farejar carne humana em meio a bytes: a internet, a História do Tempo Presente. In: NICODEMO, Thiago Lima; ROTA, Alesson Ramon; MARINO, Ian Kisil. *Caminhos da história digital no Brasil (Portuguese Edition)* (p. 99-118). Edição do Kindle.

NOIRET, S. História Pública Digital | Digital Public History. *Liinc em Revista*, v. 11, n. 1, 28 maio 2015.

PASTOR, Bruno Leal Pastor de Carvalho; TEIXEIRA, Ana Paula Tavares. *História pública e divulgação de história*. Letra e Voz, São Paulo: 2019.

PEDROSO, T. D. *Cidade Nova: Narrativas do cotidiano no subúrbio operário de Rio Grande - 1950*. Pelotas, 2012. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

CULTIVOS RURAIS DE ARARUNA-PR: UMA EXPERIÊNCIA COLETIVA DE CONSTRUÇÃO DIGITAL COM E PARA O PÚBLICO

Gabriel Henrique de Souza¹

Cyntia Simioni França²

Resumo: A presente pesquisa busca escutar as memórias dos trabalhadores rurais da cidade de Araruna, interior do estado do Paraná, acolhendo as suas experiências vividas que, por vezes, foram apagadas da História local. Esta proposta surgiu a partir das seguintes perguntas: podem os(as) trabalhadores(as) do campo narrarem suas experiências vividas? O que eles(as) nos contam? Como seria a História de Araruna contada pelas lentes dos(as) trabalhadores(as) rurais? A construção das narrativas foi realizada a partir de rodas de conversa, que aqui foram denominadas de *cultivos*, em que o diálogo com os trabalhadores rurais foi aprofundado a partir das suas experiências. Foram realizados 8 cultivos para conhecer os saberes, os fazeres, as práticas socioculturais e as relações com a comunidade. Os trabalhadores foram estimulados em práticas de rememoração coletiva a narrar as suas experiências vividas na comunidade (BENJAMIN, 1985). Neste artigo focalizaremos nos dois últimos cultivos, no qual realizamos a construção coletiva do espaço virtual para o compartilhamento desses saberes. As narrativas colhidas foram organizadas em uma mostra cultural em um site para sua publicização. Esta pesquisa se insere na interface com o movimento da História Pública, assumindo o itinerário de uma História feita com o público pela via da autoridade compartilhada (FRISCH, 2016) e para o público (SANTHIAIGO, 2018).

Palavras-chave: História Pública; História digital; Trabalhadores rurais.

RURAL CULTIVATIONS OF ARARUNA-PR: A COLLECTIVE EXPERIENCE OF DIGITAL CONSTRUCTION WITH AND FOR THE PUBLIC

Abstract: The present research aims to listen to the memories of rural workers from the city of Araruna, in the interior of the state of Paraná, embracing their lived experiences that have often been erased from local history. This proposal arose from the following questions: can rural workers narrate their lived

¹ Mestre em História Pública pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Contato: gabrielhenriquesouza21@hotmail.com.

² Doutora em Educação. Professora na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Contato: cyntiasimioni@yahoo.com.br.

experiences? What do they tell us? How would Araruna's history be told through the lenses of rural workers? The construction of the narratives was carried out through conversation circles, here referred to as cultivations, where the dialogue with the rural workers was deepened based on their experiences. Eight cultivations were conducted to learn about the knowledge, practices, sociocultural practices, and relationships with the community. The workers were encouraged in practices of collective remembrance to narrate their lived experiences in the community (Benjamin, 1985). In this article, we will focus on the last two cultivations, in which we collectively constructed a virtual space for sharing this knowledge. The collected narratives were organized into a cultural exhibition on a website for public dissemination. This research falls within the interface with the Public History movement, assuming the path of a history made with the public through shared authority (Frisch, 2016) and for the public (Santhiago, 2018).

Keywords: Public History; Digital history; Rural workers.

Introdução: como a História Pública pode contribuir na construção de espaços virtuais?

A reflexão sobre a História Pública é algo que tem crescido de forma acentuada nos debates historiográficos. Completando pouco mais de uma década, no Brasil os debates sobre o tema se intensificaram a partir do ano de 2011, quando foi desenvolvido o Curso de Introdução à História Pública, na Universidade de São Paulo (ROVAI, 2018). Desde então, a discussão sobre o trabalho do historiador no espaço público ganhou novos debates, trazendo algumas respostas, mas, principalmente, indagações para o presente e o futuro do nosso ofício. Mesmo sendo recente na realidade brasileira, os usos dos seus primeiros termos foram disseminados em meados de 1970, nos Estados Unidos. Não cabe aqui analisar onde surgiu a História Pública, quais seus objetivos e nem definir seu caráter teórico- metodológico, pois todas essas definições são amplas e possuem diversos caminhos a serem trilhados e seguidos (SANTHIAGO, 2016).

O ato de publicizar sempre esteve presente em diferentes vertentes da História, a História Pública veio ampliar as possibilidades de quem já atuava na esfera pública como historiador. O caráter da área é multidisciplinar e bebe

de muitas fontes, como a História Oral, História Cultural, Antropologia, entre tantas outras. Nesse sentido, percebemos que as reflexões trazidas pela História Pública são como uma espécie de “guarda-chuva” conceitual, utilizando-se de diversas áreas e possuindo múltiplas vertentes para reflexões (SANTHIAGO, 2016). Nos preocupamos em trazer alguns questionamentos que consideramos pertinentes, não só para debater sobre conceitos em torno da História Pública, mas também que foram de suma importância para o desenvolvimento desta pesquisa, e consequentemente, do site que desenvolvemos.

A começar pela emergência da História Pública: por que ela está sendo tão debatida nos tempos atuais? A História, por muito tempo, foi discutida prioritariamente para, com e pelos historiadores, fechando-se em si mesma dentro das universidades e do ambiente da academia, deixando o público não acadêmico fora dos debates historiográficos. É como se os historiadores continuassem trabalhando do seu jeito “antigo e condenado” (THOMPSON, 1981, p.10). Contudo, devemos destacar que os trabalhos voltados para o campo da História Oral têm ajudado a transformar tal realidade.

Mauad destaca em suas discussões sobre a importância da história oral na publicização do conhecimento histórico, especialmente nos últimos 30 anos. Ela argumenta que a história oral abriu novas oportunidades para os historiadores, facilitando o acesso a fontes e permitindo uma maior disseminação da pesquisa histórica. Ela analisa discussões teórico-metodológicas não só transformam os meios, mas também os enfoques e perguntas dos(as) historiadores(as), promovendo uma maior participação pública na construção do conhecimento histórico (MAUAD, 2018).

Através da coleta de narrativas pessoais e comunitárias, a história oral passou a democratizar o acesso à história, permitindo que vozes antes marginalizadas sejam ouvidas e valorizadas. Mauad enfatiza que a história oral tem desempenhado um papel crucial na inclusão de diferentes comunidades

na narrativa histórica, enriquecendo a compreensão do passado com perspectivas diversas (MAUAD, 2018).

Nesse sentido, reforçamos que a partir das premissas e indagações trazidas pela História Oral, a História Pública surge no ambiente acadêmico enfrentando diversas críticas da própria academia, cujos pesquisadores diziam (e ainda dizem) que ela não possui rigor científico, crítico e acadêmico (FAGUNDES, 2017). Tais afirmações apenas reforçam uma espécie de “autoridade” que certos historiadores acreditam ter sobre o passado, desconsiderando as discussões que envolvam o público.

Primeiramente, é importante ressaltar que, antes da institucionalização da História Pública no Brasil, muitas práticas históricas assim consideradas já eram realizadas por diversas entidades e pessoas: jornalistas, memorialistas, blogueiros, entre vários outros, que estavam preocupados com a história feita fora da academia, principalmente no ambiente virtual.

Pensar e “fazer” História Pública já fazia parte do cotidiano de inúmeras pessoas, sejam intelectuais ou não. Então, o que há de novo? A novidade é que houve um desenvolvimento de um movimento, por meio do qual passa-se a refletir e a debater de forma crítica sobre a área e busca-se ampliar seus diálogos com o público e em espaços públicos.

Esse movimento de reflexão e ação no Brasil se intensificou a partir da criação da Rede Brasileira de História Pública (RBHP) em 2012, na qual, de maneira inicial, se pensou em uma História voltada *com, pelo e para* o público (SANTHIAGO, 2016) bem como os inúmeros seminários, palestras, cursos e oficinas contribuíram significativamente para aprofundarmos os debates e a realização de inúmeras práticas de história pública no país. Consideramos importante destacar o impulso do debate com a criação em 2019 do primeiro mestrado no país, no qual fazemos parte. O Programa de Pós-Graduação em História Pública da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), depois de cinco anos, traz inúmeras pesquisas realizadas em diferentes temas no diálogo

com a história pública e vários exercícios intelectuais de prática de história pública.

Santhiago (2016), em suas reflexões, traz quatro percepções possíveis para se pensar a História Pública: uma História feita *para* o público, com o público, feita *pelo* público e História e público. A História *para* o público prioriza, em um primeiro momento, a ampliação do público consumidor da história; já a História *com* o público busca construir e refletir com uma história colaborativa, feita em conjunto com o público, sem perder a especificidade “científica” no processo de produção das Histórias; a História feita *pelo* público se refere às formas não institucionalizadas de fazer História, muitas vezes são trabalhos relacionados diretamente à memória – por exemplo, páginas em redes sociais, livros, rodas de conversa feitas pelos próprios sujeitos da comunidade; e, por fim, a História e público, que estaria relacionada à reflexão crítica dos conceitos, métodos, teorias em torno da História Pública, ou seja, trabalhos relacionados à discussão teórica, com uma preocupação maior em debater criticamente sobre o tema (SANTHIAGO, 2016).

Nossa preocupação durante a pesquisa sempre foi com uma História feita *com* o público, pois, produzindo a partir dessas vertentes, uma História feita *para* o público seria apenas consequência do trabalho conjunto. Entendemos que para além de uma produção de conhecimento *com* o público (trabalhadores rurais) poderíamos ainda publicizar a pesquisa nas redes sociais, oferecendo ao público leitor não só conhecer, interagir e participar com suas memórias sobre a cidade de Araruna como também a produção do material para o público (site), já está sendo trabalhado em sala de aula como potencializador de outras memórias locais bem como para estimular a produção do conhecimento histórico escolar.

Vale ressaltar que produzimos conhecimento com os trabalhadores, não para e nem sobre, isso faz toda a diferença, tendo em vista que uma produção *com* os público muda completamente, não apenas o seu

resultado, mas todo o seu processo de construção e desenvolvimento teórico-metodológico, afinal, somos nós, enquanto pesquisadores, escrevendo com o público, mas dessa vez tendo também as mãos dos(as) trabalhadores(as) rurais presentes em todas as etapas da pesquisa, ou seja, são os protagonistas da pesquisa. Todo o processo de desenvolvimento do site “Cultivos rurais de Araruna”³ foi pensando a partir de tais reflexões sobre a História Pública.

A obra de Stefania Gallini e Serge Noiret (2011) nos ajuda a refletir sobre o campo da historiografia digital, destacando a transformação da prática histórica com a ascensão das tecnologias digitais. Gallini e Noiret discutem como a Web 2.0 proporcionou novas ferramentas e métodos para os historiadores, promovendo a colaboração e o compartilhamento de conhecimento histórico de maneira mais acessível e participativa, mas também trazendo novos desafios.

Os autores enfatizam que a História Digital permite uma maior interatividade e envolvimento do público, redefinindo a maneira como as fontes históricas são coletadas, analisados e apresentados. Este novo campo abriu novas oportunidades para os historiadores, facilitando o acesso a fontes e permitindo uma maior disseminação da pesquisa histórica.

Além disso, também é destacado que a História Digital não se limita apenas ao uso de novas tecnologias, mas também implica uma mudança paradigmática na metodologia historiográfica. A digitalização não só transforma os meios, mas também os enfoques e perguntas dos historiadores (GALLINI; NOIRET, 2011). Ou seja, a importância da História Digital, conforme discutida pelos autores, está na sua capacidade de democratizar o acesso ao conhecimento histórico, fomentar a colaboração interdisciplinar e permitir novas formas de engajamento com o passado.

Com tais reflexões em mente, buscamos, ao longo da pesquisa, dialogar com o público (trabalhadores rurais), por meio do viés da “autoridade

³ Disponível em: www.cultivosruraisdeararuna.com.br

compartilhada", conceito elaborado por Michael Frisch e ressignificado na pesquisa. Nesse sentido, pretende-se ir além da hierarquização de saberes, e olhar para o público, não como mero consumidor, mas sim como produtor de suas próprias experiências, transcendendo a ideia de "historiador/plateia" (FRISCH, 2016, p. 60). Também não buscamos trabalhar com os sujeitos (trabalhadores rurais) como se fossem meras vítimas da sociedade (ROVAL, 2018), mas sim a partir da autoridade compartilhada, pois ela entende que "o processo de interpretação e construção de significados, é, por definição, compartilhado" (FRISCH, 2016, p. 64). Frisch também cita alegoricamente a ideia de que o espaço público digital é como uma cozinha, e nela todos podem participar e não apenas esperar pelo jantar (2016, p. 65), e é nesse sentido que construímos o site, como um lugar em que os trabalhadores da zona rural possam ter um espaço para compartilhar suas experiências vividas em sua comunidade.

Ao dialogarmos e compartilharmos saberes com os(as) trabalhadores(as) rurais de Araruna, identificamo-nos como sujeitos produtores de conhecimentos da pesquisa, buscamos ampliar a potencialidade daquelas vozes que tantas vezes foram marginalizadas e que não tiveram espaço na historiografia local oficial. Como o professor-pesquisador Inácio Jaquete afirma:

Foi uma contraposição, ou seja, uma ação contra hegemônica, que procurou contrariar a lógica de paradigma da ciência moderna, que muitas vezes entende esses sujeitos como simples fontes orais, cujo, suas narrativas são tomadas como apenas objeto de reflexão dentro dos muros acadêmicos, excluindo quase completamente os sujeitos produtores de conhecimento da sua própria História na relação com a comunidade em que vivem (JAQUETE, 2023, p. 54).

A partir das leituras de Jaquete, entendemos que os protagonistas desta pesquisa não são meros reprodutores de informações, porque foi com eles(as) que construímos o conhecimento histórico.

A acepção de autoridade compartilhada (ou "*Shared Authority*"), apresentado pelo historiador estadunidense Michael Frisch (2016), é uma

concepção que contribuiu para enveredar por uma pesquisa colaborativa, tecia por relações dialógicas, interativas, criativas e, sobretudo distante da ideia de hierarquização de saberes acadêmicos e saberes experienciais. Portanto, o que temos é uma necessidade de dialogar colaborativamente com diversos públicos ou sujeitos produtores de conhecimentos, sejam eles acadêmicos ou não, e em diferentes espaços para além da academia, como o próprio espaço virtual citado anteriormente.

Destacamos que essa perspectiva busca criticar uma visão cartesiana, ou seja, aquela ideia que somente historiadores possuem uma autoridade sobre a produção dos conhecimentos históricos. Ao refletir sobre a produção de conhecimento histórico com base na História oral, Frisch (2016) nos mostra que é fundamental a participação ativa de sujeitos, na qual devemos estabelecer uma relação dialógica, colaborativa e de autorias compartilhadas. Nesse sentido, se torna imprescindível o reconhecimento da alteridade de saberes, o que significa aceitar e reconhecer que tanto nós, enquanto pesquisadores, quanto os sujeitos envolvidos nas rodas de conversa, somos portadores de diferentes autoridades e, portanto, produtores de conhecimentos que devem ser conhecidos, reconhecidos e compartilhados sem nenhum tipo de hierarquização.

A autoridade compartilhada, nesse sentido, é entendida como uma possibilidade de produção de conhecimentos históricos para evitar que os sujeitos nas pesquisas se tornem meros objetos de curiosidade prontos para serem expostos e esquecidos em museus e arquivos de memória. Nesse construto, os sujeitos da pesquisa deixam de ser objetos de pesquisa ou apenas fontes de consulta que vão apenas depor as suas experiências e o pesquisador extrair informações e escrever sobre eles. Ao enveredar pelo viés da autoridade compartilhada, buscamos enfatizar a ideia de coautoria e o entrecruzamento, ou seja, onde os pesquisadores e os sujeitos envolvidos, juntos e em constante diálogo (não desprovido de tensões), produzem

conhecimentos e saberes, assim como na plantação de um cultivo⁴. Cada aspecto da pesquisa, seja o planejamento das datas dos encontros até a construção do site, foram completamente pensados por meio da autoridade compartilhada, dialogando sempre com os(as) trabalhadores(as) rurais. O ato de escuta aqui deve ser entendido como uma possibilidade de reconhecimento de autoridade dos(as) trabalhadores(as) rurais, pois a escuta sensível e atenciosa amplia a troca de experiências e facilita o reconhecimento dos saberes do “outro” e possibilita uma relação horizontal.

Um dos exemplos que podemos citar de antemão é a narração dos(as) trabalhadores(as) rurais a partir das suas próprias maneiras de falar, seja com o “R” puxado ou palavras ditas de maneira não convencional, típicas de quem mora no interior. Tudo isso foi mantido nas narrativas do site como forma de resistir até mesmo a dita “escrita formal” ou “cultura”.

É da história escrita com as sementes esquecidas que construímos este trabalho, a partir das narrativas rememoradas pelos(as) trabalhadores(as) rurais de Araruna sobre a sua vida cotidiana, os seus fazeres, saberes e práticas, onde tecemos histórias como um ato de resistência ao apagamento desse mundo rural que vêm sofrendo influência, muitas vezes negativas, pelo avanço da modernidade capitalista. Nesse sentido, construir os conhecimentos históricos, divulgar e ampliar os conteúdos históricos para o público não significa simplificar para facilitar o entendimento (SANTHIAGO, 2016; ROVAL, 2018), mas sim semearmos juntos para criarmos novas possibilidades de resistência em meio a tantas imposições. Convidamos, caro(a) leitor(a), a acompanhar o processo de produção do site Cultivos Rurais de Araruna.

⁴ Mas por que esse nome: cultivo? Primeiramente, porque todo o processo da realização e da elaboração das rodas de conversa foi coletivo, assim como um cultivo de uma planta. Regar, adubar, cuidar e colher, são etapas que dificilmente uma única pessoa poderia concluir com êxito. Cada detalhe foi pensado a partir da realidade dos(as) trabalhadores(as) do campo que viriam a participar das conversas, afinal, se um cultivo deixa de lado qualquer que seja sua etapa (regar, adubar, etc), ele morre e não dá frutos.

Cultivo sobre a construção e elaboração compartilhada do site

Focalizaremos neste artigo o sétimo e oitavo cultivo que explicitam o processo de desenvolvimento do espaço virtual que nos propomos a construir. Os demais cultivos foram elaborados as rodas de conversa, e podem ser vistos no próprio site, na aba “Conheça a pesquisa”⁵.

Após meses em diálogos com os(as) trabalhadores(as) rurais e suas experiências vividas, chegou o momento que analisamos atentamente todo o material que foi construído coletivamente. Escutamos e transcrevemos as rodas de conversa coletivas e pensamos: qual a melhor maneira para compartilhar saberes tão potentes no ambiente virtual?

Também tínhamos outras dúvidas que nos inquietavam: como construiremos esse site de maneira coletiva, com as mãos dos(as) trabalhadores(as) rurais que tanto colaboraram nesse processo? A partir das contribuições de Frisch sobre autoridade compartilhada, pensamos que não faria sentido nós, enquanto pesquisadores, apenas fazer a seleção daquilo que considerávamos relevante para o site e deixar as próprias famílias, detentoras desses saberes, de fora desse processo, como o mero intuito da divulgação. Nas palavras de Shopes (2003, p.111), ficamos felizes em dizer que “este diálogo não tenha vindo em forma de teorização elegantemente abstraída sobre a construção da memória e o controle de narrativa, [mas] veio mais na forma de reflexões sobre a prática concreta e relacionamentos reais”.

Primeiramente, realizamos a transcrição de todas as conversas. Foi um trabalho árduo, afinal, cada roda de conversa tinha de 2 a 3 horas de gravação. Percebemos que todas as falas tinham muitas potencialidades e possibilidades de diálogo no site. Após o término das transcrições, selecionamos os trechos que se tornariam parte do site. Feita a escolha, dialogamos coletivamente antes de retornar para as famílias. Elaboramos os

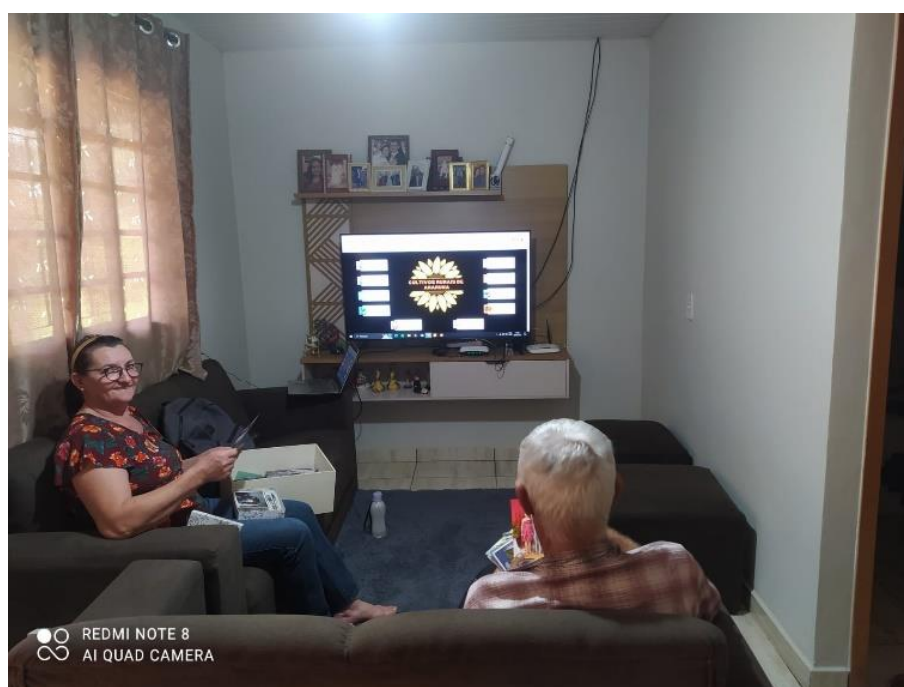
⁵ Disponível em: <https://cultivosruraisdeararuna.com.br/pesquisa/>.

textos escritos e compilamos os áudios das rodas de conversa para colocarmos no site. O processo de construção dos áudios foi feito pelo programa *Audacity*, por nós mesmos, a partir das sobreposições de faixa e edições com sons de natureza ao fundo.

Ao concluir o processo de transcrição e elaboração dos textos do site, retornamos para a casa das famílias dos(as) trabalhadores(as) rurais para analisarmos juntos, por meio de uma via de mão dupla (FRISCH, 2016), aquilo que seria compartilhado. A fotografia 1 e 2 compartilha alguns momentos desse processo.



Fotografia 01: Registros do 7º cultivo realizados na casa da família Malaco
Fonte: Arquivo do autor (2023).



Fotografia 02: Registros do 7º cultivo realizados na casa da família Nascimento Giupato
Fonte: Arquivo do autor (2023).

Durante os finais de semana, circulamos pelas propriedades rurais de todas as famílias para conversar e construir juntos o site. Foi um processo coletivo, assim como os cultivos, em que contribuições foram ouvidas,

dialogadas e acatadas na maioria das vezes. Além da elaboração dos textos, também selecionamos juntos as fotografias que ficariam no menu de cada família. Encontramos brechas na tecnologia para compartilhar, de um notebook para a tela de suas televisões, o site que estava em desenvolvimento com a finalidade de que todos(as) da família pudessem observar e opinar sobre o que seria disponibilizado no site.

Destacamos também como foi realizado o desenvolvimento deste site: toda sua programação foi feita em ReactJS⁶, evidenciando a História local contada por esses indivíduos em um espaço que eles possam continuar refletindo e compartilhando suas vivências. Para isso, um domínio foi comprado e hospedado em uma plataforma gratuita. Foram adicionados no espaço virtual as experiências dos(as) trabalhadores(as) rurais, contendo um menu para seleção do item desejado e sua exibição. Para isso, utilizamos os comentários do Facebook no site elaborado, pois ele possui um controle de moderação, assim, evitando problemas de *spam* e comentários desrespeitosos, e facilitando a interação daqueles interessados. Ao trabalhar com os fragmentos de memórias (BENJAMIN, 1985) e compartilhá-los no site, buscamos evidenciar suas experiências a partir daquilo que ficou latente e escondido por tanto tempo, compartilhando a realidade da cidade de Araruna mediante as experiências vividas pelos(as) trabalhadores(as) rurais. Pensamos na utilização das redes sociais para o compartilhamento de tais experiências, porém, percebemos que trariam uma hierarquização dos saberes compartilhados, na qual as primeiras publicações ficariam submersas e dificilmente seriam acessadas.

Consideramos a importância da construção do site nas palavras de Gallini e Noiret (2011, p.31), os quais afirmam que “Grupos sociais, étnicos,

⁶ O React é um framework JavaScript desenvolvido pelo Facebook (agora Meta), empregado na construção de interfaces de usuário (UI) para aplicativos web. Sua popularidade decorre da facilidade de uso, alta flexibilidade, escalabilidade, sendo adotado por diversas empresas de tecnologia, tais como Facebook, Instagram e Airbnb.

políticos e culturais povoam a rede de testemunhos individuais, utilizando as tecnologias e os meios de comunicação da Web 2.0 para consolidar as suas práticas de memória.”⁷. Santhiago (2018, p.328) reforça a grande relevância que a História oral tem no espaço público, não só nele, mas também no espaço público digital. Utilizar o site como espaço para compartilhamento de memórias desses grupos se torna uma consequência de todo trabalho coletivo para as partilhas de experiências excluídas da historiografia local oficial. Shopes (2016, p. 82) ressalta também essa importância ao dizer que essas novas ferramentas digitais estão abrindo possibilidades para exploração criativa, não linear, permitindo que as pessoas desenvolvam caminhos pessoais, através delas. Em outras palavras, em vez de uma simples divulgação, o que fizemos foi um trabalho coletivo que resultou na publicação desta pesquisa.

Entendemos que “o que há de mais importante sobre a natureza dialógica do trabalho da História oral é que ele não termina com a entrevista, ou mesmo com a publicação: ele precisa encontrar maneiras de ser útil aos indivíduos e às comunidades envolvidas” (PORTELLI, 2016, p.21). Ao trabalhar com a comunidade, enquanto pesquisadores preocupados com as questões sociais, culturais e políticas da comunidade, contribuimos, não para “dar vozes aos sujeitos da pesquisa”, mas sim, ampliar a visibilidade da presença dos(as) trabalhadores(as) na cidade de Araruna e ajudar na disseminação do conhecimento para além da comunidade local, podendo alcançar novos horizontes para outras comunidades rurais.

Além da questão dessas narrativas que há tanto tempo são excluídas da historiografia local, também nos preocupamos com a questão estética do site. A partir do site *Canva*, construímos todo o *layout* do site para que fosse simples, interativo e imersivo. O usuário realmente poderia sentir as

⁷ “Los grupos sociales, étnicos, políticos y culturales pueblan la red de testimonios individuales, utilizando las tecnologías y los medios de comunicación de la Web 2.0 para consolidar sus prácticas de memoria.”

experiências trazidas pela narrativa dos(as) trabalhadores(as) rurais, sem perder a sua essência. Para isso, além do *layout* simples, dos textos e das fotografias já escolhidas, também construímos áudios que trouxessem a narrativa do pesquisador junto com a dos trabalhadores, para que o site se tornasse o mais imersivo possível. No plano de fundo desses áudios, inserimos sons de fazenda (animais, rios, etc), para que a pessoa que o acessasse realmente sentisse essas experiências de estar adentrando o mundo rural. O nome, “Cultivos rurais de Araruna”, apenas reflete todos os cultivos que foram construídos juntos com as famílias.



Figura 01: Menu inicial do site Cultivos Rurais de Araruna

Fonte: Acervo do autor (2023).



Figura 02: Menu da família Souza para exemplificar como ficou o layout de cada família
Fonte: Acervo do autor (2023).

Para além dos menus que carregam as experiências das famílias dessa pesquisa e que falam sobre como ela foi desenvolvida, o sujeito que quiser também poderá compartilhar suas memórias em um espaço que, futuramente, também florescera com outras narrativas para que moradores(as) de Araruna possam conhecer e as experienciar, na aba “Conte-nos suas memórias do mundo rural”⁸.

A realidade virtual construída no site faz parte da nossa época, desse século repleto de novas tecnologias, novos desafios, mas também, novas possibilidades. Ao construir o site não buscamos que os usuários se relacionassem apenas de maneira passiva, ou até mesmo exploratória, que limita algumas escolhas do indivíduo, mas sim, de maneira interativa, que houvesse, de fato, uma interação, por meio da qual o usuário tivesse poder de escolha na hora de adentrar e conhecer os sujeitos dessa pesquisa. Como afirma Gagnebin (2014), deve-se inventar outras formas de memória e de narração, capazes de sustentar uma relação crítica com a transmissão do passado, com o lembrar e com a construção do futuro e o esperar que traga sentidos coletivos para a comunidade.

⁸ Disponível em: <https://cultivosruraisdeararuna.com.br/memorias/>.

Apropriamo-nos da comparação feita por Frisch (2016) sobre a cozinha digital, dizendo que o processo de colaboração feito nesse espaço digital, que chamamos de *site*, foi para transformar aquela semente, que estava parada, sem a possibilidade de germinar (ou seja, “crua”), em uma bela planta, com a possibilidade de render frutos no futuro (ou seja, “cozida”). Processo esse graças ao trabalho colaborativo feito com as famílias, de intenso diálogo, com escolhas e possibilidades multimídias do próprio *site*. O retorno para as famílias poderia ser feito de inúmeras formas: livros, mostras culturais, cartilhas etc. Mas a escolha do *site* se deu justamente pelas inúmeras possibilidades e pelo fácil acesso daqueles que tiverem interesse em acessar e conhecer a pesquisa.

A *cozinha digital*, definida por Frisch (2016), aqui se torna o *cultivo digital*, também feito por várias mãos. Cultivar juntos se tornou a questão central dessa pesquisa, e o resultado do processo se torna visível na elaboração e publicação do *site*.

Para além do compartilhamento, que poderia ser feito na íntegra, também foi cuidadosamente elaborado para o espaço digital, toda a pesquisa foi fragmentada pelos “menus” das famílias, com as transcrições e os áudios construídos, para que a experiência de visitar o *site* não ficasse monótona e desinteressasse o leitor.

Ressaltamos que, desde o início da pesquisa, tínhamos um grupo de WhatsApp, para mantermos uma comunicação ativa e para falar sobre a pesquisa, e também para continuar os encontros em família, tão solicitado pelos(as) trabalhadores(as) rurais. Foi a partir das mãos dos trabalhadores, mas também de outras mãos, do grupo Odisseia⁹, do programador do *site* e seus conhecimentos sobre programação, da parceira doutora em Letras que

⁹ No grupo de estudos *Odisseia*, coordenado pela professora Cyntia Simioni França, na Unespar – Campus de Campo Mourão, estudamos o filósofo Walter Benjamin como possibilidade de trabalhar com memórias em uma perspectiva a contrapelo das tendências prevalentes da modernidade, abarcando racionalidades e sensibilidades, bem como o entrecruzamento de memórias voluntárias e involuntárias.

revisou o site e a dissertação, todos contribuíram na construção coletiva desta pesquisa, tornando-se de fato uma produção multidisciplinar e multipluralizada, com diversas visões de diversas áreas.

Cultivo sobre o lançamento do site e sua divulgação

O último cultivo desta pesquisa foi realizado para organizarmos um lançamento do site de forma presencial, em parceria com a Casa da Cultura de Araruna e a Lei Paulo Gustavo, que ajudou nos custos de construção. O primeiro passo foi a realização de *banners* e convites que fizemos no *Canva*, os quais, posteriormente, foram enviados para uma gráfica para sua impressão. Com o material pronto, por meio da ajuda de professores, estudantes e dos(as) trabalhadores(as) rurais, divulgamos sobre o lançamento do site nas comunidades rurais, escolas e pontos movimentados da cidade.

VENHA CONHECER AS HISTÓRIAS DAS COMUNIDADES RURAIS DE ARARUNA!



Convidamos todos os moradores e moradoras da cidade de Araruna para prestigiar o lançamento do site **"Cultivos rurais de Araruna"**!

Quando?
28 DE JULHO DE 2023
DIA DO AGRICULTOR
HORÁRIO - 19:30

Onde?
SALÃO DA CASA DA CULTURA



O site é fruto do trabalho de uma pesquisa de mestrado de Gabriel Henrique de Souza, junto com as famílias das comunidades **Lirial de São Luís e Melão**.

Você, trabalhador(a) rural de outras comunidades também poderá participar com **a sua história no site, compareça no dia do lançamento!**

Mais informações entrar em contato através do QR code ao lado



Apoio:



Figura 03: Banner de divulgação do lançamento do site
Fonte: Acervo do autor (2023).



Figura 04: Convite feito para entregar pessoalmente às famílias e pessoas mais próximas
Fonte: Acervo do autor (2023).

Após ampla divulgação dos cartazes e convites pela cidade e também pelas redes sociais, chegou o tão aguardado dia escolhido para o lançamento, o qual possui um enorme significado: dia 28 de julho, Dia do Agricultor. Essa data, normalmente ignorada pelas grandes mídias, é sempre lembrada por aqueles que vivem nas comunidades rurais, para buscar uma referência e dizer: este é um dia para reconhecimento do meu trabalho.

O espaço escolhido para realização do evento foi a Casa da Cultura, que fica no centro da cidade. Pensamos em realizar nas comunidades rurais, mas devido à acessibilidade, achamos que o espaço da cidade seria melhor para que outras pessoas pudessem participar. Gostaríamos de deixar registrado que as pessoas envolvidas nesta pesquisa nos ajudaram no lançamento do site, em todas as suas etapas.

Para o evento, foram feitas camisetas para todas as famílias que participaram da pesquisa, com a temática do site. Todos(as) os(as) trabalhadores rurais subiram ao palco para compartilhar suas experiências

durante a pesquisa, falando sobre aquilo que sentiram, viveram e experienciaram ao longo das nossas rodas de conversa. Tudo foi transmitido pelos canais da Casa da Cultura e do Lehis (Laboratório de História da Unespar), pelo Facebook e Instagram.

No dia em questão, estava chovendo bastante. Mesmo assim, muitas pessoas foram presenciar: professores colegas de trabalho, estudantes, membros de outras comunidades rurais, parentes, amigos, enfim, todos prestigiando as falas das famílias no palco. Foram muitas falas emocionantes e que poderíamos trazer todas aqui, mas pela delimitação do espaço, compartilhamos algumas:

Eu acho que isso (os encontros) foi uma das coisas mais importantes que aconteceu nos últimos tempos pra gente. Eu nasci na comunidade, cresci lá e não conhecia a casa da maioria das pessoas(...) Todos os encontros foram muito gratificantes! (Cláudia Giupato Bassani)

Para mim foi muito bom, a gente trabalha e trabalha e nunca somos vistos. Toda o nosso trabalho, desde o passado, fazemos com muito carinho (...). Esse reconhecimento que o projeto do Gabriel trouxe foi algo muito bom!.. (Cleide Nascimento Giupato)

(...)Quando o Gabriel foi estudar História, ninguém era favor lá em casa, e hoje ele é o que está mais junto na vida da gente, todo final de semana ele volta para casa para visitar nós. (Erasmio Souza)

Além dessas falas, convidamos o leitor (a) conhecer os protagonistas da pesquisa partilhada na fotografia 3, dia do evento de lançamento do site.



Fotografia 03: Foto dos(as) trabalhadores(as) rurais reunidos(as) no evento
Fonte: Acervo do autor (2023).

Após o término do evento, saímos para uma confraternização. Esta que não seria a última, mas sim uma das várias que ainda ocorrem até os dias de hoje. A pesquisa e seus objetivos terminaram, mas longe de concluir os encontros para a vida coletiva, seguimos em rodas de conversa com os(as) trabalhadores(as) rurais. Com essas palavras, convidamos você, caro(a) leitor(a), a caminhar para as (in)conclusões deste artigo.

(In)Conclusões: quais possibilidades de trabalho com o site?

Entendemos que o site tem sua importância, mas que foi o processo de construção e elaboração do mesmo que realmente tem pleno significado. Reconhecemos que essa pesquisa não deve acabar por aqui. Ela deve caminhar e cruzar novos caminhos em diversos espaços públicos, seja nas cooperativas, em outras comunidades ao redor do Brasil, mas principalmente, nas escolas. Esperamos que no futuro, possamos elaborar espaços de formação para professores(as) para que os mesmos reinventem seu processo de ensino-aprendizagem dentro das escolas, a partir das narrativas presentes

no site. Muitas cidades do interior, não só do Paraná, possuem milhares de estudantes que ainda não reconhecem no espaço escolar uma continuidade dos seus aprendizados adquiridos no campo. Esse diálogo amplo só será possível graças as possibilidades que este espaço virtual criado nos permite.

Por fim, esperamos que a pesquisa inspirar outros(as) trabalhadores(as) rurais a compartilharem seus saberes, memórias, conhecimentos, costumes e angústias do mundo rural. Ela não termina nessa conclusão, e muito menos no site, pois a produção de conhecimento histórico pode continuar e ampliar ainda mais. Acreditamos no potencial de alcançar outras comunidades rurais, para além de Araruna, seja no Paraná, no Sul ou até mesmo em qualquer região do Brasil, afinal, as denúncias e as resistências trazidas ao longo desta pesquisa, não são exclusividades das comunidades rurais da cidade de Araruna. O espaço virtual construído nessa pesquisa pretende alcançar novos lugares e estimular pesquisadores(as) em suas escritas, a construir colaborativamente com seus sujeitos, sem hierarquização dos saberes, potencializando, assim, suas vozes a partir do ambiente virtual, tão rico e cheio de possibilidades.

Referências

BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política*. Ensaio sobre literatura e histórica da cultura. Obras escolhidas. Tradução de: Sérgio Paulo Rouanet. Volume 1. 1.ed. São Paulo: Editora brasiliense s.a, 1985.

FAGUNDES, B. F. L. O que é, como e por que História Pública? Algumas considerações sobre indefinições. In: *VIII Congresso Internacional de História - XXII Semana de História* - UNESPAR: PR, 2017. p. 3018 - 3026. Anais (on-line). Disponível em <http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos/3426.pdf>. Acesso em 27 ag 2021.

FRISCH, M. A História pública não é uma via de mão única, ou, De A Shared Authority à cozinha digital, e vice-versa. In MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo; SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). *História Pública no Brasil: Sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

GAGNEBIN, J.-M. *Limiar, aura e rememoração: ensaios sobre Walter Benjamin*. São Paulo: Editora 34, 2014.

GALLINI, S.; NOIRET, S. La historia digital en la era del Web 2.0: introducción al Dossier Historia Digital. *Historia crítica*, n. 43, p. 16-37, 2011.

JAUQUETE, I. M. de J. F. *Partilha de Memória e Narrativas dos mestres anciãos (ã) Moçambicanos (as) na interface com as Pinturas Rupestres de Chinchamapere*. 2023. 181 f. Dissertação (Mestrado em História Pública) - Programa de Pós-Graduação em História Pública da Universidade Estadual de Paraná, campus Campo Mourão, Campo Mourão, 2023.

MAUAD, A. M.. Usos do passado e História pública no Brasil: a trajetória do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (1982-2017). *Historia Critica*, v. 68, p. 27-45, 2018.

PORTELLI, A. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

ROVAL, M. G. de O. Publicizar sem simplificar: o historiador como mediador ético. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; MENESES, Sônia (orgs.) *História pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado*. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

SANTHIAGO, R. Duas Palavras, muitos significados. Alguns comentários sobre a História Pública no Brasil. In: MAUAD, Ana Maria e ALMEIDA, Juniele Rabêlo de e SANTHIAGO, Ricardo. *História Pública no Brasil*. Sentidos e Itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SANTHIAGO, R. Pode-se falar de uma História pública brasileira? In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (orgs.). *Que História pública queremos? / What public do we want?*. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

SHOPES, L. Commentary: Sharing Authority: Oral History and the Collaborative Process. *The Oral History Review*, Vol. 30, No. 1 (Winter - Spring, 2003). Disponível em

https://www.researchgate.net/publication/238409824_Introduction_Sharing_Authority_Oral_History_and_the_Collaborative_Process. Acesso em 06 nov de 2023.

SHOPES, L. A evolução do relacionamento entre História oral e História pública. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (orgs.) *História pública no Brasil: Sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

NARRATIVA DIGITAL, PRODUÇÃO DE ACERVO E CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIA: A PLATAFORMA MEMÓRIA SUFOCADA

Ygor Pires Monteiro¹

Resumo: Em 2023, foi lançado o documentário *Memória Sufocada* sobre dados na internet a respeito da ditadura civil-militar brasileira, dirigido por Gabriel Di Giacomo. O mesmo realizador organizou esses materiais em um site homônimo, acessível ao público interessado. Então, desde sua origem, o projeto aborda as versões e narrativas que circulam na internet sobre a ditadura e são impactadas pelas características específicas do universo digital. Sendo assim, o presente trabalho parte da plataforma Memória Sufocada para analisar práticas de arquivamento, narrativas históricas e redimensionamentos de memórias influenciadas pelas novas tecnologias de comunicação e informação. Como produzir acervos específicos, representar esse passado histórico e atribuir outros sentidos ao período nessas plataformas?

Palavras-chave: Ditadura Civil-Militar; História Digital; Memória; Arquivos digitais.

DIGITAL NARRATIVE, COLLECTION PRODUCTION AND MEMORY BUILDING: THE PLATFORM MEMÓRIA SUFOCADA

Abstract: In 2023, the documentary *Stifled Memory* was released, focusing on data available online about the Brazilian civil-military dictatorship, and directed by Gabriel Di Giacomo. The same filmmaker organized these materials on a website with the same name, accessible to interested members of the public. Since its inception, the project has addressed the versions and narratives circulating online about the dictatorship, which are influenced by the specific characteristics of the digital realm. Therefore, this work uses the Stifled Memory platform to analyze archiving practices, historical narratives, and the reshaping of memories influenced by new communication and information technologies. How can specific archives be produced, how can this historical past be represented, and how can different meanings be attributed to this period on these platforms?

Keywords: Civil-Military Dictatorship; Digital History; Memory; Digital files.

¹ Doutorando em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Contato: ygor_pires01@hotmail.com.

Em março de 2023, o documentário *Memória Sufocada* foi lançado nos cinemas brasileiros. O diretor Gabriel Di Giacomo produziu um filme sobre a ditadura civil-militar de narrativa pouco convencional, que envolve pesquisas em diferentes plataformas digitais sobre o tema. Materiais disponíveis no YouTube, Facebook, Twitter e WhatsApp aparecem ao longo da obra. As informações reunidas e combinadas tratam de vários aspectos da ditadura, como o golpe, a repressão, a economia e a abertura política, costurando assim um raciocínio coerente para o período de 1964 a 1985.

O passado não é o único interesse do documentarista, já que a narrativa dialoga em muitos sentidos com o presente. O documentário possui um caráter hipertextual, que permite entrelaçar arquivos distintos como se muitas janelas de um computador fossem abertas através de links clicados. Esta característica é uma marca da contemporaneidade. Além da relação entre linguagem digital e cinematográfica, a produção também aproxima eventos da ditadura da conjuntura recente do país, como o golpe contra João Goulart e Dilma Rousseff e as manifestações anticomunistas.

Concomitantemente à produção do filme, Gabriel Di Giacomo e a produtora audiovisual Salvatore Filmes criaram a plataforma Memória Sufocada. À medida que os materiais exibidos no documentário eram pesquisados, eram também organizados para constar no site e serem acessados pelo público a qualquer momento. Em entrevistas, o cineasta explicou tanto o surgimento da obra audiovisual quanto a criação da plataforma (TV CEARÁ, 2023; TV FÓRUM, 2023), em função do contexto do tempo presente no Brasil.

A conjuntura recente do país contribuiu para os dois projetos. Segundo o realizador, as narrativas sobre a ditadura sofrem com os impactos da impunidade dos crimes cometidos e a disseminação de posturas revisionistas e negacionistas. Em sua percepção, o número de grupos e de discursos a

favor do regime autoritário teriam crescido a partir das Jornadas de Junho de 2013. Desde o processo de redemocratização, representações diferentes acerca da ditadura foram construídas e transformadas, sendo que cresce na atualidade uma memória extremista de legitimação do autoritarismo (NAPOLITANO, 2015).

Segundo Gabriel Di Giacomo, a criação dos seus projetos também foi uma resposta a outras narrativas que difundiram leituras autoritárias ou conservadoras sobre o passado recente do Brasil. Foram eles: as leituras da empresa Brasil Paralelo em seu canal no *YouTube*, que repercutem socialmente, e a escolha do título do documentário como contraposição ao título do livro *A verdade sufocada*, escrito por Carlos Alberto Brilhante Ustra (TV CEARÁ, 2023; TV FÓRUM, 2023).

Então, a plataforma Memória Sufocada, disponível no endereço <https://memoriasufocada.com.br/>, assume uma postura de contraponto ao cenário anterior descrito. Os links, materiais e documentos reunidos são compreendidos pelo documentarista como uma forma de combater qualquer espécie de negacionismo. Na sua visão, o site pode mostrar o caminho para a construção do filme e oferecer a possibilidade de cada usuário trilhar seus próprios caminhos pelos materiais disponíveis.

Logo, o site Memória Sufocada se coloca no cenário de disputas de memórias, versões e narrativas sobre a ditadura civil-militar brasileira na internet. Tendo em vista o objeto de estudo, a história digital engloba tanto a natureza de suas fontes quanto o caráter digital da experiência humana na contemporaneidade (PRADO, 2021). No caso, considero o digital a partir de uma dupla dimensão: as fontes que operam com características próprias e a produção contemporânea de conhecimento que se fundamentam por procedimentos de características diversas do processo analógico.

Considerando-se o acervo construído, é interessante dialogar com a noção de arquivos informais digitais (SILVEIRA; MARINHO; NICODEMO, 2022).

Isso porque as fontes digitais coletadas e organizadas pelo diretor a partir de sempre da internet não estão ligadas às práticas de documentação de autoridades públicas ou instituições formais. Trata-se de uma condição própria da web 2.0, na qual as capacidades de armazenamento de dados, interatividade entre usuários e dissolução de distinções temporais entre produção e arquivamento são redimensionadas ou estabelecidas.

Definir os materiais inseridos na plataforma Memória Sufocada como arquivos informais digitais permite igualmente refletir sobre a apreensão social da história. Os textos, áudios, vídeos e as imagens que, por exemplo, circulam pelas redes sociais carregam leituras produzidas por públicos não necessariamente vinculados ao trabalho acadêmico. O recorte escolhido pelo diretor e roteirista Gabriel Di Giacomo propõe mais algumas leituras sobre a ditadura, sendo estas outras possibilidades de reverberação pública da história. Como Silveira, Marino e Nicodemo apontam, “os arquivos informais digitais estão na confluência de práticas arquivísticas, novos estudos de mídia e entendimentos populares do conhecimento histórico” (SILVEIRA; MARINO; NICODEMO, 2022, p. 21).

As potencialidades para a análise histórica são muitas, o que nos leva a um exame detalhado dos arquivos contidos na plataforma Memória Sufocada. Quando exploramos as sessões e os materiais catalogados, precisamos ficar atentos às diferentes linguagens mobilizadas para compor um acervo dotado de características próprias. Além de uma organização específica dos dados, nosso olhar pode investigar quais são os sentidos construídos para a ditadura a partir das interações entre passado e presente e de uma narrativa hipertextual.

Para levar adiante tais reflexões, o artigo considera a própria concepção do criador do site de que seu trabalho vai de encontro a versões negacionistas e saudosistas da ditadura. Assim, organizo o texto em três partes: a constituição de um acervo singular sobre a ditadura civil-militar na

plataforma Memória Sufocada; a construção de uma narrativa que confere sentidos ao passado recente e estabelece conexões com o presente; e os impactos do projeto em questão para as disputas de memória acerca do regime ditatorial, sobretudo no universo virtual. Nas considerações finais, esboço um balanço geral do que representa Memória Sufocada como filme e site para o tempo presente no país.

Um acervo digital sobre a ditadura

Memória Sufocada apresenta em destaque no centro da página as informações sobre o documentário (ano de conclusão das filmagens, classificação etária, a sinopse e tempo de duração). Nessa área, é possível também acessar um hiperlink para assistir ao trailer do filme. Em uma das sessões, intitulada “quero exibir_(breve)”, são informadas também em quais plataformas a obra pode ser assistida mediante aluguel virtual.

O site foi dividido em outras duas seções principais. Na primeira, intitulada “a pesquisa_”, quatro subcategorias podem ser observadas. Foram inseridos alguns filmes sobre a ditadura, sendo eles *Pastor Cláudio*, *Soldados do Araguaia*, *Libelu – Abaixo a ditadura*, *Vlado – 30 anos depois*, *O dia que durou 21 anos*, *Cidadão Boilesen*, *Narciso em férias*, *Verdade 12528*, *Fico te devendo uma carta sobre o Brasil*, *Damas da Liberdade*, *Em busca de Iara*, *A passeata dos 100 mil*, *Aconteceu bem aqui – DOI-CODI e a violência de Estado hoje*, *Militares da democracia* e *Reformatório Krenak*.

Outra subcategoria é “golpe_”. Ali estão links para: o site *Memórias da Ditadura*; a entrevista de Jair Bolsonaro no programa *Roda Viva* antes das eleições presidenciais de 2018; o depoimento de Carlos Alberto Brilhante Ustra em uma sessão da Comissão Nacional da Verdade; dois vídeos feitos pelo historiador Carlos Fico sobre o golpe de 1964 e a luta armada; uma reportagem sobre a divulgação de um vídeo pelo governo Bolsonaro em defesa do golpe de 1964; um vídeo sobre a Marcha da Família com Deus pela

Liberdade; uma entrevista de Carlos Lacerda no programa de William F. Buckley Jr. nos EUA; um vídeo sobre a trajetória política de João Goulart; um episódio do podcast “Presidente da Semana” sobre o golpe de 1964; os filmes *O dia que durou 21 anos* (com a legenda “influência dos EUA no golpe”), *Cidadão Boilesen* (com a legenda “o financiamento da ditadura por empresários”), *Democracia em vertigem* e *O processo* (ambos com a legenda “o impeachment de Dilma Rousseff”); um vídeo sobre o golpe até os anos de chumbo; alguns documentos do *National Security Archive* sobre o envolvimento dos EUA no golpe de 1964; e dois arquivos sonoros sobre interferências dos EUA na política brasileira na década de 1960.

Na subcategoria “repressão_”, estão disponíveis: a entrevista do então vice-presidente da República Hamilton Mourão a DW sobre o governo Bolsonaro; os depoimentos em sessões da Comissão Nacional da Verdade dos ex-militantes políticos Gilberto Natalini, Maria Amélia Teles, Darci Miyaki e Adriano Diogo e dos agentes da repressão Manoel Aurélio Lopes, Marival Chaves e Laertes Calandra; o relatório final da Comissão Nacional da Verdade; uma reportagem sobre a comemoração de incêndio em casas de indígenas por funcionários da hidrelétrica de Itaipu; um vídeo da diligência da CNV aos centros de tortura da Oban e DOI-CODI; uma publicação sobre a mudança do atestado de óbito do estudante Alexandre Vannucchi; um vídeo do historiador Carlos Fico sobre o AI-5; uma *live* de manifestação a favor de intervenção militar em 2020; os arquivos sobre as mortes de Hécio Pereira Fortes, José Gomes Goulart, Antônio Carlos Bicalho Lana, Sônia Maria Lopes de Moraes Angel Jones, Carlos Nicolau Danielli; um documento da CIA sobre a autorização de execuções por Ernesto Geisel; um documento secreto do DOI-CODI; uma reportagem sobre uma *fake news* atribuída a ex-militante Amélia Teles; uma publicação de “Memórias da Ditadura” sobre a propaganda da ditadura; uma publicação sobre o assassinato do diplomata José Jobim por denúncias de corrupção da ditadura; uma publicação sobre

a desova de corpos na Ponte do Rio Novo em Avaré em São Paulo; e as biografias do operário Manoel Fiel Filho e do jornalista Vladimir Herzog; e uma lista dos 434 mortos e desaparecidos da ditadura.

E na subcategoria “anistia_”, estão: um vídeo sobre a promulgação da Lei da Anistia pela cientista política Glenda Mezarobba; um vídeo sobre o julgamento no Supremo Tribunal Federal que manteve a Lei da Anistia; uma publicação sobre a Constituição de 1988; um vídeo do historiador Carlos Fico sobre o crescente interesse público pela ditadura; o documentário *Marcha Cega* sobre a influência da ditadura na segurança pública do presente; e duas reportagens sobre o desaparecimento do pedreiro Amarildo em 2013 e o assassinato do menino João Pedro em 2020, ambos no Rio de Janeiro.

A outra sessão existente é intitulada “interrogatório_”. A ideia é responder a uma série de dez perguntas no formato de quiz após acessar os materiais disponíveis no site. As perguntas variam entre as características do governo João Goulart, os atos institucionais, a repressão política, a censura, as consequências econômicas e a Comissão Nacional da Verdade. Ao fim das perguntas, aparecem os números de vítimas estimados pela CNV (torturados, indígenas, exilados, crianças sequestradas, mortos e desaparecidos e pessoas com direitos políticos cassados).

O acervo é diversificado sob muitas formas. Há fontes primárias, como fichas de vítimas assassinadas pela repressão e diálogos entre autoridades estadunidenses por ocasião do golpe civil-militar, e outras indiretas produzidas na contemporaneidade, como filmes sobre o tema e depoimentos na CNV. As fontes podem ser de naturezas variadas, tanto escritas (reportagens sobre a propaganda e a violência do regime e o relatório final da CNV) quanto audiovisuais (a lista de indicações de filmes e vídeos de entrevistas com figuras políticas como Carlos Lacerda e Jair Bolsonaro) e orais (o episódio de podcast sobre o golpe de 1964).

É interessante também identificar os diferentes suportes em que esses dados podem ser encontrados. É muito comum localizá-los em redes sociais ou plataformas virtuais de grande alcance, como o *YouTube*, o *Facebook*, o *Spotify*, a *GloboPlay* e a *Amazon Prime Video*. As fontes escritas podem ser verificadas em portais eletrônicos de jornalismo ou educação, como *Ponte Jornalismo*, *Mundo Educação* e *The Intercept Brasil*. Em outros casos, os discursos de historiadores ganham destaque a partir dos portais *Café História*, *Memórias da Ditadura* e das falas de Carlos Fico.

Quando estudamos a história do tempo presente, estamos diante de uma abundância de fontes que podem se originar da produção numerosa de vestígios possibilitados pela internet e da ampliação da noção de documento desde a Escola dos Annales (ALMEIDA, 2011). Então, o que antes poderia não ser considerado uma fonte histórica, possui esse tratamento no presente, como filmes, podcasts e publicações em site. Do mesmo modo, a produção de um acervo digital é uma marca de nossa contemporaneidade, graças à influência da internet na comunicação, no acesso à cultura e na expressão de ideias políticas.

Fábio Chang de Almeida ressalta que um novo espaço de sociabilidade se forma no ciberespaço, sendo dotado de práticas, atitudes e valores inéditos até então (ALMEIDA, 2011). Isso decorre da emergência de documentos digitais que não dependem de um suporte físico para expressar experiências humanas no tempo (ALMEIDA, 2011). Devemos pontuar que *Memória Sufocada* tem um acervo de materiais predominantemente digitais, construídos em plataformas virtuais que não se correspondem com registros físicos, mas também trazem arquivos digitalizados, como as fichas de vítimas em pdf e os diálogos entre os presidentes John Kennedy e Lyndon Johnson com seus funcionários em arquivos de áudio.

Em geral, as fontes digitais podem estar sujeitas à instabilidade. De fato, a perda e a fragmentação de páginas ou materiais na internet são riscos que

existem. Podemos ver como exemplo os links que levariam para um documento secreto do DOI-CODI e uma lista de mortos e desaparecidos, mas apresentam a mensagem “Erro 404: Página não encontrada”. Apesar disso, seria um erro supor que os arquivos tradicionais seriam sempre corretamente preservados (SILVEIRA, 2016a).

Memória Sufocada estimula o pensamento acerca das particularidades de um acervo digital. Pedro Telles da Silveira chama a atenção para um aspecto caro a esse artigo: as novas mídias tendem a viver na tensão entre mediar o acesso a um novo espaço de informações e tentar apagar os traços de mediação (SILVEIRA, 2016a). É uma ponderação relevante porque Gabriel Di Giacomo produziu uma plataforma que não esgota as possibilidades de interpretação da ditadura, já que fez recortes que passam por sua própria subjetividade e concepções políticas.

Por mais que os arquivos tenham como finalidade preservar materiais para usos futuros, operações políticas orientam tal trabalho. Na sua constituição e conservação, práticas sobre o que lembrar e o que esquecer e relações de poder entre passado, presente e futuro fazem parte dos processos (MARINO; SILVEIRA; NICODEMO, 2020). Por isso, é pertinente pensar que as escolhas do que consta em Memória Sufocada, orientadas pelas pesquisas para o filme, seguem memórias e posições políticas de combate aos negacionismos sobre a ditadura no presente.

Além disso, o sentido de um arquivo digital precisa ser mobilizado. Por sua natureza de código numérico pré-programado, pode se multiplicar em novos arquivos (MARINO; SILVEIRA; NICODEMO, 2020), o que afeta também questões de temporalidade. Como pontua Pedro Telles da Silveira, as fontes digitais possuem uma relação intensa com os aparelhos que as criam e reproduzem de tal maneira que a separação entre passado e presente fica nublada, a existência dos eventos depende de sua reprodução midiática (SILVEIRA, 2016a, p. 288).

Quando acrescentamos a informalidade aos arquivos digitais, estamos diante de materiais que não necessariamente possuem uma preservação sistemática em locais projetados para esse fim e para o acesso público. Além disso, fazem parte de um acervo que não apresenta critérios claros para sua organização e disposição (SILVEIRA; MARINO; NICODEMO, 2022). Porém, Memória Sufocada se encontra em uma linha tênue dessa definição, pois se constitui como um arquivo que precisa ser etnograficamente analisado graças às suas particularidades enquanto se baseia em critérios evidentes de repúdio às distorções e falsificações do que foi a ditadura.

Ao mesmo tempo, “um dos pontos centrais dos princípios das práticas informais de arquivamento digital é preencher a lacuna entre passado histórico e experiências contemporâneas (SILVEIRA; MARINO; NICODEMO, 2022, p. 14). Portanto, há uma distância entre os eventos da ditadura, suas interpretações, seus impactos sobre o tempo presente e as formas como essas questões são compreendidas, sentidas e vivenciadas pelos sujeitos sociais na atualidade. Os arquivos informais digitais da plataforma analisada fazem a mediação das lacunas ao colocar em evidências as disputas de sentido sobre o período autoritário.

A fluidez entre as temporalidades pode ser notada em Memória Sufocada nos arquivos disponibilizados no site. A princípio, poderia se esperar que as fontes seriam aquelas produzidas durante a vigência da ditadura civil-militar. Porém, não é um padrão pertinente. Existem também aquelas produzidas após o regime, lembrando o passado recente ou interpretando o presente à luz de permanências desse mesmo passado. Sob outro ângulo, ainda há os efeitos da reprodução midiática de um arquivo digital, que faz um evento específico se propagar entre passado, presente e futuro como algo que já ocorreu, está acontecendo e pode continuar ocorrendo.

Em outro trabalho, Pedro Telles da Silveira analisa particularidades dos acervos digitais com as quais podemos dialogar. Ele argumenta que os

acervos digitais poderiam ser infinitos em função da inserção contínua de novos dados na estrutura (SILVEIRA, 2016b). É a impressão de que as novas tecnologias poderiam armazenar informações e memórias com plena eficiência sem maiores perdas. Entretanto, não se pode esquecer que a própria internet tem suas limitações técnicas, deixando alguns dados de lado para liberar espaço para outros ou enfrentando os desafios de atualizar seus suportes para reter muitas informações. Além, é claro, das escolhas político-ideológicas de quem organiza e coordena o referido repositório.

Outras questões levantadas pelo autor podem ser consideradas para nossas reflexões posteriores. Segundo ele, guardar em um acervo é tornar visível, sobretudo em um período de medo do esquecimento dos acontecimentos traumáticos relativos aos crimes da ditadura (SILVEIRA, 2016b). Em sua visão, a formação de uma base de dados não teria como mérito principal a elaboração de uma narrativa, pois a ideia predominante seria reunir a maior quantidade possível de arquivos sem uma preocupação explícita com um contexto e com a ligação entre os dados (SILVEIRA, 2016b, p. 35). Podemos nos interrogar sobre esses elementos nos debruçando sobre que tipo de narrativa Memória Sufocada cria.

Uma narrativa digital sobre a ditadura

O medo do esquecimento das violações dos direitos humanos e do autoritarismo do regime pode gerar um esforço redobrado de conservação do passado na contemporaneidade? É uma pergunta que pode ser lida a partir da obsessão pela memória (HUYSEN, 2000) ou da presença de um passado de catástrofes no presente (ROUSSO, 2016). E podemos verificar a pertinência de outra interpretação, que passa pela necessidade intensificada de construir e preservar acervos sobre a ditadura civil-militar, inclusive dentro de novas mídias.

A produção arquivística na internet provoca uma saturação midiática que enfraquece uma narrativa coerente sobre o passado recente do país? É um questionamento que pode ser pensado a partir da ideia de que os arquivos digitais promovem uma espécie de “história instantânea” que, apesar de incluir um número maior de perspectivas, confundem evento, evidência e interpretação de modo a comprometer uma leitura crítica (SILVEIRA, 2016b). E podemos verificar a pertinência de outra hipótese, que passa pela compreensão das características singulares de uma narrativa digital fora dos parâmetros tradicionais do discurso acadêmico.

Retomando o que Gabriel Di Giacomo comentou em entrevista de divulgação do filme (TV FÓRUM, 2023), a motivação para a criação de um documentário e de uma plataforma digital se relaciona com a reverberação social do livro de Carlos Alberto Brilhante Ustra e dos vídeos da empresa Brasil Paralelo. Então, no caso analisado, o receio diante dos riscos de esquecimento do passado vai além da perda de memórias e narrativas de acontecimentos dolorosos, traumáticos, violentos e autoritários. Trata-se precisamente do receio do avanço de um negacionismo que justifica as ações dos militares e distorce a oposição de organizações armadas.

Em outra entrevista, o documentarista oferece subsídios para reforçar esse ponto de vista (TV CEARÁ, 2023). O filme foi feito através de pesquisas na internet, reunindo o que poderia se encontrar sobre a ditadura civil-militar no *YouTube*, *Facebook*, *Twitter*, *WhatsApp* e sites variados. De acordo com Gabriel Di Giacomo, a plataforma foi criada com o intuito de disponibilizar os dados das pesquisas e permitir ao público verificar os fatos históricos mencionados. Logo, ele se preocupa em contestar o conteúdo do negacionismo e as operações anticientíficas e anti-intelectuais de desvalorização da fundamentação do conhecimento a partir de fontes.

Outras nuances complexificam *Memória Sufocada* na chave do conceito de arquivos informais digitais. Nas definições trabalhadas, esse tipo

de arquivo possibilita a pessoas comuns apresentarem suas perspectivas subjetivas sobre as experiências históricas, inclusive grupos marginalizados que difundem discursos contra-hegemônicos ausentes da história oficial e de instituições arquivísticas tradicionais (SILVEIRA; MARINO; NICODEMO, 2022). Gabriel Di Giacomo pode não fazer parte de grupos historicamente oprimidos, mas pode criar um acervo que se coloca contrário às tentativas de hegemonizar versões autoritárias e conservadoras acerca da ditadura.

Os já citados vídeos da empresa Brasil Paralelo são importantes para o contexto de produção do documentário e a percepção da força da internet na esfera pública. Como Anita Lucchesi sustenta, a cibercultura reconfigura as noções de público e privado (LUCCHESI, 2013), permitindo a criação de narrativas que extrapolam o espaço tradicional onde são elaboradas e reverberam socialmente. A historiadora dialoga com as definições de Habermas para espaço público para compreender a esfera pública digital a partir de fatores políticos, econômicos e culturais diferentes que reformulam a atuação dos cidadãos e a expansão de vozes de sujeitos sociais (LUCCHESI, 2013).

Já a questão de uma narrativa digital específica requer atenção a vários aspectos. Segundo Anita Lucchesi, “a flexibilidade, assim, transforma a experiência do consumo de história, ao passo que as mídias digitais também vão, em virtude de sua abertura e diversidade, alterar as condições de produção da história” (LUCCHESI, 2013, p. 12). Uma das diferenças é a construção de uma narrativa histórica em *Memória Sufocada* por um cineasta e produtor audiovisual, o que indica a inexistência de um monopólio da história pelos historiadores, sobretudo na web 2.0.

Na plataforma criada por Gabriel Di Giacomo, duas características podem ajudar a destrinchar que tipo de narrativa seria essa: a interatividade e a hipertextualidade. Na primeira, haveria a construção colaborativa de conhecimentos históricos a partir de uma postura ativa dos usuários, que

passaram a ser também produtores de conteúdos através de comentários em publicações de terceiros ou do próprio envio de produções pessoais (MARINO, 2022). Na segunda, haveria o encadeamento de hiperlinks para diferentes suportes, que fariam a narrativa não ser mais linear nem restrita a apenas uma dimensão do conhecimento (LUCCHESI, 2012a).

Em geral, uma interatividade maior é entendida com base nas contribuições de usuários a uma publicação prévia, agregando de alguma maneira mais dados às informações originais (digitação de comentários, upload de outros arquivos...). No entanto, *Memória Sufocada* não foi moldada para receber qualquer acréscimo de quem navega por ali. As possibilidades de interagir com nosso objeto de estudo funcionam com outros princípios e práticas.

Entrevistado, Gabriel Di Giacomo disse que a ideia inicial era fazer um documentário tradicional com entrevistas de estudiosos e pessoas violentadas pela ditadura, mas a pandemia do Covid-19 dificultou os planos (TV FÓRUM, 2023; TV CEARÁ, 2023) e o fez optar pela estrutura das pesquisas na internet. A alteração potencializa a interatividade que já existiria com o trabalho do documentarista de montar os trechos das entrevistas segundo uma ideia artística. A interatividade aumenta porque o cineasta escolhe o que será pesquisado, adapta o material para uma linguagem cinematográfica e organiza a pesquisa na montagem final.

Por outro lado, a afirmação do documentarista de que a plataforma possibilita a qualquer pessoa interessada acessar os materiais de pesquisa trabalhados no filme amplia a interatividade. Isso porque o site indica a minutagem em que cada arquivo aparece no documentário, mas não impõe que eles deveriam ser vistos na mesma ordem. Ter tudo disponibilizado diretamente faz com que os usuários possam transitar pelas seções, temas e mídias livremente e, assim, criar etapas distintas para a narrativa.

Mas que tipo de narrativa pode ser? Trata-se de uma nova configuração que pressupõe uma escrita fluida que viaja virtualmente pelos mecanismos de busca e por diferentes abas abertas no formato de hipertexto (LUCCHESI, 2012b). Desse modo, o sentido que se estabelece para a ditadura civil-militar na plataforma não ocorre por ordem cronológica, com uma leitura da esquerda para a direita e mobilizando o mesmo repertório de percepções. Nessa viagem virtual, muitos pontos de vista são mediados por diferentes ferramentas (*YouTube, Facebook, sites de instituições e de educação...*), que produzem sentidos sem neutralidades (MARINO, 2022; LUCCHESI, 2012b).

Tais características se adequam aos questionamentos feitos por Anita Lucchesi sobre as eventuais transformações que o digital poderia gerar para a operação historiográfica. Em sua visão, a representação do conhecimento histórico em uma forma narrativa, que pode conter alguns recursos literários, é alterada (LUCCHESI, 2012a) porque a dimensão escrita não é a única existente nas mídias e hiperlinks. Em *Memória Sufocada*, precisamos também assimilar as informações provenientes das características específicas das imagens e dos arquivos sonoros.

A multiplicidade de pontos de vista sem um aparente contexto explicativo prévio é o que abre margem para dúvidas se o digital sofreria dos problemas de saturação midiática e fragilidade narrativa. Vistas isoladamente, algumas fontes podem ser vistas sem a devida crítica como se fossem inseridas sem um trabalho maior de reflexão sobre suas intenções e limitações. São os casos dos depoimentos de militares na CNV e da entrevista de Jair Bolsonaro no programa *Roda Viva*, que relativizam ou defendem ações da ditadura sem um contraponto explícito na plataforma.

No entanto, os métodos de análise de um acervo digital não são exatamente os mesmos de outras formas de acervo e de arquivos tradicionais. Por exemplo, é preciso levar em conta o conjunto de fontes para identificar um raciocínio geral que perpassasse toda a plataforma. Em termos quantitativos,

a quantidade de arquivos que possui uma posição crítica à ditadura é maior, como os depoimentos de vítimas da repressão na CNV, as falas de Carlos Fico e os documentos sobre a participação dos EUA no golpe de Estado. Sendo assim, o cruzamento de todos os materiais disponíveis contesta os discursos favoráveis ao regime autoritário.

Além disso, a narrativa pode ser hipertextual não apenas em relação à fusão de diferentes mídias, ferramentas e formatos. As escolhas das seções e dos documentos também sugerem que as transições se dão entre passado e presente, ou seja, ocorre um vaivém entre o período da ditadura e o presente do país. Então, podemos concluir que Memória Sufocada constrói a tese de que o passado ditatorial deixou legados significativos para o presente democrático através de eventos mais ou menos debatidos na sociedade brasileira com esse recorte.

A subcategoria “golpe_” é escolhida porque é um tema que entrelaça concepções do cineasta sobre os diferentes períodos históricos. Muitos documentos tratam da deposição de João Goulart em 1964, enquanto outros abordam o impeachment de Dilma Rousseff em 2016. Portanto, podemos interpretar que os dois acontecimentos são aproximados como exemplos de golpes de Estado. E como ideia geral, podemos concluir que esse paralelo mostra a fragilidade de uma cultura democrática no Brasil.

Já na subcategoria “repressão_”, a mesma operação temporal é feita. A maioria das fontes trata da violência física e simbólica da ditadura através dos assassinatos, desaparecimentos e da propaganda oficial à época. Os demais materiais são contemporâneos e abordam relatos em sessões na CNV e uma live de manifestação a favor da intervenção militar. A combinação desses arquivos pode sugerir a tese de que a repressão ainda não foi totalmente esclarecida nem tornada pública em todos os seus detalhes para a sociedade brasileira, o que explica a necessidade de uma comissão da verdade e manifestações de teor autoritário.

E a subcategoria “anistia_” completa o vaivém entre passado e presente destacando o problema do enfrentamento das violações de direitos humanos durante a ditadura. Algumas fontes contextualizam as discussões sobre a elaboração e a revisão da Lei da Anistia em 1979. Outras fontes representam a violência recente no país através dos casos do pedreiro Amarildo e do estudante João Pedro. Daí, depreende-se a tese de que a impunidade dos torturadores e a persistência de estruturas autoritárias da ditadura geraram uma lógica violenta na segurança pública e a perpetuação da violência para populações periféricas.

O entrelaçamento entre passado e presente também atinge o aspecto estético da linguagem digital. Já no documentário, algumas escolhas formais simbolizam a incorporação de recursos visuais contemporâneos na representação dos eventos passados, por exemplo a apresentação de arquivos sonoros da época como áudios de *WhatsApp* e a votação sobre a revisão da Lei da Anistia no STF como enquete do *Instagram*. Na plataforma Memória Sufocada, algo semelhante é feito ao inserir o símbolo informático *underline* nos nomes das sessões e subcategorias e adaptar o formato de quiz encontrado em diferentes sites à nomenclatura “interrogatório_” para propor perguntas aos usuários sobre a ditadura.

Quando pensamos nas interações entre passado e presente para a ditadura civil-militar, a questão da memória se apresenta como uma reflexão cabível. O debate pode ser ainda mais profícuo se for relacionado às transformações provocadas pela internet nos atos de lembrar e esquecer.

Uma memória digital sobre a ditadura

As memórias sobre a ditadura civil-militar são heterogêneas, estão em constante disputa e se transformam ao longo do tempo. Marcos Napolitano analisou a trajetória de construção das memórias desde a redemocratização até a segunda metade dos anos 2010, identificando os períodos da abertura

política, das políticas de memória dos governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva e dos revisionismos historiográficos e ideológicos como sintomáticos desse processo plural (NAPOLITANO, 2015). O historiador também sublinha a especificidade de uma memória histórica que inclui reivindicações de verdade e justiça, por abranger lutas pelo esclarecimento das violações de direitos humanos e responsabilização jurídica dos violadores.

Consequentemente, os debates são complexos e os procedimentos de construção das memórias do passado recente ganham novos contornos no tempo presente. Este processo é influenciado pela proliferação do negacionismo histórico que deslegitima o conhecimento científico, ataca a democracia e rejeita as narrativas de sujeitos marginalizados (AVILA, 2021). Arthur Lima de Avila examina mais profundamente um espírito negacionista e o descreve como sendo capaz de impor significados únicos à história, fazer uma leitura dicotômica da realidade para desqualificar oposições e de se apoiar em falsificações do passado com interesses políticos (AVILA, 2021, p. 164-165).

Levando em consideração o embate contemporâneo por representações da ditadura, a seleção de fontes sob o ponto de vista das Forças Armadas na plataforma Memória Sufocada sintetiza as versões negacionistas em curso no país. Os depoimentos de militares na CNV e a fala de Jair Bolsonaro negam as torturas e o autoritarismo do regime, justificam a intervenção militar para a proteção da sociedade de um perigo comunista e condenam as guerrilhas como uma estratégia violenta das esquerdas para a implantação de uma ditadura. Essa narrativa pode ser relacionada com um contexto político de governos seguidos do PT e de iniciativas de ampliação da cidadania na democracia brasileira.

Ao longo das administrações do Partido dos Trabalhadores, algumas práticas despertaram a insatisfação de setores sociais conservadores e autoritários que reagiram com ações extremistas, inclusive o resgate

negacionista da ditadura. As políticas públicas de ascensão socioeconômica de grupos sociais periféricos, direcionadas, por exemplo, para a educação, a moradia e a distribuição de renda, desencadearam reações radicalizadas de quem defendia a manutenção de seus privilégios históricos. Em paralelo a isso, a Comissão Nacional da Verdade entre os anos de 2012 e 2014, apesar de não ter papel judicial, foi recebida pelas Forças Armadas e por segmentos conservadores como um ato de revanchismo que atacaria a instituição militar e enalteceria a esquerda armada.

É nessa chave que Memória Sufocada começa a se colocar. Em um cenário de avanço do negacionismo histórico, citado por Gabriel Di Giacomo em entrevistas, a plataforma mobiliza uma memória que se contrapõe a tal prática. É necessário reforçar como a ditadura se estruturou em torno da violência da repressão, da supressão de direitos fundamentais e da suspensão da democracia. Então, no site, podemos observar a seleção de materiais diversificados que expõem tais características através de fontes primárias do período e de produções mais contemporâneas.

Segundo Mateus Pereira, as disputas de memória ocorrem em virtude de um passado da ditadura que ainda se mostra atual e é alvo de negações e revisionismos ideológicos que dificultam a construção de uma memória pública do regime autoritário (PEREIRA, 2015, p. 889). Uma memória pública que signifique esclarecer as violações de direitos da ditadura, combater esquecimentos forçados e realizar um trabalho crítico e ético de representação do passado. O historiador também pensa nos desdobramentos da não inscrição de um discurso público oficial baseado em verdade e justiça, que assombram a sociedade brasileira com distorções do que seria o passado e quais seriam suas repercussões no presente.

Dentro do processo de construção de memórias, cristalizou-se a imagem a partir da década de 1990 de uma suposta “vitória simbólica dos vencidos nas guerras de memórias”, por conta de algumas leis de reparação

para os direitos de vítimas e familiares (PEREIRA, 2015, p. 891). Porém, os silêncios para vários aspectos do funcionamento da repressão e dos destinos de mortos e desaparecidos políticos, bem como a ausência de punições para os violadores de direitos humanos contradizem essa imagem. Outra evidência de que a perspectiva das vítimas da repressão não prevalece é o próprio negacionismo, que disputa os sentidos daquele passado.

Por isso, as ponderações de Arthur Lima de Avila a respeito do combate do negacionismo são tão pertinentes. Para o historiador, é importante ampliar o número de aliados para um conhecimento histórico eticamente comprometido e baseado em fundamentos críticos verificáveis, ao mesmo tempo que se aumentam as possibilidades de representação do passado (AVILA, 2021, p. 164). Nesse ponto em questão, podemos enfatizar que os aliados seriam profissionais de outras áreas criando outras modalidades de narrativas históricas, como um cineasta que produz um documentário e uma plataforma virtual sobre a ditadura civil-militar.

Além de afirmar a violência e o autoritarismo da ditadura, Memória Sufocada contribui com outros elementos na disputa de memória atual. É comum encontrar nas posições contrárias à revisão da Lei da Anistia e aos trabalhos da CNV uma concepção que rompe as relações entre passado e presente. Quando algo diferente é defendido, a alegação de que se assume uma postura revanchista de “mexer com o que já passou” aparece. Na plataforma examinada, não se nota algo assim porque as temporalidades se encontram e o passado ditatorial impacta o presente no que se refere à segurança pública e à estabilidade da democracia.

A escolha dos materiais em cada subcategoria não somente estabelece nexos entre passado e presente como também desenvolve uma leitura crítica. Mesmo que não seja criada uma narrativa explícita ou tradicional, podemos concluir que a plataforma defende a ideia de que seria necessário enfrentar os legados autoritários deixados por um processo de

abertura política conciliador e pactuado entre forças políticas diversas. Revisar a Lei da Anistia, reformular o sistema de segurança pública e fortalecer instituições democráticas seriam trabalhos indispensáveis para a formação de uma democracia de fato.

Recordar e esquecer são operações que ganham contornos próprios na internet. A princípio, poderia se supor que o ambiente virtual seria propício para a disseminação exclusiva de memórias negacionistas sobre a ditadura. Geraldo Homero do Couto Neto examina alguns vídeos dessa natureza em um estudo que o permite identificar o ano de 2018 como um marco para o crescimento de memórias conservadoras e autoritárias nas novas mídias e redes sociais (NETO, 2019). Em comum, teriam o anticomunismo, um liberalismo econômico e um conservadorismo moral que se manifestariam em um nacionalismo radical e na defesa de certa concepção de valores morais contrários ao movimento feminista e LGBTQIA+ (NETO, 2019, p. 84).

O cuidado que se deve ter é o de não generalizar a internet como um ambiente dominado por memórias nesses moldes. Como em outras esferas da vida social, há uma disputa e transformações ao longo do tempo. Memória Sufocada é um exemplo de ocupação do ambiente digital contra o negacionismo, a violência do período ditatorial e seus legados na contemporaneidade. Para isso, é possível construir uma narrativa reunindo materiais do passado e do presente e propor uma reflexão social e política.

A dinâmica temporal própria da internet afeta, então, o processo de elaboração de memórias e esquecimentos. Pedro Telles da Silveira contribui para esse debate partindo do princípio de que os sentidos de lembrar e esquecer são modificados pelos aparelhos técnicos, graças à noção de “efêmero duradouro” (SILVEIRA, 2021, p. 291). Nas mais diversas plataformas digitais, as informações, os eventos e as discussões se sucedem em grande velocidade, como se a “data de validade” estivesse sempre prestes a expirar. Um assunto pode estar “quente” a qualquer momento até ser rapidamente

substituído por outro e por outro. E quando menos se espera, aquele assunto aparentemente esquecido retorna porque uma publicação antiga é recuperada ou uma mídia nova é criada com base nele.

É assim que os vídeos, as publicações escritas e arquivos sonoros disponibilizados em Memória Sufocada podem ter uma temporalidade particular, uma efemeridade duradoura. Cada fonte possui sua própria historicidade, tendo sido produzida em um ano e contexto específico, desde o período da ditadura até a volta da democracia. Nesses momentos, são revestidos de sentidos variados a depender da conjuntura. Posteriormente, as mesmas fontes são inseridas na plataforma e recebem significados temporais e epistemológicos distintos. E o ciclo ainda se perpetua continuamente a cada novo instante em que os materiais são acessados.

Pedro Telles da Silveira também compreende que há uma reconfiguração nas relações entre passado e presente. A experiência do tempo pode ser impactada pela sobreposição entre as categorias temporais, passando a ser mais complexa a diferenciação entre elas (SILVEIRA, 2021, p. 294). No caso de Memória Sufocada, a persistência da violência policial, a deposição de Dilma Rousseff e a realização de uma manifestação favorável à intervenção militar (comparável a Marcha da Família com Deus pela Liberdade) pode sugerir que o site questiona se estaríamos acompanhando uma nova conjuntura no presente ou a repetição do passado.

O historiador adiciona às suas reflexões uma noção elaborada por Alison Landsberg sobre “memória prostética”, que pode ser útil aos nossos propósitos aqui. O conceito é trabalhado como um “tipo de memória que surge do encontro entre o indivíduo e uma representação midiática do passado” (LANDSBERG, 2004, p. 9 APUD SILVEIRA, 2021, p. 295). É um debate interessante porque tanto o cinema quanto às mídias digitais redimensionam a temporalidade e os eventos para os sujeitos sociais, que cada vez mais se sentem afetados e agregam memória de períodos históricos e

acontecimentos que não experimentaram diretamente. O contato se deu a partir de representações feitas por terceiros.

Na plataforma, a influência da linguagem digital sobre a memória da ditadura merece atenção. Memória Sufocada auxilia na construção de uma memória que não se enquadra em uma linearidade convencional, pois se estrutura no vaivém entre passado e presente e contempla múltiplas dimensões do conhecimento (discursos escritos, imagens e sons). O próprio funcionamento dos aparelhos técnicos intensifica essa fragmentação, pois a noção de tempo se torna mais fluida quando um usuário acessa o site e pode reproduzir um vídeo enquanto lê uma publicação, abrir várias abas e transitar por elas, interromper o consumo de um arquivo para partir para outro, entre outras possibilidades.

Quando nos interrogamos sobre os impactos de uma memória digital que se desdobra em mídias de diferentes formatos, precisamos ainda considerar outro fator importante. Ler uma publicação escrita, ouvir um arquivo sonoro e assistir a um vídeo mobiliza diferentes repertórios de percepção, logo a memória não é moldada somente por uma carga racional-intelectual porque inclui também uma dimensão sensorial. Em Memória Sufocada, os relatos das vítimas de tortura na CNV, por exemplo, não podem ser compreendidos nem inseridos na memória sobre a ditadura sem levar em conta as emoções despertadas.

Considerações finais

Vivemos em um cenário em que a verdade factual tem sido colocada em xeque por diversos fenômenos contemporâneos: o falseamento da realidade através das *fake news*, o conceito de pós-verdade, a distorção do sentido de liberdade de expressão, a prevalência da opinião sobre o fato e a negação de eventos históricos verificáveis pelas fontes. Tais exemplos evidenciam a força de crenças pessoais, de vínculos afetivos e da

hierarquização da experiência em detrimento do conhecimento mediado pela pesquisa.

Por exemplo, de um lado, intensifica-se a defesa de que a vivência durante o período da ditadura civil-militar se tornaria a melhor maneira de conhecer e explicar aquele passado, qualificando os depoimentos de pessoas que vivenciaram a época como verdade inquestionável. De outro lado, cresce o posicionamento daqueles que julgam os historiadores e professores de história como doutrinadores, que ocultariam a verdade para manipular os estudantes de acordo com seus interesses ideológicos de esquerda.

Simultaneamente, o contexto político de polarização ideológica também afeta a construção de memórias sobre a ditadura. A negação da violência e do autoritarismo, bem como a desqualificação simplista das organizações armadas da época, são instrumentalizadas por setores conservadores e reacionários para atacar governos e líderes políticos da esquerda do presente.

É importante levar em consideração que estudos já foram feitos sobre a produção de conteúdos na internet sobre a ditadura civil-militar. Ana Clara Borges Costa e Georgete Medleg Rodrigues mapearam e analisaram blogs coletivos em 2019, percebendo que muitos deles estavam foram iniciados antes da publicização de alguns arquivos pela Comissão Nacional da Verdade (COSTA; RODRIGUES, 2019, p. 94). Em outro artigo, Elis Saraiva Santana e Livia Diana Rocha Magalhães se debruçam sobre os vídeos *1964 – O Brasil entre armas e livros* e *Ditadura à brasileira*, que sustentam a ideia de que a verdade sobre o tema havia sido ocultado pelos historiadores e professores (SANTANA; MAGALHÃES, 2021, p. 9).

Dentro dessa conjuntura, Gabriel Di Giacomo e o projeto Memória Sufocada exemplificam iniciativas que se contrapõem ao negacionismo, ao extremismo político e à intolerância ao pensamento crítico. Inicialmente, o

produtor e cineasta concebeu um documentário que aborda a ditadura brasileira e seus desdobramentos na contemporaneidade através de pesquisas na internet. A narrativa cinematográfica se baseia na linguagem digital de plataformas como *Facebook*, *YouTube*, *WhatsApp*, *Twitter*, sites de agências governamentais, entre outras, e entrelaça passado e presente em termos temáticos e estéticos.

Em seguida, o trabalho no cinema se desdobrou para a criação da plataforma de mesmo nome no ambiente virtual. Outro contraponto nasceu. Trata-se de uma reação que passa pelas especificidades de arquivos, narrativas e memórias em construção e circulação pelo ambiente virtual. Nesse sentido, as disputas seguem acontecendo em termos de interpretações do passado, mas englobam também as práticas a nortear os arquivamentos, a seleção do que lembrar e esquecer e o papel das novas mídias na construção de conhecimentos históricos (SILVEIRA; MARINO; NICODEMO, 2022).

Nos embates necessários contra o negacionismo histórico e as posturas anticientíficas, *Memória Sufocada* se apresenta como um acervo digital. A investigação do conteúdo selecionado e da disposição específica dos arquivos demonstra as diferenças em relação aos acervos analógicos. As fontes são de diferentes naturezas (escritas, sonoras, audiovisuais...), oriundas de diferentes mídias e redes sociais, reunidas graças à programação numérica de dados digitais. Enquanto isso, as limitações existem, como os riscos de materiais se perderem em páginas não mais encontradas.

Memória Sufocada também propõe uma narrativa. A interatividade e a hipertextualidade são características nos meios digitais. A interação maior de usuários com o que se produz evidencia que os historiadores não são os únicos a criar discursos sobre o passado, afinal Gabriel Di Giacomo se apropria de saberes históricos para dar vida a uma representação própria do tema. A combinação de hiperlinks que se abrem para diferentes caminhos permite

integrar múltiplas dimensões do conhecimento sem uma linearidade delimitada, além de também fazer com que passado e presente se alternem sem posições fixas.

A plataforma contribui para as disputas de memória acerca da ditadura. A reafirmação da violência e do autoritarismo do regime contra as versões que relativizam, justificam e legitimam o poder arbitrário dos militares à época é uma das marcas da memória digital elaborada em *Memória Sufocada*. Ao mesmo tempo, é uma representação que pensa o entrelaçamento entre passado e presente por conta de um processo de abertura política que não julgou os violadores de direitos humanos, não fortaleceu uma cultura democrática nem delimitou um discurso público ético de verdade e justiça para o período.

As disputas de memória sobre a ditadura, as reconfigurações contemporâneas da narrativa histórica e os impactos sociais das novas tecnologias. O digital oferece diversas possibilidades de análise que podem ser incorporadas pelos historiadores. Não precisam ser todos, mas aqueles que se engajarem no campo também devem assumir para si a interatividade e a hipertextualidade dessas narrativas em seu ofício. Interagir e se desdobrar em diferentes áreas do conhecimento, diálogos com outros profissionais e dimensões da experiência humana no tempo.

Fontes

SALVATORE FILMES. *Memória Sufocada*. Disponível em: <https://memoriasufocada.com.br/index.html>. Acesso: 22 jan. 2024.

TV CEARÁ. Ditadura nunca mais: "Memória Sufocada" + "Chuva Negra" e o audiovisual inclusivo | Clube Cinema #48. *Canal TV Ceará*. Publicado: 05 abr. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lgcztlLvGA>. Acesso: 22 jan. 2024.

TV FÓRUM. A real história do torturado Ustra: entrevista com Gabriel Di Giacomo, diretor de *Memória Sufocada*. *Canal TV Fórum*. Publicado: 07 abr.

2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vwRAYC335D8>. Acesso: 22 jan. 2024.

Referências bibliográficas:

ALMEIDA, Fábio Chang de. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. *Aedos*, n. 8, vol. 3, jan./jun. 2011, p. 9-25.

AVILA, Arthur Lima de. Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico. *Revista Brasileira de História*, vol. 41, nº 87, 2021, p. 161-184.

COSTA, Ana Clara Borges; RODRIGUES, Georgete Medleg. A construção de fontes de informação sobre a ditadura militar no Brasil (1964-1985): levantamento e análise de blogs grupais sobre o tema. *Prisma.com*, n 40, 2019, p. 88-97.

HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LUCCHESI, Anita. Do texto ao hipertexto: notas sobre a escrita digital da história no século XXI. *VIII Jornadas de Historia Moderna y Contemporánea*. Encuentros entre la política, la economía, la cultura y la sociedad. 2012a.

LUCCHESI, Anita. Histórias no ciberespaço: viagens sem mapas, sem referências e sem paradesiros no território incógnito da web. *Cadernos do Tempo Presente*, Sergipe, n. 6, jan. 2012b.

LUCCHESI, A. História e historiografia digital: diálogos possíveis em uma nova esfera pública. *Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social XXVII*, Anais eletrônicos. Natal: ANPUH, p. 1-17, 2013.

MARINO, Ian Kisil; NICODEMO, Thiago Lima; SILVEIRA, Pedro Telles da. Arquivo, memória e Big Data: uma proposta a partir da Covid-19. *Cadernos do Tempo Presente*, São Cristóvão-SE, v. 11, n. 01, p. 90-103, jan./jun. 2020.

MARINO, Ian Kisil. Solucionismo digital? Convite a uma reflexão autocrítica. NICODEMO, Thiago Lima; MARINO, Ian Kisil; ROTA, Alesson Ramon (orgs.). *Caminhos da história digital no Brasil*. Vitória: Editora Milfontes, 2022.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, v.8, n.15, nov. 2015, p. 9-44.

NETO, Geraldo Homero do Couto. A “nova direita” no YouTube: conservadorismo e negacionismo histórico sobre a ditadura militar brasileira. *Revista Ágora*, Vitória, n. 29, 2019, p. 83-103.

OLIVEIRA, Sonale Diane Pastro; MARINHO, Maria Gabriela S. M. C. “A internet, um novo espaço de disputa pela memória da ditadura militar no Brasil”. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n 10, 2013, p. 159-181.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 31, n. 57, set/dez 2015, p. 863-902.

PRADO, Giliard da Silva. Por uma história digital: o ofício de historiador na era da internet. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v.13, n. 34, set./dez. 2021, p. 3-32.

ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente e o contemporâneo*. Tradução de Fernando Coelho, Fabrício Coelho. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

SANTANA, Elis Saraiva; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. Ditadura militar, memória, história pública e vídeos disponíveis na internet. *Revista HISTEDBR Online*, Campinas, São Paulo, v. 21, p. 2021, p. 1-15.

SILVEIRA, Pedro Telles da. As fontes digitais no universo das imagens técnicas: crítica documental, novas mídias e o estatuto das fontes históricas digitais. *Antíteses*, v. 9, n. 17, jan./jun. 2016a, p. 270-296;

SILVEIRA, Pedro Telles da. Da história instantânea ao arquivo infinito. *Faces da História*, v. 3, n. 2, 2016b, p-24-42

SILVEIRA, Pedro Telles da. Lembrar e esquecer na internet: memória, mídias digitais e a temporalidade do perdão na esfera pública contemporânea. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 37, n. 73, jan./abr. 2021, p. 287-321.

SILVEIRA, Pedro Telles da.; MARINO, Ian Kisil; NICODEMO, Thiago Lima. Digital Resources: Digital Informal Archives in Contemporary Brazil. *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*. Oxford: Oxford University Press, 2021. p. 1-24.

HISTÓRIA PÚBLICA ÀS AVESSAS: O PROGRAMA “ALIENÍGENAS DO PASSADO” E A (DES)CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA DA ÁFRICA

Thales Ferraz Silva¹

Resumo: Esse trabalho visa identificar os recursos argumentativos utilizados pelo programa “Alienígenas do Passado”, do *History Channel*, para sedimentar a versão que eles apresentam a respeito da História da África e, dessa forma, colaborar, com o debate acerca da História Pública, bem como com os estudos africanistas. A presente pesquisa partiu da ideia de que a história dos povos africanos ainda é difundida, principalmente nos países ocidentais, de maneira generalizante e preconceituosa, geralmente resumida em escravidão e colonialismo, esquecendo que o continente é um território gigante e plural, com inúmeros povos, organizados em diferentes formas sociais, culturais, políticas e religiosas muito antes da chegada do homem branco. Nesse sentido, o campo da História Pública torna-se uma excelente ferramenta para mudar estas narrativas colonialistas. Assim, antes de adentrar o referido programa de televisão, cujo cerne é colocar seres extraterrestres no centro da humanidade, apresentei os conceitos de negacionismo, revisionismo ideológico, *fake news* e teoria da conspiração.

Palavras-chave: História Pública; History Channel; Alienígenas do Passado.

PUBLIC HISTORY INSIDE OUT: THE “ALIENS OF THE PAST” PROGRAM AND THE (UN)CONSTRUCTION OF AFRICAN HISTORY

Abstract: The present academic work seeks to identify the argumentative resources used by the TV show “Ancient Aliens”, from History Channel, intending to highlight the version that they present about African History and, in that way, collaborate with the debate about Public History, as well as the africanist studies. The current research started from the idea that the history of the african people is, still, diffused usually at the so called occidental countries in a generalizing and prejudiced way, generally summarized in slavery and colonialism, forgetting to mention that the continent is a huge and plural territory, with innumerable peoples, organized in different social, cultural, political and religious manners, way before the arriving of the white man. In that regard, the Public History field has become an excellent tool to change those outdated narratives. Therefore, before to get into the referred TV show,

¹ Mestrando em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Contato: thales-ferraz@hotmail.com.

that has in its core the idea of extraterrestrial beings in the center of human history, I'll present the concepts of denialism, ideological revisionism, fake news and conspiracy theory.

Keywords: Public History; History Channel; Ancient Aliens.

Introdução

Teriam seres extraterrestres visitado nosso planeta há milhares de anos? Estariam esses alienígenas por trás da construção de grandes monumentos arquitetônicos e outros conhecimentos que nos são importantes até os dias de hoje? E por fim, seria uma tarefa das historiadoras e dos historiadores investigar e colocar para debate um assunto desses, ou devemos deixar tal assunto apenas para os ditos ufólogos e/ou para os cineastas? Essas são algumas das perguntas que deram base ao trabalho de conclusão de graduação defendido em fevereiro de 2023 e, parte das conclusões compartilhadas aqui.

Minhas respostas são “não” para as duas primeiras perguntas e “sim” para a terceira. Acredito que este assunto deva ser, sim, estudado e analisado por nós historiadores, basta pensarmos no mais famoso canal de televisão por assinatura dedicado ao passado do mundo, o *History Channel*². O canal tem como um de seus carros-chefe o programa *Alienígenas do Passado (Ancient Aliens)*³, cujo cerne é apresentar teorias conspiratórias de que seres vindos de outro planeta (chamados no programa de “antigos astronautas”) estão diretamente envolvidos em diversos momentos históricos, desde episódios da Bíblia, nas construções das pirâmides do Egito, na Guerra Fria e até em decisões políticas contemporâneas. Ou seja, acredito ser de fundamental importância que voltemos nossa atenção para este canal e, principalmente, para este polêmico e provocativo programa que, ao colocar essas histórias

² Para saber mais sobre o canal: <https://history.uol.com.br/sobre-o-history>. Acesso em: 08 jan de 2024.

³ O programa está no ar desde 2010 e ainda faz parte da programação do History Channel.

com alienígenas no centro da História mundial, acaba se inserindo ao debate da História Pública, porém, às avessas.

Neste trabalho não me detive a analisar a História mundial, fui mais específico: tive como foco a História da África a partir do programa *Alienígenas do Passado*. Se, muitas vezes, nem mesmo os livros didáticos proporcionam o “espaço adequado” ao tratar da História do continente africano e os filmes e grandes mídias acabam geralmente colaborando para a “história única”⁴ acerca do mesmo, imaginemos, então, as problemáticas narrativas deste programa sobre a História africana e o impacto que isso pode causar nos telespectadores que acreditam estarem, de fato, tendo contato com uma História científica, “verdadeira” e honesta, aquela História que não se conta nas escolas e que os/as historiadores/as estão escondendo da população não acadêmica.

É bem conhecida a definição de que a História é o estudo das ações do ser humano ao longo do tempo (BLOCH, 2001), elas que dão à ciência histórica sua relevância. O que será que Marc Bloch diria ao ver que alguns grupos de pessoas acreditam que a História, na verdade, é o estudo das ações de “seres humanóides, racionais, [e] interplanetários” ao longo do tempo? Tendo isto em mente, a questão central deste trabalho é: quais os recursos argumentativos utilizados pelo programa *“Alienígenas do Passado”* para sedimentar a versão que eles apresentam sobre História da África?

Assim, minha metodologia de pesquisa consistiu em, a partir da seleção de dois episódios do programa *“Alienígenas do Passado”* (Mistérios da Esfinge e Segredo das Múmias), que têm como temática o território africano, analisar os discursos utilizados pelos interlocutores do programa e entender o que torna suas narrativas tão atraentes para o público leigo. Ademais, com o apoio da

⁴ Em “O Perigo de Uma História Única”, Chimamanda Ngozi Adichie nos mostra que é “impossível falar sobre a história única sem falar do poder”, pois as histórias únicas frequentemente surgem como narrativas escritas por aqueles que se “saíram vencedores” (ADICHIE, 2019).

historiografia acadêmica sobre a História da África, bem como a da própria História Pública, reuni comprovações e versões historiográficas que possibilitam enfrentar esses argumentos simplórios, generalizantes, preconceituosos e até mesmo exóticos que acabam por colocar os chamados “antigos astronautas” como protagonistas da história dos povos africanos.

Assim sendo, este trabalho se justifica pela necessidade de questionar o fato de um dos programas mais famosos do canal *History Channel* ser um verdadeiro “perigoso” ao público, visto que apresenta argumentos que enfatizam a ação de supostos seres extraterrestre na história em detrimento das ações humanas, nesse caso, das ações da população africana na construção de sua própria história. Outra situação que me levou a trabalhar o tema foi o fato de ter procurado sobre a temática em alguns bancos de dados, dentre eles o Biblioteca Científica Eletrônica On-line⁵, o Repositório Institucional da UFJF⁶ e o portal Periódicos Capes⁷, e ter encontrado muito poucos trabalhos problematizando o programa. Um de meus únicos achados foi o caso do trabalho do professor Márcio Souza Gonçalves, intitulado “Foram os *aliens*: comunicação de massa e verdade” e que serviu de referência a este texto. Essa situação de ausência de referências acabou exigindo um esforço ainda maior deste pesquisador que vos escreve. Somado a isso, percebe-se a dificuldade que as Ciências Humanas têm, sobretudo a História, de se comunicar com o público externo não acadêmico. Exemplo disso são os recentes movimentos de pessoas querendo a volta da ditadura militar, mesmo após os inúmeros estudos, trabalhos e fontes históricas que demonstram as atrocidades cometidas pelo governo nesse período da história brasileira. Assim, questionar o canal e o programa em questão pode ser uma

⁵ SciELO – Scientific Electronic Library Online (Biblioteca Científica Eletrônica On-line): <https://scielo.org/>. Acesso em: 10 jan. de 2024.

⁶Repositório Institucional da UFJF: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/jsessionid=0AC09306AC0BC69801DC85A553AC992D>. Acesso em: 10 jan. de 2024.

⁷ Portal Periódicos Capes: <http://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/>. Acesso em: 10 jan. de 2024.

abordagem capaz de colocar uma “pulga atrás da orelha” de futuros leitores ou telespectadores do canal. Além disso, talvez sirva como contribuição para que pesquisadoras e pesquisadores da área se dediquem cada vez mais a pensar nos diferentes passados construídos (e publicizados) por não historiadores/as, principalmente a partir de obras da televisão, internet, redes sociais e, porque não, no cinema, pois esses são os principais meios através dos quais o público tem contato com conteúdos sobre o passado.

Os cavaleiros do apocalipse da História Pública

Versões errôneas de que a Terra é plana e de que o mundo não chega a ter seis mil anos têm hoje muitos adeptos, em contraposição aos avanços do conhecimento científico. [...] A proliferação de narrativas falsas coloca em questão não só a Geografia e as Ciências Naturais. A História enfrenta essa mesma praga, levando os professores a se perguntar: em época de fake news, como ensinar História? (FUNARI, 2021, p. 116).

Assim como a Guerra, a Fome e a Peste são conhecidos como os Cavaleiros do Apocalipse do século XIV, faço uma analogia em que considero o **Negacionismo**, o **Revisionismo Ideológico/apologético** e a **Fake News** como os cavaleiros do Apocalipse no que se refere à História Pública. Marcos Napolitano (2021) nos ajuda a entender as ideias de negacionismo e revisionismo ideológico, segundo ele:

Uma dupla distorção no conhecimento do passado, quase sempre mobilizada como parte das lutas políticas do presente. Esse aspecto é inevitável, e faz parte das interações complexas entre memória, identidades sociopolíticas e conhecimento histórico. A primeira distorção é o recurso à mentira pura e simples sobre um evento ou fato histórico comprovado por fontes e por consenso de historiadores (independentemente das interpretações que se possa fazer sobre suas causas ou desdobramentos), conhecido pelo nome de *negacionismo*. A segunda distorção é a apropriação seletiva de fatos igualmente comprovados, sem a devida complementação de informações, para reforçar a tese negacionista. A isso chamaremos de *revisionismo ideológico* (NAPOLITANO, 2021, p. 86-87).

A primeira coisa que devemos lembrar é que atitudes negacionistas e revisionistas não necessariamente fazem parte de atitudes ignorantes e inocentes do indivíduo que não tem conhecimento suficiente ou necessário

para se comportar dessa maneira. Essas ideias são amplamente baseadas em posições políticas e ideológicas, “como, no caso brasileiro, a falsa suposição de que não houve uma ditadura militar ou de que não há racismo no país” (FICO, 2021, p. 34). Nessas narrativas alternativas, pelo contrário, teria existido um “regime militar” imposto para salvar a nação das garras do comunismo e, sendo o Brasil um país miscigenado, debates raciais “poderiam ter um efeito bumerangue, criando conflitos raciais que, segundo dizem, não existem na sociedade brasileira” (MUNANGA, 2015, p 24). Inclusive, por diversas vezes, tais indivíduos negacionistas

apelam para o “direito à livre expressão” para propagar suas ideias nefastas. A defesa do direito de opinião e de “liberdade de expressão”, sem dúvida um dos princípios basilares da democracia moderna, é frequentemente reivindicada por negacionistas para expressarem suas ideias em público e buscarem reconhecimento no meio científico (NAPOLITANO, 2021, p. 95).

O autor ainda define que os negacionistas são aqueles que rejeitam

o conhecimento histórico estabelecido em bases científicas e metodológicas reconhecidas, em nome de uma suposta “verdade ocultada” pelas instituições acadêmicas, científicas e escolares por causa de supostos “interesses políticos ligados ao sistema”. Assim, os negacionistas alimentam e são alimentados pelas diversas “teorias da conspiração” que sempre existiram, mas que nos primeiros anos do século XXI têm sido canalizadas por interesses políticos, sobretudo de partidos e líderes de extrema direita, para combater os valores progressistas e democráticos. Em muitos casos, uma opinião negacionista tem sua origem em várias análises “revisionistas” do passado, que se propõem a revisitar as teses e os estudos mais aceitos na comunidade científica (NAPOLITANO, 2021, p. 98).

Isso nos leva, então, ao segundo Cavaleiro do Apocalipse, que é o revisionismo ideológico. Este traz, muitas vezes, a base dos pensamentos negacionistas, ou seja, o negacionista desenvolve o seu ponto em cima dos estudos revisionistas, que é uma prática comum dentro da historiografia e deve acontecer para que os estudos avancem, mas que, todavia, pode vir carregado de segundas intenções. Novamente, recorro ao trabalho de Napolitano para entender esse revisionismo com segundas intenções, segundo ele:

Há um *revisionismo de matriz ideológica*, que parte unicamente de demandas ideológicas e valorativas e colige fontes e autores para confirmar uma visão pré-construída acerca de um tema histórico, quase sempre polêmico. Esse tipo de revisionismo é refém de objetivos meramente ideológicos, da falta de método e da ética da pesquisa historiográfica. Trata-se daquele revisionismo calcado na manchete sensacionalista sobre um tema histórico, na apropriação descontextualizada de trabalhos historiográficos, no anacronismo, no uso acrítico de fontes primárias (tomadas como “prova factual” a partir de uma leitura superficial, sem crítica ou contextualização), sempre com o intuito de defender uma tese dada *a priori* sobre o passado incômodo e sensível (NAPOLITANO, 2021, p. 99-100).

Esse tipo de revisionista pega questões da história, que podem até serem questões debatidas e concluídas, mas vai utilizar o seu método revisionista a partir de uma visão já pré-estabelecida. Ou seja, ele mobiliza todo o seu método e suas fontes para interpretar a partir de uma tese que já está pronta, e não construir sua tese a partir da interpretação dessas fontes. Então, esse revisionismo está baseado em uma questão ideológica, antiética com o fazer historiográfico. Em síntese, os negacionistas e os revisionistas apologéticos “não querem revisar e ampliar o conhecimento sobre o passado, mas destruir esse conhecimento, pela tática da mentira e da explicação enviesada sobre fatos e processos históricos polêmicos” (NAPOLITANO, 2021, p. 100). De toda forma, ambos negam e desrespeitam o método científico.

Finalmente, nosso terceiro Cavaleiro do Apocalipse:

propagada mais rapidamente que qualquer vírus já conhecido, as *fake news*, ou notícias falsas em bom português, se tornaram um dos mais importantes fenômenos políticos e sociais de nosso tempo, desafiando democracias e conhecimento científico. Elas têm sido muito comuns no campo da saúde, mas estão presentes em todos os meios (CARVALHO, 2021, p. 148).

Dentre os três conceitos, este é o que, atualmente, está mais presente nas mídias sociais e nas discussões da população brasileira. Ora, as notícias falsas não surgiram agora, não são uma novidade oriunda da internet, embora tenha nesta a sua maior aliada. Afinal, elas nada mais são do que

mentiras e manipulações e essas são características intrínsecas à humanidade desde que os primeiros hominídeos começaram a falar.

Todavia, o motivo pelo qual as *fake news* estão cada vez mais populares atualmente, é porque vivemos na chamada “nova era da pós-verdade” (HARARI, 2018), cercados de mentiras e ficções. De acordo com o historiador israelense Yuval Noah Harari,

Os humanos sempre viveram na era da pós-verdade. O *Homo sapiens* é uma espécie de pós-verdade, cujo poder depende de criar ficções e acreditar nelas. Desde a Idade da Pedra, mitos que se autorreforçavam serviam para unir coletivos humanos. Realmente, o *Homo Sapiens* conquistou esse planeta graças, acima de tudo, à capacidade exclusiva dos humanos de criar e disseminar ficções. Somos os únicos mamíferos capazes de cooperar com vários estranhos porque somente nós somos capazes de inventar narrativas ficcionais, espalhá-las e convencer milhões de outros a acreditar nelas. Enquanto todos acreditarmos nas mesmas ficções, todos nós obedecemos às mesmas leis e, portanto, cooperamos efetivamente (HARARI, 2018, p. 289-290).

Nesse sentido, como bem aponta o professor e divulgador Bruno Leal Pastor de Carvalho⁸:

Pós-verdade foi escolhida “a palavra do ano” pelo *Dicionário Oxford* em 2016, o termo é definido da seguinte maneira: “relacionar ou denotar circunstâncias em que fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que apelar à emoção e à crença pessoal”. No que pese o debate nada desprezível sobre a objetividade dos fatos e a verdade, a era da pós-verdade seria uma época em que pesquisas, estudos, estatísticas e discursos amparados na verificação, na checagem, na revisão e na ciência de dados e fatos têm um valor reduzido diante do apelo emocional dos discursos (CARVALHO, 2021, p. 161).

Hoje, basta você ter um perfil em uma rede social (falso ou verdadeiro), publicar qualquer coisa que queira e essa publicação pode ser passada adiante, afinal, as notícias falsas são mais amplamente divulgadas e “viralizam” mais rápido do que a verdade, pelo caráter sensacionalista que geralmente carregam. Já as pessoas, sufocadas pelo excesso de dados e informações, acabam acreditando em tais caminhos falaciosos. Com isso,

⁸ Bruno Leal Pastor de Carvalho é o fundador e o editor-chefe do site Café História: <https://www.cafehistoria.com.br/about/>. Acesso em: 08 jan. de 2024.

sempre que nos deparamos com determinadas notícias, precisamos nos perguntar “quem ganha e quem perde com tais narrativas?”. Assim, voltando à História:

Todo zelo para combater as “fake news” tem que ser complementado com um igual – senão maior – zelo para enfrentar a “fake History”. “Fake History” é um fenômeno de longo prazo que tem emergido ante nossos olhos. E de modo distinto de como as “notícias reais” contrapõem-se às “fake news” todo dia na esfera pública, a “história real” que se contrapõem à “fake History” desapareceu gradualmente da vista do público (SOUZA; DUARTE, 2021, p. 329).

Parte do público não acadêmico vêm usando a televisão, a internet e suas ferramentas de forma mal intencionada para negar e/ou manipular o passado e a História, como é o caso do programa “Alienígenas do passado”, do *History Channel*, quando distorcem a história humana e colocam extraterrestres como grandes protagonistas da história do mundo. Cabe a nós, pesquisadores das humanidades, em especial historiadores e historiadoras, ficarmos alerta e combater com seriedade e criticidade tais discursos abusivos. É evidente que não é preciso cursar História para falar de História, mas “é preciso ser rigoroso no que se pesquisa e responsável no que se escreve para ser confiável. Do contrário, serão apenas histórias da carochinha” (PINSKY, 2013, p. 21).

Já conhecemos os Cavaleiros do Apocalipse da História Pública, agora vamos analisar, de maneira sucinta, alguns dos sintomas que eles causam à humanidade: as teorias da conspiração. Tais teorias, como o terraplanismo, o movimento antivacina e seres de outros planetas, por exemplo, deveriam receber mais nossa atenção enquanto objetos de investigação. Conforme Ricardo Figueiredo de Castro (2020):

Especialistas de diversas áreas do conhecimento explicam que a Terra é esférica, ou melhor, elipsoide; que a humanidade realmente chegou à Lua e que as vacinas são estatisticamente seguras; que as pirâmides foram construídas pelos seres humanos, que o covid-19 é uma doença potencialmente letal etc. Contudo, para muitos, nada disso parece ser suficiente. Os mitos persistem independentes da ciência e da lógica (CASTRO, 2020).

Mas, para o presente trabalho, foquei na teoria de que alienígenas super avançados intelectual e tecnologicamente visitaram o planeta Terra há milhares de anos. Acredito que esta seja umas das narrativas falaciosas que mais incomoda historiadoras e historiadores, visto que acaba por excluir o protagonismo do ser humano na formação de sua própria história. É o caso da teoria de que foi graças à tecnologia alienígena que as pirâmides do Egito foram construídas, distorcendo o fato de que estes famosos monumentos arquitetônicos foram levantados por mão de pessoas africanas negras.

A História é o estudo das ações de seres alienígenas ao longo do tempo?

Ainda hoje é bastante falado sobre as teorias de que seriam os “*aliens*” os responsáveis por inúmeros momentos importantes da história da humanidade. Com foco no continente africano, abordarei tais teorias com maior profundidade, tendo como fonte principal o programa Alienígenas do Passado, do canal *History Channel*. Um dos pilares que fizeram com que o programa surgisse e se mantenha até hoje é o livro “Eram os deuses astronautas?”, do escritor suíço Erich Von Däniken, lançado originalmente na década de 1960. Este defende a tese de que existem outros seres inteligentes no universo e propõe que estes tenham trazido grandes conhecimentos à humanidade. Segundo Von Däniken

Temos que corrigir mil e um erros do passado. A confiança em nós mesmos, que vivemos fingindo, é inteiramente vã, e representa apenas uma forma aguda de obstinação. Continua reinando nos congressos de cientistas ortodoxos a ilusão de que uma coisa deve ser comprovada antes que uma pessoa “séria” deva – ou possa – ocupar-se dela. [...] “O bom senso”, exclamou há quinhentos anos um cientista no tribunal, “deve dizer-nos que a Terra não pode ser um globo, pois se assim fosse, os homens situados na metade inferior se precipitariam ao abismo!”. “Em parte alguma da Bíblia se afirma”, disse outro, “que a Terra gira em torno do Sol. Portanto, uma afirmação nesse sentido é obra do diabo!”. Parece que a parvoíce sempre foi uma reação característica especial nas épocas em que surgiram novos mundos de ideias. Mas, no limiar do século XXI, o pesquisador deveria estar preparado para enfrentar realidades fantásticas. Deveria estar ávido de proceder a uma revisão das leis e dos conhecimentos que durante milênios foram tidos como tabus, mas que estão postos em xeque por

novos conhecimentos. Ainda que um exército reacionário de detentores do Prêmio Nobel esteja tentando opor barreiras a essa nova avalanche espiritual, será preciso, em nome da verdade e da realidade, conquistar um mundo novo contra todos aqueles que não querem aprender. [...] Entretanto, NADA mais é inimaginável. A palavra “impossível” deveria ter-se tornado literalmente impossível ao pesquisador moderno. Permanecemos, pois, insistentemente com nossa hipótese segundo a qual, há ignotos milhares de anos, astronautas vindos de planetas estranhos realmente visitaram a Terra (DÄNIKEN, 2000, p. 44-46.).

O trecho citado apresenta um verdadeiro exemplo de revisionismo ideológico, fundamentado no sensacionalismo: incessantemente faz uso de exclamações a fim de chamar a atenção dos leitores para incríveis e misteriosas descobertas científicas que serão desvendadas em um futuro próximo. O autor já tem sua verdade pré-estabelecida (o título da obra já dita a conclusão do livro), utilizando-se de meias verdades que corroboram para nos convencer que seus argumentos são verídicos, descartando qualquer evidência que não sustente sua hipótese. Däniken parece apenas trazer um compilado de curiosidades históricas/científicas onde a teoria de vida extraterrestre se encaixa. Ora, sabemos que a Terra é um globo e que a mesma gira em torno do sol, entretanto, isto está longe de ser suficiente para provar que seres de outros planetas tenham nos visitado há milhares de anos.

Essa visão de que humanoides tecnologicamente hiper avançados deveriam ter sido a base para o desenvolvimento da vida humana na Terra hoje é muito difundida, em parte graças ao trabalho de Däniken. Mesmo com diversas explicações científicas muito bem fundamentadas para a existência das tecnologias dos africanos, nativos americanos, babilônios e outros povos, desenvolvidas pelos próprios humanos do período, ainda é comum ver monumentos arquitetônicos do passado e acreditar que os humanos “primitivos” não poderiam ter construído obras tão grandes e complexas nem ter desenvolvido conhecimentos, utilizados até os dias atuais, sem ajuda extraterrestre.

Antes de falarmos sobre o programa *Alienígenas do Passado* em si, é importante apresentar o History Channel. O canal

Foi lançado no início de 1995 como uma descendência da rede Arts & Entertainment, com onze anos (A&E). Nos anos seguintes, o History Channel tornou-se cada vez mais uma parte padrão dos pacotes básicos de cabos, tanto nos Estados Unidos como no Reino Unido. Emergindo com a crescente proliferação de estações a cabo que começou na década de 1980, o History Channel juntou-se à constelação de estações dedicadas ao entretenimento especializado de não-ficção não noticiosa para públicos específicos, incluindo natureza (Animal Planet), jardinagem (Home & Garden Network), Travel Channel e canais de documentários generalizados como Discovery e The Learning Channel (TLC) (TAVES, 2000, p. 7, tradução minha).

De acordo com Márcio Souza Gonçalves, o History Channel

comporta em seu nome um certo compromisso com a verdade. Com presença em vários meios diferentes além da TV por assinatura, assim se apresenta no seu canal Youtube: "Bem-vindo ao canal oficial do HISTORY no Youtube, o principal destino de séries, documentários e produções originais que conectam os espectadores à história de maneira informativa, envolvente e divertida, em todas as plataformas". A página no Facebook indica uma comunidade de cerca de 43 milhões de pessoas (GONÇALVES, 2019, p. 60).

O canal apresenta documentários originais, minisséries especiais e filmes ditos históricos em sua programação. De início, em seu cerne, o *History* talvez tivesse como objetivo aumentar a conscientização, incentivar e promover uma educação histórica, pelo menos é o que nos diz a consultora histórica da *A&E Television Networks* e do *History Channel* em uma reportagem de outubro de 1995⁹. Porém, atualmente o canal tem como principais fontes de audiência programas com temas contemporâneos de interesse duvidoso como leilões de itens raros (nem sempre) em lojas de penhores, competições de ferreiros e, nosso foco aqui, um programa que coloca alienígenas no centro da história humana, ou seja, muitas histórias e muito pouco sobre História.

⁹ Em uma reportagem do mesmo ano do lançamento do *History Channel* podemos perceber a ideia inicial do canal e como sua programação original tinha um foco voltado bastante para a educação. Disponível em <https://www.historians.org/research-and-publications/perspectives-on-history/october-1995/the-history-channel-and-history-education>. Acesso em 19 jan. de 2024.

É através dos programas do *History* que uma grande parte do público geral tem contato com informações históricas, e ela (a História) “está disponível todos os dias na televisão através da programação no *The History Channel*” (TOPLIN; EUDY, 2022, p. 7, tradução minha). Mais do que isso, muitos dos telespectadores ainda acreditam que ao assistirem o canal, estarão aprendendo a “verdadeira História”, honesta e científica, aquela que seu professor de História está escondendo e não quer que você saiba, mesmo que estejam apenas vendo um norte-americano descobrindo, em uma loja de penhores, quanto vale seu tinteiro que está na família há décadas ou dois ferreiros que tentam recriar uma espada usada pelos cavaleiros templários para ganhar uma premiação em dinheiro.

Diferente de quando assistem a um filme historicamente construído, quando se trata de documentários históricos, o público em geral não costuma olhar para a narrativa histórica como uma construção: encaram-na como verdade e não reconhecem a perspectiva ideológica carregada de valor presente na maioria dos audiovisuais do estilo documentário. Documentários geralmente são vistos como fontes objetivas e neutras de informação histórica, ou seja, são frequentemente tratados com a mesma reverência dada às fontes históricas primárias. Nesse sentido Jurandir Malerba alerta que

O público de história se expandiu vertiginosamente nos últimos anos, para muito além do público consumidor de livros – inclusive de livros de história popular. Mas ainda resta uma longa zona cinzenta em torno do conceito de história pública. A história é “pública” porque sua produção saiu da tutela acadêmica e passou a ser largamente praticada, produzida por leigos, amadores, diletantes? Ou ela é pública pela dimensão da audiência que é capaz de atingir – e que cresceu exponencialmente nas últimas três décadas? Tanto uma coisa quanto a outra – a alteração do perfil do produtor de história e a expansão vertiginosa do seu público consumidor – se explicam em grande parte pelo surgimento de novas mídias, particularmente a internet (MALERBA, 2017, p. 141).

Seguindo nessa esteira, queremos muito saber de onde viemos e onde estão nossas raízes. Visitar e aprender sobre o passado é em grande parte uma forma de compreender o presente. É interessante estudar sobre outros povos

e sociedades, como se organizavam e que tabus respeitavam. Assim, a História produzida pelo profissional acadêmico treinado na universidade deve chegar aos olhos e ouvidos da população, temos que ter em mente que esse é um dos deveres do/a historiador/a.

Dito isto, também devemos destacar um ponto importante deste polêmico canal (*History Channel*): o aumento do público não acadêmico que busca se interessar por História, visto que, cada vez mais, as mídias digitais estão se tornando as principais responsáveis pela circulação do conhecimento histórico. Em um trabalho publicado em 2003, Robert Brent Toplin diz que esse tipo de produção (documentários, filmes, etc.) abriu um vasto campo de pesquisas para historiadores. Segundo ele

Visitantes de reuniões anuais das principais associações históricas podem escolher entre uma variedade de seções que apresentam discussões sobre filmes ou exposições. Muitos vídeos e DVDs estão disponíveis para historiadores públicos e instrutores, e canais de televisão como The History Channel e PBS Television Broadcast lançaram uma variedade de documentários e filmes de Hollywood (TOPLIN, 2003, p. 79-80, tradução minha).

Logo, ainda que “às avessas”, para o bem ou para o mal, o *History* faz um notório trabalho de História pública. Fica então a questão: “Qual é o papel possível do historiador profissional nessa dimensão da história pública atrelada à esfera midiática e às demandas sociais?” (OGASSAWARA; BORGES, 2019, p. 42). Acredito que a resposta, ao menos uma das possíveis, seja estar atento a essas novas demandas do tempo presente: ocupar os espaços da *Internet*, não necessariamente produzindo os conteúdos, mas avaliando as produções de nossos pares, e divulgando-as e fazendo-as circular entre o grande público, seja positiva ou negativamente.

Quanto ao programa *Alienígenas do Passado*, podemos ler no famoso e polêmico site *Wikipédia* que “a série é criticada por ser pseudocientífica e pseudo-histórica”¹⁰. Sendo assim, nos tópicos a seguir trago a análise

¹⁰ Ancient Aliens. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ancient_Aliens. Acesso em 19 jan. 2024.

específica dos episódios “Mistérios da Esfinge” e “Segredo das Múmias”. De antemão, podemos notar a utilização de títulos sensacionalistas que, como defende Napolitano, são “muito utilizados em pseudodocumentários e vídeos de divulgação em redes sociais, mas também em artigos e livros de divulgação” (NAPOLITANO, 2021, p. 97). Estes episódios tratam de questões referentes à história do Egito e para analisar seus discursos potencialmente negacionistas e/ou revisionistas refletimos sobre como o programa se “enquadra” no que entendemos como uma teoria da conspiração.

Mistérios da esfinge¹¹

Neste episódio, que foi ao ar em novembro de 2014, como o próprio nome já entrega, os “teóricos dos antigos astronautas” tratam de pensar teorias que expliquem os mistérios por trás da majestosa esfinge de Gizé, no Egito, desde sua origem e o motivo de sua construção. Logo no início do episódio, servindo como uma introdução, o narrador já indaga: “A grande esfinge de Gizé talvez seja o monumento mais misterioso da Terra, mas se resolvermos seus enigmas, será que acharemos a prova definitiva de que nossos antepassados foram visitados por seres extraterrestres?” (HISTORY CHANNEL, 2014, 0’30”).

Evidentemente, a narrativa já começa mostrando o caminho que o episódio vai seguir, tentando ligar os mistérios da esfinge aos “antigos astronautas” e, em diversos momentos, pessoas com título acadêmico são citadas ou dão depoimentos em prol dessa narrativa, “o que dá credibilidade ao que se apresenta no vídeo” (GONÇALVES, 2019, p. 63). Em um momento, ainda nos minutos iniciais, o narrador traz uma comparação entre duas imagens, o “Olho de Luz do Senhor”, encontrado em uma lápide em frente da esfinge, e o “disco de Aton”, encontrado em uma gravura junto ao faraó

¹¹ Importante ressaltar que as transcrições, que aparecem a seguir, foram feitas a partir de episódios dublados em português. Logo, podem não estar fiéis às falas originais.

Akhenaton, e questiona se ambos descrevem o mesmo objeto, “se for assim, teria a civilização egípcia sido dirigida por seres extraterrestres que usaram a esfinge como meio de comunicação?” (HISTORY CHANNEL, 2014, 7'18"). Nessa esteira, o apresentador do programa, Giorgio A. Tsoukalos, comenta que “os egípcios falam sobre uma idade de ouro que existiu a cerca de doze mil e quinhentos anos, isso é algo que remonta há pelo menos oito mil anos antes da cronologia egípcia geralmente aceita. Nessa época, os deuses conviviam, ou andavam, com os homens” (HISTORY CHANNEL, 2014, 8'00"). Na sequência o narrador questiona

Seria esse extraordinário monumento um remanescente da idade de ouro, quando extraterrestres conviviam com humanos, como sugerem os teóricos dos antigos astronautas? Se for assim, a idade da esfinge é em milhares de anos anterior ao que estudiosos convencionais acreditam ser possível (HISTORY CHANNEL, 2014, 8'56").

Segundo Gonçalves

Esse tipo de formulação, “se assim for, então...” é frequente. Tomado rigorosamente, condiciona todos os desenvolvimentos à premissa (se assim for). Na dinâmica do vídeo, contudo, uma vez enunciado o “se assim for” a narrativa passa a operar como se assim fosse, saímos da possibilidade para a realidade, retoricamente agindo um interessante mecanismo de afirmação de uma verdade anteriormente apenas possível (GONÇALVES, 2019, p. 63).

Ou seja, a narrativa procura nos direcionar, a partir de duas gravuras circulares, a uma possibilidade real de que os alienígenas estariam presentes na construção de monumentos e interferido em decisões de faraós do Antigo Egito. Estes teóricos já têm a sua verdade estabelecida, como dito anteriormente quando conceituado o revisionismo ideológico/apologético. Em momento algum o programa traz os problemas ou contrapontos às suas teorias. Essa falta de divergência é uma forte estratégia discursiva para persuadir o público.

Um dos principais focos para testar sua teoria é a questão da cabeça da esfinge. Conforme o discurso do programa, “teóricos dos antigos astronautas dizem que a esfinge não foi construída por Quéfren, como sugerem historiadores convencionais. Dizem que a esfinge precede a era dos

faraós, e propõem que a verdadeira cabeça desapareceu há milhares de anos" (HISTORY CHANNEL, 2014, 13'13"). Giorgio A. Tsoukalos diz que "muita gente vem sugerindo, inclusive pesquisadores, que a cabeça atual, que está no corpo da esfinge, é pequena demais para ser proporcional ao corpo" (HISTORY CHANNEL, 2014, 13'56"). Como já comentado, dizer que supostos pesquisadores estão ajudando a construir essa polêmica versão da história acaba por deixar os telespectadores mais seguros sobre o conteúdo que estão consumindo. Robert Temple (apresentado no programa como o autor de *The Sphinx Mystery*) sugere ainda que, na verdade, a cabeça seria de um cão, logo, a esfinge representaria Anubis – uma espécie de deus guardião da necrópole sagrada, segundo os egípcios – assim, Gizé seria uma necrópole sagrada. Segundo o programa, os "Teóricos dos antigos astronautas dizem que esse deus [Anúbis] foi um ser real, que visitou nosso planeta em tempos remotos" (HISTORY CHANNEL, 2014, 17'10").

Na segunda metade do episódio, os "Teóricos dos antigos astronautas" tentam responder o porquê de a grande esfinge ser construída. Robert Bauval (apresentado no programa como o autor de *Secret Chamber Revisited*) defende que a necrópole de Gizé foi um projeto planejado, que "não foram os faraós que vieram meio por acaso e construíram a esfinge" (HISTORY CHANNEL, 2014, 18'47"). O programa, então, levanta a seguinte questão: "Será possível que a esfinge e as pirâmides foram projetadas para funcionar juntas? Teóricos dos antigos astronautas dizem que sim, e sugerem que uma prova está em um túmulo recentemente descoberto" (HISTORY CHANNEL, 2014, 19'07"). O túmulo em questão seria do deus Osíris, que ficaria em uma câmara funerária a cerca de 60 metros da esfinge. O programa segue com a seguinte teoria:

A maioria dos estudiosos acha que Osíris é um ser mítico e que a tumba é meramente simbólica. Mas os teóricos dos antigos astronautas sugerem que não só Osíris foi real, mas o sarcófago de 2,80m traz evidências da intervenção extraterrestre no passado. [...] A ideia de um sarcófago que não tem múmia dentro, sugere a possibilidade de teletransporte, e a possibilidade de transmutação do corpo físico,

sugere que talvez quem construiu o monumento e as câmaras subterrâneas podia sair completamente da nossa realidade (HISTORY CHANNEL, 2014, 21'07").

Dessa forma, sem qualquer embasamento histórico, apenas com as informações simples de que existem três pirâmides, uma esfinge e um túmulo vazio, o programa chega a teoria de que os egípcios antigos, ou pelo menos os antigos deuses astronautas, poderiam teletransportar seus corpos. Os "teóricos dos antigos astronautas" seguem, usando o manjado argumento de que "muitos pesquisadores dizem" – sem citar pesquisadores nem pesquisas – , defendendo que as pirâmides do Egito são, na verdade, sofisticadas usinas de força. O programa provoca: "Você se pergunta se as próprias pirâmides não foram criadas para gerar enormes quantidades de energia. Energia usada para abrir os portais estelares" (HISTORY CHANNEL, 2014, 23'16"). Isso é o que Napolitano chama de "linguagem especulativa em excesso" (NAPOLITANO, 2021, p. 97), ou seja: não há nenhuma apresentação de argumentos, autores ou evidências contrários à tese defendida, "o que é apresentado vem sempre confirmar o que se sustenta, sem que qualquer reflexão crítica seja realizada" (GONÇALVES, 2019, p. 72). Logo, para estes teóricos, complexos arquitetônicos erguidos por mãos africanas negras, seriam grandes dispositivos tecnológicos que funcionam como teletransporte para outros mundos, mesmo que nunca tenham sido encontrados, de fato, nenhum resquício de tecnologia super avançada na região, nem um tipo de bobina, bateria, motor, combustível, ou seja, lá o que é necessário para criar uma máquina de teletransporte. Mas para eles, isso é apenas um detalhe não tão importante, claro.

As teorias não param por aí. O episódio nos apresenta, ainda, Edgar Cayce, um suposto médium estadunidense da primeira metade do século XX, que dizia ter sido, em outra vida, um sacerdote no Egito Antigo e, que estaria diretamente ligado à construção da esfinge (HISTORY CHANNEL, 2014, 26'25"). Cayce teria feito, segundo diz o narrador, dezenas de comentários sobre a

esfinge, relacionando ela a uma antiga civilização, o continente perdido de Atlântida (HISTORY CHANNEL, 2014, 27'58"). Novamente, sem o embasamento de um pesquisador renomado ou fonte confiável, chegam à conclusão de que Atlântida existiu e a esfinge é remanescente desta antiga civilização, logo Atlântida estaria ligada aos antigos alienígenas. Jonathan Young (apresentado no programa como *Founding Curator, Joseph Campbell Archives*) conta que Cayce uma vez sonhou com uma câmara secreta embaixo de uma pata da esfinge que continha os registros perdidos dessa civilização (HISTORY CHANNEL, 2014, 29'12"). Na década de 1970, um grupo de exploração foi até o Egito, com o propósito de localizar alguma câmara secreta sob a esfinge. Evidentemente nada foi encontrado, pois, segundo o programa, "o grupo foi detido no último minuto pelo exército egípcio" (HISTORY CHANNEL, 2014, 30'08"). Aqui, podemos perceber uma das características basilares das teorias da conspiração: a intervenção do exército. Para o programa tal situação pode servir como argumento de que o governo/sistema estaria acobertando algum conhecimento ou projeto oculto.

Por fim, na reta final do episódio, somos levados até Marte (sim, o planeta vermelho), através de imagens da sonda *Pathfinder* na década de 1990. O narrador aponta que, entre essas imagens, há uma que "alguns dizem ser igual à formação do planalto de Gizé, incluindo o que parece ser uma esfinge" (HISTORY CHANNEL, 2014, 33'10"). Começa mais uma mentira apoiada em uma meia verdade (NAPOLITANO, 2021), pois embora as imagens apresentadas aos telespectadores sejam de algumas formações rochosas e de montanhas ao fundo, elas em nada lembram as pirâmides de Gizé ou a esfinge. Giorgio A. Tsoukalos argumenta que "alguns propuseram que era uma imagem espelho do planalto de Gizé em Marte e que, portanto, Marte deve ter sido habitado e, é por isso que temos em Marte estruturas de origem artificial" (HISTORY CHANNEL, 2014, 33'50"). Nota-se que substantivo

“alguns” aparece com muita frequência nos discursos, talvez para fazer parecer que existem muitas pessoas que compartilham desses pensamentos, o que cria uma espécie de “conforto” nos teóricos da conspiração.

David Childress (apresentado no programa como autor de *Technology of gods*) acrescenta que “se fossemos a Marte e encontrássemos alguma civilização, ela deveria ser subterrânea, e você se pergunta se essa esfinge marciana não estaria guardando algum mundo subterrâneo similar ao mundo subterrâneo de Gizé como sabemos que existe aqui” (HISTORY CHANNEL, 2014, 35'10"). Sabemos? Tal afirmação, dita com tanta convicção, somado ao rico material audiovisual, dotado “de um efeito de realidade intenso” (OGASSAWARA; BORGES, 2019, p. 51) pode ser uma forte artimanha para convencer o público consumidor do programa a aceitar a narrativa enganosa como verdadeira.

Em resumo, usando a figura da esfinge de Gizé como eixo, o episódio busca comprovar que alienígenas, há milhares de anos, estiveram em contato com a humanidade no norte da África, sendo, eles (os *aliens*), os deuses do panteão do Antigo Egito e sendo as pirâmides, e a própria esfinge, monumentos altamente tecnológicos que serviriam como fonte de energia para esses deuses/alienígenas se teletransportarem para outros lugares da galáxia. Prova disso, segundo nossos “teóricos dos antigos astronautas”, seriam um texto escrito por um suposto médium na primeira metade do século passado sobre a esfinge e sobre Atlântida, além de imagens de uma sonda espacial que mostrava uma paisagem supostamente parecida com a planície de Gizé.

Segredos das múmias

Este episódio tem como tema central o processo de mumificação, em diferentes lugares e épocas distintas, porém, analisei especificamente as narrativas acerca da mumificação no Antigo Egito abordadas no programa.

Como o narrador nos diz “apesar dos egípcios não serem a única cultura antiga a mumificar seus mortos, nenhuma outra cultura foi tão longe para preservar o corpo e assegurar a entrada na próxima vida” (HISTORY CHANNEL, 2014, 7'33”).

O capítulo segue, indagando como os egípcios chegaram ao complexo processo da mumificação, visto que, de acordo com o narrador, “apesar de os arqueólogos descobrirem muita coisa sobre a preparação das múmias, os egípcios não deixaram textos com instruções ou modos de fazer” (HISTORY CHANNEL, 2014, 8'57”). David Childress, então, parte para a narrativa que ligaria o povo egípcio aos alienígenas quando aponta que esse processo (mumificação), no Antigo Egito, “muitas vezes, se relaciona com a estrela Sirius, da constelação do cão maior e, os direitos à mumificação eram fiscalizados por Anúbis, um deus com cabeça de chacal” (HISTORY CHANNEL, 2014, 10'16”). O autor indaga então “se Anúbis não seria um deus físico extraterrestre” (HISTORY CHANNEL, 2014, 10'32”).

Na sequência são levantadas para o público as seguintes questões: “será que a crença no além, dos antigos egípcios, foi influenciada por visitantes extraterrestres? Será que aprenderam o processo de mumificação desses visitantes? E se for assim, qual era a intenção deles?” (HISTORY CHANNEL, 2014, 11'13”). Novamente apresenta-se o “se for assim”, agindo como um mecanismo para confirmar “uma verdade anteriormente apenas possível” (GONÇALVES, 2019, p. 63). Assim como no caso da esfinge, no exemplo anterior, a teoria de uma interferência alienígena em tempos mais remotos é inventada para dar conta de um “mistério” que, na verdade, não existe. Trata-se de um recurso discursivo usado para convencer os telespectadores de algo, no caso, de que os povos antigos não ocidentais não possuíam capacidade cognitiva de imaginar, criar e produzir conhecimento.

Segundo a lógica apresentada por Childress e demais interlocutores do programa, se um assunto é complexo, basta ligar ele a uma narrativa intergaláctica a fim de “inventar” uma resposta. Esses discursos tentam “se passar por científicos, mas, na verdade são falseadores da crítica, da descoberta da verdade e da reflexão” (NAPOLITANO, 2021, p. 97). A explicação simplória de que a humanidade aprendeu o processo de mumificação com alienígenas ou, simplesmente, “a não explicitação pode eventualmente ser uma estratégia de persuasão” (GONÇALVES, 2019, p. 66). Como já foi visto, esse tipo de narrativa negacionista e revisionista é bastante comum quando se trata da história dos povos africanos, principalmente povos antigos, como é o caso dos egípcios com os casos das pirâmides, da esfinge e do processo de mumificação.

A figura do faraó Akhenaton é usada, neste episódio, para reforçar a versão dos “teóricos dos antigos astronautas” sobre a mumificação dos antigos egípcios. Em 1891, um arqueólogo italiano teria, segundo o programa, ido até a cidade sagrada de Amarna e “explorado um túmulo construído para o faraó Akhenaton, mas não acha evidências de sua múmia” (HISTORY CHANNEL, 2014, 25'22"). “O interessante é que os egiptólogos tinham certeza de que encontrariam Akhenaton naquele túmulo, mas não encontraram” (HISTORY CHANNEL, 2014, 25'40"), aponta Giorgio A. Tsoukalos. Um túmulo sem um corpo, como vimos no exemplo anterior, para essas pessoas, só pode significar uma coisa: alienígenas. Continua a voz que narra o programa:

O que aconteceu a esse líder revolucionário depois de sua morte é tão misterioso quanto o próprio faraó. Ele nunca foi enterrado em seu túmulo ou terá sido retirado de lá? Akhenaton governou de 1353 a.C até sua morte, dezessete anos depois. Seu reino foi marcado pela controvérsia, porque ele abandonou o panteão dos deuses egípcios e exigiu que seus súditos venerassem o deus sol, Aton (HISTORY CHANNEL, 2014, 25'55").

Segundo David Wilcock (apresentado no programa como autor de *The Synchronicity Key*), “Aton foi uma coisa que ele viu no céu entre duas montanhas, e que o inspirou a criar a cidade sagrada de Amarna. Por seu

aspecto típico, Aton deve ser o sol, mas é totalmente possível que o que Akhenaton viu foi, na verdade, uma nave extraterrestre" (HISTORY CHANNEL, 2014, 26'35"), assim, o faraó teria tomado suas decisões sobre a forma de governar o Egito a partir de um encontro com os "antigos astronautas".

A palavra "possível", na fala de Wilcock, demonstra uma estratégia que Gonçalves chama de "realidade da possibilidade" (GONÇALVES, 2019, p. 73).

Segundo ele, esta estratégia

Consiste em demonstrar que algo é possível, o que não é difícil, e deslizar do possível para o efetivamente realizado sem que efetivamente esse realizado tenha sido comprovado. Ocasionalmente um raciocínio inconsistente pode permitir que um possível estabelecido seja "comprovado" (as aspas indicam que se trata de uma comprovação inconsistente) por outro elemento posterior que com ele tem apenas uma aparente relação (GONÇALVES, 2019, p. 73).

Em síntese, ao analisarmos os mecanismos de persuasão existentes nesse produto de comunicação em massa, constatamos que há menos argumentos plausíveis e lógicos e mais atos de escárnio argumentativo, cheios de brechas e saltos desarrazoados. Porém, carregado de recursos imagéticos (e discursivos) que têm o poder de provocar e influenciar grandes públicos, pois são as imagens que guardamos na memória com mais facilidade. Ficando assim, nítida a postura adotada pelo programa para induzir os telespectadores a abraçarem suas teorias sobre determinados fenômenos, neste caso, a arte da mumificação e o "desaparecimento" de um faraó de seu suposto túmulo e sua relação com os antigos astronautas/alienígenas.

Considerações finais

Este trabalho objetivou se somar aos estudos referentes ao crescente campo da História Pública, partindo de uma ousada pesquisa sobre negacionismo, revisionismo ideológico, *fake news* (trio que resolvi chamar de "os cavaleiros do apocalipse") e teorias da conspiração para, então, entender como a História Pública pode ser utilizada a fim de contribuir para

quebrar estereótipos, acabar com discursos recheados de preconceito e abrir discussões no que se refere à História da África.

Desta maneira, iniciei trazendo diversos autores e autoras que se propuseram a pensar História Pública como suporte teórico, com o propósito de dar sustentação às respostas que encontrei para as perguntas iniciais e ao problema de pesquisa proposto. Ademais, analisar os três cavaleiros do apocalipse foi essencial para esse estudo, pois cheguei à conclusão de que estes são os grandes vilões da ciência, sobretudo, da ciência histórica. Estes “agentes do caos” são conhecidos por rejeitarem pesquisas científicas consolidadas (sobretudo as historiográficas) e pela distorção de determinados fatos ou eventos e, após isso, fazer com que estas verdades deturpadas se disseminem tão rápida e perigosamente quanto um vírus, tendo como um dos seus graves sintomas, as teorias da conspiração.

Território vasto, dotado de povos diferentes e rico culturalmente, o continente africano é um dos principais alvos destas distorções. As falácias sobre a África não são, como vimos, questões recentes. No século XVI um viajante inglês teria descrito um povo africano como monstros sem cabeça, o filósofo Hegel, no século XIX, já escrevia que os africanos não eram civilizados o suficiente, portanto eram seres sem história e, nos dias de hoje vemos escancaradamente, na internet e na televisão, discursos sugerindo que humanóides interplanetários influenciaram ou orquestraram fenômenos na África. Como se já não bastasse a visão etnocêntrica – que trata as populações africanas como selvagens, primitivos e ingênuos que se impressionam com a cultura do branco ocidental “civilizado” – ainda precisamos lidar com grupos que defendem que os africanos precisaram, em tempos remotos, da tutela dos antigos astronautas para desenvolver sua cultura. Para comprovar meus argumentos, apresentei dois episódios do programa “Alienígenas do Passado”, para perceber os discursos utilizados para (des)construir a História da África, mais precisamente do Antigo Egito.

Conteúdos instigantes, como a construção das três famosas pirâmides do Egito, a Esfinge de Gizé e o processo de mumificação, comumente aparecem em debates ligados à ufologia e às teorias da conspiração. Assim, foi crucial que trouxesse esses assuntos para discussão, para pensarmos como programas de comunicação fazem uso desses temas para convencer seu público a abraçar suas crenças.

Referências bibliográficas

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. Fake News na história: uma bibliografia comentada. (Bibliografia Comentada). *Café História*, 2020. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/fake-news-na-historia>. Acesso em: 15 out. 2022.

_____. Fake news: do passado ao presente. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla. *Novos combates pela história, desafios, ensino*. São Paulo: Editora Contexto, 2021, p. 147-174.

_____. História Pública e redes sociais na internet: elementos iniciais para um debate contemporâneo. *Revista Transversos*. Rio de Janeiro, v. 07, n. 07, 2016, p. 35-53. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/25602>. Acesso em: 15 out. 2022.

CASTRO, Ricardo Figueiredo de. Teorias da Conspiração: conceito, história e as suas associações com as fake News (Artigo). *Café História – história feita com cliques*. 2020. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/fake-news-teorias-da-conspiracao-dicursos-de-odio/>. Acesso em: 15 out. 2022.

DANIKEN, Erich von. *Eram os Deuses Astronautas?* São Paulo: Companhia Melhoramentos, 2000.

FICO, Carlos. Quem escreve a História: a qualificação do historiador. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla. *Novos combates pela história, desafios, ensino*. São Paulo: Editora Contexto, 2021, p. 25-50

FUNARI, Pedro Paulo. Anacronismos e apropriações. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla. *Novos combates pela história, desafios, ensino*. São Paulo: Editora Contexto, 2021, p. 115-146.

GONÇALVES, Márcio Souza. Foram os aliens: comunicação de massa e verdade. *Libero*. Bela Vista, n. 44, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/1082/1030>. Acesso em: 15 out. 2022.

HARARI, Yuval Noah. *21 lições para o século 21*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 37, n. 74, 2017, p. 135-154. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/LHTGChGvyDBCdzDk33k4WgM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 out. 2022.

MARTINS, Leonardo Breno. Extremistas religiosos, terraplanistas, alienígenas e além: a dinâmica da espiral ascendente de complexidade na formação de crenças e experiências contraintuitivas. *Numen: Revista de estudos e pesquisa da religião, Juiz de Fora*, v. 21, n. 2, jul./dez. 2018, p. 129-144. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/article/view/22156>. Acesso em: 15 out. 2022.

MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 62, dez. 2015, p. 20-31. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rieb/a/WxGPWdcytJgSnNKJQ7dMVGz/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 out. 2022.

NAPOLITANO, Marcos. Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla. *Novos combates pela história, desafios, ensino*. São Paulo: Editora Contexto, 2021, p. 85-114.

OGASSAWARA, Juliana Sayuri; BORGES, Viviane Trindade. O historiador e a mídia: diálogos e disputas na arena da história pública. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 39, n. 80, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/FKyMw5pFhRdL5jbRCYB6fnD/?lang=pt>. Acesso em: 15 out. 2022.

PINSKY, Jaime. *Por que gostamos de História*. São Paulo: Contexto, 2013.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. A História contra-ataca. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla. *Novos combates pela história, desafios, ensino*. São Paulo: Editora Contexto, 2021, p. 9-24.

SOUZA, Rosali Fernandez de; DUARTE, Rodrigo Almeida. Sobre fake news e fake History. *Revista Mídia e Cotidiano*, v.15, n.3, 2021, p.321-338. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/50671>. Acesso em: 15 out. 2022.

TAVES, Brian. The History Channel and the Challenge of Historical Programming. *Film & History: An Interdisciplinary Journal of Film and Television Studies*, v. 30, n. 2, 2000, p. 7-16. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/400651/pdf>. Acesso em: 19 jan. 2024.

TOPLIN, Robert Brent. Cinematic History: Where Do We Go From Here?. *The Public Historian*, v. 25, n. 3, 2003, p. 79-91. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.1525/tph.2003.25.3.79>. Acesso em: 26 jan. 2023.

TOPLIN, Robert Brent; EUDY, Jason. The Historian Encounters Film: A Historiography. *OAH Magazine of History*, v. 16, n. 4, Film and History, 2002), p. 7-12. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/25163542>. Acesso em: 26 jan. 2023.

AS REVISTAS ACADÊMICAS DE HISTÓRIA E A PANDEMIA: NOVOS PÚBLICOS E DIVERSOS OBJETOS

Raquel Silveira Martins¹

Resumo: As revistas acadêmicas de História são o mote desse artigo que busca compreender de que forma a pandemia da COVID-19 entre 2020 e 2021 impulsionou a presença desses periódicos nas redes sociais digitais. Para tanto, foram analisadas as redes das revistas classificadas como A1 pelo sistema Qualis Capes na área de História através de busca ativa de perfis oficiais no *Facebook* e *Instagram* e posterior análise dos dados quantitativos em programa de tabelas e fórmulas. Mais que apontar dados quantitativos, o artigo busca nuances de uso das redes pelas revistas considerando assim postagens, comentários e links como fontes históricas. Demonstra-se que as revistas vêm usando o potencial das redes para divulgação de suas publicações e construção de novas formas de discussão e diálogo com a comunidade de leitores-autores que congrega. O contexto pandêmico potencializa essa produção através da utilização de ferramentas como os recursos de *live*, da possibilidade de mais tempo e engajamento nas redes, bem como pela oportunidade de se aproximar de um público interessado, mas distante geograficamente. Ressalta-se ainda que a produção das revistas voltada às redes sociais desenvolve formas de comunicação que amplia o público leitor e interessado nas pesquisas acadêmicas de História.

Palavras-chave: Redes Sociais Digitais; Pandemia COVID-19; Publicações Acadêmicas.

ACADEMIC HISTORY JOURNALS AND THE PANDEMIC: NEW AUDIENCES AND VARIOUS OBJECTS

Abstract: Academic History journals are the motto of this article, which seeks to understand how the COVID-19 pandemic between 2020 and 2021 boosted the presence of these journals on digital social networks. To this end, the networks of magazines classified as A1 by the Qualis Capes system in the area of History were analyzed. More than pointing out quantitative data, the article seeks nuances in the use of networks by magazines, thus considering posts, comments and links as historical sources. What is demonstrated here is that magazines have been using the potential of networks to publicize their

¹ Doutoranda em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Contato: raquel.silveira@aluno.ufop.edu.br.

publications and to build new forms of discussion and dialogue with the community of reader-authors that they bring together. The pandemic context enhances this production through the use of tools such as live resources, the possibility of more time and engagement on networks, as well as the opportunity to get closer to an interested audience, but geographically distant. It is also noteworthy that the production of magazines aimed at digital social networks develops forms of communication that expand the readership and interest in academic History research.

Keywords: Digital Social Networks; COVID-19 pandemic; Academic Publications.

Introdução: uma pandemia em pleno século XXI

O que está acontecendo em 2020? Quem pode nos explicar? Quem poderia indicar o que nos espera nos próximos meses? O que foi mesmo que nos aconteceu nos últimos dias?

Em 18 de setembro de 2020 em texto publicado pela FioCruz² os questionamentos da historiadora Dominichi Miranda de Sá entrelaçavam a perplexidade diante de uma sucessão de acontecimentos em um ano que chocava as perspectivas de presente, passado e futuro. Há ainda intrinsecamente o alerta de que o tempo – pelo menos aquele – não poderia mais ser analisado em grandes intervalos diante da sequência de episódios que atropelara os meses e a própria noção de dias que mais do que um presente amplo, suscitavam um interminável encadeamento de dias iguais.

Segundo a Organização Pan-americana de Saúde³, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada em dezembro de 2019 sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, na China. Poucos dias depois, 07 de janeiro de 2020, as autoridades chinesas confirmaram que haviam detectado um novo tipo de coronavírus. Já no final de janeiro (30/01/2020) o surto foi classificado como uma Emergência de Saúde Pública de Importância, o mais

² <https://www.coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/1853-especial-covid-19-os-historiadores-e-a-pandemia.html>. Acesso em 15 jan. 2024. Esse texto e outros tantos foram depois organizados em livro.

³ <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19> Acesso em 14 jan. 2024.

alto alerta da OMS. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada como uma pandemia, termo que se refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade.

Naquele março de 2020 a maioria dos brasileiros desconhecia o conceito de pandemia, afinal a última vez que a Organização Mundial de Saúde havia usado esse termo fora em 2009 quando da pandemia da gripe H1N1 que graças a menor taxa de transmissão do vírus associada a esforços imediatos do governo brasileiro não impactou demasiado no contexto social e econômico do país⁴. No entanto, logo essa palavra junto a conceitos como *lockdown*, isolamento e variante se tornaram rapidamente comuns, como relembra Dominichi de Sá sobre aquele primeiro semestre de 2020:

Houve uma corrida aos mercados em diversos países, para estocamento de alimentos, pois imperativos como “achatamento da curva epidemiológica”, com vistas à preparação dos sistemas de saúde para o recebimento gradativo de pacientes graves, “isolamento social”, “distanciamento social”, “quarentena” e “lockdown” ganharam as páginas de veículos diversos de informação. Também se tornaram decretos governamentais e esvaziaram as ruas do planeta. Estima-se que em torno de 3 bilhões de pessoas tenham entrado em quarentena no mundo nos primeiros meses da doença. Construção de hospitais de campanha, lavagem das mãos com sabão, uso intensivo de álcool gel para higienização diversa de compras e produtos, recebimento de fake news por WhatsApp, etiqueta respiratória e rígidos limites para aglomerações tornaram-se parte da vida cotidiana.⁵

As medidas sanitárias de mitigação da crise incluíam cuidados de higiene pessoal – lavagem das mãos com sabão, higienização com álcool em gel e uso de máscaras – e principalmente, de forma coletiva, controle de aglomerações, bem como distanciamento. A necessidade de diminuir a circulação de pessoas – e evidentemente do vírus que é transmitido também por infectados assintomáticos – levou a medidas de quarentena e *lockdown*⁶.

⁴ <https://cee.fiocruz.br/?q=node/1314> acesso em 14 de jan. de 2024.

⁵ <https://www.coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/1853-especial-covid-19-os-historiadores-e-a-pandemia.html> Acesso em 12 jan. 2024.

⁶ Sobre os termos de forma bastante simples e sucinta ver especialmente o informativo da Universidade Federal da Fronteira Sul. (UFFS, 2020, p.5)

Escolas e universidades foram fechadas, eventos e festas populares cancelados, toda sorte de encontro que incluísse o contato de mais pessoas foi quase instantaneamente evaporado.

Uma reflexão pequena, mas importante do professor Trazíbulo Henrique (2020) enriquece pensar esse período. O termo “isolamento”⁷ que antes designava uma orientação médica voltada aos pacientes doentes acabou sendo traduzida e várias vezes replicada como “isolamento social” indistinguível entre doentes e não-doentes. O termo passou a designar o modo de vida naqueles tempos pandêmicos.

No entanto, recordando o envio do primeiro email em 1971 que inaugurou o uso da @, Henrique (2020) assinala que o termo não é correto, afinal o isolamento era físico e não social, ao contrário, pois atitudes de viés social e/ou profissional “promoveram um grande espalhamento social, aqui na acepção de difusão social, irradiação social e alastramento social.” (HENRIQUE, 2020, p.6)

A autorização para consultas em telemedicina; as recomendações de que as crianças participassem online de interações com familiares através do uso de tecnologia⁸ ou ainda um cortejo com a imagem do Senhor do Bonfim em Salvador/BA demonstravam que socialmente as pessoas não estavam isoladas. Elas se conectavam de inúmeras formas que foram criadas e pensadas dentro da nova dinâmica imposta com o uso ou não da tecnologia. O receio expresso pelo professor é que o termo pudesse limitar a dimensão do espalhamento e difusão social do período. Dessa forma, tal qual o email enviado a distância que aproxima os sujeitos, a internet se descortinava como possibilidade potente de conexão com a sociabilidade.

⁷ “medida que visa separar as pessoas doentes (sintomáticos respiratórios, casos suspeitos ou confirmados de infecção pelo Covid-19) das não doentes, para evitar a propagação do vírus. O isolamento pode ocorrer em domicílio ou em ambiente hospitalar, conforme o estado clínico da pessoa.” (UFFS, 2020, p. 4)

⁸ Trata-se aqui de cartilha produzida pela prof.^a Dr.^a Patrícia Alvarenga (UFBA) para auxiliar os pais no período pandêmico, em especial o item 6 (Conectando-se com os outros). Disponível em: https://ips.ufba.br/sites/ips.ufba.br/files/dicas_pais_covid19.pdf Acesso em 12 jan. 2024

Uma vez que as escolas e universidades estavam fechadas, o trabalho e os encontros em ambientes de debates acadêmicos também foram prejudicados. No entanto, a comunidade acadêmica também não esteve isolada socialmente. Eventos, aulas e atividades diversas foram engendrados em meio ao medo da infecção, devaneios do governo federal, falta de financiamento e o desenvolvimento de habilidades nunca antes exigidas.

As revistas que são foco principal de discussão nesse trabalho são exemplo dessas práticas. O esforço para manter a excelência nas publicações é demonstrada na classificação como A1 na avaliação CAPES quadriênio 2017-2020. Após arrolar todas elas, foi empreendida uma pesquisa exaustiva sobre a presença de perfis oficiais dessas nas redes sociais *Facebook* e *Instagram*. Algumas categorias se desenharam importantes classificando as revistas como as de “perfil ativo em uma ou mais redes sociais”, posteriormente separando aquelas que desenvolveram ações voltadas ao contexto pandêmico, segmentando-as mais uma vez em “publicações nas redes”, “Dossiês/números temáticos” e “lives”. No entanto, apenas as análises quantitativas não seriam suficientes para compreender a diversidade de discussões e interações, portanto, foram analisadas todas publicações e seus pormenores – comentários, reações, layout – durante o período pandêmico⁹.

Nesse contexto, os historiadores acadêmicos também se reinventaram e o presente artigo busca lançar luzes sobre a presença das revistas acadêmicas de História no ambiente das redes sociais digitais para a aproximação e ampliação de um público leitor-autor e na construção de novos objetos de debate da pesquisa histórica.

⁹ Todas essas análises podem ser acessadas pelo leitor interessado no link a seguir: <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1uld0Hi01AHEvIHRvV0BkA2giDvLuWMURWYgPO-nxmSE/edit?usp=sharing>

A internet como uma rede -não tão nova – de possibilidades

Pereira, Marques e Ramalho (2022) acrescentam que diversas iniciativas que nasceram na comunidade acadêmica apartada pelas medidas de isolamento social físico pretendiam manter uma sensação de comunidade entre determinados grupos que haviam perdido a convivência dentro do ambiente universitário.

Importa discutir que a presença nas redes sociais desencadeia um processo de interligação entre os atores que dela participam que em última instância forma grupos sociais. Tomando aqui reflexões dos estudos de análise de redes sociais, a professora Raquel Recuerdo esclarece que:

essas tecnologias passam a proporcionar espaços conversacionais, ou seja, espaços onde a interação com outros indivíduos adquire contornos semelhantes aqueles da conversação, buscando estabelecer e/ou manter laços sociais. (RECUERDO, 2012, p.16)

A autora adverte ainda que são considerados laços sociais as conexões estabelecidas pelos indivíduos, criadas e mantidas através da conversação e interações. As redes sociais digitais são novas formas de ser “social” com impactos diferentes na sociedade contemporânea, a partir das limitações e possibilidades oferecidas no ciberespaço. Desse modo, as conversações, interações e outras formas de sociabilidade são constantemente modificadas, adaptadas, utilizando as possibilidades e características das ferramentas digitais. (RECUERDO, 2012)

Nesse sentido também é preciso ressaltar que as redes sociais – sejam digitais ou não – estão em constante transformação, sendo evidentemente dinâmicas. Tais mudanças são largamente influenciadas pelas interações assim é possível que “existam interações que visem somar e construir um determinado laço social e interações que visem enfraquecer ou mesmo destruir outro laço.” (RECUERDO, 2009, p.79)

Na esteira desse pensamento compreende-se que as revistas acadêmicas formam comunidades entre aqueles envolvidos com a

construção da publicação e os autores-leitores. Há intrinsecamente uma comunidade de leitores e escritores que produzem História e que formam laços sociais e acadêmicos através das revistas.¹⁰ As estratégias para manter essa comunidade em conexão num período de isolamento físico originaram iniciativas importantes nas redes sociais digitais. Nesse sentido vale destacar que, antes do contexto pandêmico, já havia inserção de iniciativas de história pública digital pelas revistas, no entanto, o contexto evidentemente impulsiona esse movimento, tornando-o mais diverso.

Revistas acadêmicas de História: quais?

De modo a compreender essas iniciativas dois marcadores foram essenciais:

1. Qual o período pandêmico?

Uma vez que grande parte da historiografia profissional no Brasil está ligada às universidades, o período em que as instituições de Ensino Superior ficaram fechadas decorrentes da crise sanitária da COVID-19 foram os marcos, assim apesar de entrelaçar postagens de diferentes períodos e redes sociais digitais, o que aqui é fonte primária são aquelas de março de 2020 a dezembro de 2021, respectivamente quando as universidades foram fechadas devido à crise da COVID-19 e quando as aulas voltaram a ser totalmente presenciais.

2. Quais revistas?

São inúmeras as revistas acadêmicas da área de História, usou-se um marcador reconhecido pela comunidade: o sistema Qualis de classificação de periódicos da Capes. No sistema online Sucupira são arrolados 361 registros de periódicos classificados como A1 no quadriênio 2017-2020 para a área de

¹⁰ Sobre essa questão, ver especialmente o trabalho de Wagner Geminiano dos Santos (2018).

História. Desses 36 são de revistas brasileiras que tratam especificamente de estudos na área.¹¹

A partir da enumeração dessas revistas buscou-se a presença delas em duas redes sociais - Facebook e o Instagram -. Ao todo foram encontrados 35 perfis, sendo 18 páginas no Facebook e 17 perfis no Instagram. Considerando como ativas as contas que receberam postagens depois de julho de 2023 considera-se que apenas 10 páginas no Facebook estão ativas e 14 perfis no Instagram.

Mais interessante ainda é considerar em que momento uma ou outra rede passou a ser mais usada pelas revistas acadêmicas. Observa-se assim que esses perfis nas redes foram construídos em momentos bem diferentes, como pode ser visualizado a partir dos dados do gráfico 1.

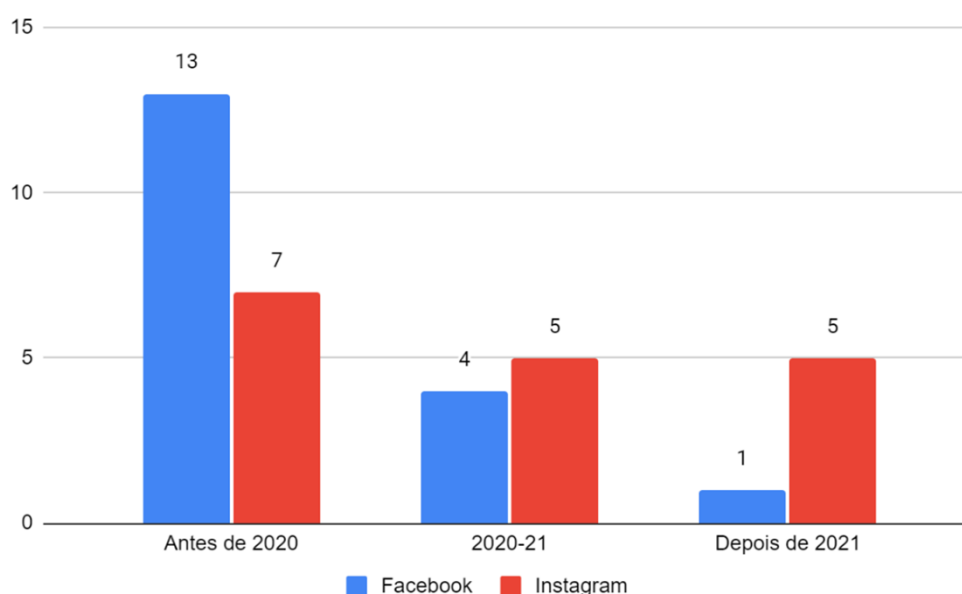


Gráfico 01: Época de entrada
Fonte: Elaborada pela autora

¹¹ Importa acrescentar que muitos periódicos arrolados inicialmente não se dedicam a publicações de História, muitos ligam-se aos estudos específicos da Geografia, outros das Artes Cênicas. Aqui foram analisados aqueles que são vinculados aos estudos historiográficos ou em periódicos que tratam também da História junto a outras áreas como Educação e Sociologia.

Os dados analisados permitem afirmar que ocupar as redes sociais digitais para congregar os usuários leitores e autores é um movimento anterior à pandemia em consonância com a recomendação da Scielo de que fosse feita a divulgação dos periódicos “nas redes sociais mais pertinentes, utilizando o *Twitter*, o *Facebook* e/ou outros sistemas” (SCIELO, 2014, p.20)

No entanto, percebe-se aqui que os anos pandêmicos foram aqueles em que as revistas modificaram a adesão a uma ou outra rede e inverte-se a criação de novos perfis. Se antes a maioria estava no *Facebook*, depois a maioria está no *Instagram*. Essa é uma tendência dos internautas brasileiros no período.¹² Em relação ao conjunto dos perfis das revistas observa-se que muitos perfis no *Facebook* apesar de existirem não são “alimentados”, enquanto no *Instagram* recebem novos posts e interações.

É o caso por exemplo da Revista Anos 90 que tem página no *Facebook* sem posts desde dezembro de 2022, mas que tem o perfil ativo no *Instagram*. A revista com maior número de seguidores em qualquer uma das redes sociais é a Revista de História da USP cujo perfil no *Instagram* foi criado em novembro de 2019, embora não há página da revista no *Facebook*.

Assim podemos afirmar que as revistas estão nas redes sociais digitais há tempo considerável, o perfil ativo mais antigo é a revista Tempo e Argumento em fevereiro de 2012, que em outubro de 2019 constrói um perfil no *Instagram* e em outubro de 2023 ativa perfil no *Spotify* lançando oito episódios de podcast com entrevistas de professores que organizaram dossiês. Assim, além de presentes nas redes sociais digitais, as revistas divulgam a produção acadêmica e também constroem novos produtos vinculados ao trabalho desenvolvido pelo periódico.

12 Apesar de relatar pesquisa vinculada ao universo do marketing digital, as observações de Silva e Cordeiro (2020) quanto ao crescimento do uso do Instagram também é percebido nessa pesquisa, pois “face a um cenário desafiador ligado à pandemia do novo Coronavírus, o uso do Instagram ampliou-se significativamente.” (SILVA; CORDEIRO, 2020, p. 153) Dessa forma, os perfis nessa rede social são sensivelmente aqueles que mais expandiram, bem como iniciativas que utilizam dessa plataforma para divulgação.

Essa afirmação fica mais clara quando analisamos os diversos perfis da tradicional Revista de História da USP nas redes sociais digitais criados em 2019 simultaneamente. A escolha da equipe editorial por ampliar as discussões através das redes sociais digitais é apresentada como uma das ações pela comemoração dos 70 anos de fundação da revista, em 2020. Em vídeo da época fixado no canal oficial no *YouTube* (@RevistadeHistoriaUSP), o então editor prof. Dr. Júlio Pimentel Pinto esclarece que

Como parte das comemorações desses 70 anos que estão chegando, estamos abrindo esse canal que vai trazer vídeos, vai trazer podcasts. Além dele, também um blog vai nascer, associado ao site da revista pra publicar textos mais ágeis, pra que a gente participe mais dos debates contemporâneos, pra que todo aquele furor de discussões que ocorrem no Brasil afora esteja presente também num movimento interno da revista. A ideia é que esses canais...vídeo, podcast, blog...sirvam para divulgar os textos da revista pra comunicar ideias e ouvir ideias...falar e ouvir. Dialogar é a palavra que está por trás dessas iniciativas novas da revista de História nos seus 70 anos. É dialogar, conversar...é abrir espaço para quem gosta de História, pra quem se interessa por história, pra quem quer conhecer mais. Frequentem, por favor, esses novos espaços. Vai ter coisa bacana aparecendo toda hora pra que a gente mantenha esse lugar, esse espaço, esse canal de diálogo.¹³

O vídeo curto, sem grandes esquemas de cenário ou roteiro, esclarece em linguagem coloquial os objetivos da revista em investir nas redes sociais digitais. Primeiramente, há a intenção de ocupar esse espaço como forma de apresentar textos menos complexos do que os densos artigos escritos por e para especialistas em História e que, por causa da dinâmica da revista, nem sempre acompanham as discussões contemporâneas no país, para tanto a equipe editorial investe na criação de um blog.

A palavra-chave para entender a posição da equipe editorial é sem dúvida: diálogo, repetida algumas vezes pelo editor. Não seria ousado afirmar que a proposta com as redes sociais é alcançar um público mais amplo e

¹³ Transcrição literal com marcas de oralidade da fala gravada do prof. Júlio Pimenta Pinto disponível em <https://youtu.be/p5qKDrLxDcQ> Acesso em 12 jan. 2024.

menos especializado. Abrir assim espaço de escuta e *fala* tanto para quem se interessa por História quanto para quem a produz.

Provavelmente o vídeo da Revista de História da USP foi produzido bem próximo temporalmente da publicação de Bruno Carvalho e Ana Paula Teixeira (2019) sobre divulgação histórica. Já no início da obra os organizadores afirmam que são poucos os historiadores que se dedicam a divulgar o próprio trabalho para o grande público. Aqueles que o fazem não tinham uma grande audiência. Afirmção mais que reafirmada ao observar o número de seguidores das revistas especializadas analisadas que no *Facebook* giram em torno de 5 mil enquanto no *Instagram* quando muito chega ao número de dois mil, com exceção da Revista de História da USP.

Entretanto, nem sempre foi assim, no século XIX a presença de historiadores em instituições de imprensa – veículos que atingiam um público maior e menos especializado – era largamente difundida através da escrita de uma gama diversa de documentos desde obituários à documentação de viagens talvez lançados em formato de livro posteriormente. É daquele século também práticas que podem ser hoje consideradas de divulgação histórica como os conhecidos concursos sobre História do Brasil do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e outros escritos. (CARVALHO; TEIXEIRA, 2019)

Carvalho (2021) assinala que apesar de existir o termo divulgação científica, o mais comum na época era o uso da expressão “vulgarização científica” que seria difundir os conhecimentos científicos para a sociedade que surgia depois da segunda revolução industrial concentrada em cidades e informada pelos meios de comunicação de massa. Vergara (2008) esclarece que o termo “vulgarização científica” usado no século XIX foi no decorrer do tempo caindo em desuso, sendo gradativamente substituído por “divulgação científica” e, por fim, considerado de forma pejorativa.¹⁴

¹⁴ Em relação às discussões linguísticas e conceituais dos diversos termos que se relacionam à noção de divulgação científica ver os trabalhos de Vergara (2008) no que tange a um

As conferências científicas do século XIX em que uma série de aulas eram ministradas por professores universitários ou acadêmicos destacados quase sempre membros de academias e comunidades científicas foram uma das principais formas de vulgarização científica da época. O formato se espalhou pela Europa, EUA e chega também ao Brasil com destaque especial para as Conferências Populares da Glória¹⁵.

No que tange ao contexto brasileiro a vulgarização científica vai ganhar novo e importante salto com o processo de modernização do mercado editorial em especial com a fundação da Companhia Editora Nacional, em 1925. A editora investiu na produção de coleções, muitas delas voltadas ao conhecimento histórico, bem como lançou sob o selo “Brasiliiana” importantes obras da historiografia brasileira escritas por Sérgio Buarque de Hollanda e Gilberto Freyre, por exemplo. (CARVALHO; TEIXEIRA, 2019)

“A ‘revolução’ editorial da companhia Editora Nacional, foi fundamental para conectar os historiadores e a sua produção com o público-leitor da primeira metade do século XX.” (CARVALHO; TEIXEIRA, 2019, p.11). Somados a novas formas de gerir e produzir livros, – como a qualidade de ilustrações, do papel e novas formas logísticas que impactaram na circulação de livros no Brasil – os negócios editoriais só se expandiram durante o século XX, embora com a presença ocasional de historiadores como constataam Carvalho e Teixeira (2019) e Perli (2021).

As iniciativas editoriais voltadas a divulgação de História que emergem no século XXI tem outro caráter. Inúmeras delas estão na verdade associadas a nichos editoriais comerciais. Nas reflexões de Jurandir Malerba (2014), junto a programas televisivos que usam de contexto histórico para emplacar

contexto de inter-relação entre Brasil e Europa, e em especial de Valentim; Orrico; Silva (2021) referentes à discussão brasileira.

¹⁵ Entre 1873 e 1898, na cidade do Rio de Janeiro, foram realizadas centenas de conferências sobre os mais variados e atuais tópicos científicos denominadas de Conferências Populares da Glória, tiveram destaque na imprensa local e certo estímulo da Coroa. Os conferencistas eram majoritariamente brasileiros, em geral professores, acadêmicos ou intelectuais.” (CARVALHO, 2021)

sucessos de público e propaganda, as diversas revistas de divulgação histórica surgidas no início da década de 2000 chamaram a atenção de “editores, publicitários e homens de mídia em geral [que] descobriram que o passado pode representar bons negócios.” (MALERBA, 2014, p. 29). São projetos que objetivavam não apenas ampliar o público leitor, mas lucrar com edições em larga escala e qualidade científica no mínimo duvidosa.

Em estudos sobre revistas de divulgação histórica de ampla circulação, Fernando Perli (2021; 2017) distingue dois tipos dessas publicações ligadas a projetos editoriais bastante distintos:

Algumas, dentre as mais antigas, se projetaram no segmento de revistas com temáticas de história, tendo o suporte de editoras e de grupos econômicos interessados no negócio. Suas composições, em grande parte, resultam do envolvimento de editores jornalistas e colaboradores com formação em comunicação social e história, dispensam conselhos editoriais ou científicos e objetivam a publicação do que se convencionou denominar “reportagens de história” articuladas com ilustrações diversas. Outras, idealizadas a partir de demandas que surgiram do ambiente acadêmico para divulgar a história para públicos mais amplos, contaram com o engajamento de editores e colaboradores da história e de outras áreas de conhecimento, tendo em suas estruturas de produção conselhos editoriais e consultivos compostos por especialistas, publicando artigos e imagens de fontes. (PERLI, 2017, p.3)

Embora nitidamente um dos segmentos estivesse ancorado em pretensões e expectativas comerciais e lucrativas, ambos os projetos que tem nas revistas *Aventuras na História* (2003- atual) e *Revista de História da Biblioteca Nacional* (2005-2016) os principais expoentes antagônicos, buscavam de alguma forma aproximar o conhecimento histórico em linguagem popular. O projeto da *Aventuras na História* relevava o trabalho de editores e escritores jornalistas com capas atrativas e chamadas apelativas. Muitos dos jornalistas que escreviam para a revista como Laurentino Gomes e Leandro Narloch são sucesso de vendas, “o que sustentou a concepção de que boas publicações de história, incluindo-se a revista, eram as que vendiam mais.” (PERLI, 2021, p.4) Essas produções se enquadram naquelas que foram bastante criticadas por Malerba (2014) como retrógradas, reacionárias,

conservadoras e preconceituosas, além, óbvio, de carecer de bons referenciais de pesquisa historiográfica.

Por outro lado, a *Revista de História da Biblioteca Nacional* nasceu como uma demanda do meio acadêmico por divulgação histórica. Nascida a partir do Conselho de Pesquisa da Biblioteca Nacional, seu conselho editorial era formado por historiadores atuantes nas universidades brasileiras, “como resultado, os leitores tiveram acesso a uma revista que conciliou textos de especialistas com ricas imagens de fontes históricas da Biblioteca Nacional.” (PERLI, 2017, p.8) Embora essas revistas não sejam periódicos científicos na área de história, elas apresentam uma tendência de aproximação ao público leitor, bem como uma mudança sensível nos textos escritos por historiadores.

Bentivoglio (2017) pondera que até o século XIX a historiografia estava centrada na produção de livros que além de caros eram menos acessíveis que revistas. As revistas especializadas no século XX modificam não apenas a produção, mas substancialmente a forma de escrever dos historiadores que “de textos longos produzidos ao longo de meses ou de anos se deslocou para a construção de textos menores numerosos produzidos em curtos espaços de tempo exclusivamente para as revistas.” (BENTIVOGLIO, 2017, p. 7) Pode-se ainda acrescentar que essa mudança está diretamente ligada a prazos e metas de produtividade que invadem o campo acadêmico e modificam a forma de escrever.

Importantes mudanças também se impõem no que concerne ao gerenciamento dos periódicos. Bruna Silva (2019) traz a reflexão sobre os desafios das revistas após o acesso pela internet através de uma ata de reunião de 2011 da Anpuh em que a então editora da Revista Brasileira de História, Marieta de Moraes, relatava o aumento do fluxo de artigos para análise sem as devidas mudanças nos suportes de gestão, assim embora ocorra o barateamento do processo de publicação, os custos com o gerenciamento da revista aumentam.

Considera-se aqui pensar nos custos para a produção da revista financeiros ou não. Pois todo o processo de publicação de uma revista está atrelado à dedicação de tempo e conhecimento de professores que, vinculados a universidades, somam mais essa demanda à agenda de aulas, orientações, pesquisas e produção acadêmica.

Segundo Roberta Cerqueira (2019), a popularização da Internet na década de 1990 gerou outras inúmeras modificações especificamente para a publicação, distribuição e divulgação dos periódicos científicos. A forma de submissão dos artigos às editorias passou a ocorrer de forma eletrônica, trazendo bastante agilidade ao processo.

A Internet tornou mais ágil essa etapa do processo editorial, porém a complexificou consideravelmente sob outros aspectos: índices de impacto, indexações, mensuração de citações e outros recursos bibliométricos surgidos na área digital. Novas formas de divulgação das revistas acadêmicas também surgiram. (CERQUEIRA, 2019, p.59)

Uma vez que os artigos estão acessíveis a mais leitores de forma muitas vezes gratuita e aberta, seja na forma de revista ou de e-books. Impõem-se mudanças na forma de leitura, de suporte e principalmente de divulgação. Esse é o uso primeiro das redes sociais digitais pelos periódicos acadêmicos.

A figura 1 nos remete à importância das redes para os periódicos científicos enquanto referência acadêmica. Mais, assinala como esse espaço também é usado para engajamento nas redes e aproximação com o público leitor. Na legenda da publicação em questão o perfil da revista convida o seguidor a relatar suas experiências com o periódico em um convite simples "Já leu algum desses? Conta pra gente nos comentários!"

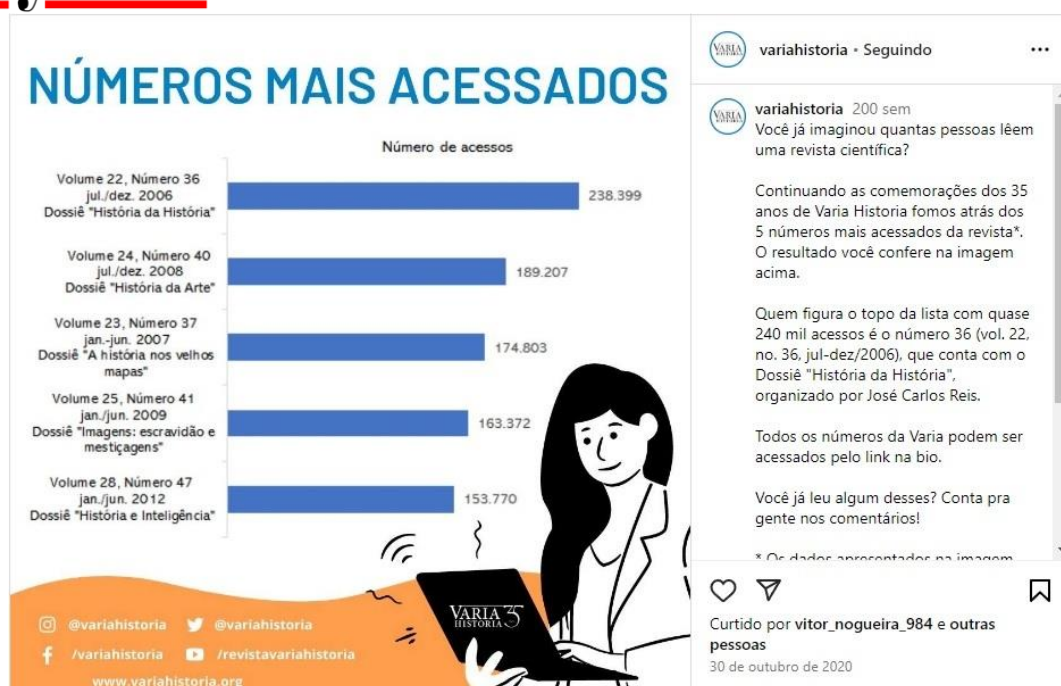


Figura 01: Postagem da Revista Varia História em 30 de outubro de 2020

Fonte: Instagram, 2020.¹⁶

Em texto editorial da Varia História, a professora Mariana de Moraes Silveira (2022) destaca que a importância da presença dos periódicos científicos nas redes sociais fica explícita quando a atuação nas redes passa a ser também um parâmetro de avaliação de alguns editais de fomento. Fachin et al (2022) esclarecem que a Scielo propõe novas formas de avaliação considerando o impacto das publicações não apenas entre os pares acadêmicos, mas também entre a sociedade em geral considerando o número de citações recebidas pelas revistas em três bases: Scopus, Web of Science e Google Scholar. Nesse sentido, outros usos do conhecimento científico são considerados, analisando as repercussões e a utilização dos dados por toda a sociedade.

A figura 1 também as assinala, pois, ao apresentar o quanto a revista é acessada, a postagem exhibe ao seguidor a sua importância para além das redes, embora dentro delas também. Ao mesmo tempo que a figura realça os dados de acesso da revista demonstrando o quanto ela é lida, logo

¹⁶ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CG-T1ONjA4m/> Acesso em 12 jan. 2024.

referenciada, também destaca – canto inferior da publicação – todas as redes sociais da revista em fundo de cor diferente dos números dos gráficos.

O uso das redes sociais digitais por periódicos científicos representa visibilidade para suas publicações, gerando possível maior fluxo de leituras e dos materiais publicados e fomentando talvez novas citações. “Isso quer dizer que, as redes sociais e acadêmicas, podem ajudar a alavancar os indicadores de mensuração da revista, conforme os novos parâmetros SciELO e de citação do Qualis no Brasil, já que prioriza o Google Scholar.” (FACHIN et. al., 2022, p.189)

A figura 1 corrobora com algumas dessas percepções. O uso do formato *Portable Documento Format* – PDF a partir da década de 1990 desencadeou uma verdadeira mudança nas formas de ler e escrever em especial no meio acadêmico. A popularização dessa nova configuração aumentou expressivamente a circulação dos textos pelas inúmeras possibilidades de carregar, guardar e compartilhar cada vez mais diversas e dispersas no decorrer das décadas dos anos 2000.

Pode-se afirmar que essas mudanças junto ao acesso às revistas pela internet fazem uma revolução nos periódicos sempre em direção à ampliação do público leitor e autor. Os dados de alcance se tornaram mais claros e quantificáveis, como o gráfico (fig. 1) usado na postagem da *Varia Historia*. Destaca-se que os milhares de acessos aos dossiês dão apenas pista do alcance dos textos pois, é impossível precisar os inúmeros compartilhamentos.

Ao defender o estudo das revistas especializadas de História, Bentivoglio (2017) argumenta que no decorrer do século XX elas são espaços privilegiados de constituição de novos campos, redes de intelectuais, temáticas e metodologias, influenciando sobremaneira na historiografia, haja vista por exemplo as publicações dos *Annales*. A figura 1 também dialoga com essa percepção ao apresentar como dados importantes aqueles dossiês mais lidos, desta forma contribui para a compreensão dos temas mais importantes para

a revista e sua comunidade, construindo uma identificação entre os estudiosos. Ao mesmo tempo em que sinaliza suas esferas de debate.



Figura 02: Postagem da revista Almanack em 20 de junho de 2020

Fonte: Facebook, 2020.¹⁷

A presença nas redes sociais digitais também impulsionou novas formas de divulgação dos números das revistas. Mais que compartilhar imagens, as revistas procuraram construir novas formas de divulgação como pequenos vídeos com autores que publicaram nos dossiês.

A figura 2 mostra um pequeno vídeo produzido e divulgado na página da revista Almanack no Facebook, nele uma das organizadoras do dossiê o divulga e convida a comunidade a explorar suas páginas, para tanto, a professora Mariana Dantas argumenta que o tema do dossiê - O urbano e o global na era moderna em uma perspectiva comparativa - está intrinsecamente ligado ao contexto pandêmico e às consequências para

¹⁷ Disponível em <https://www.facebook.com/RevistaAlmanack/videos/1629592860543312>
Acesso em 12 jun. 2024.

idades em perspectiva ampla, complexa e comparativa que só poderiam ser compreendidas com uma mirada histórica.

Como a figura 2, a figura 3 já sinaliza a proposta de dossiês ou números temáticos sobre doenças, História da Saúde, pandemias na História ou específicos da COVID-19, das 36 revistas analisadas 5 propuseram dossiês dentro dessas temáticas como a revista Topoi em setembro de 2020 anunciando a chamada para novo dossiê a ser publicado em 2021.



Figura 03: Publicação do perfil da revista Topoi em 03 de setembro de 2020

Fonte: Instagram, 2020.¹⁸

Há de se considerar que a construção de dossiês temáticos dialoga com a atualidade de tópicos e demandas tanto dos autores quanto do público leitor que inúmeras vezes se confundem. Nesse cenário, as redes sociais digitais se projetam como uma forma de divulgação e de engajamento, visando não apenas à divulgação dos trabalhos, mas também como uma maneira de ampliar o público e de fomentar a discussão de novos temas ou de pautas sensíveis a sua comunidade num determinado contexto.

¹⁸ Disponível em https://www.instagram.com/p/CFiE_MZpoJW/?img_index=1 Acesso em 12 jan. 2024.

Cerqueira (2019) relembra que o lançamento dos perfis nas redes sociais da revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos ocorreu durante manifestações de protesto em 2013, nesse contexto diversos historiadores foram convidados para discutir os acontecimentos através de entrevistas divulgadas nas novíssimas redes sociais digitais da revista¹⁹. Assim, além de publicizar os novos espaços de interlocução e artigos já publicados que dialogavam com os temas, propunha-se “estender à revista o alto interesse do público pelo tema já em voga como também o incremento das discussões a partir de conhecimentos científicos e análises mais aprofundados.” (CERQUEIRA, 2019, p.62)

É nesse sentido que o tempo pandêmico também invade as publicações e iniciativas das revistas científicas de História. Considerando das 18 páginas pesquisados no *Facebook*, 11 tem alguma postagem relativa ao contexto pandêmico; dos 16 perfis ativos no *Instagram*, 8 tem postagens com alguma alusão ao tema.

Tais tem diferentes formatos e objetivos, como uma simples divulgação de artigos que tinham alguma relação com tema “doenças, epidemias e afins”. Nesse mesmo item, entram também publicações que chamam a atenção do seguidor-leitor-autor para a oportunidade de usar o tempo de isolamento físico para a leitura de obras. Nesse caso, algumas revistas usaram como recurso a publicação de dicas de livros que poderiam ser baixados gratuitamente na internet ou usam a oportunidade para divulgar a produção da revista em outros formatos.

A figura 4 é representativa dessas atividades. A revista Almanack divulgava uma ação no seu canal do *YouTube* em que o tema da efeméride dos 200 anos da Independência do Brasil em 2020 seria explorado com a fala de três renomados historiadores. O texto que acompanha a imagem divulga

¹⁹ A revista mantém ativos um blog e uma página no *Facebook*, com 10 mil seguidores, entre as analisadas é a segunda maior.

o dossiê que será lançado ao mesmo tempo que faz referência ao tempo de isolamento físico quando “grande parte das pessoas estão em suas casas preservando suas vidas e saúde”.



Figura 04: Postagem da Revista Almanack no Facebook em 23 de abril de 2020
Fonte: Facebook, 2020²⁰

A legenda postada ainda ressalta que as falas que fazem parte do vídeo serão publicadas em dossiê pela revista. Vale refletir as diferenças nos suportes do texto escrito e do vídeo, afinal um artigo escrito, (re)pensado, revisado e avaliado por pares é bem diferente de uma conversa ao vivo entre três especialistas. Nesse sentido, mesmo atrelada à produção da revista, as redes sociais digitais das revistas constroem mais que divulgação, legitimando uma nova forma de produção historiográfica que perpassa o repensar sobre o público, o suporte e se entrelaça ao contexto em que a produção é apresentada ao público leitor-autor que pode interagir através de reações e perguntas diversificando todo o contexto das falas.

20

Disponível em:
<https://www.facebook.com/photo/?fbid=2959334324156580&set=a.2793088950781119>
 Acesso em 12 jan. 2024.

Considerando ainda como o contexto pandêmico invade os periódicos e diversificam a produção nas redes, as revistas científicas de História também propuseram *lives*. O termo em inglês se remete inicialmente a qualquer gravação feita ao vivo e estava associado especialmente a transmissões televisivas do gênero. Lupinacci (2021) acrescenta que o termo havia sido adotado pelos maiores conglomerados do capitalismo digital que passaram a incorporá-lo junto a sites e aplicativos como novas funcionalidades que permitiam aos atores ver e transmitir vídeos ao vivo. Apesar dos esforços mercadológicos, a adesão dos usuários até meados de 2020 foi pequena.

Todavia, em tempos pandêmicos, essas funcionalidades tomam outra dimensão. O sentido de *live* ou *lives* alude a iniciativas diversas que propunham de alguma forma conectar os sujeitos:

Se a condição existencial do brasileiro passa pela relação com o outro, a quarentena trouxe um profundo e doloroso corte na nossa forma de existir. É nesse contexto que as *lives* adquirem novo sentido. Tornam-se rapidamente uma possibilidade — a única, em alguns casos — de viver novamente as situações de coletividade desejadas. Representam, mesmo que de forma diferente, a alternativa possível de se ter acesso aos sentidos interrompidos de identificação e pertencimento. As *lives* assimilaram aspectos importantes de coletividade, sugerindo mobilização, sensação de pertencimento e legitimação. (PEREZ et. Al, 2021, p.2)

Apesar de situar suas discussões à esfera das *lives* de entretenimento que logo foram arregimentadas por grandes marcas – principalmente de bebidas alcoólicas –, é pertinente pensar que a difusão desses eventos está intrinsecamente ligada a um período em que as comunidades estavam apartadas. Como apresentou Lupinacci (2021), a utilização dessas funcionalidades não se limitou a eventos midiáticos e/ou comerciais, mesmo na esfera familiar, os brasileiros também aderiram a eventos pequenos com o objetivo de congregar e reunir aqueles apartados pelas circunstâncias.

Na esteira das reflexões apontadas por Henrique (2020) grande parte dos brasileiros estava em isolamento físico, e não social, sendo as *lives* nos diversos âmbitos como mais uma forma de unir os pares. É preciso ressaltar que

as *lives* das revistas não objetivavam apenas a um pretenso momento de união entre os pares. Há a importante iniciativa de troca e diálogo.

A figura 5 reproduz a imagem que foi publicada no perfil da Revista de História da USP para marcar a primeira *live* feita pelo periódico em 07 de maio de 2020, eventos que se tornaram semanais durante o isolamento físico. Neles autores são entrevistados e publicações no perfil da revista destacam suas produções na revista da USP e em outros periódicos também são destacadas em posts na semana que antecedia a *live*.



Figura 05: Postagem Revista de História da USP em 07 de maio de 2020

Fonte: Instagram, 2020.²¹

As *lives* como as transmissões televisivas dão a possibilidade de o usuário assistir ao mesmo tempo ou, caso disponíveis, após a sua transmissão. Assisti-las ao vivo permite ao usuário interagir com outros através das ferramentas de

²¹ Disponível em https://www.instagram.com/p/B_55Lz0HTQL/ Acesso em 15 jan. 2024. Vale ressaltar que apesar de resguardar as fotos e nomes de perfis que aparecem no print, essa publicação é pública para qualquer internauta. Tanto que o link de todas as imagens pode ser acessado por janelas anônimas e internautas sem cadastro no Facebook ou Instagram.

chat e de engajamento²² A partir dessas interações acontece uma troca entre os seguidores e o perfil da revista. Na figura 5, por exemplo, as perguntas dos seguidores são respondidas, tanto ao vivo – as interações aparecem junto à foto dos interlocutores – quanto posteriormente com comentários à publicação. Nesse sentido, seria possível afirmar que as transmissões de debates acadêmicos, palestras e discussões podem ter criado, através de seus públicos, comunidades com linguagem comum que permitem o debate entre indivíduos ao mesmo tempo em que os une, mesmo isolados em suas casas. (PEREIRA; MARQUES; RAMALHO, 2022)

O diálogo em comentários da revista com os leitores não é exclusividade da revista paulista está também em diversos outros perfis. E as *lives* – realizadas ao todo por 5 revistas das 36 pesquisadas - se apresentam como uma ferramenta a mais para esse diálogo, não se trata apenas de uso de uma nova funcionalidade em um contexto específico, mas, sim de uma postura que coloca o interlocutor acadêmico na posição de diálogo com o público.

É verdade que um tema não se torna acessível pelo simples fato de estar disponível de forma aberta online; se a sua linguagem não é acessível, isto continuará limitando o público. No entanto, as *lives* ocorridas em redes sociais como *Facebook* e *Instagram* já são um grande passo em direção à expansão do alcance dos temas discutidos, pois os eventos já não se limitam mais a um espaço físico, como o da universidade, mas pode ser acessado por qualquer pessoa através de um computador ou *smartphone*. (PEREIRA; MARQUES; RAMALHO, 2022, p.268)

Na visão dos autores a adesão às *lives* também surge como um ponto de mudança em relação à linguagem. Esses eventos já apresentam outra forma de dizer, tanto em relação ao ritmo de falar quanto à informalidade. O tempo pandêmico ainda impunha a invasão da esfera pública na privada, a exigência de conhecimentos técnicos nunca antes utilizados por parte considerável da comunidade historiadora, o que aparece em muitos desses

²² Nas redes sociais digitais, durante as *lives* os usuários podem se manifestar também através do envio de símbolos como coração, e de significado de palmas.

eventos em que o autor entrevistado inicia sua fala já apontando o ineditismo para si em estar naquele espaço. Embora Pereira, Marques e Ramalho (2022) discutam a partir dos eventos de transmissão ao vivo considerando todas as suas especificidades, pode-se apontar que a própria presença ativa nas redes sociais também modifica a forma de linguagem e de relação com o público.

Na figura 6, outra dimensão das especificidades da presença ativa dos periódicos de História nas redes sociais fica explícita. A divulgação dos artigos pelos periódicos e as entrevistas – sejam em *lives*, escritas ou em vídeos curtos – dão a oportunidade aos autores de falar de aspectos da pesquisa que, pelo limitado espaço no artigo, não estão ali presentes. Na imagem em questão um usuário marca o perfil do autor do texto. Por ser esse perfil privado não é possível afirmar quais as repercussões da marcação, embora descortinam-se inúmeras possibilidades em que o autor divulga seu trabalho e junto o da revista em seu próprio perfil.



Figura 06: Postagem da revista Tempo e Argumento em 24 de maio de 2020

Fonte: Instagram, 2020.²³

²³ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CAIT9ZEnAHs/> Acesso em 15 jan. 2024.

A marcação de perfis e a difusão da divulgação dos artigos através de postagens e *lives* em perfis pessoais extrapolam a comunicação entre os pares e abrem a possibilidade de discutir com um público que mesmo formado por historiadores, ao estarem fora do seu campo especializado, são de certo modo também leigos. Assim, “o artigo não morre após a publicação, ganha vida com os comentários e marcações de pessoas e instituições nas postagens que realizamos.” (CERQUEIRA, 2019, p. 69)

Esses canais de interlocução que extrapolam a esfera da escrita e leitura também impulsionam novas formas de discussão, conhecimento e divulgação das pesquisas acadêmicas através de redes sociais digitais que circulam diferentes formatos de conteúdo principalmente os agregadores de áudio como *Spotify* e *Deezer*. Neles, para além da imagem e do texto escrito, outros formatos de conteúdo que partem da publicação da revista, mas não é limitada por ela.



Figura 07: Postagem da Revista de História da USP em 12 de setembro de 2020

Fonte: Instagram, 2020.²⁴

²⁴ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CFC7j3JHlro/> Acesso em 15 jan. 2024.

Os podcasts das revistas apresentam entrevistas feitas num outro formato para uma nova audiência que não quer ou pode acompanhar esses eventos ao vivo ou por vídeo. A criação de podcasts para além das entrevistas já feitas pelo periódico parece não estar entre os objetivos das revistas acadêmicas de História. Há obviamente uma questão estrutural e financeira, na figura 7 por exemplo a revista divulga seu podcast e indica que a arte foi feita por outro perfil (@sv.castro²⁵). No dia anterior, 11 de setembro de 2020, há outra postagem que publiciza o podcast da revista e também divulga um novo atalho no perfil para uma rede de links esses também elaborados com o apoio tecnológico do perfil @sv.castro, mais uma vez, questiona-se se foi de forma voluntária.

Assim, apesar de nos debruçarmos sobre a produção das revistas nas redes sociais digitais, e embora não seja objetivo desse trabalho, importa destacar que é preciso discutir sensivelmente quem faz, como faz, quanto (e se) recebe pelo trabalho cansativo e especializado de manter as redes sociais das revistas ativos e atuantes. Compreende-se que importa ao profissional da História ter a mínima formação nesse sentido também.

Conclusão

A importância dos periódicos especializados para o trabalho acadêmico é inegável bem como os numerosos desafios para a produção, divulgação e ampliação do público leitor-autor. A emergência da internet e das redes sociais adicionaram complexidade a esse quadro, esse trabalho buscou descortinar como as redes sociais digitais se apresentam como profícuo meio de ampliação do público leitor através de novas formas de linguagem, suportes e divulgação. O caminho para a construção dos dados passou tanto por uma análise quantitativa quanto qualitativa impulsionando

²⁵ Esse perfil está desativado, por isso não há nem como determinar a pessoa por trás do trabalho sem uma pesquisa na revista.

um mergulho nas postagens das revistas de História no *Facebook* e *Instagram* no período pandêmico. Entre publicações que divulgavam artigos, emergiram iniciativas criativas de debates e novas interlocuções que buscavam congregar o público leitor-autor já cativo e ampliar a audiência aos interessados. Destacam-se especialmente a elaboração de dossiês temáticos e as *lives* que, além de diversificar os formatos de suporte, e descortinar novas formas de interação entre os autores, editores e o público leitor, também usavam dos temas da atualidade para expansão e engajamento. Esse trabalho se debruçou sobre uma produção ínfima e pequena das revistas acadêmicas de História em período também circunscrito. No entanto, foi possível destacar que, apesar dos inúmeros desafios tanto aqueles cotidianos da produção de um periódico especializado quanto os circunscritos ao período pandêmico, as revistas acadêmicas de História constroem produtos ímpares para sua comunidade de leitores-autores e únicos no período pandêmico que merecem melhor publicização e utilização da comunidade, bem como são fontes históricas relevantes para compreender um período em que a única certeza é que nada seria como antes.

Referências bibliográficas

BENTIVOGLIO, Julio. Revistas de História: objeto privilegiado para se estudar a história da historiografia?. In. ARRAIS, Cristiano Pereira Alencar; BENTIVOGLIO, Julio (orgs.). *As revistas de história e as dinâmicas do campo historiográfico*. Serra/ES: Editora Milfontes, 2017. p. 7-31.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; TEIXEIRA, Ana Paula Tavares. Introdução: os lugares do historiador-divulgador. In. CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; TEIXEIRA, Ana Paula Tavares (orgs.). *História pública e divulgação de história*. São Paulo/SP: Letra e Voz, 2019. p. 9-24

CARVALHO, Bruno Pastor Leal. História e historiadores na vulgarização científica do Brasil oitocentista: as “Conferências Populares da Glória”. *Hist. Historiogr.*, Ouro Preto, v. 14, n. 37, set.-dez. 2021. p. 135-170

CERQUEIRA, Roberta. Pesquisa publicada é pesquisa divulgada? A experiência de divulgação da revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos e seus públicos. In: CARVALHO, B. L. P. de; TEIXEIRA, A. P. T. *História pública e divulgação de história*. São Paulo/SP: Letra e Voz, 2019. p. 55-72

DOS SANTOS, Wagner Geminiano. *A INVENÇÃO DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA PROFISSIONAL, ACADÊMICA*: geografia e memória disciplinar, disputas político-institucionais e debates epistemológicos acerca do saber histórico no Brasil (1980-2012). 2018. 438f. Tese (Doutorado em História). Departamento de História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

FACHIN, Juliana; WERLANG, Elisabete; ARAÚJO, Ronaldo Ferreira; BLATTMANN, Ursula. Visibilidade, atenção online e impacto das interações nas publicações científicas. *Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação*, Rio Grande v. 36, n. 01, jan./jun. 2022, p. 184-205

LUPINACCI, L. "Da minha sala pra sua": teorizando o fenômeno das lives em mídias sociais. *Galáxia* (São Paulo), n. 46, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gal/a/3B9LNCpBGMn8R7Ppw6vBPh/> Acesso em 16 jan. 2024.

MALERBA, J. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. *História da historiografia*, Ouro Preto/MG, n. 15, ago/2014. p. 27-50.

PEREIRA, Mateus; MARQUES, Mayra; RAMALHO, Walderez. O atualismo chega à História? Virtualização do ofício do historiador durante a pandemia de Covid-19 (2020). In: NICODEMO, Thiago Lima; ROTA, Alesson Ramon; MARINO, Ian Kisil. *Caminhos da história digital no Brasil*. Vitória/ES: Editora Milfontes. 2022. p. 258-282

PEREZ, Clotilde; SATO, Silvio; POMPEU, Bruno; ORLANDINI, Rafael. Os sentidos das lives no contexto da pandemia: do escapismo e da filantropia às lógicas identitárias. *Galáxia* (São Paulo, online), v. 47, 2022, pp.1-23. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gal/a/48dQ8C6mXXn6CtRbHnjFQTD/> Acesso em 28/04/2023

PERLI, F. "E ao grande público precisamos nos dirigir": historiadores e jornalistas em revistas de divulgação histórica. [s.l.: s.n.]. *Anais XXIX Seminário Nacional de História*. Brasília/DF. 2017 Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502922860_ARQUIVO_Perli.pdf. Acesso em: 28/04/2023

PERLI, Fernando. Projetos editoriais e mediações do passado: a experiência brasileira em uma cartografia de revistas de divulgação histórica. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 47, n. 2, maio-ago. 2021. p. 1 -12. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/iberoamericana/article/view/39017/27040> Acesso em 28/04/2023

RECUERDO, Raquel. *A conversação em rede: comunicação mediada pelo computador e redes sociais na Internet*. Porto Alegre: Sulina, 2012.

RECUERDO, Raquel. *Redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SÁ; Dominichi Miranda; SANGLARD, Gisele; HOCHMAN, Gilberto; KODAMA, Kaori. *Diário da Pandemia: o olhar dos historiadores*. São Paulo/SP: Hucitec Editora. 2020.

SCIENTIFIC ELETRONIC LIBRARY ONLINE (SciELO). Critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos científicos na Coleção SciELO Brasil. São Paulo: SciELO, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/HNvPmkhhgkm6Snghmn6Xmkq> Acesso em 16 jan. 2024.

SILVA, Bruna. *Associações De Historiadores No Brasil: A SBPH entre lugares, normas e grupos (1961-2005)*. 2019. 293f. Tese (Doutorado em História). Unioeste, Marechal Rondon/PR. 2019.

SILVA, Sabrina Maria Barbosa Quintiliano e; CORDEIRO, Tenório Cordeiro. "Seguindo!" Marketing digital, Instagram e consumo. *Cadernos de Gestão e Empreendedorismo*, v. 8, n. 2, 1 ago. 2020. p. 153-164

SILVEIRA, Mariana de Moraes. Editorial: Periódicos e redes sociais: Desafios e possibilidades. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 38, n. 78, set/dez 2022. p. 637-642.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). *O que você precisa saber sobre o SUS e a Covid-19*. Informatiza UFFS. Chapecó/SC, 2020 Disponível em <https://www.uffs.edu.br/campi/chapeco/noticias/arquivos-das-noticias/portfolio-o-que-voce-precisa-saber-sobre-o-sus-e-a-covid-19/@@download/file> Acesso em 16 jan. 2024.

VALENTIM, Ana Paula Simonaci; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill Orrico; SILVA, Eliezer Pires da. Memória e discurso de divulgação científica em mídias contemporâneas: Um olhar sobre a Cultura da Convergência. *P2P E INOVAÇÃO*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 88-111, 2021. DOI: 10.21721/p2p.2021v7n2.p88-111. Disponível em: <https://revista.ibict.br/p2p/article/view/5638>. Acesso em: 16 jan. 2024.

VERGARA, Moema de Rezende. Contexto e conceitos: história da ciência e "vulgarização científica" no Brasil do século XIX. *Interciencia*, vol. 33, núm. 5, mayo, 2008, pp. 324-330.

A AGENDA NEOLIBERAL NO GOVERNO TEMER: IMPACTOS SOCIAIS E POLÍTICOS NOS USOS E ABUSOS DA MÍDIA DIGITAL (2016-2018)¹

Ronald Cavalcante Castelo Branco²

Claudia Cristina da Silva Fontineles³

Resumo: Este estudo analisa o avanço do neoliberalismo durante o governo Temer (2016-2018), com foco na PEC 55/2016 (teto de gastos) e na PLC 37/2017 (reforma trabalhista), e seu impacto na sociedade brasileira. A pesquisa avalia a cobertura midiática dessas medidas, com as disputas de narrativa por parte da Revista Fórum e Brasil247 (contrárias às reformas), contrastadas com os discursos dos portais R7.com e PortalG1. Destaca-se a complexa interação entre mídia, política e empresários, enfatizando como a imprensa influencia a opinião pública e a dinâmica política. Utiliza-se a hermenêutica em obras acadêmicas sobre o processo histórico-político em torno da gestão Temer. Discorre-se, com o método hipotético-dedutivo, sobre dados de trabalho e renda provenientes de pesquisas da FGV e do IPEA, para medir impactos qualitativos e quantitativos da reforma trabalhista e da PEC do teto de gastos.

Palavras-chave: Mídia; PEC nº 55/2016; Lei 13.467/2017.

THE NEOLIBERAL AGENDA IN THE TEMER GOVERNMENT: SOCIAL AND POLITICAL IMPACTS ON THE USE AND ABUSE OF DIGITAL MEDIA (2016-2018)

Abstract: This study analyzes the advance of neoliberalism during the Temer government (2016-2018), focusing on PEC 55/2016 (spending cap) and PLC 37/2017 (labor reform), and their impact on Brazilian society. The research evaluates the media coverage of these measures, with the narrative disputes on the part of Revista Fórum and Brasil247 (opposed to the reforms), contrasted

¹ Texto fruto da pesquisa de Iniciação Científica/Ufpi/2022/2023 "O avanço da agenda neoliberal do Governo Temer e suas repercussões sociais e políticas (2016-2018)", como parte do projeto de pesquisa "Jeitos de contar: narrativas governamentais, jornalísticas e literárias sobre o Brasil Republicano a partir da (década de 1960)", desenvolvido pela Profa. Dra. Cláudia Fontineles em parceria com Ronald Cavalcante.

² Graduado em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Contato: ronaldcavalcantecastelobranco@gmail.com.

³ Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora na Universidade Federal do Piauí (UFPI). Bolsista em Produtividade Científica/CNPq. Contato: cfontinelles@gmail.com.

with the discourses on the portals R7.com and PortalG1. The complex interaction between media, politics and businesspeople stands out, emphasizing how the press influences public opinion and political dynamics. Hermeneutics is used in academic works on the historical-political process surrounding the Temer administration. Using the hypothetical-deductive method, we discuss work and income data from FGV and IPEA surveys, to measure qualitative and quantitative impacts of the labor reform and the PEC spending ceiling.

Keywords: Media; PEC nº 55/2016; Law 13,467/2017.

Introdução

No governo Temer (2016-2018), a PEC do teto de gastos e a Reforma Trabalhista representaram avanços na agenda neoliberal. Estas políticas beneficiaram o mercado financeiro, enfraquecendo leis trabalhistas e restringindo gastos públicos, gerando precarização na sociedade brasileira (BARBOSA; SILVA, 2020, p.1). Desse modo, a pesquisa analisa como os meios digitais destacados, cobriram tais medidas, destacando a influência na opinião pública.

A *Revista Fórum*, fundada em 2001 e digital desde 2014, surgiu em resposta ao avanço do neoliberalismo global nas décadas de 1990. Desse modo, surge influenciada pelo Fórum Social Mundial, que se estabeleceu como uma reação ao neoliberalismo global. A *Revista Fórum* foi uma reação também às agendas neoliberais dos governos Collor e FHC no Brasil.⁴

Já o *Brasil247*, fundado em 2011 pelo jornalista Leonardo Attuch⁵, buscou espaço na internet para escapar das grandes corporações midiáticas.

⁴ Para saber mais, acessar: <<https://revistaforum.com.br/p/institucional/sobre.html>> e <<http://forumsocialportoalegre.org.br/forum-social-mundial/>>. Acesso em 09 de mar. de 2023.

⁵ Jornalista nascido em Brasília no ano de 1971, Leonardo Attuch, criou o *Brasil 247* em março de 2011 e a *TV 247* em agosto de 2017. Antes disso, trabalhou nas redações do *Correio Braziliense*, do *Estado de Minas* e das revistas *Veja*, *Exame*, *Istoé* e *Istoé Dinheiro*, onde foi redator-chefe. Publicou os livros "De jornalista a youtuber", "A CPI que abalou o Brasil", "Saddam, o amigo do Brasil", "Eike, o homem que vendia terrenos na lua" e "Quebra de contrato". Para saber mais: <https://www.brasil247.com/equipe/brasil247> . Acesso em 09 de mar. de 2023.

Cresceu com apoio econômico governamental durante o governo Dilma (2011-2016), mas perdeu suporte sob a agenda neoliberal de Temer (2016-2018), evidenciando sua afinidade com o Partido dos Trabalhadores⁶.

Esses meios midiáticos apoiam uma agenda neo-desenvolvimentista focada na proteção social dos mais desfavorecidos. Dessa maneira, acabam resistindo às Reformas Neoliberais do Governo Temer (2016-2018), incluindo a PEC do Teto de Gastos e a Reforma Trabalhista.

O PortalG1, pertencente à Rede Globo, tem raízes no jornal O Globo da família Marinho. A Rádio Globo, destaque no radiojornalismo em 1944, em 1957, ganha o canal 4 na TV durante o governo JK, ampliando sua difusão para São Paulo e Minas Gerais, durante a Ditadura Militar de 1964. A Rede Globo não pode ser totalmente vista como alinhada aos governos, onde destaca-se que a Globo segue um jornalismo vinculado a interesses específicos, negociando nos bastidores com o governo vigente e os interesses do grupo empresarial que lidera a emissora. A Globo frequentemente segue os interesses governamentais devido à sua influência (GERMANO, 2000, p. 103). Desse modo, surge o portal G1 em 2006, reconhecendo o potencial online. Hoje, é o site mais acessado, devido à reputação da emissora.

O R7.com, vinculado à Record, surgiu em 2009 com a migração das mídias para o digital. Ligado à RecordTV, fundada em 1953 por Paulo Machado de Carvalho e adquirida por Edir Macedo, a emissora uniu-se à pauta do protestantismo, focando em jornalismo e entretenimento. O portal R7.com, sutilmente alinhado a agendas neoliberais e partidos de direita, às vezes contrasta com o Partido dos Trabalhadores (MONTEIRO, 2011).

Em suma, o trabalho se divide em três partes: a primeira trata das agendas neoliberal e neodesenvolvimentista nas décadas de 1990, nos governos Lula e Dilma; a segunda analisa o avanço do neoliberalismo em

⁶ Acesso em: <<https://www.brasil247.com/midia/attuch-conta-a-historia-do-247-e-fala-sobre-o-futuro-espero-se-torne-um-veiculo-coletivo-da-propria-comunidade-de-leitores>> e <<https://pt.org.br/tag/brasil-247/>>, acesso em 09 de mar. de 2023.

2015-2016, incluindo o manifesto "Uma Ponte para o Futuro" do MDB; e a terceira examina o confronto midiático durante o impeachment de Dilma Rousseff e as políticas neoliberais do governo Temer.

Metodologia

A pesquisa explora a agenda neoliberal do governo de Michel Temer (2016-2018) e seu impacto na sociedade brasileira, especialmente focando na agenda neoliberal. Utilizando fontes como o *Portal G1*, *R7.com*, *Brasil247* e *Revista Fórum*, examina posturas da mídia digital em relação ao contexto político de ascensão de Michel Temer à presidência da República até implementação das "políticas temistas".

Incorpora debates historiográficos de autores para analisar o embate entre neoliberais e neodesenvolvimentistas, através da hermenêutica e do método hipotético-dedutivo. Com isso, este estudo é dividido em três partes abrangentes: começa com uma análise das origens do neodesenvolvimentismo, destacando a rivalidade entre neoliberais e neodesenvolvimentistas no Brasil, fornecendo dados econômicos fundamentais.

Com auxílio de Norberto Bobbio (2000) e Perry Anderson (1994) sobre as noções de liberalismo e neoliberalismo; John Maynard Keynes (1927) e Dias (2015) para a compreensão do desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo.

A posteriori, se analisa o percurso históricos desses modelos econômicos no plano histórico brasileiro. Com as leituras de Earp e Prado (2003) em consonância com a dívida pública durante os anos 1990-2000 (gráfico 1) sobre os modelos econômicos da Ditadura Militar Brasileira (1964-1985) e a progressão do modelo econômico do Brasil até as agendas neoliberais durante a década de 1990 no Brasil.

Arelado a isso, está o debate em torno do crescimento econômico das famílias brasileiras por região de 1979-2012 (Tabela 1) que se somará ao

debate proposto por Hoff e Souza (2019) sobre o ressurgimento do modelo desenvolvimentista (“neodesenvolvimentismo”) nos governos Lula e Dilma para demonstração dos conflitos de tais agendas econômicas e dos impactos nos índices econômicos e em indicadores de desenvolvimento social.

Em seguida, explora o cenário complexo que levou ao golpe de 2016, examinando as políticas sociais e econômicas do PT e do lulismo, bem como a insatisfação pública que resultou no reacionarismo contra Dilma Rousseff, sob a liderança de PMDB e PSDB na aprovação de medidas polêmicas e o surgimento de movimentos anticorrupção também são analisados.

Em consonância, se estabelecerá abordagens e debates sobre o contexto histórico-social em que pesara o momento. Com SCHWARCZ e STARLING (2015) e MIGUEL (2016) se verificará o teatro de disputas sociais em torno do impeachment de Dilma Rousseff e a ascensão de Michel e de seu modelo econômico desenhado no manifesto *Uma Ponte para Futuro* (2015).

A análise crítica do manifesto político, “Uma ponte para futuro”, esclarecerá a sua interação com o cenário político-econômico da época é fundamental para compreender como as estratégias políticas e midiáticas foram orquestradas, quais interesses estiveram em jogo e como a opinião pública foi moldada para legitimar determinadas ações política.

Com isso, com a letra da música *Parque Industrial* (1968) de Tom Zé se refletirá, através da poesia, as maneiras de se enxergar a operação midiática no Brasil. Somado a tal, a pesquisa de Saldanha (2022) visa esclarecer o aumento do número de usuário de aparelho eletrônicos (celulares, tablets e outros) e como isso reflete no acesso às plataformas digitais.

Nesse sentido, os estudos de Tavares (2020) esclarecem a perda de hegemonia da imprensa tradicional (impressa ou televisa) para tais plataformas digitais que se apresentam de maneira mais efetiva na veiculação de informações. Ademais, a perspectiva de Silva (2011) evidencia a relatividade da informação veiculada pela mídia jornalística digital e como

elas operam como produtora de verdades aceitas pela sociedade em detrimento da produção científica.

Com isso, se evidenciará informações sobre a Pec do teto de gastos (2016) e as narrativas pró e contra em torno dessa pauta. Nessa perspectiva, as constatações de Mariano (2017) sobre a reforma do teto de gastos demonstram atraso no avanço da estrutura econômica e social para o desenvolvimento do país.

Por fim, o presente estudo analisa o Artigo 611 (reforma trabalhista) e seus impactos nas relações de trabalho que, segundo Carvalho (2017), ficaram fragilizadas pela impotência da Justiça do Trabalho após a aprovação da Reforma Trabalhista. Nesse ínterim, Campos (2015) ressalta essa fragilidade posta nas mudanças da regulamentação trabalhista, criticando que as desigualdades sociais criam trabalhadores em agravantes sociais que serão aproveitados pela classe patronal, uma vez que o acordão está acima do próprio poder da Justiça do Trabalho em equilibrar essas relações.

Por fim, o estudo investiga a cobertura midiática intensa em torno de questões-chave como a PEC do Teto de Gastos e a Reforma Trabalhista, contextualizando essas reformas no ambiente midiático contemporâneo, apontando os efeitos em torno dessas políticas, ressaltando gráficos sobre indicadores de desemprego e informalidade no Brasil de 1992 à 2021.

O embate histórico do neoliberalismo e o neodesenvolvimentismo no Brasil

No Brasil, o embate entre neodesenvolvimentismo e o neoliberalismo sempre dividiu e moldou o país. Segundo o intelectual Norberto Bobbio (2000, p. 7), se evidencia com clareza que “por ‘liberalismo’ entende-se uma determinada concepção de Estado, na qual o Estado tem poderes e funções limitadas, e como tal como se contrapõe tanto ao Estado Absoluto como ao Estado que hoje chamamos de social [...]”, ou seja, a política liberal preconiza mínima intervenção estatal, reservando ao Estado apenas o financiamento e

projeção de oportunidades de crescimento do capitalismo. A intervenção direta na economia é da classe empresarial.

O neoliberalismo preconiza mínima intervenção estatal e promove um mercado livre liderado por investidores. Originado na crise de 1973, defende um modelo econômico que vise um controle de sindicatos e dinheiro; redução de impostos para os ricos e estimular economias por meio da desigualdade, rompendo o poder sindical para manter a estabilidade econômica (ANDERSON, 1995, p. 10-11).

Após a crise do petróleo em 1973, surgiu a necessidade de um novo modelo econômico. O desenvolvimentismo, baseado no keynesianismo, de John Maynard Keynes, que propôs maior intervenção estatal em setores negligenciados pelo capitalismo para estimular o crescimento econômico e o bem-estar social, não dá mais conta das desigualdades sociais geradas pela dinâmica do capitalismo. Segundo Keynes, se evidencia que

[O Estado] deve estar preparado para considerar a regulação dos salários dos grandes grupos industriais como sendo não apenas uma questão privada, de modo que ele deve tratar deliberadamente em suas políticas a melhoria do bem-estar econômico como primeiro encargo sobre a riqueza nacional, ao invés de abandoná-la ao acaso das organizações e da barganha privadas. (KEYNES, 1927a, p. 646, grifo nosso).

Keynes defendeu a intervenção estatal no desenvolvimento. No Brasil, durante a crise de 1929, Getúlio Vargas adotou uma agenda desenvolvimentista, impulsionando crescimento e infraestrutura. O modelo criou um Estado social, atendendo às necessidades sociais além dos interesses empresariais. Segundo Dias (2015) que retoma as ideias de R. Castelo, evidencia que

Segundo Castelo (2012), existem três principais correntes de pensamento que defendem essa noção de desenvolvimentismo. São elas: 1) macroeconomia estruturalista do desenvolvimento, assim intitulada por Bresser Pereira. Ela defende a prioridade do mercado com regulação do Estado sobre as falhas daquele, incluindo nesse rol as políticas cambiais e de juros; 2) pós-keynesianas, que se apoiam em um Estado que diminui as incertezas econômicas, tendo como norte as decisões de investimento no setor privado; 3) social-desenvolvimentista, que visa o consumo de massa para

materialização do mercado interno. Nesta corrente, o Estado tem papel de suma importância, porque defende políticas de desenvolvimento como sendo superiores às macroeconômicas. (CASTELO apud DIAS, 2015, p. 52)⁷.

O desenvolvimentismo, com intervenção estatal em infraestrutura e crescimento, declinou nos anos 1980 devido a crises e neoliberalismo. No Brasil pós-Ditadura, Collor e FHC adotaram políticas neoliberais, reduzindo intervenção. Com Lula em 2003, foco em setores estratégicos e bem-estar social para classes desfavorecidas marcou uma mudança.

A agenda neodesenvolvimentista do PT, de 2003 a 2016, contrastou com as abordagens neoliberais dos governos anteriores, com os governos Collor e FHC. As políticas anteriores priorizavam a expansão do capital financeiro em detrimento do desenvolvimento social interno. Tais ideias remontam à Ditadura Militar, destacando-se a obra de Carlos Langoni, que defendia a necessidade de expandir a receita interna para depois beneficiar os desfavorecidos. Sobre isso, Prado e Earp afirmam com clareza que:

Em especial, Langoni enfatiza o aspecto da educação como variável explicativa do nível de renda. As alterações na composição educacional na força de trabalho e a dispersão das rendas associadas a dados níveis de educação resultariam do aumento da demanda por mão-de-obra qualificada, derivado do crescimento econômico. A redução dos níveis de pobreza implicaria um aumento dos níveis de desigualdade, até que, num determinado nível de renda, fosse possível compatibilizar redução da pobreza com melhor distribuição de renda. Seria necessário primeiro aumentar o nível de renda (isto é, o bolo) e depois a distribuição surgiria em consequência. Embora a participação dos mais pobres no bolo fosse relativamente menor, como este teria crescido muito, a fatia de cada um era maior, em termos absolutos, do que seria na situação anterior (EARP; PRADO, 2003, p. 232-233).

O governo FHC (1995-2002), inspirado por Langoni, privatizou estatais para ampliar o capitalismo interno, gerar receita, melhorar serviços e reduzir a dívida pública. A privatização visava também conter a corrupção, focando

⁷ Para saber mais, lê: CASTELO, R. *O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro*. In: Serviço Social e Sociedade. Nº 112, Cortez, 2012.

no lucro e bom atendimento ao cliente no setor privado.⁸ Apesar das privatizações na gestão FHC, a dívida pública disparou, passando de 30,01% do PIB em 1994 para quase 50,46% ao final de seu mandato em 2002, segundo dados do IPEA e do Banco Central (2006). A redução só ocorreu nos primeiros anos do governo Lula.



Gráfico 01: Dívida líquida do setor público (% PIB)

Fonte: Relatório do Banco Central (2006) e IPEADATA apud SCHWARZBACH, 2008, p. 24.

Sob o Partido dos Trabalhadores, as gestões de Lula e Dilma integraram desenvolvimento econômico com políticas sociais, apoiando o capital privado da burguesia nacional, além de implementar programas como “Bolsa Família” e “Minha Casa, Minha Vida”. O Estado atuou estrategicamente no crescimento econômico, rompendo com o antigo modelo desenvolvimentista onde era o principal impulsionador do crescimento. O modelo do PT atendeu às classes desfavorecidas sem prejudicar a expansão do capital burguês, sendo uma transição entre a agenda neoliberal dos anos 1990 e uma política focada nas classes subalternas. Segundo Souza e Hoff (2019), se evidencia com veemência que

As políticas neodesenvolvimentistas adotadas foram no sentido de buscar o crescimento econômico e social brasileiro e o fortalecimento do capitalismo no país, contando com programas de transferência de renda e atendendo a interesses das classes dominadas, em vez de romper radicalmente com a política neoliberalista [...] (HOFF; SOUZA, 2019, p. 4).

⁸ SOUZA, Júlio César Oliveira de. *Rio de Janeiro: o farol do neoliberalismo brasileiro (1982-2002)*. Tese (Doutorado em História Social), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo-RJ, 2019.

O neodesenvolvimentismo de 2000-2016 focou em setores estratégicos, incentivando a iniciativa privada e priorizando o capital nacional. Lula e Dilma melhoraram qualidade de vida, criaram empregos e implementaram programas de distribuição de renda, estabelecendo um estado de bem-estar social. Contudo, o capital financeiro internacional se opõe com esta desconcentração de oportunidades, em especial ao menos favorecidos do Norte e Nordeste (HOFF; SOUZA, 2019).

Nesse sentido, há um crescimento na renda média *per capita* (por pessoa) durante o governo Lula e de Dilma Rousseff, conforme tabela abaixo retirada de um estudo do IPEA, feito por Fernando Macedo e Leonardo Porto, de abril de 2021. Percebe-se na tabela abaixo, uma queda da renda das famílias do Norte do Brasil entre 1991 à 2001, com queda de -2,3% e no Nordeste, crescimento minúsculos com 1,6%, Sudeste com 0,9%, Sul com 2% e Centro-Oeste com 0,6% durante a agenda neoliberal dos governos Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e FHC (1995-2002), implicando mais em interesses econômicos empresariais do que nos interesses sociais e desenvolvimento humano no país.

Taxa média de crescimento da renda média <i>per capita</i> domiciliar, diversos períodos – Brasil e regiões (Em %)				
Brasil e regiões	1979-1990	1990-2001	2001-2012	2003-2012
Norte	2,1	-2,3	2,3	4,2
Nordeste	1,1	1,6	4,7	6,4
Sudeste	-0,4	0,9	2,7	4,2
Sul	1,2	2,0	3,5	4,4
Centro-Oeste	-0,2	0,6	4,3	5,9
Brasil	0,2	1,0	3,2	4,6

Tabela 01: Taxa média de crescimento da renda média per capita domiciliar, diversos períodos – Brasil e regiões (Em %).

Fonte: MACEDO, PIRES e SAMPAIO (2015) apud MACEDO e PORTO, 2021, p. 10.

Ressalta-se o crescimento das rendas familiares no final do mandato de FHC e início do governo Lula. Durante a agenda neodesenvolvimentista de

Lula e Dilma (2003-2012), houve um aumento significativo da renda familiar, num total de 4,6% bem maior do que 1% das agendas neoliberais da década de 1990.

A região Norte-Nordeste, antes tão negligenciada historicamente, disparou, respectivamente, de uma queda em -2,3% (1990-2001) para um crescimento de 4,2% (2003-2012) e de um crescimento de 1,6% (1990-2001) para 6,4% (2003-2012) no Nordeste Brasileiro, demonstrando uma desconcentração de oportunidades e de renda, que crescem respectivamente, de 2% para 4,4% (região Sul) e de 0,9% para 4,2% (região Sudeste).

Portanto, os governos neodesenvolvimentistas de Lula e Dilma marcam um crescimento das classes populares e de um desenvolvimento social jamais experimentado antes, onde demonstrou-se uma intensa ascensão social e um crescimento das classes menos favorecidas, onde a renda familiar cresce, alta no salário-mínimo, ampliação do Programa Bolsa Família, que em 2013, cobria 26% da população, quase 50 milhões de brasileiros, reduzindo grandes desigualdades sociais. Lília Schwarcz e Heloísa Starling (2015) afirma com clareza que:

A partir de 2003, o Brasil assistiu a uma ampliação democrática da República. As grandes marcas dos dois governos de Lula foram o combate à miséria, a redução da pobreza, a diminuição da desigualdade e a expansão da inclusão social. O esforço para aumentar a renda do trabalhador incluiu a formalização do emprego, a ampliação do crédito e o aumento do salário mínimo — de cerca de 60% entre 2000 e 2013. O Programa Bolsa Família, criado em 2004, significou transferência direta de renda para a população pobre e extremamente pobre — em 2013 o Bolsa Família cobria 50 milhões de pessoas, 26% da população do país. Foram mantidas as práticas democráticas, e houve avanço na criação de políticas estruturantes e em escala para incorporação dos brasileiros à rede de proteção social. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 615).

O modelo neodesenvolvimentista entrou em declínio a partir de 2015, levando o governo Dilma a adotar gradualmente políticas neoliberais para recuperar o crescimento econômico. O golpe de 2016 refletiu a disputa entre o capital financeiro internacional e a grande burguesia por uma agenda mais

livre de mercado, argumentando que a expansão do capital reduziria desigualdades sociais, não sendo necessariamente uma responsabilidade do Estado atender a essa demanda social. Souza e Hoff (2018), evidenciam que:

Essa política [...] neodesenvolvimentista, reuniu [...] a burguesia interna brasileira, [...] a baixa classe média, o operariado urbano e o campesinato, incorporando a massa de trabalhadores desempregados, subempregados, trabalhadores por conta própria e os em situação de pobreza [...] Sua frente adversária seria então o neoliberalismo ortodoxo, o qual reunia o grande capital financeiro internacional e a burguesia a ele integrada – os grandes proprietários de terra e a alta classe média dos setores público e privado [...] (HOFF; SOUZA, 2019, p. 4).

Após os anos 2000, a democracia no Brasil prometia inclusão e desenvolvimento econômico, mas enfrentou desafios. O crescimento econômico nem sempre beneficiava a todos, concentrando oportunidades e renda nas classes ricas. O governo de Temer em 2016 consolidou uma agenda neoliberal, priorizando o grande capital e retrocedendo após a crise de 2013, questionando a ideia de que democracia garantiria automaticamente conquistas sociais.

O avanço da agenda neoliberal do PMDB e o “golpeachment” em 2016

A democracia brasileira, moldada por conflitos entre trabalhadores e elites, se fortalece com a Constituição de 1988. Apesar da estabilidade do Plano Real nos anos 1990, as melhorias sociais foram limitadas. A eleição de Lula em 2002 trouxe esperança de reduzir a fome e melhorar a qualidade de vida no Brasil. O Brasil, rico em recursos, explorava seu povo para enriquecer uma minoria no poder.

A vitória de Lula, em uma chapa com José de Alencar, um empresário que começou pobre e se tornou bem-sucedido, representou uma união estratégica entre a classe burguesa e a classe trabalhadora, simbolizando uma aliança política entre essas classes divergentes, conforme evidencia Miguel (2016) quando afirma com clareza que

[...] Nas eleições de 1989, 1994 e 1998, Lula concorreu tendo na chapa, como candidatos à vice-presidência, políticos com claro compromisso popular. Em 2002, foi acompanhado por um grande empresário, José Alencar, filiado ao Partido Liberal. Atribuiu-se a ideia [...] ao marqueteiro Duda Mendonça; ela reuniria “dois meninos pobres que subiram na vida”, um pela política, outro pelos negócios. A ideia do subir na vida como projeto pessoal já marcava uma transformação no discurso petista, com a igualdade de oportunidades aparecendo como valor central, no lugar da igualdade substantiva antes privilegiada. [...] Desde antes, havia sido abandonada a ideia de que a campanha eleitoral era um momento de educação política: era o momento de ganhar votos e nada mais. [...] (MIGUEL, 2016, p. 69-70).

A chegada de Lula em 2002 e a sua reeleição em 2006 e a eleição de Dilma Rousseff em 2010, representou uma aliança estratégica com partidos de centro, centro-esquerda e centro-direita. Apesar dos bons resultados econômicos e de uma agenda social neodesenvolvimentista, o Brasil permanecia na velha política, jogando com as peças do antigo tabuleiro político, efetuando “o jogo político tal como ele sempre foi jogado” (MIGUEL, 2016, p. 70).

O lulismo no Brasil foi marcado por apoio no Congresso e impopularidade devido a escândalos de corrupção. Representava negociações e concessões para a classe trabalhadora e burguesia, transformando-se em um partido de manutenção de poder, abandonando ideias revolucionárias e equilibrando as forças políticas, conforme evidencia Miguel (2016), cientista político, que esclarece com ampla clareza que

O ‘lulismo’, que se forma então, seria uma maneira de postergar a resolução dos conflitos sociais e, enquanto isso, assegurar algumas melhorias para os mais pobres sem ameaçar os privilegiados. Na leitura de André Singer, que se tornou o intérprete mais sofisticado da estratégia do PT no poder, aquilo que, à primeira vista, parecia ser mera capitulação se torna peça de um projeto, muito moderado, é verdade, mas orientado decididamente na direção da mudança do país. A tese principal de Singer é que o ‘reformismo fraco’ do lulismo não foi o abandono, mas sim a ‘diluição’ do ‘reformismo forte’ do petismo de antes. (MIGUEL, 2016, p. 71).

Lula adota uma abordagem política de negociação, ganhando amplo apoio no Congresso. No entanto, com Dilma Rousseff, a pressão popular aumentou após escândalos de corrupção. Diante da intensa pressão social,

Dilma enfrentou o dilema de continuar o “lulismo” ou confrontar a “velha política”, onde opta pelo enfrentamento segundo matéria do G1.com.⁹

O texto destaca que Dilma abandona a postura lulista, implementando medidas anticorrupção, perdendo apoio no Congresso. Enquanto Dilma negociava com alas políticas, Michel Temer conspirava, e nisso, há a perda de popularidade dela devido aos escândalos de corrupção. A oposição se fortalece, bloqueia projetos e vetos, enfraquecendo o governo.

O golpe de 2016 se articula com o manifesto do PMDB, publicado em 29 de outubro de 2015, intitulado *Uma Ponte para o Futuro* (2015) que estabelecia novas diretrizes para a gestão presidencial. O manifesto enfatizou reformas fiscais, previdenciárias e trabalhistas, e propõe mudanças nas aposentadorias, controle de juros e dívida pública, dialogando com o neoliberalismo, enquanto criticava a gestão petista, onde afirmava-se que

[...] é necessário em primeiro lugar acabar com as vinculações constitucionais estabelecidas, como no caso dos gastos com saúde e com educação, em razão do receio de que o Executivo pudesse contingenciar, ou mesmo cortar esses gastos em caso de necessidade, porque no Brasil o orçamento não é impositivo e o Poder Executivo pode ou não executar a despesa orçada. O orçamento não impositivo, ou melhor, facultativo, é fruto da desconfiança do Executivo na sabedoria ou responsabilidade do Legislativo. Remédio equivocado, para uma doença que se chama falta de articulação política democrática. Os Poderes têm que se entender, e o Executivo sempre dispõe de instrumentos de contenção. O contingenciamento e, o principal deles, o veto. Para um novo regime fiscal, voltado para o crescimento, e não para o impasse e a estagnação, precisamos de novo regime orçamentário, com o fim de todas as vinculações e a implantação do orçamento inteiramente impositivo. [...] (UMA PONTE PARA FUTURO, 2015, p. 9).

Entre 2015 e 2016, aliados de Dilma Rousseff, incluindo Michel Temer, entram em conflito com o PT aumentando a oposição. Isso culminou em um golpe parlamentar que utilizou meios legais para destituir Dilma Rousseff, a primeira presidente do Brasil. O golpe incluiu manobras como a derrubada de

⁹ PORTALG1. Dilma anuncia pacote anticorrupção e oficializa entrega ao Congresso. Brasília (DF), 19/03/2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/dilma-encaminha-ao-congresso-nacional-pacote-anticorrupcao.html>, acesso em 28 mar. 2023.

vetos presidenciais e a aprovação das chamadas “Pautas-bomba”¹⁰, aumentando os gastos públicos e minando o regime fiscal que buscava reduzir a dívida pública.

Os reajustes salariais foram o atendimento da pressão popular, e sim, uma resposta ao governo, impactando as contas públicas em cerca de 2,4 bilhões, ocorrendo num período de reajuste fiscal, sendo peculiar que a Câmara, liderada por Eduardo Cunha do PMDB, defendesse um reajuste fiscal enquanto aprovava aumentos para a AGU. Nisso, o PMDB afirma que

Nosso desajuste fiscal chegou a um ponto crítico. [...] Nos últimos anos é possível dizer que o Governo Federal cometeu excessos, seja criando novos programas, seja ampliando os antigos, ou mesmo admitindo novos servidores ou assumindo investimentos acima da capacidade fiscal do Estado. A situação hoje poderia certamente estar menos crítica (UMA PONTE PARA O FUTURO, 2015, p. 5).

Na mídia digital observada nas matérias anteriores e no Manifesto acima, nota-se a falta de articulação de Dilma com o Congresso Nacional era destacada, enquanto a operação Lava Jato continuava expondo políticos e empresários em esquemas de corrupção. A crise de 2015 refletia não apenas a tentativa de romper com o antigo jogo político, mas também a pressão popular por mudanças e uma Reforma Política, gerando um cenário de incerteza e instabilidade no Brasil. Sobre isso, Schwarcz e Heloísa (2015) esclarecem que

Cresceu no Brasil a reação pública contra atos de corrupção, [...] Enfrentar a corrupção exige controle público, transparência das ações dos governantes e um processo de formação — no sentido do aprendizado — de uma cultura republicana que seja exercitada cotidianamente pelo brasileiro comum em sua relação com o país. Precisamos praticar em nosso cotidiano a definição do que é público e a linguagem pública dos direitos, e isso quer dizer garantir o respeito ao outro [...] E esse exercício de cada um veio às ruas em junho de 2013 [...] Ninguém imaginava a explosão social que se seguiu a um protesto contra o aumento das passagens de ônibus, em São Paulo. Milhares de pessoas foram para as ruas nas grandes cidades do país, em particular os jovens, com uma pauta aberta, onde cabia um

¹⁰ PASSARINHO, Nathalia. Câmara aprova texto-base de 'pauta-bomba' que dá aumento para AGU. *Portal G1*. Brasília(DF), 19 mar. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/08/camara-aprova-em-1-turno-texto-base-do-aumento-para-agu.html>, acesso em 28/03/2023.

sentimento de insatisfação [...] de frustração e [...] mudança. [...] (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 617).

A crise política e social, levou ao “golpeachment” de Dilma Rousseff, permitindo reformas neoliberais como a PEC do Teto de Gastos (2016) e Reformas Trabalhista (2017), alinhadas ao manifesto Ponte para o Futuro (2015). A imprensa desempenhou papel vital ao retratar a agenda neoliberal de modo positivo, moldando a opinião pública.

“Pontos de costura e tecelagem das mentalidades”: A operação política da imprensa eletrônica durante a “agenda neoliberal temista” (2016-2018)

*“[...] A revista moralista
Traz uma lista
Dos pecados da vedete (vamos lá)
E tem jornal popular que
Nunca se espreme
Porque pode derramar
É um banco de sangue encadernado
Já vem pronto e tabelado
É somente folhear e usar
É somente folhear e usar [...]”
(Tom Zé, 1968)¹¹*

A música “Parque Industrial” (1968) de Tom Zé reflete a operação da mídia no Brasil, agindo como moralista, moldando valores, sensibilidades e paixões do público. A sociedade consome produtos midiáticos que definem seus valores, reproduzindo ideologias.

Nessa perspectiva, quando narra que o jornal e o seu produto “[...] é um banco de sangue encadernado [...]” (ZÉ, 1968), é que a mídia elenca a sangria do povo brasileiro, abordando assassinatos, casos policiais, corrupção política e paixões como esportes, refletindo os interesses jornalísticos em provocar indignação ou acalmar o público.

Claramente também conscientiza que “[...] Já vem pronto e tabelado, é somente folhear e usar [...]” (ZÉ, 1968), e nesse sentido, o jornalismo molda

¹¹ ZÉ, Tom. Parque Industrial. *Tropicalia ou Panis et Circencis*. Rio de Janeiro: Philips Records, 1968.

opiniões e juízos de valor por meio da informação. Outrossim, acaba por influenciar mentalidades e criando partidários na sociedade que reproduzem e emitem juízos e opiniões a partir das matérias e ideologias jornalísticas.

Por isso, é “pronto” e “tabelado”, definindo no teatro de sombras que são os interesses corporativos ou pessoais do emissor, e também quando se “folheia” e se “usa”, é porque seus mecanismos de emissão, criam a opinião pública em torno de um tema. A metáfora da obra sobre a imprensa vai além do seu tempo, quando destaca sua crítica à manipulação da informação.

Durante o governo de Dilma Rousseff, o *Portal G1* e *R7.com* adotaram uma abordagem sensacionalista sobre o golpe de 2016, PEC 55 e Reforma Trabalhista. Eles apresentaram esses temas sutilmente, refletindo interesses específicos e evitando posições políticas claras. A escolha pela mídia eletrônica foi devido à acessibilidade global, mas não indicava preferência pessoal por essa forma de mídia. Desse modo, Patrícia Saldanha evidencia com clareza que

[...] os dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), o Brasil fechou abril de 2022 [...] com 259,2 milhões de celulares e densidade de 120,90 cel/100 hab. O mês [...] apresentou adições líquidas de 969 mil celulares. O pré pago apresentou adições líquidas de 126 mil celulares. No pós pago as adições líquidas foram de 843 mil celulares. A participação do pré pago foi de 46,2%. (TELECO, 2022 apud SALDANHA, 2022, p. 149)¹².

No Brasil, o aumento do uso de celulares tem impulsionado a criação de veículos de imprensa digital voltados para o público jovem. Esses meios produzem jornalismo adaptado aos interesses variados desse grupo, refletindo a diversidade de perspectivas na contemporaneidade. Tavares (2020) esclarece que:

[...] Com um novo ecossistema midiático, onde o jornalismo não detém o controle da informação e os cidadãos podem buscar conteúdo informativo em qualquer página da internet ou perfil em rede social, a custos mínimos, o jornalismo se viu diante de um contexto inédito e com consequências pouco experimentadas em

¹² SALDANHA, Patrícia G. Conexões históricas entre a comunicação publicitária e as relações capitalistas a partir do comum. *Revista Brasileira de História da Mídia*, São Paulo, v. 11, n. 1, jan./jun. 2022, p. 146-163.

outros momentos da história. A centralidade que o jornalismo tinha até poucos anos atrás foi sendo minada pela lógica das redes sociais, o que gerou uma perda de hegemonia e desarranjo de visibilidade do conteúdo da imprensa brasileira na rede quando comparada a outros agentes [...] (TAVARES, 2020, p. 120).

Nas plataformas eletrônicas, o público lida com as "fake news" ao migrar para o meio digital para obtenção de informações de confiabilidade. Mídias independentes como Brasil247 e Revista Fórum resistem à agenda neoliberal, criticando políticas que exacerbam desigualdades. Brasil247 foca em denúncias governamentais, enquanto Revista Fórum defende uma agenda defensora de direitos, constatações feitas a partir de análise das matérias.

A PEC do Teto de Gastos foi introduzida após o golpe de 2016, buscando cortar gastos e controlar o orçamento público. Focada em equilibrar as contas e atender às demandas do mercado, ela resultou em contingenciamento de investimentos sociais, priorizando o crescimento do capital e dos investimentos. Cynara Mariano (2017), evidencia que:

Fixado o teto [...] isso vinculará todos os fenômenos administrativos que ocorrerem nas várias unidades, órgãos e pessoas administrativas acima citadas, pelos próximos 20 (vinte) anos, o que, obviamente, impedirá os investimentos necessários à manutenção e expansão dos serviços públicos, incorporação de inovações tecnológicas, aumentos de remuneração, contratação de pessoal, reestruturação de carreiras, o que se faz necessário [...] sobretudo em razão dos objetivos e fundamentos constitucionais, que direcionam um projeto constituinte de um Estado de Bem Estar Social. O novo regime fiscal suspende [...] o projeto constituinte de 1988, e retira dos próximos governantes a autonomia sobre o orçamento. [...] Retira [...] do cidadão brasileiro o direito de escolher [...] o programa de governo traduzido no orçamento e, com isso, decidir pelas políticas públicas [...] para o desenvolvimento econômico [...] (MARIANO, 2017, p. 261).

A PEC 55 restringiu severamente o desenvolvimento social no Brasil, limitando o orçamento de 2016 e prejudicando serviços essenciais como saúde e educação. Isso resultou em um cenário de vida precário para os brasileiros, minando as conquistas sociais e comprometendo o desenvolvimento humano no país.

A PEC nº 246 foi aprovada para equilibrar as contas públicas, evitando impostos impopulares devido aos gastos do governo do PT e "pautas-bomba".

O portal da Globo favoreceu discursos positivos de Henrique Meirelles, facilitando a aceitação das políticas do governo, embora alternativas como a Reforma Tributária não tenham sido aprovadas no Congresso à época da declaração do ex-Ministro da Economia do Governo Temer¹³.

A imprensa realça a espetacularização política com a resistência da oposição ao golpe de Dilma em 2016 e à agenda de Temer e da base governista. Isso influencia as negociações no Congresso Nacional, moldando a ascensão do neoliberalismo no Brasil sob Temer e, principalmente, durante o governo Bolsonaro, tema relevante para futuras pesquisas históricas.

A matéria não explica termos essenciais como dívida pública ou fornece links para informações adicionais. Não discute pesquisas ou impactos reais da PEC, focando na espetacularização política da época e ignorando questões vitais, como os cortes em serviços essenciais de saúde e educação para a população mais vulnerável¹⁴.

Em outra matéria se percebe uma crítica contundente à PEC do Teto, mencionando o relator da ONU, Philip Alston, que a chamou de "sem piedade" e "radical". A denúncia expõe a oposição à agenda de Temer, revelando um jornalismo profissional elucidativo sobre os impactos sociais. A *Revista Fórum* e o *Brasil247* adotam linguagem acessível ao público, denunciando de forma direta as propostas que ameaçavam os direitos sociais, como a PEC do Teto e a Reforma Trabalhista, evidenciando oposição à agenda do governo¹⁵.

¹³ PORTALG1. Aprovar teto de gasto esse ano pode gerar resultado em 2017, diz Meirelles. Brasília (DF), 15 jun. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2016/06/aprovar-teto-de-gasto-esse-ano-pode-gerar-resultado-em-2017-diz-meirelles.html>, acesso em 28 mar. 2023.

¹⁴ R7.COM. Câmara aprova texto que impõe teto a gastos públicos São Paulo (SP), 10 out. 2016. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/camara-aprova-texto-que-impoe-teto-a-gastos-publicos-11102016>, acesso em 28 mar. 2023.

¹⁵ REVISTA FÓRUM. Teto de 20 anos para gastos violará direitos humanos, alerta relator da ONU. Rio Grande do Sul, 9 dez. 2016. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/2016/12/9/teto-de-20-anos-para-gastos-violara-direitos-humanos-alerta-relator-da-onu-18181.html>, acesso em 28 mar. 2023.

Com o título de “PEC do Fim do mundo’ é promulgada”, *O Brasil247* destaca os impactos da PEC 55, vinculando-se à agenda do PT. Adota uma postura denunciativa sobre essa pauta e a Reforma Trabalhista, desafiando o silêncio da mídia corporativa. A operação jornalística do site molda a opinião pública, influenciando políticas, criticando o governo Temer e desafiando o silêncio jornalístico¹⁶. Sobre tais questões, Silva (2011) esclarece que

A própria compreensão sobre a historicidade desse tempo se modificou, assim como os significados dos acontecimentos tidos como emblemáticos, antes sequer conhecidos por uma coletividade mais ampla, e que agora passam a ser partilhados para além de todas as fronteiras. Talvez não seja exagero falar que atualmente vivemos sob o signo dos recursos midiáticos que ocupam lugar capital na ordenação de formas de pensamento histórico contemporâneo, já que a relevância que os acontecimentos passaram a assumir, vinculados a estes mecanismos, é bastante diferente daquela vislumbrada em outros tempos. Ao irromperem no cotidiano, tais recursos nos apresentam uma procissão tão acelerada de eventos e informações, que a percepção espaço-temporal passou a se manifestar fortemente ligada ao imediatismo da informação, dando-nos a impressão que a articulação de uma tripla dimensão temporal foi alterada definitivamente. [...] (SILVA, 2011, p. 15).

O público consome avidamente conteúdos de imprensa digital em detrimento da produção científica, valorizando análises imediatas ao invés de reflexões históricas. A Reforma Trabalhista, resultado da agenda do governo Temer, é central nessa análise. Antes dela, o PT havia deixado um legado positivo, expandindo direitos e melhorando as condições do trabalho.

A Reforma Trabalhista, buscava reduzir o desemprego ao diminuir os custos para os empregadores, eliminando alguns direitos trabalhistas. A ideia era que isso incentivaria investimentos e a criação de empregos, embora tenha gerado críticas devido ao receio de exploração e precarização do trabalho. Essa medida refletia o pensamento de Langoni (1973)¹⁷, remontando

¹⁶ BRASIL247. “PEC do fim do mundo” é promulgada. São Paulo (SP), 15 dez. 2016. Disponível em: <https://www.brasil247.com/poder/pec-do-fim-do-mundo-e-promulgada>, acesso em 28 mar. 2023.

¹⁷ LANGONI, Carlos G. *Distribuição de renda e desenvolvimento económico no Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.

à época da Ditadura de 64, defendendo o corte de subsídios para ampliação de direitos sociais para geração de empregos.

A proposta do governo Temer, explorava as fragilidades nas relações de trabalho, permitindo a exploração da mão-de-obra para benefício do capital burguês, gerando empregos precários e de baixa qualidade. Veja abaixo, os pontos-chave do artigo 611 introduziram novos dispositivos legais na CLT, reformulando acordos coletivos de trabalho:

Art. 611-A. A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre: I – pacto quanto à jornada de trabalho, observados os limites constitucionais; II – banco de horas anual; III – intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo de trinta minutos para jornadas superiores a seis horas; IV – adesão ao Programa Seguro-Emprego (PSE), de que trata a Lei no 13.189, de 19 de novembro de 2015; V – plano de cargos, salários e funções compatíveis com a condição pessoal do empregado, bem como identificação dos cargos que se enquadram como funções de confiança; VI – regulamento empresarial; VII – representante dos trabalhadores no local de trabalho; VIII – teletrabalho, regime de sobreaviso, e trabalho intermitente; IX – remuneração por produtividade, incluídas as gorjetas percebidas pelo empregado, e remuneração por desempenho individual; X – modalidade de registro de jornada de XI – troca do dia de feriado; XII – enquadramento do grau de insalubridade; XIII – prorrogação de jornada em ambientes insalubres, sem licença prévia das autoridades competentes do Ministério do Trabalho; XIV – prêmios de incentivo em bens ou serviços, eventualmente concedidos em programas de incentivo; XV – participação nos lucros ou resultados da empresa (BRASIL, 2017).

O artigo 611 dá prioridade aos acordos coletivos sobre a lei e a Justiça, enfraquecendo a regulação trabalhista e nivelando as posições de patrões e empregados. Isso reflete a tendência neoliberal de enfraquecer conquistas sociais e promover relações mais flexíveis no trabalho, conforme evidencia Carvalho (2017) quando evidencia que

O primeiro parágrafo do Artigo 611 – A estabelece essencialmente que não cabe à JT dispor sobre o conteúdo dos acordos, devendo ela apenas analisar sua conformidade aos elementos juridicamente formais. Da mesma forma, no § 2o, o legislador procura estabelecer que a ausência de contrapartidas pela retirada de direitos legais não deve ensejar a nulidade dos acordos por vício do negócio jurídico, evitando prática comum na JT atual que tende a anular convenções e acordos que apenas contenham cláusulas restritivas aos direitos dos trabalhadores (CARVALHO, 2017, p. 83).

A Reforma Trabalhista enfraquece a mediação da Justiça do Trabalho, removendo a proteção legal, em um cenário de desigualdades sociais e trabalho precário no Brasil. Mesmo antes da reforma, os direitos dos trabalhadores eram frágeis, e piora com essa mudança, minando a segurança e dignidade no trabalho. Campos (2015) afirma com clareza que

O fenômeno da desigualdade é típico das relações que vertebram a sociedade de classes e a economia capitalista. Trabalhadores e empresários[...] encontram-se em uma posição de desigualdade, que deriva do fato de que, por um lado, empresários são sujeitos coletivos, pois suas decisões (de investimento, de produção etc.) influenciam a sociedade como um conjunto. Por outro, trabalhadores são sujeitos individuais, com todas as fragilidades e dificuldades inerentes a essa condição [...] (CAMPOS, 2015, p. 7).

A mídia brasileira molda a percepção pública, especialmente em questões políticas. Veículos como Brasil247 e Revista Fórum criticam as políticas de Temer, enquanto PortalG1 e R7.com, às vezes, omitiam ou justificavam a Reforma Trabalhista como necessária para geração de emprego e renda.

Sobre isso, em matéria publicada em 2017, a *Revista Fórum* denunciou a Reforma Trabalhista de 2017, expondo seus retrocessos, como a jornada de trabalho e salário-mínimo. Criticou a cobertura midiática que ora omitia impactos negativos, ora usava linguagem complexa, politizando a opinião pública sobre as reformas do governo Temer¹⁸.

O veículo midiático mencionado acima não somente assume posição crítica à reforma, mas expõe e denuncia a influência da grande imprensa, especialmente *Globo* e *R7*, nas opiniões públicas é evidente, moldando suas coberturas de acordo com negociações e interesses com o governo. Em matéria publicada em 2017, sugere um acordo entre *Globo* e o governo Temer para suavizar críticas em troca de investimentos e financiamento¹⁹.

¹⁸ STREIT, Maíra. Reforma Trabalhista de Temer: revogação de direitos. *Revista Fórum*. Rio Grande do Sul, 25 abr. 2017. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/2017/4/25/reforma-trabalhista-de-temer-revogao-de-direitos-20578.html>, acesso em 28 mar. 2023.

¹⁹ REVISTA FÓRUM. Temer se reuniu com a cúpula da Globo para discutir delação e reformas. Rio Grande do Sul, 21 dez. 2017. Disponível em:

O portal *G1.com* destaca a Reforma Trabalhista como geradora de empregos, apoiada por pesquisa e especialistas, mas os empregos criados são precários. A intenção é promover a reforma, enfatizando seu papel no crescimento econômico e criando expectativas de 1,5 milhão de empregos, influenciando a opinião pública e ocultando suas reais intenções, afim de promover a pauta e difundir opinião em torno da Reforma²⁰.

O portal *R7.com* por mais que demonstre certa “imparcialidade”, demonstra certo afeto a proposta, uma vez que a matéria destaca apenas o ponto da contratação por hora, esclarecendo impactos positivos das flexibilidades de horários e da rotina do trabalhador, mas silencia a perda de direitos e remunerações ganha com a antiga jornada feita pelo cálculo mensal²¹.

A imprensa, alinhada ao governo, minimiza os impactos negativos da Reforma Trabalhista, promovendo uma visão favorável e silenciando críticas. Isso reflete a luta dos trabalhadores contra a opressão e a injustiça, pois Walter Benjamin denota com clareza que “O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer” (BENJAMIN, 1994, p.224).

A mídia e a historiografia têm inclinações políticas, mas a historiografia busca objetividade científica, enquanto a mídia pode ser influenciada por interesses partidários. O historiador visa à produção de conhecimento, não a interesses específicos.

<https://revistaforum.com.br/brasil/2017/4/25/reforma-trabalhista-de-temer-revogao-de-direitos-20578.html>, acesso em 28 mar. 2023.

²⁰ PORTAL *G1*. Reforma trabalhista pode criar 1,5 milhão de vagas, diz pesquisa. Brasília (DF), 12 ago. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/08/reforma-trabalhista-pode-criar-15-milhao-de-vagas-diz-pesquisa.html>, acesso em 28 mar. 2023.

²¹ GARCIA, Alexandre. Reforma trabalhista passa a valer hoje e permite contratação por hora. *R7.com*. São Paulo(SP), 10/11/2017. Disponível em: <https://noticias.r7.com/economia/reforma-trabalhista-passa-a-valer-hoje-e-permite-contratacao-por-hora-29062022>, acesso em 28/03/2023.

Em outra reportagem, o Brasil247, de 2022, denuncia as condições trabalhistas no Brasil contemporâneo, evidenciando as condições de trabalho degradantes pós-Reforma Trabalhista, destacando falta de fiscalização e instrumentos legais. Usa especialistas e pesquisa da CSI para mobilizar oposição digital às reformas de Temer, questionando falta de benefícios claros para os trabalhadores²².

Conforme o gráfico a seguir, no período abarcado entre os anos de 2017 e 2019, um exame atento revela uma queda no índice de desemprego no Brasil, porém, essa diminuição é marcada por uma expressividade bastante limitada, não ultrapassando a marca de 2%. Tal cenário evidencia uma dissonância significativa em relação às projeções veiculadas pela grande mídia, que previa a criação de milhões de novos postos de trabalho como resultado direto da Reforma Trabalhista. A narrativa que apontava para impactos positivos massivos nas taxas de emprego parece se distanciar da realidade concreta.

Nesse contexto, é crucial explorar em profundidade a complexidade da situação. A Reforma Trabalhista, ao ter sido implementada, indiscutivelmente contribuiu para uma redução modesta no desemprego. No entanto, é fundamental compreender que essa diminuição pouco expressiva em números não se traduz diretamente em melhoria substancial das condições do trabalhador. O cerne da questão reside na percepção de que a lei não detém mais a soberania sobre as práticas do sistema capitalista. O ambiente de trabalho é caracterizado por relações cada vez mais fragilizadas e exploradoras, onde os trabalhadores frequentemente enfrentam situações precárias e vulneráveis.

²² BRASIL247. Reforma trabalhista coloca Brasil entre os países que mais desrespeitam direitos dos trabalhadores no mundo, diz advogado. São Paulo, 05 jul. 2022. Disponível em: <https://www.brasil247.com/economia/reforma-trabalhista-coloca-brasil-entre-os-paises-que-mais-desrespeitam-direitos-dos-trabalhadores-no-mundo-diz-advogado>, acesso em 28 mar. 2023.

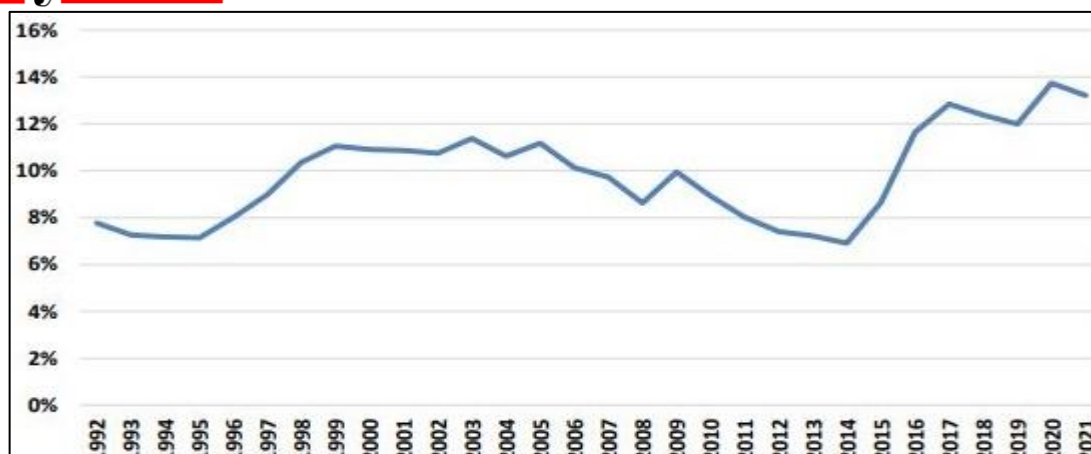


Gráfico 02: Evolução da taxa de desemprego – 1992-2021

Fonte: PNAD apud FILHO e VELOSO, abril de 2022, p. 3.

É relevante destacar que a redução do desemprego, embora seja um indicador importante, não deve ser analisada isoladamente. Para uma avaliação mais abrangente dos impactos da Reforma Trabalhista, é crucial considerar a qualidade dos empregos gerados, a estabilidade das condições de trabalho, os benefícios e direitos associados, bem como a inclusão de setores informais e precarizados na economia formal. Nesse sentido, uma abordagem crítica e ampla da situação é necessária para compreender os efeitos reais da legislação trabalhista reformulada sobre a vida dos trabalhadores e a estrutura do mercado de trabalho como um todo.

De uma maneira clara e objetiva, a perspectiva que se delineava no governo de Michel Temer com a proposta da Reforma Trabalhista de 2017 era a de promover a geração de empregos formais, que se enquadrassem dentro das regulamentações da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). No entanto, a realidade que emergiu desse processo foi complexa e multifacetada, resultando em uma geração de empregos marcada por baixos salários, má qualidade das vagas oferecidas e, em muitos casos, a completa ausência da tutela da Justiça do Trabalho. Esse último fator é um ponto crucial, uma vez que a precarização decorrente da retirada de poderio legal e jurídico para mediar questões trabalhistas contribuiu significativamente para os desdobramentos observados.

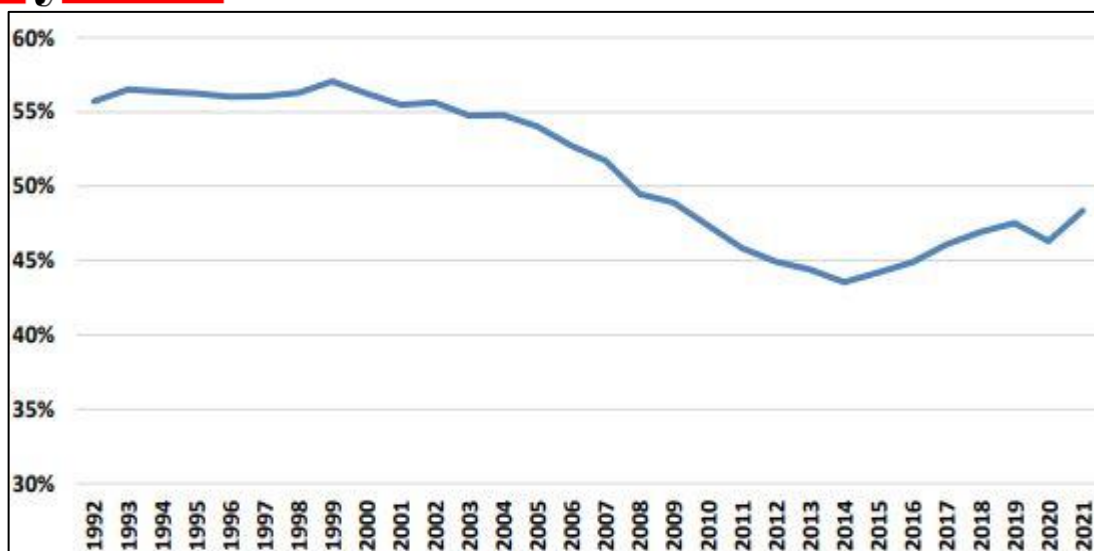


Gráfico 03: Evolução da taxa de informalidade – 1992-2021.

Fonte: PNAD apud FILHO e VELOSO, abril de 2022, p. 4.

O cenário da informalidade, caracterizado pela falta de regulamentação e proteções asseguradas pela CLT, continuou a ganhar força no Brasil, mesmo com algumas variações ao longo do tempo. Essas flutuações tornaram-se mais evidentes durante a gestão de Jair Bolsonaro em 2019. A despeito das projeções de formalização e melhoria das condições de trabalho, a realidade apontou para um contexto sendo a informalidade se mantém como uma realidade intrincada e persistente.

É importante considerar que, embora a geração de empregos seja um fator crucial para a saúde econômica de um país, a qualidade desses empregos é igualmente relevante. O mero aumento numérico de postos de trabalho não reflete necessariamente uma melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores ou na estabilidade das condições laborais.

A ausência de regulamentações sólidas e de um ambiente jurídico que proteja os direitos dos trabalhadores pode levar a situações de exploração, insegurança e vulnerabilidade, que são contraproducentes para o desenvolvimento econômico sustentável e para a melhoria da vida da população. Portanto, uma análise aprofundada deve considerar tanto a

quantidade quanto a qualidade dos empregos gerados após a implementação da Reforma Trabalhista.

Considerações finais

Nesse contexto, a pesquisa atua como um instrumento para a compreensão de impactos e mudanças decorrentes das reformas promovidas durante os governos Lula e Dilma, bem como da forma como essas reformas foram abordadas e interpretadas pela mídia. Ao lançar um olhar crítico sobre a maneira como os veículos de imprensa abordaram tais reformas, a pesquisa oferece uma perspectiva sobre a construção do imaginário político e a formação da opinião pública em relação às reformas.

Através de uma análise das narrativas midiáticas que permearam aquele período, a pesquisa consegue caracterizar as agendas sociais dos governos Lula e Dilma, destacando os esforços para implementar políticas de cunho neodesenvolvimentista voltadas para a redução das desigualdades e a promoção do bem-estar social. Ao mesmo tempo, ela também evidencia como tais agendas foram alvo de oposição política e midiática, alimentando a polarização e as tensões que culminariam no processo de impeachment.

O termo "golpeachment" (termo de Cássio Prado²³) é ilustrativo, pois encapsula a ideia de que o afastamento de Dilma Rousseff da presidência não foi apenas um processo de impeachment baseado em questões legais e constitucionais, mas também um movimento político que envolveu uma série de interesses e manobras para alterar o curso político do país. A ligação entre os investigados da Lava-Jato, como Renan Calheiros e Eduardo Cunha, com o processo de impeachment lança luz sobre a complexa teia de influências e alianças que moldou os eventos daquele período conturbado.

²³ PRADO, Cassio Vilela. *O Golpe na Presidenta Dilma Rousseff: Golpeachment*. Charleston/Estados Unidos: Edição do Autor, 2017.

Desse modo, a pesquisa revela as nuances por trás das narrativas midiáticas e políticas que marcaram essa fase da história brasileira. Ela oferece elementos para a reflexão sobre como as informações são moldadas, interpretadas e difundidas, assim como os impactos disso na sociedade e nas decisões políticas. Com isso, contribui para um entendimento das transformações políticas e sociais ocorridas no Brasil durante os anos analisados, abrindo caminho para uma análise crítica e informada desse período complexo e multifacetado.

Após a contextualização abrangente apresentada até o momento, torna-se ainda mais pertinente lançar um foco atencioso sobre o manifesto intitulado "Ponte para o Futuro", que foi elaborado pelo PMDB em 2015. Esse documento não apenas delineou as linhas ideológicas do partido, mas também estabeleceu as bases que norteariam as propostas do governo subsequente de Michel Temer. No entanto, é fundamental destacar que o impacto desse manifesto vai além de ser meramente um plano político; ele se insere em um contexto mais amplo, ganhando relevância significativa quando consideramos sua conexão intrínseca com o controverso e questionável processo de impeachment que se seguiu.

Ao examinarmos com atenção o conteúdo desse manifesto, percebemos que ele vai além de um mero roteiro de políticas públicas. Ele se estabelece como um instrumento que visava traçar uma visão alternativa ao governo vigente na época, sinalizando para a opinião pública e para os atores políticos as direções que o PMDB desejava seguir em relação à economia, às reformas e ao papel do Estado. O "Ponte para o Futuro" tornou-se, assim, um dos pilares do projeto político de Temer e, em última análise, da sua futura presidência.

No entanto, o cenário que se desdobrou posteriormente não pode ser desvinculado da forma como esse manifesto foi utilizado como um instrumento para pavimentar o caminho rumo ao impeachment de Dilma

Rousseff. O questionamento acerca dos motivos e das justificativas por trás do impeachment torna-se ainda mais latente quando consideramos a rapidez e a complexidade dos eventos que culminaram na destituição da presidente. A conexão entre o "Ponte para o Futuro" e o processo de afastamento de Dilma Rousseff suscita reflexões sobre a relação entre projetos políticos, interesses partidários e a instrumentalização de determinadas agendas para atingir objetivos específicos.

Nessa perspectiva, o manifesto PMDB ganha contornos mais profundos, pois sua divulgação não se limitou a uma simples exposição de ideias, mas sim teve um impacto substancial na condução dos acontecimentos políticos que moldaram o país naquele período. A análise crítica desse manifesto e de sua interação com o cenário político-econômico da época é fundamental para compreender como as estratégias políticas e midiáticas foram orquestradas, quais interesses estiveram em jogo e como a opinião pública foi moldada para legitimar determinadas ações políticas. O processo de impeachment que culminou na saída da presidenta Dilma Rousseff foi marcado por uma série de polêmicas e acusações, que envolveram figuras políticas em posições de destaque. Vale mencionar que o processo foi liderado por parlamentares que também eram alvo de investigações na Justiça, o que lança dúvidas sobre a imparcialidade e legitimidade do processo.

A acusação central baseou-se nas chamadas "pedaladas fiscais", uma prática que, segundo alegações, teria sido utilizada por diversos governos anteriores ao de Dilma. O cerne da controvérsia reside no fato de que essa prática era uma praxe comum na gestão de recursos públicos e não estava restrita a um governo específico. No entanto, a oposição escolheu destacar essas ações como justificativa para o impeachment, o que levanta questionamentos sobre a politização do processo e sua condução. O contexto político e as motivações por trás do impeachment são elementos cruciais para uma análise mais ampla daquele período. O manifesto "Ponte

para o Futuro" é um documento que fornece insights sobre as visões políticas e econômicas que nortearam o governo Temer, mas sua relação com o processo de impeachment e os métodos empregados para alcançar esse objetivo ressaltam a complexidade e as tensões que permearam aquele momento na história política do Brasil.

Para uma análise mais aprofundada, é necessário abordar as amplas implicações da PEC 55, também conhecida como teto de gastos. Essa medida, que almejava congelar os investimentos públicos por um período de duas décadas, teve repercussões significativas na trajetória das políticas sociais e no desenvolvimento humano no Brasil. Uma exploração mais minuciosa dos efeitos dessa emenda constitucional permite compreender melhor a maneira como ela afetou várias áreas essenciais e delineou um cenário de restrições orçamentárias de longa duração.

A justificativa primordial para a PEC 55 era a necessidade de conter os gastos públicos e restabelecer o equilíbrio financeiro do país. No entanto, é essencial contextualizar essa medida dentro de um quadro mais amplo, considerando o alcance de suas implicações e as ramificações para as políticas sociais e a qualidade de vida da população brasileira. Uma análise mais profunda revela que, ao limitar os investimentos em áreas cruciais como saúde, educação e segurança pública, a PEC 55 comprometeu as conquistas obtidas em termos de desenvolvimento humano e bem-estar social.

A suspensão dos recursos alocados para setores essenciais teve consequências diretas para os grupos mais vulneráveis da sociedade. O enfrentamento da fome, por exemplo, que requer investimentos em programas de assistência social e segurança alimentar, foi afetado pela rigidez imposta pelo teto de gastos. Além disso, a incapacidade de expandir as políticas públicas teve impacto negativo no combate à violência, na criação de oportunidades de emprego no funcionalismo público e em outros aspectos para um desenvolvimento equitativo do país.

Ao se discutir as implicações da PEC 55, é também relevante destacar a sua característica de "congelamento do futuro". Ao limitar os investimentos por um período prolongado, o Brasil se viu diante da situação em que as perspectivas de progresso foram restringidas. A limitação orçamentária ao longo de duas décadas criou desafios substanciais para o desenvolvimento sustentável e a construção de um futuro mais promissor.

Desse modo, a avaliação da PEC 55 deve ir além do mero controle de gastos. Ela representa um impacto significativo nas áreas sociais e no desenvolvimento humano do Brasil, gerando um ambiente repleto de desafios e obstáculos para a melhoria das condições de vida da população. A compreensão das consequências dessa medida é crucial para uma análise abrangente do contexto político, econômico e social da época, bem como para a avaliação dos compromissos assumidos pelo governo em relação ao bem-estar dos cidadãos brasileiros.

Em suma, a Reforma Trabalhista se insere como um marco de retrocesso significativo na trajetória republicana do Brasil, deixando uma marca indelével ao modificar substancialmente a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e impactar profundamente o sistema de Justiça do Trabalho. Essa reforma se apresentou sob a bandeira da "flexibilização" de acordos trabalhistas, porém, na prática, alçou os interesses patronais a uma posição superior à legislação. A alegação de que os acordos transcendem a legalidade conferiu ao patronato uma vantagem que, por sua vez, deixou a Justiça do Trabalho com poucos recursos para mediar ou intervir em situações de exploração laboral.

Nesse cenário, o governo Temer capitalizou a vulnerabilidade das relações trabalhistas, em que os trabalhadores, devido ao aumento do desemprego, viram-se compelidos a aceitar acordos sob condições adversas. No entanto, os resultados obtidos desmentem as promessas de progresso dessa reforma. O crescimento tímido na empregabilidade não foi suficiente para compensar o aumento expressivo da informalidade no mercado de

trabalho brasileiro. Isso nos leva a uma conclusão contundente: a agenda neoliberal proposta pelo governo Temer não pode ser considerada um fracasso. Pelo contrário, ela alcançou seu objetivo, que foi acentuar as desigualdades sociais em benefício dos interesses empresariais.

Ao observar o panorama pós-Reforma Trabalhista, é indiscutível que as mudanças propostas não trouxeram os impactos positivos esperados. A empregabilidade limitada e a proliferação da informalidade sinalizam uma alteração profunda na dinâmica das relações trabalhistas, em detrimento dos trabalhadores e em favor dos setores econômicos mais poderosos. Diante disso, emerge uma reflexão crítica sobre o verdadeiro escopo das reformas promovidas pelo governo, que não só alteraram as leis, mas também influenciaram a configuração do mercado de trabalho e a qualidade de vida dos cidadãos brasileiros.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir. (Org.) *Pósneoliberalismo - As políticas Sociais e o Estado Democrático*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1995.

BARBOSA, Eliene Pereira; SILVA, Wagner Pires da. Austeridade e neoliberalismo no Brasil pós-golpe. *Revista Sítio Novo*. Palmas, v. 4 n. 3, jul./set. 2020, p. 336-347.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Editora Braziliense, 2000.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). *Diário Oficial da União*, Brasília, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm, acesso em 28/03/2023.

BRASIL247. São Paulo (SP), 15/12/2016. Disponível em: <https://www.brasil247.com/poder/pec-do-fim-do-mundo-e-promulgada>, acesso em 28/03/2023.

BRASIL247. São Paulo (SP), 05/07/2022. Disponível em: <https://www.brasil247.com/economia/reforma-trabalhista-coloca-brasil-entre-os-paises-que-mais-desrespeitam-direitos-dos-trabalhadores-no-mundo-diz-advogado>, acesso em 28/03/2023.

CAMPOS, André Gambier. Breve histórico das mudanças na regulação do trabalho no Brasil. In: Textos para discussão nº 2024, IPEA, Rio de Janeiro, janeiro de 2015.

CARVALHO, André S. Uma visão geral sobre a reforma trabalhista. In: Mercado de trabalho nº 80, IPEA, Brasília, outubro de 2017, p. 81-94. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8130/1/bmt_63_vis%C3%A3o.pdf, acesso em 28/03/2023.

DIAS, Viviane Moraes. “Neodesenvolvimentismo” e política sociassistencial em tempo de crise sistêmica do capital. Dissertação (Mestrado em Política Social). Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília. Brasília, 2015.

FILHO, Fernando de Holanda Barbosa; VELOSO, Fernando. Mercado de trabalho no Brasil: evolução, efeitos da pandemia, perspectivas e propostas. FGV, 07 de abril de 2022.

GARCIA, Alexandre. Reforma trabalhista passa a valer hoje e permite contratação por hora. R7.com. São-Paulo (SP), 10/11/2017. Disponível em: <https://noticias.r7.com/economia/reforma-trabalhista-passa-a-valer-hoje-e-permite-contratacao-por-hora-29062022>, acesso em 28/03/2023.

GERMANO, Jose Wilington. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2000.

HOFF, Tuize Silva Rovere; SOUZA, Mariana Barbosa de. O governo Temer e a volta do neoliberalismo no Brasil: possíveis consequências na habitação popular. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, URBE, Pontifícia Universidade Católica (PUC), Rio Grande do Sul, nº 11, e20180023, 2019, p. 1-14.

KEYNES, J. M. Activities 1922–1929 – The Return to Gold and Industrial Policy. In: MOGGRIDGE, D; JOHNSON, E. *The Collected Writings of John Maynard Keynes*, Volume XIX. London: Macmillan and Cambridge: Cambridge University Press, 2013h.

LANGONI, Carlos G. *Distribuição de renda e desenvolvimento económico no Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.

MACEDO, Fernando César de; PORTO, Leonardo Rodrigues. Evolução regional do mercado de trabalho no Brasil (2000-2018): apontamentos para a política

nacional de desenvolvimento regional (PNDR). In: Textos para discussão nº 2652, IPEA, Brasília, abril de 2021, p. 1-90.

MARIANO, Cynara Monteiro. Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre. *Revista de Investigações Constitucionais*, Curitiba, vol. 4, n. 1, jan./abr. 2017, p. 259-281.

MIGUEL, Luis Felipe. *O colapso da democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016*. 1. ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.

MONTEIRO, Felipe de Oliveira. *A ascensão da rede record: milagre ou competência na televisão brasileira?*. Monografia (Trabalho de conclusão de curso em Jornalismo). UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. *Uma ponte para o futuro*. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2015a. Disponível em: <http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf>. Acesso em: 12 set. 2019.

PASSARINHO, Nathalia. Câmara aprova texto-base de 'pauta-bomba' que dá aumento para AGU. *PortalG1*. Brasília (DF), 19/03/2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/08/camara-aprova-em-1-turno-texto-base-do-aumento-para-agu.html>, acesso em 28/03/2023.

PORTALG1. Brasília (DF), 19/03/2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/dilma-encaminha-ao-congresso-nacional-pacote-anticorrupcao.html>, acesso em 28/03/2023.

PORTALG1. Brasília (DF), 15/06/2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2016/06/aprovar-teto-de-gasto-esse-ano-pode-gerar-resultado-em-2017-diz-meirelles.html>, acesso em 28/03/2023.

PORTALG1. Brasília (DF), 12/08/2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/08/reforma-trabalhista-pode-criar-15-milhao-de-vagas-diz-pesquisa.html>, acesso em 28/03/2023.

PRADO, Cassio Vilela. *O Golpe na Presidenta Dilma Rousseff: Golpeachment*. Charleston/Estados Unidos: Edição do Autor, 2017.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O milagre brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Licília (orgs.). *O Brasil Republicano*. O tempo da

ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

REVISTA FÓRUM. Rio Grande do Sul, 09/12/2016. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/2016/12/9/teto-de-20-anos-para-gastos-violara-direitos-humanos-alerta-relator-da-onu-18181.html>, acesso em 28/03/2023.

REVISTA FÓRUM. Rio Grande do Sul, 21/12/2017. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/2017/4/25/reforma-trabalhista-de-temer-revogao-de-direitos-20578.html>, acesso em 28/03/2023.

R7.com. São Paulo (SP), 10/10/2016. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/camara-aprova-texto-que-impoe-teto-a-gastos-publicos-11102016>, acesso em 28/03/2023.

SALDANHA, Patrícia Gonçalves. Conexões históricas entre a comunicação publicitária e as relações capitalistas a partir do comum. *Revista Brasileira de História da Mídia*, São Paulo, v. 11, n. 1, jan./jun. 2022, p. 146-163.

SCHWARCZ, Lília; STARLING, Heloisa. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 610-621.

SCHWARZBACH, Eduardo de Paula. *Dívida pública interna: uma análise crítica do seu comportamento no Brasil, após o Plano Real*. Monografia (Trabalho de conclusão do curso em Ciências Econômicas). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, 2008.

SILVA, Sônia Maria de Meneses. *A operação midiográfica: a produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – A Folha de São Paulo e o Golpe de 1964*. Tese (Doutorado em História Social). UFF, Niterói, 2011.

STREIT, Maíra. Reforma Trabalhista de Temer: revogação de direitos. *Revista Fórum*. Rio Grande do Sul, 25/04/2017. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/2017/4/25/reforma-trabalhista-de-temer-revogao-de-direitos-20578.html>

ZÉ, Tom. Parque Industrial. *Tropicalia ou Panis et Circencis*. Rio de Janeiro: Philips Records, 1968.

TAVARES, Camilla Quesada. Do jornalismo informativo ao de posição: a “guinada à direita” do jornal Gazeta do Povo. *Revista Mídia e Cotidiano*. V.14, Nº 3, set./dez. de 2020, p. 118-136.

PAUSÂNIAS, MEMÓRIA E O PASSADO IDEALIZADO DA GRÉCIA SOB O IMPÉRIO ROMANO (SÉCULO II D.C.)¹

Arhão Henrique Ramos da Silva²

Resumo: Este artigo busca analisar como Pausânias, a partir da obra reunida sob o título "Descrição da Grécia," no século II d.C., retrata a Grécia sob domínio romano, resgatando a memória cultural mesmo durante a subjugação. Defendemos que sua descrição recria o sistema-memória grego por meio de ruínas e monumentos, evocando o passado idealizado da Grécia. Defendemos como Pausânias busca exaltar tal passado, promover a coesão entre os gregos e apresenta a Grécia contemporânea como um "museu a céu aberto", conectando-se com a memória histórica. O período Antonino contemporâneo ao autor é considerado como uma "era de ouro", destacando as artes e o meio intelectual, apesar de profundas divisões sociais relacionados ao contexto do domínio romano.

Palavras-chave: Pausânias; memória; Grécia romana.

PAUSANIAS, MEMORY, AND THE IDEALIZED PAST OF GREECE UNDER THE ROMAN EMPIRE (2ND CENTURY AD).

Abstract: This article aims to analyze how Pausanias, through the work compiled under the title "Description of Greece," in the 2nd century AD, depicts Greece under Roman rule, reclaiming cultural memory even during subjugation. We argue that his description recreates the Greek memory system through ruins and monuments, evoking an idealized past of Greece. We contend that Pausanias seeks to exalt this past, promote cohesion among the Greeks, and presents contemporary Greece as an "open-air museum," connecting with historical memory. The Antonine period, contemporary to the author, is considered a "golden age," emphasizing the arts and intellectual milieu, despite profound social divisions related to the context of Roman rule.

Keywords: Pausanias; memory; Roman Greece.

¹ Este artigo é parte de um capítulo da dissertação de mestrado intitulada "O que os deuses revelam os deuses recordam: A evocação da memória cultural grega a partir do *motivo oracular* e da *temática divinatória* na 'Descrição da Grécia' de Pausânias" defendida em 2023. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/11600/69118>. Acesso em: 25 jan. 2024.

² Mestre em História pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Contato: arhaohenrique@gmail.com.

Os escritos preservados de Pausânias, conhecidos como "*Descrição da Grécia*," compreendem uma obra em dez Livros dedicados à Grécia continental. A obra se concentra na descrição minuciosa de cada região, a partir da seguinte ordem: Livro I – Ática; Livro II – Corinto; Livro III – Lacônia; Livro IV – Messênia; Livro V – Élis I; Livro VI – Élis II; Livro VII – Acaia; Livro VIII – Arcádia; Livro IX – Beócia; e Livro X – Fócida e Lócrida Ozoliana.

Para além das descrições geográficas, Pausânias oferece uma narrativa histórica para cada região, abrangendo desde os mitos fundadores até o contexto contemporâneo ao autor, situado no século II d.C. (c. 155 – 180 d.C.).³ Seu interesse particular por monumentos artísticos, notadamente estátuas, relíquias e templos, permeia toda a obra.

Este artigo busca analisar como a narrativa de Pausânias, situada no século II d.C., apresenta uma imagem da Grécia sob o jugo romano, habilmente resgatando a memória cultural grega mesmo diante da dominação política. Veremos como seu propósito busca exaltar o passado glorioso da Grécia e fomentar a coesão entre os gregos, mesmo diante das tensões internas e externas.

³ Tal datação aproximada não se configura como consenso. Ela é baseada em referências cronológicas presentes no texto como, por exemplo, a proposição de Bowie (2001) sobre a menção do término do Livro I antes da construção do Odeão de Heródes Ático em Atenas em c. 160 d.C. (7.20.6) e da defesa do término da obra em torno de 180 d.C., argumentando que Pausânias não menciona o governo solo de Cômodo após a sucessão de Antonino Pio por Marco Aurélio, além da diferença de abordagem entre os dois (BOWIE, 2001, p. 21-22; FRANCISCO, 2017, p. 287). Habicht (1998) menciona como indício de referência para a datação da obra a passagem 5.1.2, a qual aponta a data de 217 anos após Júlio César refundar a cidade de Corinto como colônia romana, destruída em 146 a.C., sendo que a cidade foi refundada em 44 a.C., logo, a passagem teria sido escrita em 174 d.C., durante o reinado de Marco Aurélio. Outro indício seria a passagem 8.43.6, na qual é recordada a vitória de Marco Aurélio sobre os germânicos, datada em 175 d.C. (KNEISSL, 1969, p. 107 apud HABICHT, 1998, p. 9). Com isso, a passagem dificilmente teria sido escrita após 180 d.C., já que Marco Aurélio é o último imperador mencionado por Pausânias. Já sobre a periodização inicial relativa à *Descrição da Grécia*, Habicht menciona não haver tanta clareza quando Pausânias começou a escrever (HABICHT, 1998, p. 9-10).

A memória e a 'Descrição da Grécia'

A série *Cultural Memory and Identity in Ancient Societies* (2011), editada por Martin Bommas, aborda discussões sobre estudos relacionados à antiguidade e ao conceito de memória cultural no campo da História. Bommas inicia discutindo o 70º aniversário do primeiro ataque aéreo alemão à Grã-Bretanha em 2010, destacando três tipos de memória associados a esse evento: individual, social e cultural. O autor destaca a importância da memória individual enquanto os sobreviventes estão vivos, mas ressalta a transição para a memória social à medida que o conhecimento pessoal da Segunda Guerra Mundial desaparece (BOMMAS, 2011, p. 1-2).

Bommas diferencia memória cultural e memória social, alertando que a última pode idealizar o passado se não levar em conta conflitos e poder. Ele define cultura⁴ e memória⁵, e com isso explora a noção de memória cultural em sociedades antigas, enfatizando como grupos de poder podem influenciar a construção do passado coletivo. (BOMMAS, 2011, p. vii-viii).⁶

⁴ Para Bommas: "Cultura, como uma série de atitudes compartilhadas, valores e práticas que caracterizam um grupo ou sociedade – moderna bem como antiga – é, em grande extensão, baseada na construção e transmissão de memórias." "*Culture as a set of shared attitudes, values and practices that characterizes a group or society – modern as well as ancient – is to a large extent based on the construction and transmission of memories.*" (BOMMAS, 2011, p. vii).

⁵ Segundo o autor: "Memória é um fenômeno que – por definição – é diretamente relacionado ao presente." "*Memory is a phenomenon that – by definition – is directly related to the present.*" (BOMMAS, 2011, p. vii).

⁶ Grifos nossos: "Divergente de abordagens coletivas e individuais do passado, a memória cultural descreve um processo que emerge de eventos distantes e colaterais que surgem apenas em formas padronizadas uma vez que um grupo ou sociedade tenham concordado sobre eles; [...] Quando lidar com sociedades antigas, a Memória Cultural pode ser utilizada como uma ferramenta para descobrir e identificar esta presença contemporânea do passado no interior das sociedades antigas; [...] Quando investigar memória cultural de sociedades do passado, as questões essenciais são como e o que as sociedades antigas recordaram sobre eventos que modelaram a formação da identidade delas, e como elas edificaram sobre memórias consentidas para criar um presente coletivo; [...] A fim de permitir a memória cultural construir um passado coletivo, grupos de poder podem encorajar e promover a recordação, marginalizar memórias individuais, iniciar reinterpretções ou ainda instruir ativamente o esquecimento." "*Differing from collective and individual approaches to the past, cultural memory describes a process that emerges from distant and collateral events and only appears in standardized forms once a group or society has agreed upon them; [...] When dealing with ancient societies, Cultural Memory as a tool can be used to disclose and*

A discussão é embasada nas ideias de Jan Assmann, egiptólogo alemão, a partir de seu livro *Cultural Memory and Early Civilization: Writing, Remembrance and Political Imagination*, que introduziu o conceito de memória cultural na História Antiga em 1992 (BOMMAS, 2011, p. vii).

Assmann define memória cultural como o conjunto de textos, imagens e rituais que estabiliza e transmite a autoimagem de uma sociedade ao longo do tempo, influenciando sua identidade cultural. Bommas destaca a relevância dessa definição para compreender as memórias históricas compartilhadas e identidades nas sociedades antigas (ASSMANN, 1995, p. 126; 1997, p. 16; 2006, p. 220 apud BOMMAS, 2011, p. 3-4).

Vejamos como a abordagem a seguir reforça a importância da memória cultural, conforme definida por Assmann e destacada por Bommas, na compreensão das complexas interações entre diferentes grupos sociais e na formação de identidades coletivas ao longo do tempo.

Partindo de um panorama sobre o declínio hegemônico da Grécia e a ascensão do domínio romano sobre o Mediterrâneo, o historiador italiano Arnaldo Momigliano, em suas conferências publicadas sob o título *Os limites da helenização: a interação cultural das civilizações grega, romana, céltica, judaica e persa* (1991), discorre acerca das relações culturais entre tais grupos sociais ao longo do período helenístico. O autor investiga a percepção dos gregos sobre os respectivos grupos em relação a eles próprios (MOMIGLIANO, 1991, p. 13).

Momigliano aponta que a confrontação dos gregos com essas quatro culturas no período helenístico foi um “acontecimento intelectual de primeira categoria” (MOMIGLIANO, 1991, p. 10). Para o autor, a novidade desse

identify this contemporary presence of the past within ancient societies; [...] When investigating cultural memory of past societies, key questions are how and what ancient societies remembered about events that shaped the formation of their identity, and how they built on agreed memories to create a collective present; [...] In order to allow cultural memory to construct a collective past, groups of power can encourage and promote remembering, marginalize individual memories, initiate reinterpretation or even actively instruct forgetting.” (BOMMAS, 2011, p. vii-viii).

período foi a de proporcionar circulação internacional às ideias, mesmo sendo capaz de reduzir o “impacto revolucionário” (MOMIGLIANO, 1991, p. 16).

A respeito da interação cultural entre os gregos e tais grupos sociais,⁷ o autor comenta acerca da forte e rápida influência de Roma, a partir de sua expansão no século II a.C., no Mediterrâneo. Momigliano defende a ideia de um forte impacto romano sobre variados povos mediterrânicos e adjacentes no âmbito das relações intelectuais: “assim que no século II a.C. o poder romano começou a ser sentido fora da Itália. A influência de Roma sobre as mentes daqueles que entraram em contato com ela foi rápida e forte” (MOMIGLIANO, 1991, p. 13).

Sobre o poderio militar dos conquistadores, o autor afirma que “a superioridade romana residia na capacidade de substituição – ou seja, na capacidade de sobreviver à derrota em uma ou mais batalhas [...]” (MOMIGLIANO, 1991, p. 44-45).

Podemos extrair das considerações de Momigliano a estratégia de “guerra perpétua” como elemento da dominação e consolidação do poder, a guerra como a mantenedora da ordem e a essência da organização do império. Em suas palavras, os romanos “tinham de ser mantidos ocupados pela

⁷ Podemos relacionar a interação cultural apontada por Momigliano à noção de identidade discutida por Jonathan Hall em *Quem eram os gregos* (2001). Hall argumenta que a autoidentificação dos gregos mudou ao longo do tempo, identificando dois momentos-chave para compreender a identidade helênica. O primeiro ocorre no século VI a.C., exemplificado pela tradição genealógica, que sugere que a identidade grega foi construída pela percepção de semelhanças com outros grupos (HALL, 2001, p. 219). O segundo ponto de inflexão se dá no século V a.C., marcado pela mudança na relação dos gregos com o oriente, especialmente durante as guerras persas (HALL, 2001, p. 219). Anteriormente, o oriente era visto como exótico e fascinante, mas agora os gregos definiam sua identidade em termos de diferenças e em oposição aos grupos externos e bárbaros (HALL, 2001, p. 220). Essa mudança exigia uma definição mais concreta da especificidade grega, além das afinidades genealógicas. Hall retoma a definição de identidade grega de Heródoto, que inclui descendência, língua, religião e costumes, destacando que essa definição reflete um projeto deliberado de Heródoto, em vez de apenas uma reflexão sobre as atitudes de sua época (HALL, 2001, p. 220-221).

guerra, porque senão todo o arcabouço da organização romana desmoronaria" (MOMIGLIANO, 1991, p. 46).

A partir do conceito de memória cultural, podemos compreender elementos fundamentais presentes em fonte primárias, segundo Bommas, com a possibilidade de inserir a *Descrição da Grécia* de Pausânias para além de uma recepção passiva dos meios de comunicação transmitidos à ele, mas sim como mudança criativa nos processos culturais ligados ao presente, ou seja, ao seu contexto.

O excerto abaixo faz parte do Livro VIII da *Descrição da Grécia*, a respeito da cidade de Tegea, na região da Arcádia:

Não muito longe da ágora há um teatro, e perto dele há pedestais de estátuas de bronze, mas as próprias estátuas não existem mais. Em um pedestal tem uma inscrição elegíaca de que a estátua é de Filopêmen. A memória desse Filopêmen é muito estimada pelos gregos, tanto pela sabedoria por ele mostrada, quanto pelas suas corajosas conquistas [...]. Ele desejou ter como o modelo de sua vida Epaminondas, sua sabedoria e suas conquistas, mas não conseguiu chegar à sua altura em nenhuma circunstância (8.49.1; 8.49.3).⁸

Tanto Filopêmen quanto Epaminondas são duas figuras históricas. Epaminondas é uma das figuras responsáveis pela vitória de Tebas sobre o domínio espartano em 371 a.C. - a batalha de Leuctra, que desde 382 a.C. exercia seu domínio sobre os tebanos após o fim da guerra do Peloponeso. Essa vitória sobre os espartanos, sela a hegemonia tebana até o final dos anos 360 a.C. (LEFÈVRE, 2013, p. 228).⁹

Podemos perceber a relação das duas figuras históricas face ao que restou de seus monumentos. Pausânias dá a entender que os pedestais estavam próximos um do outro. Filopêmen comandou a Liga, então aliada de Roma, quando a potência estava na ascensão de seus domínios sobre a Grécia:

⁸ As citações da '*Descrição da Grécia*' de Pausânias apresentam traduções livres a partir da edição de W.H.S. Jones, com consultas ao texto grego (Loeb Classical Library Volumes).

⁹ Para um panorama a respeito da hegemonia tebana ver: LEFÈVRE, 2013, p. 228-233. Para a guerra do Peloponeso: p. 188-202.

Na Grécia [...], depois do declínio da Etólia, o último Estado com alguma envergadura é a liga aqueia, aliada de Roma e então governada por Filopêmen, que Plutarco qualificará de “o último dos gregos”. Pela força, em 188 (a.C.) ele consegue submeter Esparta [...]. Mas Filopêmen morre na guerra contra a secessão de Messênia [...] (LEFÈVRE, 2013, p. 301).

A respeito da passagem, James I. Porter em seu texto *Ideals and Ruins: Pausanias, Longinus, and the Second Sophistic* (2001), comenta a principal característica da memória e como ela se apresenta ao longo da *Descrição da Grécia*, de acordo com o que discutiremos nesta seção. Trata-se da evocação do passado idealizado da Grécia e ao período de glória, característico do movimento arcaizante ao qual Pausânias se insere, o da Grécia sob domínio do império romano no século II d.C. De acordo com o autor,

A identidade da Grécia existe em um sistema de símbolos. A descrição de Pausânias, por sua vez, recria o sistema-memória da Grécia. Ruínas, fundações, meias-memórias, ecos, vozes não ouvidas e objetos perdidos são as plantas baixas, por assim dizer, da 'Grécia': eles são sua arqueologia. Grande parte da *Descrição* de Pausânias circula compulsivamente em torno desses objetos-traço, que são intrinsecamente dignos de menção e lembrança (ἀξιόχρεα), literalmente 'entregues à memória' (παρείχεται ἐς μνήμην [8.32.2]), como se seu único propósito fosse documentar o caráter 'agora desaparecido' da Grécia. (PORTER, 2001, p. 70).¹⁰

Tratando mais especificamente de uma comparação entre Pausânias e Longino, Porter traz a discussão ligada ao imaginário cultural inserido no movimento da Segunda Sofística, com um idealismo sobre o passado glorioso da Grécia não mais existente. Para o autor, “cada um em seu jeito próprio escreve um guia dos grandes monumentos da Grécia. Ao fazê-lo, eles compartilham e exibem um imaginário cultural que é típico dos escritores

¹⁰ “The identity of Greece exists in this system of tokens; Pausanias's description, in turn, recreates the memory-system of Greece. Ruins, foundations, half-memories, echoes, unheard voices, and missing objects are the floor plans, as it were, of “Greece”: they are its archaeology. Much of Pausanias's *Description* compulsively circles around such trace-objects, which are intrinsically worth mentioning and remembering (ἀξιόχρεα), literally “handed over to memory” (παρείχεται ἐς μνήμην [8.32.2]), as though their sole purpose were to document the “now gone” character of Greece.”

Gregos no período Imperial agrupados convencionalmente juntos sob a rubrica da 'Segunda Sofística' [...] (PORTER, 2001, p. 63).¹¹

Através do "imaginário cultural" descrito por Porter, podemos tomar um exemplo de como um acontecimento narrado por Pausânias insere-se nas características do idealismo de um passado grego não mais existente: o saque de Sula.

No Livro I, sobre a Ática e a região de Atenas, Pausânias conta sobre uma via, após o Pritaneu, chamada Trípodas (*Trípodes*). Nela, junto a vários monumentos (1.20.1), há um templo de Dionísio (1.20.2) e o que Pausânias afirma ser uma réplica da tenda de Xerxes, que foi reconstruída por conta da antiga ter sido incendiada pelo general romano Sula em 86 a.C, quando tomou Atenas (1.20.4).

A partir daí, é iniciada uma digressão sobre o episódio, analisado por Fábio Augusto Morales em *Atenas e o Mediterrâneo romano: espaço, evergetismo e integração*, inserido no contexto da "Primeira Guerra Mitridática (88-86)" (MORALES, 2015, p. 197).

De acordo com o autor, o episódio do saque de Sula sobre Atenas¹² é importante já que trata da questão política face à dominação e à influência romana, tanto na Grécia, quanto no Mediterrâneo. Para Morales,

A conversão da diplomacia ateniense para a causa mitridática em 88, os governos pró-mitridáticos de Athenion e Aristion, e a invasão de Sula são momentos centrais para a reflexão do modo pelo qual a história urbana ateniense é engajada e entrelaçada nas transformações ligadas à rearticulação do Mediterrâneo oriental sob dominação romana, assim como às transformações da própria república romana (MORALES, 2015, p. 197).

Nota-se a abordagem do autor a respeito da relação do episódio, mais especificamente ligada à "história urbana ateniense", e suas transformações envolvendo a geopolítica, tanto da Grécia quanto de Roma.

¹¹ "Each in his own way writes a guidebook to the great monuments of Greece. In doing so, they share and exhibit a cultural imaginary that is typical of Greek writers in the Imperial period who are conventionally grouped together under the rubric of the 'Second Sophistic,' [...]."

¹² Lúcio Cornélio Sula (MORALES, 2015, p. 197).

O acontecimento é bastante documentado pela tradição textual, evidenciado por Morales. Para além de Pausânias, o autor traz outras fontes em que o episódio é mencionado (MORALES, 2015, p. 197 – 198).¹³

A respeito do acontecimento, evidenciam-se alguns fatores como o peso dos tributos nas províncias pelos romanos (LEFÈVRE, 2013, p. 311). Nota-se, dentro da nossa proposta para situar o texto de Pausânias, justamente o fator inserido na questão do idealismo sobre o passado grego:

Soma-se a tudo isso, entre os gregos, o sentimento de estarem desamparados ante a arbitrariedade da superpotência romana, sendo que nos séculos passados as cidades haviam conseguido sair-se honrosamente num mundo multipolar e, no final das contas, relativamente equilibrado, em que os grandes se neutralizavam passavelmente (LEFÈVRE, 2013, p. 312).

Muitas cidades gregas ficaram a favor de Mitridates VI Eupátor, rei do Ponto Euxino. A propaganda Dinástica pode ser inserida na mitologia, neste caso, da ascendência Dinástica de Mitridates VI a Dionísio e Perseu.

Quanto às doações, podem ser inseridas nas características do *evergetismo*, de acordo com Morales. Maria Pretzler defende que “as cidades gregas no seu período dependiam de seus benfeitores privados¹⁴, e que isso era visto como um dever de um homem rico contribuir generosamente” (PRETZLER, 2007, p. 25).¹⁵

No caso específico de Atenas, “apesar de indefectível aliada de Roma até então, mas que há algum tempo vinha atravessando uma crise econômica [...] e institucional, [...] em 88/7, Mitridates foi escolhido como arconte epônimo” (LEFÈVRE, 2013, p. 313).

¹³ Por exemplo, Posidônio (I a.C.) *Histórias*, citado por Ateneu (c. II – III a.C.) *Banquete dos Sofistas* (Livro V, 211d-215b); Estrabão (c. I a.C. – I d.C.) *Geografia* (9.1.15,20); Plutarco (c. I – II d.C.) *Vida de Sula* (13-14), *Vida de Lúculo* (19.6), *Vida de Numa* (9.4-5), *Sobre o atraso da punição divina* (558c) e *Preceitos políticos* (809e); Tácito (II d.C.) *Anais* (2.55.1); Apiano (II d.C.) *Guerras Mitridáticas* (28.40); Floro (II d.C.) *Epítome de História Romana* (1.40.10); Tito Lívio (II – IV d.C.) *Periochae* (81); Eutrópio (IV d.C.) *Breviário de História Romana* (5.6.1); Orósio (V d.C.) *História contra os pagãos* (6.2.4-5); Pseudo-Aurélius Vitor (IV d.C.) *Livro sobre os homens ilustres da cidade de Roma* (75.7). (MORALES, 2015, p. 197 – 198).

¹⁴ Podemos nos referir aos “benfeitores privados” mencionados por Pretzler como os *evergetas*.

¹⁵ “Greek cities in this period relied on their private benefactors.”

Apontada como causa da guerra uma nova agressão de Nicomedes¹⁶ em 89 a. C (LEFÈVRE, 2013, p. 312), Pausânias evidencia para os leitores que sua narrativa se restringirá à captura de Atenas (1.20.4) e prossegue:

Havia um Ateniense, Aristion, proclamado embaixador de Mitridates para as cidades Gregas. Ele persuadiu os Atenienses a se filiarem a Mitridates ao invés dos Romanos, porém não todos, apenas os desordenados da população. Mas existiram os Atenienses que decidiram ficar ao lado dos Romanos (1.20.5).

Sobre a passagem referente ao massacre, veremos como ela possui vários elementos interessantes, tanto a respeito de como Pausânias se refere à Sula, quanto aos elementos míticos, o que parece ser uma espécie de lição moral acerca de uma doença que acometeu o general, face à morte do suplicante no templo, de caráter ímpio, além da menção ao oráculo de Delfos envolvendo a memória desse acontecimento. Segundo ele,

Quando Sula retornou à Ática, aprisionou no Cerameico os Atenienses que se opuseram a ele, e ordenava a execução de um escolhido em cada dez. Sula não diminuiu sua raiva contra os Atenienses, alguns homens escaparam para Delfos e perguntaram se a condenação e a desolação de Atenas já haviam chegado, recebendo da Pítia a resposta sobre os odres (*askós*).¹⁷ Depois Sula foi acometido por uma doença, a qual eu aprendi que atacou Ferécides de Siro¹⁸. Contudo, o tratamento de Sula para com os Atenienses foi muito selvagem para ter sido feito por um romano. Mas a causa não foi esta, e sim a ira dos Suplicantes, pois arrastou Aristion do santuário de Atenas, onde se refugiou e o matou (1.20.6; 1.20.7).

Na sequência, Pausânias conclui: “Dessa maneira, Atenas foi tristemente afligida por conta da guerra com Roma, porém ela novamente prosperou quando Adriano se tornou imperador” (1.20.7). Ainda segundo Morales, em relação ao episódio acima, “[...] à selvageria de Sula, se oporia o filatenismo de Adriano, encerrando um longo período de estagnação” (MORALES, 2015, p. 221).

¹⁶ Nicomedes IV Filopátor (? - 74 a.C), rei da Bitínia, aliado de Roma.

¹⁷ Espécie de bolsa de couro, utilizada para guardar bebidas.

¹⁸ Pré-socrático.

Concordamos com Morales quando o autor aponta as referências negativas à Sula em comparação às positivas ao imperador Adriano¹⁹. Pausânias menciona algumas dedicatórias e construções de Adriano ao longo da *Descrição da Grécia*,²⁰ tarefas que certamente quis dar destaque. Ao concluir a passagem, Pausânias afirma que Atenas floresce novamente sob o imperador Adriano. Vimos como elementos míticos²¹ dão uma espécie de moral à história. Uma punição divina, a ira dos suplicantes, face ao sacrilégio de Sula para com o suplicante Aristion.

Há na *Descrição da Grécia* um viajante percorrendo o mundo grego, porém tanto o mundo de Pausânias e a Grécia descrita por ele são romanos. É no fim do mundo helenístico que Roma caminha para a provincialização dos territórios gregos a partir de 168 a.C. A Macedônia sob a dinastia Antígônida é desmembrada e torna-se tributária de Roma (LEFÈVRE, 2013, p. 303-305). As cidades gregas, federadas em forma de ligas, não conseguem se equiparar ao império em constante ascensão (LEFÈVRE, 2013, p. 340-341).

Podemos apontar como um marco a respeito da dominação romana sobre a Grécia o acontecimento da derrota da Liga Aqueia por Roma em 146 a.C., conforme mencionado no início desta seção, ao passo que a pesquisadora Johanna Akurjärvi assinala a importância dada pelo autor da *Descrição da Grécia* a respeito da história da Liga Aqueia no Livro VII (7.7.1 a 7.16.10), nos dando inclusive um panorama característico da abordagem de Pausânias ao longo da obra (AKURJÄRVI, 2005, p. 266):

Como é sempre o caso com a *Periegesis*, o narrador está marcadamente mais interessado no passado do que no presente. Particularmente é dado muito espaço para uma análise de uma parte da introdução histórica para a *Acaia*, a qual é uma narrativa dos

¹⁹ Públio Élio Adriano, imperador romano de 117 a 138 d. C.

²⁰ 1.18.6; 1.42.5; 2.17.6; 6.19.9; 8.10.2; 8.11.8; 8.22.3; 10.35.4; por exemplo.

²¹ Compreendemos aqui como elementos míticos aqueles relacionados à esfera religiosa presente no texto de Pausânias, menos do que um contraponto ao relato "histórico", e mais como um elemento característico da narrativa. No excerto, consideramos o elemento mítico o fato de Pausânias apontar a causa da doença que acometeu Sula à ira dos Suplicantes, inserido no relato histórico.

eventos que levam para a conquista Romana da Confederação Aqueia (AKUJÄRVI, 2005, p. 265).²²

A respeito do acontecimento, Pausânias menciona que os muros das cidades que entraram em guerra contra Roma foram destruídos por Múmio.²³ Quando os conselheiros enviados por Roma chegaram,

[...] derrubaram as democracias e estabeleceram governos hereditários sob estimativa de propriedade. Pagamento de tributo foi imposto à Grécia e os que possuíam riquezas foram proibidos de adquiri-las no exterior. Cada confederação, tanto dos acaios, ou dos fócios, ou dos beócios, quanto de outros gregos, foram todas destruídas (7.16. 9).

Pausânias, logo em seguida, historiciza o acontecimento narrando que alguns anos depois Roma restaurou as confederações gregas e revogou os tributos impostos por Múmio:

Poucos anos depois, os romanos se apiedaram da Grécia, restauraram as várias confederações antigas, com o direito de adquirir propriedade no estrangeiro, e remeteram as multas impostas por Múmio. Pois ele ordenou que os beócios pagassem cem talentos ao povo de Heracleia e Eubeia, e os aqueus a pagarem duzentos aos lacedemônios. Embora os romanos tenham concedido aos gregos a remissão desses pagamentos, até hoje um governador romano é enviado ao país. Os romanos o chamam de governador, não da Grécia, mas da Acaia, porque a causa da sujeição da Grécia foram os aqueus, naquela época à frente da Grécia [...] (7.16.10).

O excerto expõe a nós características interessantes da narrativa de Pausânias sobre o contexto da dominação romana sobre a Grécia e sua geopolítica. Os aqueus devem pagar tributo aos espartanos por terem se voltado contra Roma. A memória da Liga Aqueia – a federação – parece estar mais presente, neste caso, do que o pan-helenismo, o governador romano é chamado de “governador da Acaia”, e não “da Grécia.”

²² “As is always the case with the Periegesis, the narrator is markedly more interested in the past than the present. Particularly much space is given to an analysis of a part of the historical introduction to the Achaica, which is a narrative of the events that led to the Roman conquest of the Achaean Confederacy.”

²³ Lúcio Múmio Acaio. Eleito cônsul em 146 a.C. Recebe o nome de Acaio, por conta da vitória sobre a Liga Aqueia, no mesmo ano.

Ainda se referindo ao episódio acima, ele traz elementos tanto da religiosidade quanto seleções de memória:

Foi o tempo em que a Grécia sofreu de grande debilidade, entretanto, partes da Grécia, desde o princípio, têm sofrido injúrias e ruínas pelos deuses. Argos, cidade que alcançou seu apogeu no tempo dos heróis, como eram chamados, foi deixada para trás pela boa fortuna dos Dórios. O povo da Ática, passada a guerra do Peloponeso e a praga levantaram-se novamente, para serem derrotados anos depois pela ascendência macedônia (7.17.1; 7.17.2).

Após serem feitas referências a Argos e à Ática, o texto segue sobre o apogeu da Macedônia e Esparta (7.17.2). A partir desses excertos, podemos identificar elementos característicos como as várias temporalidades trazidas aos leitores: o antiquarianismo trazido à tona e a religiosidade sempre presente, como uma espécie de fio condutor capaz de trazer sentido à narrativa. Com isso, a partir da noção de memória cultural podemos perceber elementos característicos não apenas do texto ou do autor, mas sim do contexto em que a *Descrição da Grécia* se insere.

Apesar da espécie de saudosismo e idealização do passado hegemônico da Grécia exposto acima por Pausânias, Momigliano trata da forte e rápida influência de Roma a partir de sua expansão no século II a.C (MOMIGLIANO, 1991, p. 13-14).

A despeito da hegemonia romana sobre a Grécia, Momigliano discute como esse saber cultural grego em vez de ser suprimido e até mesmo apagado, a favor dos conquistadores, foram “assimilados” e integrados em uma cultura helenística, já que “os romanos resolveram decifrar os gregos, tentaram aprender a língua, aceitaram deuses gregos e reformularam a sua constituição segundo orientações que alguns gregos reconheceram como semelhantes às suas próprias constituições” (MOMIGLIANO, 1991, p. 20).

Graham Anderson, partindo de autores latinos inseridos no movimento da Segunda Sofística como Aulo Gélio (125 d.C. – 180 d.C.), Favorino (80 d.C. - 160 d.C.) e Apuleio (c. 125 d.C. – c. 170 d.C.), discute como “mesmo nos círculos culturais mais elevados, há evidências não apenas de um bilinguismo

florescente, mas também de um biculturalismo florescente (ANDERSON, 1993, p. 122).²⁴ Segundo o autor “o sofista como *desultor litterarum*, um acrobata literário, é capaz de demonstrar sua habilidade de pular de um idioma para o outro” (ANDERSON, 1993, p.123).²⁵

Além da difusão da escrita alfabética pelos romanos, Momigliano aponta tal difusão também pelos povos celtas, face à influência da colônia grega de Massália. Há indícios tanto em Estrabão (4.1.5) quanto em César (*Comentários sobre a Guerra Gálica* 1.29 e 6.14) (MOMIGLIANO, 1991, p. 55).

Ao se referir a Suetônio e a Cícero, Momigliano endossa que antes da retórica latina se tornar respeitável, a grega fazia parte da vida romana, onde “o grego se tornou praticamente compulsório para a sustentação do império romano (MOMIGLIANO, 1991, p. 25).” A respeito da hegemonia sobre a Grécia, o autor narra que “os romanos puseram fim às lutas sociais nas cidades gregas e deram aos ricos uma garantia implícita de sobrevivência” (MOMIGLIANO, 1991, p. 34).

Com a exposição de tal cenário, buscamos demonstrar como a memória cultural grega persistiu e influenciou a cultura helenística, apesar da hegemonia romana sobre a Grécia. Momigliano destaca como os romanos assimilaram elementos da cultura grega em sua própria sociedade, como a língua, os deuses e até mesmo aspectos da constituição. Isso sugere que a memória cultural grega não foi suprimida, mas sim integrada e preservada dentro da cultura helenística. Da mesma forma, Anderson mostra como, mesmo nos círculos culturais mais elevados da época, havia uma fluidez entre os idiomas e culturas grega e latina. Isso evidencia um biculturalismo crescente, onde os sofistas demonstravam sua habilidade em transitar entre

²⁴ “Even in the highest cultural circles there is evidence not only of a flourishing bilingualism but of a flourishing biculturalism as well.”

²⁵ Grifo do autor. “The sophist as *desultor litterarum*, a literary acrobat, is able to demonstrate his ability to leap from one language to the other.”

os dois idiomas, refletindo a continuidade e a influência mútua das memórias culturais grega e romana na sociedade helenística.

Concordamos com Habicht ao afirmar que Pausânias relata pouca coisa sobre seu próprio tempo (século II d.C.) e sobre o Império Romano. Ao mencionar o interesse de Pausânias, o autor utiliza da expressão “história da Grécia independente”,²⁶ ou seja, o seu interesse a respeito da história está nos eventos anteriores a 146 a.C., principalmente sobre as guerras contra os persas, porém narra bastante sobre o domínio macedônico e os sucessores de Alexandre o Grande no período helenístico (HABICHT, 1998, p. 102-103).

Habicht cita a passagem onde Pausânias afirma que a Grécia deixou de prover bons homens com a morte do último deles, Filopêmen, em 183 a.C. (HABICHT, 1998, p. 113). Vimos a respeito dele no início desta seção. Veremos, pois o relato de Pausânias na íntegra parece exemplificar o que foi exposto no parágrafo anterior:

Depois disso, a Grécia deixou de prover bons homens. Pois Miltíades, filho de Címon, venceu na batalha os invasores estrangeiros que haviam desembarcado em Maratona, deteve o avanço do exército persa, e assim se tornou o primeiro benfeitor de toda a Grécia, assim como Filopêmen, filho de Craugis, foi o último. Aqueles que antes de Miltíades realizaram feitos brilhantes, Codro, o filho de Melanto, Polidoro o espartano, Aristômenes o messênio, e todos os outros, serão notados como tendo ajudado cada um a sua própria região e não a Grécia como um todo (8.52.1).

A passagem demonstra como Pausânias parece ser adepto da questão do pan-helenismo, não apenas por evocar os benfeitores de toda a Grécia (*euergétēs koinēi tēs Helládos*), mas também por distingui-los de outros que segundo ele próprio serão notados como benfeitores de locais específicos, como Messênia e Esparta.

Isso sugere uma inserção na memória cultural compartilhada que valoriza os feitos individuais que contribuíram para a coesão e identidade pan-

²⁶ “[...] history of independent Greece [...].”

helênica, em contraste com aqueles que são percebidos como tendo beneficiado apenas regiões específicas.

Em seguida, enaltece àqueles que estavam liderando os gregos nas batalhas contra os persas, novamente uma possível evocação do pan-helenismo e da memória da vitória contra os invasores:

Depois de Miltíades, Leônidas, filho de Anaxandrides, e Temístocles, filho de Neocles, repeliram Xerxes da Grécia²⁷, Temístocles pelas duas lutas marítimas, Leônidas pela ação nas Termópilas. Mas Aristides, filho de Lisímaco, e Pausânias, filho de Cleombroto²⁸, comandantes em Plateia, foram impedidos de serem chamados de benfeitores da Grécia, Pausânias por suas faltas subsequentes, Aristides por sua imposição de tributo na ilha grega; pois antes de Aristides todos os gregos eram imunes ao tributo (8.52.2).

Nesse trecho Pausânias nitidamente enaltece as duas figuras históricas como modelo – Leônidas e Temístocles – em contrapartida àqueles que devido as suas próprias ações desmedidas, foram retirados do pedestal de modelo de acordo com a tradição evocada por Pausânias – Aristides e Pausânias, nesse sentido, excluídos dessa memória.

Pausânias continua a enaltecer os benfeitores da Grécia nas guerras pérsicas. Desta vez, dois espartanos, junto ao que parece ser uma certa repulsa e censura aos espartanos que se voltaram contra Atenas na guerra do Peloponeso:

Xântipo, filho de Arifron, com Leotíquides, o rei de Esparta, destruiu a frota persa em Mícale²⁹, e com Címon realizou muitas façanhas invejáveis em nome dos gregos. Mas aqueles que participaram da guerra do Peloponeso contra Atenas, especialmente os mais ilustres deles, podem ser considerados assassinos, quase destruidores, da Grécia (8.52.3).

Na sequência da passagem anterior (8.52.2), de modo semelhante, enaltece mais duas figuras históricas importantes na memória da vitória grega contra os persas – Xântipo e Leotíquides, porém em contrapartida, ressalta os espartanos participantes da guerra do Peloponeso como antagonistas dos

²⁷ “480 a.C.” Nota do editor (JONES, 1935, Vol. IV, p. 157).

²⁸ “479 a.C.” Nota do editor (JONES, 1935, Vol. IV, p. 157).

²⁹ “479 a.C.” Nota do editor (JONES, 1935, Vol. IV, p. 157).

benfeitores espartanos vitoriosos tanto em Mícale, quanto àqueles que realizaram “façanhas invejáveis em nome dos gregos” - Xântipo e Címon.

Portanto, Pausânias parece evocar, de um modo geral, uma identidade grega pan-helênica em contrapartida à conflitos entre gregos já que, mencionando uma passagem da *Descrição da Grécia*, Habicht declara a vitória macedônica na batalha da Queroneia (338 a.C.) e o domínio sobre a Grécia, como consequência da guerra do Peloponeso (HABICHT, 1998, p. 112).

Na passagem do Livro III sobre a região da Lacônia, Pausânias faz sua crítica: “a Grécia, que ainda se mantinha firme, foi abalada até os alicerces por esta guerra³⁰, e depois, quando a estrutura cedeu e estava longe de ser sólida, foi finalmente derrubada por Filipe, filho de Amintas” (3.7.13).³¹

Pausânias parece, com isso, ir ao encontro de um assunto comum na literatura grega desde Isócrates, que era aclamar a necessidade de união entre os gregos, nos moldes das guerras pérsicas contra um inimigo comum. Justamente os conflitos entre os próprios gregos e a desunião ocasionada pela guerra do Peloponeso foram responsáveis pela subjugação da Grécia ao domínio estrangeiro, neste caso, ao domínio macedônico.

Nesse sentido, podemos inferir que, apesar de Pausânias parecer evocar uma ânsia de união entre os gregos, ele aparenta evocar tanto as guerras internas à Grécia quanto as externas, como possíveis memórias da liberdade da Grécia como um todo, intrinsecamente conectada ao pan-helenismo.

Plutarco, por outro lado, tem uma abordagem diferente de Pausânias. Apesar de ambos os autores colocarem em comparação o passado e o presente, o primeiro em seu texto *Praecepta Gerendae Reipublicae*, *Preceitos do Estadismo* escreve a respeito de condutas como uma espécie de guia e

³⁰ Ou seja, a guerra do Peloponeso.

³¹ Ou seja, Filipe II da Macedônia, pai de Alexandre.

conselhos para aqueles que exercem atividades inseridas no exercício da política, na vida e em cargos públicos. Nele, o autor parece ter uma atitude de esquecimento das guerras, tanto externas quanto internas:

E ao ocupar qualquer cargo, você não deve apenas lembrar aquelas considerações que Péricles lembrou a si mesmo quando assumiu o manto de general: 'Cuidado, Péricles; você está governando homens livres, você está governando gregos, cidadãos atenienses', mas você também deve dizer a si mesmo: "Você que governa é um súdito, governando um Estado controlado por pro-cônsules, os agentes de César; 'estes não são os lanceiros da planície'³², nem esta antiga Sardes, nem o famoso poder lídio." Você deve arrumar seu manto com mais cuidado e, do escritório dos generais, manter seus olhos no palco dos oradores, e não ter muito orgulho ou confiança em sua coroa, pois você vê as botas dos soldados romanos logo acima de sua cabeça. [...] Emulando atos como esses, ainda hoje é possível se parecer com nossos ancestrais, mas Maratona, Eurimedonte, Plateia e todos os outros exemplos que fazem o povo em vão se inflar de orgulho e chutar os calcanhares devem ser deixados para as escolas dos sofistas (Plutarco, *Preceitos do Estadismo*, 17).

Se por um lado podemos perceber em Pausânias uma certa atitude de evocação da liberdade grega no passado, em Plutarco, por outro lado, tais questões envolvendo o pan-helenismo parecem passar ao largo. Plutarco, ao invés de parecer evocar um sentimento de liberdade grega como faz Pausânias, parece ironizá-la.

Para Plutarco, o manto de general governando homens livres na época de Péricles torna-se um manto de súdito através do qual não se pode ter confiança nem no cargo que ocupa, muito menos em sua coroa. Os cargos ocupados na vida pública têm os soldados romanos "logo acima de sua cabeça." As evocações do passado em que a Grécia era livre e inflam de orgulho, "devem ser deixados para as escolas dos sofistas." Será que para Plutarco, Pausânias deveria ser colocado em alguma das escolas dos sofistas?

Dando continuidade à evocação dos benfeitores da Grécia (8.52.3), Pausânias retorna à figura de Epaminondas (8.49.1; 8.49.3), de acordo com a discussão do início desta seção:

³² "Sófocles, *As Traquínias*, 1058." Nota do editor (FOWLER, 1936, Vol. 10, p. 237).

Quando a nação grega foi reduzida a uma condição miserável, recuperou-se sob os esforços de Conon³³, filho de Timóteo, e de Epaminondas, filho de Polímnis, que expulsou as guarnições e governadores lacedemônios e derrubou o governo dos dez,³⁴ Conon das ilhas e costas, Epaminondas das cidades do interior. Ao fundar também cidades de grande fama, Messênia e Megalópolis Arcadiana, Epaminondas tornou a Grécia mais famosa. Reconheço também Leóstenes e Arato benfeitores de todos os gregos. Leóstenes, apesar da oposição de Alexandre, trouxe de volta em segurança para a Grécia, por mar, a força de mercenários gregos na Pérsia, cerca de cinquenta mil em número, que haviam descido para a costa. Quanto a Arato, relatei suas façanhas em minha história de Sicília³⁵ (8.52.4; 8.52.5).

Na sequência, Pausânias cita a inscrição contida no pedestal da estátua de Filopêmen, encerrando o assunto:

A inscrição na estátua de Filopêmen em Tegea é assim: - "O valor e a glória deste homem/ são famosos em toda a Grécia,/ que realizou muitas conquistas pela força/ e muitas por seus conselhos,/ Filopêmen, o lanceiro Arcadiano, o qual alçou grande renome,/ Quando ele comandou as lanças na guerra./ Testemunha são dois troféus, ganhos dos déspotas/ De Esparta; a onda crescente de escravidão ele manteve./ Por que Tegea erigiu na pedra o filho de grande coração de Craugis,/ Autor de liberdade irrepreensível." Essa é a inscrição em Tegea sobre Filopêmen (8.52.6; 8.53.1).

Com isso, vemos nessas passagens como Pausânias buscou exaltar o passado glorioso da Grécia a partir da evocação da memória das figuras históricas gregas e de grandes feitos, típicas da *historia magistra vitae*. Ao se deparar com o pedestal da estátua de Filopêmen (8.49.1; 8.49.3), ele inicia uma longa digressão a respeito dos benfeitores da Grécia a partir de uma temática pan-helênica, a qual Pausânias parece querer evocar: "Reconheço

³³ "394 a.C." Nota do editor (JONES, 1935, Vol. IV, p. 157).

³⁴ "370-369 a.C." Nota do editor (JONES, 1935, Vol. IV, p. 159).

³⁵ "2.8.1." Nota do editor (JONES, 1935, Vol. IV, p. 159). Segundo Pausânias, "Arato (271-213 a.C.)" Nota do editor (JONES, 1918, Vol. I, p. 289), "cuja realização eclipsaram as de todos os gregos contemporâneos" (2.8.1). "Arato restaurou a igualdade de direitos políticos aos sicônios, fazendo uma barganha para os exilados; devolveu-lhes as casas e todas as outras posses que haviam sido vendidas, compensando os compradores com seu próprio bolso. Além disso, como todos os gregos tinham medo dos macedônios e de Antígono, o guardião de Filipe, filho de Demétrio, ele induziu os sicônios, que eram dórios, a se juntar à Liga Aqueia. Ele foi imediatamente eleito general pelos aqueus, e liderando-os contra os locrianos de Anfissa e para a terra dos etólios, seus inimigos, ele devastou seu território" (2.8.3; 2.8.4).

também Leóstenes e Arato benfeitores de *todos os gregos* (*eînai de apántōn Hellēnōn kai Leosthénēn títhēmai kai Áraton euergétas*)" (8.52.5).³⁶

De acordo com a abordagem do historiador a respeito de um olhar crítico sobre uma fonte, podemos ser capazes de investigar elementos do contexto de produção da *Descrição da Grécia* refletidos na obra de Pausânias.

Ele percorreu e descreveu uma região que fazia parte do mundo romano, propício à viagens e favorável à *paideia* grega, próprios do *filelenismo* conforme discutido acima e exposto por Momigliano. Podemos perceber a Grécia contemporânea a Pausânias como um "museu a céu aberto" capaz de propiciar um "recuperação do passado" conectada à "memória histórica da Grécia", como apontam Céline Guilmet e George Tolia em *Following Pausanias: The Quest for Greek Antiquity*. (GUILMERT; TOLIAS, 2007, p. 18).

Guilmert e Tolia apontam o "orgulho patriótico"³⁷ de Pausânias, também mencionado por Habicht, como condizente com o panorama filelênico dos imperadores Antoninos (96-192 d.C.) e com

o papel central que a cultura grega exerceu para a elite romana do século II d.C. [...]. Suas descrições, enquanto buscam extrair os traços de história preservada em um ponto particular, surgem como um tesouro da memória coletiva. Todos os tipos de monumentos trabalham na obra de Pausânias como veículos de memória [...] (GUILMERT; TOLIAS, 2007, p. 18).³⁸

³⁶ Grifo nosso.

³⁷ Há a necessidade de ressaltarmos que o "orgulho patriótico" mencionado por Guilmet e Tolia difere substancialmente da noção de patriotismo inserido nos nacionalismos e nas formações dos estados nacionais que tiveram seu apogeu no século XIX (Para a temática, ver: ANDERSON, 2008; HOBSBAWM, 2012; HOBSBAWM, 2013). O termo orgulho patriótico parece assemelhar-se à noção de pan-helenismo, porém em um sentido mais conectado à noção de identidade discutida por Hall na nota 7 acima. Nesse sentido, poderíamos inferir que o pan-helenismo está mais ligado à identificação dos gregos enquanto possuidores de uma cultura comum como critério agregador, em sobreposição à descendência étnica para a definição de helenidade (HALL, 2001, p. 224). Já ao orgulho patriótico, temos a visão de que estaria ligado a essa noção de helenidade em diálogo com a autoidentificação dos gregos, como autoafirmação relativa à dominação romana.

³⁸ "the central role that Greek culture played for the Roman élite of the 2nd century AD [...]. His descriptions, as they attempt to elicit the traces of history preserved at a particular spot,

Y. A. Pikoulas discute os imperadores Antoninos, sendo eles Nerva (96-98); Trajano (98-117); Adriano (117-138); Antonino (136-161); Marco Aurélio (161-180) e Cômodo (180-192)³⁹, como os mais filelênicos. A região leste do império romano composta pela Grécia; os Balcãs; a Ásia menor; o Oriente Médio e o Egito, “agora passaram para o centro do palco e alcançaram tanta prosperidade material e intelectual que pode apenas ser comparada ao tempo de Alexandre e seus sucessores” (PIKOULAS, 2007, p. 26).⁴⁰

Podemos perceber a relação entre o filelenismo da era Antonina com a expansão do helenismo a partir do período de Alexandre o Grande. Pikoulas ressalva que apesar do período Antonino figurar como uma “era de ouro” tanto para o império romano quanto para a Grécia oriental, principalmente em relação às artes, o meio intelectual e as reformas públicas com as de Adriano, por exemplo, há uma divisão social profunda entre as minorias da elite e a precária condição de vida da maior parte da população (PIKOULAS, 2007, p. 27).

Antes mesmo de Pikoulas, Christian Habicht também alude sobre a “era de ouro” do período, levando em conta uma espécie de abordagem a respeito da memória, através da qual “Pausânias poderia lamentar o passado mesmo tendo vivido confortavelmente no presente, o mundo romano de seus dias, em paz, seguro, próspero e livre de grandes tensões, um tempo rotulado pela posteridade como a era de ouro da antiguidade” (HABICHT, 1998, p. 125-26).⁴¹

Maria Pretzler também nos apresenta um panorama semelhante sobre o período:

emerge as a treasury of collective memory. All sorts of monuments function in Pausanias' work as memory vehicles [...].”

³⁹ Todas as datas aqui mencionadas são d.C.

⁴⁰ “[...] now passed to center-stage and achieved such material and intellectual prosperity that can only be compared to that of the time of Alexander the Great and his successors.”

⁴¹ “Pausanias could regret the past even as he lived comfortably in the present, the Roman world of his on day, at peace, secure, prosperous, free of major tensions, a time labeled by posterity the Golden Age of atiquity.”

A vida no Império Romano no tempo de Pausânias significava segurança, prosperidade e, para a classe alta da província, uma influência crescente dentro do império. Nesse período, uma proporção crescente da elite provincial obteve a cidadania romana, e não era mais impossível para um grego alcançar o status de senador, ou mesmo o consulado (PRETZLER, 2007, p. 28).⁴²

Pausânias, em uma passagem bastante interessante, comenta tanto a respeito das restaurações do imperador Antonino quanto à questão da cidadania romana no período. Em um provável tom de elogio ao imperador, narra que as cidades da Lícia (local mais provável de Pausânias), Cária, Cós e Rodes, foram restauradas por Antonino após um violento terremoto atingir a região:

Essas cidades também foram restauradas pelo imperador Antonino, que estava muito ansioso para reconstruí-las, e dedicou grande quantia a essa tarefa. Quanto às suas doações em espécie para os gregos, e para os não-gregos que precisavam, e seus edifícios na Grécia, Jônia, Cartago e Síria, outros escreveram sobre eles com exatidão. Mas há também outro memorial dele, deixado por ele próprio. Havia uma certa lei segundo a qual provincianos que fossem eles próprios de cidadania romana, enquanto seus filhos eram considerados de nacionalidade grega, eram forçados a deixar suas propriedades para estranhos ou a permitir que aumentassem a riqueza do imperador. Antonino permitiu que todos dessem aos filhos sua herança, preferindo mostrar-se benevolente do que manter uma lei que aumentava suas riquezas. Os romanos chamavam esse imperador de Pio, porque ele se mostrava um homem muito religioso (8.43.4; 8.43.5).

Pretzler nos dá uma pista sobre o teor desta passagem, no tocante à lei mencionada. Para a autora, Pausânias “parece particularmente impressionado com Antonino Pio por permitir que os cidadãos romanos deixassem sua fortuna para filhos que não tinham cidadania (PRETZLER, 2007, p. 28).”⁴³

⁴² “Life in the Roman empire of Pausanias’ time meant security, prosperity and, for the provincial upper class, a growing influence within the empire. In this period an increasing proportion of the provincial élite obtained Roman citizenship, and it was no longer impossible for a Greek to reach senatorial status, or even the consulship.”

⁴³ “Pausanias seems particularly impressed with Antoninus Pius for allowing Roman citizens to leave their fortune to sons who did not themselves have citizenship.”

Na sua continuação sobre a passagem, a autora afirma que “parece provável que Pausânias tivesse algum interesse pessoal nessa mudança específica da lei, mas isso é tudo o que ele diz sobre a cidadania romana - não o suficiente para permitir quaisquer conclusões sobre sua própria condição de cidadão” (PRETZLER, 2007, p. 28).⁴⁴

Porém não concordamos com Pretzler, pois acreditamos que não se trata particularmente de uma impressão de Pausânias a respeito da lei em si, sobre a qual a autora não nos dá nenhum suporte que corrobore sua afirmação, mas sim mais um exemplo das políticas de Antonino que ele quer enaltecer, como a passagem anterior parece deixar claro (8.43.4), ao nosso ver, com um provável teor de exaltação. Evocar a memória cultural da Grécia e o seu passado glorioso é exaltar aquilo que já não está mais presente sob o domínio romano.

A soma dessa série de fatores acima elencados resultam nas características da memória presentes na *Descrição da Grécia*, que conectada à “predileção pelo antigo era exatamente ao gosto do período”⁴⁵, como nos aponta Habicht (1998, p. 127).

Considerações Finais

Neste artigo defendemos como a descrição de Pausânias recria o sistema-memória da Grécia. No contexto da *Descrição da Grécia*, defendemos que Pausânias retrata um mundo grego sob domínio romano, evocando a memória da cultura grega mesmo durante a subjugação política. A partir da noção de memória cultural segundo Bommas (2011), procuramos compreender como Pausânias busca exaltar o passado glorioso da Grécia e promover a união entre os gregos, apesar dos conflitos internos e

⁴⁴ “It seems likely that Pausanias had some personal interest in this particular change in the law, but this is all he ever says about Roman citizenship – not enough to allow any conclusions about his own citizen status.”

⁴⁵ “[...] a predilection for the old was exactly to the taste of the time.”

externos. A Grécia contemporânea a Pausânias é vista como um “museu a céu aberto” que permite a recuperação do passado e a conexão com a memória histórica.

Referências

AKUJÄRVI, Johanna. *Researcher, traveller, narrator: studies in Pausanias' Periegesis*. Lund: Almqvist & Wiksell International, 2005.

ANDERSON, Graham. *The Second Sophistic: A Cultural Phenomenon in the Roman Empire*. London and New York: Routledge, 1993.

BOMMAS, Martin. *Cultural Memory and Identity in Ancient Societies*. London and New York: Continuum, 2011.

GUILMET, Celine; TOLIAS, George. Introduction. In: GEORGOPOULOU, Maria; GUILMET, Celine. *Following Pausanias: the quest for Greek antiquity*. New Castle: Oak Knoll Press, 2007, p. 17-23.

HABICHT, Christian. *Pausanias' Guide to Ancient Greece*. Berkeley; Los Angeles; London: University of California Press, 1998.

LEFÈVRE, François. *História do Mundo Grego Antigo*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *Os limites da helenização: a interação cultural das civilizações grega, romana, céltica, judaica e persa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

MORALES, Fábio Augusto. *Atenas e o Mediterrâneo romano: espaço, evergetismo e integração (200 a.C.–14 d.C.)*. 2014. 429f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

PAUSANIAS. *Pausanias Description of Greece with an English Translation by W.H.S. Jones, Litt.D., and H.A. Ormerod, M.A., in 4 Volumes*. Cambridge, MA, Harvard University Press; London, William Heinemann Ltd; Vol. I, 1918; Vol. II, 1926; Vol. III, 1933; Vol. IV, 1935.

PIKOULAS, Y.A. The Antonines. In: GEORGOPOULOU, Maria; GUILMET, Celine. *Following Pausanias: the quest for Greek antiquity*. New Castle: Oak Knoll Press, 2007, p. 26-27.

PLUTARCH. *Praecepta Gerendae Reipublicae*. In.: *Moralia*. with an English Translation by. Harold North Fowler. Cambridge, MA. Harvard University Press. London. William Heinemann Ltd. 1936. 10.

PORTER, James I. Ideals and Ruins: Pausanias, Longinus, and the Second Sophistic. In: ALCOCK, Susan E.; CHERRY, John F.; ELSNER, Jas (Eds.). *Pausanias: travel and Memory in Roman Greece*. New York: Oxford University Press, 2001, p. 63-92.

PRETZLER, Maria. *Pausanias: travel writing in Ancient Greece*. London; New Delhi; New York; Sydney: Bloomsbury, 2007.

Resumo: Preservado em caráter incompleto junto com *Beowulf*, o poema *Judite*, cujo manuscrito data da virada para o século XI, destaca-se como uma possível fonte para diversas leituras do período Anglo-Saxônico. Uma leitura incomum dele é enquanto um veículo de mensagens políticas. Com base no livro de Judite da Bíblia Vulgata Latina, o poema é povoado por elementos culturais de base germânica, onde Judite assume um papel de guerreira, em um pano de fundo do antigo testamento. A personagem bíblica é apropriada pelos anglo-saxões a partir de uma leitura alegórica, cujo efeito é atestado pela multiplicidade de representações da personagem Judite. Além do poema, é analisada a homilia de Ælfric de Eynsham (c.950-c.1010), onde o caráter celibatário é destacado. Com a comparação entre os dois textos, este artigo busca o que há de político no poema: o ideário que data do período do Rei Alfred (r.871-899) e as suas reformas que culminaram em uma teologia política cristã centralizada na figura real. A questão do seu público-alvo, por fim, possibilita formular a hipótese do poema *Judite* como uma peça de retórica política para a aristocracia laica e eclesiástica em um período de intensificação de ameaças externas e instabilidade política similares àquelas enfrentadas no século IX.

Palavras-chave: Inglaterra Anglo-Saxônica; Teologia Política; Judite.

THE ANGLO-SAXON POLITICAL THEOLOGY IN THE POEM JUDITH

Abstract: Preserved incompletely with *Beowulf*, the poem *Judith*, dated at the turn of the eleventh century, is an important source for a myriad of perspectives on the Anglo-Saxon period. An uncommon way of understanding it is as a medium for political ideas. Based on the Vulgate Latin Bible, though the poem is set in the Old Testament, is populated with cultural elements of a Germanic background in which Judith is fashioned as a warrior. The biblical character is appropriated by Anglo-Saxons with an allegorical interpretation and its consequences are her multiple representations. Beyond the poem, Ælfric of Eynsham's (c.950-c.1010) homily is analysed, where celibacy is highlighted.

¹ Gostaria de agradecer ao Prof. Dr. Elton Oliveira Souza de Medeiros, quem me guiou nesta investigação. Ela nasceu de inquietações em torno dos anglo-saxões que foram tão importantes para o início da minha trajetória.

² Mestrando em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Contato: matheus.sekikawa@gmail.com.

Comparing the two texts, this article searches for what there is of political in the poem: a set of ideals dating to King Alfred's (r.871-899) reign and his reforms resulting in a christian political theology centered on the king. The issue of its target audience, at last, enables an hypothesis of the poem *Judith* as a piece of political rhetoric for a secular and ecclesiastical aristocracy in a historical period of external threats and political instability similar to those of the ninth century.

Keywords: Anglo-Saxon England; Political Theology; Judith.

O período da Inglaterra Anglo-Saxônica compreende, nos termos mais amplos, do declínio das estruturas romanas e as ondas migratórias de populações do norte do Continente no início do século V até a Batalha de Hastings em 1066 com a vitória de Guilherme, o Conquistador, então duque da Normandia e, com este evento, rei da Inglaterra. Neste intervalo, desenvolvimentos significativos ocorreram, de particular importância a conversão das diversas comunidades anglo-saxônicas ao cristianismo – trajeto narrado por Beda (672-735) na *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum*. (CAMPBELL, 1991)

O cristianismo contribuiu para a formação de uma tradição poética-literária textual entre os anglo-saxões. Os poemas desta estão preservados em quatro principais códices: o *Livro de Exeter*, o *Livro Vercelli*, o *Codex Junius XI*, e o *Códice Nowell* (MEDEIROS, 2019, p.200-201). Entre os poemas preservados está *Judite*. *Judite* é uma personagem bíblica cujas manifestações no imaginário anglo-saxão suscitam uma gama de possibilidades de análise, seja no campo religioso, político e de gênero. *Judite* é um poema escrito em inglês antigo baseado no livro de *Judite* da Bíblia Vulgata Latina, que narra a história do embate entre os hebreus e os assírios. No poema, Holofernes e *Judite* representam ambos os lados dos povos em guerra e os únicos personagens relevantes (WILLIAMSON, 2017, p.691).

Antes de uma análise textual, uma ressalva é importante. Michael Godden (GODDEN, 1991, p.206-226) aponta como as passagens bíblicas eram

lidas e transmitidas enquanto alegorias. Um dos motivos para tal leitura, que conscientemente afastava-se do sentido literal dos textos, eram os comportamentos tidos pela sociedade cristã do período como abjetos, seja o incesto ou o concubinato (GODDEN, 1991, p.206, 208). A fim de manter a autoridade destas histórias e o seu valor moral, cujo uso histórico foi um possível catalisador do processo de conversão dos reinos anglo-saxões nos séculos VII-VIII (GODDEN, 1991, p.207-208), a leitura alegórica fez-se necessária. Este tipo de compreensão possibilitou conservar a influência religiosa dos textos, com o objetivo de traçar paralelos morais entre o tempo bíblico e o período contemporâneo aos anglo-saxões (GODDEN, 1991, p.208).

Com a ciência do recurso da leitura alegórica realizada pelos anglo-saxões, duas representações textuais de Judite serão comparadas a seguir: o poema *Judite*, conservado em manuscrito no *Códice Nowell* (MEDEIROS, 2012, p.123), e a homilia de Ælfric sobre o livro bíblico de Judite, preservada no *Cambridge, Corpus Christi College, MS 303: Old English Homilies* (HAWKES, 2023).

Apesar de tratarem da mesma personagem bíblica, existem distinções que, quando analisadas sob a condição de sua apropriação alegórica, apontam para a instrumentalização da narrativa bíblica. O propósito desta comparação é demonstrar as diversas possibilidades de apropriação da narrativa bíblica durante o período e destacar os elementos políticos presentes na confecção do poema *Judite* e a possibilidade de pensá-lo como um veículo de ideais políticos.

O poema *Judite*

O poema está preservado em caráter incompleto no *Códice Nowell* – datado da virada para o século XI (COOPER, 2010, p.171) – junto com o poema *Beowulf*, *Paixão de São Cristóvão*, *Maravilhas do Oriente* e *Cartas de Alexandre à Aristóteles* (THOMSON, 2018, p.xviii). Por análise da escrita do

Códice Nowell constata-se duas grafias distintas, designados pela historiografia como “escriba A” e “escriba B”. Este último teria sido responsável por uma seção de *Beowulf* a partir do verso 1939 até o que resta de *Judite*. O “escriba A” foi responsável pela seção inicial do manuscrito (FILHO, 2014, p.50). *Judite*, portanto, ocupa um lugar desconfortável, como o único texto produzido integralmente pelo “escriba B”³.

A produção da compilação onde está localizado o manuscrito do poema *Judite* é datado da virada para o século XI (COOPER, 2010, p.171), o que não extingue questionamentos históricos. As diversas análises, sejam linguísticas, materiais do manuscrito ou histórico-textuais, levantam disputas sobre a datação do conjunto de manuscritos. Para Kiernan, por exemplo, o texto de *Beowulf* deve ter sido escrito no reino de Cnut, depois de 1016, porque o conteúdo escandinavo da narrativa não teria sido bem recebido durante o reino de Æthelred II, quando se intensificaram os ataques por butim (KIERNAN, p.15-23). Sobre outra proposta, a de David Norman Dumville que colocaria a escrita do Códice entre 987 e 1013 por conta de evidências paleográficas do formato da escrita das palavras, Thomson relata que “(...) é apoiada na paleografia como ciência, entendendo como improvável que a minúscula quadrada estaria em uso em período tão tardio como 1016”⁴. A baliza inadequada da virada do século mostrou-se apropriada para os propósitos de identificar uma teologia política de caráter longo.

Alguns elementos são possíveis de serem destacados com a leitura isolada do poema. Primeiro o seu caráter marcial. O evento que é a decapitação de Holofernes por *Judite* é descrito de modo detalhado, mostrando o esforço físico do ato, cuja conclusão é o destino da alma do

³ Alguma controvérsia existiu se o poema *Judite* de fato pertencia originalmente com os outros textos reunidos no Códice, ou seja, que o poema veio de outro manuscrito completamente diferente. Recentemente, entende-se que *Judite* pertencia ao Códice, mas seu lugar original era antes da *Paixão de São Cristóvão* e *Beowulf*, portanto, seria o último texto do Códice. (LUCAS, 1990; THOMSON, 2018)

⁴ “The major response is Dumville's, and is rooted in palaeography as a science, finding it highly unlikely that Square minuscule was being used as late as 1016.” (THOMSON, 2018, p.70)

general, condenada a sofrer no inferno (WILLIAMSON, 2017, p.696, vv.125-148). A violência do ato é caracterizada como uma vitória em batalha: “Judite havia assim obtido grandiosa glória na luta, uma vez que Deus, o Senhor dos céus, lhe permitiu lhe dando a vitória.” (*Judite*, vv.123-124) (MEDEIROS, 2012, p.133). Judite leva a cabeça do general assírio até a cidade de Betulia, onde exorta os hebreus a tomarem armas e lutar contra seus inimigos. O que segue é a descrição da batalha entre os dois povos. Os assírios, com seu líder morto, falham em resistir às investidas dos hebreus, que são bem-sucedidos em derrotá-los. Judite assume uma posição de conselheira, a qual é recompensada com a armadura e a espada de Holofernes.

Os elementos culturais anglo-saxões transportados para o poema são candentes. Apesar de se passar em um espaço e tempo distinto daquele seu, elementos culturais de fundo germânico compõem a imagem do banquete narrado, que antecede a morte de Holofernes. A tenda assíria assemelha-se a um salão, povoado por homens em cota de malha (WILLIAMSON, 2017, p.693) caracterizados como “guerreiros de escudos” (MEDEIROS, 2012, p.127). O próprio Holofernes é caracterizado como “o resoluto doador de tesouro” (MEDEIROS, 2012, p.129), uma virtude política anglo-saxônica:

*Hie ða to ðam symle sittan eodon,
w lance to wingedrin ce, e alle his weagesiðas,
bealde byrnwiggende. þær wæron bollan steape
boren æfter bencum gelome, swylce eac bunan ond orcas
fulle fletsittendum (Judite, vv.15-19)*

Então eles foram e se sentaram para o banquete, os homens insolentes a beber vinho, todos os seus companheiros de malefício, aqueles valentes guerreiros de armaduras. Lá grandes jarras eram carregadas continuamente pelos bancos e assim enchendo os copos e canecas dos convidados sentados. (MEDEIROS, 2012, p.127).

Holofernes é o contraponto moral na narrativa. Enquanto Judite é caracterizada pela sua beleza – “a mulher de beleza élfica” (MEDEIROS, 2012, p.127,) – determinação – “radiante em sua determinação,” (MEDEIROS, 2012, p.127 – e devoção - “a gloriosa serva do Salvador” (MEDEIROS, 2012, p.131) – o assírio é glutão, bestial e lascivo:

*hloh ond hlydde, hlynede ond dynede,
 þæt mihten fira bearn feorran gehyran
 hu se stiðmoda styrmde ond gylede,
 modig ond medugal, manode geneahhe
 bencsittende þæt hi gebærdon wel. (Judite, vv.23-27)*

Ele riu e gritou e rugiu e vociferou, de modo que os filhos dos homens podiam ouvir ao longe como aquele homem resolutos berrava e gritava, arrogante e bêbado, e por várias vezes ordenava aos que se sentavam nos bancos para eles aproveitarem bem (MEDEIROS, 2012, p.127)

*Het ða niða geblonden
 þa eadigan mægð ofstum fetigan
 to his bedreste beagum gehlæste,
 hringum gehrodene. (Judite, vv.34-37)*

Então, sendo torpe e promíscuo, ele ordenou que levassem a abençoada virgem – enfeitada com braceletes e adornada com anéis – rapidamente para sua cama (MEDEIROS, 2012, p.129).

A morte de Holofernes seria, portanto, uma vitória moral do cristianismo sobre o pecado. Não só, como os seus vícios não são sem consequência. No momento que Judite é entregue ao quarto do general, um aspecto paranoico de sua personalidade é apresentado:

*þær wæs eallgylden
 fleohnet fæger ymbe þæs folctogan
 bed ahongen, þæt se bealofulla
 mihte wlitian þurh, wigena baldor,
 on æghwylcne þe ðær inne com
 hæleða bearna, ond on hyne nænig
 monna cynnes, nymðe se modiga hwæne
 niðe rofra him þe near hete
 rinca to rune gegangan (Judite, v.46-54)*

Lá havia uma elegante tela dourada, pendurada ao redor da cama do líder de forma que o terrível homem pudesse ver através dela, o herói de seus guerreiros, cada um dos filhos dos homens que entrasse lá, mas a ele ninguém da raça dos homens, a não ser que, homem valente, ordenasse um de seus renomados e malignos soldados a vir próximo a ele para uma conversa secreta (MEDEIROS, 2012, p.129)

O temor de Holofernes no que toca o trânsito de pessoas em seu quarto, uma possível medida contra intrigas, é causa dupla da derrota dos assírios. Primeiro que, no estupor embriagado e de luxúria, Holofernes deixou-se vulnerável para o ataque de Judite:

*Het ða niða geblonden
þa eadigan mægð ofstum fetigan
to his bedreste beagum gehlæste,
hringum gehrodene. (Judite, vv.34-47)*

Então, sendo torpe e promíscuo, ele ordenou que levassem a abençoada virgem – enfeitada com braceletes e adornada com anéis – rapidamente para sua cama. (MEDEIROS, 2012, p.129)

*Gefeol ða wine swa druncen
se rica on his reste middan, swa he nyste ræda nanne
on gewitlocan. (Judite, vv.67-69)*

Então o grande homem desabou no meio da cama, tão bêbado com o vinho que ele estava absorto de seus pensamentos. (MEDEIROS, 2012, p.131)

Segundo que, durante o ataque hebreu, seus soldados foram até o seu quarto para avisá-lo, mas hesitaram, temendo a reação do seu líder (WILLIAMSON, 2017, p.699-700).

Holofernes pode ser comparado com o personagem Heremod presente em “O Conselho de Hrothgar” (*Beowulf*, vv.1651-1813). O rei Hrothgar, no poema *Beowulf*, após ser presenteado pelo herói, conta a história de seu povo. Entre as personagens mencionadas, Heremod é narrado como um rei cruel, violento e paranoico:

*breat bolgenmod beodgeneatas
eaxlgesteallan op þæt he ana hwearf
mære þeoden mondreamum from,
(...)
hwaepehe him on ferhpe greow
breosthord blodreow (Beowulf, vv.1713-1719)*

Enfurecido, matou companheiros de mesa, camaradas em armas, até que ele se tornou apartado da alegria dos homens, aquele poderoso líder. (...) em seu coração, em seu tesouro peito, tornou-se sanguinolento (MEDEIROS, 2022, p.149).

Ambos Holofernes e Heremod rompem com as expectativas de lealdade e reciprocidade material com os seus homens. Por este motivo os soldados de Holofernes hesitam ao entrar em seu quarto, por causa de seu temor representado pelos obstáculos impostos pelo general e, no fim, é uma das causas da derrota dos assírios para os hebreus. Heremod comete violência

contra seus soldados e recusa a dar presentes ("Não deu nenhum anel por honra aos daneses" (MEDEIROS, 2022, p.149). Existe, portanto, uma ruptura com as expectativas régias na desconfiança e violência contra os guerreiros de confiança.

Como será argumentado, Holofernes, assim como Heremod, são personagens literários cujo fundamento é um ideário comum ao redor dos valores políticos da sociedade anglo-saxônica. Hrothgar comenta que Heremod deve a sua posição ao favor divino e deve ser capaz de providenciar ao líder e a seu povo, mas os seus vícios impedem este propósito:

*Wunað he on wsiste no hine wiht dweleð
adl ne ylðo ne him inwitsorh
on sefan sweorced ne gesacu ohwær
ecghete eoweð ac him eal worold
wendeð on willan; he þæt wyrse ne con (Beowulf, vv.1739-1739)*

Ele vive em fartura! Nada o prejudica: a doença ou a idade, nem tristezas tornam seu espírito sombrio, nem surgem conflitos ou guerras em qualquer parte, mas, para ele, todo mundo procede como deseja; ele não conhece nada por que isto" (MEDEIROS, 2022, p.149-150).

O que segue, o abandono de Deus por Heremod por conta dos vícios da violência, ganância e orgulho é a morte, narrada no poema:

*Hit on endestaef eft gelimpeð
þæt se lichoma laene gendreoseð
fæge gefealleð (Beowulf, vv.1753-1755)*

Depois, no fim, acontece que o seu corpo efêmero se enfraquece, fadado a morrer, e perece. (MEDEIROS, 2022, p.153).

Não há no poema *Judite* discussão semelhante sobre a figura de Holofernes, no fim um líder de soldados. Mas como se buscará mostrar, existe um compromisso com um ideário político no poema que impacta a leitura sobre o general assírio.

Já ao mover o foco da análise de Holofernes para a personagem Judite, outras questões são postas. De que modo Judite é representada no poema? Como Judite existe no imaginário anglo-saxão? Alguns elementos já foram levantados, como o seu caráter virtuoso em oposição aos vícios do general

assírio. Contudo, não existe uma única Judite legada textualmente para o presente. Este fato é fundamental para complexificar o entendimento deste passado anglo-saxão. A comparação do poema com outro texto sobre Judite, do mesmo período, pode ajudar a revelar as diversas apropriações da narrativa bíblica, assim como, se não o exato contexto de sua produção, aquilo que é lacunar no seu processo de transmissão.

As duas Judites

Ælfric de Eynsham (c.950-c.1010) foi um erudito e religioso anglo-saxão reconhecido pelas suas homilias, gênero literário em prosa que compreende uma exposição geral de um trecho bíblico durante uma missa e um sermão (LAPIDGE, 2014, p.247). A homilia de Judite é datada entre 1002-1005 (LEE, 1999). Assim, tanto a homilia quanto o poema são datadas no mesmo intervalo de tempo da virada para o século XI (MAGENIS, 1995, p.61).

A homilia de Ælfric pode ser separada em duas seções. A primeira é a própria narrativa bíblica, com diferenças entre os dois textos. Com um início claro, Ælfric inicia comentando sobre os dois reis Nabucodonosor, o primeiro da Babilônia, o segundo, Cambises, senhor dos assírios. O texto relata desde o início do conflito, os eventos que precedem a introdução de Judite e outros personagens como Achior, um líder de guerra condenado à morte por Holofernes; Ozias, hebreu que defendia a submissão a Holofernes, intimidado pelo general; Joachim, líder religioso que exaltou Judite após a batalha (HAWK, 2023). Esta primeira diferença salta aos olhos: somente dois personagens existem no poema, Judite e Holofernes. O resto das personagens são chamadas por nomes genéricos seja a "sua prestativa serva" (MEDEIROS, 2012, p.137), que ajuda Judite a escapar o acampamento inimigo após a execução de Holofernes, ou enquanto os gentílicos, hebreus e assírios. A prioridade dada à batalha na homilia também é diminuta, nem os elementos

da cultura anglo-saxônica estão presentes. O combate corresponde a um parágrafo.

Outra diferença é a postura de Judite ao receber os espólios de guerra. No poema, Judite recebe como recompensa por seu empenho em aconselhar os hebreus na vitória o equipamento de Holofernes:

*Hi to mede hyre
of ðam siðfate sylfre brohton,
eorlas æscrofe, Holofernes
sweord ond swatigne helm, swylce eac side byrnan
gerenode readum golde, ond eal þæt se rinca baldor
swiðmod sinces ahte oððe sundoryfes,
beaga ond beorhtra maðma, hi þæt þære beorhtan idese
ageafon gearoþoncolre. (Judite, vv.334-341)*

Como recompensa, o destemido guerreiro trouxe de volta para ela da expedição a espada e o sangrento elmo de Holofernes, assim como sua grande cota de malha adornada de ouro vermelho; e tudo que o implacável senhor dos guerreiros possuía de riquezas ou bens pessoais, de anéis e de belos tesouros, eles deram para aquela iluminada e astuta dama. (MEDEIROS, 2012, p.145)

Apesar da recompensa material, ela tinha a salvação enquanto aquilo de maior valor:

*Ealles ðæs Iudith sægde
wuldor weroda dryhtne, þe hyre weorðmynde geaf,
mærdæ on moldan rice, swylce eac mede on heofonum,
sigorlean in swegles wuldre, þæs þe heo ahte soðne geleafan
to ðam ælmihtigan; huru æt þam ende ne tweode
þæs leanes þe heo lange gyrnde. (Judite, vv.341-346)*

Por tudo isso Judite deu glórias ao Senhor dos exércitos, que lhe concedeu glória e renome no reino terreno assim como também a recompensa no céu, o prêmio da vitória da glória celeste porque ela sempre teve a verdadeira crença no Todo Poderoso. Certamente no final ela não duvidou da recompensa pela qual ela longamente ansiava. (MEDEIROS, 2012, p.145).

Na homilia, Ælfric comenta que Judite se recusa em aceitar o butim de um pecador como Holofernes:

Ela não teve o desejo, assim como conta a história, de obter os espólios de guerra daquele general sedento por sangue dado como presente pelo seu povo; ela amaldiçoou as roupas dele, pois não tinha desejo

de vesti-las, e desfez-se das coisas dele – ela não desejava ser contaminada pelo pecado de sua heresia.⁵ (HAWKES, 2023).

A comparação serve para mostrar uma grande diferença: a de propósito. A homilia tinha como propósito exaltar Judite enquanto um modelo feminino.

A segunda seção da homilia é esclarecedora, visto que Ælfric insere a si mesmo como o orador do sermão e guia a interpretação da narrativa. Ele declara que Judite representa o ideal de serva de Deus:

Ela era humilde e pura, superou o orgulho, pequena e nada forte, e derrotou o poderoso general. Portanto, ela simboliza a piedosa com seus trabalhos, a congregação sagrada daqueles que vivem com Deus, a Igreja de Cristo e todo o povo cristão, a sua noiva pura que com a fé fortalecida decapitou a cabeça do velho demônio, perpetuamente pura no serviço de Cristo (HAWKES, 2023)⁶

O que segue do comentário de Ælfric sobre a recusa de Judite em tocar os espólios de Holofernes é uma censura ao comportamento das mulheres alvo de sua oratória, seu público:

Mirem-se no exemplo de Judite. Quão pura vivia antes do nascimento de Cristo e não enganou Deus no tempo do Evangelho na pureza sagrada prometida por Cristo, porque ele condena os fornicadores e queima a alma dos vergonhosos no inferno, assim como está em latim nos ensinamentos de Paulo: “Deus julga os fornicadores e adúlteros (HAWKES, 2023)⁷

É particularmente interessante que Judite seja um recurso para tratar sobre a castidade, visto que na narrativa de Ælfric ela é uma viúva que se veste de modo a captar o olhar de Holofernes. A sua agência e iniciativa, se

⁵ “She did not desire to have, just as the story says, the bloodthirsty one's war-spoils, which the people gave her; but she accursed all his clothes, she did not desire to wear them, but cast them off from her—she did not desire to have any sin because of his heathenism.” (HAWKES, 2023).

⁶ “She was humble and clean, and overcame pride, little and not strong, and laid down the great one. Therefore she signifies the faithful with works, the holy congregation who now lives in God, that is the church of Christ in all Christian people, his one clean bride who with keen belief cuts off the head from the old devil, ever in cleanness serving Christ” (HAWKES, 2023)

⁷ “Take for yourselves an example from this Judith, how cleanly she lived before the birth of Christ, and do not deceive God in the time of the Gospel in the holy cleanness that you promised to Christ, because he damns the secret fornicators and he scorches the foul shameful ones in hell, just as it says in Latin according to the teaching of Paul: “God judges fornicators and adulterers.” (HAWKES, 2023)

comparada ao texto da Vulgata, contudo, é solapada em várias instâncias na homilia. Exemplos desta escolha por Ælfric são a omissão da convocação dos anciões hebreus por Judite, de seus discursos e das orações que movimentam a narrativa bíblica (CLAYTON, 1994, p.224). A omissão mais substantiva, central para o objetivo específico da homilia, gira ao redor de como sua castidade é retratada e priorizada. Apesar da clareza com que Ælfric retrata o embate entre a casta Judite e o tirano Holofernes, a narrativa bíblica é mais ambígua, uma vez que Judite seduz e planeja o seu assassinato. Mary Clayton (1994, p.222-225) nota como, na narrativa da homilia, Judite também é uma agente que instiga a luxúria e o hedonismo de Holofernes (CLAYTON, 1994 p.223-224). O efeito deste papel de Judite é claro para Clayton:

O padrão familiar da mártir virgem que se opõem ao tirano lascivo parece determinar como Ælfric entende a cena, mas distancia-se da narrativa bíblica. Enquanto mártires resistem a tentação, Judite tenta; enquanto mártires rejeitam ornar-se em roupas eróticas, Judite usa delas para seduzir Holofernes (CLAYTON, 1994, p.223)⁸

Magennis também nota este esforço da homilia em disfarçar o aspecto ardiloso da personagem pela insistência na dicotomia entre o bem e o mal: "O foco aqui é completamente nos vícios de Holofernes e não na ambiguidade da sensualidade de Judite" (MAGENNIS, 1995, p.62)⁹. O efeito desta é uma passividade da personagem ao mesmo tempo que o elemento sexual permanece¹⁰, daí a ambiguidade da homilia. Clayton escreve que:

⁸ "The familiar pattern of the virgin martyr opposed to the lustful tyrant seems to determine the way in which Elfric views this scene, but it is one which is at odds with the biblical story. Whereas martyrs resist temptation, Judith tempts and, while martyrs reject ornate clothing and all the trappings of sexual adornments, Judith adopts them in order to seduce Holofernes" (CLAYTON, 1994, p.223)

⁹ "The emphasis here is totally on the wickedness of Holofernes and not at all on the duplicitousness or erotic guile of Judith" (MAGENNIS, 1995, p.62)

¹⁰ A sexualidade na narrativa de Judite também deve ser suprimida para o efeito moral da homilia. A censura deste tipo não é incomum em materiais anglo-saxônicos. Oswald (2010) demonstra como estes apagamentos, como nas ilustrações em *Maravilhas do Oriente*, estão ligadas a ideia de monstruosidade, um Outro cuja não-humanidade é motivo de um apagamento de características humanas. Talvez seja possível dizer que Ælfric tenta uma

Não importa quanto ele tenta manipular seu sentido, Ælfric não consegue omitir a manipulação e a autonomia sexual de sua heroína e, no fim, fica encurralado em sua obstinação em suprimir estes elementos e conter Judite dentro de padrões ditados por seu desejo de fazê-la um modelo para virgens e não seguir o retrato bíblico de uma mulher tenaz e capaz que, pela castidade, explora sua sexualidade para matar um inimigo de seu povo. O leitor não pode ignorar a distância entre o texto e a exegese de Ælfric (CLAYTON, 1994, p.225)¹¹.

Dana M. Oswald nota uma ansiedade ao redor da sexualidade feminina em outras homílias de Ælfric, cuja preocupação com o *ledenun* (traduzido como *loins*, ou de modo amplo, o sexo) denota a associação do corpo feminino com a tentação e, portanto, demonstraria um papel ativo. A razão em rejeitar esta agência seria uma confusão nos papéis de gênero e, decorrente desta suposição, a necessidade do homilista reafirmar a passividade feminina (OSWALD, p.61-63). Isto poderia explicar a razão de Ælfric preocupar-se com a castidade deve ser acompanhada pela reformulação da protagonista e a supressão de suas iniciativas.

A marcialidade do poema épico, que o conecta com o *topos* heroico da poesia inglesa, onde poder e status são representados pelos feitos individuais (MEDEIROS, 2016, p.33), está marcada no poema. Já na homília, a segunda seção revela a sua proposta na exaltação da personagem a fim de provocar o desejo de emulação por parte do seu público e enfim, o desejo de emulação das virtudes cristãs de Judite. A redução da agência de Judite na homília aponta para uma tradição literária diferente daquela do poema – são duas Judites.

“revisão” (termo de Oswald, *revision*) do corpo feminino, redirecionando a audiência para os vícios de Holofernes.

¹¹ “However much he tries to manipulate meaning, Ælfric cannot cancel the manipulateness and sexual autonomy of his heroine and, in the end, he digs a hole for himself by his determination to play down these elements, to contain Judith within patterns dictated by his desire to make her into a model for virgins rather than following the biblical portrait of a forceful, resourceful woman who, though chaste, exploited her sexual attractiveness to kill an enemy of her people. The reader cannot but be struck by the gap between the text and Ælfric's exegesis” (CLAYTON, 1994, p.225)

É possível, tendo em mente as diferenças entre as representações de Judite no poema e na homilia apontar que tão importante quanto estabelecer a autoria destes textos é descobrir o público a quem se dirigiam. Ælfric se dirige a uma "*min swustor*", uma "*nunne*". O último termo, particular ao período tardio do inglês antigo, não é o equivalente à "freira", no período chamadas de "*mynece*", e sim a mulheres que declaravam votos de castidade e que não eram obrigadas a entrar em uma comunidade monástica (CLAYTON, 1994, p.225-227). A Judite de Ælfric, portanto, é moldada como uma lição moralizadora a estas mulheres, definidas pelo celibato – tanto a narrativa bíblica, que é remodelada pelas omissões, quanto a segunda seção, que explicita quais os temas que o erudito queria tratar. No poema, em contrapartida, não é explicitado a que público se dirigia. A voz do poeta não enuncia o seu propósito. Peculiar nesta diferença é como o corpo de Judite é tanto sexualizado na homilia, enquanto parte de uma sedução ardilosa, quanto suprimido, na tentativa de moralizar a narrativa, enquanto é retratado em termos genéricos de beleza no poema¹². O que ambos os textos mostram é a capacidade de autores anglo-saxões em modificar as narrativas bíblicas para propósitos e públicos específicos.

É possível supor como público-alvo do poema Judite a aristocracia a partir dos elementos que o definem em comparação à homilia de Ælfric: a marcialidade, o *topos* heróico, além dos aspectos divinos, compartilhados por ambos os textos, mas com particularidades no poema.

Um elemento, contudo, lança incertezas neste empreendimento. Se o poema Judite é encarado como um poema carregado de um *topos* heróico, a que senhor a personagem serve? A literatura do inglês antigo é carregada

¹² Sobre o papel do corpo na narrativa religiosa, *Figuring the Body: Gender, Performance, Hagiography*, de Lees e Overing (2009), mostra como Ælfric por um lado rompe com o modelo do século VII de Aldhelm no *De virginitate*, onde o martírio das santas chega a níveis escatológicos e explícitos de detalhes. Se Ælfric por um lado rompe com este ao esconder o corpo e o sexo deste, continua este modelo com o *locus* corporizado da santidade feminina. Judite é um caso interessante pela ambiguidade entre instigação e castidade na homilia, a qual ele tenta suprimir, como mostra Clayton (1994).

por elementos de um *ethos* guerreiro que envolve a relação fundamental entre um guerreiro e seu senhor e a troca de presentes figura enquanto uma das modalidades de construção das lealdades mútuas entre senhor e seu guerreiro (O'KEEFE, 1991, p.107). Esta relação já foi mencionada acima, a partir do mau exemplo de Holofernes e as suas semelhanças com Heremod. Enquanto aquele que não presenteava seus soldados, Heremod é o exemplo do mau senhor. A crueldade de Holofernes, assim como a sua temeridade e falta de confiança em seus guerreiros, demonstra a relação viciada entre senhor e seus homens. A resposta mais apropriada para esta resposta é que Judite tem em Deus o seu senhor.

O fato do favor divino que a acompanha é estabelecido na primeira estrofe do poema:

...tweode
 gifena in ðys ginnan grunde. Heo ðar ða gearwe funde
 mundbyrd æt ðam mæran þeodne, þa heo ahte mæste
 þearfe,
 hylde þæs hehstan deman, þæt he hie wið þæs hehstan brogan
 gefriðode, frymða waldend. Hyre ðæs fæder on roderum
 torhtmod tiðe gefremede, þe heo ahte trumne geleafan
 a to ðam ælmihtigan. (Judite, vv.1-7)

...[Judite] suspeitava dos presentes neste vasto mundo. Assim ela logo se encontrou com a mão auxiliadora do grande Senhor, quando ela mais precisou do auxílio do supremo Juiz e Ele a protegeria contra este perigo supremo, o Senhor Criador. O ilustre Pai no céu garantiu o pedido dela nisto, pois ela sempre teve uma veemente devoção no Todo Poderoso. (MEDEIROS, 2012, p.127)

A sacralidade do empreendimento divino de Judite é afirmada pelo embate dicotômico entre o bem e o mal, representado por Holofernes:

Forgif me, swegles ealdor,
 sigor ond soðne geleafan, þæt ic mid þys sweorde mote
 geheawan þysne morðres bryttan (Judite, vv.88-90)

Conceda-me, Senhor dos céus, a vitória e a verdadeira fé, pois assim com esta espada eu poderei abater este perpetrador da morte (MEDEIROS, 2012, p.131).

O favor divino é um fator que justifica a ação premeditada de Judite em assassinar uma pessoa - não só enquanto um poder transcendente, mas

Deus como um senhor nos termos seculares. A violência do assassinato é completamente aliviada, auxiliado pelo tipo de leitura alegórica capaz de solapar as ações mais “condenáveis” da personagem. Green (2020) sintetiza bem que:

Assim, não era só o plano de Judite destruir os assírios e liberar os betulianos, e sim de Deus, cujo reconhecimento muda a agência de Judite para Deus, que é infalível. Judite, portanto, não é uma assassina nem suas ações são “masculinas”. Como mensageira de Deus, Judite realiza atos altruístas para salvar outros. (GREEN, 2020, p.98)¹³

Enquanto senhor, Deus, o “Senhor dos exércitos” (MEDEIROS, 2012, p.145) recompensa materialmente a lealdade de Judite – a armadura e as armas de Holofernes entregues a ela depois da batalha. Mas não só, como também a recompensa divina de sua alma (*Judite*, vv.341-346) (MEDEIROS, 2012, p.145).

É possível localizar no poema *Judite*, portanto, uma mensagem alinhada a um ideal político, da lealdade a um senhor, este, no caso, à própria entidade divina. Um propósito claramente distinto da narrativa da homilia de Ælfric, que privilegia o elogio à castidade, tema de sua censura às *nunne* a quem se dirigia. A possibilidade de uma leitura tal do poema aproxima a resposta sobre seu público-alvo, possivelmente uma aristocracia. A questão de gênero ao redor da personagem do poema não seria impeditiva, nem necessariamente perturbaria o leitor aristocrata de sentir-se identificado, uma vez que o *topos* heróico é definido pelas ações e representações de mulheres em lugares supostamente masculinos não era um fato anômalo entre os anglo-saxões. Exemplo disto é o uso do termo *hlæfdige*, o masculino de *hlaford* (“senhor”), para referir-se à Æthelflaed, filha de rei Alfred e “Senhora dos Mércios”, em uma posição de liderança política neste reino (MEDEIROS,

¹³ Thus, it seems that it was not only Judith’s plan to destroy the Assyrians and liberate the Bethulians but God’s, whose recognition and appreciation of Judith serves to shift the onus and gravity of the “act” from Judith to Him, which under no condition can be fallible. Judith is therefore neither a murderous female, nor are her actions “manly,” as God’s messenger, Judith performs a selfless act to save others. (GREEN, 2020, p.98)

2016, p.40), mesmo que nem ela nem seu marido, Æthelred, nunca sejam identificados pelos termos *cuén* (rainha), ou *cyning* (rei).

A teologia política e o poema *Judite* como retórica

A sacralidade do poder régio, um dos principais aspectos políticos do período, contribui para supor a aristocracia como público-alvo do poema. Há uma longa trajetória de formulação deste ideário. Um marco importante para um novo paradigma de poder real pode ser identificado na corte do rei Ine (688-726) dos Saxões Ocidentais, para quem o rei torna-se responsável por “integrar seu clero e nobreza aos processos deliberativos que reuniam costumes antigos e um corpus de lei recém-implantado” (STENTON apud CHANEY, 1999, p.179)¹⁴. Esta formulação culminará, eventualmente, nas propostas de coesão política das reformas do rei Alfred (CHANEY, 199, p.179).

O período alfrediano foi marcado por ameaças externas. O primeiro relato de vikings¹⁵ na Inglaterra é datado no reinado de Beorhtric de Wessex (768-802). O ataque ao monastério de Lindisfarne em 793 foi, contudo, o marco mais rememorado do início das mudanças que seguiriam. A narrativa da *Crônica Anglo-Saxônica* tem na chegada da “Grande Turba Pagã”, em 865, como o ponto de virada efetivo. O que eram ataques por butim eventuais tornou-se uma força de conquista que solapou os reinos de Nortúmbria e da Ânglia Oriental em 867, assim como a porção norte do território da Mércia, em 877. Somente a casa real de Wessex permaneceu intacta. O rei Alfred, que ascendeu ao trono em 871, confrontado com a crise das invasões, empreendeu uma série de reformas coordenadas. (RYAN, 2013, p.258-262)

¹⁴ “bringing his clergy and nobles into deliberation on the blending of ancient custom and new enactment in an elaborate body of law” (STENTON apud CHANEY, 1999, p.179)

¹⁵ Apesar da controvérsia ao redor do termo e as múltiplas apropriações anacrônicas, o termo *viking* é usado para designar não um grupo étnico ou cultural, mas um coletivo identificado nas fontes anglo-saxônicas como hordas de saqueadores, definidos pela prática do saque, vide (MEDEIROS, 2020)

A reforma militar-administrativa compreendeu a reformulação do *fyrð* em um exército bem equipado e a construção de várias cidades muradas, os *burhs*. Em paralelo a esta, a fim de justificar as exigências materiais deste projeto, foi empreendida uma reforma espiritual. Esta última teve como objetivo a centralização política na figura real – Alfred buscava os meios possíveis para lidar com a crise e para tal exigiu uma série de obrigações daqueles com posse de terras – e produziu uma série de textos traduzidos para o Inglês Antigo como o *Consolatione Philosophiae* (*Froferboc* no Inglês Antigo) de Boécio e a *Regula Pastoralis* (*Hierdeboc*) do papa Gregório Magno (RYAN, 2013, p.262) nas quais estariam as justificativas de suas iniciativas. No capítulo 17 do *Froferboc*, uma inserção inédita da versão em Inglês Antigo, é veiculada a ideia de que os homens (de oração, de armas e de trabalho) são as ferramentas do governante ungido por Deus:

Assim, o material [terra para habitar, e presentes e armas e comida e cerveja e roupas] para um rei e suas ferramentas com as quais governa são aquelas com as quais ele mantém sua terra povoada. Ele deve ter homens de oração e homens de armas e homens de trabalho. Pois você sabe que sem essas ferramentas nenhum rei pode exercer sua habilidade (MEDEIROS, 2015, p.19).

Voltados para laicos e eclesiásticos, a reforma buscava a constituição de uma aristocracia educada, conectada por laços de amor e lealdade à figura régia atrelando à origem divina o poder real. Ao colocar aqueles dois grupos sob o mando real, o trecho destacado acima é um primeiro indício da negação da distinção entre os poderes secular e religioso em favor da centralidade régia. A consequência deste argumento coloca Alfred no topo da sociedade anglo-saxônica. Entre os exemplos, destaca-se como as reivindicações de privilégios eclesiásticos foram rejeitadas no seu reinado – especificamente a apropriação de terras da Igreja nas áreas conquistadas ao norte e a demanda da tributação em ouro (ABEL, 1998, p.245). Esta é uma manifestação concreta (ou pragmática) da teologia política alfrediana.

A partir da análise de decretos reais, Chaney (1999, p.220) argumenta como, apesar de existirem uma dualidade entre os mundos secular e

eclesiástico, um único sistema estava em operação onde o rei ocupava a posição central, em sua posição investida por Deus, em cooperação com o clero. O historiador argumenta que o caráter misto das jurisdições reais tinha origem na reivindicação da origem divina do poder real. Segundo o historiador:

O resultado é geralmente o pareamento do jugo divino e humano, pois como o deus Cristão tornou-se Homem e partir daí enredou a história humana em teologia, os reinos humanos do monarca anglo-saxão dependem para seu *salus* da sua relação com o divino. O soberano, portanto, como “representante de Cristo entre o povo cristão”, deve legislar sobre assuntos eclesiásticos e seculares – isto é, sobre a totalidade do bem-estar de seu reino sob Deus e o rei. (CHANEY, 1999, p.192)¹⁶

Esta lógica parece aproximar-se dos contornos mais gerais esboçados por Kantorowicz (1998, pp.54-57; p.73) sobre uma teologia política litúrgica da Alta Idade Média e de como reúnem-se na figura real o “*rex imago Chrsiti*” (a “Imagem de Cristo”), como designação ontológica da sacralidade, e o “*rex vicarius Christi*” (o “Vicário de Cristo”), como sua personalidade jurídica e administrativa de uma sociedade cristã de natureza dupla, religiosa e secular, que se relacionam.

Em termos espirituais da corte de Alfredo, as justificativas seriam encontradas nos textos traduzidos nela. Ainda naquele capítulo da versão em inglês antigo do texto de Boécio, a Mente, que representa a figura régia, discute com a Sabedoria que nunca cobiçara o poder e ainda assim lhe foi confiado (MEDEIROS, 2015, p.18-19). Subentende-se que quem concederia tal responsabilidade é Deus. Isto pode ser confirmado pela presença do favor divino ao redor da figura régia, aquela com sabedoria o suficiente para lidar com aquilo de mutável e contingente no mundo, chamado no *Froferboc* de

¹⁶ “The result is often a paralleling of divine and human rule, for as the Christian God created and then became Man and thereby enmeshed human history in theology, so the human realms of the Anglo-Saxon monarch depend for their *salus* on their relationship with the divine. The ruler, therefore, as ‘Christ’s deputy among Christian people’, must legislate on ecclesiastical as well as on secular matter – that is, on the totality of his kingdom’s well-being under God and the king.” (CHANEY, 1999, p.192)

wyrd – um desdobramento da ordem divina frente a liberdade humana (PAYNE, 1968, p.83-84; 91; 104). A sabedoria seria uma virtude real exercida na compreensão e na capacidade de administrar situações inesperadas. Frente a crise das invasões, Alfred seria aquele capaz de mobilizar recursos enquanto o líder da sociedade cristã elevado por favor divino e suas demandas materiais são justificadas pela sua sabedoria, evidenciada nos empreendimentos de tradução de sua corte.

A teologia política das reformas alfredianas perdurou além da vida deste rei e foi incorporada por seus sucessores. A fórmula “Cristo e o rei” (*Christ and the king*), usada pelos reis Æthelred II (r.978-1013; 1014-1016) e Cnut (r.1016-1035) sintetiza os desenvolvimentos daquele sistema herdado onde o rei assume a posição de guardião da Igreja, investido pelo poder divino (CHANEY, 1999, p.197). Outros eventos que demonstram a persistência da teologia política anglo-saxônica são as reformas do rei Edgar (r.959-975) na tentativa de fortalecer o celibato monástico (CHANEY, 1999, p.190-191), uma clara intervenção real no mundo eclesiástico.

A reincidência do argumento do poder divino do rei, desde os tempos de Alfred, pelo menos, conecta-se ao poema *Judite* pelo lugar ocupado pelo senhor, no caso Deus, em posição não só análoga à figura régia, como também fundamentada no ideal político do contexto da época da divindade do poder real. Um elemento linguístico também apoia este argumento. Chaney (1999, p.195) comenta como “*drythen*” é um termo polivalente que pode significar um lorde, um rei ou Deus. No poema, ele aparece três vezes para se referir a Holofernes, “o maligno senhor dos nobres” (*egesful eorla dryhten*) (*Judite*, v.21) (MEDEIROS, 2012, p.127), e a Deus, o “Senhor dos Exércitos” (*weroda dryhtne*) (*Judite*, v.342) (MEDEIROS, 2012, p.145) e o “querido Senhor” (*leofan drihtne*) (*Judite*, v.346) (MEDEIROS, 2012, p.145). O termo, portanto, cabe para tanto um senhor secular quanto para a divindade

cristã. A atribuição destes termos reforça a hipótese de que *Judite* carrega uma mensagem política.

A virada para o século XI trouxe uma série de mudanças no cenário político inglês. Durante o reinado de Æthelred II, quando o manuscrito do poema pode ter sido produzido, uma série de tensões e conflitos herdados de seu predecessor, até então sufocados, ebuliram entre a aristocracia laica e eclesiástica e os ataques vikings voltaram com frequência a partir de 980s e 990s (RYAN, 2013, p.335-343). Em 1010, uma das balizas para a datação do *Códice Nowell* (CHAMBERLAIN, 1975 apud COOPER, 2010, p.171), o líder danês Thorkell, que havia desembarcado com uma hoste de soldados em 1009, chegou no Vale do Tâmesa. Se tomada a datação de Kiernan, durante o reino de Cnut, apesar da origem danesa ele esforçou-se na manutenção da ordem política nos moldes ingleses¹⁷. Enquanto ferramenta de propaganda de um ideário político, *Judite* pode ser um reforço deste por um novo rei que não se empenhou em uma transformação cultural radical após a conquista, tanto que foi possivelmente coroado pelo arcebispo de Canterbury em 1017 (LAVELLE, 2022, p.178) e ainda foi um notório patrono da Igreja Inglesa (ELLIS, 2022, p.355)

É possível a hipótese de que o poema *Judite* estivesse voltado para a elite aristocrática, enquanto uma exortação à lealdade e ao cumprimento com a tarefa da defesa do reino, obrigação presente nas reformas alfredianas que fundamentaram a defesa contra os vikings no século IX e constituíram a base da relação desta aristocracia com seu rei (ABELS, p.206-207), coroado por favor divino. O empenho da reforma espiritual de Alfred, ao equipar o rei com justificativas dos meios de lidar com uma crise, é possivelmente

¹⁷ Kiernan (1996, p.22-23) descreve como Cnut foi capaz de reunir aspectos da cultura danesa e anglo-saxônica. Cnut aceitou as leis do Rei Edgar e continuou com decretos nesta mesma tradição. Entre os argumentos de Kiernan para a produção do *Códice* durante seu reino foi a estabilidade e paz que Cnut foi capaz de instaurar.

interessante em um contexto de renovação do perigo de invasões ou de um rei danês que buscou e conseguiu certa estabilidade.

Considerações finais

A constatação dos elementos políticos em *Judite* aponta para um texto complexo que, quando localizado no início do século XI, possibilita a sua contextualização no ambiente político do período e em uma longa tradição política.

A comparação entre Holofernes e Heremod suscita uma discussão intertextual e comparativa de elementos de um ideário político. Já a relação de sujeição de Judite a um senhor, Deus, como uma analogia entre a relação entre guerreiros e senhores ou seu rei, por outro lado, aponta para um ideário político comum que precede em um século a confecção do poema. A importância do presentear, e o porquê a ausência disso representa uma falha do caráter real de Heremod, pode ser rastreado até o capítulo 17 de *Froferboc*, onde é defendido o uso de bens materiais para recompensar os soldados. A paranoia e crueldade de Holofernes é uma ruptura com a expectativa de lealdade e amor que um senhor tem com quem o serve. A possibilidade de leituras alegóricas dos textos do Antigo Testamento pelos anglo-saxões, a partir da comparação com as mudanças da narrativa bíblica na homilia de Ælfric para um propósito específico, fortalece o argumento que o poema *Judite* poderia ter um propósito retórico-propagandístico.

Os usos da personagem Judite no imaginário anglo-saxão eram múltiplos e mostram a relação instrumental do período com a tradição cristã imbricada pela tradição política anglo-saxônica. O poema pode ser entendido como mais uma instância de leitura alegórica voltada para motivos políticos em um contexto de incerteza que reativou um repertório consolidado de expectativas e obrigações entre senhores e seus súditos.

Referências Bibliográficas

Fontes Primárias

Judith. In: WILLIAMSON, Craig (trans). *The Complete Old English Poems*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2017, pp.691-702.

Judite. MEDEIROS, Elton O. S. (trans). *Brathair*, v.12, n.2, 2012, pp.123-148.

HAWK, Brandon H. *Ælfric's Sermon On Judith*. Disponível em: <https://brandonwhawk.net/2017/01/17/aelfrics-sermon-on-judith/>. Acesso em: 14/10/2023.

MEDEIROS, Elton O. S. A “Santa Sabedoria” e a Vanglória: dois textos da literatura sapiencial anglo-saxônica e sua tradução para o português. *Veredas da História*, v. 8, n. 2, 2015, p. 5-23.

O Conselho de Hrothgar. In: MEDEIROS, Elton O. S. (trans). *Beowulf e outros poemas anglo-saxônicos (séculos VIII-X)*. São Paulo: Editora 34, 2022, pp.147-157.

Fontes Secundárias

ABELS, Richard. The Defence of the Realm. In: ABELS, Richard. *Alfred the Great – War, Kingship and Culture in Anglo-Saxon England*. Harlow: Longman, 1998, p. 194 – 218.

_____. The Reign of Solomon. In: ABELS, Richard. *Alfred the Great – War, Kingship and Culture in Anglo-Saxon England*. Harlow: Longman, 1998, p. 219 – 257.

CAMPBELL, James (ed.). *The Anglo-Saxons*. Londres: Penguin Books, 1991.

CHANEY, William. Sacral kingship in Anglo-Saxon law. In: _____. *The Cult of Kingship in Anglo-Saxon England: the transition from paganism to christianity*. Manchester: Manchester University Press, 1999, pp.174-220.

CLAYTON, Mary. *Ælfric's Judith: manipulative or manipulated? Anglo-Saxon England*, v.23, 1994, pp.215-227.

COOPER, Tracey-Anne. Judith in Late Anglo-Saxon England. In: BRINE, Kevin R.; CILETTI, Elena; LÄHNEMANN, Henrike. *The Sword of Judith: Judith Studies across the Disciplines*. Cambridge: Open Book Publishers, 2010.

ELLIS, Caitlin. Cnut's Ecclesiastical Policy in the Context of His English and Danish Predecessors. In: NORTH, Richard; GOERES, Erin; FINLEY, Alison (ed.). *Anglo-*

Sanish Empire: A Companion to the Reign of King Cnut the Great. Berlin: De Gruyter, 2022.

GODDEN, Malcom. Biblical literature: the Old Testament. In: GODDEN, Malcom; LAPIDGE, Michael. *The Cambridge Companion to Old English Literature*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991, pp.206-226.

HOMILIES. In: LAPIDGE, Michael (ed.) *The Wiley Blackwell Encyclopedia of Anglo-Saxon England*. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2014, p.247.

KANTOROWICZ, Ernst H. A Realidade Centrada em Cristo. In: _____. *Os Dois Corpos do Rei: Um Estudo sobre Teologia Política Medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp.48-71.

_____. A Realidade Centrada na Lei. In: _____. *Os Dois Corpos do Rei: Um Estudo sobre Teologia Política Medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp.72-124.

FILHO, Gesner Las Casas Brito. *Nithwundor, terrível maravilha: o manuscrito de Beowulf como compilação acerca do Oriente*. 2014. 136 f. Dissertação (Mestrado em História Social)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2014.

GREEN, Kathryn A. The Conversion of Gendered Rhetoric in the Old English Judith poem. *Rivista di studi letterari, postcoloniali e di genere*, n.5, 2020.

KIERNAN, Kevin S. *Beowulf and the Beowulf Manuscript*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1996.

LAVELLE, Ryan. Cnut, King of the English, 1017–1019. In: NORTH, Richard; GOERES, Erin; FINLEY, Alison (ed.). *Anglo-Sanish Empire: A Companion to the Reign of King Cnut the Great*. Berlin: De Gruyter, 2022.

LEE, Clare A.; OVERING, Gillian R. Figuring the Body: Gender, Performance, Hagiography. In: _____. *Double Agents: Women and Clerical Culture in Anglo-Saxon England*. Cardiff: University of Wales Press, 2009.

LEE, S.D. *Ælfric's Homilies on Judith, Esther, and the Maccabees*. 1999. Disponível em: <https://users.ox.ac.uk/~stuart/kings/main.htm>. Acesso em: 13/11/2023.

LUCAS, Peter J. The Place of Judith in the *Beowulf*-Manuscript. *The Review of English Studies*, v.41, n.164, 1990, pp.463-478.

MAGENNIS, Hugh. Contrasting narrative emphases in the old english poem "Judith" and Aelfric's paraphrase of the book of Judith. *Neuphilologische Mitteilungen*, V. 96, n. 1, 1995, pp. 61-66.

MEDEIROS, Elton O S. "A Corajosa Mulher": Representações femininas de poder na Inglaterra Anglo-Saxônica. *Poder & Cultura*, Rio de Janeiro, Vol. 3, Nº 5, pp.30-47, Jan.-Jun, 2016.

_____. O Sonho da Cruz: a tradição cristã bizantina na Inglaterra anglo-saxônica e a tradução do poema original ao português. *Revista Mirabilia*, vol. 29, n. 2, 2019.

_____. Dinamarqueses, Daneses ou Vikings? Problemas metodológicos e identitários na Inglaterra da Alta Idade Média. *Roda da Fortuna. Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievo*, Vol.9, n.2, pp.157-181, 2020.

O'KEEFE, Katherine O'Brien. Heroic values and Christian ethics. In: GODDEN, Malcom; LAPIDGE, Michael. *The Cambridge Companion to Old English Literature*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991, pp.107-125.

OSWALD, Dana M. The Indecent Bodies of the Wonders of the East. In: _____. *Monsters, Gender, and Sexuality in Medieval English Literature*. Cardiff: Boydell & Brewer, 2010.

RYAN, Martin J. The Anglo-Saxons and the Vikings. In: HIGHAM, Nicholas J.; RYAN, Martin J. *The Anglo-Saxon World*. Londres: Yale University Press, 2013, p. 232 - 270.

_____. The Age of Æthelred. In: HIGHAM, Nicholas J.; RYAN, Martin J. *The Anglo-Saxon World*. Londres: Yale University Press, 2013, p. 335 – 373.

THOMSON, Simon C. *Communal Creativity in the Making of the 'Beowulf' Manuscript: Towards a History of Reception for the Nowell Codex*. Leiden; Boston: Brill, 2018.

UMA LEITURA DA PAISAGEM: ANÁLISE DE CINCO OBRAS DE FRANS POST DA COLEÇÃO DO MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO ASSIS CHATEAUBRIAND¹

Roberto Junio Martinasso Ribeiro²

Resumo: Este artigo apresenta uma leitura dos quadros do artífice holandês Frans Post que se encontram no acervo do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP). Trata-se das seguintes obras: "Cachoeira de Paulo Afonso" (1649), "Paisagem pernambucana com rio" (1653), "Paisagem com Tamanduá", "Paisagem com jiboia", "Paisagem em Pernambuco com casa-grande" (1665). Por meio da bibliografia pertinente ao período da ocupação neerlandesa na capitania de Pernambuco, bem como sobre a produção do artífice Frans Post, identifico as principais características dessas cinco obras e sua importância para compreendermos a construção do olhar europeu sobre a paisagem americana.

Palavras-chave: Frans Post; Brasil holandês; MASP.

A READING OF THE LANDSCAPE: ANALYSIS OF FIVE WORKS BY FRANS POST FROM THE COLLECTION OF THE SÃO PAULO ART MUSEUM ASSIS CHATEAUBRIAND

Abstract: This article presents a reading of the paintings by the Dutch artist Frans Post that are in the collection of the Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP). These are the following works: "Waterfall by Paulo Afonso" (1649), "Pernambucan landscape with river" (1653), "Landscape with anteater", "Landscape with boa constrictor", "Landscape in Pernambuco with big house" (1665). Through the bibliography pertinent to the period of the Dutch occupation in the captaincy of Pernambuco, as well as the production of the craftsman Frans Post, I identify the main characteristics of these five works and their importance for us to understand the construction of the European look on the American landscape.

Keywords: Frans Post; Brasil Dutch; MASP.

¹ Artigo elaborado para a Unidade Curricular *Barroco e Classicismo – século XVII e XVIII*, ministrada pelo Prof. Dr. André Tavares do departamento de História da Arte da Universidade Federal de São Paulo no primeiro semestre de 2021, como um dos critérios de avaliação para cumprimento da disciplina.

² Mestrando em História pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Contato: martinasso.roberto@unifesp.br.

Como ponto de partida apresento uma breve contextualização do período histórico no qual se insere as cinco obras de Frans Post analisadas neste artigo, buscando identificar as especificidades do período histórico em que obras e artista se localizam.

Partimos da independência dos Países Baixos. Processo que durou cerca de oitenta anos (1560-1640), a independência política das sete províncias foi profundamente marcada pela forte expansão mercantilista que há tempos vinha se desenvolvendo naquela região.³ Apesar de contarem com certa autonomia econômica e política, os moradores das terras baixas do delta do Rio Reno tiveram essa mesma autonomia ameaçada a partir das políticas econômicas e religiosas que Felipe II de Espanha, filho de Carlos V, e sucessor do trono espanhol, adotou em relação àquela localidade. A perseguição aos calvinistas e protestantes que ocupavam as principais praças comerciais dessas províncias desencadeou um forte sentimento anticatólico e antimonárquico. As intervenções diretas de Felipe II, através do bloqueio comercial de mercadorias vindas do novo mundo, como o açúcar da América Portuguesa, e também por meio de campanhas militares, como a intervenção dos contingentes militares liderados por Duque de Alba, levaram a um conflito sem precedentes até então em solo europeu.⁴ Cientes de que a única maneira de minar o poderia espanhol encontrava-se na desestabilização da sua fonte de recursos, os neerlandeses buscaram deslocar a guerra para além de suas fronteiras, atacando e conquistando importantes praças comerciais sobre domínio ibérico⁵, tanto através da

³ RODRIGUES, José Honório. *Civilização holandesa no Brasil*. São Paulo - SP: Companhia Editora Nacional, 1940, p. 67.

⁴ CASTELO BRANCO, Patrícia Martins. *O universo imaginário dos holandeses no Brasil seiscentista: um estudo da narrativa do viajante Joan Nieuhof*. 2004. 140 f. Dissertação de mestrado. Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis – SP, 2004, p. 35.

⁵ Nos referendamos as conquistas de territórios sob domínio português e espanhol tendo em mente que tanto Espanha quanto Portugal encontravam-se unificados no que ficou

atividade de pirataria, quanto da conquista e ocupação efetiva de determinados territórios.⁶

Para tanto, foram fundadas duas companhias comerciais: a Companhia Neerlandesa das Índias Orientais (VOC), em 1602, e a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais (WIC⁷), em 1621. Ambas companhias realizaram feitos memoráveis, tanto no Índico, quanto no Atlântico. No entanto, para os fins deste trabalho, nos concentramos na Companhia das Índias Ocidentais.

Fundada a partir do financiamento de capital misto, ou seja, público e privado,⁸ a WIC tinha como principal objetivo a retomada do antigo circuito comercial que ligava as principais praças comerciais dos Países Baixos ao comércio colonial americano, sobretudo em relação à madeira, ao tabaco, às especiarias e especialmente ao açúcar, produzido em grande escala pelos lusos em terras sul americanas.⁹ Para termos dimensão dessa importância, vale salientar que assim que chegava em Portugal, o açúcar era direcionado aos Países Baixos, sendo ali refinado e redistribuído para a Europa central de do norte, principalmente através do Mar Báltico.¹⁰

conhecido como União Ibérica. Resultado de um complexo processo hierárquico e dinástico, Felipe II herdou em 1580 o trono português, após o sumiço de Dom Sebastião e a morte de seu tio, o cardeal Henrique I, que apesar de assumir o trono português não deixara herdeiros. Para mais informações sobre a União Ibérica ler: BOXER, Charles R. *Os Holandeses no Brasil 1624-1654*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

⁶ NETSCHER, Pieter Marinus. *Os holandeses no Brasil: Notícia histórica dos Países-Baixos e do Brasil no século XVII*. Tradução de Mário Sette. São Paulo - SP: Companhia Editora Nacional, 1942, p. 49-51.

⁷ Utilizamos o termo WIC para nos referenciar a sigla em holandês de Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, *West-Indische Compagnie*.

⁸ NETSCHER, Pieter Marinus. *Os holandeses no Brasil: Notícia histórica dos Países-Baixos e do Brasil no século XVII*. Tradução de Mário Sette. São Paulo - SP: Companhia Editora Nacional, 1942, p. 49-51.

⁹ RODRIGUES, José Honório. *Civilização holandesa no Brasil*. São Paulo - SP: Companhia Editora Nacional, 1940, p. 65.

¹⁰ CASTELO BRANCO, Patrícia Martins. *O universo imaginário dos holandeses no Brasil seiscentista: um estudo da narrativa do viajante Joan Nieuhof*. 2004. 140 f. Dissertação de mestrado. Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis - SP, 2004, p. 42.

Nova Holanda e um príncipe nos trópicos

Após uma malsucedida tentativa de conquista da sede política da colônia, Salvador em 1625, as tropas da Companhia das Índias Ocidentais obtiveram sucesso cinco anos mais tarde com a invasão e conquista de Olinda, então centro econômico da colônia. Apesar dos períodos de instabilidade entre a conquista e a expulsão, houveram momentos de certa estabilidade e prosperidade dos neerlandeses em terras sul americanas.

Seguindo a divisão clássica proposta por Evaldo Cabral de Mello¹¹, esse período de fausto se consagrou na historiografia como período *Nassoviano* (1637-1644). Período este de sete anos que ficou marcado pela chegada do Príncipe alemão Johan Maurits van Nassau-Siegen, e de sua corte de oficiais mecânicos, artistas e “cientistas” de diferentes áreas do saber.¹² Seu principal objetivo, como funcionário da WIC e candidato a assumir uma posição privilegiada dentro das cortes europeias, esteve ligado a fomentar uma espécie de posição privilegiada que o distinguisse dos demais pares. A experiência de administrar uma colônia no Novo Mundo teria sido, nesse sentido, interpretada por Nassau como oportunidade de alcançar postos privilegiados quando do seu retorno. Depois de sete anos de estadia, e com o desenvolvimento de diversas divergências com os diretores da Companhia, Nassau retornou à Holanda em 1644. No navio que conduziu o príncipe de volta aos Países Baixos, além dos integrantes de sua comitiva, havia uma série de objetos da fauna, flora e cultura da América do Sul que comporiam sua ilustre coleção, mais tarde exposta na sua recém construída casa em Haia¹³, a Mauritshuis.¹⁴

¹¹ MELLO, Evaldo Cabral de. *O Brasil Holandês (1630-1654)*. São Paulo - SP: Penguin – Companhia das Letras, 2010.

¹² MELLO, Evaldo Cabral de. *Perfis Brasileiros: Nassau*. São Paulo - SP: Companhia das Letras, 2006, p. 37.

¹³ MELLO, Evaldo Cabral de. *Perfis Brasileiros: Nassau*. São Paulo - SP: Companhia das Letras, 2006, p. 33.

¹⁴ Para mais informações sobre a coleção de Johan Maurits ler: FRANÇOZO, Mariana de Campos. *De Olinda a Holanda. Johan Maurits van Nassau e a circulação de objetos e saberes*

Frans Post e os quadros de paisagem

Um dos membros da comitiva de Nassau foi Frans Post, artífice de 31 anos que realizou uma série de estudos da paisagem das terras conquistadas pelos neerlandeses, sendo 18 delas produzidas *in loco* (ou seja, ao vivo), e das quais conhecemos atualmente apenas 7.¹⁵ As outras produções de Post, cerca de 200 óleos, foram produzidas após o retorno à Europa, momento esse que abordarei adiante.

Pouco se sabe sobre a origem desse artífice até suas experiências nos trópicos. Frans Post teria vivido 68 anos (1612-1680). Nascido em Haarlem, na Holanda, foi educado desde pequeno como desenhista, principalmente por influência de seu pai, Jan Janszoon Post, pintor de vitrais. Não se sabe ao certo a formação acadêmica de Post, porém é possível presumir que este cresceu na cidade de Haarlem, uma das mais prósperas da província de Flandres, célebre por suas corporações de artistas, sendo assim influenciado por essa atmosfera. Além disso, a influência de seu irmão, Pieter Post, pintor e arquiteto, teria sido crucial, segundo Bia e Pedro Corrêa Lago, para o desenvolvimento do jovem artífice. Teria sido ainda Pieter o responsável por indicar Frans a Johan Maurits quando este congregava sua pequena corte.¹⁶

Contratado por Johan Maurits, Post tinha como principal objetivo no momento de sua estadia no Novo Mundo, constituir uma espécie de descrição da conquista através da perspectiva do conquistador, ou seja, elencando elementos que pudesse elevar a moral não só do príncipe, mas também da Companhia e de todos seus acionistas.¹⁷ Post ficou responsável

no Atlântico holandês (século XVII). 2009. 296 f. Tese de doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP, 2009.

¹⁵ LAGO, Pedro Corrêa; LAGO, Bia Corrêa do. *Frans Post {1612-1680}. Catalogue Raisonné*. Italy: 5 Continents Edition, 2007.

¹⁶ LAGO, Pedro Corrêa; LAGO, Bia Corrêa do. *Frans Post {1612-1680}. Catalogue Raisonné*. Italy: 5 Continents Edition, 2007, p. 23-24.

¹⁷ FRANÇOZO, Mariana de Campos. *De Olinda a Holanda. Johan Maurits van Nassau e a circulação de objetos e saberes no Atlântico holandês (século XVII)*. 2009. 296 f. Tese de doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP, 2009, p. 42.

por retratar os animais e a paisagem, enquanto seu contemporâneo, Albert Eckhout, pelos tipos humanos, a flora e a fauna.¹⁸

Concordando com tal perspectiva, Schoropel afirma que, sobre uma perspectiva documental, a construção da imagem está fundamentada no exercício da observação, no estudo e no registro minuciosos dos elementos de um espaço determinado, que seriam informados de modo descritivo sobre a superfície da tela. Juntamente a essa perspectiva, um conjunto de artifícios compositivos pode ser identificado em tais representações, de modo que poderemos compreendê-las em caráter complementar, tendo como referência um local existente em sua concretude. Assim, a representação da paisagem nas obras de Post surge ao mesmo tempo como registro científico e representação pictórica.¹⁹

Em relação ao conceito de paisagem, utilizo a definição proposta por Francisco Oliveira, onde paisagem remete-se por excelência a uma arte descritiva do espaço físico observado. No entanto, não tratamos da representação da paisagem do Brasil holandês em Post como uma representação fidedigna da realidade. Por mais que houvesse o interesse em representar o que de fato teria sido visto, Francisco de Oliveira aponta que as obras de Post não podem ser lidas sem serem consideradas como um produto cultural, onde “o fazer estético, o trabalho com a imagem e a manipulação da luz, a composição do quadro e o envolvimento das pessoas com o espaço é um ato cultural.”²⁰ Nesse sentido, é necessário compreendermos que a “realidade” nas obras de Post dialoga diretamente com uma perspectiva da cultura visual flamenga do século XVII, bem como da preocupação em

¹⁸ LAGO, Pedro Corrêa; LAGO, Bia Corrêa do. *Frans Post {1612-1680}. Catalogue Raisonné*. Italy: 5 Continents Edition, 2007, p. 31-32.

¹⁹ SCHROPEL, Daiana. Paisagens descritivas: o registro de lugares possíveis na obra de Frans Post (1612-1680). *Revista Palíndromo*, V. 10, Nº 21, Florianópolis - SC, 2018, p. 201.

²⁰ OLIVEIRA, Francisco Isaac Dantas de. *O mundo criado pelas imagens: paisagens e espaços coloniais na obra do holandês Frans Post*. 146 f. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História PPGH, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal - RN, 2013. p. 56-57.

fomentar uma representação do maravilhoso, exótico e curioso do Novo Mundo que tanto agradava a burguesia neerlandesa naquele momento.²¹ Ainda em relação ao conceito de paisagem podemos nos referir a preposição de Lilia Moritz Schwarcz:

[...] A paisagem sempre significou a natureza esteticamente processada, um instrumento cultural; ou melhor, uma forma de ver, mediada por elementos históricos, culturais e sociais. Dessa maneira, e como mostrou o historiador Simon Schama, a paisagem, antes de ser um repouso dos sentidos, é obra da mente. Não há um olhar livre de cultura, e é preciso reconhecer que nossa percepção transformadora é que estabelece a diferença entre essência (como natureza) e paisagem (como representação). Segundo Schama, ainda, a própria palavra *landscap* (paisagem) teria entrado na língua inglesa no século XVI, procedente da Holanda, significando tanto uma unidade de ocupação humana – uma jurisdição, na verdade – como aprazível no campo da pintura. Mesmo o termo *natureza* carregava outra derivação, uma vez que se referia antes de tudo as regiões que não eram dominadas por “europeus”, embora incluíssem muitas terras então entendidas como fazendo parte da Europa.²²

Por fim, vale salientar que as obras selecionadas para a realização deste trabalho foram executadas após o retorno de Post aos Países Baixos. Seguiremos a proposta de Bia e Pedro Corrêa Lago no que concerne às fases do artífice neerlandês. Segundo o casal Lago as obras de Frans Post podem ser divididas em quatro fases.²³

A primeira fase do artista foi marcada pela composição dos quadros *in loco*, ou seja, aqueles que foram realizados no momento em que o artista se encontrava em terras americanas (1637-1644). Teria sido nessa primeira fase que, segundo o casal Lago, Frans Post compusera de forma mais criativa e espontânea, acompanhado o príncipe Johan Maurits em várias expedições

²¹ OLIVEIRA, Francisco Isaac Dantas de. *O mundo criado pelas imagens: paisagens e espaços coloniais na obra do holandês Frans Post*. 146 f. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História PPGH, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal – RN, 2013, p. 58.

²² SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O sol do Brasil*. Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de D. João. São Paulo - SP: Companhia das Letras, 2008, p. 125.

²³ LAGO, Pedro Corrêa; LAGO, Bia Corrêa do. *Frans Post {1612-1680}*. *Catalogue Raisonné*. Italy: 5 Continents Edition, 2007.

em terra.²⁴ Como apontado anteriormente, de um total de 18 obras deste período, sabe-se da existência de apenas 7, onde 4 encontram-se no Museu do Louvre, e as outras três distribuídas entre uma coleção particular nos EUA, uma segunda no Museu Mauritshuis, nos Países Baixos e uma terceira no Instituto Ricardo Brennand, em Pernambuco.²⁵

A segunda fase, também denominada fase realista (1645-1659), corresponde aos 15 anos em que o artífice retorna aos Países Baixos e reproduz óleos marcados pela fidelidade aos aspectos arquitetônicos e topográficos.²⁶ Teria sido graças aos seus cadernos de anotações, recentemente descobertos nos Países Baixos²⁷, que Post manteve de certa forma fidedigno a pintura realizada *in loco*.²⁸ Deste período temos a obra “Cachoeira de Paulo Afonso” (1649) e “Paisagem pernambucana com rio” (1653), que serão analisadas adiante.

A fase seguinte se remete ao período de ascensão das obras de Post como objetos de desejo e consumo da burguesia flamenga, interessada pelo exótico tropical. Aponto para o período que vai de 1660 a 1669, quando Post tem sua ascensão como artífice. Para Bia e Pedro Corrêa do Lago, este teria sido o período de maior prosperidade de Frans Post, seja pelo número de obras produzidas, seja pela capacidade técnica em reproduzir temas brasileiros. A persistência pelo exótico representado através da flora, fauna, construções, ruínas, personagens escravizados e indígenas foi marcante para o aumento

²⁴ LAGO, Pedro Corrêa; LAGO, Bia Corrêa do. *Frans Post {1612-1680}. Catalogue Raisonné*. Italy: 5 Continents Edition, 2007, p. 32-33.

²⁵ LAGO, Bia Corrêa do; LAGO, Pedro Corrêa do. A obra de Frans Post. In: VIEIRA, Hugo Coelho; GALVÃO, Nara Neves Pires; SILVA, Leonardo Dantas. (Orgs.) *Brasil Holandês: História, Memória e Patrimônio Compartilhado*. São Paulo - SP: Alameda, 2012, p. 68-69.

²⁶ LAGO, Pedro Corrêa; LAGO, Bia Corrêa do. *Frans Post {1612-1680}. Catalogue Raisonné*. Italy: 5 Continents Edition, 2007, p. 39.

²⁷ Para mais informações acerca dos desenhos encontrados e identificados como de autoria de Frans Post consultar: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/08/cultura/1473343890_296151.html. Acessado em 27/06/2021, às 15:01.

²⁸ LAGO, Bia Corrêa do; LAGO, Pedro Corrêa do. A obra de Frans Post. In: VIEIRA, Hugo Coelho; GALVÃO, Nara Neves Pires; SILVA, Leonardo Dantas. (Orgs.) *Brasil Holandês: História, Memória e Patrimônio Compartilhado*. São Paulo - SP: Alameda, 2012, p. 69

significativo da clientela e da reputação de Frans Post.²⁹ Além disso, nesta fase que o artífice flamengo identificou que pouco de seus clientes se importavam realmente com aspectos fidedignos em relação ao novo mundo, importando mais “o máximo do exotismo, com o maior número de elementos curiosos e, sobretudo, diferentes da natureza europeia. Raros eram os clientes que insistiam na reprodução exata do que havia visto no Brasil.”³⁰ Deste período temos o maior número de obras analisadas neste trabalho. São as seguintes: “Paisagem com jiboia” (1660), “Paisagem com Tamanduá” (1660) e “Paisagem em Pernambuco com casa-grande” (1665).

Por fim, a última fase de Frans Post é conhecida pelo seu declínio. O decênio que cobre o período de 1670 a 1680 foi marcado pela decadência da vida pessoal e artística de Post. O artífice teria sido cogitado como um dos convidados por Nassau para apresentar algumas de suas telas ao rei francês Luís XIV. Porém, por conta de seu problema com o alcoolismo, o convite não fora realizado. Não há datação dos quadros deste período, mas presume-se que 40 obras (sem data) tenham sido realizadas nesse período, apresentando essas “falhas de execução e hesitação técnicas dificilmente compatíveis com o que conhecemos do melhor do talento do artista.”³¹ Frans Post morreu com 68 anos, em 1679.³²

Centrando-se especificamente na terceira fase, período que abrange a maioria das obras analisadas neste trabalho³³, analisaremos por fim o que

²⁹ LAGO, Pedro Corrêa; LAGO, Bia Corrêa do. *Frans Post {1612-1680}. Catalogue Raisonné*. Italy: 5 Continents Edition, 2007, p. 44.

³⁰ LAGO, Bia Corrêa do; LAGO, Pedro Corrêa do. A obra de Frans Post. In: VIEIRA, Hugo Coelho; GALVÃO, Nara Neves Pires; SILVA, Leonardo Dantas. (Orgs.) *Brasil Holandês: História, Memória e Patrimônio Compartilhado*. São Paulo - SP: Alameda, 2012, p. 71.

³¹ LAGO, Bia Corrêa do; LAGO, Pedro Corrêa do. A obra de Frans Post. In: VIEIRA, Hugo Coelho; GALVÃO, Nara Neves Pires; SILVA, Leonardo Dantas. (Orgs.) *Brasil Holandês: História, Memória e Patrimônio Compartilhado*. São Paulo - SP: Alameda, 2012, p. 73.

³² LAGO, Pedro Corrêa; LAGO, Bia Corrêa do. *Frans Post {1612-1680}. Catalogue Raisonné*. Italy: 5 Continents Edition, 2007, p. 47-8.

³³ Considero “Cachoeira de Paulo Afonso”, de 1649, e “Paisagem pernambucana com rio”, de 1653, como obras que dialogam com a terceira fase do artista (1660-1669) pois Post pode ter identificado o quão interessante seria representar a natureza americana sem necessariamente dialogar com a representação da paisagem de acordo com o que havia

caracterizou as produções desse período. Segundo Carla Oliveira teria sido graças às pinturas realizadas na Europa, em que os temas brasileiros são repetidos à exaustão, re combinando-os em alegorias paisagísticas tão ao gosto dos compradores holandeses, incluindo até mesmo ex-companheiros da WIC no Brasil, outros, burgueses enriquecidos pelo comércio com o Novo Mundo,"³⁴ que teria propiciado a Post um novo status.

Ora, a finalidade oficial das pinturas de Post, ao menos daquelas feitas no Brasil, era registrar a riqueza das terras sob domínio holandês na América Portuguesa, assim como o fez Eckhout com seus tipos étnicos (Shea, 1997). Eram, portanto, imagens criadas - ou registradas - a partir de motivações econômicas e políticas. Mas e o restante de sua obra? Qual o sentido das pinturas feitas já na Europa, quando Post não estava mais a serviço de Nassau, e as imagens que seu pincel construía não tinham mais a premissa de "registrar" o Novo Mundo? [...] Nesse caso, o campo em que agia Post era delimitado pelo mundo holandês de meados dos seiscentos. Post era um burguês, e como tal, sabia o que produzir para encontrar receptividade no mercado de arte dos Países Baixos, que se estruturava, então, justamente a partir do gosto e da moda burgueses seiscentistas, ávidos por consumo e *status* numa sociedade próspera que desafiava o poder econômico e político de outras nações europeias, especialmente da Espanha.³⁵

Nesse sentido, a produção de Frans Post após seu retorno à Europa, mais especificamente na terceira fase, corresponde ao período áureo de sua produção artística. Havia finalmente consolidado uma clientela ávida por representações que destacassem os elementos do novo mundo a qualquer

de fato visto. Segundo Schropel: "Ao contrário das obras anteriores, não temos a impressão de que Post tenha sido testemunha ocular daquela vista. Isto é intensificado, especialmente, pelos morros verdejantes que se sobrepõem ao horizonte, inexistentes na paisagem concreta a que a obra faz referência. Comparativamente às obras anteriores aqui analisadas, nas quais se pode afirmar a precisão topográfica da paisagem representa, Cachoeira de Paulo Afonso parece apresentar uma mudança de perspectiva na obra daquele artista que será consolidada de modo efetivo em sua produção mais tardia." In: SCHROPEL, Daiana. Paisagens descritivas: o registro de lugares possíveis na obra de Frans Post (1612-1680). *Revista Palíndromo*, V. 10, Nº 21, Florianópolis - SC, 2018, p. 209.

³⁴ OLIVEIRA, Carla Mary S. *Frans Post e as imagens do Brasil Holandês: o olhar que registra ou o traço que interpreta?* Apresentado no GT "Itinerários Intelectuais: Imagem e Sociedade", no XII Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste, realizado no Campus da Universidade Federal do Pará, em Belém, entre os dias 17 e 20 de abril de 2005, p. 9.

³⁵ LAGO, Bia Corrêa do; LAGO, Pedro Corrêa do. A obra de Frans Post. In: VIEIRA, Hugo Coelho; GALVÃO, Nara Neves Pires; SILVA, Leonardo Dantas. (Orgs.) *Brasil Holandês: História, Memória e Patrimônio Compartilhado*. São Paulo - SP: Alameda, 2012, p. 13.

custo. Assim, a partir de sua experiência através da observação e registro da paisagem desenvolvidos ainda na primeira e segunda fase, o artista constituirá um repertório visual que mescla ao mesmo tempo o real e o imaginativo.

Uma leitura das obras de Frans Post no MASP

Neste tópico nos concentraremos em descrever e analisar as principais características das cinco obras de Frans Post que compõem a coleção do Museu de Arte de São Paulo (MASP).

A primeira obra em análise é “Cachoeira de Paulo Afonso” de 1649. Realizada na segunda fase do artista, essa obra pode ser facilmente identificada como momento de transição do artífice neerlandês. Como apontado em nota anteriormente, é pouco provável que Post tenha visto de fato as quedas da água que compõem a cachoeira, levando em consideração que as mesmas encontram-se a mais de 250 Km da costa.³⁶ Apesar da mesma ter existido um dia³⁷, elementos que compõem a imagem pouco dialogam com a topografia, como “pelos morros verdejantes que se sobrepõem ao horizonte, inexistentes na paisagem concreta a que a obra faz referência.”³⁸ Segundo o casal Lago, algumas hipóteses são plausíveis para compreender essa representação. A primeira delas é que Post provavelmente teria acompanhado Nassau em uma de suas expedições ao Rio São Francisco acima. Além disso, Georg Marcgrav, outro membro da corte nassoviana, teria seguido essa expedição e comunicado ao artífice flamengo os detalhes topográficos dessa localidade.³⁹

³⁶ LAGO, Pedro Corrêa; LAGO, Bia Corrêa do. *Frans Post {1612-1680}. Catalogue Raisonné*. Italy: 5 Continents Edition, 2007, p. 119.

³⁷ Segundo Bia e Pedro Corrêa do Lago, na segunda metade do século XX foi construída uma hidrelétrica no local onde se encontrava a cachoeira. LAGO, Pedro Corrêa; LAGO, Bia Corrêa do. *Frans Post {1612-1680}. Catalogue Raisonné*. Italy: 5 Continents Edition, 2007, p. 119.

³⁸ SCHROPEL, Daiana. Paisagens descritivas: o registro de lugares possíveis na obra de Frans Post (1612-1680). *Revista Palíndromo*, V. 10, Nº 21, Florianópolis - SC, 2018, p. 209.

³⁹ LAGO, Pedro Corrêa; LAGO, Bia Corrêa do. *Frans Post {1612-1680}. Catalogue Raisonné*. Italy: 5 Continents Edition, 2007, p. 120.

Compreende-se que Post pela primeira vez utilizou de recursos técnicos que em muito desvirtuaram o que vinha sendo feito desde o período que retornara da colônia, apresentando certos elementos que potencializavam aspectos da natureza tropical. As cataratas compõem o elemento central da obra, em uma perspectiva na qual o espectador encontra-se a um nível elevado e de frente a queda da água. Nas laterais podemos verificar uma natureza que nada sofreu a interferência humana, dado o terreno e o regime das águas, provavelmente. Ao fundo é possível identificar uma geografia repleta de morros e pequenos picos, estando o rio à direita da vista do espectador. Além disso, a geografia do terreno é central na obra. Nenhuma construção, animal ou figura humana foi representada.⁴⁰



Figura 01: Frans Post, *Cachoeira de Paulo Afonso*, óleo sobre madeira, 59 x 46,5 x 0,5 cm, 1649. (Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand)

⁴⁰ LAGO, Pedro Corrêa; LAGO, Bia Corrêa do. *Frans Post {1612-1680}. Catalogue Raisonné*. Italy: 5 Continents Edition, 2007, p. 120.

A segunda obra de Frans Post analisada neste trabalho trata-se da “Paisagem em Pernambuco com rio”, de 1653. Nela podemos identificar um grupo de nativos americanos carregando cestos em uma estrada de terra. Ao fundo temos dimensão que esse mesmo grupo se desloca da várzea ao interior, tendo partido de um pequeno grupo de construções que se encontram à esquerda do quadro.

No entanto, o fator predominante registrado por Frans Post nesta paisagem, como o próprio título da obra indica, é o rio e seus meandros. Serpenteando a grande planície, o rio corta toda a imagem e parece dividir a terra e o céu, onde o horizonte torna-se elemento dificilmente distinguível ao espectador.

Segundo Bia e Pedro Corrêa do Lago, o motivo de Post nessa obra em muito recorda a obra “Carro de Bois” em que a Vila Formosa de Sirinhaém foi representada.⁴¹ Além disso, a obra encontra-se em um péssimo estado de conservação, devido a um processo de restauração mal sucedido, onde figuras humanas ficam semelhantes a fantasmas.⁴²

⁴¹ LAGO, Pedro Corrêa; LAGO, Bia Corrêa do. *Frans Post {1612-1680}. Catalogue Raisonné*. Italy: 5 Continents Edition, 2007, p. 144.

⁴² LAGO, Pedro Corrêa; LAGO, Bia Corrêa do. *Frans Post {1612-1680}. Catalogue Raisonné*. Italy: 5 Continents Edition, 2007, p. 144.



Figura 02: Frans Post, *Paisagem pernambucana com rio*, óleo sobre madeira, 47 x 55 x 0,5 cm, 1653. (Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand)

A terceira obra analisada neste trabalho retoma a fauna como objeto central de sua reflexão. “Paisagem com Tamanduá” apresenta um mamífero como representante da fauna do Novo Mundo. O tamanduá, animal endêmico as terras sul americanas, chamou a atenção dos europeus dada suas características particulares, como as garras e o focinho alongado. Apesar desse visual “monstruoso”, o tamanduá nunca apresentou nenhum risco para os neerlandeses e outros europeus. Era este animal, inclusive, responsável pelo controle de pragas comuns nas plantações de cana e mandioca, como as formigas. Outros animais, como um tatu e um sapo podem ser facilmente identificados.

Além disso, um elemento que compõe a imagem e que se distingue dos demais é a presença de dois colonizadores acompanhados por um grupo de

negros, entre adultos e crianças. Estes aparentam retornar duma espécie de passeio, onde a cesta de palha pode ser uma importante evidência desse aspecto. Por fim, verificamos novamente uma repetição quanto ao tema da natureza, da várzea e do conjunto que compõem o triângulo rural nordestino.



Figura 03: Frans Post, *Paisagem com tamanduá*, óleo sobre madeira, 58 x 80,5 x 1,2 cm, 1660. (Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand)

A quarta obra analisada neste trabalho é “Paisagem com jiboia”, de 1660. Apresentando elementos característicos da terceira fase, nesta obra é possível observar no primeiro plano elementos da natureza tropical, como a flora e a fauna, com ênfase na jiboia que se encontra à direita de um abacaxizeiro, cujo o fruto destaca-se na vegetação verdejante. Aproximando-se a vista do centro da imagem podemos notar a presença de alguns tipos humanos, muito provavelmente escravizados que carregam cestos na cabeça. Este mesmo grupo aparenta encaminhar-se ao rio que corta a imagem e transpassa ao longo de uma várzea. Do outro lado do rio é possível identificar outros grupos humanos. Mas o que mais chama a atenção

na imagem é a presença de algumas construções.⁴³ Muito provavelmente trata-se do triângulo rural nordestino, proposto pelo sociólogo Gilberto Freyre⁴⁴, onde podemos identificar uma igreja, já abandonada, uma senzala em formato de “U” e algumas outras construções, sendo provavelmente casas de moradores e o próprio engenho. Neste quadro mais uma vez os elementos da natureza exótica americana são potencializados. A jiboia torna-se elemento mobilizador do olhar do espectador que ao identificá-la, acaba se deparando com a exuberância da fauna nativa americana.

⁴³ LAGO, Pedro Corrêa; LAGO, Bia Corrêa do. *Frans Post {1612-1680}. Catalogue Raisonné*. Italy: 5 Continents Edition, 2007, p. 224.

⁴⁴ Segundo Francisco Oliveira: “Conceito desenvolvido pelo sociólogo e historiador Gilberto Freyre. Quando em 1937, Freyre apresenta essa estrutura sistemática do norte colonial queremos pensar este triângulo arquitetônico que tem como composição a Casa Grande, a Capela e o Engenho num sistema que sustenta o poder econômico, religioso e social dentro do mundo colonial holandês americano. “A evidência de pinturas e fotografias também foi utilizada na década de 1930 pelo sociólogo-historiador brasileiro Gilberto Freyre (1900-1987), que descreveu a si mesmo como um pintor histórico ao estilo de Ticiano e seu enfoque da história social como forma de ‘impressionismo’, no sentido de uma ‘tentativa de surpreender a vida em movimento’.” In: OLIVEIRA, Francisco Isaac Dantas de. *O mundo criado pelas imagens: paisagens e espaços coloniais na obra do holandês Frans Post*. 146 f. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História PPGH, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal – RN, 2013, p. 29.



Figura 04: Frans Post, *Paisagem com jiboia*, óleo sobre tela, 119 x 173,5 x 2,7 cm. (Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand)

Na quinta obra, “Paisagem em Pernambuco com Casa-grande” o tema da fauna deixa de ser predominante para dar lugar a representação da sociedade colonial. Por mais que Post retrate uma jiboia e um tatu, as construções dispersas ao longo da várzea chamam a atenção do espectador do quadro. Mas antes de descrevermos as construções, vale ressaltar o grupo humano que compõe o centro da imagem. Trata-se de um grupo de sete indivíduos, muito provavelmente escravizados negros que aparentam confraternizarem numa espécie de dança. Esse aspecto da obra de Post é extremamente relevante para analisarmos a escravidão no Brasil holandês. Além de retratar o curioso e exótico do mundo colonial, Post tinha como objetivo criar uma visão neerlandesa sobre o espaço americano que não evidenciasse aspectos como os constantes ataques de campanhistas e a

escravidão, esta como uma força de trabalho baseada na violência e submissão de escravizados aos seus senhores.⁴⁵

Tratando especificamente das construções que se encontram ao longo da paisagem podemos identificar facilmente que se trata do sítio de Olinda, abandonado e incendiado pela Companhia das Índias Ocidentais em 1631, dada a justificativa da dificuldade de sua guarnição.⁴⁶ As ruínas dos prédios encontram-se em meio a uma natureza exuberante, onde as árvores aparentam engolir as construções que resistiram ao incêndio e ao abandono. Outro elemento nos auxilia a identificar a paisagem como sendo Olinda, primeiro pela declividade do terreno, e em segundo pela presença do mar e da cidade de Recife na parte superior ao fundo da imagem.



Figura 05: Frans Post, *Paisagem em Pernambuco com Casa-grande*, óleo sobre madeira, 59 x 94,5 x 1 cm, 1665. (Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand)

⁴⁵ OLIVEIRA, Francisco Isaac Dantas de. *O mundo criado pelas imagens: paisagens e espaços coloniais na obra do holandês Frans Post*. 146 f. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História PPGH, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal – RN, 2013, p. 15.

⁴⁶ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. 3ª Edição. Recife – PE: Editora Massangana, 1987, p. 48.

Nesse sentido, a coleção de obras de Frans Post, disponíveis a visitação no MAPS de terça-feira à domingo (gratuitamente às terças), apresenta algumas características particulares que devem ser destacadas.

De dois períodos de produção distintos, os elementos representados pelo artista neerlandês evidenciam a consolidação de sua produção no mercado de obras de arte europeu. Distanciando-se cada vez mais de suas primeiras produções, elementos da flora, fauna, topografia e sociedade americana mesclam-se em tela buscando assim constituir um repertório visual sobre o Novo Mundo que apesar de verossímil distanciava-se cada vez mais da fidelidade das primeiras obras do então empregado de Nassau.

A flora americana é elemento indispensável nas representações de Post nas obras analisadas anteriormente. Abacaxizeiros, coqueiros, mamoeiros e tantos outros elementos da flora fomentam a ideia de uma região que apesar de ocupada, conserva uma parcela significativa de elementos naturais, podendo servir estes como alimento. A fauna, outro elemento destacado nas obras de Post, materializa-se na representação, ao mesmo tempo, de animais exóticos e comuns aos europeus. O tatu e o tamanduá, por tratar-se de animais endêmicos da América do Sul, e por serem pouco conhecidos dos europeus, ganharam destaque nas representações. Por outro lado, aves, répteis e anfíbios, animais conhecidos pelos europeus, também são representados. Em relação à topografia, elemento de destaque na obra de Post, as várzeas e o elemento hídrico, como as quedas das águas, torna-se preponderante. A presença do elemento hídrico nas representações, seja para o consumo, transporte dos moradores e mercadorias, irrigação ou fonte de alimento (pesca), ganha destaque nas obras. Por fim, o elemento humano, presente na maioria das obras, destaca as gentes e suas categorias sociais. Como elemento que compõe a paisagem, grupos de indígenas e escravizados africanos foram apresentados em momentos de certa confraternização e passividade social. A mensagem do artista destoa, no

entanto, da violência da escravidão e da guerra desenvolvida naquele contexto histórico.

Assim, as obras de Frans Post disponíveis no acervo do MASP expressam características do que consideramos uma paisagem imaginada. Apesar de representar elementos típicos da fauna, flora, topografia e sociedade sul americana do século XVII, o artífice, ao realizar a composição das paisagens, apesar de não contar mais com as expectativas de um mecenas, mas sim de consumidores ávidos pela representação de elementos exóticos, desprende-se da preocupação com a paisagem vista, para enfim compor uma paisagem imaginada.

Considerações finais

A chegada dos europeus na América no final do século XV e ao longo dos primeiros anos do século XVI, promoveu a formação de um imaginário em relação à América e aos nativos americanos que em muito dependiam dos relatos e diários de viagem. Foi através destes documentos que os europeus criaram as primeiras representações iconográficas sobre o Novo Mundo e a população que ocupava aquelas terras distantes. De modo geral, é possível identificar a temática do maravilhoso e do exótico como regra geral a aqueles que não haviam tido contato direto com a natureza e os humanos descritos.

No entanto, tais perspectivas foram profundamente impactadas no terceiro decênio do XVII. Com a invasão e conquista de Olinda em 1630 pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, e a posterior chegada do príncipe Johan Maurits e da comitiva que o acompanhara, dentre eles Frans Post, os europeus poderiam contar com novos recursos visuais sobre o Novo Mundo. Além de Post ser responsável por um importante estudo e representação da natureza e da sociedade, como visto anteriormente, o período que permanecera em terras sul americanas sob domínio batavo

muito contribuíram para que se formasse um novo olhar sobre o Novo Mundo. Tendo realizado rascunhos e obras *in loco*, Post contava com o crédito de fidedignidade que tanto se almejava na arte flamenga do século XVII. No entanto, este não teria sido um fator interessante para a comercialização dos seus quadros. À medida que a clientela de Post apresentava interesse pelas obras que representassem o exótico, sem necessariamente dialogar com o concreto, suas obras ganharam maior relevância no mercado neerlandês, sendo posteriormente conhecida como Fase do Fausto (1660-1669), segundo Bia e Pedro e Corrêa Lago.

Por fim, podemos considerar que as obras de Post presentes no MASP correspondem ao período de consolidação da paisagem brasileira como elemento central de sua produção. Sem perder do horizonte o que havia desenvolvido nas duas fases anteriores, as cinco obras que correspondem ao período de fausto de Post.

Fontes

POST, Frans. *Cachoeira de Paulo Afonso*. Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, São Paulo. Disponível em: <https://masp.org.br/acervo/obra/cachoeira-de-paulo-afonso>, consultado em 02/08/2021, às 09:53.

POST, Frans. *Paisagem com jiboia*. Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, São Paulo. Disponível em: <https://masp.org.br/acervo/obra/paisagem-com-jiboia>, consultado em 02/08/2021, às 09:53.

POST, Frans. *Paisagem com tamanduá*. Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, São Paulo. Disponível em: <https://masp.org.br/acervo/obra/paisagem-com-tamandua>, consultado em 02/08/2021, às 09:56.

POST, Frans. *Paisagem com Casa-grande*. Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, São Paulo. Disponível em: <https://masp.org.br/acervo/obra/paisagem-em-pernambuco-com-casa-grande>, consultado em 02/08/2021, às 09:57.

POST, Frans. *Paisagem pernambucana com rio*. Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, São Paulo. Disponível em: <https://masp.org.br/acervo/obra/paisagem-pernambucana-com-rio>, consultado em 02/08/2021, às 09:58.

Referências bibliográficas

BOXER, Charles R. *Os Holandeses no Brasil 1624-1654*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

CASTELO BRANCO, Patrícia Martins. *O universo imaginário dos holandeses no Brasil seiscentista: um estudo da narrativa do viajante Joan Nieuhof*. 2004. 140 f. Dissertação de mestrado. Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis – SP, 2004.

FRANÇOZO, Mariana de Campos. *De Olinda a Holanda*. Johan Maurits van Nassau e a circulação de objetos e saberes no Atlântico holandês (século XVII). 2009. 296 f. Tese de doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP, 2009.

LAGO, Pedro Corrêa; LAGO, Bia Corrêa do. *Frans Post {1612-1680}. Catalogue Raisonné*. Italy: 5 Continents Edition, 2007.

LAGO, Bia Corrêa do; LAGO, Pedro Corrêa do. A obra de Frans Post. In: VIEIRA, Hugo Coelho; GALVÃO, Nara Neves Pires; SILVA, Leonardo Dantas. (Orgs.) *Brasil Holandês: História, Memória e Patrimônio Compartilhado*. São Paulo - SP: Alameda, 2012.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O Brasil Holandês (1630-1654)*. São Paulo - SP: Penguin; Companhia das Letras, 2010.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Perfis Brasileiros: Nassau*. São Paulo – SP: Companhia das Letras, 2006.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. 3ª Edição. Recife – PE: Editora Massangana, 1987.

NETSCHER, Pieter Marinus. *Os holandeses no Brasil: Notícia histórica dos Países-Baixos e do Brasil no século XVII*. Tradução de Mário Sette. São Paulo - SP: Companhia Editora Nacional, 1942.

OLIVEIRA, Francisco Isaac Dantas de. *O mundo criado pelas imagens: paisagens e espaços coloniais na obra do holandês Frans Post*. 146 f. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História PPGH, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal – RN, 2013.

OLIVEIRA, Carla Mary S. *Frans Post e as imagens do Brasil Holandês: o olhar que registra ou o traço que interpreta?* Apresentado no GT "Itinerários Intelectuais: Imagem e Sociedade", no XII Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste, realizado no Campus da Universidade Federal do Pará, em Belém, entre os dias 17 e 20 de abril de 2005.

RODRIGUES, José Honório. *Civilização holandesa no Brasil*. São Paulo - SP: Companhia Editora Nacional, 1940.

SCHROPEL, Daiana. Paisagens descritivas: o registro de lugares possíveis na obra de Frans Post (1612-1680). *Revista Palíndromo* V. 10, Nº 21, Florianópolis - SC, 2018, p. 199-216.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O sol do Brasil*. Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de D. João. São Paulo - SP: Companhia das Letras, 2008.

PROJETOS DE EDUCAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO APARELHO DE ESTADO DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO SEGUNDO OS RELATÓRIOS PROVINCIAIS (1835-1846)

Luiza Ferreira de Oliveira Santos¹

Ana Luiza Jesus da Costa²

Resumo: O presente artigo busca compreender, a partir da análise dos Relatórios dos Presidentes da Província de São Paulo, os projetos educacionais em circulação entre os anos de 1835 e 1846. Desde o Ato Adicional de 1834 à Constituição de 1824, a Província de São Paulo, assim como as demais Províncias do Império do Brasil, receberam a autonomia política e administrativa para legislar sobre a Instrução Pública primária e secundária. Nesse contexto, definimos como marcos históricos legislativos para análise, o próprio início do funcionamento da Assembleia Legislativa, a partir do referido Ato Adicional e a Lei Geral nº 34 de 1846, que organizou a Instrução na Província. Os relatórios presidenciais mostraram-se ricas fontes históricas, pois apresentam com periodicidade o quadro educacional, com exceção dos anos de 1835, 1836, 1837 e 1839, em que não foram localizados. No mencionado material, com apoio da historiografia educacional, foram identificadas quatro propostas educativas: a Instrução pública, as Casas de Educação, a Catequese e civilização dos índios e a Escola do Gabinete Topográfico. Tais iniciativas influenciadas pelos ideais iluministas, pretendiam “iluminar” com as luzes da instrução o povo, promovendo a civilização e formação, tendo em vista a construção do recente Estado Nação.

Palavras-chaves: Província de São Paulo; Relatórios dos presidentes da província; Século XIX.

EDUCATION PROJECTS IN THE CONSTRUCTION OF THE STATE APPARATUS OF THE PROVINCE OF SÃO PAULO ACCORDING TO THE PROVINCIAL REPORTS (1835-1846)

Abstract: This article aims to understand, through the analysis of the Reports of the Presidents of the Province of São Paulo, the educational projects in

¹ Mestranda em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Contato: luiza.ferreira.santos@alumni.usp.br.

² Doutora em Educação. Professora na Universidade de São Paulo (USP). Contato: anajcosta@usp.br.

circulation between the years 1835 to 1846. Since the Additional Act of 1834 to the Constitution of 1824, the Province of São Paulo, like the other Provinces of the Empire of Brazil, received political and administrative autonomy to legislate on primary and secondary Public Instruction. In this context, we define as legislative historical landmarks for analysis, the very beginning of the functioning of the Legislative Assembly, from the aforementioned Additional Act, and General Law No. 34 of 1846, which organized Instruction in the Province. The presidential reports proved to be rich historical sources, as they periodically present the educational landscape, with the exception of the years 1835, 1836, 1837, and 1839, for which no reports were located. In the mentioned material, supported by educational historiography, four educational proposals were identified: Public Instruction, Houses of Education, Catechesis and civilization of the indigenous people, and the School of the Topographic Cabinet. These initiatives, influenced by Enlightenment ideals, aimed to "enlighten" the people with the lights of instruction, promoting civilization and formation, with a view to building the recent Nation State.

Keywords: Province of São Paulo; Reports from the presidents of the province; XIX century.

Introdução

O presente artigo apresenta parte dos resultados de pesquisa de mestrado desenvolvida na área de História da Educação, voltada para a instrução na Província de São Paulo da primeira metade do século XIX. Para a realização dos estudos sobre os projetos de educação em disputa na Província de São Paulo, entre os anos de 1835 a 1846, entramos em contato com os Relatórios dos Presidentes da Província que constituem ricas fontes documentais sobre o período delimitado. Além de apresentar o amplo quadro da instrução na província, estes documentos trazem mappas anexos relacionando as matrículas, as disciplinas e os nomes de algumas instituições existentes. Eles foram acessados por meio do arquivo on-line do *site Center for Research Libraries: Global Resources Networks (CRL Digital Delivery System)* e em visita direta ao Arquivo do Estado de São Paulo. Com exceção dos relatórios do ano de 1839 e das fontes documentais de 1835 a 1837, as demais

foram tabuladas e identificados os títulos das seções correspondentes à educação e a frequência que estes aparecem.

Assim, buscou-se compreender a constituição do aparelho estatal da província de São Paulo, a partir da sua autonomia em legislar, considerando o lugar ocupado pelos projetos e ações educacionais após a responsabilização provincial em dispor sobre a instrução primária e secundária em conformidade com o Ato Adicional de 1834 à Constituição de 1824. A série delimitada para análise considera como marco histórico final a Lei nº 34, de março de 1846, a qual organizou o ensino público e criou a Escola Normal para a formação docente. Enunciamos que a pesquisa considerou todas as práticas educativas, institucionalizadas ou não, que foram expressas pelos relatórios.

Na primeira metade do século XIX, a Província de São Paulo apresentava uma configuração predominantemente rural, apresentando pouco desenvolvimento nos centros urbanos, marcados, inclusive, por condições de insalubridade. A Instrução Pública não contava com prédios oficiais, convivendo, neste período, com aulas realizadas em locais alugados por docentes, seminários, educação doméstica, a prática de preceptoria e o envio dos filhos meninos para estudar no exterior. Esta última iniciativa ocorria por parte das famílias mais favorecidas economicamente, a exemplo daquelas envolvidas na expansão da cafeicultura (MARCÍLIO, 2005).

Desde a independência do Brasil em 1822 e a subsequente outorga da Constituição de 1824, as autoridades imperiais se preocupavam com a formação do Estado Nação e a consolidação do aparelho estatal nas províncias como meio de manutenção da unidade do Império brasileiro e de seus interesses soberanos mesmo que, a partir de 1834, considerassem a sua autonomia legislativa e administrativa (ANANIAS, 2005).

A ação do Estado deveria garantir a ordem – leia-se a manutenção do monopólio das terras e a garantia de continuidade da escravidão e implantar

no território do Império uma civilização aos moldes europeus (MATOS, 1994). Para tanto, sob a influência dos ideais Iluministas, a Instrução “derramada a todos as classes” seria instrumento fundamental na conformação de cidadão ordeiros e obedientes às leis, um mecanismo de governo que se tornava necessário para atender os anseios da sociedade que se pretendia desenvolvida (FARIA FILHO, 2000).

Em consonância a esse ideal civilizatório, nos Relatórios Presidenciais também expressam o interesse das autoridades da Província de São Paulo na construção, não apenas da sua estrutura física, mas na formação de valores que possibilitassem, em conjunto, o desenvolvimento econômico, social e político do seu território. A educação perpassava tais objetivos desde a busca por qualificar profissionais para empreender projetos de infraestrutura, como a abertura de estradas, por meio da “Escola do Gabinete Topográfico” até as ações para conter todas as condutas que se mostrassem desviantes e impróprias, como era projetado sobre os pobres, os órfãos desvalidos e os indígenas, educando-os na Instrução Pública, nos seminários e aldeamentos para catequização, respectivamente.

A renovação pela qual passou o campo da história da educação desde os anos 1990 possibilitou um olhar cada vez mais atento para as diversas dimensões do fenômeno educacional nos oitocentos. O presente trabalho dialoga com referências fundamentais nesse campo, entre elas o trabalho realizado por Giglio (2001), intitulado “Uma genealogia de práticas educativas na Província de São Paulo: 1836- 1876”, a obra de Marcílio (2005), “História da Escola em São Paulo e no Brasil”, e a tese de Ananias (2005), “A legislação da instrução pública primária na Província de São Paulo: 1834-1868. Fontes e historiografia”.

Esta historiografia renovada vem, nos últimos anos, ampliando as possibilidades de fontes que nos permitem acessar o fenômeno educacional em diferentes tempos. Os Relatórios de Presidentes de Província, nosso corpus

fundamental para a Província de São Paulo (1835-1846), vêm sendo utilizados de forma recorrente por possuírem informações sobre o panorama das propostas educativas, o arcabouço legislativo sobre educação e a própria formação do aparelho de estado. Trata-se de documentos oficiais, produzidos ao longo de todo o período Imperial pelos governantes regionais e enviados para a Corte para prestação de contas sobre a administração provincial, abordando os mais diversos assuntos administrativos.

Segundo Resende e Faria Filho (2012) eles tinham, ainda, a função de prestação de contas para as Assembleias Legislativas Provinciais em momentos de encerramento de mandato do Presidente, ou abertura do ano legislativo. Para a autora e autor citados que trabalharam com os Relatórios da Província de Minas Gerais, esses documentos “(...) sempre buscam convencer o povo, ou seus representantes na Assembléia Provincial, da importância da instrução pública” (RESENDE; FARIA FILHO, 2012, p. 83). Segundo Machado (2011) uma das possibilidades oferecidas por essa documentação é seu cruzamento com outras fontes, “(...) por exemplo, as que compõem o corpo legislativo do Império. Assim podemos perceber, dentre outros aspectos, a implementação das leis, os impactos e as soluções decorrentes” (MACHADO, 2011, p. 204).

Justificando-se, dessa forma, a importância de estudar tais fontes, província e período, o presente artigo intenciona contribuir para o adensamento dos conhecimentos no campo da História da Educação, incidindo sobre um período ainda pouco estudado pela mesma – a primeira metade do século XIX e focalizando sujeitos por muito tempo silenciados na história, as crianças pobres, órfãs e desvalidas.

Relatórios provinciais paulista e os projetos educativos

A análise dos documentos históricos, os Relatórios dos Presidentes da Província de São Paulo (1835-1846), num período inicial de gestação da

primeira legislação educacional específica da Província, disponíveis no Arquivo do Estado de São Paulo e no site *Center for Research Libraries: Global Resources Networks (CRL Digital Delivery System)*, proporcionaram a identificação de quatro propostas educacionais descritas formalmente, a saber: a Instrução Pública; os Seminários ou Casas de Educação; a Catequese e civilização dos índios; e a Escola do Gabinete Topográfico. Apesar da exceção de quatro relatórios presidenciais, ausentes nos mencionados arquivos históricos, e da falta de padronização do título da fonte, ora chamado de “relatório” ora de “discurso”, estes aspectos não comprometeram os objetivos do estudo.

Instrução pública

A Instrução Pública é um dos títulos que aparece com frequência nos Relatórios, os quais trazem: um panorama anual da situação das instituições que estavam em funcionamento, as queixas em relação aos docentes e a inspeção, e também dados sobre os alunos inscritos e as menções das notas que estes obtinham nas disciplinas. Estes últimos expressos em tabelas expositivas anexas com os nomes dos estudantes e a respectiva quantidade de alunos que estavam matriculados.

Segundo Manoel Isaú (2006, p. 75) a instrução pública era entendida "como o ensino das primeiras letras e da doutrina cristã e, para as meninas, também da indústria rústica e doméstica própria do sexo". Além disso, incluiu-se o ensino das operações aritméticas, história do Brasil e constituição do Império, conforme a Lei Geral de Ensino de 1827. Observa-se que os meninos teriam um maior acesso à matemática, pois também aprenderiam a "prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática" (BRASIL, 1827). Seguindo a referida lei, os estabelecimentos estavam localizados nos centros das cidades, pois estabelecia a criação de escolas de primeiras letras em lugares populosos. É importante atentar que, nos relatórios,

as denominações escolas, cadeiras e aulas confundem-se sem haver clara distinção entre estas.

O tópico da Instrução Pública, entre as críticas realizadas pelos presidentes provinciais, referia-se à baixa frequência dos alunos nas aulas, considerando também que o número de matriculados não era condizente com a proporção da população provincial. Como justificativa, as autoridades responsabilizavam as famílias por não enviarem os filhos à escola e consideravam que isto poderia representar, futuramente, um risco à ordem social, ao estarem propícios à má sorte e aos desvios de caráter. Os professores, do mesmo modo, eram culpabilizados pela ausência dos estudantes e, para contornar essa situação, em 1843, o presidente José Carlos Pereira d'Almeida Torres observa a importância de oferecer gratificações aos mestres como forma de incentivo caso estes conseguissem manter a assiduidade e proveitoso desempenho do alunado.

Além disso, os presidentes salientavam nos relatórios a necessidade das câmaras municipais realizarem as inspeções nas aulas com maior rigorosidade e de forma contínua, algo que não estava sendo acatado e, por este motivo, era alvo de críticas das autoridades provinciais. Sendo assim, o presidente Raphael Tobias d'Aguiar, no relatório de 1841, propôs a centralização da inspeção para atingir a eficácia do trabalho. Tais práticas demonstram a vigilância do governo provincial sobre professores e a instituição escolar.

No ensino empreendido para os estudantes havia disciplinas comuns como a gramática da Língua Portuguesa, a leitura, a escrita, a doutrina cristã e a moral. Tal currículo, porém, estava marcado pelo sexismo, pois os meninos e as meninas aprendiam algumas disciplinas diferentes, como as aulas de prendas domésticas para o público feminino que, por outro lado não tinha acesso ao aprendizado da geometria, proporções, decimais e a prática de quebrados (ANANIAS, 2005, p. 48). Assim afirmava-se o papel social que era esperado das mulheres em uma sociedade patriarcal, como mães e esposas,

para tanto não seria necessário o aprofundamento nos estudos.

Apesar da Instrução Pública tornar-se uma responsabilidade da Assembleia Legislativa Provincial com o Ato Adicional de 1834 os relatórios estudados expressam o olhar crítico de seus Presidentes sobre as condições desse serviço. Eles apresentavam pouca ou nenhuma formação dos mestres, cadeiras vagas com a ausência de professores, a baixa frequência dos estudantes e a necessidade da inspeção das escolas. Demonstrando, desse modo, a preocupação das autoridades sobre quão longe estava o povo do acesso às "luzes" da instrução, e quão longe estava o Império dos avanços das nações "mais civilizadas".

Em conformidade com a Lei de 15 de outubro de 1827 que mandava criar escolas de primeiras letras em lugares populosos que se mostrassem necessárias, a cidade de São Paulo, capital da Província, contava com aulas para as quais eram utilizadas a residência dos docentes ou alugavam-se outras casas, cujos valores eram da responsabilidade dos respectivos mestres. A cidade e a província só veriam instalarem-se prédios próprios para as escolas no final do século XIX. Cabe notar que os professores, tendo que arcar, por vezes, com aluguéis das salas de aula, recebiam diminuta remuneração, compreendendo uma das parcelas mais pobres da sociedade (MARCÍLIO, 2005).

Para além das iniciativas de Instrução Pública na Província de São Paulo, até mesmo mais difundidas, recorria-se à educação doméstica e à prática de preceptoria. Ademais, as famílias abastadas, como as latifundiárias que participavam da expansão da cafeicultura, tinham o hábito de enviar os filhos, sobretudo os homens, para estudar no exterior (MARCÍLIO, 2005, p. 32; 57). Essa busca por alternativas de ensino ocorria não apenas pelo fato das fragilidades das ofertas educativas na província, mas também como uma forma de distinção social, pois, na primeira metade do século XIX, os diferentes estratos da sociedade frequentavam a mesma sala de aula, conforme

observa Marcílio (2005).

A primeira legislação para Instrução Pública da Província de São Paulo, decretada a partir da responsabilidade adquirida no Ato Adicional de 1834, foi a Lei nº 34 de 16 de março de 1846, a qual também estabeleceu a criação de uma Escola Normal, para a formação do corpo docente, sendo destinada apenas ao público masculino e com a presença de um único mestre. No entanto, tal iniciativa do poder público provincial demonstra a intencionalidade de organizar a instrução pública e qualificar os futuros docentes, que consequentemente ocupariam os cargos vagos no ensino primário.

As propostas de lei sobre a Instrução Pública na província paulista e a responsabilização da Assembleia Legislativa em prover o aparato legislativo sobre educação, demonstram a construção da sua própria estrutura governamental e atendiam aos interesses das elites dirigentes, ao buscar a “(...) defesa da instrução como um dos mais importantes objetos de atenção do governo e a base ‘mais sólida das sociedades civis e necessidade urgente dos povos que se regem pelo systema constitucional’” (DISCURSO 1838; DISCURSO, 1839 apud ANANIAS, 2005, p. 51-52).

Seminários ou Casas de Educação

Outra instituição de ensino expressa nos relatórios estudados são os Seminários ou Casas de Educação, destinados à educação e amparo às crianças órfãs e pobres da Província de São Paulo, as quais eram sustentadas pelos cofres públicos. Conforme observa Giglio (2001), essa iniciativa fazia parte da ação paternalista dos presidentes da província ao conceder proteção e instrução à infância desamparada, que longe da tutela da família, podiam incorrer em falhas prejudiciais à sociedade. Portanto, a institucionalização desses sujeitos contribuiria para interditá-los dos vícios, facilitaria na vigilância e na ordenação de corpos e condutas (GIGLIO, 2001,

p. 33). Assim o Relatório Presidencial de 1844 expressa a importância atribuída pela Província às Casas de Educação:

Amparar a mocidade desvalida, arrendal-a do abysmo, em que poderia ser precipitada pelo verdor dos annos, pela força da indigencia, prestando-lhes azilos, onde recebam instrucção, e educação propria do sexo, e adquira principios de moral, e de Religião, é sem duvida proprio de corações bem formados, é o mais vivo, e claro testemunho da filantropia, e da moralisação.

A Província de S. Paulo cabe a gloria de sustentar a custa dos Cofres não menos de quatro Estabelecimentos pios, em que jovens d' um, e outro sexo, victimas da desgraça desde seus mais tenros anos, e que terão talves em dia d'incomodar a Sociedade com vicios, ou crimes, podem receber educação fisica e moral, e habilitar-se a ser bons Cidadãos , prestimosas mães de família ; sendo digna de louvor a sollicitude, com que o Corpo Legislativo Provincial procura melhorar sua sorte, decretando as quantias necessarias para a sua manutenção (PROVÍNCIA, 1844, p. 10).

Nos Relatórios coligidos foram encontradas quatro Seminários ou Casas de Educação presentes na Província de São Paulo, dos quais, dois encontravam-se na Villa de Ytú e os demais na cidade de São Paulo, sendo que em cada lugar as instituições eram separadas conforme o sexo. Embora apresentem denominação diferentes, chamadas de casas, seminários ou colégios e não sejam explicados os motivos das alterações, infere-se que ofereciam o mesmo nível de instrução e se destinavam ao mesmo público, aos pobres e órfãos.

Na cidade interiorana, por exemplo, os estabelecimentos de ensino variavam os nomes entre um relatório e outro, sendo chamados de “Casa d'Educandas de Ytú” (1841 e 1844) ou “Casa d'Educandas da Villa de Ytú” (1842) para educação feminina, enquanto a do sexo masculino estaria a cargo do “Seminário da Villa de Ytú” (1841), igualmente chamado de “Seminário dos meninos da Villa de Ytú”, “Seminário da Cidade de Ytú”, ou “Collégio Ytuano”.

Considerando as altas taxas de abandono de crianças na capital paulistana em relação ao Império Brasileiro, foi criada uma casa de expostos na Santa Casa da Misericórdia em 1824, por iniciativa do Visconde de Congonhas (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 114; MARCÍLIO, 2005, p. 66). No ano

seguinte, em 1825, foram fundados pelo presidente Lucas A. Monteiro de Barros, o Seminário de Sant'Anna para meninos e o Seminário da Glória para o público feminino. Segundo Marcílio (2005), este último foi “um marco da história da escola pública da cidade, pois a primeira, de caráter leigo e oficial, para o sexo feminino” (MARCÍLIO, 2005, p. 41). Abaixo, apresentamos a tabela que contém as demais denominações das instituições expressas nos documentos estudados e a natureza das mesmas:

Estabelecimento	Ano de fundação	Natureza
Roda e Casa de Expostos da Santa Casa de Misericórdia	1824/1825	Particular
Seminário dos Educandos de Santana/ “Casa de educação de Sant'Anna” / “Casa de Educação dos meninos pobres da Imperial Cidade de São Paulo”	1825	Público
Seminário das Educandas da Glória/ “Collégio d'Educandas” / “Seminário de Educandas da Cidade” / “Seminário das Educandas d'esta Imperial Cidade de Educandas”	1825	Público

Tabela 01: Instituições de atendimento e educação de crianças órfãs e pobres da cidade de São Paulo na primeira metade do século XIX. Fonte: Adaptado de Fonseca (2012, p.37).

A roda dos expostos ou dos enjeitados, era um mecanismo que permitia o abandono de bebês, evitando desampará-los em lugares vulneráveis e com risco de morte e também resguardavam a face dos expositores, pois não havia abertura que possibilitasse a sua visualização. Inspiradas no sistema que utilizavam os mosteiros, o qual permitia o recebimento de objetos sem o contato com o mundo externo, a roda dos expostos remete a um cilindro giratório. O mesmo era almofadado para acomodar o bebê e quando rotacionado para dentro da instituição de acolhimento tocava um sino, avisando os funcionários para recolher o exposto e assim preservar a vida do pequeno (MARCÍLIO, 2006).

Entretanto, o surgimento da Roda dos Enjeitados no Brasil ocorreu quando na Europa já eram combatidas devido às críticas dos médicos higienistas, pois havia alta mortalidade dos bebês expostos, exigindo,

portanto, a sua extinção. Do mesmo modo, consideravam que esse mecanismo cooperava com a ampliação do número de abandonos, reclamando o término desse sistema como forma de tentar solucionar esses problemas (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 24).

Como obra da caridade ilustrada, os seminários ou Casas de Educação eram sustentados pela dotação anual dos cofres públicos e eram responsáveis por acolher as crianças expostas na roda dos enjeitados, provendo o ensino de primeiras letras e encaminhando-os socialmente. Essas instituições atendiam, ainda, os alunos pobres e as pensionistas sendo, estas últimas mantidas com os dispêndios das suas famílias. Segundo Hilsdorf (1998, p. 389) a presença de pensionistas deixa entrever a função de uma “casa de correção” e “agência de preservação da honra e de punição da desonra femininas”.

Nos Relatórios, os presidentes da província fazem menção ao público assistido como a “mocidade desvalida”, embora estes tenham entre 6 e 15 anos de idade. Essa designação de mocidade pode ter relação com a baixa expectativa de vida no Brasil do século XIX estimada em 32 anos de idade (GAPMINDER Tools, s/d). Além disso, a “mocidade” preocupava as autoridades, pois era o período que os sujeitos estavam mais propícios a problemas de toda sorte, principalmente quando não tinham as orientações necessárias para tornarem-se “cidadãos honestos”. O termo “desvalida” pode referir-se à condição econômica dos educandos, pois eram pobres, assim como pode fazer menção ao fato destes estarem desamparados de suas famílias. Aqui cabe observar que a orfandade, nessa época, era entendida como uma condição derivada não apenas da ausência de ambos os progenitores, mas a partir da carência da figura paterna, cujo encaminhamento ao “asilo substitui a tutela do pai” (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 26).

Nos relatórios estudados, observa-se que o “Casa de Educação dos

meninos pobres da Imperial Cidade de São Paulo", localizada na fazenda dos jesuítas em Santana, era destinada ao público masculino com idade entre 6 a 14 anos, sendo alguns destes órfãos e outros meninos da vizinhança. Já o "Seminário das Educandas d'esta Imperial Cidade de São Paulo", localizado na chácara da Glória, era destinado a meninas pobres, órfãs e pensionistas com idade de 6 a 15 anos, conforme consta nos regulamentos das instituições em 1845. Neste último estabelecimento, além do ensino de primeiras letras, eram realizadas aulas de prendas domésticas sob a responsabilidade de uma mestra, cujos trabalhos realizados também contribuía com a renda do seminário.

Nos seminários da capital, assim como os da Villa de Ytú, não foram identificados nos relatórios a disciplina sobre "princípios de moral cristã e da doutrina de religião católica e apostólica romana", conforme determinava a Lei Geral de Ensino 1827. Entretanto, os presidentes mencionam a presença de uma capela próxima às instituições e a necessidade de contratar capelães para reger as missas aos domingos e dias santos. Assim como, no relatório do presidente da Província de São Paulo de 1842, observa-se a necessidade de orientar os educandos seguindo os princípios religiosos para os quais o seminário deveria ser um modelo no cumprimento dos ensinamentos católicos ao levar as crianças assistidas para a igreja.

As instituições de amparo e educação da infância e da mocidade tinham como objetivo torná-las úteis a si e à sociedade. Para tanto, enviavam os meninos para postos de ofício conforme suas forças físicas, como a Imperial Fábrica de Ferro de São João do Ypanema e a Fazenda de Cultura e fabrico de Chá, ou os tutores deveriam comprovar uma forma de sustento honesta para estes. Já as meninas tinham como destino o casamento, a servidão como empregadas domésticas e o provimento das cadeiras de primeiras letras como mestras. Observa-se que ambos os encaminhamentos destinados ao público feminino, "sonegava[m] à mulher qualquer tipo de função que

implicasse poder”, conforme observa Hilsdorf (1998, p. 368), como a dependência ao matrimônio, os cuidados do lar e o saber e ensinar as prendas domésticas. E, mesmo a função da mestra fazendo parte da vida pública provincial, esta era delineada como uma ação materna para a formação dos cidadãos (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 209).

No decorrer dos relatórios estudados é possível observar que os Seminários ou Casas de Educação da capital da Província de São Paulo vão ganhando corpo até apresentarem, em 1845, um regulamento anexo ao relatório presidencial, expondo com maiores detalhes os elementos da organização das instituições. Demonstrando, deste modo, um esforço regulatório das autoridades em prover e sistematizar um projeto educativo que atendesse às camadas sociais em vulnerabilidade e em conjunto respondessem aos objetivos civilizatórios da respectiva formação.

Nestes regulamentos dos seminários ou Casas de Educação de 1845, são definidos aspectos sobre a educação e castigos das crianças atendidas; idade de ingresso e permanência; sexos; direção dos estabelecimentos; demais funcionários, suas responsabilidades e provimentos. Conforme os relatórios presidenciais é possível verificar que o Presidente da Província, em posse de suas atribuições, representava a voz suprema, pois era ele o responsável por escolher e nomear os funcionários dos seminários e autorizar as contratações realizadas pelos dirigentes que necessitavam da sua aprovação.

Entre os trabalhadores das Casas de Educação, havia a figura do diretor econômico, mestre de primeiras letras e o capelão para a instituição com o público masculino, enquanto no “Seminário de Educandas” havia uma diretora, um síndico de finanças, um cirurgião e uma mestra para o trabalho com agulhas. Os funcionários, da gestão e docência, precisavam ter entre outras características próprias de um “bom caráter”, a idoneidade moral para participar da formação das crianças, principalmente, considerando que os

mestres e as mestras iriam dormir no mesmo quarto que os educandos, prestando vigilância.

O corpo docente deveria sempre agir com afabilidade, prudência e brandura, sem recorrer aos castigos físicos. Pelo contrário, usar punições que pudessem “offender o amor próprio, e o estímulo infantil, e criar emulações”, ou seja, que penalizavam a moral por meio de humilhações, exclusões e punições simbólicas (REGULAMENTO, 1845). Castigos estes que parecem pautados no Método Lancaster ou Lancasteriano, o qual não utilizava punições físicas, apenas constrangimentos para “o intelecto, a alma, muito mais que o físico”, conforme observa Neves (2003, p. 224-225). Deste modo, os mestres deveriam sempre agir como uma “mãe carinhosa” e um “extremoso pai”, considerando que essas personalidades estavam ausentes na vida das crianças atendidas por sua condição de orfandade e/ou em função do regime de internato.

Observamos, assim, a preocupação das autoridades provinciais em prover a educação das crianças desvalidas, sobretudo considerando que estas, na idade adulta, poderiam representar um risco para a sociedade ao “tornarem-se desocupadas” e “suscitar desordens”, principalmente ao considerar o crescimento populacional das cidades e a construção do Estado Nacional, como apontam Irene Rizzini e Irma Rizzini (2004, p.22). O internato nas instituições de educação e assistência constituía, portanto, a forma mais efetiva de controle social por meio da vigilância dos corpos e condutas e a oportunidade de intervir no percurso da vida dos meninos e meninas pobres e órfãos (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 25; GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 107-124).

Catequese e civilização dos índios

Em relação aos indígenas era realizada, por meio da Ordem dos Jesuítas, a atividade de catequese com o objetivo de “civilizá-los” através da coerção das práticas que não eram consideradas aceitas, pois eram

interpretadas como “bárbaras” e “selvagens”, cujos sujeitos “viviam à sombra do paganismo” (GIGLIO, 2001, p. 131). O título “Catequese e civilização dos índios” aparece nos relatórios dos presidentes da província paulista, não como um estabelecimento de ensino, mas referida aos aldeamentos onde ocorria a ação intencional do Estado e da Igreja Católica para “educá-los” e fazê-los “dóceis” para compor a sociedade da nascente Nação.

Os povos indígenas, quando educados, eram compreendidos como possíveis contribuidores para o aumento da população e para o desenvolvimento econômico, ao poderem ocupar postos de trabalho na agricultura e nas indústrias da província. No entanto, antes de serem considerados aptos como “civilizados” estavam sempre sob a vigilância das autoridades policiais, como as Guardas Nacionais, visto que os indígenas eram acompanhados, inclusive, para realizar a atividade de caça que ocorresse fora dos limites do povoado, conforme o relatório de 1844 do presidente Manuel Felisardo Souza e Mello. Possivelmente isso acontecia devido aos indígenas nem sempre aceitarem pacificamente as violências simbólicas e físicas a que eram submetidos e, muitas vezes, fugirem e reagirem violentamente.

Para contornar essa situação de potencial resposta negativa dos “índios bravios”, as autoridades provinciais relatavam nos relatórios castigos, mas não exemplificavam quais as práticas. Por outro lado, salientavam a importância de desenvolverem com estes um relacionamento amigável, evitando o uso da violência física, mas intervindo com “afago e brandura”. Mostrava-se necessário, então, recorrer a mecanismos de coerção e dominação mais sutis, para conseguir realizar a “catequese e civilização dos índios” com maiores êxitos ao conquistar sua confiança conforme podemos observar no trecho abaixo:

(...) A persuasão em que estão os selvagens de que os homens civilizados são inimigos faz abortar todas as tentativas, que se empregão para domesticar-los. Cuido porém que se perseveramos em convencer-los do contrario, e sobre tudo, se fôr possível fazer cessar o

barbaro costume de guerreal-os, como feras, elles ir-se-hão, pouco a pouco, desacostumado d'olhar-nos como inimigos, e assim se facilitará muito o cathequese (...) (SÃO PAULO, 1842, p. 12).

Escola do Gabinete Topográfico

A Escola do Gabinete Topográfico era uma instituição de ensino para a formação dos engenheiros de estradas e demais obras públicas da província de São Paulo. Nos relatórios dos presidentes provinciais, às vezes ganha corpo e recebe uma menção com o título "Gabinetes Topográficos". Porém, em alguns registros, apenas aparece uma breve descrição junto a "Instrução Pública", a qual é amplamente mencionada nos Relatórios estudados. Nessa instituição, infere-se que era promovido ensino profissionalizante para o público masculino, pois o ensino superior estava apenas a cargo do Poder Central do Império e a lista de matriculados não relaciona registro de alunas mulheres.

A criação da Escola do Gabinete Topográfico mostrava-se necessária na formação de um corpo de especialistas para as edificações da província paulista e o seu desenvolvimento econômico, como, por exemplo, a ampliação da rede viária. Nos relatórios analisados, compreende-se que a instituição foi criada a partir da Lei nº 12 de 12 de março de 1840³ como uma

³ SÃO PAULO. Discurso recitado pelo ex.mo presidente Raphael Tobia d'Águar no dia 7 de janeiro de 1841 por ocasião da abertura da Assembléa Legislativa da Província de São Paulo. In CENTER of Research Libraries: Global Resources Network. Provincial Presidential Reports: São Paulo. Disponível em:

<http://ddsnex.crl.edu/titles/186?terms&item_id=5131#?c=4&m=3&s=0&cv=0&r=0&xywh=-123%2C185%2C1605%2C1516>. Acesso em: 04 mar. 2019.

SÃO PAULO. Discurso recitado pelo ex.mo presidente [sic.], José Carlos Pereira d'Almeida Torres, no dia 7 de janeiro de 1843 por ocasião da abertura da Assembléa Legislativa da Província de S. Paulo. In CENTER of Research Libraries: Global Resources Network. Provincial Presidential Reports: São Paulo. Disponível em: <http://ddsnex.crl.edu/titles/186?terms&item_id=5076#?c=4&m=5&s=0&cv=0&r=0&xywh=-588%2C-125%2C2630%2C2483>. Acesso em: 04 mar. 2019.

SÃO PAULO. Discurso recitado pelo ex.mo presidente, Manuel Felisardo de Souza e Mello, no dia 7 de janeiro de 1844 por ocasião da abertura da Assembléa Legislativa da Província de S. Paulo. In CENTER of Research Libraries: Global Resources Network. Provincial Presidential Reports: São Paulo. Disponível em: <http://ddsnex.crl.edu/titles/186?terms&item_id=5077#?c=4&m=6&s=0&cv=0&r=0&xywh=-798%2C-136%2C2874%2C2714>. Acesso em: 04 mar. 2019.

Escola anexa à Diretoria de Obras Públicas na capital ofertando o curso “d'engenheiros d'Estradas”, o qual não poderia restringir-se a alguns ramos do ensino da matemática, como salienta o relatório de 1843⁴. Para o funcionamento da instituição, destacava-se a presença de um diretor oficial, engenheiro de mérito, que pudesse, de fato, contribuir com o quadro formativo de especialistas para a edificação e progresso da província.

Dentro da perspectiva pós-independência de, além de garantir a tranquilidade pública, construir uma estrutura mínima para garantir a autonomia das províncias, ter boas estradas e mão-de-obra adequada significava ter a base para o desenvolvimento das atividades agrícolas e comerciais, e garantia na participação nos rumos da política nacional (ANANIAS, 2005, p. 31).

Além da presença oficial dos formandos no curso “d'engenheiros d'Estradas” com a criação do Gabinete em 1840, também havia a participação de imigrantes, indígenas aldeados e escravos alugados por latifundiários, os quais atuavam na construção da rede viária da província, uma das principais preocupações dos presidentes paulistas, tendo em vista a inexistência, ou precariedade das estradas que dificultava o acesso, o transporte e a comunicação entre as cidades, vilas e portos comerciais. Por isso, os dirigentes buscavam intervir com o investimento em estradas, para a “construção de uma rede viária, ou seja, de comunicação eficiente, capaz de conduzir sua autoridade às mais distantes localidades” (ALESP, s/d, n.p.; BEIER, 2015, p. 241).

Considerações Finais

O estudo apresentado propôs-se a identificar e compreender os projetos de educação da Província de São Paulo, no início do século XIX, nas

SÃO PAULO. Relatório apresentado Assembléa Legislativa da Província de São Paulo pelo ex.mo presidente da mesma província, Manuel da Fonseca Lima e Silva, no dia 7 de janeiro de 1845. In CENTER of Research Libraries: Global Resources Network. Provincial Presidential Reports: São Paulo. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/186?terms&item_id=5078#?c=4&m=7&s=0&cv=0&r=0&xywh=-690%2C-137%2C2882%2C2721>. Acesso em: 04 mar. 2019.

primeiras décadas após o estabelecimento da Assembleia Provincial, dados a partir dos Relatórios dos Presidentes de Província. O marco final do recorte temporal data de 1846, quando foi outorgada a primeira legislação sobre a instrução pública da província paulista, a Lei nº 34 de março. Neste contexto delimitado, expomos a intencionalidade da educação e o público atendido. Apesar da carência dos relatórios de 1835, 1836, 1837 e 1839, no Arquivo do Estado e no site *Center for Research Librarians: Global Resources Networks (CRL Digital Delivery System)*, investigamos o material encontrado sem comprometer os objetivos da pesquisa, sendo possível delinear o panorama educativo da Província no período.

O estudo dos relatórios dos presidentes da Província de São Paulo de 1838 a 1846, assumidos como fontes históricas em conjunto com a bibliografia pertinente, permitiram encontrar quatro propostas educacionais realizadas: as escolas de primeiras letras para instrução primária; as Casas de Educação direcionadas às crianças órfãs e pobres; a catequese e civilização dos indígenas em aldeamentos; e a Escola do Gabinete Topográfico. Todas elas marcam os anseios dos governantes pelo progresso, sendo as três primeiras relacionadas ao projeto civilizador na formação do povo, enquanto a última proposta marca a intenção da edificação material da província e o seu respectivo desenvolvimento econômico.

Neste contexto, observamos o ideal de civilização presente na Província de São Paulo influenciado pelo Iluminismo que propunha a distribuição das “luzes” da instrução para todo o povo. Isto converge com os propósitos do Império brasileiro no século XIX que visavam atingir o progresso dos países mais avançados como modelo para sua construção como nascente Estado Nação. Este mesmo movimento era observado nas províncias que, a partir da autonomia conferida pelo Ato Adicional de 1834, também vinham estruturando seu aparelho de Estado. Dessa forma, era preciso conter os corpos e “condutas desviantes”, como representadas sobre os pobres, órfãs e

indígenas que estavam desamparados do pátrio poder, representando potencial periculosidade à sociedade.

Deste modo, o Estado como um “prestimoso pai” deveria conceder a educação necessária compreendida como um mecanismo de poder eficaz na transmissão de valores comuns a todos os cidadãos, civilizando-os, empregando um olhar vigilante e disciplinador sobre seus corpos, ações e destinos. Esta seria a resposta para a formação de um povo idealizado como “ordeiro”, “trabalhador”, atento aos valores morais e que respeitasse as leis, considerando o nascimento da Nação e a constituição do aparelho estatal.

Fontes

SÃO PAULO. Discurso recitado pelo ex.mo presidente Manoel Machado Nunes no dia 7 de janeiro de 1840 por ocasião da abertura da Assembléa Legislativa Provincial. In: CENTER of Research Libraries: Global Resources Network. Provincial Presidential Reports: São Paulo. Disponível em: <http://ddsnnext.crl.edu/titles/186?terms&item_id=5074#?c=4&m=2&s=0&cv=0&r=0&xywh=-812%2C-134%2C2823%2C2665>. Acesso em: 04 mar. 2019.

SÃO PAULO. Discurso recitado pelo ex.mo presidente Raphael Tobia d'Águar no dia 7 de janeiro de 1841 por ocasião da abertura da Assembléa Legislativa da Província de São Paulo. In: CENTER of Research Libraries: Global Resources Network. Provincial Presidential Reports: São Paulo. Disponível em: <http://ddsnnext.crl.edu/titles/186?terms&item_id=5131#?c=4&m=3&s=0&cv=0&r=0&xywh=-123%2C185%2C1605%2C1516>. Acesso em: 04 mar. 2019.

SÃO PAULO. Discurso recitado pelo ex.mo presidente, Miguel de Souza e Mello e Alvim, no dia 7 de janeiro de 1842 por ocasião da abertura da Assembléa Legislativa da Província de S. Paulo. In: CENTER of Research Libraries: Global Resources Network. Provincial Presidential Reports: São Paulo. Disponível em: <http://ddsnnext.crl.edu/titles/186?terms&item_id=5075#?c=4&m=4&s=0&cv=0&r=0&xywh=-712%2C-128%2C2703%2C2552>. Acesso em: 04 de mar. 2019.

SÃO PAULO. Discurso recitado pelo ex.mo presidente [sic.], José Carlos Pereira d'Almeida Torres, no dia 7 de janeiro de 1843 por ocasião da abertura da Assembléa Legislativa da Província de S. Paulo. In: CENTER of Research Libraries: Global Resources Network. Provincial Presidential Reports: São Paulo. Disponível em: <http://ddsnnext.crl.edu/titles/186?terms&item_id=5076#?c=4&m=5&s=0&cv=0>

&r=0&xywh=-588%2C-125%2C2630%2C2483>. Acesso em: 04 mar. 2019.

SÃO PAULO. Discurso recitado pelo ex.mo presidente, Manuel Felisardo de Souza e Mello, no dia 7 de janeiro de 1844 por ocasião da abertura da Assembléa Legislativa da Província de S. Paulo. In: CENTER of Research Libraries: Global Resources Network. Provincial Presidential Reports: São Paulo. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/186?terms&item_id=5077#?c=4&m=6&s=0&cv=0&r=0&xywh=-798%2C-136%2C2874%2C2714>. Acesso em: 04 mar. 2019.

SÃO PAULO. Relatório apresentado Assembléa Legislativa da Província de São Paulo pelo ex.mo presidente da mesma província, Manuel da Fonseca Lima e Silva, no dia 7 de janeiro de 1845. In: CENTER of Research Libraries: Global Resources Network. Provincial Presidential Reports: São Paulo. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/186?terms&item_id=5078#?c=4&m=7&s=0&cv=0&r=0&xywh=-690%2C-137%2C2882%2C2721>. Acesso em: 04 mar. 2019.

Referências bibliográficas

ALESP. A história de São Paulo através dos documentos da ALESP. A autonomia paulista. S/D. In: *ALESP (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo)*. Disponível:<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/240_arquivo.pdf>. Acesso em: 04 maio 2019.

ANANIAS, M. Capítulo II: O papel da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo na legislação da instrução pública primária: 1834-1851. _____. *A legislação da instrução pública primária na província de São Paulo: 1834-1868. Fontes e historiografias*. Campinas: Unicamp, Tese de Doutorado, 2005. (p.1-222). Disponível em: <repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/253154/1/Ananias_Mauriceia_D.pdf> Acesso em: 03 nov. 2017.

BEIER, J.R. Parte II: Os Artefatos. Capítulo 3: Um Inventario exacto do paiz. In: _____. *Artefatos de poder: Daniel Pedro Müller, a assembleia legislativa e a construção territorial da província de são paulo (1835-1849)*. São Paulo: USP, Dissertação de Mestrado, 2015 (p.1-375). Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-19112015-124817/pt-br.php>>. Acesso em: 03 nov. 2017.

BRASIL. Lei Geral de Ensino de 15 de outubro de 1827. In: *HISTEDBR - Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil"*. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/3_Imperio/lei%2015-10-1827%20lei%20do%20ensino%20de%20primeiras%20letras.htm>. Acesso em: 30 maio 2020.

FARIA FILHO, L.M. de. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, E.M.T; FARIA FILHO, L.M de; VEIGA, C.G (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000, 5a.ed.

FONSECA, S.C. Dos seminários aos institutos disciplinares: modelos de assistência institucional à infância em São Paulo (1825-1922). In: *Histórica*, revista online do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Educação e Saberes, nº 56, p. 33-42, out. 2012. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/historica56.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2020.

GAPMINDER Tool. Life expectancy. In *GAPMINDER Tool*. Disponível em: <[https://www.gapminder.org/tools/#\\$state\\$time\\$value=1846;&marker\\$select@\\$country=bra&trailStartTime=1812;;;&chart-type=bubbles](https://www.gapminder.org/tools/#$state$time$value=1846;&marker$select@$country=bra&trailStartTime=1812;;;&chart-type=bubbles)> Acesso em: 16 nov. 2019.

GIGLIO, C.M.B. Capítulo I. O pai da província e o seminário de educandas. In: _____. *Uma genealogia de práticas educativas na Província de São Paulo: 1836-1876*. Tese de doutorado. São Paulo: FEUSP, 2001.

GONDRA, J.G.; SCHUELER, A. Internatos e asilos. In: GONDRA, J.G.; SCHUELER, A. *Educação, poder e sociedade no império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

HILSDORF, M.L.S. "Saberes e aprenderes" no Seminário de Educandas de São Paulo. In: *Práticas educativa, culturas escolares, profissão docente*. Volume II, II Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. São Paulo: FEUSP, 1998.

ISAÚ, Manoel. A instrução pública e instituições escolares segundo os relatórios dos presidentes da província de São Paulo (1835-1889): considerações pontuais. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, p. 71-92, jun. 2006. Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.fe.unicamp.br/pffe/publicacao/4897/art06_22.pdf&ved=2ahUKewjAhaW83773AhVPqJUCHZpwA8MQFnoECAUQAQ&usg=AOvVaw11CreML1a8Y6Y6w02r3Jw5>. Acesso em 1 de maio de 2022.

MARCÍLIO, M.L. Primeira Parte: ORIGENS 1554-1870. A trajetória inicial do ensino público: 1759-1870. In: _____. *História da escola em São Paulo e no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Fernand Braudel, 2005.

MATTOS, Ilmar. *O tempo Saquarema: a formação do estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 2004.

MACHADO, Marina. Relatórios de Presidentes de Província. In: MOTTA, Marcia;

GUIMARÃES, Elione. *Propriedades e disputas: fontes para a história do oitocentos*. Eduff: Niterói, 2011.

RESENDE, Fernanda; FARIA FILHO, Luciano Mendes. História da política educacional em Minas Gerais no século XIX: os relatórios dos presidentes da província. In: *Revista Brasileira de História da Educação*, nº 2, Jul-Dez. 2001.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. Parte I. A proteção da infância e da sociedade: percurso histórico dos internatos para crianças pobres no Brasil: As instituições femininas e masculinas para órfãos, desvalidos e bebês abandonado no Brasil Colônia e no Império. In: RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

MULHERES EM TRÂNSITO: GÊNERO E RAÇA NA OBRA DE CLORINDA MATTO DE TURNER

Thaís Mendes Moura Carneiro¹

Resumo: A investigação proposta neste artigo centra-se na análise da construção da trajetória e do imaginário sobre a escritora peruana Clorinda Matto de Turner, consagrada pioneira nos movimentos feminista e indigenista, na segunda metade do século XIX. Para tanto, concentramos nossa análise nas produções realizadas pela escritora em sua estadia em Buenos Aires enquanto exilada política. Tomamos a título de fontes para a compreensão de tais narrativas: a obra *Aves sin Nido* (1889), e o discurso *Las obreras del pensamiento de la América del Sur* proferido pela escritora no Ateneo de Buenos Aires, em 1895, e publicado no ano seguinte em seu periódico *Búcaro Americano*. Valemo-nos do aporte teórico da História Intelectual e da História Social das Mulheres a fim de compreender as discussões estabelecidas por essas literatas, a partir das discussões de Joan Scott, Verena Stolcke e Françoise Vergès.

Palavras-chave: História das Relações de Gênero; História Intelectual; escritas de si.

WOMEN IN TRANSIT: GENDER AND RACE IN THE WORK OF CLORINDA MATTO DE TURNER

Abstract: The research proposal in this article focuses on the analysis of the construction of the trajectory and imagination of the Peruvian writer Clorinda Matto de Turner, a renowned pioneer in the feminist and indigenous movements in the second half of the 19th century. Therefore, we focused our analysis on the productions carried out by the writer during her stay in Buenos Aires as a political exile. We investigate historical documents to understand such narratives: the romance *Aves sin Nido* (1889), and the speech “*Las obreras de la prensa de la América del Sur*”, given by the writer at the Ateneo de Buenos Aires, in 1895, and published the following year in his periodical *Búcaro Americano*. We draw on the theoretical contribution of Intellectual History and the Social History of Women in order to understand the discussions based on these literati, based on the discussions of Joan Scott, Verena Stolcke and Françoise Vergès.

¹ Doutoranda em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Contato: thais.carneiro@usp.br.

Keywords: History of Gender Relations; Intellectual History; written.

Introdução

Palavras são uma guerra para mim.
 Ameaçam minha família.
 Para conquistar a palavra
 para descrever a perda
 arrisco perder tudo.
 Posso criar um monstro
 as palavras se alongam e tomam corpo
 inchando e vibrando em cores
 pairando sobre minha mãe,
 caracterizada.
 Sua voz na distância
 ininteligível iletrada.
 Estas são as palavras do monstro.
 (MORAGA, 1983)

A palavra como um risco, em que se rompem paradigmas e se borram fronteiras, uma ameaça familiar e social, a própria materialização de uma monstruosidade, trata-se de debate corrente ao se pensar a trajetória de mulheres literatas. De acordo com a historiadora francesa Michelle Perrot, o papel da palavra é ser uma arma poderosa de resistência. Desta forma, a oralidade e a escrita, instituindo-se uma via de transmissão de saberes, se constituíram como a possibilidade de existência de redes de sociabilidade e oposição à ordem masculina. Nesse sentido, as mulheres enfrentaram a interdição do acesso à escrita e aos espaços públicos (PERROT, 2012). Neste sentido, ao trazer a discussão sobre ser uma escritora e a necessidade de partilhar com o mundo as suas considerações, a intelectual estadunidense Gloria Anzaldúa (2000), de ascendência mexicana coloca que

O ato de escrever é um ato de criar alma, é alquimia. É a busca de um eu, do centro do eu o qual nós mulheres de cor somos levadas a pensar como “outro” — o escuro, o feminino. Não começamos a escrever para reconciliar este outro dentro de nós? Nós sabíamos que éramos diferentes, separadas, exiladas do que é considerado “normal”, o branco-correto. E à medida que internalizamos este exílio, percebemos a estrangeira dentro de nós e, muito frequentemente, como resultado, nos separamos de nós mesmas e entre nós. Desde então estamos buscando aquele eu, aquele “outro” e umas às outras. E em espirais que se alargam, nunca

retornamos para os mesmos lugares de infância onde o exílio aconteceu, primeiro nas nossas famílias, com nossas mães, com nossos pais. A escrita é uma ferramenta para penetrar naquele mistério, mas também nos protege, nos dá um distanciamento, nos ajuda a sobreviver. E aquelas que não sobrevivem? Os restos de nós mesmas: tanta carne jogada aos pés da loucura ou da fé ou do Estado. (p. 232)

Ao referir-se ao processo de escrita tal qual uma catarse, um modo de escrever a si mesma, Anzaldúa aponta a um desconforto social ao enxergar-se conforme estrangeira, com o Eu definido por outrem. Escrever torna-se uma possibilidade de construir a si mesma, retirar-se desta zona de não pertencimento.

Diante dessas interdições, porém, temos exemplos de *sujeitas históricas*² que por uma série de questões, puderam negociar a sua atuação em espaços de sociabilidade considerados masculinos, a fim de ter a própria produção literária. A colombiana Soledad Acosta de Samper, a cubana Gertrudis Gómez de Avellaneda, as peruanas Aurora Cáceres, Mercedes Cabello de Carbonera e Clorinda Matto de Turner, a brasileira Nísia Floresta, as espanholas Emilia Pardo Bazán, Baronesa de Wilson e Concepción Gimeno de Fláquer são exemplos dessa inserção social. Essas mulheres em trânsito, por mais que esquecidas pela historiografia, deixaram rastros, indícios, por meio dos quais é possível identificar a produção de narrativas sobre si e os espaços em que puderam se inserir, como os salões literários e ateneus (GINZBURG, 1990). Esses são exemplos de mulheres literatas e intelectuais, com trajetórias públicas retratadas na História, a título de personagens excepcionais e pioneiras³. O

² Optou-se por utilizar o termo *sujeitas históricas* a fim de questionar o uso do gênero masculino como universal e demarcar uma perspectiva política feminista desta pesquisa.

³ A ideia de excepcionalidade e originalidade provém de determinados feitos realizados por essas literatas, a exemplo da trajetória da peruana Clorinda Matto de Turner que lhe permitiu ser a primeira membro do Ateneo de Buenos Aires e também a primeira a palestrar nesta instituição, em 1895. No caso da peruana Aurora Cáceres, a sua jornada na Sorbonne como a primeira falante de espanhol a palestrar na universidade, tendo discutido sua tese *Feminismo em Berlim*, em 1905. Já a biografia da colombiana Soledad Acosta de Samper, nos permite compreender uma consagração pelos seus pares à medida que é convidada pelos reis espanhóis a participar das comemorações do IV Centenário de Conquista da América, exercendo o papel de delegada da Colômbia e o convite a ser membro da Academia de História de Caracas, na Venezuela. Já no caso da argentina Juana Manuela Gorriti, sua vida

presente artigo centra-se na investigação da trajetória da literata peruana Clorinda Matto de Turner, tida como pioneira nos movimentos feminista e indigenista, na segunda metade do século XIX, a fim de discutir a presença dos debates acerca de raça e gênero. Contudo, lançamos olhar para o perigo do uso dos conceitos de excepcionalidade e de pioneirismo no intuito de explicar e justificar a jornada destas mulheres. Compreendemos que a mobilização dessas perspectivas simplifica as suas trajetórias, desconsiderando os seus papéis sociais e o contexto histórico-social em que estão inseridas, reduzindo-as a uma lógica de exceção e não de interlocutoras em debates políticos e sociais.

A escritora peruana foi considerada a primeira mulher convidada a dar uma conferência no *Ateneo de Buenos Aires*, com o título de “Las obreras del pensamiento de la América del Sur”, no dia em que oficializaram a aceitação das mulheres na instituição, em 14 de dezembro de 1895. O crescimento do periódico *Búcaro Americano*, por ela dirigido, alicerçou as condições de realização deste convite⁴. Essa publicação é crucial para compreender a situação das escritoras latino-americanas em fins do século XIX (ZANETTI, 1994). Isto posto, a sua recepção valorosa em Buenos Aires é importante a fim de pensar sua trajetória enquanto uma periodista destacada no Peru. Matto de Turner teve de exilar-se devido às perseguições políticas, diante da sua proximidade com o presidente deposto, o general Andrés Avelino Cáceres, e o ataque empreendido contra à casa da escritora, seus manuscritos e à sua editora *La Imprenta Equitativa*, em Lima, em 1895.⁵ Com a ascensão de

de literata se entrelaçou com a sua consagração como anfitriã ao receber diversas personalidades, entre políticos e escritores, em seus salões literários.

⁴ O periódico *Búcaro Americano*, dirigido por Clorinda Matto de Turner, publicou cerca de 65 números, entre 1896 e 1908, tendo por enfoque a defesa da emancipação das mulheres e ser um espaço de produção da literatura latino-americana, principalmente, a produzida por mulheres.

⁵ A participação de Andrés Avelino Cáceres nas guerras do Pacífico, lhe rendeu autoridade e reconhecimento que o levou à presidência do Peru em dois mandatos. O seu segundo governo, guiado por um golpe de Estado, durou um curto período, entre 1894 e 1895, juntamente com uma guerra civil. Os conflitos culminaram com a volta do caudilhistas Nicolás

Cáceres ao poder e a demonstração de apoio ao presidente e ao Partido Constitucional, Matto de Turner foi considerada inimiga do *caudillo* Nicolás de Pérola, e portanto, o alvo considerado foi a sede da editora. Por mais que a instituição tenha sido fundada junto ao seu irmão, o médico ginecologista David Matto, as decisões da escritora destacam-se com a existência do periódico cacerista bimensual *Los Andes*, dirigido por ela. Por outro lado, a especificidade de *La Imprenta Equitativa* em empregar apenas mulheres, principalmente aquelas que sofreram os reveses da Guerra do Pacífico ao não terem mais uma figura masculina junto a si, foi considerada uma ameaça à sociedade católica peruana (ÁLVAREZ CALDERÓN, 2018).

Em seus escritos, Matto de Turner afirmou ser a “*hija del corazón*” da literata argentina Juana Manuela Gorriti, a qual afirma ser sua mentora, desde a convivência no Peru⁶. Esta, por sua vez, consagrada por ser um elo de conexão entre literatos e políticos por meio de seus salões literários, possibilita a inserção da escritora peruana em distintas redes de sociabilidade, tanto em Lima quanto em Buenos Aires. O recurso utilizado pela escritora peruana de mencionar Gorriti a título de sua mentora é estratégia comum a outras literatas com o intuito de posicionar-se em um mundo de letras masculino e apontar uma narrativa de pertencimento a uma rede de sociabilidade.

Ao debruçarmo-nos sobre a trajetória de Clorinda Matto de Turner, compreendemos uma série de marcadores sociais da diferença: sua nacionalidade, seu gênero e a ausência de uma figura masculina a tutelá-la. A escritora peruana tornou-se viúva aos 29 anos de idade, com a morte do médico e comerciante britânico Joseph Turner, em 1881. De certo modo, a sua viuvez permitiu sua inserção no mundo de letras à medida que seu célebre

de Piérola, que estava no exílio. Um novo golpe deu origem ao governo de Piérola, que se estendeu até 1899, e levou ao exílio da família Cáceres e de Clorinda Matto de Turner.

⁶A escritora argentina Juana Manuela Gorriti foi conhecida pelos salões literários promovidos em Buenos Aires e em Lima, local onde morou devido às rugas em seu casamento com o capitão boliviano Manuel Isidoro Belzu, que liderou revoltas populares, como a Guerra da Confederação e a batalha de Ingavi, que o tornou coronel. Tornou-se presidente da Bolívia em 1851.

romance é publicado, “Aves sin Nido” (1889), uma das obras fundadoras do indigenismo peruano, em que narra a relação amorosa entre um homem branco e uma mulher mestiça. Por outro lado, a autora em suas cartas ao escritor peruano Ricardo Palma lamentou diversas vezes a morte de seu marido. Em uma dessas cartas enviada desde Arequipa, no Peru, em 1883, a escritora pontuou: *“cuántas desgracias han pesado sobre mi corazón enlutecido de por vida. En Marzo del 81 perdí a mi esposo, cuya muerte me dejó en brazos de la orfandad y de la pobreza”*. (BATTICUORE, 2018, p. 169)

De acordo com a historiadora brasileira Lídia Possas, o desamparo vivido pela viúva estaria atrelado à ausência de um homem, assim, um novo matrimônio auxiliaria no alinhamento deste estado. A autora aponta de que forma as mulheres descasadas foram encaradas como um problema social.

As mulheres descasadas, sejam elas as solteiras e viúvas, representavam um sério problema para a sociedade, uma espécie de potencial ameaça ao rígido controle das emoções, sendo facilmente levadas à histeria, definida como uma doença provocada pela não satisfação das exigências dos instintos sexuais femininos. (POSSAS, 2008, p. 2)

A ausência da figura masculina apresenta um convite à desordem, de acordo com Possas, a partir do momento em que as mulheres necessitam deste a fim de conduzirem sua trajetória dentro das normas da sociedade patriarcal.

“Las obreras del pensamiento”: Mapeamento de rede de sociabilidade por Clorinda Matto de Turner

A escritora peruana mapeou a rede de sociabilidade de literatas latino-americanas por meio da literatura de viagem com sua obra “Viaje de Recreo”, dos seus discursos no *Ateneo de Buenos Aires* e nas produções do periódico “Búcaro Americano”, em que se sobressai a sua defesa da educação e da profissionalização das mulheres. Isto posto, dedicamo-nos a analisar o seu discurso “Las obreras del pensamiento en la América del Sur”, proferido em 14 de dezembro de 1895 no *Ateneo de Buenos Aires*:

Para ocuparnos, de una vez, del estado de la ilustración de la mujer americana, la buscaremos en aquellas que, porta-estandartes de la legión empeñada en la gran evolución social, han desafiado, desde la ira alta, hasta el ridículo bajo, para ir siempre adelante con la enseña civilizadora. Me refiero a las mujeres que escriben, verdaderas heroínas que, con el valor de Policarpa Salavarrieta, aceptando la muerte antes que delatar los secretos de su patria y con la convicción de los mártires en la verdad de la obra, luchan, día a día, hora tras hora, para producir el libro, el folleto, el periódico, encarnados en el ideal del progreso femenino. (MATTO DE TURNER, 1896, p. 10)

A escritora cita uma personagem histórica relevante para os conflitos de independência da Colômbia, Policarpa Salavarrieta, considerada heroína da resistência colombiana frente à reconquista espanhola de Nova Granada. Matto de Turner contextualizou a noção de “*obreras del pensamiento*” com a definição de trabalhadoras dispostas a transformar o seu Estado-nação por meio da Ilustração. Ao se referir às dificuldades do desenvolvimento de seus trabalhos em um meio intelectual, que as excluía por serem do “*bello sexo*”, nota-se em seu discurso o entendimento da inserção social das mulheres de letras como um instrumento de modernização, rumo ao progresso entendido dentro de uma chave civilizatória. Porém, ao enunciar esta mensagem publicamente, a escritora peruana posiciona-se de forma negociada com o seguinte trecho do mesmo discurso:

Mujer, e interesada en todo lo que atañe a mi sexo, he de consagrarle el contingente de mis esfuerzos que, seguramente, en el rol de la ilustración que la mujer ha alcanzado en los postrimeros días del siglo llamado admirable, será un grano de incienso depositado en el fuego sacro que impulsa el carro del progreso, y, aunque éste no producirá la columna de luz que se levanta en los Estados Unidos del Norte, pretendiendo abarcar la América, él dará, siquiera, la blanquecina espiral que perfuma el santuario. (MATTO DE TURNER, 1896, p. 1)

A autora pontua que o papel das mulheres na Ilustração é ser um grão de incenso depositado no sagrado fogo do “carro do progresso”, em que a referência cultural era os Estados Unidos, mentores das demais nações americanas, considerando-os uma referência nesta narrativa. Nesse sentido, reforça-se o “pedir licença” como uma retórica de autonegação, termo proposto pela historiadora brasileira Stella Maris Scatena Franco, que permitiu

com que essas mulheres viajantes ganhassem espaço a partir de suas jornadas de literatas e escritoras, que pensam e articulam mudanças sociais, em meio a um contexto por vezes, ríspido a suas presenças. Por mais que tais personagens femininas tenham tido seus trabalhos reconhecidos à época, foi um exercício comum a retórica da autonegação (FRANCO, 2017), para que pudessem se posicionar em espaços canônicos, ao “pedir licença” e colocarem que em sua “humilde concepção” havia um tanto de produção a ser apresentada. Atualmente, por mais que tenham sido consagradas, tal valorização por vezes faz com que sejam alçadas ao perigoso espaço da excepcionalidade e pioneirismo, tornando a reflexão simplista sem considerar o contexto histórico-social em que estavam envolvidas.

O Outro e o Eu: um olhar para o indigenismo

De acordo com a historiadora francesa Françoise Vergès, a herança colonial pode ser lida como produtora da economia do extrativismo, que afeta a organização dos gêneros, dedicando-se à fabricação de feminilidades e masculinidades em que os indivíduos são compreendidos a partir da lógica de corpos-máquinas. Se outrora as mulheres escravizadas possuíam um alto valor de mercado por sua fertilidade e assim, também exerciam um trabalho reprodutivo por meio de uma série de violência; atualmente, a maternidade continua a ser lida de forma compulsória. Portanto, “aos olhos da supremacia branca, o gênero dos não-brancos é fixo e fluido, sendo o binarismo e a complementariedade de gênero um atributo do mundo branco” (VÈRGES, 2022, p. 140). Nesse sentido, a autora chama a atenção para a perspectiva de que os corpos racializados são corpos históricos, à medida que o patriarcado é racializado. Ao racializar estes corpos, são questionados elementos como o gênero e o sexo, classificando-os de forma hierárquica em que os não-brancos são lidos de forma inferiorizada aos brancos. Tal pressuposto é carregado pela herança histórica

e simbólica do escravismo, marcado pelo conceito de extrativismo, segundo Vèrges (2022).

Extrair, até o esgotamento, a força vital e a energia dos corpos pretos e racializados, extrair do ventre das mulheres pretas as vidas a serem exploradas, extrair todas as riquezas do solo e do subsolo, danificar os corpos, a terra, os rios e os mares, os animais e as plantas, renomear tudo, roubar, pilhar, violar, drenar, obliterar: eis o programa do escravismo, do colonialismo, do imperialismo e do capitalismo racial." (p. 137)

François Vergès discute um esgotamento nos campos da natureza e da cultura, que acabou por nos constituir enquanto seres sociais, à medida que o programa do escravismo e do (neo) colonialismo ainda permanece por meio de um capitalismo racial. Esses corpos racializados ainda considerados disponíveis, são negociados e compreendidos como a serviço de Estados-nação que rejeitam a sua existência. Ao pontuar que os corpos negros masculinos são destituídos de gênero e feminizados, ao serem racializados, Vèrges aponta que o esgotamento também se estabelece sobre as mulheres não racializadas.

Em meio a este esgotamento, Matto de Turner desenvolveu sua jornada enquanto literata. O fato de ser uma mulher branca da pequena burguesia lhe dotou de certos privilégios e inserções, ao mesmo tempo também que buscou ganhar a vida a partir dos seus escritos, à medida que a crise financeira instalou-se em sua vida com a viuvez. Um dos grandes elementos de sua trajetória foi o olhar para os povos indígenas no Peru, uma análise incomum ao observar o trabalho de seus pares. Sendo assim, "Aves sin Nido" (1899) não só marcou o início de sua carreira, mas consagrou-a como uma das pioneiras no movimento indigenista. O romance histórico narra o encontro de dois amantes, um homem branco e uma mulher mestiça, uma metáfora da colonização que foi considerada controversa. O seu tom político ao discutir os abusos perpetrados por parte dos sacerdotes e de uma elite local causou incômodo. Sua proximidade com a temática indígena parte de um lugar de afetividade já que aprendeu a língua *quéchua* na infância ao ser criada em

uma fazenda no interior do Peru, tornando-a posteriormente uma tradutora do castelhano para quéchua.

Posicionando-se de forma crítica, Matto de Turner denunciou a forma com a qual a sociedade peruana tratava os indígenas e as mulheres, e pontuou qual o seu propósito com o romance:

Proemio

Si la historia es el espejo donde las generaciones por venir han de contemplar la imagen de las generaciones que fueron; la novela tiene que ser la fotografía que estereotipe los vicios y las virtudes de un pueblo, con la consiguiente moraleja correctiva para aquéllos y el homenaje de admiración para éstas. Es tal, por esto, la importancia de la novela de costumbres, que en sus hojas contiene muchas veces el secreto de la reforma de algunos tipos cuando no su extinción.

En los países en que, como el nuestro, la LITERATURA se halla en su cuna, tiene la novela que ejercer mayor influjo en la morigeración de las costumbres; y, por lo tanto, cuando se presenta una obra con tendencias levantadas a regiones superiores a aquéllas en que nace y vive la novela cuya trama es puramente amorosa o recreativa; bien puede implorar la atención de su público para que extendiéndole la mano la entregue al pueblo. (MATTO DE TURNER, 1889, p. 94)

Com a proposta ousada de maximizar as contradições sociais, a escritora peruana se vale da prática corrente, que é o “cuadro de costumbres” no intuito de apontar as desigualdades sociais que observa, vivendo em Tinta, uma cidade do interior do Peru. Contemporânea à Matto de Turner, temos a trajetória da romancista e periodista Mercedes Cabello de Carbonera.

O “cuadro dos costumbres” expõe as relações estabelecidas entre as romancistas e a sociedade que, nos países latinoamericanos no século XIX, colocando, como um ponto fundamental, o fato de definir, segundo os valores da época de cada autora, as normas de ética e moral imperantes na sociedade peruana descrita nos diversos romances. O costumbrismo não trata-se de um movimento peruano, mas partilha as influências no mundo hispano-americano, como pontua a historiadora Edméia Ribeiro. A historiadora Edméia Aparecida Ribeiro analisou como a construção imagética da Espanha consta também na coleção “Las mujeres españolas, portuguesas y americanas”, produzida nos anos 1870, com edição de Don Miguel Guijarro.

Publicada em quatro volumes, sua narrativa trata-se da Espanha do ponto de vista cultural, fortalecendo o discurso nacional.

De acordo com Ribeiro, na coleção “Las mujeres españolas”

Percebem-se destacadas, nos artigos que referenciam a Espanha, mulheres representadas pelos atributos físicos – beleza, formosura, graça –, morais – maternidade, educação, altruísmo – e vinculadas ao progresso, honra da família e da pátria. Nas gravuras espanholas, foram litografadas imagens de mulheres comuns, revelando ambientes, lugares, funções, atividades e a singularidade dos trajes femininos. (RIBEIRO, 2009, p. 83)

Deslocando o nosso espaço de análise para refletir sobre as colocações de Clorinda Matto de Turner sobre a sociedade peruana, entendemos o uso da primeira pessoa neste prefácio é interessante a ponto de pensarmos o quanto a escritora peruana assume voz própria, marcada pela denúncia:

(...) y aun cuando no fuese otra cosa que la simple conmiseración, la autora de estas páginas habrá conseguido su propósito, recordando que en el país existen hermanos que sufren, explotados en la noche de la ignorancia; martirizados en esas tinieblas que piden luz; señalando puntos de no escasa importancia para los progresos nacionales y haciendo, a la vez, literatura peruana. (MATTO DE TURNER, 1889, p. 94)

Ao referir-se à ausência de luz causada pela “noche de la ignorancia”, em que os irmãos peruanos são explorados, a escritora defende a literatura peruana com o objetivo de alcançar o progresso nacional, ao trazer à tona essas desigualdades. Por outro lado, salientamos que sua articulação não se restringe ao passado colonial. A sua denúncia refere-se também à sociedade peruana de fins do século XIX.

¿Quién sabe si después de doblar la última página de este libro se conocerá la importancia de observar atentamente el personal de las autoridades, así eclesiásticas como civiles, que vayan a regir los destinos de los que viven en las apartadas poblaciones del interior del Perú?

¿Quién sabe si se reconocerá la necesidad del matrimonio de los curas como una exigencia social?

(...) Amo con amor de ternura a la raza indígena, por lo mismo que he observado de cerca sus costumbres, encantadoras por su sencillez, y la abyección a que someten esa raza aquellos mandones de villorrio, que si varían de nombre no degeneran siquiera del epíteto de Tiranos. No otra cosa son, en lo general los curas, gobernadores, caciques y alcaldes. (MATTO DE TURNER, 1889, p. 93-94.)

Ao questionar o poder exercido por autoridades e clérigos, pontuando os povos indígenas, aqueles em situação de vulnerabilidade diante das decisões destas outras camadas sociais, sua escrita transparece uma visão ainda idílica e romantizada desses povos, em uma relação paradoxal diante da construção de identidade diante a qual tece críticas. Essa construção se dá de modo socializado e processual. Neste sentido, por mais que a escritora peruana traga uma narrativa de denúncia, sua experiência social compactua com a construção de identidade, que se propõe a combater.

Ao refletirmos sobre estas diferenciações, de acordo com o antropólogo congolês Kabengele Munanga (2008), "trata-se, de fato, de categorias cognitivas largamente herdadas da história da colonização, apesar da nossa percepção da diferença situar-se no campo do invisível" (p. 42). Isto posto, a discussão deve centrar-se no conteúdo ideológico e não nos aspectos biológicos abordados. Este campo do invisível, alimentado pelas diferenciações racistas propostas a partir da colonização, condicionou a forma de percepção das diferenças como um problema, uma fragilidade social a ser investigada.

Esse reconhecimento hierárquico dos chamados marcadores da diferença, à medida que há essa percepção, vale-se de conceitos biológicos arraigados e problematizados, porém que carregam consigo a colonialidade do saber, um tipo de racionalidade técnico-científica, pautada pelo colonialismo. Isto posto, a antropóloga dominicana Ochy Curiel pontua:

Com o fim do colonialismo como constituição geopolítica e geo-histórica da modernidade ocidental europeia, a divisão internacional do trabalho entre centros e periferias, assim como a hierarquização étnico-racial das populações e a formação dos estados-nação na periferia, não se transformou significativamente. (2020, p. 177-78).

Destarte, a herança colonial se manifesta diferentemente, por meio da forma de enxergar estes corpos racializados e a consolidação da economia do extrativismo, de acordo com Françoise Vergès. Diante deste contexto, Matto de Turner desenvolveu sua trajetória de literata, discutindo o papel de

grupos marginalizados da sociedade, a exemplo dos indígenas e das mulheres, conquistando um espaço incomum apropriado ao exercício da função de escritora e sustentando-se financeiramente a partir de seus próprios ganhos.

Considerações Finais

A trajetória da literata peruana marcada por sua inserção em distintas redes de sociabilidade, em Buenos Aires e em Lima, tendo vivido os percalços da viuvez e do exílio político, interessa-nos pela sua capacidade de articulação social ao constituir redes de sociabilidade intelectual feminina, prescindindo de uma figura masculina que a chancela. Por mais que personagens femininas, a exemplo de Matto de Turner tenham tido seus trabalhos reconhecidos à época, foi um exercício extremamente comum a retórica da autonegação. Não lemos sua trajetória por uma perspectiva de pioneirismo ou excepcionalidade, pois compreendemos que trata-se de uma visão reducionista de sua capacidade de negociação e também uma espécie de des-historização ao não considerar o conceito histórico-social em que estavam inseridas.

Ao se referir às dificuldades do desenvolvimento de seus trabalhos em um meio intelectual, que a excluía por serem do “*bello sexo*”, e restringia a sua capacidade de profissionalização, nota-se em seus escritos, o entendimento da inserção social das mulheres de letras com o intuito de ser um instrumento de modernização, rumo ao progresso entendido dentro de uma chave civilizatória. Apesar de considerar a civilização um caminho a ser seguido, a escritora peruana incluía neste processo de desenvolvimento, personagens considerados a antítese do progresso, indígenas e mulheres, como detentores de agência e capazes de produzir conhecimento.

Bibliografia

ÁLVAREZ CALDERÓN, Francesca Denegri. *Semblanza de la Imprenta La Equitativa (1892-1895)*. En: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes - Portal Editores y Editoriales Iberoamericanos (siglos XIX-XXI) - EDI-RED: <http://www.cervantesvirtual.com/obra/imprenta-laequitativa-1892-1895-semblanza-888909/> . 2018.

ANZALDÚA, Gloria. *Falando Em Línguas: Uma Carta para as Mulheres Escritoras do Terceiro Mundo*. In: *Revista Estudos Feministas*, 8, nº. 1, 2000.

BATTICUORE, Graciela. *La vida en las cartas: Ricardo Palma entre escritoras*. *Revista Landa*, v. 6, n. 2, 2018.

CURIEL, Ochy. *Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial*. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2020.

FAUSTO-STERLING, Anne. *Dualismos em duelo*. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 17/18, pp. 09-79, 2002.

FRANCO, Stella Maris Scatena. *Viagem e gênero: tendências e contrapontos nos relatos de viagem de autoria feminina*. *Cadernos Pagu*. 2017, n.50.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2020.

GINZBURG, Carlo. *Sinais: raízes de um paradigma indiciário. Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

MATTO DE TURNER, Clorinda. *La Mujer Moderna. Búcaro Americano. el periódico de las familias*, 15 de setembro de 1906.

_____. *Las obreras del pensamiento en la América del Sur. Búcaro Americano. el periódico de las familias*, fevereiro 1.1 (1896): 5-14.

_____. *Viaje de Recreo: España, Francia, Inglaterra, Suiza y Alemania*. Valencia: F. Sempere y Compañía, 1909.

_____. *Aves sem Ninho (1899)*. Tradução, notas e estudo crítico. Tradução Roseli Barros Cunha. Curitiba: Editora CRV, 2020.

MORAGA, Cherrie. *It's the Poverty*. In: *Loving in the War Years: Lo que nunca pasó por tus labios*. Boston: South End Press, 1983.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. 3.ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2008.

POSSAS, Lídia M. V. Mulheres e Viuvez: recuperando fragmentos, reconstruindo papéis. *Fazendo Gênero 8: Corpo, Violência e Poder*. Florianópolis, 2008. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST7/Lidia_M_V_Possas_07.pdf. Acesso em 20 de janeiro de 2020.

RIBEIRO, Edméia Aparecida. Las mujeres españolas, portuguesas y americanas en su historicidad. *Patrimônio e Memória (UNESP)*, v. 5, p. 89-106, 2009. p. 83.

RUBIN, Gayle: O Tráfico de Mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo. In: *Políticas do Sexo*. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.16, n.2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

STOLCKE, Verena: Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade? *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 20, 1991.

VERGÈS, Françoise. Extrair/Danificar/Reparar. *Revista de Antropologia da UFSCar*, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 137–154, 2022. DOI: 10.52426/rai.v13i2.391. Disponível em: <https://www.rau2.ufscar.br/index.php/rau/article/view/39>.

UMA BREVE HISTÓRIA DA BELEZA NO BRASIL: A BELEZA DIVULGADA

Lara Lemes Luz¹

Resumo: Este artigo tem o objetivo de apresentar a influência que a mídia (revistas e o *Instagram*) estimulada pelo sistema capitalista tem na formação de padrões de beleza e objetificação do corpo feminino. Perceber como as propagandas publicitárias podem afetar a vida de muitas mulheres. Para a realização deste estudo fez-se uso de pesquisa em fontes bibliográficas, como Denise Bernuzzi de Sant'Anna (2014), Naomi Wolf (2021), Olívia Baldissera (2022), Paula Lopes e Larissa Neto Trajano (2021), entre outros. Além de uma pesquisa exploratória através de imagens de revistas e do *Instagram*, no Brasil entre os séculos XX e XXI. Atentou-se aos possíveis sentimentos e consequências que tais padrões podem ocasionar na vida de personalidades femininas. Tal pesquisa pode colaborar para problematizar os padrões de beleza.

Palavras-Chave: Mulheres; Estereótipo; Capitalismo.

A BRIEF HISTORY OF BEAUTY IN BRAZIL: THE BEAUTY DISCLOSED

Abstract: This article aims to present the influence that the media (magazines and Instagram) stimulated by the capitalist system has in the formation of standards of beauty and objectification of the female body. Realize how advertising advertisements can affect the lives of many women. To carry out this study, research was used in bibliographic sources, such as Denise Bernuzzi de Sant'Anna (2014), Naomi Wolf (2021), Olívia Baldissera (2022), Paula Lopes and Larissa Neto Trajano (2021), among others. In addition to an exploratory research through images of magazines and Instagram, in Brazil between the twentieth and twenty-first centuries. Attention was paid to the possible feelings and consequences that such patterns can cause in the lives of female personalities. Such research can collaborate to problematize beauty patterns.

Keywords: Women; Stereotype; Capitalism.

¹ Graduada em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Contato: laralemesluz@gmail.com.

A pesquisa que embasou este texto pensou a idealização do corpo feminino e estereótipos reproduzidos em revistas e no *Instagram*, estimulado pelo sistema capitalista na objetificação do corpo da mulher.

Essa pesquisa tem a preocupação em tais assuntos, pois muitas personalidades femininas podem desenvolver transtornos psicológicos e alimentares por não enxergarem os seus corpos de acordo com o que é padronizado esteticamente. Sendo assim, defender a ideia da desconstrução do estereótipo recaído sobre o público feminino, é lutar para que cada mulher consiga se enxergar como única, valorizando e admirando a beleza individual com todas as suas singularidades.

Para a realização deste trabalho fez-se uso de pesquisa bibliográfica em materiais já publicados acerca do tema, como Denise Bernuzzi de Sant'Anna (2014), Naomi Wolf (2021), Olívia Baldissera (2022), Paula Alvim Lopes e Larissa Alexsandra da Silva Neto Trajano (2021), entre outros, para que fossem estudados as personalidades femininas e o peso que revistas e o *Instagram* possuem nos padrões estéticos, no Brasil entre os séculos XX e XXI. A partir das leituras e cruzamento de informações, observou-se sentimentos e possíveis consequências que tais modelos podem acarretar na vida de mulheres, jovens e adolescentes e a quais recursos muitas podem recorrer para tentar atingir o padrão propagado nas mídias, que podem ocasionar na divulgação mais rápida de métodos como cirurgias e dietas absurdas, que passaram a ser disseminadas mais facilmente após os avanços da *internet*, impulsionados pelo sistema capitalista, que divulgam padrões físicos e estilos de vida diferentes dos da maioria da população brasileira. A pesquisa pode colaborar para que tais padrões estéticos maldosos e cruéis sejam problematizados e as diversas belezas possam ganhar cada vez mais espaço na vida das pessoas.

Afrodite e a construção de estereótipos

Segundo Sant'anna (2014), a busca pela beleza conta com uma trajetória rica em invenções, e seria errôneo supor que as preocupações com o embelezamento não eram relevantes, tanto para homens quanto para mulheres no passado. Segundo a autora, no início da era republicana, as paixões da moda desencadearam tormentos entre os brasileiros abastados, pois nem sempre era simples adaptar a moda da Europa ao clima tropical do Brasil. Ainda hoje, a moda europeia continua influenciando a maneira como brasileiros se vestem. Entretanto, com o passar do tempo, essas tendências *fashion* passaram a ser melhor adaptadas aos diferentes climas presentes no mundo.

A busca pela beleza está presente na história desde a Antiguidade. A figura da deusa da mitologia grega, Afrodite, desde os tempos antigos é vista como símbolo de beleza e sedução, representando o padrão de beleza ocidental estabelecido na sociedade da Grécia antiga a partir de sua mitologia (ROBLES, 2019). Aqui, padrão de beleza pode ser definido como um conjunto de normas estéticas que compõem o corpo de um sujeito, levando em consideração processos culturais em determinado espaço e tempo histórico (BALDISSERA, 2022). As estéticas derivadas de Afrodite consistem em características como a magreza, cabelos lisos, e pele clara nas mulheres. A imagem da deusa mitológica não se prendeu apenas à sociedade helênica, no decorrer dos séculos que se seguiram, a representação de Afrodite se adaptou às mudanças sociais, como na Renascença Italiana (1400 a 1700), onde a mulher ideal possuía seios e quadris grandes, pele branca e cabelos loiros. Na era Vitoriana (1837 a 1901), o arquétipo² feminino consistia na cintura fina, com o uso dos *corsets* apertados (POLIZZE, 2019), usados para moldar suas silhuetas, podendo alterar a estrutura dos seus corpos, como a musculatura

² O termo citado no corpo do texto, não faz referência aos 12 arquétipos de Jung, corrente da área da Psicologia. Ver mais em: <https://amenteemaravilhosa.com.br/12-arquetipos-da-personalidade-de-jung/>.

abdominal, costelas e a região dos flancos, realocando os órgãos internos (ESTEVÃO, 2019). Um retrato que mostra o quanto a busca pela beleza pode ser cruel. Ao adentrar o nosso processo histórico de colonização, o ideal de beleza foi moldado a partir da mulher branca e esbelta, desvalorizando qualquer outra estética que não se encaixasse em um padrão diferente do que é idealizado pela sociedade (OLIVEIRA, 2018).

A ilustração da capa do livro de Pierre Louys, apresentada na figura 1, retrata o padrão de beleza definido a partir das características atribuídas a deusa Afrodite, que reflete diretamente na forma como a sociedade brasileira, de modo geral, idealiza as mulheres: magras, brancas e sensuais.

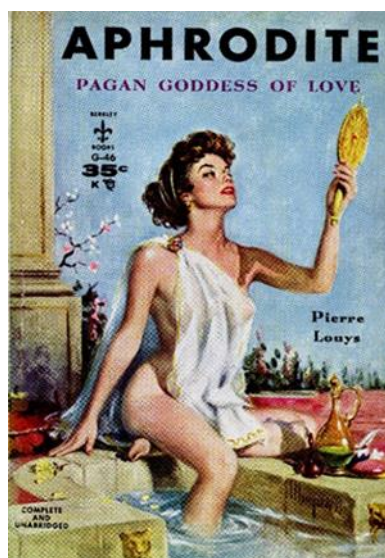


Figura 01: Ilustração da capa do livro Afrodite de Pierre Louys (1957).

Fonte: Flickr, 2011 (<https://www.flickr.com/photos/vintageillu/5374888405>. Acesso: 19 de mai. 2022).

Tal padrão pode ser encontrado, anos depois, na figura 2, capa da revista *Playboy*, estampada pela atriz brasileira Betty Faria no final da década de 1980, que personificou esse ideal mítico europeu através da foto, divulgado por meio da revista.



Figura 02: Playboy Brasil, segunda edição da revista no país (1989)

Fonte: Purepeople (https://www.purepeople.com.br/midia/betty-faria-estampou-a-segunda-edicao_m1163085. Acesso: 20 de mai. 2022).

Do século XX ao XXI ocorreram mudanças sociais, que influenciaram a cultura ocidental. Após a Primeira Guerra Mundial, as mulheres passaram a ocupar cada vez mais espaços públicos, moldando o cenário social (ABREU, 2011). E os padrões de beleza se adequaram aos contextos de cada época. Na década de 1920, o arquétipo ideal era aquele sem curvas, com seios e cabelos pequenos (BALDISSERA, 2022). Na era do Ouro de Hollywood (1930-1950), artistas estadunidenses como Marilyn Monroe tornaram-se exemplo de beleza, com corpo curvilíneo e cintura fina. A partir de 1960 as supermodelos que representaram o padrão de beleza do Ocidente com a estrutura física mais alta, magra e jovial. No final do século XX, o “belo” foi marcada por corpos que iam dos atléticos e torneados aos extremamente magros e quase andrógenos (POLIZZE, 2019). Atualmente, o estereótipo regente segue a idealização do corpo magro, seios e quadris grandes, pouca gordura corporal, lábios mais grossos, e pele bronzeada³ (BALDISSERA, 2022).

Sant’Anna apontou que já nos anos de 1900, no Brasil, havia preocupações com o volume corporal, cuidados com a pele, mesmo que os

³ Vídeo produzido para apresentar os diferentes padrões estéticos que ocorreram no mundo no decorrer do tempo. Ver em: <<https://youtu.be/Xrp0zJzu0a4>>. Acesso: 09 de mar. 2024.

tratamentos para a beleza ainda estivessem ligados à ideia de que a mulher deveria ter uma silhueta aprumada e pouco flexível (SANT'ANNA, 2014). Cuidados com a estética é algo que sempre permeou as sociedades, de modo que o ideal de beleza se tornou capaz de moldar sonhos e se adequar às transformações sociais a partir das mídias, que divulgam e vendem o modelo "perfeito" da beleza e do corpo feminino.

Para que a idealização da beleza feminina pudesse ser consumada, foram criados artifícios para guiar as mulheres ao caminho do ideal estético, com cremes, shampoos, sabonetes, entre outros produtos que prometeram e ainda prometem milagres ao serem usados. Acerca da comercialização da beleza no Brasil, Sant'Anna (2014) apontou que,

(...) antes da proclamação da República, a beleza já era vendida em forma de pós, perfumes, além de roupas e joias. Os alfaiates existiam desde o século XVI e também serviam como cabeleireiros. As costureiras formavam um ofício feminino importante, [...] mais tarde, quando apareceram as revistas ilustradas, alguns desses estabelecimentos comerciais foram anunciados pela propaganda impressa, assim como a venda de loções perfumadas para a pele, sabonetes e tinturas. (p. 16).

A propagação das revistas e a difusão de imagens e fotografias realçou a importância da aparência e os cuidados estéticos, visto que foi imposto de maneira subentendida que, a real beleza é a que era divulgada nas revistas e mídias sociais. Portanto, ela – a beleza divulgada - deve ser seguida religiosamente, caso contrário, aquelas pessoas que não se encaixem no padrão estabelecido passam a ser consideradas feias ou inadequadas pela sociedade e propaganda promovidas através da cultura de massa⁴ (WOLF, 2021). As vias midiáticas possibilitam grande interatividade com seu público, visto que esses locais são onde o mercado monta e desmonta a ideia do belo divulgada em determinado momento (LOPES; BITENCOURT; FREITAS; PAGUNG, 2022), influenciando clientes a adotarem padrões estabelecidos. Atualmente,

⁴ Cultura de massa é um termo designado a uma cultura que não é pura e legítima, mas sim, uma cultura que está ligada ao consumo. In.: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/pmrhqMmXSyc3jBW4mxVBMVq/?lang=pt>.

pode ser observado que o conceito de beleza está associado à saúde e ao bem-estar pessoal (FERREIRA; SOUSA; TASSARA; PIRES; WASTOWSKI, 2021), podendo ser visto *digitais influencers*⁵ divulgando a importância dos cuidados que cada pessoa deve ter com seus corpos, afirmando que a prática de esportes ou atividade física é fundamental não apenas para ter uma boa saúde, mas também para chegar ao resultado final: o padrão corporal definido pelo mercado. O peso dessa divulgação recai especialmente sobre as mulheres, que são impulsionadas por propagandas a procurar a qualquer preço – muitas vezes ignorando o valor que essa busca pode custar – o corpo “ideal”, momentaneamente, pelas redes midiáticas, que são formulados a partir do olhar masculino e machista, direcionado à mulher, que, em muitos casos, tende a carregar o fardo de ter de se encaixar nesse padrão, tornando sua vida mais difícil e espinhosa.

A partir da construção do ideal estético, a beleza recebeu o poder de provocar paixões, ou ser encarada como uma ferramenta usada a favor daquelas pessoas que nasceram agraciadas por ela, como uma fonte de enriquecimento material, ou de esfacelamento das pessoas que não se encaixam dentro desse padrão estético (WOLF, 2021), que também é definido a partir de questões étnicas, pois os veículos midiáticos e agentes sociais participam do processo para selecionar discursos, produtos, imagens e corpos – comumente brancos e magros – construindo significados positivados sobre os mesmos, deixando outros, como o negro e o indígena, sem representatividades significativas nestes espaços (CARNEIRO; FERREIRA, 2014).

Os padrões estéticos possuem pesos e medidas diferentes para aquelas mulheres que não se encaixam no modelo predominante, e foram invisibilizadas no decorrer da história (CARNEIRO; FERREIRA, 2014). Portanto, o

5 Digitais Influencer é o termo destinado àquelas pessoas que trabalham com mídias sociais. A principal característica do digital influencers é a sua capacidade de influenciar as pessoas através da sua produção de conteúdo nas redes sociais. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/tecnologia/seguranca-digital/o-que-um-influencer-digital-faz,d7861dc9df6d64dbe158613159000362gbmffrak.html>.

capitalismo impulsionou a ampliação da venda de produtos estéticos, apropriou-se de pautas surgidas devido a globalização (FERREIRA; SOUSA; TASSARA; PIRES; WASTOWSKI, 2021), e de lutas femininas, como a negritude, para aumentar vendas e obter maiores lucros. Assim, o mercado passou a produzir produtos para a valorização das diferentes belezas brasileiras, como a negra e a indígena, que devido ao processo de colonização e escravização, favoreceram para o firmamento do racismo estrutural ⁶ no país. Ou seja, as ocupações dessas mulheres em novos espaços sociais chamaram a atenção do capitalismo que se apropriou de bandeiras para atrair um público cada vez maior na venda de mercadorias cosméticas.

O Ocidente reafirma um padrão específico de beleza, porém, o belo não é fixo ou universal (BALDISSERA, 2022). Especialmente no Brasil, que possui diversidade étnica, uma série de formas corporais, tipos de cabelo e tonalidades de pele. Então, esse jogo não passa de um mecanismo opressor de um sistema econômico em que mulheres, muitas vezes, se veem obrigadas a se adequar para se sentirem aceitas. Por conseguinte, pode-se questionar que, o padrão de beleza está inserido em um sistema, comandado quase sempre por homens, visando o lucro que o belo pode gerar ao promover produtos e procedimentos estéticos, caracterizando-se como machista e capitalista (WOLF, 2021) ofertando recursos para garantir essa beleza a todo custo.

Recursos para a beleza

Os recursos para a beleza são caracterizados como um conjunto de produtos que ajudam homens e mulheres a estarem mais próximos do padrão estético (SANT'ANNA, 2014). Esses produtos podem ser compostos desde

⁶ O racismo que se faz presente na constituição e consolidação de uma sociedade, gerando complexos sociais, privilegiando determinadas etnias em detrimento de outras. Ver mais em: Instagram: @uma_intelectual_diferentona. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CtL3jVsgc7k/>>. Acesso em: 24 de jun. 2023.

vestimentas e itens para a higiene pessoal a cirurgias estéticas, que têm a finalidade de “corrigir” o corpo de alguém, para deixá-lo em “bom estado”.

No ano de 2020, a cantora brasileira Kelly Key publicou um vídeo em seu perfil do *Instagram*⁷, divulgando um batom, que segundo ela, ajudava no emagrecimento e na diminuição do apetite (Splash, 2022). Em julho de 2022, o site UOL divulgou uma reportagem onde a cantora voltou atrás, e se posicionou, dizendo ter cometido um “erro” ao promover o produto. A cantora explicou que a empresa a contratou para que ela testasse o produto e fizesse um vídeo, que viralizou na internet. A divulgação do batom deixa claro como a força e farsa da indústria voltada para a beleza estética está presente na vida da mulher, apelando para propagandas enganosas, com o objetivo de divulgar um estereótipo de beleza específico dentro da comunidade feminina, sem pensar no impacto que esses produtos e suas falsas promessas podem causar na vida das consumidoras. Nessa perspectiva,

[...] A “beleza” é um sistema monetário semelhante ao padrão-ouro. Como qualquer sistema, ele é determinado pela política e, na era moderna no mundo ocidental, consiste no último e melhor conjunto de crenças a manter intacto o domínio masculino. Ao atribuir valor às mulheres numa hierarquia vertical, de acordo com um padrão físico imposto culturalmente, ele expressa relações de poder segundo as quais os homens se apropriam. (WOLF, 2021, p. 29).

Assim, evidencia-se as influências e artimanhas usadas pelas indústrias, para atrair e convencer o público consumidor a aderir produtos de beleza, que prometem verdadeiros milagres, que beiram o universo do absurdo, utilizando a imagem de pessoas famosas para vender gêneros, que ajudam na manutenção do capitalismo machista, que querem dominar e se apropriar dos corpos femininos.

As cirurgias plásticas são um exemplo nítido desse domínio, que tira a autoestima feminina, levando muitas mulheres a buscar pela “correção de

⁷Ver mais em:

(https://www.instagram.com/p/CgsRLoyLuRx/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRIODBiNWFIZA==. Acesso 06 de jun. 2023).

imperfeições" físicas, impulsionando a população feminina a tentar se encaixar no padrão de beleza estipulado socialmente, a partir da afirmação de que tais procedimentos levam as pessoas que os realizam a uma "elevação imediata da autoestima", visto que a ideia de ser bela remete à sensação de estar no paraíso (WOLF, 2021).

Contudo, a busca excessiva pela padronização estética pode provocar danos. Um deles é chamado de Transtorno Dismórfico Corporal (TDC), que consiste na preocupação exagerada com algum "defeito" ilusório na aparência física (TORRES; FERRÃO; MIGUEL, 2005). Os indivíduos que sofrem com o TDC têm dificuldades em sair de casa, pelo medo de serem julgados. Consequentemente, essas pessoas tendem a se isolar, e há quem recorra a procedimentos estéticos e intervenções cirúrgicas para tentar reparar imperfeições, que podem ocasionar em outros tipos de angustias, como a obsessão com a correção de seus corpos através de tais procedimentos (BALDISSERA, 2022).

Durante o período de quarentena, o número de influenciadoras digitais que realizaram procedimentos estéticos como harmonização facial e lipo LAD ou HD aumentou no país (COLAB/PUC MINAS, 2021). Segundo a revista Caras⁸, em 2018, o Brasil se tornou o país que mais realizou cirurgias plásticas no mundo, apresentando um número superior à 1 milhão e 498 mil, além dos procedimentos não cirúrgicos (como BOTOX, *Peeling* químicos etc.). Recursos estes, que muitas pessoas acabam se submetendo, passíveis a arrependimentos. Essa elevação no número de cirurgias plásticas está associada ao aumento de cirurgias no mercado e a pressão estética, que ecoa ferozmente por meio das redes sociais (COLAB/PUC MINAS 2021).

⁸ Uma revista argentina da década de 1990, que surgiu em um contexto social neoliberal, com o objetivo de falar sobre a sociedade da época, enfatizando acontecimentos acerca da vida de ricos e famosos. A revista chegou ao Brasil no ano de 1993, tendo como principal público alvo mulheres da classe alta. Ver mais em: https://www.google.com/search?q=neoliberalismo+quando+surgiu&rlz=1C1GCEA_enBR990BR990&oq=neo+liberalismo+quand&aqs=chrome.1.69i57j0i13i512l2j0i8i13i30l3j0i8i10i13i30i625j0i8i13i15i30.5468j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8. Acesso em: 17 de jun. 2023.

Muitas mulheres, ao optarem pelos procedimentos estéticos, não levam em conta os riscos que eles podem oferecer à sua saúde, como a embolia pulmonar, que é a coagulação do sangue na parte interna dos vasos das pernas e dos pulmões, ou mesmo infecção por bactérias da própria pele (IFES, 2021). Considera-se, ainda, o risco da perfuração de órgãos internos, que pode acontecer durante procedimentos de lipoaspiração e mamoplastias, podendo gerar infecção e necrose, ou seja, a morte da pele, segundo o cirurgião plástico Joel Abdala (CARAS, 2021).

Nessa perspectiva, evidencia-se que os estereótipos da beleza, tornaram-se algo mais impactante a partir do avanço das mídias, em especial, da *internet*, que é impulsionada pelo capitalismo, e favorece para disseminação de padrões, evidenciando a ideia de beleza física (LOPES; BITENCOURT; FREITAS; PAGUNG, 2021). Nesse sentido, o capitalismo explora a ideia do “belo”, promovendo cada vez mais produtos que prometem aos consumidores a realização de seus sonhos de alcançarem o corpo tido como perfeito pela sociedade influenciada pela mídia fomentadas pelo sistema.

Fantasia do corpo idealizado

No decorrer da história, a ideia do belo passou a ocupar um importante espaço na sociedade, de modo que buscar estar dentro do padrão estipulado está se tornando algo natural, cultural. A escritora estadunidense Naomi Wolf (2021) argumentou que, desde que a sociedade masculina passou a usar a ideia da “beleza” das mulheres como um instrumento do capitalismo, as noções acerca do “belo” passaram por um processo de evolução desde a Revolução Industrial, e com isso, a idealização da beleza anda sempre lado a lado com as ideias relacionadas ao dinheiro, de modo que “o mito da beleza” limita a liberdade humana, em especial a das mulheres, pois em uma sociedade patriarcal ocidental, onde o sistema se apoia na desigualdade e exploração das pessoas em maior vulnerabilidade,

uma mulher só pode de fato alcançar o sucesso e a felicidade ao se adequar aos padrões de beleza, mesmo que muitas se submetam a procedimentos estéticos e estilos de vida destrutivos (WOLF, 2021). Nesse cenário, o capitalismo começou a utilizar o empoderamento feminino - isto é, a prática e a consciência feminina coletiva, que procura por meio de ações se fortalecer buscando a equidade de gênero (SARDENBERG, 2009) - como um mecanismo e estratégia de *marketing* para vender mais produtos que asseguram propiciar o empoderamento do grupo feminino, quando na verdade, tudo é um jogo, onde grandes empresas estão buscando ganhar novas formas de lucrar. Fato que favorece para que propagandas utilizem a imagem da mulher - em especial a mulher branca - como um objeto de manutenção do sistema machista e capitalista para atingir um público cada vez maior (BERTH, 2019).

Portanto, quando um grupo de empresas detentoras de poder midiático, de e imprensa obtêm grande influência, imagens utópicas a respeito do corpo feminino começam a ser formadas através de estereótipos, que são facilmente espalhados horizontalmente no tempo presente. A partir disso, ao invés de a mídia - de modo geral - transmitir propagandas preconceituosas e de desigualdade, nas publicidades são apresentados discursos que empenham-se em divulgar a ideia de empoderamento e igualdade, como um fator que se submete essencialmente a cada sujeito de modo que a mudança estrutural da sociedade contemporânea seja propositalmente deixada de lado, e que suas carências e problemas sejam temporariamente esquecidos (WOLF, 2021). Entretanto, a ideia de contemporaneidade é a ligação peculiar com o próprio tempo, que adota a este e, simultaneamente, se distancia dele, de modo que uma pessoa contemporânea pode ser entendida como aquela que conserva o seu olhar fixo no seu tempo, para que a partir dele (o tempo), não seja percebido apenas suas belezas e o que ele possa ter de melhor, mas sim, as suas

fraquezas e debilidades (AGAMBEN, 2009), que precisam ser visualizadas e discutidas para então, serem modificadas.

De acordo com uma pesquisa realizada pelo *Opinion Box*, em 2022, 71% das entrevistadas concordaram que propagandas podem contribuir na reprodução de padrões irreais de beleza. E na sociedade atual há uma forte valorização de arquétipos magros, que muitas vezes estipulam padrões difíceis de serem alcançados pela maioria das pessoas, reafirmando por meio de imagens/publicidades, que a figura feminina deve ser perfeita, sem demonstrar o quanto isso é cruel e maçante, pois o meio social espera e impõem que a mulher seja uma beleza natural (BROWN, 2013).

Em um mundo onde há a padronização e a comercialização da beleza feminina, analisar o belo despertou grande interesse no corpo feminino, ao ponto de muitas vezes, ser deixado de lado, propositalmente, o fato de que o corpo da mulher pertence a ela mesma. Assim, busca-se tornar a silhueta da mulher um produto no mercado do mundo capitalista, comandado majoritariamente por homens (WOLF, 2021). Nesse panorama, seu corpo é visto como objeto para instigar a venda de produtos, e, conforme estudos de Sant'Anna (2014), por vezes, quando as mulheres buscavam ter autonomia sobre o processo de embelezamento de seus corpos, as mesmas eram vistas como pecadoras, na qual a tentativa de controle das mulheres acerca da beleza tornou-se pecaminoso, dado que, a autonomia e independência feminina sobre si provocava assombro no meio masculino. Por conseguinte:

[...] A livre possibilidade de embelezá-lo (o corpo feminino), segundo os desejos pessoais, provocava reprovações contundentes. Para manter o corpo feminino sob o controle masculino (em particular, de pais, maridos, médicos, e não de comerciantes, curandeiros ou senhores considerados "malandros e fanfarrões"), costumava-se associar uma parte do embelezamento diretamente ao pecado (SANT'ANNA, 2014, p. 51).

Também é importante registrar que, conforme Sant'Anna (2014) aponta, na década de 1920, havia no Brasil eugenistas⁹, que se mostravam entusiasmados em embelezar os corpos, eliminando traços de doença e fraqueza, de modo que a relação entre a saúde dos órgãos e beleza se transformou em anúncios impressos (SANT'ANNA, 2014).

Atualmente, para saber qual é o padrão de beleza estipulado socialmente, basta abrir o *Instagram*, uma rede social, lançada em 2010, por Kevin Systrom e por Mike Krieger, onde é viabilizado o compartilhamento de fotos e vídeos, com a interação entre seus usuários através de comentários, troca de mensagens e *likes* em publicações (TOREZANI, 2022). O *Instagram* é a terceira rede social mais usada no Brasil, onde empresas e *digital influencers* mostram os seus corpos magros e estilos de vida *fitness*, que ajudam a manter seus corpos de acordo com o que está na moda (MONTARDO, 2019). A vida "saúdável" promovido por meio da rede social, foi tornando-se cada vez mais popular, delineando a ideia de um padrão de beleza, que poderia ser alcançado por qualquer pessoa. Tais propagações sobre as transformações corporais fazem do corpo humano uma espécie de objeto disponível para a apreciação de outros, mais do que um de estilo de vida ou identidade.

A tendência à magreza hipervalorizada voltou com muita força no mundo da moda, em 2022 (G1, 2022). Sob essa visão, a ideia de que a moda reforça um padrão específico de beleza inalcançável sempre esteve em vigor na sociedade, onde corpos sem muitas curvas foram e ainda são um padrão estabelecido no mundo *fashion*, exemplo disso, são as supermodelos mais valorizadas e bem pagas ao redor do globo, que favorecem para que o culto à magreza se engaje aos discursos atuais de disciplinamento e controle dos

⁹ Muitos povos na história da humanidade (gregos, celtas etc.) eliminavam pessoas com deficiência ou muito doentes. O termo Eugenia foi criado por Francis Galton (1822-1911) que o definiu como o estudo dos agentes sob o controle social que podem melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações, seja física ou mentalmente. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/bioetica/eugenia.htm>.

corpos femininos, como uma forma de reafirmar as relações de poder (ZORNAN; CHAGAS, 2011).

A disseminação dos padrões corporais - tanto femininos quanto masculinos - ocasionam na busca constante pelos arquétipos "ideais", onde a figura feminina ideal é magra, com cintura fina, e os homens são aqueles que apresentam abdomens definidos e braços fortes (BALDISSERA, 2022).

Atualmente, 57% da população brasileira está acima do peso (G1, 2022), isto é, mais da metade das pessoas que vivem no Brasil não possuem o corpo idealizado pela mídia movida por interesses capitalistas, que geram sérias consequências como a difusão de preconceitos como a gordofobia¹⁰ (BALDISSERA, 2022). Muitas pessoas que sofrem com esse tipo de hostilidade, ouvem comentários discriminatórios no próprio ambiente familiar, no ambiente de trabalho, entre outros (G1, 2022). A difusão desse e qualquer preconceito, pode gerar consequências como a mudança na maneira em que essas pessoas passam a se enxergar (BALDISSERA, 2022). Infelizmente, na legislação brasileira não há punição para as pessoas que praticam a gordofobia. Todavia, para aquelas pessoas que sofrem ou já sofreram com esse tipo de discriminação, é possível recorrer judicialmente, já que a gordofobia acarreta em danos morais e psicológicos (RODRIGUES, 2018). Portanto, mesmo que mínimas, há medidas que podem ser usadas na luta contra esse tipo de preconceito, e nesse combate, é primordial a informação e conscientização por meio de diálogos, que viabilizem às pessoas ampliarem seus conhecimentos acerca de qualquer tipo de discriminação, por vias educacionais. Por conseguinte, a realização de pesquisas acadêmicas e divulgação das mesmas nos ambientes educacionais podem constituir um

¹⁰ Gordofobia é o termo usado para se referir ao comportamento de pessoas que julgam um indivíduo inferior, desprezível ou repugnante por ser gordo. Disponível em: <https://www.hospitaloswaldocruz.org.br/imprensa/noticias/precisamos-falar-de-gordofobia/>. Acesso em: 30 out. 2022.

instrumento de luta em prol de uma sociedade que valorize a pluralidade e o respeito.

A busca e a fantasia por um corpo idealizado podem levar pessoas a desenvolver crises de ansiedade e baixa autoestima a ponto de gerar distúrbios alimentares provocados pela pressão para estar dentro dos padrões de beleza. De acordo com Wolf (2021):

[...] a gordura na mulher é alvo de paixão pública, e as mulheres sentem culpa com relação à gordura, porque reconhecemos implicitamente que, sob o domínio do mito (da beleza), nosso corpo não pertence a nós, mas à sociedade, que a magreza não é uma questão de estética pessoal e que a fome é uma concessão social exigida pela comunidade. (p. 272).

As consequências mais comuns para a saúde, decorrentes dessa pressão social pelo padrão de beleza inatingível, são transtornos alimentares (LOPES; TRAJANO, 2021) como a anorexia, caracterizada pela visão distorcida sobre o próprio corpo, onde o sujeito tem em obsessão em emagrecer. E a bulimia, que é a compulsão alimentar seguida por métodos para evitar ganho de peso (BALDISSERA, 2022). A luta e o desespero da mulher para alcançar a fantasia do corpo idealizado pode ser encarado por muitos homens como um drama, justamente por não entenderem o quanto a ideia de não se sentir bela, abala profundamente, muitas personalidades femininas. Com toda a pressão psicológica de se encaixar nos padrões de beleza, muitas mulheres se sujeitam a passar fome, ou ainda aderirem a dietas absurdas¹¹, privando-se dos prazeres de uma boa alimentação, que quando são realizadas, fazem com que essas mulheres tenham uma sensação de culpa por não a ter resistido, e o vômito forçado pode ser a única saída que muitas dessas pessoas encontram para se livrar da culpa por ter realizado uma refeição.

¹¹ Como a dieta dos líquidos, onde a pessoa deixa de fazer as refeições para ingerir apenas líquidos. Ou ainda a dieta do vinagre, tal método consiste no ato do indivíduo tomar de duas a três colheres por dia de vinagre antes das refeições. Ver em: <https://exame.com/casual/8-dietas-que-podem-ser-perigosas-para-o-corpo/>. Acesso em 29 de abr. 2023.

Os transtornos alimentares podem ocorrer em qualquer faixa etária e fase da vida de uma pessoa. Sendo desenvolvidos com mais frequência em jovens e adolescentes – do sexo feminino – (LOPES; TRAJANO, 2021), que vivenciam um momento marcado por mudanças físicas e emocionais, na transição entre a infância e a idade adulta (CAMPOS; GOTO, 2017). Uma das consequências do sistema patriarcal é que ele coloca as mulheres em uma situação de insatisfação com seus próprios corpos, a partir da criação de padrões corporais que “devem” ser seguidos, visto que a determinação de arquétipos é impulsionada por homens, e giram em torno das instituições masculinas (WOLF, 2021). A adolescência é marcada por muitas alterações físicas, e é a partir do corpo que jovens representam suas experiências de vida, além de que a fase da adolescência ser marcada pelo pertencimento a algo, e não estar dentro dos padrões pode gerar a exclusão social (LOPES; TRAJANO, 2021) e crises identitárias, que ocorrem com o surgimento de questionamentos sobre a autoimagem, não conseguir se sentir à vontade com quem são, realizar experimentos para se redescobrir (DUBAR, 2009). Logo, adolescentes com maior vulnerabilidade tem mais chance de desenvolver tais transtornos, que podem acarretar em outros, como os psicológicos (LOPES; TRAJANO, 2021), a exemplo da depressão e ansiedade, que afetam o humor, podendo desencadear prejuízos à vida do ser humano, pois essas pessoas experimentam variações nas expressões afetivas, gerando angustia, desespero e apatia (RUA; SANTOS, 2017). A partir disso, percebe-se que a *internet* age como um propagador de informações, de modo que o que está sendo divulgado atinge e reflete na sociedade. Compreende-se, que os maiores impactos são ocasionados pelas redes sociais, que agem com intuito de apresentar conteúdos que vão ser consumidos em massa por diferentes pessoas. Portanto, a *internet* é a grande responsável pela escolha dos modelos e padrões estéticos de beleza. E para muitas pessoas, estar fora

destes, pode gerar insatisfação com o próprio corpo e com o estilo de vida que leva (LOPES; TRAJANO, 2021).

Entretanto, a *Internet*, revistas e o *Instagram*, podem ser ressignificadas e utilizadas como uma via de delegação de poder e autonomia para as mulheres, que lutam e reconstroem suas narrativas historicamente engendradas na sociedade (VIANA; LIMA; SOARES, 2023), resistindo, instrumentalizando pautas e ocupando espaços que por muito tempo lhes foram privados (LIMA; PORTELA, 2022).

Nos últimos anos houve aumento no número de mulheres em candidaturas eleitorais, em 2014 o percentual de mulheres concorrendo à cargos políticos eram de 31,05%, e em 2020 esses dados subiram para 33,54%. (LIMA; PORTELA, 2022). Apesar de pequeno, o acréscimo no número de mulheres lutando para ocupar mais espaços políticos são um reflexo da luta que teve início há muito tempo atrás, e começou a ser concretizada com a consolidação do sufrágio em 1932 (MARQUES, 2019). Ou seja, os veículos midiáticos também servem de munição para o público feminino na luta contra o sistema capitalista, machista e opressor, evidenciando que as mulheres possuem não apenas plurais do belo a serem mostrados, mas a sua força e sede em ocupar espaços que lhes foram negados ao longo da história.

O impasse da beleza passageira

A supervalorização da beleza feminina estipulada pelos padrões de beleza tem um peso definido e prazo de validade. A mulher para ser considerada bela, deve ser esbelta e jovem (BALDISSERA, 2022). A sociedade ocidental encara o ganho de peso e o envelhecimento feminino como uma falta de cuidado próprio da (WOLF, 2021). Essa maneira de ver o passar do tempo traz consigo uma negatividade do processo natural da vida humana, que é o envelhecer.

No Brasil do século XIX, era comum muitas mulheres utilizarem receitas caseiras para melhorar os aspectos do rosto envelhecido, como pastas feitas de pepino, ou o uso de “pós de arroz falsificados” (SANT’ANNA, 2014, p. 20). Ainda crianças, meninas são incentivadas a se preocupar constantemente com a sua aparência, de modo que lhes são apresentados produtos de beleza infantil, como maquiagens e esmaltes, estimulando a vaidade que lhes acompanham por toda vida. Para Sant’Anna (2014):

[...] a juventude (nos anos de 1920) tendia a ser vista como uma época curta e rápida, pois a primavera da vida era seguida por outras estações. (...) tal como as flores, entendia-se que a mulher desabrochava na hora certa. E, tendo os filhos crescidos, era normal que o viço de seu rosto murchasse. (p. 40).

O desenvolvimento da indústria capitalista da beleza, e a ideia de que uma mulher para ser bonita, tem que ser jovem, favoreceu para que essa analogia se fortalecesse com o tempo (FERREIRA; SOUSA; TASSARA; PIRES; WASTOWSKI, 2021). Na década de 1930, a velhice passou a ser mais abordada em revistas femininas, surgindo brincadeiras em reportagens e artigos demonstraram a negatividade atribuída às mulheres com a faixa etária a partir dos 40 anos de idade, mas quando a situação era analisada sobre o viés masculino, a idade avançada era encarada como uma qualidade, digna de ser apresentada em anúncios promovendo a saúde e boa aparência (SANT’ANNA, 2014). Nessa lógica, a ideia do belo nas mulheres torna-se representação, isto é, as construções sociais dos sujeitos – individuais ou coletivos – que estabelecem as suas visões de mundo por meio da realidade exterior percebida, constrói significados para as coisas dentro de uma sociedade (BARROS, 2005), de acordo com o padrão estético de beleza de cada período histórico.



Figura 03: Anúncios de salões de beleza, revista O Cruzeiro (1928).

Fonte: Biblioteca Nacional Digital

(<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003581&pagfis=18>. Acesso 23 de out. 2022).

A Figura 4 apresenta anúncios de salões de beleza, com o intuito de deixar as mulheres com a aparência mais jovem, pois novas tinturas viabilizaram às mulheres esconderem os cabelos brancos, camuflando as marcas naturais da vida e do envelhecimento, para que, pudessem disfarçar os sinais do avançar do tempo, ocultando sua idade por mais tempo.

Em 2020, durante o *lockdown* ocorrido no período pandêmico, artistas brasileiras mostraram seus cabelos brancos em suas redes sociais, rompendo com a camuflagem dos seus fios, fato que repercutiu entre suas seguidoras, e muitas mulheres redescobriram sua beleza natural, como a jornalista Renata Vasconcellos, que publicou em seu perfil no *Instagram*, uma foto na qual revela os seus cabelos brancos sem medo e em “paz” (GLMRM, 2020).



Figura 04: Printscreem da publicação de Renata Vasconcellos revelando os seus fios de cabelos brancos no *Instagram*.

Fonte: Instagram, 2020 (https://www.instagram.com/p/CEE_TSfDAI2/. Acesso 19 de jul. 2023).

Mas, o mercado adentrou tal movimento com produtos para mulheres “assumirem” seus fios brancos, a exemplo da empresa *L’Oreal*, que começou a vender tintas nos tons de grisalho, sob o *slogan* “se não pode com eles, junte-se a eles” (ABIHPEC, 2021), fazendo referência ao processo natural de envelhecimento a partir do aparecimento dos cabelos brancos.

Considerações

A imagem criada de Afrodite contribuiu para que padrões de beleza surgissem no Ocidente. Desse modo, a imagem da mulher criada através de propagandas, disseminadas através de revistas e do *Instagram*, favorecem para que a juventude feminina seja hipervalorizada, enquanto o envelhecimento continua sendo visto como algo desagradável nas mulheres. Naomi Wolf (2021) apontou que a juventude e até mesmo a virgindade feminina são consideradas “belas”, justamente por representar a inexperiência, enquanto o envelhecimento pode ser considerado “feio”, porque com passar do tempo, as mulheres vão adquirindo poder, de modo que se cria um temor das mulheres mais velhas com relação às mais jovens, e vice-versa (WOLF, 2021). Mas, independe da fase da vida em que a mulher estiver, ela pode estar em estado de vulnerabilidade. Portanto, essa pesquisa

colabora para mostrar como que estereótipos de beleza criados e divulgados por meio de mídias não são fixos e nem universais, mas são maldosos e capazes de ferir personalidades femininas de diferentes formas.

Referências

ABREU, Denise Borille. The war that challenged gender rules: english women war narratives of the First World War. *Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo*: Dossiê nº 17 – ISSN 1679-849X. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/LA/article/view/25175/14529>>. Acesso em: 09 mar. 2024.

AGAMBEN, Giorgio. *O que é contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009.

BALDISSERA, Olívia. Como os padrões de beleza afetam a sociedade. *PósPucPRDigital*, 2022. Disponível em: <<https://posdigital.pucpr.br/blog/padroes-beleza#:~:text=Um%20padr%C3%A3o%20de%20beleza%20%C3%A9,n%C3%A3o%20%C3%A9%20universal%20nem%20imut%C3%A1vel.>>. Acesso em: 07 de mar. 2024.

BERTH, Joice. *Empoderamento*. 1 ed. São Paulo: Polén, 2019.

BROWN, Brené. *A coragem de ser imperfeito*. 1 ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2013.

CAMPOS, Simeia Rodrigues; GOTO, Tommy Akira. Os conflitos e valores na juventude: transição para a maturidade. *Rev. abordagem gestalt*. vol.23 no.3 Goiânia dez. 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672017000300011#:~:text=Concluiu%2Dse%20que%20a%20juventude,%3B%20identidade%3B%20Juventude%3B%20Psicologia.>. Acesso em: 10 de mar. 2024.

CARNEIRO, Anni de Novais; FERREIRA, Silvia Lúcia. *Padrões de beleza, raça e classe: representações e elementos identitários de mulheres negras da periferia de Salvador – Ba*. Universidade Federal Rural de Pernambuco, 18º Redor, 2014. Disponível em: <<chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/2136/718>> . Acesso em : 07 de mar. 2024.

D'ANGELO, Pedro. Pesquisa sobre o Instagram no Brasil: dados de comportamento dos usuários, hábitos e preferências no uso do Instagram. *Opinion Box*, 2022. Disponível em: <<https://blog.opinionbox.com/pesquisa-instagram/#~:text=Se%20voc%C3%AA%20ainda%20achar%20pouco,mais%20%20Instagram%20na%20pandemia.>>. Acesso em 02 de ago. 2022.

DUBAR, Claude. *A crise das identidades: a interpretação de uma mutação*. 1 ed. São Paulo: Edusp, 2009.

EFEITO zoom: pandemia faz aumentar cirurgias plásticas. *Colab PUC Minas*, 2021. Disponível em: <<https://blogfca.pucminas.br/colab/cirurgias-plasticas/>>. Acesso em: 09 de mar. 2024.

ESTEVÃO, Ilca Maria. Cintura de ampulheta: entenda o retorno dos polêmicos corsets. *Metrópole*, 2019. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/colunas/ilca-maria-estevao/cintura-de-ampulheta-entenda-o-retorno-dos-polemicos-corsets>>. Acesso em: 07 de mar. 2024.

FERREIRA, Bruno Rogério; SOUSA, Letícia Cristina Alves de; TASSARA, Kênnia Rodrigues; PIRES, Débora de Jesus; WASTOWSKI, Isabela Jubé. Globalização, capitalismo e sustentabilidade: mercado da estética e beleza contemporânea. *Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente: avanços, retrocessos e novas perspectivas* – V. 2, 2021. Disponível em: <<chrome-extension://efaidnbnmnibpcajpcglclefindmkaj/https://downloads.editoraci-entifica.com.br/articles/220107154.pdf>>. Acesso em: 09 de mar. 2024.

KELLY key pede desculpa por divulgar batom emagrecedor: 'quem nunca errou?'. *Uol*, 2022. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/splash/noticias/2022/07/31/kelly-key-batom-emagrecedor.htm>>. Acesso em: 09 de ago. 2022.

GLMRM. De Tatá Werneck até Glória Pires: As famosas que assumiram o cabelo grisalho na quarentena. *Glamurama*, 2020. Disponível em: <<https://glamurama.uol.com.br/notas/de-tata-werneck-ate-gloria-pires-as-famosas-que-assumiram-o-cabelo-grisalho-na-quarentena/>>. Acesso em: 19 de jul. 2023.

'GORDOFOBIA: saiba quais mecanismos jurídicos podem ser acionados pelas vítimas. *G1*, 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/10/23/gordofobia-saiba-quais-mecanismos-juridicos-podem-ser-acionados-pelas-vitimas.ghtml>>. Acesso em: 30 de out. 2022.

INSTITUTO Federal do Espírito Santo. Os perigos dos procedimentos estéticos: o lado feio da beleza. *Revista Consciência*, Vol. 4, n.1, 2021. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://vilavelha.ifes.edu.br/images/stories/files/divulgacao-cientifica/4a-ed.-revista-consciencia.pdf>. Acesso em: 09 de mar. 2024.

LIMA, Paola; PORTELA, Raissa. Mulheres na política: ações buscam garantir maior participação feminina no poder. *Agência Senado*, Brasília, 27 de mai. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/05/aliados-na-luta-por-mais-mulheres-na-politica>. Acesso em: 11 de mar. 2024.

LOPES, Gabriela de Souza; BITENCOURT, Poliane Babilon; FREITAS, Rafaela de Deus; PAGUNG, Larissa Bassert. *O ideal de beleza e os prejuízos causados a saúde mental*. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2022/04/o-ideal-de-beleza-e-os-prejuizos-causados-a-saude-mental.pdf>. Acesso: 09 de mar. 2024.

LOPES, Paula Alvim; TRAJANO, Larissa Alexsandra da Silva Neto. Influência da mídia nos Transtornos Alimentares em adolescentes: Revisão de literatura. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 1, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i1.11649>. Acesso em: 7 de ago. 2022.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. *O voto feminino no Brasil*. 2 ed. Brasília: Edições Câmara, 2019.

MONTARDO, Sandra Portella. Selfies no Instagram: implicações de uma plataforma na configuração de um objeto de pesquisa. *Artigo Galáxia* (São Paulo) (41). Mai-Ago 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-25542019237688>. Acesso em 16 nov. 2022.

OLIVEIRA, Crysia Mayara de; PEREIRA, Alisson Clebio de Araújo; ALMEIDA, Eduarda Carmélia da Silva; SOUZA, Juliana Fernanda Vieira. *A quebra do padrão de beleza: a aceitação da mulher negra na sociedade*. SINAURO. Editora Realize, 2018. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://editorarealize.com.br/editora/ebooks/sinauro/2018/TRABALHO_EV118_MD2_SA5_ID283_11042018215205.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2022.

PANDEMIA criou um novo tipo de consumidoras: as grisalhas – saiba como a indústria reagiu. *ABIHPEC*, 2021. Disponível em: <https://abihpec.org.br/pandemia-criou-um-novo-tipo-de-consumidora-as-grisalhas-saiba-como-a-industria-reagiu/>. Acesso em 19 de jul. 2023.

POLIZZE, Roberto. O quanto o ideal de "corpo perfeito" mudou ao longo da história. Roberto Polizze, 2019. Disponível em: <<https://robertopolizzi.com.br/2019/03/08/o-quanto-o-ideal-de-corpo-perfeito-mudou-ao-longo-da-historia/>>. Acesso em: 07 de mar. 2024.

ROBLES, Martha. *Mulheres, Mitos e Deusas*. 3 ed. São Paulo: Editora Goya, 2019.

RODRIGUES, Stella. Precisamos falar de gordofobia: um crime subjetivo. Oswaldo Cruz Hospital Alemão, 2018. Disponível em: <<https://www.hospitaloswaldocruz.org.br/imprensa/noticias/precisamos-falar-de-gordofobia/>>. Acesso em: 30 de out. 2022.

RUA, Jéssica Oliveira; SANTOS, Marcia Aparecida Rodrigues. *Depressão e ansiedade: um olhar psicológico*. Centro Universitário de Mineiros – Unifimes, 2017. Disponível em: <<https://publicacoes.unifimes.edu.br/index.php/coloquio/article/view/328/411>>. Acesso em: 10 de mar. 2024.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *História da Beleza no Brasil*. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2014.

SARDENBERG, Cecília M.B. Conceituando "Empoderamento" na Perspectiva Feminista. *Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres* – Projeto TEMPO, promovido pelo NEIM/UFBA, em Salvador, Bahia, de 5-10 de junho de 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/6848/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>>. Acesso em: 04 de out. 2022.

TOREZANI, Julianna Nascimento. *As selfies do Instagram: os autorretratos na contemporaneidade*. 1 ed. Ilhéus: Editus, 2022.

TORRES, Albina R.; FERRÃO, Ygor A.; MIGUEL, Eurípedes C. Transtorno dismórfico corporal: uma expressão alternativa do transtorno obsessivo-compulsivo? Editorial Braz. J. Psychiatry 27 (2), Jun 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1516-44462005000200004>>. Acesso em: 09 de mar. 2024.

VIANA, Anna Raquel de Lemos; LIMA, Izabel França de; SOARES, Gilberta Santos. Informação e empoderamento feminino no Instagram: estudo a partir de coletivos feministas. *Artigo em Questão*, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1808-5245.29.123530>>. Acesso em: 11 de mar. 2024.

WOLF, Naomi. *O mito da beleza*. 16 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2021.

ZORZAN, Fernanda Saldanha. CHAGAS, Arnaldo Toni Sousa. "Espelho, espelho meu, existe alguém mais bela do que eu?" uma reflexão sobre o valor do

corpo na atualidade e a construção da subjetividade feminina. *Barbarói*, n. 34, p. 161-187, 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/barbaroi/n34/n34a10.pdf> Acesso em: 10 de mar. 2024.

A TRAJETÓRIA DO RAP NO BRASIL SEGUNDO ARTIGOS ACADÊMICOS PELO VIÉS DA HISTÓRIA PÚBLICA

Matheus Henrique Cassanta Chaves¹

Resumo: Neste artigo pretendemos apresentar um quadro da atual discussão sobre a temática *Rap* em trabalhos acadêmicos. Relatar a trajetória do *Rap* no Brasil, desde suas origens como movimento no Estados Unidos até a atualidade do *Trap* no Brasil, através de suas representações de diferentes autores que caracterizaram e identificaram suas diferentes fases, movimentos e transformações. Busca complementar a discussão articulando os textos e os atualizando, além de identificar os diferentes rumos e possibilidades de pesquisa para estudantes que se interessam pelo tema e divulgar a produção acadêmica de maneira crítica. Entendendo este artigo de revisão bibliográfica pelo viés da História Pública, que pretende democratizar o acesso a informações e novas histórias, no intuito de incentivar a participação popular na apresentação e preservação do passado.

Palavras-chave: *Rap* no Brasil; *Trap* no Brasil; História Pública.

THE TRAJECTORY OF RAP IN BRAZIL ACCORDING TO SCHOLASTIC WORKS THROUGH THE PUBLIC HISTORY BIAS

Abstract: In this article we intend to present a frame of the actual discussion on the *Rap* theme in scholastic works. Tell the trajectory of *Rap* in Brasil since it's origins as a movement at United States until the current *Trap* at Brasil through it's representations of different authors that characterize and identify it's different phases, movements and transformations. Seek to complement the discussion articulating the texts and atualizing them, also identifying diffent directions and possibilities of research to students interested on the theme and publicize the scholar production in a critical way. Understanding this literature review article through the bias of Public History that intends to democratize the acess to informations and new histories, in order to encourage popular participation in presenting and preserving the past.

Keywords: *Rap* in Brazil; *Trap* in Brazil; Public History.

¹ Mestrando em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Contato: mhcchaves@gmail.com.

Este trabalho utiliza-se especificamente de alguns artigos científicos reunidos para tentar observar um panorama da representação da história do Rap nacional no ambiente acadêmico. É uma tentativa de apontar algumas lacunas e possíveis soluções para as incoerências encontradas, propiciar novas pesquisas e indagações para estudantes interessados no tema e divulgar a produção acadêmica sobre o Rap de maneira crítica, entendendo este artigo de revisão bibliográfica pelo viés da História Pública, abrangendo e atualizando a discussão.

Ambas produções de Bráulio Loureiro² e Loren Andrade³ utilizam-se da produção de Ricardo Teperman⁴ para definir possíveis significados e origens do Rap para delinear sua trajetória no Brasil. Segundo Loureiro, a proposta do livro de Teperman é problematizar lugares comuns, registrar mudanças e analisar significados⁵. Nas palavras de Teperman⁶: "flagrar as transformações das maneiras de fazer, ouvir e falar sobre Rap no Brasil".

Teperman⁷ aponta duas noções amplamente aceitas no universo *hip-hop* para a definição de *rap*: seu significado enquanto sigla para *rhythm and poetry* - ritmo e poesia -; além de seu significado em dicionários de inglês desde o século XIV, referindo-se a "bater" ou "criticar", antes mesmo de eclodir como gênero musical, já aparecia em contexto de jogos de improviso e insulto verbal. Na geografia, o autor considera as ondas de imigração fundamentais para que pretos africanos, levados para o trabalho forçado por todo o

² LOUREIRO, Bráulio Roberto Castro. Arte, cultura e política na história do rap nacional. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, [S. l.], n. 63, p. 235-241, 2016.

³ ANDRADE, Loren Tessy. O RAP NACIONAL: ORIGENS, "VELHA ESCOLA" E A "NOVA ESCOLA". *Das Amazônias*, [S. l.], v. 1, n. 1, 2019.

⁴ TEPERMAN, Ricardo. *Se liga no som: as transformações do rap no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

⁵ LOUREIRO, Bráulio Roberto Castro. Arte, cultura e política na história do rap nacional. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, [S. l.], n. 63, p. 235-241, 2016, p. 235.

⁶ TEPERMAN, Ricardo. *Se liga no som: as transformações do rap no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2015, p. 10.

⁷ TEPERMAN, Ricardo. *Se liga no som: as transformações do rap no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

continente americano, depois da Segunda Guerra emigraram para os Estados Unidos em busca de melhores condições de vida. Contribuíram decisivamente para o surgimento de gêneros como *Blues*, *Jazz*, *Soul*, *Funk* e o *Rap*. Jamaicanos levaram ao Bronx o costume das festas de rua com caminhões e carros carregando equipamentos de som e microfones. Dessas festas de rua expressavam-se o DJ (instrumental), MC (voz), break (dança) e grafite (artes visuais) que o DJ Afrika Bambaataa articulou em um movimento denominado *hip-hop*. Fundou em 1973 a *Universal Zulu Nation*, primeiro coletivo de *hip-hop* que mesclou elementos artísticos e conhecimentos políticos em um trabalho comunitário, inspirado por referências de luta por direitos civis no Estados Unidos e preocupado com a situação de pobreza, opressão racial e violência juvenil nos guetos⁸. É ex-membro da gangue *Black Spades* e migrou com alguns membros para seu coletivo de *hip-hop* alegando que brigas entre organizações criminosas não levariam a lugar algum. Era uma estratégia de luta, dos jovens afro-americanos, pela afirmação de identidade e cultura que recorria às artes do *hip-hop* como armas para denunciar as ações discriminatória e demarcar seus territórios nos bairros de Nova York. Em São Paulo, na década de 1980, chegou impulsionada por necessidades culturais e sociais da juventude negra⁹.

Rap no Brasil

Ainda que as autoras Ana Cláudia Fernandes, Raquel Martins e Rosângela Oliveira¹⁰ caracterizem o período que chamam de primeira fase pelo discurso ideologicamente menos aguerrido em relação a fases

⁸ LOUREIRO, Bráulio Roberto Castro. Arte, cultura e política na história do rap nacional. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, [S. l.], n. 63, p. 235-241, 2016, p. 236.

⁹ FERNANDES, Ana Cláudia Florindo; MARTINS, Raquel; OLIVEIRA, Rosângelo Paulino de. Rap nacional: a juventude negra e a experiência poético musical em sala de aula. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, [S. l.], n. 64, p. 183-200, 2016, p. 185.

¹⁰ FERNANDES, Ana Cláudia Florindo; MARTINS, Raquel; OLIVEIRA, Rosângelo Paulino de. Rap nacional: a juventude negra e a experiência poético musical em sala de aula. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, [S. l.], n. 64, p. 183-200, 2016, p. 185.

posteriores, visto que, inicialmente, os jovens da periferia queriam apenas dançar e se divertir no centro da cidade, também apontam uma movimentação da juventude negra em busca de territórios na cidade de São Paulo. Loureiro¹¹ afirma que por mais o Rap tenha sofrido influência do Rap estadunidense, não deixou de ser experimentado em conexão com a particularidade do contexto social, cultural e artístico em que respiravam os jovens das periferias brasileiras. No contexto brasileiro, mencionando Teperman, que identifica a edificação do chamado "quinto elemento do hip-hop", o conhecimento e a politização, quando resgata as raízes do Rap nacional no contexto dos bailes *black* em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, que assumiria para si a missão de inventar sua própria tradição. O autor ressalta que a disseminação do gênero para além das fronteiras do Estados Unidos se refere à propagação entre subalternos, como uma rede comunicacional da periferia para periferia, forjada sobre a experiência comum que geralmente conjuga exploração de classe e opressão étnico-racial. O autor cita o trabalho de Tony Mitchell¹² que entende a manifestação, muitas vezes em dimensões comunitárias e fora da cobertura dos grandes veículos de comunicação, como expressão da realidade social de oprimidos de contextos variados; um canal capaz de associar apropriações e sincretismos que transcendem a simples assimilação musical, linguística e cultural do Rap estadunidense.

É consenso que a maior representação da chamada "velha escola" do Rap é o grupo Racionais MC's, que num contexto marcado pelo arrefecimento do movimento popular, expressivos índices de violência urbana e desigualdade social, teria despontado demonstrando as experiências brasileiras em suas letras originais. Atacam a perpetuação da desigualdade,

¹¹ LOUREIRO, Bráulio Roberto Castro. Arte, cultura e política na história do rap nacional. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, [S. l.], n. 63, p. 235-241, 2016, p. 237.

¹² MITCHELL, Tony. *Global noise: rap and hip-hop outside the USA*. Middletown: Wesleyan University Press, 2001 apud LOUREIRO, Bráulio Roberto Castro. Arte, cultura e política na história do rap nacional. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, [S. l.], n. 63, p. 235-241, 2016.

o racismo e a violência policial, assumindo um posicionamento claro numa estrutura de classe em oposição ao que entendiam como classe dominante¹³. Segundo Loureiro¹⁴, criavam um campo de identificação do preto, pobre e periférico que não aceita a subjugação e revida, em contraste com a imagem do preto alegre e festivo, contestando a visão cordial e conciliatória que estrutura o mito da democracia racial brasileira. Indicou que a leitura de Teperman¹⁵ confere a prática inicial do Racionais MCs um caráter revolucionário, pois os artistas da periferia paulistana chegaram a um lugar de destaque no cenário cultural nacional recusando os símbolos da burguesia, propondo enfrentamentos e se mantendo independentes dos mecanismos hegemônicos de produção; sem deixar de experimentar constantemente a contradição de ser um valioso produto de mercado e uma cultura de rua.

Conforme Loureiro¹⁶ a "nova escola" surge no fim dos anos 2000, em grande medida vinculada às batalhas de MCs, caracterizando uma mudança de posicionamento diante da geração das décadas de 1980 e 1990, a "velha escola". Lista a "maior escolaridade, maior acesso a bens de consumo, flexibilidade no trato com a grande mídia e considerável traquejo comercial" que "seriam traços comuns a esses novos artistas e diferenciariam as escolas". Apresenta como exemplos os *rappers* Emicida, RAPadura, Projota, Kamau e Criolo; este último presente desde a "velha escola", mas atingiu a grande mídia com reproduções musicais instrumentais elaboradas em conjunto com o produtor musical Daniel Ganjaman, a partir do álbum "Nó na Orelha". Definiu-os como "jovens de periferia, ouvintes do Rap dos anos 1990, que em tempos de ampliação do acesso à internet e tecnologias em geral,

¹³ TEPERMAN, Ricardo. *Se liga no som: as transformações do rap no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2015, p. 78.

¹⁴ LOUREIRO, Bráulio Roberto Castro. Arte, cultura e política na história do rap nacional. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, [S. l.], n. 63, p. 235-241, 2016, p. 238.

¹⁵ TEPERMAN, Ricardo. *Se liga no som: as transformações do rap no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2015, p. 73.

¹⁶ LOUREIRO, Bráulio Roberto Castro. Arte, cultura e política na história do rap nacional. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, [S. l.], n. 63, p. 235-241, 2016, p. 239.

compõem, cantam e administram seu trabalho numa perspectiva de inserção e participação nos canais centrais da música brasileira". Loureiro e Teperman consonam o exemplo da empresa Laboratório Fantasma criada por Emicida, para organizar e gerenciar a carreira do *rapper* como expressão do pensamento empreendedor que define a nova geração do *Rap* nacional, utilizando novos canais surgidos com a internet, a habilidade em ampliar e aprofundar redes de relações pessoais e profissionais, além do tino comercial.

Loureiro¹⁷ menciona que "é preciso não negligenciar as inúmeras experiências no âmbito do *Rap* e do *hip-hop* que ocorreram paralelamente - ou eclodiram com certa proximidade - em outras localidades do país" e por meio do texto de Teperman suscita diversas "cenas" do *Rap* nacional, deparando-se com o papel fundamental que as rádios comunitárias, jornais de bairro e *fanzines* tiveram na difusão inicial do gênero musical. São particularidades do *Rap*, em cidades nordestinas como o grupo recifense Faces do Subúrbio, que ressoa ritmos regionais como a embolada. E também na capital Brasília e Distrito Federal, que produziu e difundiu um *Rap* marcado por batidas pesadas e conteúdo comumente ligado a temas como violência urbana, criminalidade e drogas, tendência conhecida como "*gangsta Rap*". Menciona um aumento da pluralidade de subgêneros apoiados pelo aparecimento de recursos tecnológicos que facilitaram a produção e difusão musical, sites e redes sociais que contribuíram para a disseminação de informações do universo *Rap* por diferentes regiões do país. Fortalecendo tendências já existentes como o "*Rap gospel*" e o *Rap* cantado por mulheres, além de novas vertentes como o *Rap* cantado por indígenas e "o controverso "*Rap ostentação*"". Loureiro indica que conforme confrontamentos de Teperman entre aspectos revolucionários e radicais, a popularização e pluralização no contexto da "nova escola", ainda que contribuíram para o

¹⁷ LOUREIRO, Bráulio Roberto Castro. Arte, cultura e política na história do rap nacional. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, [S. l.], n. 63, p. 235-241, 2016, p. 240.

fortalecimento do gênero musical e da articulação de novas bandeiras políticas-ideológicas à expressão, estariam acompanhadas de uma suavização do teor crítico historicamente presente nas canções do *Rap* brasileiro, atribuindo "as tensões relativas à aproximação de boa parte desses artistas dos círculos dominantes da produção cultural". Menciona Teperman¹⁸ quando este comenta sobre as letras de Emicida "que o posicionamento de classe não se apagou, mas perdeu a contundência". Resume, assim, o receio do esvaimento da vitalidade crítica pela exploração comercial.

Adalberto Paranhos¹⁹ indica que o livro de Roberto Camargos²⁰ é de grande correspondência do autor com muitos intelectuais que insuflam novos ares nas pesquisas ligadas à história cultural do social. Paranhos cita Richard Shusterman, em seus estudos sobre estética popular, que busca liberá-la do claustro que a separa da vida e das formas mais populares de expressão cultural, mostrando que sua obra "Vivendo a arte" tem preocupação com uma redefinição mais democrática e expansiva da arte. Passando pela observação de Raymond Williams em "Marxismo e literatura" a linguagem dos *rappers* é uma dimensão real do vivido, que nem de longe significa que seja puro reflexo do real. "Sua energia propulsora é extraída da gramática da vida. E a vida desses protagonistas, escanteados nas periferias da sociedade capitalista, não comporta nada que se assemelhe a um mar de rosas."²¹. Aponta que Camargos tem seu livro informado pela noção de experiência muito cara a Edward Palmer Thompson e que as fontes da experiência e do cotidiano sustentariam o *Rap*. Ainda segundo Paranhos, o autor de *Rap* se alimenta das pretensões realistas e seu discurso seria a plena expressão da

¹⁸ TEPERMAN, Ricardo. *Se liga no som: as transformações do rap no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2015, p. 140-1.

¹⁹ PARANHOS, Adalberto. Rap nas quebradas: a palavra como esporro e como escarro. *ArtCultura*, [S. l.], v. 17, n. 30, 2016.

²⁰ CAMARGOS, Roberto. *Rap e política: percepções da vida social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2015.

²¹ PARANHOS, Adalberto. Rap nas quebradas: a palavra como esporro e como escarro. *ArtCultura*, [S. l.], v. 17, n. 30, 2016, p. 141.

verdade e do real, ancorando uma autoproclamada legitimidade dos *rappers* "autênticos" dotados de uma conexão com a realidade que purificaria sua produção. De acordo com Paranhos²², tanto para Mano Brown quanto para Michael Foucault, a política extrapola a convencionalidade que a vincula ao Estado, aos partidos e à prática institucional. No jeito de ser do *rapper* encandeia a visibilidade política de outros sujeitos sociais e personagens satélites, figuras submersas no universo oficial da política, que atua, principalmente, no sentido de confiscar suas esperanças. Aponta distintas dicções do Rap brasileiro e classificações que pressupõem todo um campo de disputas e concorrências: "Rap gospel", "Rap do bem" (MC Jack e Marcelo D2), "Rap mauricinho" (Gabriel, O Pensador e Léo Stronda), contrapondo enquadramentos estilísticos como o *Rap gangsta* e o *Rap underground*.

Roberto Camargos²³ demonstra em seu artigo, a relação entre a política e os *rappers* brasileiros, utilizando-se de debates que intelectuais como Michel Foucault estimularam, de desmonte da concepção tradicional de política e poder, que em geral obedece a padrões jurídicos e institucionais, ao serem entendidos não como advindos de uma propriedade, mas percebidos como estratégias e técnicas utilizadas pelos sujeitos em suas relações sociais. É, portanto, uma relação que se estabelece na produção musical e em todas as dimensões da vida.

Agir na perspectiva da transformação de imagens cristalizadas que estigmatizam determinados setores sociais, desconstruir no imaginário social a ideia hegemônica que se tem de certos lugares da cidade, ir na contramão de concepções negativas que atingem em cheio as classes populares é, também, um modo de atuação política²⁴.

²² PARANHOS, Adalberto. Rap nas quebradas: a palavra como esporro e como escarro. *ArtCultura*, [S. l.], v. 17, n. 30, 2016, p. 143.

²³ CAMARGOS, Roberto. "Aí, político, eu sou a faca que arranca sua pele": a política do cotidiano e os *rappers* brasileiros. *ArtCultura*, [S. l.], v. 16, n. 28, 2015.

²⁴ CAMARGOS, Roberto. "Aí, político, eu sou a faca que arranca sua pele": a política do cotidiano e os *rappers* brasileiros. *ArtCultura*, [S. l.], v. 16, n. 28, 2015, p. 47.

Segundo Camargos²⁵, os *rappers* frequentemente sustentam que existem vários "Brasis", porque, ainda que a experiência histórica seja semelhante para um certo grupo de sujeitos, o modo como vivenciam e elaboram mentalmente suas experiências é distinto, partindo de diferentes valores, sentimentos e ideias. A chamada "velha escola" pode ser identificada com os grupos que Camargos diz conceberem uma leitura pertinente para a realidade social, ao condenarem o modelo social vigente, "mobilizando sentimentos (e ressentimentos) e forjando uma imagem clara que contrasta o posicionamento dos *rappers* com o dos cultores do neoliberalismo empenhados em fazer frente às crises de acumulação do capital"²⁶.

É importante, então, ressaltar que não há um esvaziamento da vitalidade crítica pela exploração comercial, como mencionado por Loureiro²⁷, porque sempre houve espaço, segundo Paranhos²⁸, para uma constelação de vozes dissonantes, e por isso é sempre olhado com desdém, como uma espécie de filho bastardo da arte. "É o preço pago pelo incômodo que ele causa à ordem social e aos arraigados hábitos sonoros estabelecidos"²⁹.

O já mencionado e polêmico gênero ostentação ganhou impulso com o movimento da difamada "nova escola", que em consonância com movimentos sociais de motivação econômica, de gênero e raciais, procurou remeter as origens do Rap às tradições negras ancestrais do *griot*, mensageiro musical das histórias e tradições orais, e do *drum*, tambores que serviam de canal de comunicação entre os vivos e os mortos. Destaca-se a regravação

²⁵ CAMARGOS, Roberto. "Aí, político, eu sou a faca que arranca sua pele": a política do cotidiano e os rappers brasileiros. *ArtCultura*, [S. l.], v. 16, n. 28, 2015.

²⁶ CAMARGOS, Roberto. "Aí, político, eu sou a faca que arranca sua pele": a política do cotidiano e os rappers brasileiros. *ArtCultura*, [S. l.], v. 16, n. 28, 2015, p. 56.

²⁷ LOUREIRO, Bráulio Roberto Castro. Arte, cultura e política na história do rap nacional. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, [S. l.], n. 63, p. 235-241, 2016.

²⁸ PARANHOS, Adalberto. Rap nas quebradas: a palavra como esporro e como escarro. *ArtCultura*, [S. l.], v. 17, n. 30, 2016.

²⁹ PARANHOS, Adalberto. Rap nas quebradas: a palavra como esporro e como escarro. *ArtCultura*, [S. l.], v. 17, n. 30, 2016, p. 138.

de letras modificadas por Criolo no relançamento do seu álbum “Ainda há tempo” (2016) culminando no documentário sobre o show de “Emicida: AmarElo - é tudo” (2020). Procurou inverter a lógica de identificação das populações periféricas de escravizados, para rainhas e reis, pretas e pretos, ou ao menos súditos desses líderes pretos, sequestrados de seus lugares de origem. E conseguiu inverter novamente o campo de identificação do preto, pobre, periférico que não aceita a subjugação e revida, da “velha escola”, para o preto empoderado e independente financeiramente, alguns ostentando armas, drogas, luxo e parceiros sexuais.

Trap no Brasil

Este último seguimento é mais facilmente identificado no gênero *Trap*, originado das *trap houses*, utilizadas nos subúrbios estadunidenses como pontos de tráfico de drogas que financiavam e, também, tornavam-se estúdios musicais caseiros. Portanto é repleto de um vocabulário de gangues e formas de interlocução diferentes como o *mambo*, que reduz palavras a sílabas para melhor *melodi* (a palavra melodia ficaria *melody*, ou *melodi*, *melo*, ou simplesmente *me*), juntamente com técnicas de produção como o *autotune*. Contando com instrumental com graves pesados de sintetizadores e intercalados com *hi-hats* mais presentes, contrapondo o antigo *boom bap*, com o predomínio de *bumbo* e *caixa*, que ritmava a “velha escola” e “nova escola”. A atual nova escola do *Trap* já se sustenta no Brasil como grande expoente do gênero *Rap* entre os jovens e a grande mídia, grandes nomes como *Ebony*, *Recayd Mob*, *Sidoka*, *Yunk Vino*, entre tantos outros, se beneficiaram da nova era do *streaming* da qual a “nova escola” realizou a transição com *Emicida*. Pululando o mercado de produções caseiras e/ou independentes com qualidade profissional, devido aos baixos custos de equipamentos e menores custos de produção, graças à maior disponibilidade de profissionais independentes.

Os autores Italo Antonio Gonçalves e Cláudio Henrique Nunes de Sena³⁰ percebem uma cisão entre o *Rap* e *Trap* nacional, “pois parte do seu público e componentes artísticos não tem o *Rap* como matriz musical”³¹. Abrem ainda a discussão sobre o comportamento dos *trappers* brasileiros, “...como forma de pertencimento a um grupo e de ascensão social por meios ilícitos. Uma vez que por tabela, grande parte das letras nacionais envolvam o tráfico de drogas e sua lucratividade como forma de renda para adquirir maior quantidade de itens supérfluos”³². Os autores do artigo de 2019 justificavam a atitude pela identidade musical ainda não estarem bem assimiladas no Brasil, reproduzindo costumes sociais comerciais diferentes do país. Contudo, já apontavam para uma possível mudança de comportamento na construção das letras quando os compositores assimilarem uma maior perspectiva brasileira, e sugeriram um paralelo entre o *Trap* e o Brasil, antes mesmo do subgênero começar a ser produzido aqui, por boa parte dos agentes envolvidos na produção do *Trap* Nacional terem origem no funk paulista em que o estilo ostentação prevalece³³.

Roberto Camargos³⁴ já salientava, mesmo nos *Raps* dos anos 1990 e 2000 em que faz seu estudo sobre *Rap* e política, uma diferença entre engajamento e militância, prevalecendo a primeira no *Rap*, pois aborda em dada atividade ou prática cultural questões da ordem social, política e econômica sem articulação a um projeto político específico de

³⁰ OLIVEIRA, Italo Antonio Gonçalves; SENA, Cláudio Henrique Nunes de. Do *Rap* ao *Trap*: Uma análise do subgênero no cenário brasileiro. *Intercom: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*, FORTALEZA, p. 1-15, set./2019.

³¹ OLIVEIRA, Italo Antonio Gonçalves; SENA, Cláudio Henrique Nunes de. Do *Rap* ao *Trap*: Uma análise do subgênero no cenário brasileiro. *Intercom: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*, FORTALEZA, p. 1-15, set./2019, p.12.

³² OLIVEIRA, Italo Antonio Gonçalves; SENA, Cláudio Henrique Nunes de. Do *Rap* ao *Trap*: Uma análise do subgênero no cenário brasileiro. *Intercom: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*, FORTALEZA, p. 1-15, set./2019, p.13.

³³ OLIVEIRA, Italo Antonio Gonçalves; SENA, Cláudio Henrique Nunes de. Do *Rap* ao *Trap*: Uma análise do subgênero no cenário brasileiro. *Intercom: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*, FORTALEZA, p. 1-15, set./2019, p.13-4.

³⁴ CAMARGOS, Roberto. *Rap e política: percepções da vida social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2015.

transformação social. O *Rap* problematiza os aspectos sociais contemporâneos e faz circular opiniões sobre o modo de ser e estar na sociedade e, assim como o *Trap*, está inserido dentro de todas as dimensões da vida, inclusive na produção musical. São ainda formas de atuação política, porque vão na contramão de concepções negativas que atingem em cheio as classes populares, desconstruem do imaginário social a ideia hegemônica que se tem de certos lugares da cidade e agem na perspectiva da transformação de imagens cristalizadas que estigmatizam determinados setores sociais³⁵.

A vitalidade crítica recrudesceu justamente em um ponto de grande identificação com a ostentação entre os gêneros do *Funk* e do *Trap*. Ainda que em seus primórdios, o *Funk* fosse altamente identificado com o *Rap*, como discutido por João Augusto Neves³⁶ entre a relação do "Rap das Armas" com as guerras particulares que eclodiam nas periferias cariocas e expandiam-se para todas as periferias do Brasil. Músicas que traziam "o cheiro de sangue, o som de armas, e os gemidos daqueles que são parte da tragédia urbana que se abate sobre o país"³⁷. Houve um certo afastamento entre os dois gêneros, possivelmente por uma incompatibilidade ideológica momentânea que se reencontrou no *Trap Funk*. As periferias do país enfrentam barreiras ainda menores se levarmos em conta também o *Brega Funk*. É como se, da maior identificação entre periféricos brasileiros, as ações e os discursos voltassem a se unir em função de descrever e resolver as dívidas e mazelas das favelas.

Os defensores de uma liberdade de expressão quando veiculada por piadas de humoristas de *stand-up*, não raro são os mesmos que apontam o *Funk* como o apogeu do absurdo e da transgressão do efeito de manifestar-

³⁵ CAMARGOS, Roberto. *Rap e política: percepções da vida social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2015.

³⁶ NEVES, João Augusto. "Lá vêm dois irmãozinhos de 762": música funk, cenas e sonoridades do Rio de Janeiro na década de 1990. *ArtCultura*, [S. l.], v. 20, n. 36, 2018.

³⁷ NEVES, João Augusto. "Lá vêm dois irmãozinhos de 762": música funk, cenas e sonoridades do Rio de Janeiro na década de 1990. *ArtCultura*, [S. l.], v. 20, n. 36, 2018, p. 75.

se. O *Funk* que sempre contou com um aparato humorístico em suas letras e uma posição por vezes privilegiada de não cobertura do estado, realmente extrapola temas sensíveis existentes nas favelas como assassinato, drogas, machismo, pedofilia e sexo sem proteção, entre outros, não raro contraditórios e exagerados. O gênero *Trap* já conta com um subgênero denominado *Shittrap*, que conta com a adesão de muitos humoristas que faziam paródias de *Trap* com personagens, como Maicon Küster e Murilo Couto, além de *youtubers* como Gemaplys. Os temas buscam justamente a inclusão de temas sem apelo estético ou mesmo com sentido ofensivo, minando os fundamentos do que se concebe como certo ou errado no gênero *Rap* e *Trap*, mas ainda mais profundamente de toda sociedade submissa à autocensura sob a tutela da cultura do cancelamento³⁸. Luckhaos, autointitulado primeiro *trapper* ativista do Brasil, trouxe a *diss* para as queimadas na Amazônia "Dissmatamento freestyle", referência a *diss*, insultos verbais em forma de música, geralmente direcionado para outro artista; além da improvável "União Flasco" e "Trap da Reforma da Previdência Social (HINO DO BIROLIRO)". Slipknstot, hoje Slipmami, antes mesmo da eleição de 2018 já rasgava todas as etiquetas restantes na sua música "Fumo Maconha E Apoio O Bolsonaro".

Saliento o caráter ainda ativo e político do *Rap* nas apresentações dos Racionais MC's por todo Brasil e produções desde "Favela Vive" até as mais recentes de Eduardo, Mano Fler e o, já falecido, Melk. No *Trap*, já melhor assimilado em 2023, Nill e Yung Buda compuseram *Traps* em homenagem aos Racionais MC's e Nill já experimentava outras possibilidades musicais em parceria com Melk. Os grupos, gravadoras e iniciativas independentes como a Sound Food Gang, do qual participam Nill e Yung Buda, fervilharam o

³⁸ Cultura do cancelamento aqui também entendida como "tribunal da internet, que sempre que tem a oportunidade problematiza as rimas do subgênero (*shittrap*)" como citado em matéria, com entrevista com Luckhaos, que entende que o gênero do *shittrap* opera na lógica do *shitposting*. VILA NOVA, Daniel. Shittrap: entenda esse estilo musical ofensivo. Gama Revista, 2021. Disponível em: <https://gamarevista.uol.com.br/cultura/shittrap-entenda-esse-estilo-musical-ofensivo/>. Acesso em: 10 de abr. de 2024.

mercado e, juntamente com um mercado de divulgação digital, possibilitam cada vez mais iniciativas próprias e totalmente independentes no sentido da produção musical. Contudo, as amarras do mercado de divulgação digital impossibilitam tantos emergirem, em meio a uma enxurrada cada vez maior de conteúdos, exigindo um constante investimento em divulgação e impulsionamento em redes sociais e plataformas de *streamings*, em busca de um indispensável engajamento diferente do salientado por Camargos³⁹.

Rap e História Pública

Todos os materiais consultados mencionados ou não neste artigo foram arquivados nas mais diversas plataformas online. Anaclet Pons⁴⁰ especula que a maior parte da história pública digital é um arquivo ou o ato de arquivar. Um grande número de mídias físicas são resgatadas e ganham um novo formato e modo de serem consumidas. Destaca-se com grande valor para este trabalho as entrevistas do grupo Racionais MC's para o programa "Yo! MTV Rap"⁴¹ e de Mano Brown ao programa televisivo "Roda Viva"⁴². E, juntamente com as mídias exclusivamente digitais, criam uma abundância de materiais em formato digital que podem ser enfrentadas com a própria tecnologia digital, em meio a plataformas de acesso aberto e distribuição com ênfase na quantidade de engajamento do público. Encarada atualmente no cenário do Rap pela presença nas mais diversas redes sociais como Facebook, Instagram, TikTok e X⁴³ para divulgação de eventos, shows e lançamentos nas

³⁹ CAMARGOS, Roberto. *Rap e política: percepções da vida social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2015.

⁴⁰ PONS, Anaclet. The Historiographical Foundations of Digital Public History. In: NOIRET, Serge; TEBEAU, Mark; ZAAGSMA, Gerben. *Handbook of Digital Public History*. Berlim: Boston CPI books GmbH, Leck, 2021, p. 31-2.

⁴¹ Clássicos Do Rap Nacional. Racionais MC's - Entrevista Completa Ao Yo! MTV Rap (Vídeo OFICIAL) [HD]. YouTube, 16 de fevereiro de 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Zo4auMvNgJl>. Acesso em 23 de nov. de 2023.

⁴² Roda Viva. Roda Viva | Mano Brown | 2007. YouTube, 15 de março de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=laQWmNkqkSg>. Acesso em 5 de dez. de 2023.

⁴³ Anteriormente Twitter.

diversas plataformas de *streaming* como *Spotify* e *YouTube*. Além de aproximar e fortalecer a relação com o público estabelecendo um senso de comunidade, gera impulsionamento e divulgação, reduzindo os custos com variadas publicidades pagas nas plataformas digitais.

É notável o caso de um artista independente como, o já citado, Yung Buda que criou uma comunidade no *Discord*, não só de fãs, mas de artistas, inclusive carregando no nome artístico a sigla 7K, que dá nome ao grupo nessa plataforma e também é referente a outra denominação do artista. O também já mencionado Nill foi apresentador de um podcast sobre Rap: “RAP, falando”⁴⁴ no *YouTube*, em que também merece destaque pela relevância para o tema, o “Gringos Podcast”⁴⁵ no cenário de podcasts de mesa, no formato entrevista, popularizado no Brasil nos últimos anos.

Resta ainda um exemplo indispensável: o podcast “Mano a Mano”, apresentado por Mano Brown, disponível no *Spotify*. Trazendo representantes das mais diversas áreas do conhecimento e partes do Brasil, oferece sempre grandes debates ao público. É incomensurável sua contribuição para a importância do Rap no debate público, portanto também para História Pública, e da necessidade do debate público consultar e percorrer o Rap. Incontestável também a contribuição e impacto do grupo Racionais MC's para a academia e construção de conhecimento e saber em nosso país, evidenciada na recente outorga do título de Doutor Honoris Causa, pela Unicamp, para os quatro integrantes do grupo. Segundo o presidente da comissão de especialistas formada para avaliar a pertinência da concessão do título ao grupo, Mário Medeiros:

Dialogam e lutam com o pensamento social brasileiro, confrontam o racismo e as violências sociais que nos constituem enquanto sociedade, incitando a atitudes antirracistas e

⁴⁴ RAP, Falando. Canal de Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/c/rapfalando>. Acesso em 5 de dez. de 2023.

⁴⁵ Gringos Podcast. Canal de Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/@GringosPodcast>. Acesso em 5 de dez. de 2023.

solidárias de negros e não negros, periféricos e não periféricos, visando a mudanças sociais profundas.⁴⁶

Atualmente, tanto a história pública como o *Rap* utilizam-se da mídia digital e a tecnologia de computadores para democratizar o acesso criando novas histórias, encorajando a participação popular em apresentar e preservar o passado, alcançando as mais diversas audiências e incorporando múltiplas vozes. Ainda consonante com Anacleto⁴⁷, o arquivo digital de ambos, história pública e *Rap*, não é apenas uma mudança de mídia material para imaterial, como também oferece novas oportunidades de criar outras relações em uma comunidade e sua dimensão simbólica, criando significados coletivos de uma maneira coletiva.

Este trabalho se propôs a reunir alguns artigos acadêmicos relevantes sobre *Rap* com vista a atualizar a discussão, apontar algumas concordâncias e diferenças, e tornar este artigo um meio digital capaz de oferecer caminhos possíveis para estudantes do *Rap*. Além de apontar um paralelo entre *Rap* e História Pública significativa para a pesquisa do tema.

No campo da educação, Alexandre Navarro e Antônio Ribeiro⁴⁸ propõem o estudo, através da arqueologia, da cultura material no *Rap*, microfone e toca-discos, configuradas como "armas sonoras" utilizadas para desferir um discurso e uma prática dos agentes sociais do *Rap*, compreendendo os usos dos mesmos e também para que e como eles eram e são utilizados. Segundo Ana Cláudia Florindo Fernandes, Raquel Martins e

⁴⁶ Conselho Universitário aprova título de Doutor Honoris Causa para Racionais MC's. Unicamp, 2023. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2023/11/28/conselho-universitario-aprova-titulo-de-doutor-honoris-causa-para-racionais-mcs>. Acesso em 5 de dez. de 2023.

⁴⁷ PONS, Anacleto. The Historiographical Foundations of Digital Public History. In: NOIRET, Serge; TEBEAU, Mark; ZAAGSMA, Gerben. *Handbook of Digital Public History*. Berlim: Boston CPI books GmbH, Leck, 2021, p. 32.

⁴⁸ NAVARRO, Alexandre; RIBEIRO, Antonio Ailton. *Rap e Arqueologia: parafernália musical como cultura material*. *Diálogos*, v. 16, p. 99-112, 14 mar. 2017.

Rosângela Paulino de Oliveira⁴⁹ introduzir o *hip-hop* nas escolas, que constitui parte importante da cultura juvenil, expressa a força da palavra e a construção do discurso sociopolítico, enfrentando a dinâmica do ensino convencional da escrita e leitura das escolas que distancia as culturas populares e de massa das propostas curriculares. Propõem "implementar uma formação por meio da qual o aluno atribua sentido ao seu processo de escolarização e possa partilhar seus saberes"⁵⁰.

Considerações Finais

O presente trabalho buscou contar a história do *Rap* através dos diversos relatos presentes em textos acadêmicos atuais, desde suas origens como movimento nos Estados Unidos e como herança tradicional africana remetente aos *drums* e *griots*, até o *Trap* no Brasil. Mostrar como os autores caracterizavam e identificavam diferentes fases e transformações. Procurou também por lacunas entre as discussões dos autores com o presente, complementando suas discussões articulando os textos e atualizando alguns aspectos não mencionados por nenhum dos autores.

Apresentada a discussão entre os artigos acadêmicos sobre o tema, podemos concluir que o *Rap* não está se esvaindo criticamente por conta da exploração comercial, pois sempre teve espaço para disputas dentro do gênero entre vozes dissonantes. O *Rap* e o *Trap* já estão bem assimilados na cultura brasileira e produzem um som autêntico que reverbera da realidade em que emerge. Ambos, portanto, são formas de atuação política que representam um enorme público, crescente e autoconsciente.

⁴⁹ FERNANDES, Ana Cláudia Florindo; MARTINS, Raquel; OLIVEIRA, Rosângelo Paulino de. *Rap nacional: a juventude negra e a experiência poético musical em sala de aula*. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, [S. l.], n. 64, p. 183-200, 2016.

⁵⁰ FERNANDES, Ana Cláudia Florindo; MARTINS, Raquel; OLIVEIRA, Rosângelo Paulino de. *Rap nacional: a juventude negra e a experiência poético musical em sala de aula*. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, [S. l.], n. 64, p. 183-200, 2016, p. 198.

Referências

ANDRADE, Loren Tessy. O RAP NACIONAL: ORIGENS, “VELHA ESCOLA” E A “NOVA ESCOLA”. *Das Amazônias*, [S. l.], v. 1, n. 1, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/amazonicas/article/view/2272>. Acesso em: 26 nov. 2023.

CAMARGOS, Roberto. "Aí, político, eu sou a faca que arranca sua pele": a política do cotidiano e os rappers brasileiros. *ArtCultura*, [S. l.], v. 16, n. 28, 2015. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/30607>. Acesso em: 26 nov. 2023.

CAMARGOS, Roberto. *Rap e política: percepções da vida social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2015.

FERNANDES, Ana Cláudia Florindo; MARTINS, Raquel; OLIVEIRA, Rosângelo Paulino de. Rap nacional: a juventude negra e a experiência poético musical em sala de aula. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, [S. l.], n. 64, p. 183-200, 2016. DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v0i64p183-200. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/119542>. Acesso em: 26 nov. 2023.

LOUREIRO, Bráulio Roberto Castro. Arte, cultura e política na história do rap nacional. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, [S. l.], n. 63, p. 235-241, 2016. DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v0i63p235-241. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/114886>. Acesso em: 26 nov. 2023.

NAVARRO, Alexandre; RIBEIRO, Antonio Ailton. Rap e Arqueologia: parafernália musical como cultura material. *Diálogos*, v. 16, p. 99-112, 14 mar. 2017. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/36056/18665>. Acesso em: 26 nov. 2023.

NEVES, João Augusto. “Lá vêm dois irmãozinhos de 762”: música funk, cenas e sonoridades do Rio de Janeiro na década de 1990. *ArtCultura*, [S. l.], v. 20, n. 36, 2018. DOI: 10.14393/ArtC-V20n36-2018-1-05. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/45589>. Acesso em: 26 nov. 2023.

OLIVEIRA, Italo Antonio Gonçalves; SENA, Cláudio Henrique Nunes de. Do Rap ao Trap: Uma análise do subgênero no cenário brasileiro. *Intercom: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*, FORTALEZA, p. 1-15, set./2019. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-1942-1.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2023.

PARANHOS, Adalberto. Rap nas quebradas: a palavra como esporro e como esgarro. *ArtCultura*, [S. l.], v. 17, n. 30, 2016. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/34818>. Acesso em: 26 nov. 2023.

PONS, Anaclet. The Historiographical Foundations of Digital Public History. In: NOIRET, Serge; TEBEAU, Mark; ZAAGSMA, Gerben. *Handbook of Digital Public History*. Berlim: Boston CPI books GmbH, Leck, 2021.

TEPERMAN, Ricardo. *Se liga no som: as transformações do rap no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: CONSTRUINDO PONTES ENTRE A HISTÓRIA PÚBLICA E O ENSINO DE HISTÓRIA

Filipe Carvalho Teixeira da Silva¹

Resumo: O presente artigo visa estabelecer um diálogo entre os campos da História Pública e do ensino de história com as proposições de uma educação antirracista. Historiadores públicos e professores de história possuem muitos pontos em comum e suas práticas se constituem em poderosas ferramentas para estimular a educação voltada para as relações étnico-raciais e os debates que cercam esse tema sensível e fundamental para nossa sociedade.

Palavras-chave: História; pública; racismo.

ANTI-RACIST EDUCATION: BUILDING BRIDGES BETWEEN PUBLIC HISTORY AND HISTORY EDUCATION

Abstract: This article aims to establish a dialogue between the fields of Public History and history education with the propositions of an anti-racist education. Public historians and history teachers have many common points, and their practices constitute powerful tools to promote education focused on ethnic-racial relations and the debates surrounding this sensitive and fundamental topic for our society.

Keywords: History; public; racism.

Introdução

Atuo como professor de História na rede pública de Maricá – RJ desde 2007 e me interesse por pesquisar o ensino de História nessa rede em tempos recentes, acompanhando as conquistas e obstáculos que envolvem o processo desafiador de atuar em escolas públicas no Brasil. Mesmo com o município de Maricá tendo passado por diversas mudanças estruturais na

¹ Mestrando em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Contato: filipehist@gmail.com.

última quinzena de anos, o ensino público em geral, e o ensino de história em particular, ainda estão muito longe do esperado. Penso em abordar o problema tendo como eixo a implantação da Lei 10.639/03 que operou mudanças em nossa LDB, tornando obrigatório o ensino de História da África e da cultura afro-brasileira. Mesmo já tendo completado vinte anos, a referida lei enfrenta dificuldades enormes para ser colocada em prática, como se espera a partir das propostas de educação antirracista. Entender esse problema partindo da experiência da rede pública de Maricá é minha proposta de pesquisa para o mestrado profissional em ensino de história que estou realizando.

No presente artigo pretendo relacionar o ensino de história e a História Pública às propostas de educação antirracista, buscando as formas mais proveitosas de estabelecer esse diálogo. Na primeira seção farei um breve apanhado sobre as definições de História Pública, seus conceitos fundamentais, o processo de estabelecimento desse campo nos Estados Unidos e seu contexto de institucionalização no Brasil. Na segunda parte buscarei traçar paralelos entre a atuação dos historiadores públicos e dos professores de história a partir de conceitos como *mediação intelectual*, *consciência histórica* e *atitude historiadora*. Por fim, pretendo expor como a História Pública e o ensino de história podem se prestar de forma eficiente aos propósitos da educação antirracista no Brasil, articulando esses três campos.

História Pública ou histórias públicas?

Não é raro, em se tratando de ciências sociais e humanidades, a multiplicidade de significados para um mesmo termo. Contudo, a História Pública está muito acima da média nesse quesito, tantos são os usos, dimensões, práticas e possibilidades que esse conceito abarca. Para os mais conservadores, resume-se a tornar o saber acadêmico mais aberto ao público não-especialista. Outros, avançam um pouco e colocam mais peso na

produção de conhecimento histórico a partir de demandas de um público mais amplo. Os mais arrojados apregoam a possibilidade de incluir o público na própria produção desses saberes. Ao longo dessa primeira seção do texto, voltaremos a alguns desses pontos enquanto outras reflexões serão apresentadas ajudando, espero, a clarear um pouco mais as delimitações com que um conceito tão fluido como *História Pública* costuma ser apresentado.

Pensando a História Pública a partir de seu entrecruzamento com as novas mídias digitais, a História Oral e a História do Tempo Presente, torna-se produtora trazer para a reflexão o conceito de autoridade compartilhada discutido por Michael Frisch a partir dos anos 1990 (BONALDO, 2023). Os historiadores, ao proporem-se fazer uma produção de conhecimento histórico que extrapola os muros da academia e que, no limite, questiona a própria fronteira entre a produção e o consumo desse conhecimento, precisam estar preparados para admitir que sua autoridade não é a única nesse processo. Trata-se de aprender a lidar com autores não especialistas – o que é uma tarefa difícil diante da formação acadêmica tradicional dos historiadores e de todo o ethos que ela carrega.

Uma forma eficiente de entender o que somos é saber de onde viemos. Assim, seria útil nos determos um pouco mais no processo de institucionalização da História Pública, desde suas origens até seu desenvolvimento atual no Brasil.

Foi nos Estados Unidos, ao longo da década de 1970 que o termo Public History foi criado pelo historiador Robert Kelley, professor da Universidade da Califórnia (Santa Bárbara). Robert Kelley e Wesley Johnson fazem parte do grupo considerado os pais fundadores desse novo campo, pois estiveram empenhados em uma série de ações que resultou na rápida institucionalização da História Pública em seu país. Em questão de poucos anos, ela já contava com um periódico próprio – *The Public Historian* –, um

programa de pós-graduação bem estruturado e uma associação nacional (CAUVIN, 2019). O objetivo declarado era tirar o trabalho dos historiadores da clausura do ambiente universitário, onde tradicionalmente a produção e a circulação do conhecimento histórico é feita por e para acadêmicos. Por trás desse objetivo explícito havia dois fatores conjunturais que pesavam a favor da institucionalização desse novo campo: a necessidade de preparar historiadores para atender demandas de organizações públicas ou privadas e a recessão econômica global dos anos 1970, que diminuía as vagas de emprego nas universidades estadunidenses.

De fato, o que ocorreu no início do último quarto do século XX nos EUA foi apenas a institucionalização de uma prática que vinha sendo exercida há décadas (ou até mesmo há séculos, dependendo da interpretação) por historiadores profissionais. Desde a primeira metade do século XX, historiadores já exerciam cargos ligados a órgãos governamentais, como os parques nacionais e as forças armadas, ou empresariais, por exemplo, organizando os acervos de arquivos corporativos. E era exatamente esse tipo de historiador público que aquele movimento visava formar. Ao longo dos anos 1970, 1980 e 1990 a internacionalização da História Pública foi um processo que caminhou lentamente, enfrentando muitos obstáculos e resistências, associadas sobretudo à sua concepção original de viés um tanto mercadológico. Com a chegada dos anos 2000, como explica Thomas Cauvin, tal processo “parece ter sido mais bem sucedido graças à revalorização em geral do papel dos historiadores” (CAUVIN, 2019, p. 10). Seguindo o caminho aberto por outras áreas, como a museologia e as novas mídias sociais, onde o protagonismo do público tornava-se um guia importante, historiadoras e historiadores acadêmicos passam a ver na História Pública uma oportunidade para se colocarem em sintonia com os novos tempos. É nesse contexto que a História Pública ganha notoriedade no Brasil.

Em 2011 foi oferecido na USP o curso intitulado Introdução à História

Pública, idealizado por Ricardo Santhiago e voltado “à incorporação do historiador no mercado de trabalho e à inserção da história na cultura de mídias” (SANTHIAGO, 2016, p. 27). Após o sucesso dessa iniciativa pioneira vieram publicações, encontros acadêmicos – incluindo um simpósio internacional – e a criação de uma associação a nível nacional: a Rede Brasileira de História Pública (RBHP), criada em 2013. Essa rápida expansão, abraçada por programas de pós-graduação em diversas instituições brasileiras, num movimento que segue crescendo, fez da História Pública um dos setores mais efervescentes e prolíficos de nossa produção intelectual contemporânea, além de tornarem o Brasil um dos países de referência mundial desse novo campo. O contexto político que o país vivia também teve um peso fundamental. O governo Dilma Roussef, iniciado em 2010, tornava público parte dos arquivos do período da Ditadura Militar, através da recém-criada Comissão Nacional da Verdade e da Lei de Acesso à Informação. Aliado a isso vivia-se um momento de expansão do ensino e da pesquisa universitários.

Em relação à História Pública praticada no Brasil, duas questões são pertinentes antes de encerrarmos essa primeira seção. Em primeiro lugar, seria correto falarmos de uma História Pública brasileira? A resposta é: sim e não. Por fazer parte de um movimento internacional marcado por seu caráter ecumênico e multifacetado, não faz muito sentido falar de uma História Pública brasileira. Contudo, toda a produção de História Pública do Brasil traz as marcas de nossa cultura, como acontece com qualquer prática de produção de conhecimento histórico (SANTHIAGO, 2018). Por fim, se a História Pública é uma prática muito mais antiga que seu processo de institucionalização, qual é a novidade que o contexto atual apresenta? Embora muito já se tenha feito e debatido dentro de parâmetros que poderiam ser considerados como produção de História Pública, a originalidade de nosso tempo está na construção de um campo que

possibilita a troca de experiências, debates, publicações e encontros de seus praticantes (SANTHIAGO, 2016).

O que os professores de história e os historiadores públicos têm em comum?

Se uma das características fundamentais da História Pública é alcançar públicos ampliados e levar o conhecimento produzido na academia para não especialistas, então claramente trata-se de uma prática que tem muito em comum com o ensino de história. Mas, além do óbvio, o que a História Pública e o ensino de história compartilham? Em que medida a prática dos professores de história se aproxima da História Pública?

O conceito de intelectual mediador é um bom caminho para iniciarmos essa aproximação. Conforme trabalhado na obra organizada por Ângela M. de Castro Gomes e Patrícia Santos Hansen, *Intelectuais Mediadores: Práticas culturais e Ação Política* (2016), a noção de intelectual mediador pode ser aplicada a diversas atuações, sendo um conceito bastante alargado que pode servir inclusive para refletir sobre a História Pública e também o ensino de história. Existe uma concepção cristalizada, por diversos motivos, que separa em dois grupos os intelectuais que lidam com o conhecimento acadêmico. De um lado, estariam os intelectuais criadores ou produtores de conhecimento (ou bens culturais), comumente denominados de autores, inventores ou cientistas. Sua ação está associada à chamada alta cultura ou cultura erudita. De outro lado, estariam aqueles indivíduos que ajudam esse conhecimento ou esses bens culturais a serem apreendidos por um público mais amplo, seja de forma impressa, oral ou qualquer outra, utilizando meios diversos, desde as mídias tradicionais até as novas mídias digitais. Esses seriam os intelectuais mediadores e sua ação estaria tradicionalmente associada à divulgação do conhecimento.

O conceito de intelectual mediador não deve ser entendido simplesmente como a mera simplificação do conhecimento acadêmico ou

sua vulgarização. Em entrevista concedida ao site Café História, Ângela de Castro Gomes reflete sobre a possibilidade de professores escolares serem considerados intelectuais mediadores:

Todos os professores, de todos os níveis, em todos os países, são mediadores, uma vez que o trabalho docente é um trabalho de mediação cultural. Porém, nem todos os professores são intelectuais mediadores. Não teria o menor sentido utilizar a categoria nesses termos, que seriam tão amplos que a diluiriam. Mas podemos encontrar professores que são intelectuais mediadores. Como a gente vai reconhecê-los? Bem, a gente vai reconhecer através da pesquisa, do estudo de caso. Se você pesquisa o tema e não afasta a possibilidade de encontrar um professor que seja um intelectual mediador, você pode se deparar com um. Ou então você pode partir da hipótese de que aquele professor X é um intelectual mediador. E vai testar se ele esteve ligado a um tipo de proposta, se desenvolveu um trabalho que teve ressonância na escola, na comunidade etc. (GOMES, 2020).

Podemos assumir o risco de inferir que, assim como nem todos os professores devem ser considerados intelectuais mediadores, o mesmo se aplica aos historiadores públicos. A categoria de intelectual mediador apresenta alguns pressupostos como atingir e causar impacto num público mais amplo. Mas certamente não se resume a isso.

Tratando agora especificamente dos professores de história e dos praticantes de História Pública, um outro conceito que os aproxima é o de atitude historiadora, como definido por Ana Maria Mauad: “a tomada de posse do passado comum como material para dar sentido ao presente e situar-se no fluxo do tempo futuro” (MAUAD, 2018, p. 228). Resumidamente, trata-se de lidar com as dimensões temporais de forma a gerar ou reforçar o sentimento de identidade do público a que se está dirigindo. Professores de história fazem isso já de forma quase natural – trata-se mesmo de uma condição imprescindível da profissão.

No texto citado, Ana Maria Mauad reflete sobre o desfile da escola de samba Paraíso do Tuiuti em 2018, onde o tema da escravidão mediou a relação passado/presente, denominando as favelas cariocas como os quilombos atuais – apenas para ficarmos em um aspecto de sua rica análise. Quando

um professor de história, por exemplo, propõe aos seus alunos refletirem sobre a Revolta da Vacina sobre a luz (ou as trevas) do movimento antivacina atual, ele está fazendo semelhante movimento. O mesmo é necessário fazer, *mutatis mutandis*, os historiadores públicos.

Articular temporalidades reforçando identidades é uma forma de complexificar algo que todos naturalmente possuímos: a consciência histórica. E nisso professores de história e historiadores públicos encontram mais um ponto de interseção. Podemos entender a ideia de consciência histórica, de maneira simplificada, como o “modo como os seres humanos interpretam a experiência da evolução temporal de si mesmos e do mundo em que vivem” (ALBIERI, 2011, p. 25). Trata-se de um conceito caro à historiografia e filosofia alemãs (por exemplo, presente nos trabalhos de Reinhart Koselleck e Jörn Rüsen) que inovou ao dar mais relevo à forma como as pessoas experimentam a passagem do tempo. Mesmo a consciência histórica sendo um atributo natural dos seres humanos, podemos torná-la mais complexa e a História Pública, assim como o a atuação dos professores de história, pode cumprir esse papel.

Independente de ser um intelectual produtor ou mediador do conhecimento, um professor de história ou um historiador público, é imprescindível trabalhar com seriedade, de forma crítica e adotando uma postura ética na produção e nos usos do conhecimento histórico. É isso que diferencia a História Pública de outras formas de entretenimento que utilizam o passado como simples narrativa histórica. É isso também que diferencia professores de história e historiadores público de meros vulgarizadores de um passado abordado pelo viés da anedota ou da desonestidade intelectual.

De que forma a História Pública e o ensino de história podem ser úteis na luta antirracista?

A lei 10.639/03 está inserida num conjunto mais amplo de ações que podem ser consideradas parte fundamental de um projeto de educação

antirracista. Sendo o racismo um dos principais problemas do Brasil atual – identificado em várias formas de manifestação, sejam individuais, institucionais ou estruturais (ALMEIDA, 2018) –, combatê-lo exige uma ação deliberada de toda a nossa sociedade. Nesta terceira parte iremos articular as propostas e ações que orientam o princípio da educação antirracista com o ensino de história, por um lado, e com a História pública, por outro.

O termo “educação antirracista”, como defendido pelo movimento negro, refere-se a um amplo conjunto de iniciativas educacionais que envolve desde políticas públicas até práticas de ensino. Essa visão é incorporada pela legislação específica que trata de questões relacionadas à educação para as relações étnico-raciais, notadamente suas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino e História de Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004). O objetivo geral das propostas antirracistas para a educação é alcançar uma sociedade onde a equidade racial torne-se realidade através do enfrentamento do racismo em suas mais variadas formas.

Nesse sentido, as referidas diretrizes curriculares, após introduzirem as devidas justificativas, elencam uma série de princípios e determinações que devem nortear as estratégias para a implementação de uma proposta educacional antirracista. Dentre elas podemos citar um leque variado de ações que vai desde a conscientização dos educandos sobre a existência e gravidade do racismo em nossa sociedade, a desconstrução de estereótipos e a inclusão de perspectivas históricas com maior ênfase no protagonismo negro, até o redesenho curricular (incluindo o ensino superior) e iniciativas de formação e capacitação de professores.

Ao tornar obrigatório o ensino de História da África e da cultura negra no Brasil, a Lei 10.639/03 atua a partir do princípio de que ações no campo epistemológico são necessárias para combater de forma efetiva nossa mentalidade racista tão enraizada. Para tanto, visa trazer para dentro da

escola saberes ligados a culturas que sempre estiveram excluídas desse território. O currículo escolar, sendo uma construção social, torna-se o campo de disputas onde esses embates ocorrem e o ensino de história é uma área particularmente sensível para se observar esse embate de paradigmas. Cabe agora, ainda que de forma breve, entender um pouco melhor qual a base teórica e a conjuntura política que impulsionaram a implantação de um currículo antirracista, bem como algumas dificuldades encontradas nesse caminho. Antes disso, é prudente fazermos algumas breves observações.

A Lei 10.639/03 representa um marco importante por pontuar de forma mais clara a obrigatoriedade do ensino da história africana e da cultura negra no Brasil, tendo consequências importantes como, por exemplo, a inclusão de tais conteúdos nos materiais didáticos. Contudo, sabemos que existe uma significativa diferença entre o que propõe a legislação curricular oficial e o que de fato é trabalhado nas salas de aula, o chamado “currículo em ação”. Isso significa afirmar que ainda temos um longo caminho a percorrer para a implementação efetiva de um currículo antirracista no Brasil, sem querer desmerecer os importantes passos que já foram dados nessa direção.

Também é válido ressaltar que esses passos importantes, como a aprovação das leis 10.639/03 e 11.645/08, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino e História de Cultura Afro-Brasileira e Africana, não estão plenamente assegurados e nem isentos de retrocessos. Tomemos como exemplo a própria Base Nacional Comum Curricular (BNCC), cuja versão final foi homologada em 2017. Muitos argumentam que a BNCC representa um passo atrás em termos de educação antirracista por sua falta de profundidade e especificidade de diretrizes direcionadas para o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e também indígena, além de não apresentar propostas mais claras para o enfrentamento das questões raciais no ambiente escolar (SILVA; SILVA, 2021). Feitos esses esclarecimentos, podemos retomar nossa análise.

O movimento negro no Brasil, desde sua luta abolicionista no século XIX, teve um papel fundamental ao combater a ideologia racista europeia que pregava aos povos negros e suas manifestações culturais a pecha da inferioridade civilizacional. Nessa luta, que buscava igualdade de direitos e dignidade de vida, o movimento negro acabou por ressignificar o conceito de raça tornando a cultura negra algo a ser valorizado, incluindo aí seus saberes próprios e sua história (GOMES, 2017), num movimento pioneiro de combate à pretensa noção de democracia racial tão propagada entre nós ao longo do século XX e com forte eco até os dias atuais. Ao fazer isso, o movimento negro acabou se antecipando a outro movimento importante que são os estudos decoloniais e Aníbal Quijano é um nome central desse campo.

O sociólogo peruano Aníbal Quijano (1928 – 2018) foi um dos mais importantes teóricos sociais latino-americanos do século XX. Autor de uma obra extremamente prolífica, tanto em termos de volume como em relação à variedade de temas abordados. Quijano argumenta que o processo de conquista e dominação colonial estabeleceu-se sobre dois eixos fundamentais: a ideia de superioridade racial e a construção de uma divisão internacional do trabalho dentro do sistema capitalista (QUIJANO, 2005). Quijano salienta que categorias que hoje normalizamos em nosso vocabulário, como branco, negro ou índio, e junto às quais associamos tradicionais juízo de valores, foram criadas durante o processo colonial e entre tais categorias operou-se uma hierarquização. Nesse processo, os traços fenotípicos dos povos dominados, bem como sua cultura e suas formas de conhecimento, passaram a ser considerados inferiores. Portanto, essa hierarquia racial persiste até os dias de hoje nas relações políticas, econômicas, sociais e culturais na América Latina, afetando sobretudo as populações negras e indígenas – fenômeno denominado colonialidade do poder.

Articulando a noção de colonialidade do poder com as propostas de

uma educação que seja capaz de desconstruir tal paradigma, o nome do pedagogo e ensaísta espanhol Jurjo Torres Santomé ganha destaque. Ele é autor de vários livros e artigos sobre currículo escolar, justiça social, políticas educativas, educação para a cidadania, entre outros temas. Santomé faz uma análise focada no currículo escolar, refletindo sobre os mecanismos que tornam invisíveis as culturas associadas aos grupos socialmente desfavorecidos, enquanto exaltam as culturas de grupos hegemônicos. Ele desenvolveu a noção de culturas negadas, que são os saberes associados a esses grupos excluídos e que acabam tornando-se invisibilizados dentro do ambiente escolar e de seu currículo. Assim, torna-se necessária uma ação deliberada por parte de professores e demais agentes educacionais para combater tal processo de invisibilização em suas múltiplas manifestações (SANTOMÉ, 1995).

Mudanças conjunturais no Brasil e no mundo, entre o final do século XX e o início do século atual, construíram um terreno mais favorável à introdução das políticas educacionais antirracistas entre nós. No Brasil, quanto mais se universaliza o ensino básico e se amplia o acesso ao ensino superior, adentram a esses territórios indivíduos cujos saberes foram tradicionalmente excluídos dos espaços escolares e acadêmicos. Sua presença impulsiona demandas por mudanças curriculares e uma nova teoria educacional, menos baseada no saber eurocêntrico colonizador e mais aberta às novas epistemologias (GOMES, 2012). A Lei 10.639/03 e seu arcabouço legal complementar se inserem nesse processo. Junto à referida lei foram publicados pareceres do Conselho Nacional de Educação e criadas diretrizes curriculares específicas propondo mudanças na formação docente, na pesquisa acadêmica, na produção de materiais didáticos, entre outras medidas.

Contudo, mesmo após todas essas medidas terem já completado duas décadas de existência, a aplicação da Lei 10.639/03 ainda encontra diversos obstáculos em seu caminho, que a impedem de alcançar plenamente seu

propósito. Por exemplo, o fato de que uma proposta de educação antirracista acaba por se chocar com temas tradicionais arraigados no currículo escolar. Outro problema é que as propostas de ensino da cultura e história negras vêm sofrendo nos últimos anos um forte ataque de movimentos conservadores e de extrema direita, que visam desqualificar esses novos saberes (ARANTES, 2021).

Diante desse cenário de consideráveis dificuldades, a História Pública pode ser uma aliada poderosa para as propostas de educação antirracista, em particular, e para o combate às mentalidades racistas e eurocêntricas, de uma forma mais ampla. Para tanto, podemos ficar com a análise de dois exemplos.

O primeiro deles é a elaboração do Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil, projeto capitaneado por historiadores da Universidade Federal Fluminense, iniciado em 2011, e que faz parte de um projeto mais amplo da UNESCO intitulado Rota do Escravo: Resistência, Herança e Liberdade. A partir da criação de uma rede de colaboradores formada por estudiosos da escravidão decidiu-se inventariar cem locais de memória relacionados aos africanos de primeira geração no Brasil, incluindo locais de chegada ou marcas de sua presença (MATTOS; ABREU; GURAN, 2014). Utilizando o conceito de locais de memória desenvolvido pelo historiador francês Pierre Nora, entendido como locais físicos que se tornaram símbolos de memórias coletivas ou eventos históricos específicos (NORA, 1993), o projeto buscou identificar manifestações diversas, desde pontos de desembarque ilegal até manifestações religiosas, dessas primeiras gerações de africanos escravizados que chegaram por aqui, incluindo marcas de sua presença no período pós-abolição

Por uma série de motivos, a memória do tráfico atlântico foi silenciada entre nós e o projeto do Inventário busca combater esse silenciamento,

analisando a presença e participação dos africanos escravizados nesse processo a partir dos princípios básicos de Resistência, Herança e Liberdade:

Com a ideia de resistência procura-se evidenciar como as vítimas da escravidão jamais cessaram de resistir; com a noção de liberdade, observa-se que a luta contra a escravidão redefiniu as próprias noções de liberdade, de dignidade e de humanidade como direitos universais; pela herança valoriza-se o patrimônio cultural criado pela diáspora no chamado Novo Mundo e presente em nosso tempo (MATTOS; ABREU; GURAN, 2014, p. 257).

O segundo exemplo é a utilização da escrita biográfica e sua relação com a escrita histórica. Embora nos tempos antigos o uso das biografias tenha estado muito próximo da história *magistra vitae*, narrando a vida de grandes personagens, ela foi sendo deixada de lado (embora nunca definitivamente abandonada) pela história científica, sobretudo a partir do século XX, que passa mais a se preocupar em debater processos econômicos e sociais. Em tempos recentes o uso das biografias passou por um processo de reabilitação entre os historiadores, sendo usadas para contar a vida de personagens pertencentes a grupos excluídos dos círculos de poder, por exemplo, em correntes historiográficas como a micro-história ou a história vista de baixo. O gênero biográfico, então, vem sendo utilizado também para atender demandas de grupos identitários, por exemplo, biografando personagens ligados a grupos não-hegemônicos, como os africanos escravizados e seus descendentes, cuja história, conforme anteriormente descrevemos, passou por um processo de invisibilização (OLIVEIRA, 2022).

Esses dois exemplos citados, as biografias e o projeto do inventário do tráfico e da escravidão, ajudam a resgatar a memória e o legado dos africanos escravizados do Brasil e combatem o silenciamento de seu protagonismo histórico, que é um dos fatores a reforçar o nosso racismo estrutural. E fazem isso atendendo demandas sociais do presente e levando o conhecimento histórico para público mais amplos, além dos muros da academia. Assim sendo, articulam aspectos importantes das propostas da educação antirracista com as práticas da História Pública.

Como tentamos demonstrar nesse breve artigo, o ensino de história, a História Pública e as práticas de educação antirracista, por mais que sejam áreas distintas e com propostas diferenciadas, permitem a construção de variadas pontes entre si. E, mais que possível, tal processo é necessário e mutuamente enriquecedor para esses três campos. Utilizar as escolas como locais para a promoção de rodas de conversa com guardiões de nossa cultura negra (por exemplo, lideranças quilombolas), junto com a divulgação de materiais de pesquisa em História Oral e História Pública produzidos por centros acadêmicos como o LABHOI da UFF é um bom caminho, ficando apenas em um exemplo, para colocar essas três esferas em cooperação (ABREU; MATTOS; GRINBERG, 2019). Muitos outros caminhos são possíveis. A cultura afro-brasileira permaneceu invisibilizada por tempo demais em nosso ensino de história. As práticas da História Pública constituem-se como poderosas ferramentas para reverter esse processo, ajudando a reparar injustiças históricas e combater formas variadas de racismo.

Referências

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe; GRINBERG, Keila. História pública, ensino de história e educação antirracista. *Revista História Hoje*, v. 8, n. 15, junho de 2019, p. 17-38. Disponível em: <<https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/523/297>> Acesso: 15 de maio de 2023.

ALBIERI, Sara. História Pública e consciência histórica. In: ALMEIDA, Junielle Rabêlo de; ROVAL, Marta Gouveia de Oliveira (org.). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p. 19-28.

ALMEIDA, Silvio Luis de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ARANTES, Erika Bastos. "Negando o racismo nas escolas": o negacionismo histórico e os desafios para uma educação antirracista. *Revista Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, Uberlândia, v. 34, n. 2, jul./dez. 2021. Disponível em:<<https://seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/63438/33466>> Acesso: 21 de junho de 2023.

BONALDO, Rodrigo Bragio. *O que é História Pública?* Disponível em: <<https://historiapublica.sites.ufsc.br/o-que-e-historia-publica/>> Acesso: 20/07/23.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino e História de Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Ministério da Educação: Brasília, 2004.

CAUVIN, Thomas. A ascensão da História Pública: Uma perspectiva internacional. *Revista NUPEM*, v. 11, nº 23, maio/agosto 2019.

GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo (Apresentação). In: GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (Orgs.). *Intelectuais Mediadores: Práticas culturais e Ação Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 7-37.

GOMES, Ângela de Castro. O lugar dos "Intelectuais mediadores": entrevista com a Angela de Castro Gomes. Entrevistadores: Bruno Leal Pastor de Carvalho e Ana Paula Tavares Teixeira. In: *Café História*. Disponível em: <<https://www.cafehistoria.com.br/intelectuais-mediadores-entrevista-angela-de-castro-gomes/>> Acesso: 12 de julho de 2023.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. *Revista Currículo sem Fronteiras*, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012. Disponível em: <<https://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.pdf>> Acesso: 20 de maio de 2023.

GOMES, Nilma Lino. *O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2017.

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha; GURAN, Milton. Por uma história pública dos africanos escravizados no Brasil. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: vol. 27, nº 54, julho-dezembro de 2014. p. 255-273. Disponível em: <<https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/42542/41261>> Acesso: 10 de julho de 2023.

MAUAD, Ana Maria. O carnaval da História pública [Posfácio]. In: ALMEIDA, Junielle Rabêlo; MENESES, Sônia (org.). *História Pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado*. São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 217-235.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Revista Projeto Histórico*. São Paulo: vol. 10, julho-dezembro de 1993, p. 7-28.

OLIVEIRA, Maria da Glória. *Biografia, usos do passado e demandas identitárias*.

In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo (org.) *Em defesa do ensino de história: a democracia como valor*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022, p. 198-210.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, CLACSO, 2005, p. 227-278.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: Alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Junielle Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (org.). *História Pública no Brasil – sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 23-35.

SANTHIAGO, Ricardo. Pode-se falar de uma história pública brasileira? In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (org.). *Que história pública queremos? What public history do we want?* São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 323-330.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Alienígenas na sala de aula*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 159-189.

SILVA, Assis Leão da; SILVA, Clesivaldo da. A Base Nacional Comum Curricular e a Educação Étnico-Racial na promoção de uma educação antirracista. *Revista Eletrônica Pesquiseduca*, Santos: V. 13, N. 30, maio-agosto de 2021, p. 553-570. Disponível em: <<https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/view/1056>> Acesso: 09 de maio de 2024.

BOLSONARISMO: UM DEBATE EM PERSPECTIVA

André Elias Barreto da Silva¹

Resumo: Nesse artigo será apresentado o debate a respeito do bolsonarismo com as considerações de diferentes autores que compõem um largo campo de competências científicas, como antropólogos, sociólogos, historiadores e cientistas sociais. Assim como também um amplo espectro de disposições teóricas, pois o objetivo principal desse exposto é mostrar o surgimento do debate e tentar abarcar da maneira mais ampla possível o arcabouço de reflexões acerca do bolsonarismo utilizadas pelos autores tendo em vista as relações possíveis entre o bolsonarismo e o fascismo. Trata-se, portanto, de trazer as considerações, referências, problemáticas, insuficiências, bem como os principais pontos de argumentação sustentados pelos autores no nascedouro do debate científico sobre o bolsonarismo.

Palavras-chave: bolsonarismo; fascismo; ideologia.

BOLSONARISM: A DEBATE IN PERSPECTIVE

Abstract: This essay intends to introduce the debate about bolsonarism, with the considerations of authors from a wide range of scientific fields, such as anthropologists, sociologists, historians and social scientists. As well as an ample spectrum of theoretical positions, since the main goal of this work is to showcase the birth of the debate and include as wide an array of reflections regarding bolsonarism as possible, looking to focus on the possible relationship between bolsonarism and fascism. The goal is, therefore, to bring together the considerations, references, problems, insufficiencies, as well as the central arguments of the authors at the very start of the scientific debate about bolsonarism.

Keywords: bolsonarism; fascism; ideology.

Antes mesmo de existir uma definição mais precisa quanto ao “bolsonarismo”, uma das primeiras obras a citar a possibilidade em aberto de Jair Bolsonaro como sendo aspirante a fascista brasileiro foi a obra “O

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Contato: andre_barreto@id.uff.br.

Fascismo no Brasil: o Ovo da Serpente Chocou", em 2017, dos autores Guilherme Reis e Giovanna Soares.

Nessa obra os autores entendiam que de 2013 ao golpe de 2016 abriu-se um vácuo político no qual a extrema-direita conseguiu preencher e se desenvolver. Para os autores existiam a época dois nomes expoentes com potencialidade para assumirem o signo de líder fascista de um movimento de extrema-direita em ascensão, eram eles os então deputado Jair Bolsonaro, e o juiz da lava-jata, Sérgio Moro.

A criminalização da política e particularmente da esquerda, o descrédito da representação, o incompetente trabalho dos partidos estabelecidos de levar adiante seus deveres de formação política e mobilização para a participação, e a profunda espetacularização e midiaticização dos escândalos são elementos que, somados, permitem que o ovo da serpente fascista tenha sido chocado ainda sem um líder pré-determinado para liderar as massas encantadas rumo ao avanço projeto reacionário.

Há, no entanto, figuras públicas qualificadas para encarnar o papel. As eleições municipais de 2016 mostraram não apenas um fracasso da esquerda como um todo, e do PT em particular, mas também a recorrência do discurso por parte dos candidatos de não serem políticos tradicionais. Dois outros nomes, no entanto, podem ser apontados como os mais promissores para assumir tal papel: o juiz de primeira instância e comandante da Operação Lava-Jato Sérgio Moro e o deputado federal representante dos militares Jair Bolsonaro. Ambos se qualificam por seu antiesquerdismo, criminalização da política, conservadorismo, personalismo, e autoimputado papel de cruzado contra o sistema. Bolsonaro, no entanto, assume de forma muito mais explícita e completa o discurso fascista, além de já estar envolvido na disputa eleitoral, de já ter se lançado pré-candidato a presidente e de estar bem cotado nas pesquisas.²

E complementam os autores,

Desde o golpe de 2016, pode-se dizer que o Brasil tem um governo autoritário e movido por pautas reacionárias, com um Estado crescentemente violento e descompromissado com os direitos e garantias; mas não é um governo ou um Estado fascista. Na sociedade, no entanto, o fascismo já é perceptível, podendo inclusive tornar-se uma força eleitoral relevante, a julgar pela repercussão pública do nome do deputado federal Jair Bolsonaro, abertamente um defensor da ditadura militar, da tortura, da homofobia e de políticas de segurança pública repressivas.³

² REIS, Guilherme; SOARES, Giovanna. O Fascismo no Brasil: o Ovo da Serpente Chocou. *Desenvolvimento em debate*. v.5, n.1, p.51-71, 2017. p. 68. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dd/article/view/32164>. Acesso em: 08/01/2022.

³ Idem, p. 54.

É interessante notar a lucidez por parte dos autores, ao menos pela seriedade de não terem subestimado a potencialidade eleitoral desse movimento de cariz fascista que de fato já representava uma força eleitoral preocupante em 2017.

Desse modo, conforme dados de pesquisa de intenção de voto do Datafolha, em junho de 2017, num cenário onde Sérgio Moro e Jair Bolsonaro figuravam como possíveis candidatos tínhamos os seguintes números⁴:

Lula 29%
Sergio Moro 14%
Marina Silva 14%
Jair Bolsonaro 13%
Geraldo Alckmin 6%
Luciana Genro 2%
Eduardo Jorge 2%
Ronaldo Caiado 1%
Branco / Nulo 15%
Não sabe 2%

Embora Lula despontasse isoladamente nessa e em praticamente todas as pesquisas de intenção de voto até o período próximo às eleições, é possível notar que somadas as porcentagens de Bolsonaro e Moro, o montante já representava 27% das intenções de voto. Considerando a margem de erro seria possível inclusive considerar um empate técnico entre o possível montante de eleitores de Bolsonaro e Moro com os votantes de Lula.

É claro que um movimento de migração de votos de um candidato para outro não aconteceria de maneira tão mecânica e de forma total. No entanto, a considerar o discurso e o bueiro histórico que tanto Jair Bolsonaro como Sérgio Moro emergiram, o mais provável é que ambos possuíssem um

⁴ DATAFOLHA. *Pesquisa eleitoral*. Instituto de pesquisa. 2018. Disponível em: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/pesquisaseleitorais/datafolha/pesquisa-datafolha-junho-2017/>. Acesso em: 08/01/2022.

eleitorado minimamente semelhante. É o que parece mostrar os números das pesquisas sequenciais de julho e agosto. Considerando o mesmo cenário de opções, só que dessa vez sem a consideração de Moro como possível candidato, Bolsonaro passou de 13% em junho para 21% em julho e 25% em agosto de 2017. Ou seja, em 2 meses de pesquisa sem ter Moro como opção Bolsonaro praticamente dobrou em intenções de voto.

Mais uma vez é preciso ressaltar que é claro que outros fatores podem ter contribuído para tal crescimento, mas fica evidente que importante contingente do possível eleitorado “morista” acabou migrando para Bolsonaro, o que ao menos em parte parece corroborar com o argumentado por Reis e Soares⁵, a respeito de Bolsonaro e Moro terem estado relacionados e em certo sentido disputando uma mesma massa de indivíduos simpáticos e inclinados a extrema-direita.

No entanto, o debate no qual os autores figuram como uns dos primeiros a discutir academicamente, tem suas concordâncias e discordâncias com autores que publicaram posteriormente a respeito da proximidade ou não do bolsonarismo com a ideia de fascismo em pleno século XXI no Brasil.

Na leitura dos autores já era possível identificar uma espécie de movimento fascista no Brasil desde pelo menos o golpe de 2016, tendo Moro e Bolsonaro como principais aspirantes ao cargo de líder do movimento. Sua averiguação se debruçou em meio a uma conjuntura cujos elementos observados ratificaram seu entendimento sobre a emergência de um movimento fascista, tais como: crise econômica e de representação das massas; forte sentimento de apressamento quanto a políticas de repressão e ao próprio militarismo em si, como também o discurso antissistêmico, antidemocrático e violento sobretudo por parte de Jair Bolsonaro.

E recorrendo a autores como Hannah Arendt, Domenico Losurdo, e outros de inspiração frankfurtiana, os autores tentaram se desconectar de

⁵ REIS; SOARES. op.cit.

uma visão do fascismo entendida somente enquanto algo violento e intolerante. Para eles estes adjetivos não podem por si só definir o fascismo, e sim alguns pontos mais específicos que compõem o corolário fascista e puderam ser identificados no Brasil do período pós golpe, como o anti-intelectualismo; personalismo; irracionalismo; bodes-expiatórios eleitos como culpados de todos os males da sociedade; suspeita paranoica; líder com carisma, que se faz povo. Todos elementos característicos do fascismo que estavam presentes na conjuntura política dos autores.

Não obstante, um dos primeiros autores a tentar definir aspectos ideológicos do “bolsonarismo”, o autor Felipe Catalani, argumenta de forma semelhante. Na visão do autor,

Muitas das especulações do caráter fascista do bolsonarismo rodam em falso. É evidente que há certos limites na analogia com o fascismo histórico: se na Alemanha hitlerista havia a ostentação de uma Volksgemeinschaft [comunidade do povo], calcada na ideologia do “sangue e solo” e até com ares pretensamente anti-capitalistas (na oposição entre capitalismo financeiro judaico rapinante versus capitalismo produtivo “com lastro”), o que vemos no Brasil atual é um esgarçamento total do tecido social, um hiperindividualismo de crise. Como contra-argumento, alguns dizem, por exemplo, que o fascismo seria necessariamente estatista e intervencionista, e que o programa de Bolsonaro é ultra liberal, ou que Bolsonaro não é fascista e sim “um soldado das guerras culturais” etc.⁶

Assim, o autor finca uma posição no debate, de entender o fascismo não como algo datado no entreguerras, nem mesmo sujeito a características de outra conjuntura específica, mas sim um processo histórico que pode ressurgir com suas devidas adaptações. E desenvolve sua argumentação acerca do bolsonarismo da seguinte maneira.

Mas uma coisa é o governo Bolsonaro, que ainda não existe, e sobre o qual podemos ter algumas hipóteses; outra coisa é um fenômeno bem palpável e efetivo que é o que podemos chamar de bolsonarismo, ou o que Esther Solano chamou de “bolsonarização da esfera pública” (que é na verdade, creio eu, o tiro de misericórdia da esfera pública). O fascismo aqui deve ser entendido não tanto como

⁶ CATALANI, Felipe. Aspectos ideológicos do bolsonarismo. *Blog da Boitempo*, v. 28, n. 10, 2018. p. 1. Disponível em: https://www.academia.edu/38270568/Aspectos_ideol%C3%B3gicos_do_bolsonarismo. Acesso em: 10/01/2022.

um elemento do Estado ou uma forma de governo, mas como um fenômeno social e ideológico. Por vezes, a adesão ao discurso fascista aparece como uma patologia psicológica. Porém, também Adorno, que tanto se apoiou na psicanálise e na crítica da ideologia em suas análises do fascismo, afirmou que “o fascismo como tal não é um problema psicológico [...]”. Disposições psicológicas, na verdade, não causam o fascismo.” Por mais que a família Bolsonaro seja um bando de psicopatas, isso não é uma explicação suficiente. Ou seja, devemos ter em vista que a ideologia não pode ser tomada como uma dimensão psíquica autônoma, uma patologia individual, mas como algo que diz respeito a processos sociais e históricos objetivos.⁷

Portanto, baseado em Theodor Adorno, que é a base teórica de todo o seu artigo, o autor chama a atenção para o entendimento do fascismo enquanto ideologia, ou seja, uma ideia borbulhante em meio ao imaginário social que representa também a correspondência concreta de um movimento nascente. E é importante compreender essa dimensão do fenômeno pois na altura de sua análise o bolsonarismo se encontrava ainda em fase de desenvolvimento e ascensão, com um movimento ideológico que poderia ou não alcançar um estado mais avançado como um regime e ou Estado fascista por exemplo. Como também a assertiva da sustentação do autor de que tratar o fascismo simplesmente enquanto uma patologia psíquica seria insuficiente para o bom entendimento do fenômeno.

Contudo, o autor vai além em sua apreensão, recorrendo ao sociólogo Florestan Fernandes, insere o processo histórico em questão na luta de classes na maneira pela qual ela é travada historicamente no Brasil.

Vale ressaltar que há um elemento desse novo fascismo que se vincula a uma forma específica da luta de classes no Brasil. Florestan Fernandes dizia que a luta de classes no Brasil não se dá entre capital e trabalho, e sim entre quem tem propriedade e quem não tem: por isso ela não é um mecanismo regulador interno do capital, mas sim simplesmente sanguinária. Alguns substantivos no programa de Bolsonaro são grafados em maiúsculo, dando a eles uma conotação semi-religiosa, mas no caso da propriedade privada, para não deixar dúvidas, é dito de forma clara: ela é sagrada. Portanto aquele que a infringe é um sacrílego. Isso é muito evidente no “programa”, que visa (1) armar os proprietários (2) “tipificar como terrorismo invasão de propriedade rural e urbana”, (3) para ladrões e assaltantes, “prender e deixar na cadeia” (para não citar as declarações que envolvem pena de morte e esterilização dos pobres). O que se revela aqui é uma

⁷ Idem, p. 3.

matriz colonial desse neo-fascismo brasileiro, estruturalmente racista: uma parcela da população é considerada efetivamente descartável “como modess usado ou bombril” (Mano Brown).⁸

Desse modo, o fascismo além de não ser simplesmente uma patologia psíquica de um bando de sujeitos enfurecidos e irracionais, também não ocorre numa dimensão apartada da política e do econômico. Pensar em fascismo no Brasil e em qualquer lugar do mundo é também pensar o capitalismo e todas as suas contradições que fazem desse fenômeno possível e frequentemente ressuscitado por seus asseclas.

Todavia, duas das primeiras autoras a tentar definir a composição do bolsonarismo foram a antropóloga, Rosana Pinheiro Machado, e a socióloga, Lucia Scalco. A preocupação das autoras difere um pouco de tentar atrelar ou não o bolsonarismo ao fascismo, o interesse imediato para ambas se voltou para os sentidos do bolsonarismo, ou seja, suas contradições mais evidentes; as disputas simbólicas por pautas identitárias na sociedade; assim como os valores defendidos por bolsonaristas.

Uma das grandes lições proposta pelas autoras reside no fato de se recorrer ao diálogo, sobretudo com jovens bolsonaristas, comumente flexíveis ao debate para tentar trazê-los aos valores democráticos. E criticam a identificação mecânica de se considerar tais jovens simpatizantes de Bolsonaro como fascistas e ou de extrema-direita.

Em tempos de crise política, isso nos ajuda a fugir da razão do senso comum polarizado que, comumente, parte do princípio que existe um campo homogêneo que, ao se identificar com Bolsonaro, é automaticamente fascista, de extrema direita, produz discurso do ódio e é avesso ao diálogo. Esse encapsulamento de identidades juvenis não é apenas reducionista sob o ponto de vista acadêmico, como também traz outras implicações negativas. Eticamente, a rotulação não deixa de ser uma forma de violência e uma irresponsabilidade, uma vez que muitas vezes estamos nos referindo a adolescentes em processo de formação política. Politicamente, acreditamos que se trata de um erro estratégico que perde a oportunidade não apenas de entender as razões do apelo conservador, mas também de dialogar e oferecer discursos alternativos. Se uma parte do self desses jovens nos mostra flexibilidade e adaptabilidade, é nisso que

⁸ Idem, p. 9-10.

precisamos nos agarrar para uma aposta em uma sociedade democrática.⁹

Entretanto, um dos grandes feitos das autoras foi ter buscado, ou pelos menos vislumbrado chegar a tal, as raízes do próprio bolsonarismo no cotidiano brutal da contraditória vida sob sociabilidade neoliberal.

Esperança e ódio não são - e nunca foram - categorias excludentes, mas coabitam ganhando maior ou menor espaço conforme o contexto. Isso nos ajuda a compreender porque, no caso em questão, não se pode falar em uma "virada conservadora". De um lado, poderia-se inferir que a adesão bolsonarista tem algumas de suas raízes no próprio modelo de desenvolvimento lulista focado na agência individual e no consumo – e não na mudança estrutural dos bens públicos atrelada a um processo de mobilização coletiva. Esse argumento é legítimo, porém incompleto, já que nosso esforço aqui também foi mostrar que mesmo políticas liberais tinham potência política, além de que o ideal da felicidade era algo finalmente avistado no horizonte das pessoas de baixa renda. De outro lado, também poderia se inferir que o crescimento do "bolsomito" nas periferias é fruto do golpe de 2016. Este também é um argumento legítimo e incompleto, uma vez que o lulismo foi incapaz de promover transformações estruturais. Logo, a agenda de austeridade de Michel Temer mais aprofunda do que inaugura uma vida de exclusão. Por isso, temos preferido pensar em um continuum histórico em que a violência estrutural – o racismo, a discriminação de classe, o patriarcado ancorado na figura do super macho - e a presença da igreja, do tráfico e da polícia sempre foram os modelos preponderantes, juntamente, é claro, com práticas cotidianas de resistência, criatividade, amor e reciprocidade.¹⁰

Como as autoras sustentam, é insuficiente apontar somente um dos motivos de gestação do bolsonarismo. Cada um deles deve ser somado à um complexo de causas que somadas parecem dar a real substância do bolsonarismo. E ir por esse caminho também parece ser o mais correto até mesmo para uma caracterização ou não do fenômeno enquanto algo fascista, uma vez que foge a frequentes transposições teóricas de outras realidades e contextos para encaixar em nossa realidade. Ainda que seja necessário recorrer aos clássicos sobre o fascismo, é preciso ter cautela e rigor

⁹ PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia. Da esperança ao Ódio: Juventude, Política e Pobreza do Lulismo ao Bolsonarismo. *Instituto Humanitas Unisinos*. n. 16. 04/10/2018. p. 12. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/583354-da-esperanca-ao-odio-juventude-politica-e-pobreza-do-lulismo-ao-bolsonarismo>. Acesso em: 11/01/2022.

¹⁰ Idem, p.13.

científico para buscar uma definição do bolsonarismo como fascismo, como não negligenciar a própria concretude que a realidade apresenta.

Não obstante, outros autores também tiveram mais cautela e rigor científico para considerações sobre o fascismo, precisamente no sentido de entender que se trata de um tema espinhoso e que merece astúcia para fugir a equívocos que podem ser caros para a própria mobilização social de resistência a um movimento de cunho fascista.

Como no caso do autor de tradição marxista, Demian Melo, que após citar um fragmento de uma obra do autor Leandro Konder, introduz algo bastante significativo para a apreensão do fenômeno do fascismo como um todo.

Como observamos no trecho em epígrafe, o saudoso Leandro Konder insistiu em seu livro *Introdução ao fascismo* que essa mania da esquerda chamar de “fascista” qualquer direita autoritária poderia ter legitimidade como recurso de agitação, mas era enganoso como instrumento de análise e pode produzir efeitos nefastos na luta política, pois desarma a esquerda no entendimento dos movimentos de seus adversários. É indiscutível que essa forma frouxa de considerar “fascista” qualquer direita produziu historicamente resultados desastrosos na vida dos trabalhadores e a desarticulação violenta da esquerda.¹¹

E no decorrer do artigo o autor demonstra os perigos de se tratar um fenômeno de tamanha profundidade teórica e política com generalizações ou equívocos. Por isso, é preciso ter cautela na análise do bolsonarismo, embora o autor não tenha dúvidas em atribuir à figura de Jair Bolsonaro, ou seja, à personalidade central do bolsonarismo, como um fascista de fato.

No entanto, assumir que Bolsonaro seja de fato fascista não implica em dizer que seu governo ou que o movimento autoritário que lidera seja necessariamente (ou totalmente fascista). Mas, voltar aos clássicos mesmo aqueles equivocados a respeito do fascismo podem ser de grande proveito. Menos, tal como observa o autor, para aquelas pessoas “as quais nenhuma

¹¹ MELO, Demian. Sobre o fascismo e o fascismo no Brasil de hoje. *Esquerda Online*. 04/04/2018. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2018/04/04/sobre-o-fascismo-e-o-fascismo-no-brasil-de-hoje/>. Acesso em: 12/01/2022.

categoria “européia” teria capacidade heurística no mundo não-Occidental. Longe desse beco-sem-saída-epistemológico ficamos melhor para combater o fascismo.”¹²

Em todo caso, para alguns autores a cautela é tamanha que o fazem inclusive rechaçar a alcunha de fascista para o fenômeno bolsonarista, ou pelo menos relativizar tal questão. É o caso dos autores Rodrigo Patto Sá Motta e Daniel Aarão Reis, que preferem tratar em termos de “populismo” e “extrema-direita”.

Motta buscou as raízes do quadro político do bolsonarismo nos anos 1980.

O quadro atual tem raízes na segunda metade dos anos 1980, logo após o fim da ditadura, quando diferentes grupos de direita se organizaram para enfrentar a esquerda que retornara à cena pública e conseguira imprimir caráter progressista à Constituição de 1988. Nesse contexto, foram organizados grupos de empresários rurais contrários à reforma agrária e entidades neoliberais críticas do intervencionismo estatal e do aumento de gastos sociais implicados na Constituição de 1988. Pouco depois, nos anos 1990, quando o Estado começou investigações oficiais sobre os assassinatos e desaparecimentos da ditadura e criou as primeiras políticas de reparação, grupos de militares da reserva se organizaram para defender uma memória positiva da ditadura e denunciar a influência da esquerda sobre os governos pós-regime militar.¹³

Portanto, na visão do autor o bolsonarismo tem uma ligação histórica com resquícios do próprio fim da ditadura no Brasil. E de fato, tais empresários rurais e entidades neoliberais compuseram o governo bolsonarista por exemplo. A chamada bancada do boi e seu ministro da economia, Paulo Guedes, parecem corresponder a tal afirmação. Assim como a evidente influência de militares da reserva, áduos combatentes de uma esquerda que ampliou sua influência dentro da democracia brasileira desde os anos 1990, se consolidando nos anos 2000.

¹² Idem, p.7.

¹³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Bolsonarismo*. Trabalho apresentado no evento: III International Association for comparative fascist studies Convention, Viena, 2020. p.3.

No entanto, o autor não possui uma posição tão fechada quanto ao bolsonarismo, e apesar de não coadunar com a análise de outros autores a respeito do bolsonarismo ser fascista, ele também deixa claro não se tratar de um absurdo tal visão em função de uma série de elementos que de fato suscitam proximidades do bolsonarismo com o fascismo.

A classificação de Bolsonaro como fascista ou neofascista tem sido corrente entre lideranças e intelectuais de esquerda, que dessa forma lançam mão do pior adjetivo disponível para nomear o adversário. Embora a paixão política tenha algum peso nessa análise, associar o bolsonarismo ao fascismo está longe de ser um absurdo. Considerando as tipificações mais correntes sobre o fascismo genérico (Payne, 2003; Paxton, 2007; Griffin, 1991), alguns aspectos realmente aproximam o bolsonarismo da cultura fascista e dos movimentos neofascistas.¹⁴

Todavia, o autor cita alguns pontos que também distanciam o bolsonarismo do fascismo como a questão do nacionalismo fajuto, e o mais importante na visão do autor talvez seja o fato do bolsonarismo ter em sua composição o neoliberalismo, contrariando assim um ponto supostamente fundamental do fascismo.¹⁵

Entretanto, apesar de não assumir uma posição suficientemente sólida a respeito da essência ideológica do bolsonarismo, fazendo considerações sobre fascismo e populismo, o autor parece ter preferência pelo uso do conceito de populismo, para, apesar de ser um conceito pouco preciso, expressar melhor ao menos a estratégia política do bolsonarismo. E isso fica

¹⁴ Idem, p. 8-9.

¹⁵ No entanto, essa visão talvez se explique pelo próprio referencial teórico do autor que não entende o fascismo tal como entendia o autor Nicos Poulantzas (sobretudo na obra: POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e Ditadura*. Santa Catarina: Enunciado e Publicações, 2021), como não sendo datado historicamente, nem tampouco específico das realidades da Alemanha e Itália do entreguerras. E sim como uma possibilidade histórica do próprio Estado capitalista burguês dentro de uma conjuntura de crise específica em meio as contradições do sistema capitalista. Sistema capitalista que aliás, vale ressaltar, sequer é mencionado em todo o artigo. E quanto a suposta incompatibilidade do fascismo com o neoliberalismo, vale a leitura das seguintes obras: IANNI, Octavio. *Neoliberalismo e nazi-fascismo*. *Crítica Marxista*, São Paulo, Xamã, v.1, n.7, 1998. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie10Dossie1.pdf; ARAÚJO, W. P. Lawfare, neoliberalismo e neofascismo na mitologia do Estado de exceção brasileiro. In: *Conceitos* - N. 27, Vol. 1 (Jan-Jun 2019) ADUFPB - Seção Sindical do ANDES-SN.

mais claro pela consideração final do autor, na qual considera um dos horizontes possíveis do bolsonarismo uma guinada maior ao populismo em função do programa “Auxílio Brasil”, que se encontrava em gestação na época de seu artigo.

Bolsonaro e o bolsonarismo não se encaixam perfeitamente nos conceitos de fascismo e populismo. Existem traços de aproximação e tendências fascistas, não é à toa que a maioria dos neofascistas o apoiam. Porém, a sua ligação com o neoliberalismo e com interesses de mercado tornam o caso complexo. Dentre os chamados populismos de direita em maior evidência no mundo, que em geral incrementam o papel econômico do Estado e/ou protegem a economia nacional de concorrência externa, o bolsonarismo representa um ponto fora da curva por sua aproximação com o neoliberalismo. Desde o princípio houve dúvidas sobre a sinceridade da sua conversão ao liberalismo econômico, claramente uma atitude oportunista baseada em cálculo eleitoral. A possibilidade de que ele mudasse em direção a alguma forma de nacionalismo e intervencionismo estatal econômico sempre foi considerada por analistas políticos. De fato, houve um ensaio nessa direção por seus ministros militares no início da pandemia (falaram em criar uma espécie de plano Marshall), mas a ideia foi logo abortada por reação do ministro da Fazenda Paulo Guedes e por falta de interesse de Bolsonaro.¹⁶

Outro autor que também produziu algo para rechaçar o designo de fascismo para a experiência bolsonarista foi o historiador Daniel Aarão Reis. Preferindo a utilização do termo “extrema-direita”, uma vez que para o autor o bolsonarismo constitui algo original ainda em desenvolvimento, e que, portanto, não teria uma conceituação clara. Enxergando assim os seguintes problemas na aproximação do bolsonarismo com o fascismo.

Alguns afirmaram que o Brasil teria voltado aos anos 1960 e estaria na iminência de um golpe de estado, como em 1964. Outros preferiram ver semelhanças com a conjuntura que levou à promulgação do Ato Institucional nº 5, editado em dezembro de 1968, que radicalizou a ditadura então existente²⁹. Numa incursão a um passado mais distante, foram invocadas as experiências do movimento integralista brasileiro nos anos 1930, da ditadura do Estado Novo e, num plano mais geral, formularam-se associações – controvertidas – com o fascismo italiano e mesmo com o nazismo alemão, como se verá adiante.

Tais interpretações merecem discussão. Entretanto, como estou convencido de que a ascensão atual da extrema-direita no Brasil constitui um movimento original e ainda com perfil não consolidado,

¹⁶ MOTTA, op. cit., p. 13.

cumprir, antes de tudo, descrever o fenômeno para melhor captar sua especificidade e empreender, se for possível, sua conceituação.¹⁷

A partir desse trecho o autor elenca cinco círculos que compõem a base do bolsonarismo, resumidamente: 1- militares, 2- baixa classe média, 3- igrejas evangélicas, 4- alta classe média, 5- setores da alta burguesia.

Curiosamente, talvez para ampliar a sustentação de sua argumentação, não é mencionado o apoio de organizações de referência fascista e nazista, como mais um “círculo” da composição bolsonarista, o que demonstra a insuficiência de sua análise, uma vez que esses setores cumpriram e continuam a cumprir um papel específico de agitação e terror frente ao “sistema”, e por conseguinte à própria democracia burguesa.¹⁸

O apoio neofascista a Bolsonaro vem de pelo menos desde o ano de 2004. São personalidades integralistas, fascistas, neonazistas, que apoiam virtualmente, presencialmente, e compuseram até mesmo áreas internas de seu recente governo. E por esse motivo é no mínimo irresponsável que na visão de Reis esse não seja considerado um sexto círculo de apoio ao bolsonarismo.

¹⁷ REIS, Daniel, A. O bolsonarismo: uma concepção autoritária em formação. *Instituto Humanitas Unisinos – IHU*. 10/03/2021. p. 15-16. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/607369-o-bolsonarismo-uma-concepcao-autoritaria-em-formacao-artigo-de-daniel-aarao-reis>. Acesso em: 13/01/2022.

¹⁸ Aliás, se faz oportuno mencionar a relevante descoberta da pesquisadora Adriana Dias, que descobriu cartas de apoiadores nazistas à Bolsonaro que remontam o ano de 2004. Não só de apoio de grupos nazistas como também de retorno de Bolsonaro agradecendo o “reconhecimento”. Conforme aborda a seguinte matéria: PACHECO, Isadora. Pesquisadora de Campinas descobre prova que mostra relação de Bolsonaro com nazistas. *Brasil de fato*. 17/08/2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/08/17/vinculo-de-bolsonaro-com-neonazismo-e-claro-e-concreto-diz-professora-que-achou-carta-em-site>. Acesso em: 25/05/2023. Bem como as seguintes pesquisas e reportagens que dimensionam a problemática envolvendo o bolsonarismo e o fascismo: ALESSI, G; HOFMEISTER, N. Sites neonazistas crescem no Brasil espelhados no discurso de Bolsonaro, aponta ONG. *El País*. 09/06/2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-10/sites-neonazistas-crescem-no-brasil-espelhados-no-discurso-de-bolsonaro-aponta-ong.html>. Acesso em: 25/05/2023.; SOARES, G. Grupos de extrema direita ganham espaço inspirados pelo bolsonarismo. *Poder 360*. 05/09/2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/grupos-de-extrema-direita-ganham-espaco-inspirados-pelo-bolsonarismo/>. Acesso em: 25/05/2023.; MOTORYN, P. Líder de ato neonazista pró-Bolsonaro em 2011 organiza carreatas em apoio ao presidente em SP. *Brasil de fato*. 26/07/2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/07/26/lider-de-ato-neonazista-pro-bolsonaro-em-2011-organiza-carreatas-em-apoio-ao-presidente-em-sp>. Acesso em: 25/05/2023.

Ademais, ao menos nesse artigo, ao falar do “equivoco” de se relacionar o bolsonarismo ao fascismo, Reis está considerando somente a experiência histórica do entreguerras como referência. E nesse ponto se assemelha com a consideração que Motta também faz acerca do fascismo, de entender o fascismo sob o prisma do acontecimento histórico das décadas de 1920 até 1940, e mais precisamente sob os parâmetros do que foi o fascismo e nazismo na Itália e Alemanha daquele período.

E nesse sentido, uma conceituação mais ampla do conceito de fascismo, entendido como recurso e ou possibilidade histórica das classes dominantes na sociedade capitalista (não circunscritos ao fascismo histórico), passa longe de compor o arcabouço de possibilidades teóricas dos autores tal como é para tantos outros que se debruçaram sobre o conceito de fascismo nas últimas décadas, sobretudo daqueles com matriz teórica referencial marxista.

Por isso Reis sustenta a seguinte ideia:

Apesar de declarações altissonantes – e de bravatas em série –, que marcaram uma primeira fase do Governo, até junho de 2020, o governo e a extrema-direita não foram capazes de gestar até o momento uma doutrina coerente. Suas formulações encontrar-se-iam num estado gasoso, se a metáfora for permitida, o que dá conta das improvisações e acochambranças diversas, mal encobertas por uma estridente e poderosa propaganda. Trata-se de uma força política cujas concepções ainda estão em formação, como uma nebulosa, daí as dificuldades em conceituá-la, embora sejam bastante claros – e perigosos – seus propósitos autoritários e antidemocráticos.

Tais propósitos, como já assinalado, tem raízes autoritárias no passado brasileiro. Entretanto, a extrema-direita atual é bastante diferente das referências que vertebraram as ditaduras do passado. E é questionável também a aproximação que se faz entre o quadro atual e a experiência integralista dos anos 1930 e, em particular, com a experiência do fascismo.

De um lado, as conjunturas internacionais que ensejaram as ditaduras e o fascismo histórico (e o integralismo) tem características qualitativamente diferentes das atuais. As ditaduras exprimiam alianças de classe bem definidas e projetos claros de modernização autoritária. Não é o caso da atual extrema-direita.¹⁹

¹⁹ REIS, op.cit., p. 20-21.

Há ainda autores que se utilizam de novos conceitos para os autoritarismos candentes no mundo atual, tal como destaca o autor Michel Lowy, a respeito do conceito utilizado pela autora Marilena Chaui, que apesar de partir do mesmo pressuposto de Reis e Motta na recusa do termo fascismo, tenta avançar com a utilização de uma nova conceituação:

Marilena Chaui também publicou no mesmo site um artigo muito interessante sobre os autoritarismos de nossa época. Marilena recusa o termo “fascismo” para esses novos fenômenos, preferindo o conceito de “totalitarismo neoliberal”. Segundo Chaui, o fascismo era militarista, imperialista e colonialista, o que não é o caso dos atuais regimes autoritários. Me parece um equívoco pois há vários exemplos de fascismos do passado sem vocação imperialista, o franquismo espanhol, por exemplo. O conceito de “totalitarismo neoliberal”, tal como ela propõe é muito rico, mas pode adotar várias formas, uma das quais corresponde ao que estamos chamando de neofascismo.²⁰

Assim como o autor Enzo Traverso, que diverge da utilização e caracterização dos fenômenos autoritários mais recentes como sendo fascistas e propõem uma nova conceituação, chamando-os de “pós-fascismo”. Para o autor os fenômenos atuais seriam uma espécie de interseção:

Hoje a ascensão das direitas radicais desdobra uma ambiguidade semântica: por um lado, praticamente ninguém fala de fascismo – excetuando, talvez, em relação a Bolsonaro – e a maior parte dos comentaristas reconhecem as diferenças existentes entre esses novos movimentos e seus ancestrais dos anos trinta; por outro lado, qualquer intento de definir esse novo fenômeno implica uma comparação com o período entreguerras. Resumindo, o conceito de fascismo parece ao mesmo tempo inapropriado e indispensável para compreender esta nova realidade. Esta é a razão pela qual o conceito de pós-fascismo corresponde a esta fase transicional. Pós-fascismo deve ser entendido tanto em termos cronológicos como políticos: por um lado, esses movimentos aparecem posteriormente ao fascismo e pertencem a outro contexto histórico; por outro, não pode ser definido comparando-o ao fascismo clássico, que segue sendo uma experiência fundacional. Por um lado, já não são fascistas; por outro, não são totalmente distintos, são algo intermediário.²¹

²⁰ LOWY, Michael. Neofascismo: um fenômeno planetário – o caso Bolsonaro. 2021. *A terra é redonda*. 24/10/2019. p. 6-7. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/neofascismo-um-phenomeno-planetario-o-caso-bolsonaro/>. Acesso em: 13/01/2022.

²¹ TRAVERSO, Enzo. Pós-fascismo. Fascismo como conceito transhistórico. *Teoria marxista*. 13/09/2020. p. 2. Disponível em: <https://teoriamarxista.wixsite.com/blog-mri/post/pos-fascismo-fascismo-conceito-transhistorico-enzo-traverso>. Acesso em: 15/01/2022.

Já a autora Virgínia Fontes, por sua vez, longe de alocar o fascismo como um capítulo restrito do entreguerras, prefere a utilização do conceito de “protofascismo” para abarcar o conteúdo ainda em desenvolvimento da experiência bolsonarista.

O governo que se implantou em 2019, presidido pelo presidente Jair Bolsonaro, tem viés nitidamente proto-fascista, lastreado centralmente em um anticomunismo primário, que considera todas as demais forças sociais diferentes de si mesmo como alvos de sua “caça às bruxas”. O lema ‘Deus, pátria e família’, verbalizado por expoentes do novo governo, faz lembrar tanto o velho integralismo (fascismo à brasileira, fundado em 1932 e que desaparece na década de 1970, com seus militantes absorvidos por outros partidos) quanto a divisa da hiper reacionária Tradição, Família e Propriedade (católica), que renasce das cinzas após essas eleições, tendo um grupo paramilitar realizando rituais de destruição de bandeiras antifascistas em universidades públicas. O caráter do novo governo não significa que tenha sido implantado no Brasil um ‘regime fascista’, mas evidencia que há tendências fortes nessa direção, e os seus desdobramentos dependerão do quadro de resistência e enfrentamento nacional, assim como das tensões internacionais.²²

Por fim, um dos primeiros autores a produzir uma obra de maior profundidade foi o historiador Marcelo Badaró Mattos. No seu livro “Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil”. Mattos aborda a questão em tom bastante cauteloso, faz um apanhado sobre explicações e tentativas de síntese a respeito do fascismo dentro da literatura marxista; nas discussões da III Internacional Comunista; debate os usos na historiografia; e chega por fim ao debate atual, mais precisamente em termos de neofascismo.

A construção do autor é bastante rica uma vez que considera a longa, a média e a curta duração do fenômeno, passando por diversas experiências históricas e a própria especificidade da configuração política e ideológica que a dominação burguesa assumiu e assume no Brasil. Os autores Antônio Gramsci e Leon Trotsky figuram como importantes referências sobre o fascismo

²² FONTES, Virgínia. O núcleo central do governo Bolsonaro: o proto-fascismo. *Combate Racismo Ambiental*. 11/01/2019. p. 1. Disponível: <https://racismoambiental.net.br/2019/01/11/o-nucleo-central-do-governo-bolsonaro-o-proto-fascismo-por-virginia-fontes/>. Acesso em: 15/01/2022.

na visão do autor, que trata de “atualizar” tais referências com uma série de novos autores do debate atual sobre fascismos.

E dentro da conclusão de sua obra, Mattos argumenta da seguinte maneira.

Vimos que a maioria das análises convergem para identificar diferentes grupos e interesses compondo (e disputando espaço entre si) o governo Bolsonaro. Militares, olavistas e ultraneoliberais convergiram em alguns momentos para apoiar determinadas linhas políticas do governo. O melhor exemplo se dá em torno à pauta econômica de retirada de direitos dos trabalhadores, aprofundando a superexploração da força de trabalho e a transferência de fundos públicos, serviços monopolizados pelo Estado e empresas estatais para o controle da acumulação privada. Em relação a outros aspectos, como a pauta moral/fundamentalista religiosa do governo, ou o grau de liberdade concedido pelo Estado para o uso privado e público da violência (com a liberação das armas e o excludente de ilicitude), há diferenças e disputas, que envolvem também a relação entre os três poderes. Em algumas pautas centrais para o projeto neofascista do bolsonarismo, portanto, há limites internos ao grupo que governa. Por isso mesmo, sequer quanto ao governo, que tem um neofascista à frente, podemos cravar uma rotulação simples de “governo neofascista”. Seria mais factível destacar a predominância da dimensão, ou componente, neofascista para definir o governo Bolsonaro. O que não se transfere automaticamente para tratar do regime político ou da forma de dominação adotada pelo Estado brasileiro depois de sua eleição. Afinal, um governo com um forte componente neofascista não necessariamente dará origem a um regime neofascista, assim como alguns políticos e governos fascistas na primeira metade do século XX também não lograram moldar completamente os regimes políticos de seus países ao gosto do fascismo.²³

Desse modo o autor consegue fazer uma análise resguardada de afirmações que poderiam ser precoces demais, mas sem que isso o impeça de afirmar a evidência de elementos de cariz fascistas na composição do governo bolsonarista. Esse é um ponto extremamente importante porque atenta para a complexidade dos regimes políticos, como sendo dinâmicos e cambiantes à medida que se faz preciso ser no interior da luta de classes.

²³ MATTOS, Marcelo Badaró. *Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil*. São Paulo: Usina Editorial, 2020. p. 234.

Considerações finais

Após todo o exposto, é interessante notar como que por vezes alguns autores se utilizam de referências teóricas as quais simpatizam quase que como sinônimo de autoridade epistêmica absoluta a respeito dos temas que se discute. Esse parece ser um vício que acomete a ampla maioria dos autores, das mais variadas concepções teóricas, e talvez não seja necessariamente um problema. A problemática consiste quando tais referências são utilizadas de maneira mecânica e acrítica, e em alguns casos tais signos de autoridade são utilizados mesmo quando a realidade material difere da apreciação que se faz diante dela. Aliás, essa questão também é válida para o inverso, no caso para a deslegitimação de determinados autores simplesmente por antipatia pessoal ou por representarem uma dada ideologia não aceita na visão do autor que escreve.

Não obstante, objetivou-se no presente artigo construir um breve balanço a respeito das primeiras e diferentes perspectivas de autores com distintas teorias e referências a respeito do bolsonarismo, para tentar dar um panorama geral de uma discussão pertinente e tão candente para a atualidade política brasileira.

No mais, esse espinhoso debate a respeito da caracterização do bolsonarismo como sendo ou não fascista ainda merece uma análise mais aprofundada. No espaço de um artigo fica insuficiente conseguir dar conta com a devida profundidade do entendimento plural do bolsonarismo. Que se trata de um processo histórico ainda sem um desfecho consolidado, com muitas alternativas no horizonte histórico.

No entanto, o que parece ficar evidente é que tanto as defesas do entendimento do bolsonarismo enquanto fascismo, como as não sendo fascista são ou insuficientes ou postulam problemas em suas articulações e

considerações²⁴. Falar em fascismo é falar de um conceito extremamente complexo, como também falar de uma experiência histórica. E é preciso ter clareza em alguns pontos dessa discussão.

Dessa forma, para traçar uma aproximação ideológica entre bolsonarismo e fascismo seria preciso primeiro definir o que de fato é fascismo (a partir da referência teórica utilizada). Em segundo lugar, seria preciso entender que existe o conceito fascismo, e também a experiência histórica (que não foi idêntica nos países que ocorreu). Num Terceiro momento, seria preciso considerar que existe fascismo enquanto movimento, regime, governo, e personalidades fascistas. Por fim, mas não menos importante, também seria preciso manter o rigor científico, e apesar do conceito poder ser alargado, existe um limite para isso, pois se não poderia se incorrer no erro de perder de vista a capacidade heurística do conceito e sua nervura seria totalmente esvaziada de sentido e validade para analisar a realidade histórica do bolsonarismo.

Mas, se existe um ponto consensual a todos os autores aqui utilizados é o entendimento de que para ambos se tratando ou não de fascismo, o bolsonarismo representa grave risco a jovem e frágil democracia brasileira, e aspira resistência a esse delicado período pelo qual atravessa a atualidade brasileira.

Referências

CATALANI, Felipe. Aspectos ideológicos do bolsonarismo. *Blog da Boitempo*, v. 28, n. 10, 2018. p. 1. Disponível em: https://www.academia.edu/38270568/Aspectos_ideol%C3%B3gicos_do_bolsonarismo. Acesso em: 10/01/2022.

FONTES, Virgínia. *O núcleo central do governo Bolsonaro: o proto-fascismo. Combate Racismo Ambiental*. 11/01/2019. p. 1. Disponível:

²⁴ Algo que também pode ser justificado pela emergência do tema, algo muito difuso no período que tais autores escreveram, embora já tivessem elementos bastante concretos em sua composição.

<https://racismoambiental.net.br/2019/01/11/o-nucleo-central-do-governo-bolsonaro-o-proto-fascismo-por-virginia-fontes/>. Acesso em: 15/01/2022.

LOWY, Michael. Neofascismo: um fenômeno planetário – o caso Bolsonaro. 2021. *A terra é redonda*. 24/10/2019. p. 6-7. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/neofascismo-um-fenomeno-planetario-o-caso-bolsonaro/>. Acesso em: 13/01/2022.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil*. São Paulo: Usina Editorial, 2020. p. 234.

MELO, Demian. Sobre o fascismo e o fascismo no Brasil de hoje. *Esquerda Online*. 04/04/2018. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2018/04/04/sobre-o-fascismo-e-o-fascismo-no-brasil-de-hoje/>. Acesso em: 12/01/2022.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Bolsonarismo*. Trabalho apresentado no evento: III International Association for comparative fascist studies Convention, Viena, 2020. p.3.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia. Da esperança ao Ódio: Juventude, Política e Pobreza do Lulismo ao Bolsonarismo. *Instituto Humanitas Unisinos*. n. 16. 04/10/2018. p. 12. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/583354-da-esperanca-ao-odio-juventude-politica-e-pobreza-do-lulismo-ao-bolsonarismo>. Acesso em: 11/01/2022.

REIS, Daniel, A. O bolsonarismo: uma concepção autoritária em formação. *Instituto Humanitas Unisinos – IHU*. 10/03/2021. p. 15-16. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/607369-o-bolsonarismo-uma-concepcao-autoritaria-em-formacao-artigo-de-daniel-aarao-reis>. Acesso em: 13/01/2022.

REIS, Guilherme; SOARES, Giovanna. O Fascismo no Brasil: o Ovo da Serpente Chocou. *Desenvolvimento em debate*. v.5, n.1, p.51-71, 2017. p. 68. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dd/article/view/32164>. Acesso em: 08/01/2022.

TRAVERSO, Enzo. Pós-fascismo. Fascismo como conceito transhistórico. *Teoria marxista*. 13/09/2020. p. 2. Disponível em: <https://teoriamarxista.wixsite.com/blog-mri/post/pos-fascismo-fascismo-conceito-transhistorico-enzo-traverso>. Acesso em: 15/01/2022.

O PENSAMENTO MÉDICO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1840 NO BRASIL: O CASO DA FRENOLOGIA

Maria Fernanda Pinheiro Oliveira¹

Resumo: Compreendendo que o saber médico do século XIX tinha como base uma abordagem que correlacionava ordem social e saúde pública, é possível observar nas teses dos médicos aspirantes ao título de "doutor" uma recorrência de ideias sobre o controle do espaço urbano e da população considerada perigosa - tais como delinquentes, libertinos, prostitutas, loucos e vagabundos. Essas teses abordavam temas como medicina legal, legislação criminal, prostituição, aborto, frenologia e higiene das prisões, dentre outros assuntos relacionados, indicando "falhas" na legislação criminal decorrentes da falta de consideração do conhecimento médico na formulação das leis. Diante disso, esta nota de pesquisa tem como objetivo apresentar o tema da frenologia no discurso médico brasileiro, na década de 1840 no Brasil. Este texto parte de uma parcela dos resultados da pesquisa de Iniciação Científica, "As aproximações entre direito e medicina entre as décadas de 1840 e 1860 no Brasil" financiada pelo CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e finalizada no ano de 2023.

Palavras-chave: História da Medicina no Brasil; Frenologia; Discurso médico.

BRAZILIAN MEDICAL THOUGHT IN THE 1840s IN BRAZIL: THE CASE OF PHRENOLOGY

Resume: Understanding that 19th-century medical knowledge was based on an approach correlating social order and public health, it is possible to observe in the theses of aspiring medic seeking the title of "doctor" a recurrence of ideas about the control of urban space and the population deemed dangerous - such as delinquents, libertines, prostitutes, madmen, and vagabonds. These theses addressed topics such as legal medicine, criminal legislation, prostitution, abortion, phrenology, and prison hygiene, among other related subjects, indicating "flaws" in criminal legislation resulting from the lack of consideration of medical knowledge in law formulation. Therefore, this research note aims to present the theme of phrenology in the Brazilian medical discourse in the 1840s. This text is based on a portion of the results from the Scientific Initiation research, "The Approaches between Law and Medicine

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Contato: maria.pinheiro@unifesp.br.

between the Decades of 1840 and 1860 in Brazil," funded by CNPQ (National Council for Scientific and Technological Development) and concluded in the year 2023.

Keywords: History of Medicine in Brazil; Phrenology; Medical Discourse.

Introdução

Esta pesquisa sustenta como hipótese que parte significativa do pensamento médico brasileiro da década de 1840 movimentava-se em três direções principais: luta por espaço e por influência política e cultural na formação das elites; esforço de reflexão sobre as relações entre medicina e sociedade, e formação das bases de uma nova criminologia. Esta orientação se deve, por um lado, ao estágio ainda amadorístico em que se encontrava o ensino da medicina no Brasil entre as décadas de 1830 e 1850,² como um saber não especializado e não profissionalizado, bem como à formação e difusão de uma "ideologia biologizante",³ que pretendia instaurar uma nova gestão política guiada por critérios médicos, conforme modelo europeu em curso.

Para os estudiosos do tema, o século XIX marca o surgimento da política guiada por critérios médicos. Tais profissionais tinham o poder de definir o que era perigoso para a sociedade, no preciso sentido daquilo que podia contagiar e interromper a normalidade social burguesa em ascensão.⁴ O pensamento higienista que surge a partir dessa ideia visa estabelecer uma correlação direta entre saúde pública e ordem social, de tal modo que se possa controlar o espaço urbano e a população composta de elementos

² SANTOS FILHO, Lycurgo. Medicina no período imperial. in: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira*, v. 3. Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.

³ COSTA, Jurandir Freire. *História da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

⁴ ANITUA, Gabriel Ignacio. *Histórias dos pensamentos criminológicos*. Rio de Janeiro: Revan, 2008. CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

considerados perigosos: vagabundos, delinquentes, libertinos, prostitutas, loucos etc.

O ramo da medicina que mais se destaca neste sentido é a psiquiatria.⁵ Os estudos psiquiátricos estavam muito relacionados aos da frenologia de Franz Gall (1758-1828), sobretudo sua crença de que muitas doenças mentais tinham manifestações visíveis na forma e tamanho do cérebro. Um dos nomes importantes da psiquiatria desta época foi o médico francês Jean-Étienne Dominique Esquirol (1772-1840). Em seu livro *Tratado de doenças mentais* (1838), aparece pela primeira vez o conceito de “monomania”, doença mental em que uma única ideia parece absorver todas as faculdades mentais do indivíduo (especialmente relacionada com os delitos). Ele e o grupo reunido em torno da revista *Annales d'Hygiène Publique et de Médecine Légale* lograram “impor a lei de 1838, que, ao regular a situação jurídica dos doentes mentais”, incorporaram, assim, o campo médico ao campo jurídico⁶.

Benoit-Augustin Morel (1809-1873), em seu *Tratado sobre a degeneração* (1857), delineou pela primeira vez o campo da “psicopatologia criminal”, onde o “delinquente” é tratado como um “doente mental”. Esta abordagem teria profunda influência posterior em Cesare Lombroso (1835-1909) e na criminologia positivista.

Uma vez que a delinquência tinha causas biológicas identificáveis, a penologia deveria centrar-se nas predisposições dos criminosos e não tanto no fato delitivo em si. Deveria por isso deixar a doença de lado e tratar do doente. Aqui é onde a ideia médica de prevenção, em substituição à terapêutica convencional, tende a predominar entre criminologistas. Em síntese, Franz Gall propunha que a legislação penal abandonasse qualquer aspiração de justiça e se orientasse para a prevenção de crimes e a proteção

⁵ BYNUM, William. *História da medicina*. Porto Alegre/RS: L&PM, 2011.

⁶ ANITUA, Gabriel Ignacio. *Histórias dos pensamentos criminológicos*. Rio de Janeiro: Revan, 2008, p. 248.

da sociedade contra os incorrigíveis, os quais poderiam ser identificados facilmente por meio de seus métodos craniológicos.

Trata-se de um ponto de vista útil à burguesia que se torna hegemônica e precisava articular o discurso jurídico liberal com as desigualdades próprias do sistema de produção e, com isso, frear as reivindicações das classes subalternas. Essas ideias eram concordantes com as necessidades de enfrentar o princípio igualitário do liberalismo mediante a demonstração científica da desigualdade natural dos mais pobres. Por esse motivo elas foram bem-sucedidas em muitos lugares. Em 1823, foi criada uma sociedade frenológica na Inglaterra e em 1832 na França.⁷

A consequência principal dos estudos frenológicos foi estabelecer uma distinção entre tipos humanos, que deveriam ser tratados de forma diferente. Neste sentido, o antecedente da frenologia foi a fisiognomia, de autores como Joahnn Kaspar Lavater (1741-1801), que em seu livro *Fragmentos de fisiognomia* propunha conhecer o homem através de sua fisionomia.

Entretanto, quem levou mais longe a frenologia de Gall, no sentido do “racismo científico”, foi Paul Broca (1824-1880). Para ele, o crânio explicava a raça. Os negros e mulatos apresentavam um maior desenvolvimento físico, mas em compensação tinham um menor desenvolvimento cranial. Foi neste âmbito de ideias que teve origem a antropologia física, cuja primeira cátedra organizada apareceu em Paris, em 1855, com Armand de Quatrefages (1810-1892).

A medicina no contexto brasileiro

Qual era a situação da medicina brasileira neste contexto? A história da Medicina no Brasil remonta à época da transferência da Corte, em 1808, quando foram criadas as escolas de Cirurgia da Bahia e do Rio de Janeiro,

⁷ ANITUA, Gabriel Ignacio. *Histórias dos pensamentos criminológicos*. Rio de Janeiro: Revan, 2008, p. 247.

cuja aulas eram ministradas nos hospitais militares das duas províncias. Segundo Lycurgo Santos Filho, o ensino era “dos mais precários” e estava dominado por doutrinas vindas da França. Apenas em 1832 as duas escolas foram transformadas em faculdades de Medicina e o modelo para isso também veio de Paris. Apesar do status adquirido, o ensino continuou “casuístico, livresco e teórico”, pois inexistiam “laboratórios e aparelhagens necessárias às pesquisas”.⁸ Este amadorismo inicial do ensino médico nas faculdades de medicina do país apenas começaria a ser mudado com os médicos ligados à Escola Parasitológica e Tropicalista da Bahia e à *Gazeta Médica da Bahia*, a partir da década de 1860⁹ e só seria definitivamente superado com a medicina bacteriológica do início do período republicano. Em suma, ao menos até a década de 1870 teria predominado nas academias imperiais o estilo beletrista e bacharelesco.

Flávio Edler defende, no entanto, o predomínio do uso de argumentos científicos na medicina acadêmica praticada no Brasil imperial, mas com uso ideológico, como entre higienistas¹⁰. Nos anos 1830, os psiquiatras brasileiros, como evidenciado por Jurandir Freire Costa, estavam profundamente influenciados pela Escola de Paris. Eles acreditavam na possibilidade de prevenir o surgimento de doenças mentais por meio do conceito de higiene psíquica e racial, o que os aproximava da ideologia biologicista e eugenista que estava se desenvolvendo, principalmente na França¹¹.

A partir disso, a pesquisa buscou analisar as “teses doutorais”¹², produções científicas escritas pelos médicos a fim de que recebessem o título

⁸ SANTOS FILHO, Lycurgo. Medicina no período imperial. in: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira*, v. 3. Rio de Janeiro: DIFEL, 1976, p. 153-154.

⁹ NAVA, Pedro. *Capítulos da história da medicina no Brasil*. Cotia/SP: Ateliê Editorial, 2003.

¹⁰ EDLER, Flávio Coelho, A natureza contra o hábito: a ciência médica no Império. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 153-166, jan/jun 2009. EDLER, Flávio Coelho. *A medicina no Brasil imperial: clima, parasitas e patologia tropical*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2011.

¹¹ COSTA, Jurandir Freire. *História da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

¹² Teses Médicas do Século XIX. Disponível em: <<http://hpcs.bvsalud.org/vhl/temas/historia-saberes-medicos/teses-medicas/>>. Acesso em: 15 maio. 2023.

de doutor ao se formarem¹³, disponíveis no acervo digital da Biblioteca Virtual em Saúde, a fim de saber em que medida os temas tratados denotam certa preocupação com a “questão criminal” e, com isso, certa aproximação com o campo do direito. Nesse sentido, um dos temas encontrados nessas teses foi o da frenologia, a qual nos aprofundaremos em seguida.

Para analisar essa ampla gama de fontes, este estudo utilizou de uma abordagem metodológica fundamentada em duas perspectivas teóricas distintas. Inicialmente, a metodologia proposta por Michel Foucault em sua obra *A Ordem do Discurso*¹⁴ para explorar e compreender a intencionalidade ideológica presente nas argumentações médicas dos autores. Recorremos, também, às contribuições teóricas de Thomas Kuhn¹⁵, filósofo e historiador das ciências, para orientar a abordagem à história da ciência, especialmente em relação às suas complexas contradições temporais.

Nesse contexto, uma consideração fundamental baseada nas ideias de Thomas Kuhn foi reconhecer que a ciência produzida durante o período em análise refletia a concepção científica da época, não se alinhando necessariamente com as noções contemporâneas de ciência. Este entendimento é crucial para não rotular a ciência daquele contexto como “pseudociência”, uma vez que a ciência é permeada por discursos e relações de poder, e, acima de tudo, não isenta de questionamentos.

A Frenologia nas teses doutorais

Como e com que frequência o tema da frenologia era tratado pelos médicos que buscavam o título de doutor na década de 1840 no Brasil? Quais as intenções de poder e controle social no discurso médico a partir dos ideais

¹³ Esse processo foi implementado a partir de 1832, como obrigatoriedade para a formação dos novos médicos, com o objetivo de profissionalizar a carreira médica brasileira.

¹⁴ FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso*. Edições Loyola. São Paulo, 1996.

¹⁵ KUHN, Thomas. *Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

da frenologia? Essas foram algumas das questões que, dentre os diversos temas que encontramos nas teses, instigaram este texto.

Mesmo que a frenologia não seja a ideologia predominante entre os médicos formandos, é notável a frequência com que esse tema é mencionado nas teses doutorais. Dois exemplos disso são encontrados em teses datadas de 1840 e 1846: *Frenologia*, escrita por Salustiano Ferreira Souto¹⁶, e, *A inteligência do homem explicada pelo sistema frenológico*, de autoria de José Manoel de Castro Santos¹⁷. Na primeira tese, a frenologia é apresentada como uma ciência que explora a fisiologia do cérebro e suas conexões com as faculdades mentais, baseando-se na disposição cerebral. O autor destaca como os atos morais e intelectuais estão intrinsecamente ligados ao funcionamento cerebral, e como a forma e elevação do crânio são associadas à massa cerebral, permitindo aos frenologistas inferir sobre o desenvolvimento parcial da massa cerebral.

A segunda tese aprofunda ainda mais seus princípios. A frenologia é descrita como uma nova doutrina sobre a moral humana, baseada na análise das disposições anatômicas do cérebro e do cerebelo. Castro Santos destaca que a Frenologia se baseia na observação e experiência, permitindo um conhecimento profundo sobre o caráter intelectual e moral do homem. O autor divide as disposições anatômicas em instintos, sentimentos e faculdades intelectuais, cada um desempenhando um papel específico no comportamento humano. Ele argumenta contra a ideia de que as faculdades mentais e as paixões dependem do temperamento, defendendo que este não determina o caráter intelectual e moral do indivíduo, uma vez que a inteligência está ligada à organização cerebral e não ao temperamento. Outro ponto importante discutido na tese é a influência do clima e do

¹⁶ SOUTO, Salustiano Ferreira. *Frenologia*. Bahia: Typ. de Galdino José Bizerra e Companhia, 1840.

¹⁷ SANTOS, José Manoel de Castro. *A inteligência do homem explicada pelo sistema frenológico*. Bahia: Typ. do Mercantil, 1846.

ambiente na formação do caráter humano. De acordo com o autor, a frenologia reconhece que diferentes fatores ambientais podem influenciar o desenvolvimento do cérebro e, conseqüentemente, do comportamento humano.

Ambas as teses dão ênfase à conexão entre o aspecto físico e moral do ser humano, explorando como as inclinações e as faculdades intelectuais poderiam ser analisadas por meio do exame dos órgãos cerebrais. No entanto, enquanto a tese de 1840 destaca as faculdades instintivas do cérebro, relacionando-as à "combatividade" e à formação de militares, a tese de 1846 discute como as faculdades são divididas em diferentes categorias, como destrutividade e aquisividade, que determinam comportamentos específicos.

Além disso, as 2 teses também apontam para as implicações sociais e legais da frenologia. Elas destacam como essa teoria poderia ser aplicada para prever comportamentos e identificar inclinações, especialmente em contextos legais, como viria a ser utilizado na criminologia positivista mais adiante. No entanto, também identificamos algumas divergências entre as 2 teses: enquanto a tese de 1840 destaca a necessidade de estudar e entender as limitações da frenologia, a tese de 1846 critica a falta de consenso na atribuição de funções cerebrais e ressalta a influência de fatores ambientais no desenvolvimento do comportamento humano. Assim, embora ambas as teses se concentrem na frenologia e sua relação com a mente e o comportamento humano, elas abordam a teoria de maneiras distintas, explorando seus princípios, implicações e limitações, enquanto também estabelecem conexões com a medicina legal e aspectos sociais.

Como dito anteriormente, a frenologia foi uma corrente ideológica que não agradou a todos. Na análise das teses, encontramos autores que se opunham e criticavam os preceitos frenológicos: Antônio Pereira D'Araujo

Pinto, na tese intitulada *Algumas proposições de frenologia*¹⁸, de 1841, procura refutar a doutrina frenológica. Para isso, se utiliza das comparações do cérebro do boi com o do ser humano. Para D'Araujo, uma vez que o cérebro do boi é maior do que o cérebro humano, a inteligência não está diretamente ligada ao tamanho do cérebro. Ele destaca o potencial de intelectualidade presente no boi, contrariando a noção de que apenas o tamanho do cérebro determina a capacidade cognitiva.

As teses favoráveis à frenologia possuem uma forte relação com a higienização e o modo de controle social do século XIX. O ponto de partida da frenologia é a crítica da ideia liberal de livre-arbítrio: a causa da ação humana não é intelectual e nem está relacionada a um livre ato de vontade, mas sim a fatores biológicos e pode ser observada por meio da “cranioscopia”. “Ao frenólogo interessavam especialmente os crânios dos delinquentes, pois neles as faculdades mencionadas se revelariam de forma mais extrema e para comprovar essa suposição seriam realizadas diversas autópsias de condenados”¹⁹.

Dessa maneira, essa doutrina foi utilizada para justificar ideias de superioridade e inferioridade de certos grupos sociais em relação a outros com base em supostas diferenças biológicas, o que servia como uma forma de legitimar a hierarquia social existente e reforçar a ordem social vigente. A ideia de que algumas faculdades intelectuais eram mais desenvolvidas nos homens do que nas mulheres, por exemplo, foi usada para justificar a subordinação das mulheres na sociedade. Da mesma forma, a atribuição de características específicas a determinadas regiões do crânio era empregada para reafirmar estereótipos e preconceitos em relação a grupos étnicos ou sociais.

¹⁸ PINTO, Antônio Pereira D'Araújo. *Algumas proposições de frenologia*. Rio de Janeiro: Typ. de J. E. S. Cabral, 1841.

¹⁹ ANITUA, Gabriel Ignacio. *Histórias dos pensamentos criminológicos*. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

Considerações finais

Em síntese, a análise do discurso frenológico no contexto da medicina brasileira do século XIX revela a complexidade e as contradições presentes na formação e prática médica do período. A medicina no Brasil imperial, marcada por influências francesas e um ensino ainda incipiente, refletia um ambiente acadêmico caracterizado pelo predomínio de abordagens beletristas e bacharelescas até pelo menos a década de 1860. Sob a perspectiva metodológica de Foucault e Kuhn, a análise das teses doutorais fontes demonstrou a forte influência da Escola de Paris na psiquiatria brasileira entre as décadas de 1840 e 1860, evidenciando a crença na prevenção de doenças mentais por meio da higiene psíquica e racial, e, sobretudo, pela frenologia cuja presença era significativa nesse cenário acadêmico.

Embora não seja a ideologia predominante, a frenologia é abordada em diversas teses, o que revela a forte conexão feita pelos médicos formandos entre aspectos físicos e morais do ser humano. As divergências entre as teses, como a crítica à falta de consenso na atribuição de funções cerebrais e a influência de fatores ambientais, demonstram a variedade de perspectivas dentro da própria comunidade médica.

Portanto, a frenologia, ao ser analisada em suas implicações sociais e legais, revela-se como uma corrente ideológica que, embora contestada por alguns, teve forte influência na higienização e controle social do século XIX. A utilização da "cranioscopia" para justificar hierarquias sociais e reforçar estereótipos evidencia o caráter ideológico dessa abordagem, que foi, inclusive, usada posteriormente pelos criminologistas positivistas com o objetivo de analisar o cérebro do criminoso. Assim, a medicina do período não apenas refletia as concepções científicas do momento, mas também estava imersa em discursos e relações de poder, contribuindo para a legitimação de estruturas sociais.

Fontes documentais

Teses Médicas do Século XIX. Disponível em: <<http://hpcs.bvsalud.org/vhl/temas/historia-saberes-medicos/teses-medicas/>>. Acesso em: 15 maio. 2023.

PINTO, Antônio Pereira D'Araújo. *Algumas proposições de frenologia*. Rio de Janeiro: Typ. de J. E. S. Cabral, 1841.

SANTOS, José Manoel de Castro. *A inteligência do homem explicada pelo sistema frenológico*. Bahia: Typ. do Mercantil, 1846.

SOUTO, Salustiano Ferreira. *Frenologia*. Bahia: Typ. de Galdino José Bizzera e Companhia, 1840.

Referências bibliográficas

ANITUA, Gabriel Ignacio. *Histórias dos pensamentos criminológicos*. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. *Medicina, leis e moral: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: UNESP, 1999.

BYNUM, William. *História da medicina*. Porto Alegre/RS: L&PM, 2011.

CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

COSTA, Jurandir Freire. *História da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

EDLER, Flávio Coelho. A natureza contra o hábito: a ciência médica no Império. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 153-166, jan/jun 2009.

EDLER, Flávio Coelho. *A medicina no Brasil imperial: clima, parasitas e patologia tropical*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2011.

FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso*. Edições Loyola. São Paulo, 1996.

KUHN, Thomas. *Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

NAVA, Pedro. *Capítulos da história da medicina no Brasil*. Cotia/SP: Ateliê Editorial, 2003.

SANTOS FILHO, Lycurgo. Medicina no período imperial. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira*, v. 3. Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.

NOTAS DE UMA PESQUISA: HISTORIADOR, GEÓGRAFO, INTELLECTUAL... CAPISTRANO DE ABREU FRENTE A PADRÕES DISCIPLINARES

Matheus Cavalcanti Rodrigues¹

Resumo: O objetivo do presente texto é apresentar algumas contribuições à minha pesquisa de mestrado intitulada "Historiador, geógrafo, intelectual: Capistrano de Abreu frente a padrões disciplinares", oriundas das discussões e leituras acontecidas durante os encontros com a prof. Wilma Peres Costa e colegas mestrandos. Tais encontros se deram no âmbito da disciplina eletiva "Interrogando fronteiras e explorando conexões. Percursos historiográficos e trajetórias de pesquisa", ministrada semanalmente, de setembro a dezembro de 2022.

Palavras-chave: Capistrano de Abreu; Historiografia brasileira; pesquisa de mestrado.

NOTES FROM A RESEARCH: HISTORIAN, GEOGRAPHER, INTELLECTUAL... CAPISTRANO DE ABREU BEFORE DISCIPLINARY PATTERNS

Abstract: The objective of this text is to present some contributions to my master's research, entitled "Historiador, geógrafo, intelectual: Capistrano de Abreu frente a padrões disciplinares", arising from discussions and readings that took place during meetings with prof. Wilma Peres Costa and fellow master's students. These meetings took place within the scope of the elective course "Interrogando fronteiras e explorando conexões. Percursos historiográficos e trajetórias de pesquisa", taught weekly, from September to December 2022.

Keywords: Capistrano de Abreu; Brazilian historiography; master's research.

O objetivo do presente texto é apresentar algumas contribuições à minha pesquisa de mestrado intitulada "Historiador, geógrafo, intelectual: Capistrano de Abreu frente a padrões disciplinares", oriundas das discussões e leituras acontecidas durante os encontros com a prof. Wilma Peres Costa e

¹ Mestrando em História pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Contato: matheuscavalcantiicm@hotmail.com.

colegas mestrandos. Tais encontros se deram no âmbito da disciplina eletiva “Interrogando fronteiras e explorando conexões. Percursos historiográficos e trajetórias de pesquisa”, ministrada semanalmente, de setembro a dezembro de 2022.

Contributo importante para minha pesquisa foi oriundo da leitura da introdução de *Greeks and barbarians*, livro do historiador grego Kostas Vlassopoulos. A maneira pela qual o autor organiza a obra está baseada em um artifício metodológico que penso em utilizar para justificar minha pretensão de estudar a memória construída sobre Capistrano de Abreu e sua relação com diferentes campos de conhecimento. Vlassopoulos concebe o seu objeto através de quatro vias heurísticas complementares. A história grega e os vários jeitos pelos quais os gregos se relacionaram com os não-gregos são, então, compreendidos pela articulação de quatro mundos: o mundo pan-helênico, o mundo das *apoikiai*, o mundo dos impérios e o mundo das redes. O autor explica que os quatro mundos coexistem e se conectam, são faces do mesmo prisma, mas cada um deles guarda sua própria malha de fenômenos e tem sua própria geografia. Em suma, são abstrações baseadas em evidências históricas e úteis para o observador que pretende sistematizar a complexidade de seu objeto. Quatro mundos idealizados para corroborar o estudo das muitas facetas dos encontros entre gregos e bárbaros.

De semelhante modo, pretendo investigar a memória sobre Capistrano de Abreu como esforço para descortinar algumas das faces que formam o prisma da complexidade da atuação desse intelectual. Me baseio na assertiva de que ele fora tomado sempre como historiador (AMED, 2006), o que fez com que seus méritos para com outros campos do conhecimento fossem marginalizados ou subsumidos ao seu pretenso caráter de historiador por excelência. Essa representação do Capistrano-historiador tem longa data, já que muitos de seus contemporâneos já o viam como tal. No entanto, após sua morte, em 1927, há um empreendimento que reúne intelectuais

admiradores de seu trabalho, que fundam a Sociedade Capistrano de Abreu e iniciam a canonização de seu “Mestre” como modelo de historiador para eles e as gerações de historiadores vindouras (SILVA, 2008). Daí por diante, amigos, discípulos, biógrafos e comentadores de Capistrano de Abreu enquadram a memória do morto sob o rótulo de historiador e fazem parecer que todos os seus estudos de outras disciplinas serviram para melhorar sua análise histórica. A história seria a disciplina que condensaria todas as outras pelas quais Capistrano se interessou. Todas elas aperfeiçoaram o Capistrano-historiador. Geografia, etnografia, etnologia, linguística, crítica literária, sociologia, psicologia, economia estão subsumidas à história nas representações elaboradas por alguns dos principais analistas da vida e obra de Capistrano de Abreu, dentre eles José Honório Rodrigues. No presente momento, estou lendo as dissertações e teses acadêmicas sobre Capistrano de Abreu, e parece-me que essa tendência se perpetua nesses trabalhos. Se essa hipótese estiver correta, significa que a circunscrição de Capistrano ao campo da história tornou-se unanimidade no âmbito universitário, como já o era antes dele.

Emulando e adaptando o recurso heurístico de Kostas Vlassopoulos descrito acima, pretendo investigar a possibilidade de pensar um Capistrano-geógrafo, que seria uma das faces do prisma interdisciplinar do qual Capistrano de Abreu se valeu para produzir sua obra. Os quatro mundos de Vlassopoulos espelham diferentes vertentes de um mesmo objeto, o mundo grego e seus encontros com povos espalhados pelo Mediterrâneo. Na pesquisa que empreendo, Capistrano de Abreu é espelhado pela vertente geográfica, admitindo-se que ela é uma dentre outras que apenas congregadas podem dar entrada à totalidade da obra capistraniana. Ao mesmo passo, tem-se que cada uma dessas vertentes possivelmente carrega suas marcas específicas e revela aspectos que poderiam ficar à margem da análise caso se pretendesse homogeneizar a atividade intelectual de

Capistrano sob um rótulo disciplinar. Capistrano nem sempre foi apresentado como historiador pelos seus contemporâneos. Como exemplo, em 1881 é definido pelo editor da *Revista Mensal da Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil* como bibliógrafo e bibliófilo (SANTOS, 2010). De tal maneira, é razoável pensar que o Capistrano-historiador teria que ser somado aos Capistrano-geógrafo, Capistrano-etnógrafo, Capistrano-jornalista, Capistrano-professor, Capistrano-tradutor, Capistrano-pai, Capistrano-esposo, Capistrano-“Mestre”, para ter-se uma imagem precisa do Capistrano de Abreu histórico. Parece-me que muitos dos estudiosos de sua vida e obra já fizeram investidas profícuas nesse sentido. São frequentes as tentativas de relacionar sua produção intelectual com sua vida pessoal. Como exemplo, Sousa (2012) mostra que, após o falecimento de sua esposa Maria José de Castro Fonseca em 1891, Capistrano de Abreu passa a escrever e publicar menos textos ao menos até a metade da década. Na segunda metade da década, seus escritos passam a ganhar mais ritmo e suas publicações aumentam.

Reconhecendo a riqueza das pesquisas que se acumulam dentro e fora do âmbito universitário sobre Capistrano, percebo geralmente a intenção mais ou menos patente nessa bibliografia de evidenciar a sua carreira como historiador e fazer convergir para seu perfil de historiador todas ou quase todas as leituras, pesquisas, concepções teórico-metodológicas e trabalhos escritos de sua vida. Não é o caso de pôr em dúvida o Capistrano-historiador, já que por muitas vias a história como campo de ideias e métodos esteve presente e teve importante papel desde as primeiras influências intelectuais do jovem Capistrano no Ceará até seus feitos de pesquisador maduro. Se trata de identificar as estratégias de criação de uma memória sobre o autor em questão. Outrossim, apontar os porquês e os meios pelos quais elas amalgamaram a interdisciplinaridade presente em Capistrano de Abreu na alcunha de historiador ou, por vezes, de historiador moderno.

A leitura, durante a disciplina, de *A invenção do cotidiano: artes de fazer*, livro de Michel de Certeau, foi iluminativa em alguns sentidos, dentre os quais quero enfatizar dois que tocam mais de perto meus objetivos na pesquisa de mestrado. Um deles concerne ao fato de que nenhum intelectual pensa seu objeto isolado de influências ou inspirações, o que não era de outro modo com Capistrano de Abreu. Suas ideias expostas e métodos de pesquisa empregados são, em alguma medida, resultado da leitura e adesão relativa de textos e proposições de autores estrangeiros. Dentre esses, se destacam na bibliografia capistraniana autores franceses, ingleses e, a partir da década de 1880, alemães. É preciso considerar, contudo, que tais leituras não significam a repetição direta de teoria e metodologia estrangeira nos pensamentos e trabalhos de Capistrano. O autor brasileiro imputou novos usos ao conteúdo do que ele leu em obras de referência escritas por Herbert Spencer, Auguste Comte, Hippolyte Taine, Leopold von Ranke, Friedrich Ratzel, Eduard Meyer, dentre muitos outros. Nesse sentido, as reflexões que Certeau faz acerca da atividade leitora importam muito, pois procura pistas que evidenciem o quanto o ato de ler é não apenas consumo de um código com semântica preestabelecida, mas produz em si algo de conformação própria. Em suas palavras, o ato do leitor “inventa nos textos outra coisa que não aquilo que era a ‘intenção’ deles” (CERTEAU, 1998, p. 264; 265). Será pretensão da pesquisa, baseada nessa premissa, acentuar como Capistrano de Abreu se muniu de leituras de autores proeminentes na Europa de sua época para criar uma interpretação singular para o Brasil-nação.

Outra provocação de Certeau que merece aqui destaque é sua fala sobre a prática desviacionista no terreno da produção científica e o uso do que ele chama de “sucata” por pesquisadores. Embora não me pareça que Capistrano possa ser tomado como pesquisador que operou um desvio da sua prática na acepção exata em que Certeau expõe a ideia no seu livro, é possível operar uma aproximação. Certeau se refere, no livro supracitado, aos

cientistas que, abdicando do lucro de seu trabalho consoante às exigências institucionais, “tiram alguma coisa à ordem do saber para ali gravar ‘sucessos’ artísticos e ali inserir os *graffiti* de suas dívidas de honra” (CERTEAU, 1998, p. 90). Entendo que ele quer dizer sobre pesquisadores que se voltam a modalidades de pesquisa não valoradas socialmente, sobretudo em nível institucional. Esse não seria o caso de Capistrano de Abreu em absoluto, já que os temas que ele estudou geralmente estavam acordes com o que se esperava de um intelectual brasileiro preocupado com o problema nacional. Grosso modo, eram temas da moda e que contavam com o incentivo institucional de mais alto grau no Brasil. Há, entretanto, argumentos para defender que a atenção que Capistrano de Abreu dá ao estudo de línguas e culturas indígenas, a partir da década de 1890, se configurou para ele e para seus contemporâneos como uma prática desviacionista em sentido próximo ao de Certeau.

Na década de 1890, Capistrano de Abreu já era um intelectual respeitado em âmbito nacional, e esperava-se dele a feitura de uma obra monumental, que deveria ser uma história geral do Brasil que abarcasse os quatro séculos da nação até aquele momento. Essa obra seria a consolidação de seu trabalho dedicado à busca por documentos históricos e marcaria um novo estágio de aperfeiçoamento da escrita da história nacional, superando seus antecessores como Francisco Adolfo de Varnhagen. Quando ele, a partir de 1892, decide estudar a língua do povo Bacaeri, estudo que consumiria seus esforços até 1895, e no começo do século seguinte passa a estudar a língua dos Caxinauá, empresa que levou a cabo em 1914 com a publicação de um livro, alguns de seus amigos e admiradores julgaram como desperdício tais aventuras (SOUSA, 2012). Capistrano ainda voltaria a estudar os Bacaeri, sua língua e representações culturais após a morte de seu filho Fernando em 1918, dessa vez não findando a empresa, que ficou incompleta com sua morte em 1927 (idem). Para os críticos, Capistrano estava abdicando da sua missão de escrita da história geral do Brasil e se ocupava com matérias

de somenos importância. Na percepção dos mesmos, as línguas, culturas e histórias de povos nativos não tinham nada que ver com a história nacional. Logo, seria um desvio imperdoável o que cometia Capistrano ao trocar a grande história pátria por investidas no campo da linguística, etnologia e psicologia desses povos marginais. Em outras palavras, não haveria nenhum tipo de lucro material ou simbólico nesse desvio.

Como explica Sousa (2012) em sua tese de doutorado, as décadas em que Capistrano engendra as pesquisas das línguas Bacaeri e Caxinauá são caracterizadas por uma depreciação da relevância do indígena para a identidade nacional. O indianismo romântico², que em meados do século XIX procurou retratar o nativo como a distinção do brasileiro em face a outros povos, era visto com ares de zombaria pelos literatos enveredados nos movimentos realista e naturalista na prosa, e parnasiano na poesia. A década de 1880 em diante vê o indígena cair em descaso não apenas nas obras literárias, como nas pesquisas documentais (SOUSA, 2012). Nessa conjuntura, parecia absurdo que Capistrano de Abreu, já relativamente famoso por seu cabedal intelectual, se interessasse por assuntos indígenas. Ademais, para além de pesquisar e escrever sobre povos nativos, Capistrano estabeleceu contato com uma rede de americanistas europeus que também sofriam pela falta de reconhecimento de seus trabalhos. Também para eles, como o alemão explorador do rio Xingu Karl von den Steinen, seu objeto de estudo era um labor socialmente inócuo. Fora pela interação por correspondência com Steinen que Capistrano iniciara a consagrar-se à gramática Bacaeri em 1892. Em suas missivas trocadas através de anos, os dois estudiosos citavam as dificuldades quase intransponíveis com que lidavam para perseverar no

² O indianismo romântico teve sua expressão não apenas na literatura mas também na história. Ademais, teve expressão institucional no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), sobretudo com a criação da seção de Arqueologia e Etnografia (KODAMA, 2005). Essa ascensão institucional significou o aporte da Etnografia junto à História e à Geografia como campos do conhecimento cuja sinergia, se esperava, subsidiasse a construção da identidade nacional.

intento de registrar a existência de povos esquecidos no território brasileiro (AMED, 2006). Além dos desafios inerentes ao estudo, pesava a indiferença da comunidade letrada no Brasil e na Europa por esse tipo de pesquisa e temática, o que não facilitava a publicação de obras, já que indispunha as casas editoriais (idem). Dada a falta de demanda social por tais produtos, não poderia se esperar retorno financeiro deles. Vê-se, assim, que a escolha de Capistrano de Abreu por esse ramo de estudos atende aos critérios de prática desviacionista conforme Certeau³. A afirmação de Amed (2006, p. 155; 156) vai nessa direção:

O percurso rumo ao estudo da língua kaxinawá, o trabalho com os índios e a futura publicação do livro foram, de fato, produtos da dedicação de Capistrano, sem relacionamentos com instituições ou organizações governamentais.

Além da indiferença do mundo letrado e da ausência de lucratividade, havia o agravante para Capistrano de ele ser cobrado por desviar-se da tarefa de que ele estava incumbido por alguns de seus pares, escrever uma história do Brasil com metodologia moderna e abundância documental como nenhuma outra já havia sido escrita.

Ao optar por essa via de interpretação, reconheço que me deparo com afirmações opostas encontradas em trabalhos de mestrado e doutorado anteriores. Pelo menos três dos pesquisadores acadêmicos que, nos últimos vinte anos, tomaram Capistrano de Abreu por objeto entenderam que os estudos linguísticos deste último e a atenção que tributou aos povos nativos do Brasil se inserem no seu suposto projeto de história do Brasil (OLIVEIRA, 2006; GONTIJO, 2010; SOUSA, 2012). Nessa perspectiva, e diferente do que julgaram os contemporâneos a Capistrano, não haveria de todo um desvio temático

³ É preciso ponderar, além das dificuldades de pesquisa e desvalorização acadêmica enfrentadas pelos que se aventuravam a estudar povos indígenas no Brasil e na Europa no fim do séc. XIX, que havia algum interesse de centros de pesquisa e museus etnológicos europeus em financiar viagens exploratórias com vistas ao reconhecimento de comunidades nativas no Brasil (CHRISTINO, 2006). Portanto, mesmo com o mal-estar dos pesquisadores com a ausência relativa de interesse pelos seus trabalhos, eles também puderam gozar de financiamentos institucionais.

na carreira do autor. As incursões pela linguística e etnologia indígenas estariam vinculadas ao intento que moveu Capistrano desde sua juventude, a escrita da história pátria. Compreendendo os argumentos dos analistas anteriores, pretendo problematizar a questão. Levando em consideração que o próprio Capistrano separava os estudos históricos dos estudos sobre línguas e culturas indígenas, como fica demonstrado em algumas passagens de sua correspondência. Em carta de 1909, Capistrano escrevia a Guilherme Studart em um momento em que pretendia preparar a 2ª edição do *Capítulos de História Colonial* e, simultaneamente, trabalhava junto a nativos do povo caxinauá para conceber uma gramática de sua língua. O autor confessava a seu amigo uma pausa nos estudos relacionados à história pátria enquanto tratava de estudar a língua caxinauá:

Com este episódio linguístico desviei-me inteiramente da história pátria; não continuei a narrativa, como pretendia, nem mesmo comecei a revisão e redistribuição do já feito. Às vezes lastimo, às vezes dou por bem emprego do tempo. Se todos os anos tivesse um índio para me ocupar, daria de mão às labutações históricas (ABREU, 1977, p. 182).

Esses foram os principais encaminhamentos para minha pesquisa oriundos das leituras e discussões na disciplina promovida pela prof. Wilma Peres Costa. Ainda outras haveria por citar, certamente, o que não é possível dentro do espaço definido para essas notas de pesquisa.

Referências

- ABREU, Capistrano de. *Correspondência de Capistrano de Abreu*, vol. 1. 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1977.
- AMED, Fernando. *As cartas de Capistrano de Abreu: sociabilidade e vida literária na belle époque*. São Paulo: Alameda, 2006.
- CÂMARA, José Aurélio Saraiva. *Capistrano de Abreu*. Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1969.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 3 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CHRISTINO, Beatriz Protti. *A rede de Capistrano de Abreu (1853-1927): uma análise historiográfica do rã-txa hu-ni-ku-~i em face da Sul-americanística dos anos 1890-1929*. 2006. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

GONTIJO, Rebeca. Capistrano de Abreu, viajante. *Revista brasileira de história*. São Paulo, v. 30, nº 59, p. 15-36, 2010.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

KODAMA, Kaori. *Os filhos da brenhas e o Império do Brasil: A etnografia no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1840-1860)*. 2005. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) – PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2005.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. 2006. 178 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos. As notas de rodapé de Capistrano de Abreu: as edições da coleção *Materiais e Achegas para a história e geografia do Brasil (1886-1887)*. *Revista de História*, São Paulo, n. 163, p. 015-052, jul./dez. 2010.

SILVA, Ítala Byanca Morais da. *Les morts vont vite: a Sociedade Capistrano de Abreu e a construção da memória de seu patrono na historiografia brasileira (1927-1969)*. 2008. 358 f. Dissertação (Mestrado) – UFRJ/IFCS/Programa de Pós-Graduação em História Social. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2008.

SOUSA, Ricardo Alexandre Santos de. *Capistrano de Abreu: história pátria, cientificismo e cultura – a construção da história e do historiador*. 2012. 296 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro: s.n., 2012.

VLASSOPOULOS, Kostas. *Greeks and barbarians*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

“COM ENTHUSIASMO, NESSAS MANIFESTAÇÕES DE PATRIOTISMO”: O IHGRN E AS COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA EM 1922

Alícia de Brito Meneghetti Cunha¹

Resumo: Essa nota de pesquisa tem por objetivo analisar como ao longo dos primeiros decênios do século XX, ocorreu um amplo investimento no processo de construção do passado do Rio Grande do Norte no cenário intelectual, principalmente, por meio da revista do IHGRN. O periódico atuou na função de coletar e armazenar informações acerca do passado estadual. Assim, a construção desse passado emergia nas páginas por meio do relato de festas, eventos, nomes de destaque e elementos do gênero que caracterizavam a face do Rio Grande do Norte. Neste artigo, analiso as comemorações promovidas pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte sobre o Centenário da Independência em 1922. A pesquisa pautou-se nos textos publicados na revista do IHGRN, por meio de um número dedicado à questão. Dessa forma é possível entender como esse evento contribuiu para a preservação do patrimônio e promover a invenção de um passado potiguar.

Palavras-chave: Centenário da Independência; IHGRN; Celebração.

“WITH ENTHUSIASM, IN THESE MANIFESTATIONS OF PATRIOTISM”: THE IHGRN AND THE COMMEMORATIONS OF THE CENTENARY OF INDEPENDENCE IN 1922

Abstract: This research note aims to analyze how during the first decades of the 20th century, there was a large investment in the process of building the past of Rio Grande do Norte in the intellectual scene, mainly through the IHGRN magazine. The periodical acted in the function of collecting and storing information about the state's past. Thus, the construction of this past emerged on the pages through the account of parties, events, prominent names and elements of the genre that characterized the face of Rio Grande do Norte. In this article, I analyze the celebrations promoted by the Historical and Geographical Institute of Rio Grande do Norte on the Centenary of Independence in 1922. The research was based on texts published in the IHGRN

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Bolsista do projeto “Um passado a ser celebrado: comemorações e efemérides no IHGRN (1917-1922)”. Contato: aliciabmeneghetti@gmail.com.

magazine, through an issue dedicated to the issue. In this way, it is possible to understand how this event contributed to the preservation of heritage and to promote the invention of a Potiguar past.

Keywords: Centenary of Independence; HGIRN; Celebration.

Introdução

Sobre os moldes de uma nação, a dedicação empenhada em construir e legitimar uma história republicana, durante toda a Primeira República, se desdobrou em expressões artísticas, intelectuais e culturais referentes à valorização e difusão de valores atrelados ao período. Nesse momento de ascensão de novas demandas nos fazeres históricos foi fundado o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, em 1902, que tinha como objetivo central a pesquisa, sistematização e divulgação de um passado regional. A historiografia potiguar se materializou dentro desse espaço por meio da presença de expoentes intelectuais e da reunião de documentos acerca de algumas temáticas centrais da escrita da história regional, como o ensino de história e o patrimônio cultural.

Além da organização dos documentos do Rio Grande do Norte, o IHGRN encarregou-se também da produção da memória histórica do estado. Não é por acaso que a principal atividade intelectual desenvolvida pela agremiação, ao longo dos seus primeiros vinte e cinco anos, foi a publicação de sua revista.

Além de destacar quais saberes seriam contemplados pela revista, o excerto supracitado mostra que a prioridade do IHGRN era a realização de pesquisas concernentes à vida do povo potiguar ao longo do tempo. (COSTA, 2020, p. 14).

Desse modo, com o intuito de preservar as memórias, o periódico do IHGRN se dedicou a relatar os desdobramentos do Centenário da Independência de 1922 no Rio Grande de Norte. Em sua tese de doutorado, Rodrigo Bragio Bonaldo apresenta as comemorações referentes a centenários que começaram a emergir no final do século XIX a exemplo do centenário da revolução francesa (1876), os festejos do descobrimento da América (1892) e o aniversário da colonização (1888), o autor ainda afirma que os celebrantes

tendem a encarnar os ancestrais daquele espaço, e evocar tanto símbolos como valores morais para definir sua identidade.

Na sessão de 10 de setembro de 1916, o Deputado José Augusto levantou a pauta do quão seria conveniente que o Instituto Histórico elaborasse um trabalho sobre o desenvolvimento do Rio Grande do Norte na temporalidade referente ao primeiro século da Independência Nacional, levando em conta aspectos de atividade material e intelectual, ou seja, a herança patrimonial potiguar.² O IHGRN, portanto, foi a instituição pioneira, dentro do contexto rio norte grandense, em representar o transcurso do primeiro centenário da emancipação política. Desse modo a revista do Instituto possuía a possibilidade de iniciar a organização e tomar providências acerca das configurações da comemoração. De modo que isso lhe foi concedido por lei:

Art. 2º—O Governador poderá incumbir ao Instituto Histórico e Geográfico do Estado de organizar o programma dessa commemoração pelo modo que mais se coadune com a indole e a cultura do Rio Grande do Norte, revogadas as disposições em contrario. (IHGRN, 1922, p. 17-18)

A mobilização de elementos que contribuíram para a celebração do centenário em solo potiguar, demonstra as potencialidades que a *memória coletiva*³ (HALBWACHS, 2003) possui, o argumento se sustenta em grupos que organizam, transmitem e tornam possíveis as suas lembranças. Também, o quanto esses desdobramentos podem ser explorados, de forma a contribuir dentro da sociedade, especificamente no ensino e construção de um passado coerente e fidedigno.

Dessa maneira, a seleção do Centenário da Independência de 1922 como recorte para análise, se configura na sua carga histórica e na abundância de elementos temáticos, que podem ser explorados dentro dos

² REVISTA DO IHGRN. Natal, RN: Typographia M. Victorino A. Câmara & C., volume XIX, ns. 1 e 2, 1922, p 15-16

³ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003.

estudos sobre a celebração. Ao se debruçar sobre as celebrações dessa efeméride, vivenciada na nação, consegue-se refletir acerca de diversas temporalidades, suas rupturas e continuidades. Em suas análises sobre o *centenário da independência no Rio de Janeiro*, Marly Silva da Motta afirma: “o sete de setembro de 1922 pôde articular presente/passado/futuro ao ensejar o balanço obrigatório dos acontecimentos passados, a avaliação dos feitos presentes e a perspectiva de realizações futuras do país” (MOTTA, 1922, p. 3). Essa perspectiva evidencia o espaço que essas datas comemorativas ocupam na estruturação que se tem do passado, e desperta um cuidado com as atribuições evocadas no presente. Uma questão a ser pontuada é a disputa pela construção do período recuado como uma resposta às aspirações presentes, e também a construção de futuros possíveis.⁴ É importante ressaltar que o esforço da revista na elaboração da narrativa tem como pano de fundo uma ação pensada pelos sócios intelectuais do IHGRN, com intenção política de inventar uma identidade estadual gestada desde o momento de fundação da instituição

“Do imaginário ao concreto”: a história vislumbrada na retina

Sob o terreno fértil da virada da década de 1910 para 1920, momento em que se constituía um cenário nacionalista devido à Primeira Guerra Mundial (1914-1918), somado com a aproximação do Centenário da Independência gerou espaço para ações que fomentassem esse sentimento nacional e patriótico. Tudo isso se traduziu em festejos do centenário, porém mais que isso, se manifestou por meio de monumentos e símbolos arquitetônicos que revelassem a grandeza do momento e homenageassem

⁴ ENNE, Ana Lucia da Silva. Memória e identidade social. In: XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom), 2001, Campo Grande-MS. *Anais do XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom)*. Campo Grande: INTERCOM, 2001. Disponível na internet via - repositorio.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/4357/1/NP2ENNE.pdf - Acessado em 2022.

figuras que expoentes para a emergência do Centenário. Dessa forma, a celebração de 1922 se tornou um “espaço que visava ser a expressão visual de valores e ideais garantidores do acesso da nação centenária ao século XX” (MOTTA, 1922, p. 12).

A recuperação da memória por meio de elementos materiais é um processo legítimo. As construções históricas atribuem valor aos seus significados, traduzem a cultura, os valores e o cotidiano de um povo. “O monumento ahi está, na sua luminosa e expressiva allegoria, para dizer aos vindouros o pensamento e o sentimento do Rio Grande do Norte em 1922.” (IHGRN, 1922, p. 6-7)

Os processos de monumentalização são fundamentais na construção da história pública, que se manifeste nas configurações da cidade, em locais de circulação, atuando no fortalecimento da memória. A pedagogia mnésica é uma ferramenta que o historiador utiliza no combate ao esquecimento ou na disseminação de uma face deturpada do passado. Como afirma Pierre Nora, podemos perceber essas representações como espaços de memória que tem justamente a função de criar e manter um vínculo identificatório.⁵

Entretanto, esse modo de compreender os monumentos é apenas uma nas diversas possibilidades de interpretação, que se integra a uma tentativa de construir a representação de um passado preterido. Os significados atribuídos aos monumentos e a mensagem a ser transmitida por meio dos elementos visuais era de extrema importância para fomentar a construção de uma identidade potiguar. Por causa disso, nomes de importantes figuras se vincularam à materialização das obras.

O plano assentado pela administração consistia essencialmente na erecção de um modesto mas expressivo monumento, que ficasse para attestar aos posteros o sentir do nosso tempo, e festas populares, em que a nossa gente pudesse expandir o seu regosijo, elevando o coração á Pátria e esquecendo assim, nalguns dias rapipidos, as contingências da vida ordinária.” (IHGRN, 1922, p. 4-6)

⁵ NORA, Pierre. *Les lieux de Mémoire*. Paris, Gallimard, 1984.

O Monumento à Independência: seu papel como parte da história material

O *Monumento à Independência* teve autoria do escultor pernambucano Bibiano Antão da Silva (1889-1969), que atuou no contexto brasileiro, sobretudo, na região do Nordeste. Ele estudou na Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro (ENBA)⁶. A escolha de um artista da região Nordeste foi imprescindível para que houvesse a valorização de produções e expressões artísticas regionais. Foi uma escolha qualificada no que diz respeito a um monumento designado à celebração do centenário, que traduz as raízes da população norte-rio-grandense, inaugurado na praça Sete de Setembro, também conhecida como Praça da Independência na capital do Estado. Confira a figura 1:



Figura 01: Monumento da Independência

Fonte: CUNHA, Alícia. Monumento da Independência. 2022.

As celebrações foram realizadas pelo IHGRN e também pelo governador referente ao período, o Senhor Antônio José de Melo e Sousa, o qual demonstrou por meio de sua fala que houve um conjunto de esforços

⁶ Informações disponíveis em: http://bibianosilva.org/bibiano_pt/ Acesso em: 14 abril. 2022.

que foram desprendidos pelos diversos grupos sociais, movidos pelo sentimento nacionalista, para a execução e inauguração do monumento.

A magistratura, o clero, os representantes do exercito e da marinha nacionaes nesta capital, as forças estaduaes, as escolas, o magisterio, o commercio, o operario, a industria, a imprensa, o funcionalismo, as corporações mais diversas, todos collaboram com enthusiasmo nessas manifestações de patriotismo. E si quizerdes que vos aponte um exemplo desse enthusiasmo, em que todos se harmonizaram e nivelaram para honrar a Patria, sofre.⁷ (SOUZA, 1922)

O monumento retrata os heróis locais e homens ilustres da história nacional, sobretudo, no caso do retrato do Padre Miguelinho em um dos medalhões de bronze, além de apresentar inscrições latinas que reforçavam o sentimento nacionalista corrente no contexto. Esses personagens alcançam a condição de heróis mediante uma escolha deliberada, que é influenciada por uma série de fatores e intencionalidades políticas. Todo esse conjunto de símbolos reafirmaram as lutas da população potiguar e engrandeceram o sentimento patriótico e a identidade nacional que se pretendia construir.

Na base do monumento aparecem gravadas as seguintes inscrições latinas: "Potyguarensium genus / Duras naturae vices perferendo / Fortins factum / Et filiõrum robere fultum, / Erit semper termis sed indefessus / Patriae unitatis et magnifudinis / Factor..."⁸ (VIANA, 2019, p 23).

A simbologia que o monumento apresenta é interessante. Sua base se funda em um pedestal de granito, no seu eixo principal emergem duas figuras, uma feminina que representa a Pátria, e a outra masculina, traduzindo o Povo. A Pátria, por sua vez, aponta para um livro de História, indicando que o 7 de setembro de 1822 não pode ser esquecido. O Povo oferece à Pátria um ramo

⁷ RIO Grande do Norte. Mensagem lida perante o Congresso Legislativo na abertura da Segunda Sessão da Undecima Legislativa em 1º de novembro de 1922, pelo governador Antonio J. de Melo e Souza. Typ. Commercial - J. Pinto & C. - Natal. Foi mantida a ortografia original. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/873330/2788> Acesso: 14 abril. 2022.

⁸ O Rio Grande do Norte fortalecido pela luta contra a natureza e amparado pelo vigor dos seus filhos, será sempre um pequeno, mas incansável operário da união e da grandeza da Pátria. [...]. Sejam quais forem os seus cuidados, quer o infortúnio te atormente, quer a felicidade te eleve, terás sempre a Pátria entre os olhos: por ela darás a tua inteligência, as tuas forças e até a vida.

de louro, que representa a vitória e a paz no país. A espada que se encontra embainhada vem como elemento de defesa. (VIANA, 2019, p 23).

As multifaces da escultura também apresentaram modelos artísticos referentes à época, o que cumpriu com maestria a função de marcar a presença potiguar na celebração do Centenário de 1922. Entende-se, portanto, essa obra como um produto de um recorte específico da história brasileira e norte-rio-grandense, que possui contornos singulares e atribui sentidos próprios do contexto da celebração e do intuito político que se tinha enquanto Brasil República.

Com o maior brilhantismo possível”: Vibrando em sintonia, festejando em conjunto

Foi o Instituto Historico e Geographico a primeira vóz que, entre nós, se levantou para lembrar a necessidade de ser commemorado, com o maior brilhantismo possível, o transcurso do 1º centenário da nossa Emancipação politica. (IHGRN, 1922, p. 15)

As festividades compuseram a maior parte do centenário, visto que elas integraram diferentes esferas de grupos sociais, manifestações religiosas, artísticas e políticas. O papel que os festejos desempenhavam eram, de certa forma, a manutenção das continuidades do passado, visto que eles ressaltaram valores e normas de comportamento, fenômeno descrito como *invenção das tradições*⁹ por Eric Hobsbawm. Esses desdobramentos de celebração, ritualização e usos políticos do passado expressavam o desejo pela coesão e coletividade sociais, elementos que garantiram a legitimidade política. É preciso atentar-se que a comemoração cumpre o papel de ensinar ao presente as grandiosidades realizadas no passado, de modo que busca honrar figuras e tradições do período anterior.

Em cada ato específico, os membros do IHGRN buscavam sintonizar a elaboração das memórias históricas potiguares com brilhantismo. Toda a

⁹ HOBBSAWM, Eric. A produção em massa de tradições: Europa, 1870 a 1914. In: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1997. p.271.

programação foi publicada, na íntegra, no jornal oficial *A República* de 3 de setembro, contendo as datas, horários, locais, e eventos, todos detalhados. Passemos a analisar algumas comemorações da chamada Semana da Pátria, ocorrida entre os dias 3 a 10 de setembro de 1922:

1 dia: 3 de Setembro, consagrado à *Colonização*: romaria cívica á velha fortaleza dos Reis Magos, por onde começou a mesma colonização, sendo alli collocada uma placa commemorativa da homenagem aos antepassados. Na tarde e noite porem realizaram-se regatas, passeio veneziano e outras diversões populares.

2 dia: No segundo dia, da *Prosperidade*: effectuaram se festas publicas promovidas pela Associação Commercial como representante das classes que a incrementam—a Agricultura, a Industria e o Commercio.

3 dia: No terceiro, consagrado á *Força*, representada pelas classes armadas, defensoras da soberania da Nação e garantias da ordem e da lei, festas numerosas e concorridissimas culminarem com as desportivas militares da praça Pio X e variada festa nocturna no theatro Carlos Gomes, com representação de Escoteiros, uma notável conferencia militar, cantos patrióticos e populares e apothese á Patria

4 dia: No quarto dia, das *Lettras e Artes*, romaria em homenagem á memória de nossa grande patricia Nysia Floresta, sessão litteraria ás 13 horas, grande concerto vocal e instrumental á noite.

5 dia: O dia seguinte, 7 de Setembro, *dia da Patria*, foi todo cheio com um regosijo e entusiasmo, de que a maioria de nós mesmos não nos julgavamos capazes. A solenne missa campal na avenida Rio Branco, a parada militar, a recepção official. o prestito civico, a inauguração do monumento na praça Sete de Setembro, o *Te Deum* e as diversões populares á noite, com cinematographo ao ar livre, fogos de artificio, musica nos jardins, foram concorridas pela maior parte da população da capital, alem de numerosas pessoas vindas de vários pontos do interior.

6 dia: No sexto dia, do *Trabalho*, com a procissão das escolas operarias pela manhan, missa campal na praça Sete o plantio solenne de um pau Brasil, lembrança sympathica e original dos operários á arvore histórica, prestito operário á tarde, sessões solennes das diversas associações da classe, alem das festas disportivas da tarde, o operariado de Natal provou com brilho não somente o seu extremado amor á Patria, mas a sua união e o seu adeantamento.

7 dia: O ultimo dia foi o do *Futuro*, isto é, daquelles que depois de nós virão trabalhar pelo engrandecimento do Brasil, a infancia escolar. E alem das festas isoladas em cada estabelecimento de ensino com diversões escolares, cantos e conferencias, a formatura de todas as escolas na praça Sete e o juramento solenne á Bandeira por todos os maiores de dez annos, á reunião á noite no theatro Carlos Gomes com o concerto vocal e instrumental e os hymnos patrióticos, admiravelmente entoados por mil e quinhentas creanças, o prazer e o entusiasmo evidentes desses depositários de esperanças certificam claramente que elles farão melhor do que nós.

8 dia: *O dia da Historia*, 10 de Setembro, domingo: Cinema campal na praça «7 de Setembro, Sessão magna do Instituto Historico: relatório official das solenidades. Encerramento da commemoração.

A's 20 horas celebrou o Instituto Historico a sessão solenne do encerramento, fazendo o orador da casa o resumo da commemoração do primeiro Centenário da Independencia Nacional no Rio Grande do Norte. Alem dessas festas do programa official, ainda se realizaram outras por iniciativa particular, entre as quaes reuniões e bailes. (IHGRN, 1922, p. 10-28)

Como podemos apreender nesse excerto, o ato comemorativo estava intrinsecamente ligado ao compromisso de memória e a um sentimento de coletividade de um povo que partilhava os mesmos interesses além de buscar um futuro tão bom quanto foi seu passado. O período recuado é construído como a junção de heróis que fortalecem apreço pela Pátria, é o produto de feitos de uma nação que agiu em conjunto em favor do progresso e elevação social, que é retomado no recorte presente como maneira de saudar com gratidão as dívidas pendentes com nossos antepassados tão impetuosos. Além disso, Michael Pollak retrata essa construção da memória como uma engenhosidade dos poderes sociais para elaborar identidade, tendo em vista que o autor acredita que haja uma ligação intrínseca entre memória e pertencimento.¹⁰

Nas entrelinhas a realização de festas cívicas é entendida como forma de manter o passado sempre acessível e por meio do estabelecimento de datas periodicamente comemoradas, eternizá-lo, além do caráter pedagógico que esses meios utilizam para acender no coração do povo o amor à pátria. Dessa maneira, as virtudes do civismo e do patriotismo são despertadas e reveladas pela capacidade didática-pedagógica das próprias atividades realizadas durante o festejo (COSTA, 2017, p 364).

A pluralidade de eventos propostos, a divisão de horários, dias e locais demonstra que a organização do Centenário foi pensada para que houvesse a participação massiva do povo potiguar. A nomenclatura dos dias

¹⁰ POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, nº10, 1992.

amalgamou diversas esferas sociais e construía uma teia de significados que alcançam desde os homens de negócios e operários, até mulheres e crianças, nota-se que houveram esforços para a construção de um lugar comum a todos os que festejavam.

Por fim, a escolha de iniciar as comemorações no *dia da colonização* não pode ser vista de forma inocente e imparcial, esse era um momento oportuno para construir um sentimento patriótico de independência e rememorar o papel que o Rio Grande do Norte teve nesse processo.

Conclusões

É possível, sobremaneira, apreender algumas análises sob a ótica das memórias oriundas da comemoração do Centenário da Independência de 1922. O primeiro apontamento é a preservação do passado e patrimônio realizado nesta atividade por meio desses relatos. Se nota, de forma explícita tanto as vivências do Centenário, como no contingenciamento dessas memórias as manifestações de patriotismo desse povo potiguar.

O grupo que partilha desses repertórios intelectuais, morais e culturais seriam parte do quadro social que se pretendia construir para aquela nação. Procurava se estabelecer dentro das diversas memórias individuais, retomando agora o conceito de Halbwachs, uma memória coletiva e compartilhada, era, portanto, um projeto de nação proposto pela “geração de 1900”.

Evidentemente que essa busca por uma identidade republicana e regional é recorrente desde o início da república, entretanto, recorte de 1922 revela um tempo de empenho republicano para que se construísse uma identidade, além do cenário nacionalista de 1910-1920. Por causa disso houve o florescimento de ordem intelectual, artística e cultural, com a intenção de construir esse espaço de estruturação do passado. Os festejos do centenário e os símbolos arquitetônicos aqui expostos visavam por meio desses elementos

culturais e materiais atribuir significados e valores para a vida comum dessa gente potiguar. Elementos da história material, e da história das tradições são evocados para juntos, construírem a manutenção das continuidades do passado que desejavam ser retomadas.

Entende-se que o uso articulado e político do passado tem poder sobre a forma de agir, pensar e viver de um povo, por isso é importante entender o papel do Centenário de 1922 e a construção dos heróis nacionais como mecanismos políticos de influência. O ofício comemorativo pode ser notado como meio de transmissão de valores, neste caso, gerar na população sentimentos de amor e cuidado com a pátria, por meio de entusiasmadas celebrações.

Referências

ALVES, Fabíola Cristina. Monumento à Independência: uma obra de Bibiano Silva em Natal (RN). *19&20*, Rio de Janeiro, v. XVI, n. 2, jul.-dez. 2021. <https://doi.org/10.52913/19e20.xvi2.05>

BONALDO, Rodrigo Bragio. *Comemorações e efemérides: ensaio episódico sobre a história de dois paralelos*. 2014. 314 p. Tese de doutorado (Pós-graduação em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

COSTA, Bruno. Porque tem solenizado as famosas datas da nossa historia. In: Costa, Bruno. *A CASA DA MEMÓRIA NORTE-RIO-GRANDENSE: O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e a construção do lugar do Rio Grande do Norte na memória nacional (1902-1927)*. Porto Alegre: UFRGS, 2017

COSTA, B. B. A. da. A emergência do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: como, para que e por quem foi criado. *Revista de História*, n. 179, p. 1-27, 2020. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2020.160169. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/160169>. Acesso em: 7 abr. 2022.

ENNE, Ana Lucia da Silva. Memória e identidade social. In: XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom), 2001, Campo Grande-MS. *Anais do XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom)*. Campo Grande: INTERCOM, 2001. Disponível na internet via -

reposcom.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/4357/1/NP2EN_NE.pdf - Acessado em 2022.

GOMES, Ângela de Castro; ABREU, Martha. A nova "Velha" República: um pouco de história e historiografia. *Revista Tempo*. Vol. 13, nº 26. Rio de Janeiro, 2009.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003. p.30.

HOBBSBAWM, Eric. A produção em massa de tradições: Europa, 1870 a 1914. In: HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1997. p.271.

MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos: o centenário da independência no Rio de Janeiro*: CPDOC, 1992. 18f.

NORA, Pierre. *Les lieux de Mémoire*. Paris, Gallimard, 1984.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, nº10, 1992.

PROST, Antoine. A História se Escreve. In: *Doze lições sobre a história*. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2008, cap 7, p 235-252.

REVISTA DO IHGRN. Natal, RN: Typographia M. Victorino A. Câmara & C., volume XIX, ns. 1 e 2, 1922. 394p.

SILVEIRA, L. B.; BUENDIA, M. P. *Da invenção da tradição (ou de como os patrimônios nos inventam): notas sobre a patrimonialização do pastoreio na Espanha*.

VIANA, H. do N. A construção do espaço cívico: monumentos e rituais de memória na Natal republicana (1902-1922). *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 27, p. 1-44, 2019, p. 22. DOI: 10.1590/1982-02672019v27e07. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/138800> Acesso em: 14 abril. 2022.

ZAMBONI, Ernesta. Panorama das pesquisas no ensino de História. *Saeculum*. Nº 6/7. João Pessoa, 2001, p. 105-117. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/11268/6383>.

LIVROS: UMA HISTÓRIA DE DESTRUIÇÃO E SOBREVIVÊNCIA

OVENDEN, Richard. *Burning the Books: A History of Deliberate Destruction of Knowledge*. Cambridge: Harvard University Press, 2020. 308 p.

Danilo Mendonça¹

O britânico Richard Ovenden possui grande experiência na área de preservação do conhecimento humano.

Diretor responsável pelo sistema bibliotecário da Universidade de Oxford, na Inglaterra, Ovenden tem uma vasta carreira dedicada às boas práticas dos cursos de biblioteconomia. Trabalhou nas bibliotecas da Universidade de Durham e de Edimburgo, na Biblioteca Nacional da Escócia e é membro de instituições britânicas de preservação da memória, como a *Digital Preservation Coalition* (DPC) e da *Society of Antiquaries of London* (SAL).² Apesar de toda sua trajetória profissional ter se dedicado à preservação, ao escrever *Burning the Books: A History of the Deliberate Destruction of Knowledge*, Ovenden inverte seu papel e estuda o maior pesadelo de um conservacionista do conhecimento, debruçou-se sobre a destruição dos livros e do conhecimento ao longo da História.

Publicado nos Estados Unidos pela *Harvard University Press*, em setembro de 2020, *Burning the Books*, faz um panorama pelos perigos que instituições responsáveis pela guarda de memória passaram. O livro é composto por quinze capítulos. Cada um deles, carrega um tema que envolve a perda do conhecimento, tendo como foco central os livros ou instituições como bibliotecas e arquivos. Para iniciar sua linha do tempo, Ovenden remonta a

¹ Graduando em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Contato: danilomendonca999@gmail.com.

² A primeira, fundada no ano de 2009, busca criar medidas públicas que garantam a preservação da memória produzida na internet. A segunda é uma das mais antigas instituições de fomento a cultura e a memória na Inglaterra, estabelecida em 1701.

descoberta, no século XIX da Biblioteca de Nínive, realizada pelo britânico Austen Layard, que através das placas cuneiformes compostas por argila, percebeu a existência de um grande local que foi basal para a guarda do conhecimento do Império Assírio. Composta por mais de vinte e cinco mil papiros, entre documentos que tratam de religião, tratados médicos e literatura produzida na antiguidade do Oriente Médio, passou a ser considerada a mais antiga biblioteca do mundo.

No capítulo seguinte, é realizada uma reflexão sobre a Biblioteca de Alexandria. O que sabemos, entre mitificação e os estudos acerca do grande centro do conhecimento do mundo antigo até sua perda que deixa um vácuo inimaginável e lacunas que perduram até os dias atuais para a constituição da ciência, Ovenden exalta o fato de ao menos termos como norte um local de guarda – independente de sabermos ou não, qual seu volume. Apesar do foco do livro ser a destruição, tanto quanto a Biblioteca de Nínive e Alexandria, terem sido mencionados logo ao início do livro, percebemos o principal traço da formação acadêmica de autor: a importância da preservação a partir do bibliotecário. Embora sejam exemplos de instituições que não conseguiram atravessar séculos e chegarem aos tempos contemporâneos, durante seu período histórico, foram locais de referência, de guarda e de preservação.

Chama a atenção do leitor, a tônica que Ovenden coloca sobre o tópico do apagamento do conhecimento, ao atrelá-lo com seu ato antagônico, o registro. Detona-se assim, a busca pela guarda do conhecimento, que ao antepasso da destruição, é uma condicionante da tensa relação do homem com a produção da ciência – coexistindo hordas que incitam destruição e outros grupos buscando garantir a sua preservação – principalmente em contextos de governos autoritários e negacionistas.

O autoritarismo presente na História, também é assunto que faz o autor debruçar-se para mostrar a relação dos regimes políticos com a constituição

e preservação da memória. Os constantes arrojados autoritários, sob a perspectiva proposta pelo autor, são esmiuçados a partir da observação histórica em eventos como o nazismo.

O movimento hitlerista que, de pouco a pouco, tomou o controle da então democrática República de Weimar e instalou um regime fascista que perdurou de 1933 até o fim da Segunda Guerra Mundial, encontrou nos livros e no conhecimento uma barreira de resistência ao projeto de Hitler e seus asseclas. Ancorado em pesquisas, Ovenden chama atenção para a estimativa de que cem milhões de livros foram queimados pelo regime nazista durante os doze anos que ficaram no poder.

Apesar de todo o conhecimento perdido, o autor demonstra que os livros foram uma forma de resistência dos judeus durante a ascensão do regime, como maneira de preservar sua memória. Ao olhar a centralidade do livro sagrado dos judeus, o Torá, para a constituição da comunidade judaica, Ovenden explicita os esforços que foram feitos pelos judeus para guardar livros. Alguns foram forçados pelos nazistas a catalogarem os livros que seriam destruídos pelo regime – e muitos arriscaram as próprias vidas para tentarem salvar as edições que nazistas possuíam o desejo de incinerá-las. O hercúleo envio dos materiais judaicos para outras partes da Europa e para os Estados Unidos para o autor, foi uma forma de existir a contragosto sanha nazista de extinguir o pensamento judeu da cultura humana.

Outro ponto colocado ao centro do debate é a guerra como sujeito de ameaça à preservação de bibliotecas e de institutos de arquivos. Para explicitar sua teoria, o autor escolhe o caso da Guerra da Bósnia na década de 1990, que assolou parte do leste europeu. Localizada em Sarajevo, a biblioteca nacional e universitária da Bósnia e Herzegovina abrigava, mais de um milhão e meio de itens, como manuscritos, documentos, livros e fotografias. No complexo contexto que envolveram três grupos étnico-religiosos entre bósnios muçulmanos, os croatas católicos romanos e sérvios

cristãos ortodoxos, a tomada da biblioteca da Bósnia tornou-se central, na disputa ideológica da batalha. Devida sua forte rejeição ao pensamento muçulmano, o governo sérvio deliberou um ataque contra a instituição nacional de memória, buscando aniquilar a presença do pensamento muçulmano e atingir a memória do povo.

Embora o avanço nazista nas décadas de 1930 e 40 e a Guerra da Bósnia não estejam intrinsecamente conectados, uma característica manteve-se nos dois períodos de escalada do terror, o aniquilamento do direito da memória e a produção intelectual do 'inimigo', ao que seu algoz escolheu como alvo. Acabar com a memória, torna-se uma estratégia de apagamento dos crimes cometidos e tem como alvo final o esvaziamento do próprio 'inimigo', tornando o lugar do registro, um vazio.

O esforço de Ovenden de realizar o estudo de uma história em que a destruição do conhecimento seja seu instrumento de reflexão, o livro possui limites. As escolhas do autor para citar os exemplos de destruição possui, em certa medida, um olhar eurocêntrico. Dos acontecimentos citados, o continente europeu corresponde à 75% dos eventos. Exceções são menções à Ásia – como o caso da Biblioteca de Nínive e as documentações no contexto da invasão estadunidense no início do século XXI no Iraque – e um ataque operado pelo Império Britânico no Capitólio que atingiu a Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, no ano de 1814. A América Latina é deixada de lado pela abordagem de Ovenden. Embora a região do continente americano tenha sofrido importantes baixas e perdas de memórias ao longo de sua história, a região ficou à margem da discussão levantada pelo autor. Podem-se citar casos como os terremotos ocorridos na Nicarágua que afetaram a Biblioteca Nacional Rubén Darío ou as queimas de códigos de Maia ordenadas pelo bispo católico Diego de Landa durante a inquisição no México.

Embora a opção por deixar lacunas na questão latino-americana, são feitas críticas duras aos países europeus, que aproveitaram de seus tentáculos coloniais e usurpam parte de sua produção intelectual para recheiar seus museus, bibliotecas e arquivos. Por um lado, o autor reconhece o fato de materiais terem sido preservados pelo continente europeu, no entanto, considera que a remoção do conhecimento do passado de uma comunidade pode impedir o seu desenvolvimento. Isso ocorre porque o passado pode ser manipulado por grupos políticos e a identidade nacional pode estar em risco devido ao acesso comprometido (OVENDEN, 2020, p. 180-181). O autor ainda, sinaliza que é necessária para a emancipação dos países o acesso a sua massa documental:

Muitas das antigas colônias das potências europeias tornaram-se países independentes já há muitas décadas, e alguns deles permanecem preocupados que sua história continue trancada em arquivos estrangeiros. É vital que as comunidades de onde estes materiais foram removidos possam assumir novamente o controle da narrativa da história." (OVENDEN, 2020, p. 181).³

Ao encaminhar-se para o fim do livro, Ovenden demonstra preocupação em relação a memória da documentação produzida de maneira digital e pondera a maneira que será armazenada esse monumental volume de produção diária. Entre os exemplos de destruição de documentos no meio digital, são citados, o fechamento de redes sociais como o Google + e o My Space, além da retirada em massa de vídeos da Guerra Civil Síria da plataforma YouTube. Para Ovenden, o poder das *bigtechs* são maiores do que as dos órgãos de conservação, e suas finalidades são diferentes.

Os arquivos e bibliotecas foram criados com o intuito de garantir a guarda e preservação de documentos para a posteridade, enquanto as *bigtechs* foram inventadas na lógica de mercado, a do lucro. O fechamento

³ Tradução livre de "Many of the former colonies of the European powers have been independent countries for many decades, and some of them remain concerned that their history continues to be locked inside foreign record stores. It is vital that the communities from which these materials have been removed should be allowed to take control of the narrative of history once again."

de redes sociais parte por essa via. A massa documental que se perde durante o fechamento de uma rede social em que milhões de pessoas trocaram mensagens de texto, fotos, vídeos é enorme e perde-se para sempre, pois o lucro é a função principal dessas companhias. Se as redes param de ser usadas e suas receitas diminuem, não é esperada a responsabilidades das empresas de *bigtech* por garantir essa memória.

Em outubro de 2023, em sua coluna no jornal *Folha de S. Paulo*⁴, o jornalista, Ruy Castro, chamou atenção para um caso nos Estados Unidos que dialoga com as preocupações de Ovenden. No ano de 2009, a *Amazon*, tirou de seu catálogo no *Kindle*, o e-reader da companhia, o livro *1984* do britânico George Orwell, mesmo tendo vendido o livro para seus consumidores. A situação gerou uma série de reclamações e de perdas das anotações que os leitores haviam feitas sobre o livro. *1984* retornou aos aparelhos, porém, as marginálias foram perdidas. Por ironia do destino, o romance de Orwell tem como personagem central, o Grande Irmão, entidade ditatorial que controla, altera o passado e emite uma série de censuras com quem ouse questionar sua autoridade.

A preocupação que une Ovenden e Castro – e por que não, Orwell? – é sobre o controle do passado e a garantia dessa memória. O livro acerta em questionar os limites do atual contexto em que estamos inseridos de cunho ético, a relação entre vida privada e pública e o peso em que o Estado e a iniciativa privada ocupam atualmente. Apesar dos limites, são elogiadas pelo autor, iniciativas como o *Waybak Machine*, que busca maneiras de preservar *sites* da internet. Elogiando iniciativas como as do *Wayback Machine*, o autor se posiciona criticamente ao monopólio das *bigtechs* sobre os documentos na rede, parecendo cético em relação a uma mudança de postura das empresas e incentiva maior investimento por parte das bibliotecas nacionais

⁴ CASTRO, Ruy. Tente apagar um papiro. 2023. *Folha de S. Paulo*. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/ruycastro/2023/10/tente-apagar-um-papiro.shtml>>. Acesso em: 17 de outubro de 2023.

e esforços do Estado para garantir que a memória seja de fato resguardada. Com esse posicionamento crítico, seu esforço soma-se com o de intelectuais como o historiador Robert Darton, que após um embate com a digitalização oferecida pelo Google à Universidade de Harvard, enquanto bibliotecário-chefe da instituição chocou-se com os interesses mercadológicos da empresa de *bigtech* (DARTON, 2010, p.16-33) e passou a incentivar iniciativas públicas de guarda de memória, como a Biblioteca Digital Pública dos Estados Unidos.

O livro de Richard Ovenden é um estudo sólido e debate questões atuais. Ao realizar o panorama histórico através da destruição do conhecimento histórico, o autor emite sinais de cautela sobre os alçozes da memória. O alerta feito pelo autor em relação aos ataques às instituições de conhecimento mostra que é preciso estar atento aos atores e meios que estes podem utilizar para deliberarem destruir a memória.

Embora mudem-se os atores e seus meios de ataque ao conhecimento, o livro torna-se aliado no combate aos ataques a arquivos, bibliotecas e ao uso do passado. Ao olhar para esse recorte histórico é possível ver inimigos mais estrondosos como os nazistas que armaram fogueiras com livros nas praças públicas de Berlim ou os ataques deliberados realizados pelos sérvios quando atacaram a biblioteca nacional da Bósnia. Há outros que agem de maneira sorrateira, tentando não chamar atenção da opinião pública. Atuam de modo soturno. Nessa segunda categoria silenciosa se encontram as companhias de *bigtech* que promovem apagamento deliberado de uma série de documentos da rede mundial de computadores e os chefes de Estado e burocratas que escolhem as artes, os livros e a ciência como inimigos e passam a sucatear às instituições de guarda de memória, por meio de desincentivos fiscais e do desprestígio social, buscando fazer com que as instituições fiquem em estado de inanição. São capazes de aniquilar milhares de documentos em apenas um ataque ao conhecimento sem a necessidade de darem um tiro sequer.

A atualidade do livro demonstra a urgência de criar-se mecanismos que protejam as instituições de guarda de memória. Mudam-se os algozes, atores e suas colorações que colocam como alvo as bibliotecas. Porém, há a solta no ar da opinião pública, uma retórica bélica de negacionistas que atacaram deliberadamente cientistas no contexto da Pandemia de COVID-19 e de militantes de extrema-direita ao redor do globo, que cerceiam bibliotecas.⁵ Os ataques têm colado novamente bibliotecas e arquivos no centro da discussão do debate público na constituição do Estado e de seu tecido social, para garantir que a memória não seja tolhida.

Mesmo com as tentativas de eliminar fontes de conhecimento, encontrou-se resistência. Judeus conseguiram garantir que parte de sua memória e de sua cultura fossem salvos. O acervo da biblioteca nacional da Bósnia e Herzegovina, possui cerca de três milhões de itens.⁶ Existem iniciativas que propõem guardar documentos nativamente digitais para a posteridade, salvando a memória digital e ajudando em sua difusão nos meios *online*.

Apesar da persona da destruição acompanhar o livro, Ovenden demonstra que as bibliotecas são lugares de resistência. Ao demonstrar os esforços para a preservação de livros e pelo empenho em descobrir elementos do passado, como na Biblioteca de Nínive, propõe ao leitor uma reflexão sobre que tipo de sociedades queremos e como, enquanto sociedade, conseguiremos garantir o direito à memória. Ao demonstrar que as instituições são locais de resistência, o autor permite aos leitores concluir, que esses encontros e tensões sempre ocorrerão – e que as instituições sempre buscarão maneiras de enfrentar seus algozes. No fundo, a obra de

⁵ Países com democracias consolidadas como os Estados Unidos, vêm sofrendo com ataques a bibliotecas. Bibliotecários vêm denunciando censura a livros e perseguição locais. A jornalista Lauren Mechling publicou no periódico britânico *The Guardian* extensa reportagem sobre os casos em longa matéria intitulada “‘We’ve moved backwards’: US librarians face unprecedented attacks amid rightwing book bans” em setembro de 2022.

⁶ De acordo com levantamento realizado Centro de Estudos Eslovacos e do Leste Europeu, comandado pela professora Ksenya Kiebusinski na Universidade de Toronto, sediada no Canadá.

Ovenden é uma carta de amor ao ato de guardar, preservar e difundir o conhecimento.

Referências bibliográficas

CASTRO, Ruy. Tente apagar um papiro. 2023. *Folha de S. Paulo*. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/ruycastro/2023/10/tente-apagar-um-papiro.shtml>>. Acesso em 17 de outubro de 2023.

CORRÊA, Felipe Botelho. Em busca do elo perdido. 2023. *Revista piauí*. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/maricela-ayala-falcon-e-saga-para-resgatar-historia-dos-maias/>>. Acesso em 14 de janeiro de 2023.

DARNTON, Robert. *A questão dos livros: passado, presente e futuro*. Companhia das Letras. São Paulo, 2010, 232p.

MECHLING, Lauren. We've moved backwards': US librarians face unprecedented attacks amid rightwing book bans. 2022. *The Guardian*. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/books/2022/sep/20/librarians-banned-books-attacks-library>>. Acesso em 14 de janeiro de 2023.

OVENDEN, Richard. *Burning the Books: A History of the Deliberate Destruction of Knowledge*. Harvard University Press, 2020, 308 p.

SLAVIC and East European Resources. *Universidade de Toronto*. Disponível em: <<https://guides.library.utoronto.ca/c.php?g=250677&p=1671492>>. Acesso em 14 de janeiro de 2024.

VIERICK, Scott. The Capitol Has Fallen! When the British Burned the Capitol Building. *History Associates Incorporated*. Disponível em: <https://www.historyassociates.com/the-capitol-has-fallen/>. Acesso em 14 de janeiro de 2024.